

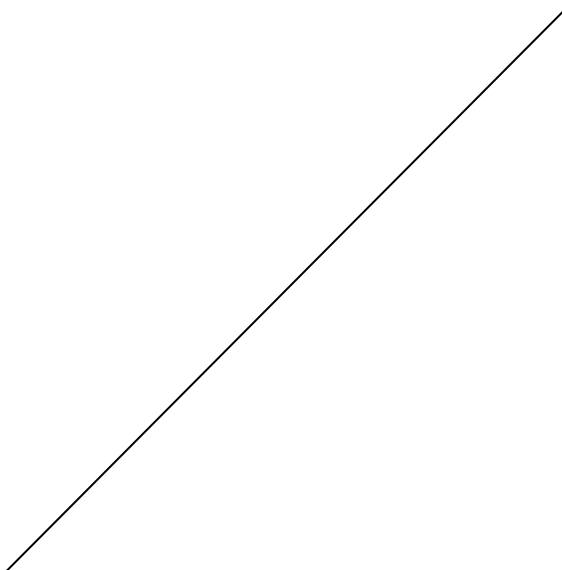
ANA MARIA BRITO

ESTUDOS DE SINTAXE

clup

ANA MARIA BRITO

ESTUDOS DE SINTAXE



FICHA TÉCNICA

ESTUDOS DE SINTAXE

Autor: Ana Maria Brito

Edição: Faculdade de Letras da Universidade do Porto,
Centro de Linguística da Universidade do Porto

Capa e Design Gráfico: GSA Design
Impressão e acabamentos: Gráfica Firmeza, Lda.®
Tiragem: 200

Depósito Legal: 541374/24
ISBN: 978-989-9193-34-5

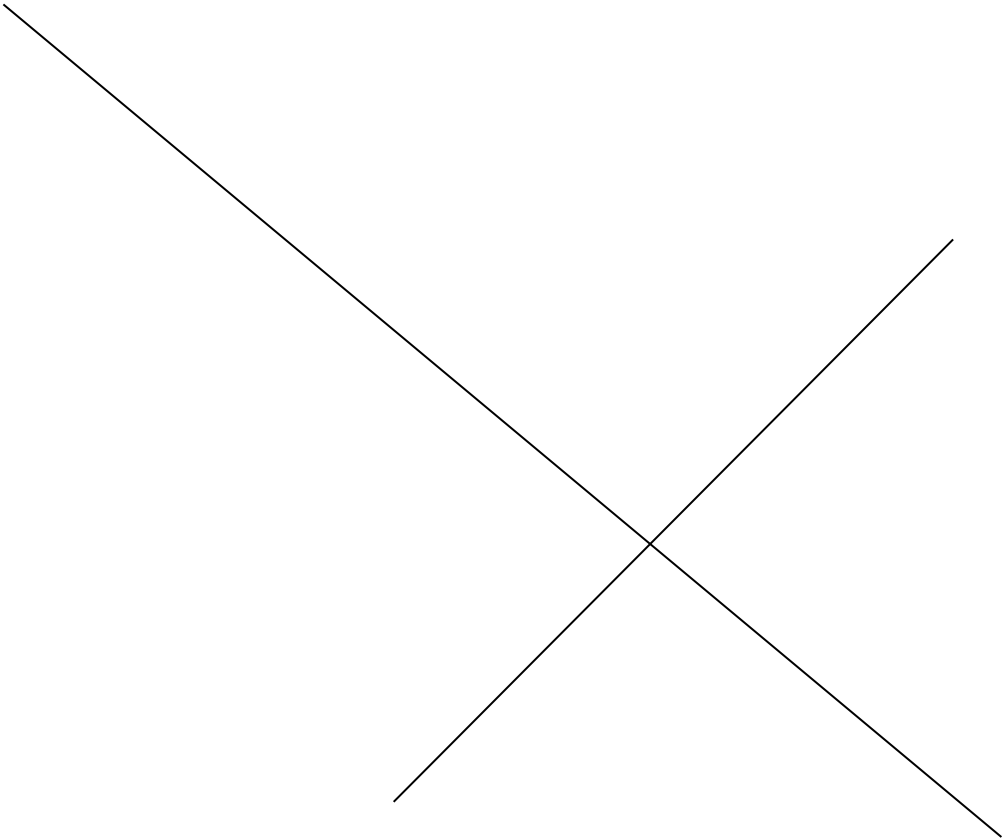
DOI 10.54499/UIDP/00022/2020
<https://doi.org/10.21747/978-989-9193-34-5/est>

Esta publicação foi financiada por fundos nacionais através
da FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia, I. P., no
âmbito do projeto «UIDP/00022/2020».

Porto, outubro, 2024

ANA MARIA BRITO

ESTUDOS DE SINTAXE



ÍNDICE

- 9 — AGRADECIMENTOS
- 11 — NOTA PRÉVIA
- 13 — LISTA DE SÍMBOLOS, SIGLAS E ACRÓNIMOS

- 15 — **INTRODUÇÃO**

- 24 — **PARTE I — SOBRE ALGUMAS SUBCLASSES DE VERBOS E ESTRUTURA DE FRASE**
- 24 — CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS
- 27 — 1. RELAÇÃO LÉXICO-SINTAXE: ALGUMAS REFLEXÕES
- 47 — 2. CATEGORIAS LEXICAIS E CATEGORIAS FUNCIONAIS: DO VERBO À FLEXÃO
- 53 — 3. ESTRUTURAS CONCETUAIS, PAPÉIS TEMÁTICOS E VERBOS DE LOCALIZAÇÃO
- 63 — 4. SOBRE VERBOS DE MOVIMENTO DE DIREÇÃO INERENTE (com Celda Morgado)
- 71 — 5. CONSTRUÇÕES DITRANSITIVAS
- 93 — 6. ORDEM DE PALAVRAS EM CONSTRUÇÕES DITRANSITIVAS

- 111 — **PARTE II — ESTRUTURA DOS SINTAGMAS NOMINAIS**
- 111 — CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS II
- 115 — 7. ASPETOS DA SINTAXE DO SN EM PORTUGUÊS E EM FRANCÊS
- 135 — 8. ORDEM DE PALAVRAS NO SN EM PORTUGUÊS E INGLÊS
- 145 — 9. POSSESSIVOS PRÉ-NOMINAIS EM PORTUGUÊS EUROPEU
- 163 — RECENSÃO 1. SLEEMAN & PERRIDON (2011)
- 169 — RECENSÃO 2. GIUSTI (2015)

- 179 — **PARTE III — RELAÇÃO LÉXICO-SINTAXE A PARTIR DE CATEGORIAS MISTAS**
- 179 — CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS III
- 185 — 10. INTERPRETAÇÕES EVENTIVA E RESULTATIVA DAS NOMINALIZAÇÕES DEVERBAIS
- 191 — 11. UMA ANÁLISE DAS NOMINALIZAÇÕES DEVERBAIS EM -ÇÃO (com Petra Sleeman)
- 203 — 12. FORMAÇÃO DE NOMES DEVERBAIS EM -DA
- 219 — 13. NOMINALIZAÇÕES DERIVADAS DE VERBOS INACUSATIVOS COM ADJETIVOS TEMÁTICOS
- 239 — 14. INFINITIVO NOMINAL E NOMINALIZAÇÃO DE ORAÇÃO INFINITIVA
- 257 — 15. ALGUNS PARALELOS SINTÁTICOS ENTRE CONSTRUÇÕES NOMINAIS E FRÁSICAS

279	—	PARTE IV — ASPETOS SINTÁTICOS DAS ORAÇÕES RELATIVAS
279	—	CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS IV
283	—	16. ORAÇÕES RELATIVAS RESTRITIVAS
297	—	17. AS RELATIVAS NÃO RESTRITIVAS COM ANTECEDENTE NOMINAL COMO UM CASO DE APOSIÇÃO
311	—	18. A SINTAXE DAS RELATIVAS LIVRES E DAS RELATIVAS SEMILIVRES; O PROBLEMA DE <i>O QUE</i>
333	—	19. RELATIVAS LIVRES TRANSPARENTES EM PORTUGUÊS
351	—	20. PROPRIEDADES DAS PSEUDORELATIVAS EM PORTUGUÊS
365	—	PARTE V — MICROVARIAÇÃO: ALGUNS CONTRIBUTOS
365	—	CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS V
369	—	21. ÁREAS DE VARIAÇÃO SINTÁTICA ENTRE O PORTUGUÊS EUROPEU E O PORTUGUÊS BRASILEIRO E IMPLICAÇÕES PARA O ENSINO/APRENDIZAGEM DO PLE
389	—	22. POSIÇÃO DO ADVÉRBIO <i>SEMPRE</i> E ESTRUTURA DE FRASE EM PORTUGUÊS EUROPEU E PORTUGUÊS BRASILEIRO
405	—	23. CONSTRUÇÕES DITRANSITIVAS DO PORTUGUÊS ANGOLANO E DO PORTUGUÊS MOÇAMBICANO REVISITADAS
421	—	24. RELATIVAS DE GENITIVO NO PORTUGUÊS EUROPEU E NO PORTUGUÊS MOÇAMBICANO
435	—	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS
462	—	BREVE NOTA BIOGRÁFICA DA AUTORA

AGRADECIMENTOS

As minhas primeiras palavras de gratidão vão para todos os avaliadores e todos os colegas que, ao longo de muitos anos, comentaram os trabalhos agora apresentados e fizeram sugestões de melhoria.

À Joana Teixeira agradeço a leitura de uma primeira versão desde livro e os conselhos sobre alguns conteúdos e sobre organização.

O meu reconhecimento vai também para Petra Sleeman, coautora de um dos textos, e para os organizadores de vários livros onde publiquei alguns dos artigos e que são devidamente identificados nas notas iniciais dos diferentes capítulos.

Uma palavra de agradecimento para a Associação Portuguesa de Linguística, a Faculdade de Letras da Universidade do Porto, o Centro de Linguística da Universidade do Porto, as editoras John Benjamins Publishing Company e Mouton de Gruyter e o coordenador científico do Centro de Linguística da Universidade do Porto, Rui Sousa-Silva, pelo seu empenho e pelo acompanhamento do processo de edição.

Porém, o agradecimento mais forte vai para a Celda Morgado, amiga e colaboradora, sem a qual este livro não teria existido. Sem a sua ajuda preciosa na formatação, na organização, na elaboração das representações, nas notas, na autorização para dispor de um texto em coautoria e tudo o mais, eu não teria tido a coragem de avançar.

Porto —
outubro de 2024

NOTA PRÉVIA

Este livro está pensado há muito tempo; porém, durante o meu trabalho acadêmico, até 2021, foi muito difícil realizá-lo. Só depois da minha aposentação, ocorrida a 1 de janeiro de 2021, pus, verdadeiramente, mãos à obra.

A razão deste livro é a sensação de que alguns dos meus textos dispersos, apesar de, na sua grande maioria, estarem publicados e acessíveis na internet, constituíam um conjunto coerente a que seria bom dar um lugar comum.

Assim, o livro tem como ponto de partida uma seleção de artigos escritos por mim entre os anos de 1993 e 2024 e publicados em revistas, livros de atas ou como capítulos de livros.

De modo a dar coesão ao conjunto foram feitas introduções às diferentes partes do livro. A maior parte dos textos foi escrita em português, mas também em francês e inglês e, por isso, alguns textos surgem aqui traduzidos para dar unidade à obra. Os textos são de minha autoria isolada, à exceção de dois capítulos: um em coautoria com Petra Sleeman e outro em coautoria com Celda Morgado, de que apenas se publica uma parte.

Ficaram de fora outros textos sobre verbos leves, construções comparativas e consecutivas, exclamativas, interrogativas subordinadas e sua alternância com relativas com antecedente, em coautoria.

Para evitar repetições, alguns dos textos foram sujeitos a cortes e fizeram-se pequenas alterações de forma e de conteúdo. Mantiveram-se, em geral, as análises originais; as introduções às diferentes partes do livro e algumas notas de rodapé informam o leitor acerca de desenvolvimentos mais atualizados. Foram feitos parágrafos com títulos próprios que não existiam nos textos iniciais.

Este livro destina-se a todos os interessados pela Linguística e pela sintaxe em particular, numa perspetiva comparada entre o português com outras línguas e com as suas variedades não europeias. Ao compilar vários textos dispersos pensei sobretudo em estudantes de Linguística ou de Ciências da Linguagem de diferentes universidades, afinal a principal razão de ser da vida e do labor de um professor universitário.

LISTA DE SÍMBOLOS, SIGLAS E ACRÔNIMOS

[] categoria vazia deixada por movimento (equivalente a [t] de 'trace', vestígio)	PREP – Preposição
[e] – 'empty category', categoria vazia (em geral, sujeito nulo)	PRO – pronominal nulo (em geral controlado)
[α traço] – traço não especificado quanto ao valor positivo ou negativo	pro – pronominal nulo (em geral sujeito nulo)
o - (quantificador) zero	Q – Quantificador
1, 2, 3 – 1ª, 2ª, 3ª pessoas	REL – marcador relativo
ADJ – adjetivo	SAPL – Sintagma Aplicativo
APL – Aplicativo	SASP – Sintagma Aspeto
ART DEF – artigo definido	SCLASS – Sintagma Classificador
ART INDEF – artigo indefinido	SCOMP – Sintagma Complementador
CDO – Construção de Duplo Objeto	SCONC – Sintagma Concordância
CL – clítico	SDET – Sintagma Determinante
COMP – Complementador	SF – Sintagma Funcional (categoria não especificada)
CON – conetor	SFLEX – Sintagma Flexionado
CONC – Concordância	SFOC – Sintagma Foco
CP – Complementizer Phrase	SG – Singular
CP(rep) – Construção Preposicional	SK –Sintagma Caso
DET – Determinante	SN – Sintagma Nominal
ERG – ergativo	SNUM – Sintagma Número
FF – Forma Fonológica	SPOSS – Sintagma Possessivo
FL – Forma Lógica	SPREP – Sintagma Preposicional
GEN - Genitivo	ST – Sintagma Tempo
IP – Inflexion Phrase	STOP – Sintagma Tópico
MASC – Masculino	Σ – Sintagma Sigma
MD – Morfologia Distribuída	Sv – Sintagma de verbo pequeno
N – Nome	SV – Sintagma Verbal
Nom – nominativo	SV/SRAIZ/S/ – Sintagma Verbal / Sintagma Raiz
NãoFUT – não futuro	SVOZ – Sintagma Voz
OP – operador	TP – Tense Phrase
part – partitivo	traço [+Q] ou traço [+wh] (traço caracterizador de morfemas interrogativos e relativos)
par - parentético	TRL – Teoria da Regência e da Ligação
PA – Português de Angola/Angolano	UTAH – Hipótese de uniformidade de atribuição de papel temático
PB – Português do Brasil/Brasileiro	V – Verbo
PE – Português Europeu	v – Categoria funcional verbal (verbo leve)
PL – Plural	
PM – Português de Moçambique/Moçambicano	
PP – (Teoria) Princípios e Parâmetros	
PRED – predicativo	

INTRODUÇÃO

O livro que agora se inicia é fundamentalmente um livro de sintaxe do português e de sintaxe comparada entre o português e outras línguas e entre o português e algumas das suas variedades não europeias.

O livro enquadra-se na perspetiva da Gramática Generativa, um paradigma teórico dominante em Linguística na segunda metade do século XX e nas primeiras décadas do século XXI. Neste enquadramento, a visão da língua quer como sistema quer como fenómeno socio-histórico-cultural (a noção de *língua-E* (externalizada)) perdeu terreno, para se acentuar a noção de *gramática* (ou de *língua-I* (internalizada)) (Chomsky 1986). Assim, se, numa primeira fase da Gramática Generativa, a *gramática* é um sistema finito de regras que permitem gerar combinações de palavras bem formadas de uma dada língua natural e que permitem produzir um número infinito de sequências, aí residindo um dos aspetos cruciais da criatividade linguística, nas últimas décadas, a gramática é, acima de tudo, concebida como sistema de conhecimentos interiorizados pelos sujeitos falantes.¹

Mas a forma e a arquitetura da gramática como descrição desse conhecimento continuam a ser tema de debate. Quantas componentes ou áreas comporta a gramática? E que relação tem a sintaxe com as outras componentes?

A sintaxe é a área da gramática que estuda as condições que regulam as combinações de palavras, estabelecendo relações de interface com outras áreas.

A sintaxe tem uma interface com a semântica, pois as combinações de palavras dependem do significado das palavras e essas combinações são a fonte do significado composicional das frases.

Há uma ligação entre sintaxe e fonologia e entre sintaxe e morfologia flexional, sobretudo em línguas como o português, em que certos processos que regulam as combinações de unidades fonológicas e morfológicas em formas nominais e verbais dependem de relações sintáticas, como é o caso da concordância no Sintagma Nominal (SN) e na frase, entre muitos outros aspetos. A sintaxe tem também uma importante relação com a morfologia derivacional, uma vez que, em línguas como o português e similares, nomes e

verbos têm muitas vezes a mesma raiz e por isso é legítimo perceber se a derivação, por exemplo, se dá num módulo à parte da gramática – a morfologia – ou se ela acontecerá na própria sintaxe.

A visão tradicional consiste em distinguir léxico e gramática: o léxico é descrito em dicionários da língua e a gramática, em particular a sua sintaxe, é descrita em compêndios próprios, com um enfoque muito especial nas funções sintáticas desempenhadas pelos constituintes nas orações.

Esta conceção tem na base a ideia de que o léxico de uma língua é uma lista de palavras, dotadas de significado, cada uma com as suas propriedades próprias. Mas a questão permanece: como se relaciona tal lista com a gramática da língua e em particular com a sintaxe?

Nos séculos XX e XXI, com o avanço da Linguística, a divisão tradicional entre léxico e gramática e entre dicionários e gramática tem sido alterada; porém, não há consenso sobre a articulação entre estas duas dimensões das línguas. Será o léxico um módulo da gramática? No caso afirmativo, terá o léxico as suas próprias noções primitivas e operações? A existir um léxico que tente captar a estrutura argumental das palavras que têm propriedades predicativas e as respetivas restrições de seleção, que tipo de informação deve ele conter e que articulação deve manter com a sintaxe?

Uma possibilidade é a de que as palavras com propriedades predicativas têm propriedades de seleção categorial e temática, sendo capazes de atribuir aos seus argumentos papéis temáticos ou relações semânticas, existindo um conjunto de princípios que regulam a expressão desses argumentos em sintaxe (Chomsky 1981, Baker 1988). Esta é a abordagem da Teoria da Regência e da Ligação (TRL), que marcou profundamente a primeira parte do meu trabalho em sintaxe e alguns capítulos deste livro.

Outra abordagem possível é a de que o significado lexical das palavras que têm propriedades predicativas pode ser descrito por estruturas concetuais e que há regras de “linking” ou de conetividade que determinam que tipo de posição essas estruturas concetuais acabam por ocupar na estrutura da frase (Levin & Rappaport Hovav 1988).

Será o léxico estático, tendo as alterações de posição nas construções em que participam certos constituintes apenas uma explicação derivacional (como preconizado por Chomsky 1981, entre outros)?

Ou será o léxico um módulo dinâmico, com o seu próprio vocabulário e operações lexicais prévias à inserção, como defendem

Hale & Keyser (1993, 2002), Levin & Rappaport Hovav (1988), Reinhart (2000) e Reinhart & Siloni (2003)?

E haverá mesmo um léxico onde as propriedades das palavras predicativas estão previstas? Veremos no capítulo 1 que as respostas a todas estas perguntas têm sido distintas, consoante os modelos sejam mais lexicalistas ou mais sintaticistas.

Na parte I do livro, algumas das questões acima colocadas e a estrutura da frase serão discutidas tomando a classe lexical dos verbos como ponto de partida. Na parte II serão os nomes a classe lexical mais analisada, partindo deles para analisar a estrutura do sintagma nominal. Na parte III estas questões serão perspetivadas a partir daquilo que poderíamos chamar classes “mistas”, pois misturam propriedades nominais e verbais, como as nominalizações deverbais e o infinito nominal, ou propriedades nominais e adjetivais, como acontece com os adjetivos relacionais. A parte III inclui igualmente um capítulo onde se descrevem alguns paralelos entre expressões nominais e fráscas.

A autora deste livro não pôde deixar de estar atenta a várias perspetivas e, em momentos diferentes do seu trabalho, sentiu entusiasmo por abordagens teóricas distintas. Os capítulos que se seguem não só dão conta de alguma progressão em termos de complexidade e formalização dos modelos adotados como mostram interesses distintos em diferentes fases da carreira como linguista.

Como disse acima, este livro é também um livro de sintaxe comparada. Na perspetiva generativa, comparar gramáticas de diferentes línguas naturais (o português, o francês, o inglês, o espanhol...), quer sejam da mesma família linguística (por exemplo, línguas românicas, línguas germânicas) quer sejam de famílias muito distintas (por exemplo, línguas germânicas e línguas bantu²) e descrever gramáticas de variedades de uma língua tem um lugar importantíssimo na investigação, pois desta forma procuramos encontrar propriedades comuns às gramáticas - a gramática universal - e as propriedades das gramáticas particulares às línguas. Dentro deste quadro, a gramática universal é vista como um conjunto de *princípios* fixos e um conjunto de *parâmetros*, isto é, princípios abertos que podem assumir, para cada língua ou conjunto de línguas, um de dois valores, um positivo e outro negativo. Uma gramática de uma língua natural é, nesta perspetiva, uma dada associação de princípios a certos valores de parâmetros. Note-se que, por detrás desta abordagem teórica, está sempre a ideia de que existe uma “faculdade de linguagem” que é inata e característica da espécie humana; e que não são razões raciais

ou culturais nem diferenças cognitivas que estão na base dos diferentes tipos de línguas.

Definir princípios comuns às gramáticas não é tarefa fácil e a sua identificação está relacionada com diferentes posições teóricas.

Como veremos em vários capítulos deste livro, as construções sintáticas (por exemplo, um SN, um SV) são reguladas por princípios de sucessividade (o SV, uma categoria de nível 2, deve dominar V', de nível 1, que por sua vez deve dominar V, o núcleo, de nível 0) e de endocentricidade (um SV deve dominar uma categoria verbal, não deve dominar um N). Mesmo quando adotamos uma visão mais hierarquizada do SV do que a apresentação acima deixa prever, isto é, quando concebemos a presença de categorias funcionais como Sv (sintagma do verbo pequeno) e SVOZ (Sintagma Voz) os princípios de endocentricidade e de sucessividade parecem poder manter-se (para uma aplicação destes princípios ao domínio verbal, ver capítulos da parte I).

Outro princípio relaciona-se com a ligação, uma relação anafórica (estreita). Em qualquer das frases de (1), a anáfora reflexa *se* tem de ser ligada no domínio da oração (princípio A da Teoria da Ligação):

- (1) (a) A mãe magoou-se.
(b) A mãe da Maria magoou-se.

Por sua vez, o antecedente da anáfora é, na primeira frase, *a mãe*, na segunda frase, *a mãe da Maria*, nunca podendo ser, na segunda, *a Maria*, pois tal constituinte não c-comanda a anáfora. Estamos na presença de uma condição formal sobre ligação (o c-comando) que parece ser um universal linguístico.

Tomemos agora a noção de parâmetro. Um dos mais estudados foi o de sujeito nulo (*Pro-drop Parameter* ou *Null subject parameter*), que tem valor positivo em línguas como o português, o italiano, o espanhol, e tem valor negativo em francês e em inglês. A ideia clássica de Rizzi (1982) e de Chomsky (1981) é a de que o valor do parâmetro acarreta uma série de outras propriedades: uma língua *pro-drop*, além de poder ter sujeitos nulos referenciais (2a), tem inversão de sujeito (2b), sujeitos nulos expletivos ou não argumentais (2c) e ausência do efeito complementador-vestigial (2d):

- (2) (a) Falei com o João.
(b) Telefonaram muitos amigos.
(c) Chove.
(d) Quem_i é que tu disseste que [-]_i veio?

Ora a investigação realizada nas últimas décadas mostrou que há línguas de sujeito nulo que não exibem as quatro propriedades indicadas. Por essa razão, foi proposto que há línguas de sujeito nulo consistente (português, italiano, espanhol), línguas de sujeito nulo parcial (português brasileiro, finlandês), línguas de sujeito nulo expletivo (como o alemão) e línguas de sujeito nulo discursivo (como o chinês). (cf. Roberts & Holmberg 2010).

Para o finlandês, veja-se os exemplos (4), que mostram que a língua admite sujeitos nulos de 1ª e 2ª pessoa, mas não de 3ª:

- (3) (a) (Mina) puhun englantia.
 (eu) falo-1SG inglês
 '(Eu) falo inglês.'
 (b) (Sina) puhut englantia.
 (tu) falas-2SG inglês
 '(Tu) falas inglês.'
 (c) *(Hän) puhuu englantia.
 (ele/ela) falo-3SG inglês

Em alemão um sujeito nulo expletivo pode ser nulo (4a), mas não um sujeito argumental (4b):

- (4) (a) Gestern wurde *(es) getanzt.
 ontem foi dançado
 'Ontem dançou-se.'
 (b) Gestern war *(es) geschlossen.
 ontem foi fechado

O exemplo (5) ilustra um caso de sujeito nulo em chinês, em que a categoria nula corresponde a uma descrição definida, cujo valor tem de ser dado pelo discurso:

- (5) [-] kanjian ta le.
 (ele) viu ele ASP
 '(Ele) viu-o.'

Quando falamos em Parâmetro de Sujeito Nulo, estamos a falar de um “macro” ou “médio” parâmetro, como lhe chama Baker (2008),³ no sentido em que o valor do parâmetro parece estar associado a um “cluster de propriedades” visíveis não só na frase simples mas também em certas estruturas complexas de diferentes línguas, como vimos acima.

Uma outra conceção de parâmetro, desenvolvida sobretudo por Kayne (2005), é a de que as diferenças aparentemente macroparamétricas resultam da acumulação de valores diferentes para um conjunto de microparâmetros. A ideia de Kayne é a de

que todo o parâmetro é um microparâmetro. Esta visão tem vindo a ganhar terreno desde o início do século XXI e, como, para se identificar microparâmetros, é necessário comparar sistemas linguísticos próximos, a microvariação passou a ser um dos principais focos de estudo em sintaxe comparada.

Em diversas partes do livro comparam-se diferenças entre gramáticas entre línguas ou entre variedades da mesma língua, importando discutir se resultam (ou não) de valores distintos do mesmo parâmetro.

O português e francês distinguem-se pela não existência / existência de artigos partitivos para exprimir uma parte indeterminada de uma entidade (*comi morangos, j'ai mangé des fraises*), entre outras diferenças na sintaxe da quantificação (ver capítulo 7). O português e o inglês diferenciam-se pela posição dos adjetivos relacionais (veja-se *a destruição romana de Cartago, the Roman destruction of Carthage*) e tal deverá relacionar-se com o parâmetro de movimento do Nome (capítulo 8).

Giorgi e Longobardi (1991) sugeriram um *Parâmetro dos possessivos* para dar conta de línguas em que o possessivo coocorre com artigo (em italiano *la mia casa*) e línguas em que o possessivo não coocorre com artigos (em inglês *my house*, em francês *ma maison*). No entanto, como se verá no capítulo 9, não será adequado falar aqui de parâmetro e a diferença entre línguas parece ter mais a ver com a natureza dos artigos definidos.

No capítulo 21 compara-se brevemente o português europeu (PE) e o português brasileiro (PB) quanto à expressão do sujeito, à morfologia verbal, à ordem de palavras, entre outros aspetos. Outras dimensões estudadas na parte V são as seguintes: por que razão o advérbio temporal *sempre* se usa predominantemente na posição pós-verbal em PE (*eu leio sempre com música*) e em posição pré-verbal em idênticas circunstâncias no PB (*eu sempre leio com música*)? Que preposições são usadas para marcar o dativo, o Objeto Indireto, nas variedades africanas, em particular no Português Angolano (PA) e no Português Moçambicano (PM), e que condições regem o seu emprego? Por que razão o PM usa, nas relativas de genitivo, *cuj o N*, *cujo esse N* e não simplesmente *cujo N*?

Dialogando com as problemáticas acima enunciadas, outra das dimensões cruciais do livro é a descrição da estrutura das categorias sintáticas, em particular a frase, o SV (ver toda a parte I) e o que é classicamente designado SN (ler toda a parte II), investigando a importância das categorias funcionais e a sua relação com as categorias lexicais.

Sabemos bem que uma frase não é apenas a projeção de um verbo (V), assim como um SN não é apenas a projeção de um nome (N). “À volta” de um verbo, como “à volta” de um nome organizam-se diversas categorias funcionais, cuja natureza e função continua a ser motivo de discussão.

Em português a Flexão, que se amalgama ao V, tem um papel central na explicação de vários fenómenos frásicos (ler, entre outros o capítulo 2). Mas será a Flexão uma noção morfológica ou será uma categoria sintática funcional? E quais são os elementos fundamentais da Flexão? Haverá razões para cindir a Flexão em Tempo e Concordância? E a Concordância será mesmo uma categoria sintática universal e como tal deverá constar da estrutura ou será o resultado de um mecanismo pós-sintático? Não será o Tempo a categoria funcional central numa frase, sendo o tempo a dimensão semântica que dá referencialidade a uma frase, a uma proposição? Ler, a este propósito, os capítulos 15 e 22.

E no SN, que papel desempenham os determinantes (DET) e os quantificadores (Q)? Toda a parte II se desenvolve à volta da discussão desse papel. E haverá paralelos entre a estrutura do SN e a estrutura de uma frase (simples ou complexa), uma questão crucial no capítulo 15?

Em relação à frase complexa, sempre nos interessou compreender a sintaxe das orações relativas, um tipo de construção que parece ser universal nas línguas do mundo. A três tipos de oração relativa dedicaremos a parte IV deste livro: as relativas restritivas, as relativas não restritivas ou apositivas, e as relativas livres, vistas nos seus aspetos gerais e estudadas também a partir de um subtipo particular, as relativas livres transparentes. Interessar-nos-á fundamentalmente a estrutura dos SNs que contêm orações relativas, a natureza dos pronomes relativos e o mecanismo responsável pela posição inicial dos pronomes relativos nesses tipos de orações.

Munidos dos conhecimentos trazidos pelas partes I, II, III e IV, a parte V do livro tratará, como já foi dito acima, de alguns fenómenos sintáticos de microvariação em quatro variedades do português, o PE, o PB, o PA e o PM. Trata-se de estudar alguns fenómenos que estão a caracterizar as variedades nacionais que estão a emergir nos países de língua oficial portuguesa e onde o português é segunda língua (L2) para muitos falantes.

Espera-se com este livro que os seus leitores compreendam que a sintaxe e, em particular, a sintaxe formal é mais do que a componente da gramática que se destina a distinguir expressões bem formadas das expressões malformadas. Como afirmam

Bosque e Gutiérrez-Rechach (2009: 13), a sintaxe deve explicar, no sentido de “deduzir explicitamente” como surgem as combinações de palavras e o que elas significam, devendo incorporar aspetos do significado que sejam relevantes. É este sentido abrangente de sintaxe que marcou o meu trabalho em Linguística e é também esse que caracteriza este livro.⁴

- 1 Remeto o leitor para Duarte e Brito (1996), onde é exposto o objeto fundamental da sintaxe, assim como alguns conceitos básicos. Sobre forma da gramática retomo aqui algumas reflexões de Brito (2012a).
- 2 As línguas bantu são polissintéticas, porque se podem formar palavras complexas para exprimir aquilo que noutras línguas é dado pela sintaxe. Por exemplo, o verbo bantu consiste numa raiz e em afixos com valor lexical e gramatical muito diferenciados: podem ser sufixos a marcar a passiva, a marcar a construção causativa, a marcar a seleção de mais um argumento, etc. (ver cap. 5). O verbo pode também incluir prefixos de sujeito e de objeto.
- 3 “The Pro-drop Parameter was proposed as a response to differences among the major Romance languages, French versus Italian and Spanish, not as the result of comparing local dialects of those languages, nor as the result of comparing Indo-European languages with languages of some other family.” (Baker, M. 2008, p. 1).
- 4 Ver a este propósito também Brito (2022a).

PARTE I

— SOBRE ALGUMAS SUBCLASSES DE VERBOS E ESTRUTURA DE FRASE

CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS

Como referido na Introdução geral, uma das questões centrais da parte I do livro é a relação entre léxico e sintaxe, em particular saber em que medida o significado lexical das palavras que têm conteúdo predicativo determina a estrutura das construções e das frases.

Na tradição gramatical e na tradição luso-brasileira, em particular, ao estudarem a forma das frases, os gramáticos colocaram a ênfase no significado dos verbos e nas funções que os constituintes nominais e preposicionais desempenham na oração; a oração é considerada uma noção central, descrevendo o domínio mínimo de predicação, sendo preferida à noção categorial de frase.

Na sintaxe do século XX e em especial em Sintaxe Generativa, opera-se uma mudança fundamental, ao dar-se mais valor às categorias sintáticas, privilegiando uma perspectiva formal a uma perspectiva funcional.

Neste tipo de abordagem, a categoria verbo (V) assume um lugar central. Mas muitas perguntas devem ser colocadas. O verbo é a categoria central da frase? De que modo categorias lexicais e categorias morfológicas e funcionais se articulam? Como devemos descrever as propriedades de um verbo? Indicando as suas propriedades de seleção categorial? Indicando as suas propriedades de seleção temática? Descrevendo as estruturas lexicais conceituais a eles associadas? Ou analisando aquilo que Grimshaw (1990) designa a sua estrutura de evento, isto é, as suas propriedades aspetuais? E respondendo a essas perguntas, estamos a descrever o significado lexical de um verbo? E como tudo isto se articula com a gramática, mais particularmente com a sintaxe?

Vários autores em Portugal e no estrangeiro têm dado respostas distintas a estas perguntas. Entre muitas outras publicações, dissertações de mestrado e de doutoramento, assinala-se, em Portugal, a *Gramática da Língua Portuguesa*, de 2003, da autoria de Maria Helena Mateus e outras linguistas, nas quais me incluo, e a *Gramática do Português*, de 2013 e 2020, organizada por Eduardo Paiva Raposo e outros.

Ainda assim, penso que são interessantes os textos aqui reproduzidos.

No capítulo 1, reflete-se sobre a relação entre léxico e sintaxe, a partir da reflexão sobre a noção de papel temático e da constatação de que existem vários tipos de alternância na expressão de argumentos por parte de algumas subclasses de verbos. Começando com a apresentação de alguns aspetos do enquadramento que ficou conhecido como a Teoria da Regência e da Ligação, proposta por Chomsky (1981), passa-se à exposição de outras perspectivas teóricas sobre estas matérias.

No capítulo 2, descreve-se a relação entre verbos, seleção categorial e seleção temática e mostra-se como, para compreender a estrutura da frase, numa língua como o português, se tem de articular a categoria Verbo à categoria Flexão, que deve conter, pelo menos, a informação de Tempo. O quadro teórico dominante é ainda o da Teoria da Regência da Ligação.

No capítulo 3, analisa-se um verbo de localização, o verbo *pôr*, e outros verbos que permitem alternância na expressão dos argumentos locativos e não locativos e mostra-se como a interação

entre estruturas lexicais concetuais, propostas por Levin & Rappaport Hovav (1995), a estrutura de evento e a correspondente análise aspetual captam de maneira adequada a alternância locativa.

No capítulo 4, escrito como parte de um artigo com Celda Morgado, analisa-se a sintaxe de um verbo de movimento de direção inerente, o verbo *ir* (e em parte o seu correspondente deítico *vir*).

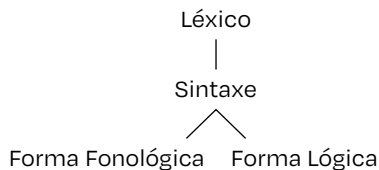
Nos capítulos 5 e 6, estuda-se um verbo de transferência de posse, *dar*, pondo, no primeiro, a tónica na estrutura argumental e na forma como os argumentos se podem realizar estruturalmente, em diferentes línguas; no segundo, o enfoque é a relação entre a estrutura argumental e a estrutura informacional e a ordem de palavras, tentando explicar o que acontece quando o Objeto Direto numa construção ditransitiva é um constituinte pesado.

Como se verá pela leitura dos capítulos 4, 5 e 6, o seu enquadramento teórico já não é simplesmente a Teoria da Regência e da Ligação, tal como ela foi formulada por Chomsky (1981). De facto, sobretudo a partir de Larson (1986) e da sua proposta de “concha de SV” (*VP Shell*), considera-se que a categoria SV é muito mais hierarquizada e que é a combinação de categorias lexicais e funcionais. A perspetiva dominante nesses capítulos será a de Alexiadou (2001), cujo modelo é apresentado em linhas gerais no capítulo 1.

1 ————— RELAÇÃO LÉXICO-SINTAXE: ALGUMAS REFLEXÕES¹

Neste capítulo fazem-se algumas reflexões sobre Léxico e Sintaxe, que servirão de antecâmara ao estudo de algumas subclasses de verbos, conduzidas nos capítulos que se seguem. Tomarei como ponto de partida a divisão e o funcionamento da gramática esquematicamente apresentados em (1), o chamado modelo em Y, proposto desde Chomsky (1981), que apresenta o que ficou a ser conhecido como a Teoria da Regência e da Ligação (TRL), segundo o qual há uma interface léxico-sintaxe: o léxico, o reservatório das entradas lexicais, sejam elas palavras simples ou complexas, por derivação ou composição, fornece à sintaxe o *input* para as regras de combinação e de movimento, concebendo-se, portanto, a sintaxe como a componente central da gramática, como o sistema computacional que permite gerar construções bem formadas.

(1)



Neste quadro, aceita-se que existe uma relação entre significado e estrutura (ponto 1.1.1. do capítulo) e que há uma relação entre a estrutura argumental e a estrutura temática, (ponto 1.1.2); no ponto 1.1.3. dá-se conta de algumas alternâncias na expressão de argumentos que podem colocar problemas ao modelo defendido na TRL. E, por isso, apresentam-se no ponto 1.2. alguns modelos alternativos: os de Grimshaw (1990), Hale e Keyser (1993), Reinhart & Siloni (2003) e Alexiadou (2001).

1.1 ————— A RELAÇÃO LÉXICO-SINTAXE NA TEORIA DA REGÊNCIA E DA LIGAÇÃO E ALGUNS DESENVOLVIMENTOS POSTERIORES

1.1.1 ————— A Estrutura é dependente do significado

Os gramáticos da tradição clássica e, em geral, os linguistas funcionalistas sempre consideraram que a forma das construções (a sintaxe) é dependente do significado das palavras que as compõem.

Na tradição clássica não havia propriamente meios de estabelecer essa relação forma-significado a não ser através das noções ambíguas e por vezes mal definidas de funções sintáticas, em que se misturavam critérios formais – a posição –, dependências semânticas e lexicais – vejam-se as noções de sujeito e de complemento – e noções discursivas e informacionais, como a de tópico, por exemplo.

Para dar algum lugar a noções relacionais de carácter semântico, surgiram em vários países europeus nos anos 50 e 60 do século XX vários modelos de gramáticas de dependências e de valências.

Contrastando com estes, no modelo desenvolvido por Chomsky em 1957, concebia-se uma total separação entre forma e significado; Chomsky considerava que frases como *Colorless green ideas sleep furiously* [As ideias verdes incolores dormem furiosamente] eram sintaticamente bem formadas, embora semanticamente anómalas e por isso concebia a sintaxe como independente do significado lexical das palavras que compunham as construções.

Contudo, essa visão foi alterada a partir dos meados dos anos 70, sobretudo a partir de Grimshaw (1979) e de Pesetzky (1982), surgindo no quadro da Gramática Generativa propostas a favor da dependência entre o significado dos itens lexicais e a forma das construções em que elas surgem. Uma das razões invocadas para existir uma correlação entre significado e estrutura é a rapidez da aquisição da linguagem: com efeito, as crianças não adquirem as estruturas sintáticas numa base item lexical-item lexical, mas, pelo contrário, fazem generalizações a partir de uma correlação regular léxico-estrutura (cf. Arad 1996, p. 1).

Mas se há algum consenso quanto a esta correlação, a natureza da interface entre léxico e sintaxe tem levado a inúmeras perguntas. É o significado lexical de cada item que determina a projeção desse item na estrutura sintática? São sobretudo os predicados ou predicadores a determinarem essa projeção? E, nesse caso, será a estrutura temática, a estrutura eventiva ou a estrutura lexical concetual associada a cada predicador que determina a forma das construções?

1.1.2 ————— Estrutura argumental e estrutura temática

Tomemos como ponto de partida o conhecido exemplo de alternância entre a construção causativa / transitiva e a construção anticausativa / inacusativa:

(2) O calor derreteu o gelado.

(3) O gelado derreteu.

Nos exemplos (2) e (3) alteram-se as funções sintáticas, pois em (3) desaparece o objeto direto e a expressão nominal *o gelado* passa a ser sujeito, mas mantém-se a interpretação de objeto semântico, de paciente do evento denotado pelo verbo *derreter*. Em (2) a causa, *o calor*, está presente; em (3) ela é anulada.

Vemos assim que, para dar conta desta alternância, não basta ter um quadro que contemple apenas as funções sintáticas e precisamos de uma descrição que dê importância à estrutura argumental do predicado verbal *derreter*, à interpretação dos argumentos e que descreva o fenómeno de redução de um argumento causa.

Assim, durante décadas pareceu consensual que uma das propriedades lexicais mais relevantes, nomeadamente dos itens que têm propriedades predicativas, é a sua estrutura argumental, isto é, o número de argumentos, lugares vazios ou valência própria a que estão associados, e a respetiva relação semântica, o papel temático (“theta role”) que os argumentos mantêm com o verbo.

A partir dos anos 60 do século XX, muitos desenvolvimentos da Sintaxe e em particular da chamada TRL (Chomsky 1981) propuseram uma lista maior ou menor de papéis temáticos que os predicadores mantêm com os seus argumentos. Os pioneiros destas propostas foram Gruber (1965), Fillmore (1968), Jakendoff (1972), que tentaram propor listas curtas, de cinco, seis ou um pouco mais relações semânticas (por exemplo, as de Agente, Origem / Causa / Fonte, Beneficiário, Experienciador, Meta, Tema / Paciente, Locativo), a que estão ligadas determinadas posições sintáticas. Tal ideia foi incorporada na TRL por Chomsky (1981), através do Critério Temático (4):

(4) Critério Temático: cada argumento recebe um e só um papel temático e cada papel temático é atribuído a um e só um argumento (Chomsky 1981, p. 36).

Nos anos 80 do século XX havia a percepção de que a Teoria Temática ou algo equivalente deveria fazer parte da sintaxe.

A importância da interpretação dos argumentos e a consciência de que a categoria gramatical dos constituintes selecionados por um predicador é afinal relativamente pouco importante como informação lexical básica (basta ver a existência de línguas com muitas preposições e sem marcação casual nas expressões nominais e, por seu lado, línguas com poucas ou nenhuma preposições e com sistema casual forte) vai levar à proposta de Chomsky (1986) segundo a qual as entradas dos itens lexicais apenas devem indicar os papéis temáticos e não a categoria dos seus argumentos.²

Estou aqui, portanto, a admitir que a estrutura argumental e a marcação temática dos argumentos dos itens lexicais que são predicadores são duas informações relevantes para a sintaxe. Na verdade, há algumas vantagens na utilização dos papéis temáticos e das estruturas temáticas dos predicadores (cf. Bosque & Gutiérrez-Rexach (2009, pp. 274-6):

1. Uma vantagem é a de nos fornecerem um esqueleto do significado dos predicadores e a de, para muitos deles, podermos fazer corresponder papéis temáticos a posições na estrutura (veja-se o Princípio de Projeção, formulado por Chomsky 1981) (ver a este propósito o capítulo 3).
2. Os papéis temáticos permitem-nos encontrar (sub) classes naturais de predicadores; veja-se o caso de verbos de localização como *pôr, colocar, situar, ocultar*, ou verbos de transferência de posse como *dar, oferecer, dedicar, doar*.
3. As estruturas temáticas dão-nos informação sobre os argumentos de um predicador, distinguindo-os dos não argumentos (os adjuntos ou modificadores).
4. Em certos processos sintáticos as estruturas temáticas são herdadas; veja-se a inversão de sujeito e os movimentos dos constituintes Q em interrogativas e relativas.

No entanto, há também alguns problemas na utilização das estruturas temáticas e muitas questões se podem colocar (leia-se a este propósito de novo Bosque & Gutiérrez-Rexach (2009, pp. 276-82):

1. Quantos papéis temáticos devemos propor?
2. Por vezes os papéis temáticos não abarcarão noções demasiado genéricas?
3. Como podemos ter a certeza de que estamos a atribuir corretamente certos papéis temáticos?
4. Os papéis temáticos estão ordenados? E se sim, como? Isto é, existe ou não uma hierarquia?
5. Os papéis temáticos são noções primitivas ou derivadas?
6. A estrutura temática de um predicado representa uma versão simplificada do seu significado? Se sim, como se relaciona a versão simplificada com a representação semântica mais complexa?

Como vamos ver a seguir, alguma da produção linguística das últimas décadas nesta área tem dado respostas distintas às questões acima apresentadas.

Em relação ao número e definição dos papéis temáticos, é importante referir a contribuição de Dowty (1990), ao propor uma lista de propriedades das protorrelações temáticas de Agente e Paciente, indicadas simplificadaamente em (5) e (6):

- (5) Propriedades do protopapel de Agente: volição; causa do evento; percepcionador / “sentidor”; movimento; o referente existe independente da ação do V.
- (6) Propriedades do protopapel de Paciente: mudança de estado; tema incremental; afetado pelo evento; estacionário; o referente pode não existir independentemente da ação do verbo ou pode nem existir.

A que Dowty acrescentou o princípio de seleção dos argumentos em (7):

- (7) Princípio de seleção dos argumentos: o argumento de um predicado que tenha o maior número de propriedades de protoagente implicado pelo significado do predicado pode (...) ser selecionado para sujeito; o argumento que tenha o maior número de propriedades de protopaciente pode (...) ser lexicalizado como o objeto direto do predicado.

Esta proposta é interessante por ter colocado a questão num nível de abstração mais elevado do que os papéis temáticos, embora coloque também algumas questões; como escreve Ramchand (2008, p. 6), o princípio de seleção de argumentos (7) está mais perto de tendências cognitivas gerais e dificilmente pode ser visto como um princípio do sistema computacional.

Em relação à ordem e hierarquia dos papéis temáticos, uma hipótese consiste em propor que a entrada lexical de uma palavra predicativa é uma lista não organizada de argumentos e de papéis temáticos a ele associados e que existe uma hierarquia, talvez universal, quanto à projeção desses argumentos na sintaxe. Esta é a proposta de Jackendoff (1972) e, mais tarde, já depois da publicação de Chomsky (1981), de autores como Larson (1988) e Grimshaw (1990), para os quais alguns argumentos são mais altos do que outros na hierarquia temática.³

A hierarquia estabelece a ordem pela qual os argumentos são escolhidos para preencher as funções sintáticas nas construções; assim, por exemplo, o Agente é o mais alto na hierarquia, devendo por isso ser projetado como sujeito e assim por diante.⁴

A este propósito refira-se o tratamento de Baker (1988), que relaciona os papéis temáticos e a estrutura gramatical não por uma hierarquia temática, mas por um princípio mais forte, a *Hipótese de uniformidade de atribuição de papel temático* (*Uniformity of theta assignment hypothesis, UTAH*), cujo conteúdo é indicado em (8):

- (8) Hipótese de uniformidade de atribuição de papel temático:
 Idênticas relações temáticas entre itens lexicais são representadas por relações estruturais idênticas entre esses itens ao nível da Estrutura-D (cf. Baker 1988, p. 46).

A UTAH estabelece que um item lexical ou uma expressão nominal que receba uma determinada relação temática se deve projetar numa posição estrutural fixa, por exemplo, um Tema deverá ser um Objeto Direto.

1.1.3 ————— Algumas alternâncias e a importância da estrutura de evento

Porém, como sabemos, há vários casos de alternância, em que um determinado argumento com uma dada relação temática é projetado numa posição estrutural não “esperada”. Vejamos brevemente alguns destes casos:

- a alternância dativa em línguas como o inglês: este fenómeno consiste no facto de existirem duas construções para denotar uma situação de transferência de posse: uma construção preposicional (9a) e uma construção de duplo objeto (CDO) (9b):
- (9) (a) John gave a book to Mary.
 João deu um livro a Maria
 ‘O João deu um livro à Maria.’
- (b) John gave Mary um book.
 João deu Maria um livro
 ‘O João deu à Maria um livro.’

Larson (1988), aceitando o princípio de Baker, propõe que diferenças de relações estruturais são obtidas por movimentos sintáticos e movimentos em Forma Lógica; assim, vai explicar a alternância dativa propondo que a construção preposicional é a básica e que o SN Beneficiário *Mary* sobe para uma posição mais alta na estrutura, obtendo-se a CDO. Tal fenómeno levá-lo-á a propor uma estrutura altamente hierarquizada do SV que vai influenciar de forma determinante os estudos posteriores (sobre este assunto ver capítulo 5. deste livro).

- a alternância locativa, que envolve os chamados *spray/load* verbs, estudada para o português por Maia (1996, 1999) e Duarte (1998); nesta alternância, o Locativo surge, numa construção, regido de uma preposição apropriada (10a), enquanto na outra construção é o próprio objeto direto do V (10b) (sobre esta alternância ver cap. 3)

(10) (a) O lavrador carregou trigo no camião.

Locativo

(b) O lavrador carregou o camião com trigo.

Locativo

- a alternância causativa / não causativa com certos verbos psicológicos da família de *assustar, to frighten*, em que numa dada construção o argumento Causa é sujeito e o Experienciador é o objeto direto (11a) e noutra construção o Experienciador é o sujeito de um V reflexo inerente ou pseudoreflexo e a Causa surge num complemento preposicionado (11b) (cf. Pesetzky 1995):

(11) (a) A tempestade assustou a criança.

(b) A criança assustou-se com a tempestade

E recordemos a alternância causativa / não causativa, já ilustrada em (2) e (3):

(2) O calor derreteu o gelado.

(3) O gelado derreteu.

Se quisermos manter a UTAH ou outro princípio determinístico de projeção léxico-sintaxe, é óbvio que novos desenvolvimentos têm de ser feitos no sentido de captar fenómenos de alternância.

Antes de voltarmos a esta questão, olhemos de novo para os exemplos (2) e (3), reformulados como em (12a) e (12b):

(12) (a) O calor derreteu o gelado (em dois minutos)

(* durante dois minutos).

(b) O gelado derreteu (às 8h) (* durante dois minutos).

Se virmos a natureza dos adverbiais com os quais as frases se podem combinar (de medida de tempo em (12a), de localização temporal em (12b)), vemos que em (12a) estamos perante um processo culminado, em (12b) estamos perante uma culminação.

Assim, pode colocar-se a seguinte questão (cf. Duguine, Huidobro & Madariaga (2010, p. 4): a estrutura argumental de um dado predicado é determinada pelas relações semânticas, isto é, pelos papéis temáticos que esse predicado atribui aos seus argumentos ou pela estrutura de evento a eles associada?

Com efeito, se um V é diferente de outro do ponto de vista da forma como os seus argumentos se projetam (veja-se as diferenças entre Vs transitivos, inergativos, inacusativos), ou se um mesmo V pode estar associado a diferentes estruturas sintáticas (como *derreter*, nos exemplos (12a) e (12b)), isso pode dever-se ao facto de que tais Vs ou tais variantes de Vs exprimem diferentes tipos de estados de coisas, situações, eventos ou *Aktionsart*.

É esta a proposta em semântica, sobretudo a partir da abordagem baseada na estrutura de evento de Vendler (1967), que distingue entre estados, atividades ou processos, processos culminados e culminações, baseados em noções como mudança ou transição, delimitação temporal ou telicidade e extensão temporal.

De um modo geral, há correlação entre a estrutura argumental e a estrutura de evento dos predicadores: assim, os Vs inergativos são, em geral, de atividade ou de processo (13); os Vs transitivos causativos são frequentemente de processo culminado (14); os Vs inacusativos são muitas vezes de culminação (15) e os Vs predicativos, os Vs psicológicos (como *temer*) e os Vs de conhecimento (como *saber* e outros), são de estado (16):

(13) O João correu (durante uma hora).

(14) O exército destruiu a cidade (em três dias).

(15) O João morreu (às 9h).

(16) O João é português.

Como vimos acima, as alternâncias na estrutura argumental são muitas vezes acompanhadas de mudança de valor aspetual, como já é visível em (12a) e (12b). A alternância locativa é um bom exemplo dessa mudança; veja-se (17a) e (17b), reformulações dos exemplos (10):

(17) (a) O lavrador carregou trigo no camião. (durante 2 horas/*em duas horas).

(b) O lavrador carregou o camião com trigo. (*durante 2 horas/em duas horas).

Com base nos testes indicados, é possível verificar que a interpretação aspetual da construção (17a) é a de processo, enquanto a interpretação aspetual de (17b) é a de processo culminado (cf. Maia 1996; Duarte 1998).

Como os exemplos já mostram e como os desenvolvimentos feitos na sequência de Vendler (1967) evidenciaram, as noções de Vendler de tipos aspetuais não correspondem exatamente a Vs específicos, pois muitos fatores, como a forma dos argumentos internos e externo, nomeadamente a possibilidade de “nomes simples” (*bare nouns*) ou a natureza de nomes massivos ou contáveis

dos argumentos internos, influenciam na interpretação. Veja-se a diferença entre *carregar o trigo*, com artigo definido (que induz uma leitura de processo culminado), e *carregar trigo*, sem artigo (que produz uma leitura de processo). Note-se de igual modo a importância da presença de sintagmas nominais ou preposicionais que definem uma trajetória junto de certos Vs de movimento (compare-se (18), que é gramatical contendo o V *caminhar*, com (19), que é agramatical com o V *vaguear*:

(18) O João caminhou para casa.

(19) * O João vagueou para casa (exemplos de Leal & Oliveira 2008).

Ou ainda a presença de expressões de medida de tempo ou de advérbios durativos junto dos mesmos verbos de movimento, alterando a interpretação aspetual, como em (21) e (22):

(20) O João caminhou para a escola durante meia hora.

(21) O João caminhou para a escola em meia hora (exemplos de Leal e Oliveira 2008).

Quer dizer, certos fatores contextuais podem alterar o “*inner aspect*”, o aspeto lexical. Reconhecendo estas dificuldades, tem havido na literatura semântica várias maneiras de abordar esta questão. A partir de exemplos como (18)-(21) Leal & Oliveira (2008) preferem falar de Vs de processo, de processo culminado e de processo culminável.

Também a existência de Vs escalares, designados por alguns autores como de “*degree achievement*” (Kennedy & Levin 2008, Ramchand 2008: 89-91) escapam de certo modo à classificação de Vendler, ainda por cima porque alguns são télicos (por defeito), como *escurecer* (*o dia escureceu*), e outros são atélicos, como *alargar* em *a estrada alargou* (veja-se a este propósito, além dos referidos trabalhos, Leal 2010). Tudo isto mostra que uma abordagem dos predicados verbais unicamente baseada no aspeto lexical tem os seus limites e que a análise de vários fatores na frase é essencial tanto do ponto de vista sintático como semântico.

Em sintaxe, que é a área que aqui nos interessa, Grimshaw (1990), inspirada em Jackendoff (1983) e em Pustejovsky (1991), constituiu uma tentativa de conciliar a abordagem temática e a abordagem da estrutura de evento. A autora defende que a cada predicador estão ligadas uma estrutura de evento e uma série limitada de papéis temáticos, obedecendo a uma hierarquia; em (22) indico algumas das suas propostas:

(22) Grimshaw (1990):

(i) a estrutura argumental e a dimensão aspetual dos itens lexicais devem ser representadas no léxico;

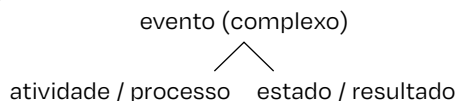
(ii) os argumentos devem ser hierarquizados de acordo com a Hierarquia Temática, formulada como em:

(Agente (Experienciador (Meta / Origem / Locativo / Tema)))

(iii) é a hierarquia na estrutura argumental e na estrutura aspetual em simultâneo que determina a realização sintática dos argumentos como sujeito, como objeto direto, etc.

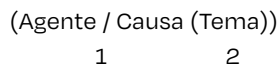
Tomemos o caso de *derreter*, *quebrar* ou *afundar*, verbos que têm uma variante transitiva que, na tipologia de Vendler, poderia corresponder a um processo culminado. Segundo a autora, esses Vs descrevem um evento complexo e, como tal, comportam duas dimensões: uma atividade ou um processo e um estado, um resultado, como descrito em (23):

(23)



Derreter, *quebrar* ou *afundar* têm nessa variante dois argumentos: *x derreter y*, *x quebrar y*, *x afundar y*, o argumento *x* é o mais proeminente tanto na estrutura argumental como na estrutura de evento, porque é ele que é o responsável pela atividade. Logo, *derreter*, *quebrar*, *afundar* terão as estruturas temática e aspetual como delineado em (24) (em que os algarismos representam a hierarquia dos argumentos na estrutura de evento:

(24)



Na sequência de Grimshaw, vários autores irão questionar a centralidade da noção de papel temático e considerar que a estrutura de evento é a informação determinante para se compreender a projeção da estrutura argumental dos predicados na sintaxe (ver Tenny 1992, Pustejovsky 1991, Borer 2005, Ramchand 2008, entre outros).

1.2 ————— MODELOS SINTATICISTAS, MODELOS LEXICALISTAS, MODELOS INTERMÉDIOS

Entretanto, uma nova questão se coloca (cf. de novo Duguine,

Huidobro & Madariaga (2010, p. 4). A estrutura argumental está indicada no léxico em relação a cada item que seja predicador, está indicada no léxico e na sintaxe ou é relativamente independente das propriedades dos itens lexicais específicos?

1.2.1 ————— Modelos sintaticistas

Como já se percebeu pela apresentação feita, em relação a esta questão há posições mais sintaticistas, há posições mais lexicalistas e há posições intermédias.

Para inúmeros autores que citei, a estrutura argumental está localizada no léxico e também na sintaxe, uma vez que está sujeita a rearranjos por movimento: é assim com Williams (1980), Chomsky (1981), (1986), (1995), Baker (1988), Larson (1988), Grimshaw (1990), entre muitos outros.

Em Borer (2005), Ramchand (2008) e também em Alexiadou (2001), de que falaremos adiante, a estrutura argumental é unicamente representada na sintaxe, não se concebendo uma componente chamada léxico em que tal informação esteja indicada.

Como já sugerido acima, além dos problemas levantados pelas alternâncias, um dos temas que justificou, por parte de alguns autores, forte desconfiança em relação à existência do léxico como o nível em que as estruturas argumentais dos predicados verbais estão indicadas foi a sintaxe do objeto indireto / dativo. Tem sido notado que muitos predicados verbais aceitam objetos indiretos incorporados, acrescentados ou aplicados; um verbo como *colocar*, que é um verbo de localização selecionando um argumento interno Locativo, pode aceitar um objeto indireto, com a interpretação de Beneficiário, como em (25) (cf. ainda capítulo 5 sobre vários tipos de dativos):

(25) Coloquei as cortinas à Maria (na sala). / Coloquei-lhe as cortinas (na sala).

Para dar conta deste fenómeno surgiu a proposta de um nó Aplicativo (Marantz 1993), sendo o objeto indireto projetado como especificador desse nó Aplicativo. Mas há uma alternativa radical a essa proposta: um modelo que permita a inserção de predicados e argumentos mesmo quando não há uma relação intrínseca predicado-argumento, como é o caso de *colocar...à Maria*. É esta a escolha de Ramchand (2008: 38), que constrói um modelo generativo-construtivista, preconizando “a construção livre dos símbolos terminais sintáticos e permitindo que o conhecimento

enciclopédico sirva de mediação em ordem a saber se um item lexical particular pode ou não ser inserido nos símbolos terminais ou não” (minha tradução).

1.2.2 ————— Hale & Keyser (1993): um modelo lexicalista

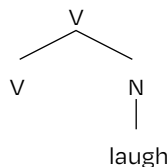
No outro extremo, a estrutura argumental está unicamente localizada no léxico. Talvez a abordagem mais radical desta posição lexicalista seja a assumida por Hale & Keyser (1993, 2002), autores que defendem que a estrutura argumental é uma configuração sintática projetada pelo próprio item. O modelo de Hale e Keyser permite construir uma “1-syntax”, cujos princípios fundamentais estão apresentados em (26):

- (26) Hale & Keyser (1993, 2002): a estrutura argumental (no léxico) é determinada pelas configurações sintáticas em que pode aparecer; só há duas relações sintáticas, a de especificador e a de complemento; só há ramificação binária; a iteração é proibida.

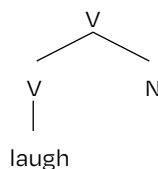
O ponto de partida para a proposta desta teoria são fenómenos próprios ao inglês: muitos verbos nesta língua são sintéticos, uns denominais (*cry, dance, glow, jump, laugh, run, trouble, walk*), outros deadjetivais (*clear, cool, freeze, grow, melt, narrow, sink, split, wide*).

A partir deste facto, Hale e Keyser constroem uma teoria lexical em que muitos verbos são construídos a partir da incorporação / movimento de uma base nominal ou adjetival para um V abstrato por incorporação (também designada “conflation” ou “fusão de núcleos argumentais”), como descrito simplifadamente em (27) e (28):

(27)



(28)



Visto deste modo, os Vs considerados classicamente como Vs intransitivos (como *correr, saltar, dançar*) são transitivos “escondidos”, proposta que marcou definitivamente o estudo dos chamados Vs inergativos.

Adaptando a ideia inicial ao Programa Minimalista (Chomsky 1995), Hale & Keyser (2002: 76) vão falar mais tarde de “conflation” como um processo de cópia, cópia essa que pode ou não realizar-se. No entanto, ao darem-se conta da distinção entre objetos cognatos verdadeiros, como em (33a) e os argumentos hipónimos, como em (29b),

(29) (a) Os guerreiros dançam uma dança frenética à volta de um totem (Duarte & Brito 2003, p. 185)

(b) Eles dançaram um tango,

os autores acabam por propor que a “conflation” pode ser, afinal, uma operação de seleção (cf. Hale & Keyser 2002, pp. 88-98), o que de alguma maneira enfraquece o modelo pretendido pelos autores.

Como comentário genérico a este modelo, diga-se que ele comporta um léxico que quase se substitui à sintaxe, comportando movimentos e repetindo operações que só deveriam dar-se na componente sintática. Mas o que é certo é que ele levantou questões muito interessantes, por exemplo, a dos objetos cognatos (ver para o português Choupina 2013), a dos Vs leves,⁵ a dos Vs inergativos e, como tal, os textos de Hale e Keyser constituem uma referência indispensável no estudo da relação léxico-sintaxe.

Outra abordagem lexicalista importante é a de Levin & Rappaport Hovav (1988, 1995) e a ela nos referiremos com mais detalhe no capítulo 3 da parte I deste livro.

1.2.3 ————— Reinhart (2000) e Reinhart & Siloni (2003): um modelo intermédio

Uma abordagem de compromisso muito interessante é a de Reinhart (2000) e Reinhart & Siloni (2003).

Reinhart (2000) apercebe-se das dificuldades em trabalhar apenas com papéis temáticos e propõe um processo de decomposição dos papéis temáticos em traços mínimos, sugerindo os traços [\pm c] (“mudança provocada por uma causa”) e [\pm m] (“estado mental”). Assim, a cada papel temático correspondem “clusters” (feixes) de traços, em que alguns papéis temáticos podem ser não especificados em relação a alguns dos traços. Vejam-se os seguintes: Agente é [+c +m]; Causa é [+c]; “Sentidor” (“sentient”) é [+m]; Instrumento é [+c -m]; Experienciador é [-c +m]; Tema é [-c -m]; Meta / Origem é [-c]; Tema é [-m].

A autora está interessada em descrever algumas das alternâncias já referidas, propondo operações lexicais de redução e de saturação de argumentos. No trabalho de Reinhart & Siloni (2003), as autoras escolhem, para ilustrar este tipo de operações, os verbos reflexos.

Estes Vs têm sido analisados de diferentes modos: Marantz (1984), Kayne (1988), Pesetsky (1995) e outros aproximam-nos dos Vs inacusativos e consideram que eles perdem o argumento externo. Marantz nota uma restrição que opera na reflexivização nas construções de Marcação Excepcional de Caso (ECM), ilustrando o problema com exemplos do islandês, mas a mesma observação pode ser feita em relação ao francês e às línguas românicas em geral. Considere-se a construção em (30a) e o seu equivalente reflexo em (30b). O predicado *considère* toma uma oração pequena como seu argumento interno e o predicado atribui caso acusativo a *Pierre* em (30a), que é sujeito da oração pequena e recebe por isso o papel temático do ADJ *intelligent*. Mas em (30b), apesar de se poder reconstituir também uma oração pequena, *se* só pode ser o reflexo de *Jean* e não do sujeito de *intelligent*:

- (30) (a) Jean considère Pierre intelligent.
 'O João considera o Pedro inteligente.'
 (b) Jean se considère intelligent.
 'O João considera-se inteligente.'

Marantz conclui então que a operação lexical de redução argumental que caracteriza os verbos reflexos só pode afetar o argumento externo (não o interno) e o sujeito dos Vs reflexos é um sujeito derivado, propondo a estrutura (31) para (30b) :

- (31) Jean_i se considère [[-]_i intelligent].

Chierchia (2004) considera igualmente que nos verbos reflexos opera uma operação de redução, mas num sentido contrário ao dos autores acima indicados, pois os Vs transitivos perdem aqui o argumento interno.

Retomando estas duas posições, Reinhart e Siloni advogam a favor da inergatividade destes Vs, mostrando que, em hebreu e em inglês, ao contrário do francês, pode encontrar-se uma anáfora reflexa na posição de sujeito da oração pequena afetada pelo caso acusativo, como mostram os exemplos (32b) e (33b):

- (32) (a) * Dan mitxašev intilgenti.
 Dan considera (refl) inteligente
 (b) Dan maxšiv et acmo intilgenti.
 Dan considera se ACUS inteligente

'Dan considera-se inteligente.'

(33) (a) * Dan considers intelligent.

(b) Dan considers himself intelligent.

Dan considera ele próprio inteligente

'Dan considera-se inteligente.'

Estes e outros fenómenos levam as autoras a propor que em línguas como o hebreu, o neerlandês, o russo, o húngaro, o inglês, a operação de redução argumental que está na base dos Vs reflexos atua no léxico, permitindo exemplos como (32b) e (33b); enquanto nas línguas românicas, no alemão, no servo-croata, no grego, tal operação atua na sintaxe, tornando impossível a reflexivização do sujeito de uma oração pequena (ver de novo o exemplo (30) do francês). Propõem então um parâmetro de variação nas línguas quanto ao nível (léxico ou sintaxe) em que as operações lexicais operam, numa tentativa de conciliação entre as abordagens anteriores.

(34) PARÂMETRO LÉXICO / SINTAXE

A GU permite que as operações temáticas se apliquem no léxico ou na sintaxe:

Aplicação no léxico: hebreu, neerlandês, inglês, russo, húngaro.

Aplicação na sintaxe: línguas românicas, alemão, servo-croata, grego.

Ao propor que os processos lexicais podem ter mais peso numas línguas do que noutras, este parâmetro abre a porta ao estudo da variação linguística, com importantes implicações. Tal como nalguns autores citados até este momento, a conceção apresentada por Reinhart e Siloni está baseada na existência do léxico, mas de modo distinto.

Vemos que até este momento contactámos com duas visões distintas de léxico (cf. Ramchand 2008: 8), sintetizadas em (35):

(35) Um LÉXICO ESTÁTICO, que contém informação sobre a estrutura argumental dos predicadores e que se correlaciona de maneira sistemática com a estrutura sintática. O léxico tem o seu próprio vocabulário, mas não há manipulações anteriores à inserção. Os movimentos sintáticos podem alterar a manifestação das estruturas argumentais. É a conceção em Baker (1988), Larson (1988), Chomsky (1981) e obras seguintes.

Um LÉXICO DINÂMICO, que contém informação sobre estrutura argumental dos predicadores e que se correlaciona de maneira sistemática com a estrutura

sintática. O léxico contém o seu próprio vocabulário, assim como manipulações internas prévias à inserção. Os movimentos sintáticos para dar conta de alterações estruturais são reduzidos. É o que acontece em Hale & Keyser (1993, 2002), Levin & Rappaport Hovav (1988), Reinhart (2000), Reinhart & Siloni (2003), embora em moldes distintos, como vimos.

Repare-se que na visão estática do léxico há alguma redundância entre léxico e sintaxe, na medida em que as estruturas argumentais dos predicadores verbais são descritas em dois lugares da gramática; nessa visão, os fenômenos de alternância são difíceis de explicar a não ser sofisticando os modelos, o que tem sido tentado por vários autores.

Esta crítica não pode ser feita ao modelo de Reinhart & Siloni, uma vez que se concebe que um verbo pode ser objeto de regras de redução ou alteração argumental no próprio léxico ou na sintaxe, de acordo com uma variação paramétrica.

Do meu ponto de vista, em todos os casos de alternância assinalados não estamos perante duas variantes lexicais do mesmo verbo, mas perante duas ou mais maneiras que o mesmo verbo tem de se projetar na estrutura sintática. Por outro lado, pode mesmo acontecer que certos constituintes mantenham com certos predicados verbais uma relação que tradicionalmente tem sido designada de “objeto indireto”, mas que não são selecionados por esses verbos (ver capítulo 5 sobre construções ditransitivas).

Sendo assim, pode ser na estrutura sintática, funcional, constituída por projeções verbais, devidamente articuladas a informações relacionais (papéis temáticos ou relações mais “empobrecidas”), que vamos encontrar a solução para uma adequada articulação entre o significado lexical e as estruturas sintáticas.

Levando esta conceção até às últimas consequências, pode não existir uma componente – o léxico – onde a estrutura argumental dos predicados esteja especificada. Partilham da conceção de que não existe um léxico, embora em moldes diferentes, vários autores, como Halle & Marantz (1993), Borer (2005a, b), Ramchand (2008) e ainda Alexiadou (2001).

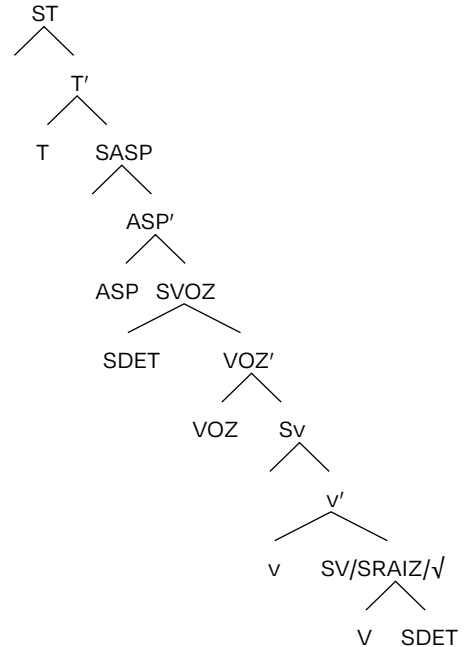
1.2.4 ————— Alexiadou (2001): um desenvolvimento da Morfologia Distribuída

Para Alexiadou (2001), que trabalha no quadro da Morfologia Distribuída, é a partir da raiz verbal que se forma uma frase ou

uma outra qualquer categoria mista verbal / nominal. Numa frase, a “camada” funcional verbal é constituída (pelo menos) por Sv (“vP”) e SV (“VP), SRAIZ (“RootP” ou “LP”). Em Alexiadou, Iordăchioia & Schäfer (2011), os autores incluem, para além de ST (“TP”), a categoria SVOZ (“VoiceP”), introduzida, aliás, por Kratzer (1996) para introduzir o argumento externo e para descrever os fenómenos de diátese e de voz. Neste modelo há uma distinção clara entre aspeto lexical ou *Aktionsart*, que é dado pelas raízes verbais e pelo domínio SVOZ-Sv, e Aspeto gramatical, descrito pelo nó ASP (Aspeto); o nó ASP alberga operadores aspetuais (auxiliares, advérbios) ou certos traços.

Em (36) descrevo a estrutura de frase que contém um verbo transitivo:

(36)



1.3 ————— UMA SÍNTESE POSSÍVEL

Em síntese, vários modelos atualmente disponíveis perspetivam de maneira diferente a relação entre o significado lexical dos predicados verbais e a estrutura sintática: uns preconizam uma interface léxico-sintaxe, embora difiram quanto à natureza estática ou dinâmica do léxico e quanto à parte do

significado lexical que consideram determinante para a sintaxe – a estrutura temática, a estrutura concetual ou a estrutura eventiva. Um dos maiores desafios para os vários modelos referidos parece situar-se no tratamento de fenómenos de alternância.

Foi sugerido que os fenómenos de alternância verbal não alteram o significado lexical dos itens envolvidos e que cabe à estrutura funcional sintática, constituída por nós funcionais do tipo SASP, SVOZ, Sv e SV dar conta das diferentes construções em que um mesmo predicado verbal pode surgir; quanto às relações temáticas, elas parecem não ser primitivas e ser deduzíveis em grande parte das posições de especificador e de complemento das categorias funcionais apropriadas a cada construção.

Há modelos que negam a existência de uma interface léxico-sintaxe, como os de Alexiadou, Borer, Ramchand: a existência do léxico, como componente em que são elencados os predicados verbais e suas estruturas argumentais, é questionada e propõe-se que cabe à sintaxe dar conta da maneira como as estruturas argumentais dos predicados vão sendo construídas.

Nos capítulos seguintes estes temas serão discutidos em relação a algumas subclasses de verbos. No capítulo 2 o enquadramento é a Teoria da Regência e da Ligação, constituindo uma introdução a esse modelo. No capítulo 3, a influência maior é de Levin & Rappaport (1988) e da sua noção de estrutura lexical concetual, assim como da noção de estrutura de evento de Grimshaw (1990). Nos capítulos 4, 5 e 6 o contributo fundamental é o de Alexiadou (2001).

- 1 O capítulo parte de Brito (2012a). O texto foi cortado nalgumas partes e surge em três momentos distintos deste livro, neste cap. 1, nas Considerações introdutórias à parte III e no capítulo 11. aqui apenas em complementos subcategorizados, mas o sujeito não é subcategorizado; por outro lado, os verbos preposicionados são diferentes dos verbos não preposicionados. Para superar o primeiro limite do Princípio de Projeção, Chomsky formula em 1982 o Princípio de Projeção Alargado (EPP): “As orações têm de ter um sujeito” (Chomsky 1982: 10); por sua vez, Williams (1980) distingue entre argumentos internos e argumento externo. Mais tarde, já no Programa Minimalista, EPP irá ser revisto como um traço associado a categorias funcionais. Quanto aos verbos preposicionados, Marantz (1984)
- 2 Em Chomsky (1981), concebe-se ainda que uma construção que não respeite as propriedades de subcategorização de um dado item lexical deverá ser mal construída sintaticamente, quando se propõe o Princípio de Projeção: “As representações de cada nível sintático (...) são projetadas a partir do Léxico, respeitando as propriedades de subcategorização dos itens lexicais (Chomsky 1981: 29). Chomsky fala

- considera existir marcação temática indireta de certos argumentos (pela combinação do V com uma preposição): assim, por exemplo, nos verbos de movimento em português *ir, vir, entrar*, o papel temático de Locativo, Origem ou Meta é atribuído não apenas pelo verbo mas com a ajuda de uma preposição ou locução prepositiva, como *em, de, para, em direção a*, etc.
- 3 A Hierarquia Temática, tal como foi formulada por Jackendoff, Grimshaw e outros, não capta o estatuto especial do chamado sujeito. O sujeito não é um complemento, não é subcategorizado pelo V, projetando-se numa posição sintática que é geralmente concebido como exterior ao SV. Daí a proposta de distinção entre “argumento externo” e “argumento(s) interno(s)” de Williams (1980), já referida anteriormente; mais tarde, Sportiche (1988) vai propor que o argumento externo é gerado como especificador de SV e movido ou não para a posição de especificador de ST (o que permitiu analisar de forma interessante fenômenos como a “inversão livre de sujeito”, a “flutuação de quantificador” *all, tous, todos*). Kratzer (1996) propõe a categoria funcional VoiceP (SVOZ) e considera
- que o chamado argumento externo, designação da qual, aliás, se distancia, é gerado em especificador de VoiceP.
- 4 Entre outras críticas que têm sido feitas a este tipo de hierarquia, Ramchand (2008: 4) considera que hierarquias a ligar papéis temáticos a posições sintáticas são difíceis de justificar, enquanto as abordagens baseadas na estrutura de evento não precisam de qualquer hierarquia de realização de papéis temáticos, porque, entre outras razões, esta abordagem considera outros elementos na frase, como os adverbiais, as propriedades semânticas dos objetos - plurais, nomes massivos, sintagmas de medida de tempo - que determinam a realização da estrutura de evento e da estrutura argumental.
- 5 Nomeadamente a partir do texto Hale & Keyser (1993) e da adaptação que destas ideias fez Chomsky (1995), a noção de “v pequeno” passa a designar não só a posição abstrata de V (para a qual o V sobe no decurso da derivação), mas também a noção de “verbo leve” com suporte fonético (como *dar (um abraço), ter (um desmaio), fazer (um assalto)*, em Português).

2 ————— CATEGORIAS LEXICAIS E CATEGORIAS FUNCIONAIS: DO VERBO À FLEXÃO¹

Neste capítulo mostrarei que, qualquer que seja o modo como perspetivarmos a relação léxico-sintaxe e a centralidade do verbo na estruturação dos enunciados e das frases, importa ter sempre em conta que os verbos não fazem por si só uma frase, e que é crucial considerar a importância das categorias funcionais, em particular a Flexão ou outras categorias da mesma natureza. Assim, depois de uma breve distinção entre frase e enunciado (2.1.), relaciona-se seleção categorial e seleção temática (2.2.), para a seguir se mostrar a importância da Flexão verbal para a compreensão da estrutura sintática da frase em português.

2.1 ————— FRASE E ENUNCIADO

Ao abordarmos o papel do verbo na frase importa recordar, em primeiro lugar, que as noções de enunciado e de frase não são coincidentes. Com efeito, um enunciado é um objeto produzido pela atividade linguística e pode ser constituído por uma construção frásica, mas também por uma construção menor que uma frase: um *olá*, uma resposta a uma pergunta (*Quem chegou? A Maria*), uma exclamativa nominal (*Linda menina!*) são enunciados, sem chegarem a ser frases. Uma frase é uma noção abstrata que se adequa a um certo tipo de construção linguística, simples ou complexa (*A Maria chegou; alguém disse que a Maria chegou*).

Por essa razão, entre a noção de enunciado e a noção de frase situa-se a fronteira entre a área semântico-pragmática e a área da sintaxe. Nesse sentido, a noção central em sintaxe é a de frase (simples ou complexa), e não a de enunciado. A noção de frase, por sua vez, pode ser definida de diferentes modos consoante a perspetiva teórica em que nos colocarmos. Assim, se privilegiarmos uma perspetiva categorial, a frase é uma dada concatenação de categorias sintáticas, em que a categoria Sintagma Verbal tem uma importância capital. Se privilegiarmos a perspetiva funcional, então definiremos a frase como uma dada concatenação de funções sintáticas, sendo as funções de predicado e de sujeito que satura o predicado, as noções centrais.

Quer adotemos uma ou outra perspetiva, sabemos que, quando um item lexical pertencente à categoria V está presente

numa frase, ele é, de um modo geral, a categoria predicativa ou predicador por excelência (excetua-se o caso dos verbos auxiliares e dos verbos leves, que aqui não consideraremos).

2.2 ————— VERBOS, SELEÇÃO CATEGORIAL E SELEÇÃO TEMÁTICA

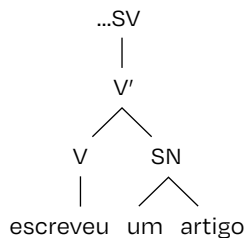
Como já referido no capítulo anterior, duas das propriedades fundamentais dos verbos são a seleção categorial e a seleção temática dos seus argumentos.

Tomemos o exemplo da frase (1):

(1) A Ana escreveu um artigo.

Do ponto de vista categorial, há razões para considerar que a estrutura sintática de (1) comporta um Sintagma Verbal, projeção máxima do núcleo V *escrever*, contendo, além do V, o SN *um artigo*, como simplificada-se se descreve em (2):

(2)



Há alguns testes sintáticos que mostram que o V e o SN que é funcionalmente o seu Objeto Direto formam o constituinte SV:

- (3) (a) A Ana escreveu um artigo e a Maria também [-].
 (b) A Ana escreveu um artigo e a Maria fez o mesmo.
 (c) O que fez a Ana? Escreveu um artigo.

Em (3a) a categoria vazia assinalada por parêntesis retos recupera a sequência de palavras *escreveu um artigo*. E o mesmo se pode dizer em relação à “proforma verbal” *fez o mesmo*, em (3b). Finalmente, em (3c), um par Pergunta/Resposta, pode isolar-se a mesma sequência de palavras. Se assim é, tal sequência é um constituinte e, dado que é a projeção de um V, podemos designar esse constituinte Sintagma ou Grupo Verbal.

Como sabemos, o V é uma categoria predicativa: por outras palavras, os itens lexicais pertencentes à categoria V são, em termos lógico-semânticos, predicados de *n* lugares ou argumentos: por exemplo, *chover* é um predicado de zero argumentos, *tossir* é um predicado de um argumento, *escrever* de dois argumentos, *dar* de três argumentos.

No caso do V *escrever*, dado tratar-se de um V de atividade ou de processo, associamos a um dos argumentos a relação ou papel temático de Agente e ao outro argumento associamos o papel temático de Tema, Paciente ou Objeto (neste caso, *um artigo* representa o próprio objeto criado pelo processo de *escrever*).

Para distinguir os dois argumentos do V, passarei a utilizar as noções de argumento externo para o argumento que é realizado em Estrutura-S fora da projeção máxima do V, do SV; o argumento externo é aquilo a que tradicionalmente se chama o sujeito frásico. E argumento(s) interno(s) para o(s) argumento(s) que é (são) projetados no interior do SV. A designação tradicional é, neste caso, a de complemento(s).

Em (4a), representa-se a grelha de subcategorização ou a seleção categorial do V *escrever*, mostrando-se, com a ausência de qualquer indicação relativamente ao SN sujeito, que este está a ser encarado como argumento externo, portanto, fora do quadro de subcategorização do V:

(4) (a) escrever: [-- SN]
 V SV

Já (4b) representa a grelha temática ou a seleção temática do V *escrever*:

(b) escrever: Agente [Tema/ Objeto]
 V SV

Estou, portanto, a assumir que em relação a este e à maioria dos itens lexicais que são Vs, na entrada lexical respetiva, mais precisamente na indicação relativa à grelha temática, deve constar o papel temático que o item tem disponível para atribuir ao seu argumento externo (ver a este propósito o capítulo 1).

A situação é, no entanto, mais complicada para outros Vs. Tomem-se os exemplos (5a) e (5b) com o V *partir*.

(5) (a) A Helena partiu um pé.
 (b) A Helena partiu um prato, de raiva/ intencionalmente.

Em (5a) e (5b), são distintos os papéis temáticos que o argumento externo recebe (em (5a), Tema, Objeto ou Paciente² e em (5b) Agente); por essa razão, tem sido proposto que a marcação temática do argumento externo é composicional, isto é, é todo o SV (o V+SN em (5a) e em (5b) o V+SN+o próprio adjunto a SV) que intervém nessa marcação.

Outro exemplo típico da marcação temática composicional é dado por construções frásicas com certos Vs que assumem ou um sentido psicológico ou um sentido físico consoante a natureza semântica do N que faz parte do argumento preposicional:

- (6) (a) A Maria abateu a família com aquela notícia.
 (b) A Maria abateu a raposa com um pau.

Em (6a), a expressão nominal *a Maria* recebe o papel temático de Causa; em (6b), a mesma expressão nominal tem a interpretação de Agente. De novo, a marcação temática do argumento externo é composicional, uma vez que é a distinção entre *com aquela notícia* e *com um pau* (representando o Instrumento psicológico em (6a) e concreto em (6b)) que interfere crucialmente na interpretação psicológica ou agentiva do V e, em consequência, na marcação temática do argumento externo.

Podemos, pois, concluir que certos Vs, embora tenham previsto na sua entrada lexical a presença de um argumento externo, só o marcam tematicamente em função da natureza do seu argumento interno (e como vimos em relação a (5) e (6) por vezes mesmo com a intervenção dos adjuntos).

A exposição anterior revela bem que o V, sendo a categoria predicativa por excelência e sendo, por isso mesmo, o tipo de palavra a partir do qual se selecionam as expressões nominais que constituem os argumentos externo e internos, é, de facto, o fator fundamental na estruturação da frase.

2.3 ————— A IMPORTÂNCIA DA FLEXÃO

No entanto, lembremo-nos de que o V, numa frase finita como aquelas que temos estado a observar, não surge sozinho: surge com marcas de Flexão, isto é, marcas de Tempo e de Concordância (Pessoa, Número). A questão que se coloca é saber se há razões sintáticas para cindir o V e a Flexão, ou por outras palavras, se a Flexão é, ela própria, uma categoria sintática, de natureza distinta da das categorias lexicais.

Começemos por observar o exemplo (7a):

- (7) (a) Ela escreveu um artigo.

O pronome pessoal *ela* está claramente na forma nominativa, na forma de sujeito. Que categoria sintática é responsável por essa atribuição de caso nominativo? Não é o V, o V atribui o caso Acusativo, como vemos a partir de frases como (7b):

- (7) (b) A Ana escreveu-o.

Se analisarmos agora (7c), uma frase complexa com uma oração completiva infinitiva:

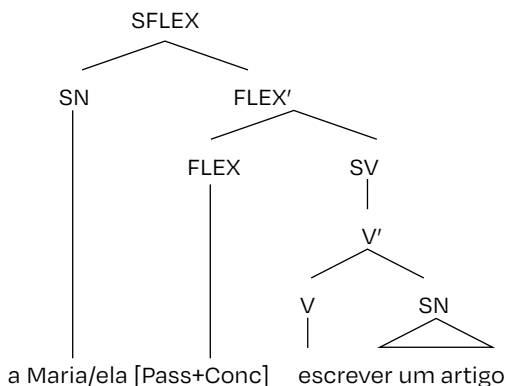
- (c) * Eu quero ela escrever um artigo.

vemos que a sua agramaticalidade deriva precisamente do facto de

na oração infinitiva que é complemento do V *querer* não existirem condições de atribuição de caso nominativo ao pronome, visto a forma verbal não conter Flexão. Podemos, pois, concluir que, em (7a), a categoria atribuidora de caso nominativo é a Flexão, concebida então como uma categoria sintática de natureza funcional, gramatical ou morfológica.

Sendo assim, a estrutura sintática de uma frase simples como (i) ou como (7a) é qualquer coisa como o que se representa em (8), admitindo que SFLEX (Sintagma Flexionado) é, como qualquer outra categoria, uma projeção máxima, de grau 2 e que obedece ao princípio de endocentricidade.³ Nos capítulos seguintes usarei SFLEX ou ST (Sintagma Tempo) como a categoria que descreve a estrutura de uma frase simples. Voltarei a este tema em vários momentos deste livro:

(8)



Dado que a ordem dos constituintes nesta estrutura não corresponde à ordem exibida na frase, é necessário propor que o V e a Flexão se amalgamam de algum modo: isso pode ser obtido por meio de uma regra de movimento do V para Flexão ou por meio de uma regra morfofonológica de junção da Flexão ao V. Há razões que apontam para a primeira solução em línguas como o português e para a segunda solução em línguas como o inglês. Voltarei a estas questões no capítulo 15 e na parte V deste livro. De momento apenas quero realçar a importância de se considerar a Flexão como uma das categorias sintáticas de uma frase finita.

Repare-se que o português tem razões fortes para a consideração da Flexão como categoria funcional. Gostaria de apontar algumas dessas razões:

- o Português é uma das línguas que admite frases finitas sem sujeito expresso:

(9) Escrevi um artigo.

Dado que há muitas outras línguas (como o francês, o inglês) que não admitem este tipo de sujeito nulo, tem sido apontado que o fator determinante é a existência em línguas como o português de uma Flexão forte, por contraste com uma Flexão fraca (em francês, em inglês, embora em moldes um pouco diferentes). Ver a este propósito a Introdução ao livro.

— o Português comporta o Infinitivo Flexionado:

(10) É difícil (nós) trabalharmos sem um computador.

Também aqui é a possibilidade de uma Flexão sem marca de Tempo, mas com marcas de Concordância (Pessoa, Número) (combinação típica do Infinitivo Flexionado) que explica a existência de uma oração completiva plena, que pode ou não conter sujeito expresso (Raposo 1987).

Em síntese, tendo mostrado inicialmente que o verbo é a categoria predicativa por excelência e como tal estruturadora da frase, concluo evidenciando que, nas frases finitas, a Flexão é a categoria funcional que permite explicar inúmeros fenómenos da sintaxe e da morfologia do português.

- | | |
|--|--|
| <p>1 O capítulo parte de Brito (1998) com algumas modificações de pormenor.</p> <p>2 Neste capítulo e noutros usarei Tema, Objeto (semântico), Paciente para designar a relação temática atribuída, em geral, a um SN Complemento direto (OD) de um V transitivo e que significa que a entidade denotada por esse SN não tem qualquer controlo sobre o processo descrito pelo verbo (ver Duarte e Brito 2003).</p> | <p>3 Na <i>Gramática da Língua Portuguesa</i>, onde sou responsável por alguns capítulos, é também esta a conceção sobre a estrutura de frase flexionada. No Programa Minimalista (Chomsky 1995), é Tempo e não Flexão que é considerado o núcleo da frase. Por isso uma frase simples é concebida como Sintagma Tempo (ST). Sobre este assunto ver toda a parte I, o capítulo 15 e ainda o cap. 22.</p> |
|--|--|

3 ————— ESTRUTURAS CONCETUAIS, PAPÉIS TEMÁTICOS E VERBOS DE LOCALIZAÇÃO¹

Neste capítulo estuda-se a estrutura argumental do verbo *pôr* e de outros verbos de localização. Uma vez que se vão usar nesta análise estruturas concetuais, no ponto 3.1. tecem-se algumas considerações sobre a relação entre a linguagem e a cognição; nos pontos 3.2., 3.3. e 3.4. mostra-se como os papéis temáticos, as estruturas lexicais concetuais e a estrutura de evento podem ser elementos fundamentais para se perceber a forma e a significação dos verbos de localização, incluindo os de alternância locativa. Finalmente, no ponto 3.5., mostra-se que a forma das frases com estes verbos não pode dispensar noções mais formais ligadas a princípios e a parâmetros gramaticais.

3.1 ————— LINGUAGEM E COGNIÇÃO: UMA REFLEXÃO INICIAL

Uma das preocupações centrais das últimas décadas nas ciências da linguagem é compreender a relação entre linguagem e pensamento, entre linguagem e cognição.

A reflexão sobre a relação entre linguagem e pensamento esteve sempre presente desde a Antiguidade Clássica e principalmente entre os grandes pensadores dos séculos XVII e XVIII, como Descartes e Leibniz. Porém, em todos aqueles que constituíram a “primeira revolução cognitiva”, a abordagem foi filosófica e a atenção dada à linguagem e às línguas foi apenas um meio para alcançar as leis do pensamento.

Ora, o que caracteriza a “revolução cognitiva” dos séculos XX e XXI é a ideia de que a noção central a ser explorada é a cognição, ou seja, os mecanismos de aquisição, representação e processamento do conhecimento humano, relacionando de forma estreita cognição e linguagem.

A complexidade desta relação é tal que só a investigação interdisciplinar permitirá encontrar respostas a questões tão difíceis como a de saber se a aquisição do conhecimento, em particular a aquisição da linguagem, é marcada por estruturas inatas ou, pelo contrário, se é explicada por fatores externos, se o conhecimento linguístico é adquirido e representado no nosso cérebro de forma modular e independente da aquisição de outras capacidades humanas (como a memória, a capacidade de resolução

de problemas), entre outros aspetos. Assim, a procura das respostas a essas perguntas não é exclusiva da Linguística e outros campos, como a Psicologia Cognitiva, a Psicolinguística, a Neurolinguística, a Linguística Computacional, a Inteligência Artificial, são importantes para a compreensão dessas complexas relações.

Apesar de todos os debates e de todas as divergências sobre esses temas, há uma ideia compartilhada atualmente pelas ciências cognitivas: a convicção de que a linguagem e as línguas são um dos meios mais fortes para entender os mecanismos da cognição.

A observação das línguas feita pela Gramática Tradicional e pela Linguística tem-nos mostrado que existem correspondências entre categorias linguísticas e categorias nocionais ou concetuais; por exemplo, há em geral correspondência entre a categoria linguística do Verbo e a noção de evento ou de estado, entre os Nomes e as entidades, entre os Adjetivos e a noção de qualidade, entre Preposições e a noção de relação, isto sem problematizarmos a existência de subclasses de todas estas classes de palavras.

No entanto, o facto de haver correspondências entre noções linguísticas e noções concetuais não significa que as relações que estabelecem sejam simples.

Pelo contrário, muitas perguntas devem ser feitas: Como é que as noções e estruturas concetuais se articulam com as noções e as estruturas linguísticas? Que relação existe entre estruturas concetuais e papéis temáticos? Devemos estabelecer os universais linguísticos a partir de noções e estruturas concetuais e papéis temáticos ou os universais linguísticos são de natureza formal?

3.2 ————— DAS FUNÇÕES SINTÁTICAS AOS PAPÉIS TEMÁTICOS

Os gramáticos da tradição clássica e, em geral, os linguistas funcionalistas sempre consideraram que a forma das construções, a sintaxe, é dependente do significado das palavras que as compõem. Na tradição clássica não havia propriamente meios de estabelecer essa relação forma-significado a não ser através das noções ambíguas e por vezes mal definidas de funções sintáticas, em que se misturavam critérios formais – a posição -, dependências semânticas e lexicais e noções discursivas. Veja-se a definição de ‘sujeito’ como “o ser sobre o qual se faz uma declaração” (Cunha & Cintra 1984, p. 123) e de ‘complemento direto’ como “o ser para o qual se dirige a acção verbal” (*idem*, p. 141).

Para dar algum lugar a noções relacionais de carácter semântico, surgiram em vários países europeus e nos Estados

Unidos da América nos anos 50 e 60 do século XX vários modelos de gramáticas de dependências e de valências. Uma dessas visões é a de Gruber (1965) e Fillmore (1968) com a introdução da noção de papel temático ou relação temática (em inglês “thematic roles” ou simplesmente “theta-roles”), a que já nos referimos no capítulo 1, tendo surgido, no quadro da Gramática Gerativa, propostas a favor da dependência entre o significado dos itens lexicais e a forma das construções em que elas surgem.

O facto de em muitas línguas do mundo os argumentos dos verbos e de outras categorias lexicais estarem associados a expressões sintáticas determinadas mostra que o significado lexical desempenha um papel considerável em sintaxe.

Porém, se há algum consenso quanto à correlação significado-estrutura, a natureza dessa interface tem levado a inúmeras perguntas. É o significado lexical de cada item que determina a projeção desse item na estrutura sintática? Será a estrutura temática, a estrutura eventiva ou a estrutura lexical concetual associada a cada predicador que determina a projeção dos seus argumentos na sintaxe?

Para dar resposta a estas perguntas partiremos, neste capítulo, de alguns verbos de localização.

3.3 ————— SIGNIFICADO LEXICAL E PAPÉIS TEMÁTICOS

Sabemos que as construções sintáticas devem satisfazer certas propriedades lexicais dos Vs, como se percebe pela gramaticalidade de (1), em comparação com (2) e (3):

- (1) O João pôs os livros na estante.
- (2) *O João pôs os livros.
- (3) *O João pôs.

Como já referi no parágrafo anterior, uma maneira de descrever o significado lexical ou parte do significado lexical e a sua articulação com a sintaxe é através dos papéis temáticos. Uma das maneiras possíveis de os descrever é sem distinção entre argumentos internos e argumento externo, como em (4):

- (4) pôr_V: Agente, Tema, Locativo

Neste caso, a projeção em sintaxe deve ser assegurada por uma Hierarquia Temática, como em (5):

- (5) “Hierarquia temática:
 1. Agente
 2. Locativo / Fonte / Beneficiário

3. Tema."

A hierarquia em (5) estabelece a ordem pela qual os argumentos são escolhidos para desempenhar funções sintáticas nas construções. Esta é a abordagem de Jackendoff (1972).

Outra possibilidade é marcar nas entradas lexicais a diferença entre argumento externo e argumento(s) interno(s), como proposto por Williams (1980) e Chomsky (1981). A projeção dos argumentos na sintaxe deve refletir essa diferença por meio de algum princípio geral, como o Princípio de Projeção. Tal abordagem é apresentada em (6) e (7): (6) representaria, nessa perspectiva, a entrada lexical de *pôr* e (7) o princípio que garante que essas propriedades devem ser cumpridas em cada nível de representação:

(6) $pôr_V$: SN [V SN SPREP]

Agente Tema Locativo

(7) Princípio de Projeção: "As representações em cada nível sintático (ou seja, Forma Lógica, Estrutura-P e Estrutura-S são projetadas a partir do léxico, devendo observar as propriedades de subcategorização dos itens lexicais" (Chomsky 1991, p. 29, minha tradução).

Note-se que, nesta perspectiva, evita-se o recurso à Hierarquia Temática. Mas há outras abordagens possíveis. A seleção semântica determina a seleção categorial? A partir da indicação dos papéis temáticos e por um princípio de "realização estrutural canônica" (Chomsky 1986), poderá, em geral, prever-se que a realização estrutural de um Agente ou de um Tema, por exemplo, é um SN, o Locativo corresponde, na maioria das línguas, a um SPREP ou a um Advérbio; portanto, a entrada lexical de *pôr* poderia dispensar a indicação de categorias sintáticas e teríamos, em vez de (6), uma entrada lexical como em (8):

(8) $pôr_V$: Agente [Tema Locativo]

3.4 ————— ESTRUTURAS LEXICAIS CONCEITUAIS E A ALTERNÂNCIA LOCATIVA

Se bem que uma abordagem baseada em papéis temáticos seja capaz de dar conta do comportamento de muitos Vs e de outras palavras de natureza predicativa, ficam por resolver alguns problemas. Um deles relaciona-se com a alternância locativa, ilustrada em (9a) e (9b) para o português e já brevemente referida no capítulo 1 (ver ainda Maia 1996, 1999, Duarte 1998):

- (9) (a) O João carregou (o) trigo no caminhão.
 (b) O João carregou o caminhão com trigo.

Com efeito, um modelo que comporta entradas lexicais do tipo de (8) não é suficiente para descrever um V como *carregar*, que tem dois argumentos que podem realizar-se de maneiras sintaticamente distintas.

Procure-se então alternativas. Suponhamos que as entradas lexicais contêm dois tipos de informações: informações sobre a estrutura argumental dos Vs, indicando o número de argumentos e, além disso, um “argumento de evento”, como em (11) (cf. Levin & Rappaport Hovav 1995):

- (11) pôr: e, x < y PREPloc z >

Além da indicação em (11), a entrada lexical pode conter uma Representação Lexical Concetual, como em (12), em que as variáveis representam argumentos dos predicados elementares:

- (12) pôr: x causar y ficar em z

Note-se que, dessa forma, os papéis temáticos são dados implicitamente por predicados elementares: em (12), x corresponde ao agente porque representa a variável responsável pela mudança de lugar de uma entidade y; z indica a localização e y o objeto da deslocação. Assim (12) descreve *pôr* como predicado com três argumentos e como V causativo e de localização.

Se se adotar uma perspectiva baseada na ideia de que as entradas lexicais devem conter informações como as indicadas em (11) e (12), é necessário dar conta da projeção de argumentos em sintaxe e um sistema de regras de associação ou de conectividade (“Linking”) devem ser propostos; as regras necessárias para dar conta da projeção do argumento externo e do argumento interno do V *pôr* são apresentadas em (13):

- (13) (a) “Regra de associação de causa próxima:
 O argumento de um V que descreve a causa de um evento descrito por esse V é o seu argumento externo.” (Levin & Rappaport Hovav 1995, p. 135)
 (b) “Regra de associação de mudança direta:
 O argumento de um V que corresponde à entidade que sofre uma mudança direta descrita por este V é o seu argumento interno.” (*idem*, p. 146)

Ora é este tipo de abordagem que Levin & Rappaport Hovav (1995) usam para descrever o fenômeno da alternância locativa, ilustrada em (9a) e (9b) e que aqui renumeramos como (14a) e (14b):

- (14) (a) O lavrador carregou (o) trigo no caminhão.
 (b) O lavrador carregou o caminhão com trigo.

As autoras observam que, em (14a), estamos perante a variante locativa destes verbos, em (14b), a variante não locativa. Em ambos os casos temos o mesmo V causativo, mas com Estruturas Lexicais Concetuais distintas, propondo então que a cada variante deve corresponder uma (ou mais do que uma) estrutura lexical concetual (ELC) e uma estrutura de predicado-argumentos (EPA), que devem ser relacionadas por regras de “linking” para dar conta da projecção na sintaxe. Em (15) estão apresentadas as ELC de *carregar*.

(15) Estruturas Lexicais Concetuais:

(a) variante do localizado como objeto: [x causar [y ficar em z]]

(b) variante da localização como objeto: [x causar [z ficar num estado] por meio de [x causar [y ficar em z]]]

A projecção das ELC nas respectivas EPA é feita através das regras de “linking”, do tipo das que acima foram referidas em (13).

As autoras propõem ainda a regra (16):

(16) Regra de associação das não-causas imediatas e das não-mudanças diretas: as entidades que nem denotam a causa imediata da eventualidade denotada pelo verbo nem sofrem a mudança direta descrita pelo verbo são argumentos internos introduzidos pela preposição adequada (cf. Duarte 1998: 8).

Da aplicação destas regras às ELC resultam duas EPA (17) e (18) para *carregar*.

(17) *carregar*: x <y em z >

(18) *carregar*: x <z com y >

Estamos a ver que Levin e Rappaport Hovav consideram a existência de um nível mais abstrato, mais perto do significado completo dos itens lexicais, as Estruturas Lexicais Concetuais, e delas fazem depender a expressão da estrutura argumental dos predicados.²

3.5 ————— SIGNIFICADO LEXICAL E ASPETO GRAMATICAL

No entanto, o que parece também estar em causa na alternância locativa é uma diferença aspetual, que não parece ser captada nem por uma análise unicamente baseada em papéis temáticos nem por uma abordagem apenas baseada em estruturas concetuais do tipo das de Levin e Rappaport Hovav.

Assim, tanto em relação a *carregar* como em relação a outros verbos como *semeiar*, *borrifar*, *plantar*, e como notam Duarte (1998) e

Maia (1996, 1999), o tratamento de Levin e Rappaport Hovav acaba por não conseguir dar conta da diferença de interpretação aspetual das duas construções.

Assim, em (14a) há uma *leitura parcial*: como escreve Maia (1999, p. 157), desenvolvendo Duarte (1998) “(...) dizer “*A Maria carregou (o) trigo no camião* não permite concluir que o camião ficou cheio. A frase (14b), pelo contrário, recebe uma interpretação holística ou télica (Rigau 1989). “*A Maria carregou o camião com trigo*” significa que o camião ficou repleto. A construção não locativa transmite a ideia de *completude* da acção denotada pelo verbo.”

Quer dizer, a construção locativa significa um processo, a construção não locativa significa tendencialmente um “accomplishment” ou um processo culminado.

Como também mostra Maia (1999, p. 158) “se o objeto direto for um nome massivo como “bare noun” a frase significa um processo (ver, com *semear*, *O João semeou trigo no campo durante uma hora* / * *numa hora*); enquanto com [artigo] definido pode tanto ser um processo como um processo culminado (*O João semeou o trigo no campo numa hora* / *durante uma hora*).”

A apresentação que acabámos de fazer, baseada em Duarte (1998) e em Maia (1996, 1999), mostra bem que certos níveis do significado linguístico são claramente baseados em fenómenos gramaticais: um exemplo é o valor aspetual dos verbos, sabendo que o aspeto é sobretudo um fenómeno composicional, relacionado não só com o significado lexical, mas também com o tempo, a natureza semântica das expressões nominais e dos advérbios.

Sendo assim, voltemos de novo ao verbo *pôr*. Conforme nos mostra a bibliografia fundamental (Vendler 1967, Dowty 1979, Oliveira 1994, entre outros), um V que descreve um evento, como *pôr*, seguido de uma expressão nominal definida, expressa um “accomplishment”, um processo culminado, e é por isso que o exemplo (19a), que contém um adverbial de medida de tempo, é gramatical e (19b), que contém um adverbial durativo, é agramatical:

(19) (a) O João pôs os livros na estante numa hora.

(b) * O João pôs os livros na estante durante uma hora.

Pelo contrário, o mesmo V, seguido de um mero plural (“bare plural”) ou de um nome massivo, é um V de atividade ou de processo, o que se pode provar pelo facto de os exemplos (20a) e (20c) com advérbias de medida de tempo serem agramaticais:

(20) (a) * O João pôs livros na estante numa hora.

(b) O João pôs livros na estante durante uma hora.

(c) * O João pôs cimento na casa numa hora.

(d) O João pôs cimento na casa durante uma hora.

A diferença aspetual entre processo ou atividade e processo culminado ou “accomplishment” ilustrada nesses exemplos serve mais uma vez para mostrar que o significado de uma expressão verbal e especialmente de uma frase é dependente da gramática; ele está intimamente relacionado com as estruturas linguísticas, sintáticas e semânticas.

Pode, portanto, concluir-se que as estruturas conceptuais parecem ser um fenómeno cognitivo independente da gramática, distinto tanto do significado lexical como de níveis mais complexos do significado linguístico.

3.6 ————— SINTAXE, PRINCÍPIOS UNIVERSAIS E PARÂMETROS

Passemos agora a outra questão: a partir do conhecimento da natureza lexical de um V podemos prever todos os aspetos sintáticos das frases em que correm esses verbos?

Observemos os exemplos (21), (22) e (23):

- (21) (a) Pus os livros sobre a mesa.
 (b) Eu pus os livros sobre a mesa.
 (c) I put the books on the table.
 (d) J'ai mis les livres sur la table.
- (22) (a) Puseram os livros sobre a mesa.
 (b) Eles puseram os livros sobre a mesa.
 (c) They / somebody put the books on the table.
 (d) Ils ont mis les livres sur la table.
 (e) Quelqu'un / on a mis les livres sur la table.
- (23) (a) Disse-(te) para (tu) pões os livros sobre a mesa.
 (b) I told you to put the books on the table.
 (c) Je t'ai dit de mettre les livres sur la table.

A comparação destas frases mostra que entre as três línguas ilustradas, português, inglês, francês, há diferenças sintáticas importantes: em (21) e em (22) a diferença deriva da natureza forte ou fraca da flexão verbal, que tem como consequência a legitimação ou não de sujeito nulo pronominal na posição de sujeito, como já referimos em capítulos anteriores. Em termos da Teoria de Princípios e Parâmetros, o português é marcado positivamente em relação ao Parâmetro do Sujeito Nulo e o francês e o inglês são marcados negativamente em relação a esse mesmo parâmetro (Chomsky 1981, Rizzi 1986) (ver também Introdução ao livro).

(22) evidencia que o sujeito pronominal nulo, além de um

valor específico que pode corresponder a *eles, they, ils* pode possuir um valor arbitrário ou genérico que corresponde a *alguém, somebody, quelqu'un, on*.

(23), por sua vez, mostra que o português, mas não o francês ou o inglês, tem o infinitivo flexionado. Temos aqui novamente uma propriedade sintática do português que não pode ser derivada das propriedades lexicais do *pôr* e que, segundo Raposo (1987), deriva da interação de dois parâmetros: o Parâmetro do Sujeito Nulo e o Parâmetro da Flexão. Segundo Raposo, é o facto de a flexão em português ser forte e nominal por natureza e, portanto, necessitar de caso e o facto de estar marcada [-Tempo] mas [+CONC] que caracteriza o fenómeno do infinitivo flexionado.

Os exemplos são suficientes para responder à pergunta formulada acima: o facto de o significado lexical determinar a realização sintática dos argumentos de um V não exclui que existam fenómenos sintáticos particulares às línguas ou comuns a grupos de línguas que não podem ser derivados do significado lexical dos predicados em consideração. Ou seja, é necessária uma sintaxe, com os seus princípios e as suas noções formais.

Em relação à última questão colocada no início deste capítulo: Qual é a natureza dos universais linguísticos? Devemos propor universais linguísticos baseados em categorias percetivas (a categorização de cores, por exemplo), universais baseados em categorização social (como os nomes de parentesco) e outros, baseados em noções semânticas mais abstratas (número, causa, efeito, tempo, evento, estado, relação, etc.)? É claro que existem universais concetuais e universais semânticos de tipo lógico ou topológico. Todas as línguas do mundo têm predicados locativos e essa é uma das razões pelas quais os linguistas cognitivos estudam expressões de localização com tanta frequência. Mas é possível construir universais semânticos a partir de domínios semânticos distintos? Estamos sempre certos de evitar uma visão etnocêntrica, ou seja, uma visão particular do mundo? (Wierzbicka 1997, pp. 14-19).

Assim, embora existam universais concetuais e semânticos, existem outros tipos de universais. As línguas naturais compartilham propriedades formais cuja natureza exata está longe de ser totalmente conhecida, mas onde podemos incluir, para falar apenas de sintaxe, as seguintes: a forma das categorias sintagmáticas obedece a princípios comuns, como o princípio da endocentricidade; as expressões nominais realizadas foneticamente devem ser marcadas pelo caso, abstrato ou morfológicamente realizado; existem condições de localidade nos movimentos

sintáticos; existem restrições formais nas relações de ligação ou anáfora estrita, entre outros aspetos (ver igualmente a Introdução ao livro). Portanto, existem universais linguísticos formais, princípios abstratos da sintaxe, comuns a todas as línguas naturais. Isso não significa uma prioridade dos universais formais sobre os universais de ordem lógica ou semântica.³

Passemos, por isso, à conclusão principal deste capítulo. Apenas uma parte da sintaxe linguística é determinada pelo significado lexical; conseqüentemente, as estruturas sintáticas são apenas parcialmente determinadas por estruturas concetuais ou pelo significado lexical.

De qualquer forma, existem relações que precisam de ser exploradas. Na medida em que entendermos a relação entre estruturas concetuais e estruturas linguísticas, teremos meios de melhor determinar a natureza de nosso conhecimento linguístico, como esse conhecimento é representado no cérebro humano, de que natureza são os universais, na verdade problemas centrais para as ciências da cognição em geral e para a Linguística em particular.

- | | | | |
|---|---|---|--|
| 1 | Este capítulo é tradução do francês para português de parte de Brito (1999a), com pequenas alterações. O texto foi apresentado no 1º <i>Encontro Internacional de Linguística Cognitiva</i> em 1998 e foi uma espécie de introdução à comunicação de Lígia Maia, por mim orientada em Mestrado em Linguística e que igualmente consta das <i>Atas</i> do referido Encontro. Por essa razão, introduzi neste texto (ponto 35) a análise de Lígia Maia e de Inês Duarte sobre o fenómeno da alternância locativa. | 3 | significado de <i>carregar</i> parece manter-se o mesmo nas duas construções.

Para uma crítica da prioridade dos universais sintáticos sobre outros tipos de universais, leia-se Óscar Lopes: “Os transformacionalistas (...) dão prioridade ao estudo da descrição formal das frases, no pressuposto da existência de universais sintáticos, assim como de universais fonológicos e universais semânticos comuns a todas as línguas naturais, em oposição às línguas artificiais (logico-matemáticas) (...) Porque deveriam os universais sintáticos descobrir-se antes dos universais lógicos? E porque supor a irredutibilidade, ou especificidade comum a todas as línguas naturais, dos postulados sintáticos em relação aos postulados lógicos?” (Lopes 1972, pp. 289-90) |
| 2 | Ao considerarem duas estruturas concetuais distintas e duas estruturas argumentais para um mesmo verbo, tal proposta leva à consideração de homonímia entre dois verbos <i>carregar</i> . Ora, como afirma Duarte (1998), é discutível que estejamos perante um caso de homonímia, uma vez que o | | |

4 ————— SOBRE VERBOS DE MOVIMENTO DE DIREÇÃO INERENTE¹ (com Celda Morgado)

Neste capítulo será dada atenção aos verbos de direção inerente, do tipo *ir* e *vir*, com sujeitos humanos, no Português Europeu. Em 4.1. apresenta-se a problemática associada à classificação tipológica de Talmy (1985) e algumas das aplicações que esta tipologia tem tido em línguas diversas; em 4.2. discute-se algumas particularidades dos verbos de movimento em Português Europeu, nomeadamente no que se refere ao verbo *ir*, em estruturas com um ou dois argumentos internos.

4.1 ————— PROBLEMÁTICA ASSOCIADA À CLASSIFICAÇÃO TIPOLOGICA DE TALMY (1985)

Os verbos de movimento permitem expressar grande parte das relações espaciais, tipo de movimento e trajetória que as entidades percorrem. Verbos como *ir*, *chegar*, *sair* e *entrar* expressam intrinsecamente uma trajetória, sendo tradicionalmente denominados verbos de movimento direcionado; verbos do tipo *correr*, *dançar* e *saltar* descrevem uma forma de movimento, sendo tidos como verbos de maneira ou modo de movimento (cf., entre outros, Levin 1993). No que se refere aos primeiros, Demonte (2002), na linha de Levin & Rappaport Hovav (1995) e num quadro léxico-sintático, distingue dois tipos: verbos de direção inerente (*ir* e *chegar*) e verbos de direção inerente e localização (*sair* e *entrar*).

Os verbos de movimento têm ocupado desde há muito a atenção dos linguistas, em diferentes quadros teóricos. Uma das análises mais produtivas deste tipo de verbos, em diversas línguas do mundo, tem sido a de Talmy (1985, 2000).

Em acréscimo às relações temáticas de Origem e Meta, já previstas em Fillmore (1968), Talmy inclui na sua análise noções como Movimento, Figura, Fundo e Trajetória/Percurso. Outra das propostas importantes do autor é a ideia de que as línguas variam tipologicamente consoante o tipo de palavra ou o constituinte linguístico que exprime o percurso e a maneira/modo do movimento. Assim, o autor considera que há línguas *satellite-framed* e línguas *verb-framed*.

As línguas germânicas (inglês, alemão, por exemplo), mas também o russo, seriam *satellite-framed*, porque a maneira do

movimento é dada pelo verbo principal, enquanto o percurso é dado pelos satélites.

Veja-se, neste sentido, o exemplo em (1), para o inglês.

- (1) John limped into the house (Talmy 1985, retomado em Beavers, Levin & Tham 2009, p. 3)
 João coxeou para a casa
 'O João entrou em casa coxeando.'

Em línguas como o inglês, o alemão, o neerlandês e o sueco, a ideia de 'sair' é expressa com o recurso a partículas satélite, como se ilustra em (2).

- (2) to go out (inglês), hinausgehen (alemão), uitgann (neerlandês), gå ut (sueco)

Nas línguas românicas (francês, espanhol, entre outras), mas também no turco, no japonês e no hebreu, o percurso é dado pelo verbo e a maneira é dada por um adjunto ou por uma oração subordinada, como em (3) e, por isso, estas línguas são consideradas *verb-framed* (exemplo de Talmy 1985, retomado de Beavers, Levin & Tham 2009, p. 14):

- (3) Je suis entré dans la maison (en boitant).
 eu fui entrado em a casa (em coxeando)
 'Eu entrei em casa coxeando.'

Veja-se também (4), para o português e o espanhol, em que o percurso é expresso no verbo simples:

- (4) entrar, sair, subir, baixar (português)
 entrar, salir, subir, bajar (espanhol)

Nestas línguas, o modo de movimento é expresso por recursos exteriores ao verbo, como por exemplo em (5).

- (5) entrar correndo / a correr (português)
 entrar corriendo (espanhol)

No entanto, no italiano, existem perífrases verbais que alguns autores designam *verbos sintagmáticos*, em que verbo e partícula/advérbio se juntam para exprimir o movimento, mas também a trajetória e a localização. Os exemplos do italiano, em (6), são dados em Iacobini & Masini (2007) e retomados por Mateu & Rigau (2010).

- (6) buttare giù 'lançar / deitar (para fora)', uscire fuori 'sair (fora)', correre via 'correr (para fora)', tirare su 'levantar (para cima)'.

Dados como estes levaram autores como Iacobini & Masini (2007) a propor que o italiano é afinal mais parecido com o inglês do que com o espanhol, começando a perceber-se que a distinção entre línguas *satellite-framed* e línguas *verb-framed* não é, afinal, a mais adequada.

A tipologia de Talmy (1985) foi, entretanto, aumentada por Slobin (2004) e Zlatev & Yangklang (2004) com uma terceira classe de línguas, a que chamam *equipollently-framed languages*, por exibirem construções mono-oracionais mas com mais do que um verbo, em que a maneira e o percurso do movimento são dados por diferentes verbos e que, por isso mesmo, não entrariam nunca em nenhuma das classes da tipologia de Talmy.

Neste terceiro tipo estaria incluído o tailandês, estudado por Zlatev & Yangklang (2004, p. 165), em que há exemplos como (7a), e o mai, uma língua da Nigéria, do grupo Edo, estudada por Schaefer (1986, p. 181), ilustrada em (7b):

- (7) (a) chàn deen (paj)
eu caminho vou
'Eu caminho (para fora)'
(b) oli omohe la o vbi oa
o homem corre entra em casa
'O homem entra na casa.'

Retomando o caso das línguas românicas, Mateu & Rigau (2010), na sequência de outros autores, mostraram que o italiano não é tão excepcional como parece e que o espanhol, o catalão e o francês, pelo menos em fases antigas, apresentam combinações que revelam o papel crucial das partículas/advérbios na expressão do tipo de movimento. Vejam-se os exemplos (8), (9) e (10), todos retirados de Mateu & Rigau (2010).

- (8) Espanhol antigo
(a) echar fuera
(b) echar arriba
(c) echar delante
(d) venir delante
(e) volver atrás
(f) subir arriba
- (9) Catalão antigo
(a) anar defora
(b) gitar fora
(c) metre sus
(d) pujar sus
(e) tirar defora
(f) tornar amunt
(g) treure sus
(h) venir dessus
- (10) Francês Antigo
(a) aller ariere

- (b) aller avant
- (c) courir su
- (d) mettre sus
- (e) issir fors

Os autores concluem então que será um erro pensar que as combinações verbo-partícula nas línguas românicas devem ser consideradas excepcionais em relação à classificação tipológica de Talmy (1985).

Na verdade, na definição de Talmy,

satellites are certain immediate constituents of a verb root other than inflections, auxiliaries, or nominal arguments. They relate to the verb root as periphery (or modifiers) to a head. A verb root together with its satellites forms a constituent in its own right, the 'verb complex'. In some cases, elements that are encountered acting as satellites to a verb root otherwise belong to particular recognizable grammatical categories; therefore, it seems better to consider the satellite role not as a grammatical category in its own right but as a new kind of grammatical relation.
(Talmy 1985, p. 102)

Com base nesta concepção, Talmy considera as partículas do inglês, os prefixos do alemão e do russo e os coverbos do chinês como satélites e exclui desta classificação as preposições.

Contudo, não pode haver uma distinção radical entre satélites e preposições e sintagmas preposicionais (SPREP). Veja-se, por exemplo, o inglês, ilustrado em (11), retomado por Beavers, Levin & Tham (2009, p. 7).

(11) I ran out of the house. (Talmy 1985, p. 103, ex. (62a))

Out é um satélite e *of* é uma preposição. É óbvio que os dois constituintes contribuem para a expressão do percurso do movimento e que *out of the house* é um constituinte selecionado pelo verbo (*run* ou *go*), como o teste de clivagem permite mostrar; veja-se (12) e (13):

- (12) (a) ?It was out of the house that I ran, not into the house.
 ele_{expl} foi fora de a casa que eu corri, não dentro a casa
 'Foi para fora de casa que eu corri, não para dentro de casa'
 (b) *It was out that I ran of the house, not in.
 foi fora que eu corri de casa, não dentro
- (13) (a) It was out of the house that I went, not into the house.
 ele_{expl} foi fora de a casa que eu fui, não dentro a casa
 'Foi para fora de casa que eu fui, não para dentro de casa'
 (b) * It was out that I went of the house, not in. (cf. Beaver, Levin & Tham 2009, p. 8)
 ele_{expl} foi fora que eu fui de casa, não dentro

Por outro lado, como Fábregas (2007) propôs, para o espanhol, as partículas não são mais do que preposições intransitivas, como já Jackendoff (1973) tinha afirmado para o inglês e, como tal, capazes de incorporar nos verbos.²

Uma separação radical entre satélites e preposições/sintagmas preposicionais acaba, assim, por ter consequências negativas do ponto de vista da comparação entre línguas e, por isso mesmo, há que explorar a perspectiva desenvolvida por Beavers, Levin & Tham (2009), segundo a qual as diversas opções apresentadas pelas línguas dependem: (i) de recursos morfológicos, lexicais e sintáticos que essas línguas têm para codificar o percurso e a maneira do movimento; (ii) do papel que o verbo tem na codificação dessas noções; e (iii), eventualmente, de recursos extragramaticais.

Por essa razão, a partir de agora vamos retomar alguns exemplos de línguas em que a relação entre verbo e SPREP é crucial, constituindo estes argumentos internos dos verbos.

Neste tipo de línguas, não há dúvida de que as preposições têm um papel central na sintaxe e na semântica dos verbos de movimento, tal como defendido para o espanhol e para muitas outras línguas por Bosque (2015), entre outros. Os exemplos seguintes, de três línguas românicas, ilustram um verbo de movimento para cima, mostrando bem a importância das preposições na expressão desse movimento:

- (14) (a) subirse {a / sobre} el escenario, subir a la torre, subir al castillo (espanhol)
 (b) monter sur la scène, monter sur la tour, monter au chateau (francês)
 (c) salire {sul-sopra} il palcoscenico, salire sulla torre, salire al castello (italiano)

Bosque (2015, p. 78) chega mesmo a afirmar que:

displacement verbs (DVs) include a preposition as the backbone of their lexical structure. The grammatical representation of these verbs contains a number of syntactic layers above and below this preposition, which may lack phonological features in certain circumstances. The lexical properties of this preposition, its internal argument, and the conflation processes in which it participates determine the lexical structure of the DV [dislocation verb], as well as its overt syntax to a large extent.

Nessa medida, algumas diferenças entre espanhol e inglês não resultariam de uma diferença tipológica, mas sim da natureza nula ou explícita da preposição, principalmente as que exprimem

Meta, Direção e Trajetória / Percurso. Bosque nota também que a redundância, por vezes expressa no V e na PREP (como em *subir arriba*, etc.), largamente variável de língua para língua, é uma importante propriedade gramatical.

Nesta perspetiva faremos, no ponto seguinte, uma breve análise do verbo *ir* em Português Europeu, em que a relação entre V e SPREP é central.

4.2 ————— O VERBO *IR* EM PORTUGUÊS EUROPEU

Como já dissemos na introdução ao capítulo, fixaremos a nossa atenção essencialmente nos verbos de direção inerente, do tipo *ir* e *vir*, com sujeitos humanos, interessando-nos perceber a estrutura do SV com um ou dois argumentos internos.

Como frases como (15) a (17), em PE, com o verbo *ir* revelam, o mesmo verbo pode exprimir propriedades um pouco diferentes no conjunto das componentes do evento, a que se juntam diferenças semânticas veiculadas pelas preposições: em (15) e (16) o foco apresenta-se na Meta para onde a Figura (sujeito) se desloca; em (17) o foco é a trajetória que a Figura realiza da Origem até à Meta.

(15) A menina vai a casa da avó.

(16) No fim das aulas, vou para casa.

(17) O meu pai vai do Porto para Lisboa.

No que se refere aos valores das preposições *a* e *para*, Pontes (1992, p. 24) assinala que “*a* indica direção para um lugar [a meta] e implica que o sujeito chega ao destino, mas esta não é a sua localização permanente nem habitual.” Por sua vez, *para* indica a aproximação a esse ponto final, à meta, ao destino (Pontes 1992, p. 24).

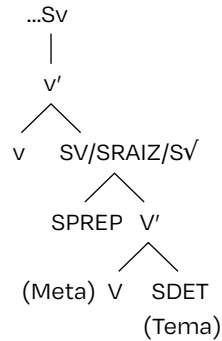
Compreende-se assim que os sintagmas preposicionais e a relação dos verbos com tais sintagmas sejam um dos aspetos sintáticos cruciais a ter em conta.

Têm sido variados os tratamentos sintáticos da categoria SV. A partir das contribuições de Larson (1988), Pesetsky (1995), Harley (2002), Levin & Rappaport Hovav (1995) e Ramchand (2008), entre muitos outros, é hoje relativamente consensual que a sintaxe verbal obedece a uma decomposição, partilhando os autores a ideia de que a categoria tradicionalmente designada SV é uma categoria altamente hierarquizada, capaz de descrever a estrutura argumental dos verbos, para além da estrutura de evento que lhes está associada.

Tendo em conta que verbos como *ir* e *vir* são inacusativos (recorde-se a possibilidade de construção de Participio Absoluto,

como em *Vinda / ida a Maria a casa, acabámos nós por sair*), adotaremos a estrutura descrita em (18), à qual se podem aplicar movimentos, em particular o movimento do V para a categoria T (não descrito na representação):

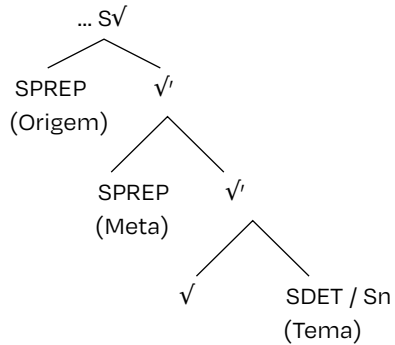
(18)



Quando o V seleciona dois argumentos, como em (19), a estrutura poderá ser como a descrita em (20), admitindo, sem problematizar muito, a recursividade de V' (ou talvez melhor de $\sqrt{\prime}$).

(19) O meu pai vai do Porto para Lisboa.

(20)



Em síntese: *ir* (e o seu correlato deítico *vir*) são verbos de direção inerente em PE; os SPREP que com eles se combinam são cruciais para a expressão da Origem e da Meta do movimento, projetando um SV altamente hierarquizado, em que os SPREP ocupam posições de especificador, sendo a posição de complemento da projeção verbal mais baixa ocupada pelo Tema, dada a inacusatividade destes verbos.

4.3 ————— CONCLUSÃO

Uma das contribuições mais importantes para entender a sintaxe e a semântica dos verbos de movimento foi sem dúvida a de Talmy (1985), sendo relevante a sua classificação tipológica entre línguas *verb-framed* e línguas *satellite-framed*.

No entanto, esta classificação, à primeira vista sedutora, tem muitos problemas: as línguas românicas não são apenas *verb-framed*, mostrando a importância de partículas / advérbios e principalmente de sintagmas preposicionais e revelando, por vezes, comportamentos que as aproximam das línguas *satellite-framed*.

A conclusão geral que podemos tirar é a de que, mais do que uma classificação tipológica, importa perceber os recursos morfológicos, lexicais e sintáticos que as línguas têm para codificar o percurso e a maneira do movimento e o papel que o verbo tem na codificação dessas noções, na linha da perspectiva desenvolvida por Beavers, Levin & Tham (2009).

- 1 Este texto é parte de Morgado & Brito (2018).
- 2 No caso de verbos com partículas / advérbios há processos de incorporação ou *conflation* (cf. Mateu & Rigau 2010).

5 ————— CONSTRUÇÕES DITRANSITIVAS ¹

Neste capítulo analisam-se as construções ditransitivas em português europeu (PE) numa perspetiva de sintaxe comparada com algumas línguas. Depois de se fazer uma breve apresentação das construções ditransitivas nas línguas românicas (5.1), refere-se o inglês, língua com alternância dativa (5.2) e discutem-se análises sintáticas fornecidas para dar conta de tal alternância (5.3). Antes de voltar à discussão sobre a estrutura sintática (6) dá-se conta da existência de dativos argumentais e dativos não argumentais (5.4) e da aproximação às línguas bantu, que têm uma categoria Aplicativo (5.5). No final faz-se uma breve comparação entre o português europeu e o espanhol (7)

5.1 ————— UMA BREVE APRESENTAÇÃO DAS CONSTRUÇÕES DITRANSITIVAS NAS LÍNGUAS ROMÂNICAS E EM PORTUGUÊS, EM PARTICULAR

À exceção do romeno, que conserva alguma flexão casual nos nomes, as línguas românicas modernas perderam a flexão casual e, com ela, o caso dativo. Por isso, estas línguas exprimem o objeto indireto (OI) de certos verbos por meio de uma preposição especial *a*, *à* ou por pronomes dativos clíticos, como ilustrado de (1) a (4):

- (1) (a) O Pedro deu um livro à Maria. (português europeu)
(b) O Pedro deu-lhe um livro.
- (2) (a) Pierre a donné un livre à Marie. (francês)
'Pedro deu um livro à Maria.'
(b) Pierre lui a donné un livre.
'Pedro deu-lhe um livro.'
- (3) (a) Pietro ha dato un libro a Maria. (italiano)
'Pedro deu um livro à Maria.'
(b) Pietro le a dato un libro.
'Pedro deu-lhe um livro.'
- (4) (a) Pedro ha dado un libro a Maria. (espanhol)
'Pedro deu um livro a Maria.'
(b) Pedro le a dado un libro a Maria.
Pedro lhe deu um livro a Maria
'O Pedro deu um livro à Maria.'

Como o exemplo (4b) mostra, o espanhol tem redobro do clítico com um SN / SDET pleno, distinguindo-se neste ponto do PE, que só tem redobro do clítico com uma forma forte do pronome pessoal e isto num registo oral; veja-se (5):

- (5) (a) * O Pedro deu-lhe um livro à Maria.
 (b) O Pedro deu-lhe um livro a ela.
 O Pedro deu-lhe a ela um livro.

O francês e o italiano não têm redobro do clítico:

- (6) * Pierre lui a donné un livre à Marie / à elle.
 Pedro lhe tem dado um livro a Maria / a ela
 (7) * Pietro le ha dato un libro a Maria / a lei.
 Pedro lhe tem dado um livro a Maria / a ela

Muitos autores que têm estudado o OI em PE e noutras línguas românicas têm notado o estatuto especial deste constituinte, pois ele comporta-se simultaneamente como uma expressão nominal (SDET, sintagma determinante) e como um sintagma preposicional (SPREP) (cf. os testes clássicos de Vergnaud 1974, retomados por Duarte 1987; ver ainda Gonçalves 1990, Torres Morais 2006, Torres Morais & Lima-Salles 2010, Brito, 2009, 2010; sobre o espanhol ver Masullo 1992 e Demonte 1995). Contudo, mesmo que o OI seja basicamente um SDET, o que é certo é que ele é superficialmente um SPREP; de facto, a presença de *a* é obrigatória em PE, não sendo gramatical a ocorrência de um SDET pleno sem preposição em qualquer das ordens de palavras (Gonçalves 1990, pp. 108-111):²

- (8) (a) * A rapariga pediu um disco o tio.
 (b) A rapariga pediu um disco ao tio.
 (c) * A rapariga pediu o tio um disco.
 (d) A rapariga pediu ao tio um disco.

Como Gonçalves (1990, 2002, 2004) tem acentuado, *a* é, por um lado, um marcador de caso dativo e, por essa razão, uma preposição em parte deficitária; por outro lado, é também uma marca de humano ou animado³, uma vez que tal preposição é igualmente exigida em redobro do clítico acusativo (9a) (Gonçalves 1990, p. 102):⁴

- (9) (a) A Dina viu-o a ele (ele=humano).
 (b) A Dina viu um disco voador.
 (c) *A Dina viu-o a ele (ele=não humano).

Como *a* é também usada como expressão locativa, mais especificamente como expressão do limite final de uma trajetória com verbos de movimento de direção inerente, pode dizer-se que o PE e outras línguas românicas têm duas preposições *a*: *a*, introdutor de OI, e *a*, preposição locativa / de movimento (cf. Cunha & Cintra

1984; Gonçalves 1990). Neste segundo caso, a preposição *a* exige como complemento um nome de lugar; ver a agramaticalidade de (10a) e a gramaticalidade de (10b) e (10c):

- (10) (a) * O José enviou uma carta a Lisboa_{locativo}
(só bem formada se *Lisboa* representar o governo ou uma instituição central)
(b) O José enviou uma carta para Lisboa.
(c) O José mandou a empregada a Lisboa / ao mercado.
(*a* preposição de limite de movimento)

Outros comportamentos mostram que o OI é superficialmente um SPREP; o mais importante teste é o facto de o PE, como outras línguas românicas, não ter passivas dativas (11a), o que é uma possibilidade nas línguas com a Construção de Duplo Objeto (CDO), como o inglês (11b) (cf. Kayne 1984⁵, Baker 1988, Gonçalves 1990):

- (11) (a) *A Maria foi dada um livro (pelo João).
(b) Mary was given a book (by John).
Maria foi dada um livro (por João)

A única passiva possível em PE é (12a) e (12b), na ordem não marcada, ou (12c), numa ordem marcada:

- (12) (a) Um presentes_U foi dado à Maria_{OI} (pela mãe)
(b) Um presente foi-lhe dado (pela mãe).
(c) À Maria_{OI} foi dado um presentes_U (pela mãe).

5.2 ————— O INGLÊS TEM ALTERNÂNCIA DATIVA E TEM A CDO

O inglês comporta uma Construção de Duplo Objeto (CDO) que, como o nome indica, é constituída por duas expressões nominais sem qualquer preposição e a que correspondem as funções de Objeto Indireto (OI) e de Objeto Direto (OD), como em (13a), entrando em alternância com uma outra com a ordem inversa e com a preposição *to*, a Construção Preposicional (13b):

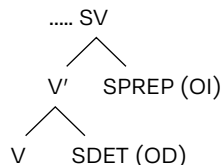
- (13) (a) John gave Mary a book. (CDO)
João deu Maria um livro
'O João deu à Maria um livro.'
(b) John gave a book to Mary. (CDP)
João deu um livro a Maria
'O João deu um livro à Maria.'

O fenómeno da alternância dativa em inglês e noutras línguas tem sido objeto de diversas análises, a que voltarei mais adiante.

5.3 ————— QUE ESTRUTURAS PARA AS CONSTRUÇÕES DITRANSITIVAS?

Os fenómenos relativos à ordem de palavras e à natureza SPPREP do constituinte com a função de OI justificaram, durante largo tempo, a assunção de uma estrutura como a seguinte (cf. entre outros Chomsky 1981, para o inglês, Xavier 1989, pp. 110, 132, para o português):

(14)



Esta estrutura descreve um constituinte SV que contém V', formado pelo V e pelo SDET OD, além de comportar um SPREP, o OI, à direita e mais acima que o SN OD. A estrutura tem algumas vantagens: ela dá conta, por exemplo, de certos fenómenos de elipse e anteposição da parte verbal. Em inglês, por exemplo, entre outras possibilidades ilustradas em (15), é possível mover e elipsar o constituinte V', como é visível em (15d) (Phillips 2003, Costa 2009, pp. 87-88):

(15) (a) John intended to give candy to children on his birthday.

João tencionava dar doces a crianças em seu aniversário

'O João tencionava dar doces às crianças no aniversário.'

(b)... and [give candy to children on his birthday] he did.

e dar doces a crianças no aniversário ele fez

(c)... and [give candy to children] he did on his birthday.

e dar doces a crianças ele fez no aniversário

(d)... and [give candy] he did to children on his birthday.

e dar doces ele fez a crianças no aniversário

Mas a estrutura tem também problemas. Um argumento contra a estrutura (14) e a favor de uma estrutura em que o OD devesse ocupar, em certas circunstâncias, uma posição superior ao OI é a distribuição de palavras de polaridade negativa em línguas como o inglês: só (16a) com uma palavra como *nothing* a c-comandar *any* é legítima e o contrário produz uma frase agramatical (Phillips 2003, Costa 2009, pp. 87-88):

(16) (a) John gave nothing to any of the children on his birthday.

João deu nada a qualquer de as crianças em seu aniversário

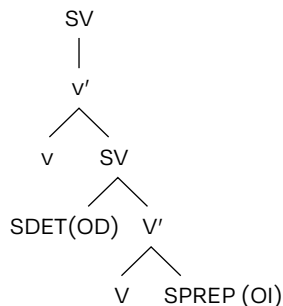
'O João não deu nada a nenhuma das crianças no seu aniversário.'

(b) *John gave anything to none of the children on his birthday.

João deu qualquer coisa a nenhuma das crianças em seu aniversário

Sendo assim, alguns autores têm proposto uma estrutura do tipo de (17), com o OD numa posição mais elevada do que o OI:

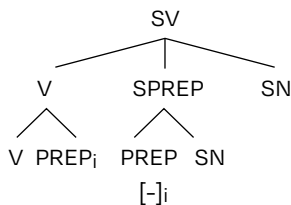
(17)



Contudo, há vários fenómenos que mostram que a estrutura (17) também não é suficiente e que o OI, em certas circunstâncias, parece ocupar uma posição superior ao OD, em particular na CDO.

De forma a descrever a CDO, como em *John gave Mary a book*, Baker (1988, p. 286) propôs que a estrutura sintática do SV em Inglês é a de (18), em que existe uma preposição nula que se incorpora no verbo:

(18)



No entanto, Barss & Lasnik (1986) e Larson (1988) mostraram que a reflexivização e a ligação de pronomes favorecem uma estrutura em que o SDET Recipiente / Meta c-comanda o SDET Tema; os factos relevantes são apresentados em (19)-(22), tirados de Larson (1988, pp. 336-8); ver também Larson (2014):

(19) (a) I presented / showed Mary to herself.

eu apresentei Maria a si própria

'Eu apresentei a Maria a si própria.'

(b) * I presented / showed herself to Mary.

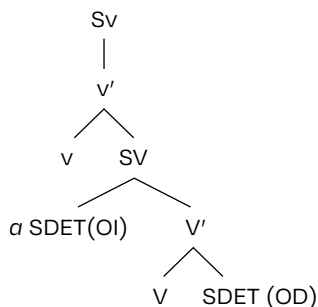
eu apresentei si própria a Maria

- (20) (a) I showed Mary herself.
eu mostrei Maria si própria
'Eu mostrei a Maria a si própria.'
(b) * I showed herself Mary.
eu mostrei si própria Maria
- (21) (a) I gave every worker_i his paycheck_i.
eu dei cada trabalhador seu cheque
'Eu dei a cada trabalhador o seu cheque.'
(b) * I gave its_i owner every paycheck_i.
eu dei seu dono cada cheque
- (22) (a) I gave / sent every check_i to its_i owner.
eu dei / mandei cada cheque a seu dono
'Eu dei/mandei cada cheque ao seu dono.'
(b) ?? I gave / sent his_i paycheck to every worker_i.
eu dei / mandei seu cheque a cada trabalhador

Em (19) e (20) *Mary* deve c-comandar a anáfora, explicando a agramaticalidade de (19b) e de (20b); em (21) e (22) um quantificador (*every*) deve c-comandar um pronome em Estrutura-S para o ligar, explicando a agramaticalidade de (21b) e de (22b).

É conhecida a solução preconizada por Larson. A CDO e, portanto, a configuração em que o Recipiente / Meta c-comanda o SDET que é OD Tema é obtida por uma série de operações, a mais importante das quais é um movimento a partir de uma estrutura contendo um SPREP baixo. Quer dizer, para o autor, uma configuração do tipo de (23) é obtida derivacionalmente a partir de (17):⁶

(23)



Assim, Larson representa um tratamento lexicalista dos predicados ditransitivos, em que a semântica lexical codifica a estrutura argumental e determina direta ou indiretamente a realização dos argumentos. E, por outro lado, a alternância dativa, típica do inglês e de outras línguas germânicas, é explicada derivacionalmente, como acabámos de ver.

Porém, um tratamento derivacional de uma alternância só é plausível se ambas as construções forem rigorosamente sinónimas. Ora, Oehlerle (1975), Jackendoff (1990) e outros autores notaram que a CDO em inglês significa essencialmente uma mudança de posse, enquanto a construção preposicional tem o significado de transferência de posse. (Sobre a mesma ideia para o Romeno ver Diaconescu & Rivero 2005). Por outro lado, há um requisito de animacidade na CDO que não existe na construção preposicional, o que explica a agramaticalidade de (24a):

- (24) (a) * The editor sent Philadelphia the article.
o editor mandou Filadélfia o artigo
(b) The editor sent the article to Philadelphia.
'O editor mandou o artigo para Filadélfia.'

Inversamente, algumas CDO em inglês não têm correspondente preposicional, como em (25a), em que *to give* tem um argumento externo inanimado (*the war*) e a frase não significa transferência de posse:

- (25) (a) The war years gave Mailer a book.
a guerra deu Mailer um livro
'A guerra deu a Mailer um livro.'
(b) * The war years gave a book to Mailer.

Também Rappaport Hovav & Levin (2008), num tratamento lexicalista, mostraram que nem todos os Vs ditransitivos em inglês legitimam a alternância. As autoras não associam o evento que causa a mudança de possuidor apenas à CDO e referem que a existência de dois grupos de verbos é crucial em inglês. O primeiro grupo, os *core dative verbs*, como *give*, *lend*, *rent*, de transferência de posse, ocorre na CDO e na Construção Preposicional, com um argumento que é claramente um Recipiente (*John gave Mary a book*, *John gave a book to Mary*). O segundo grupo – os *non-core dative verbs* –, como *send*, *ship*, *throw*, *bring*, *take*, *telephone*, e que envolvem movimento e posse causada, selecionam um argumento com o papel de Recipiente ou de Alvo / Meta, podendo assim ocorrer na CDO e na Construção Preposicional, no primeiro caso, ou unicamente na Construção Preposicional, no segundo caso.

Outra perspetiva importante de descrição da alternância dativa é a neo-construcionista, em que a sintaxe, não o léxico, determina a estrutura gramatical de um predicado lexical (ver capítulo 1). A abordagem neo-construcionista propõe geralmente duas estruturas sintáticas distintas, uma para a CDO e outra para a construção preposicional, baseada na ideia de que as duas construções têm significados algo distintos, como já referido anteriormente. Vejam-se

as análises de Marantz (1993), Pesetsky (1995), Harley (2002)⁷, Anagnostoupolou (2003), Pylkkänen (2001), Cuervo (2003), embora com diferenças importantes nos tratamentos.⁸

Antes de voltarmos à estrutura, e para se perceber o alcance de algumas destas abordagens, é crucial discutir, mesmo que brevemente, o estatuto argumental do OI. Justifica-se assim o parágrafo seguinte.

5.4 ————— DATIVOS ARGUMENTAIS E DATIVOS NÃO ARGUMENTAIS EM PE

A noção de OI / dativo é complexa e multifacetada. Os dativos foram estudados no PE por Vilela (1992) nos meados dos anos 90 e tanto este autor como Duarte (2003a) perceberam que os dativos são muito desiguais, como os exemplos seguintes ilustram:

- (26) (a) Doem-me as costas. (dativo de posse)
 (b) Faz-me lá esse favor. (dativo ético)
 (c) A costureira colocou as cortinas à dona da casa.
 (dativo Beneficiário, não argumental)
 (d) A Maria deu-me uma prenda. (dativo argumental /
 Recipiente)
 (e) O João ofereceu um CD ao Pedro. (dativo argumental /
 Recipiente)
 (f) Os miúdos pediram uma bicicleta aos pais. (dativo
 argumental / Meta)

Só em (26d, e, f) é que o OI está, de facto, a ser usado como argumental, sendo selecionado por verbos ditransitivos de transferência de posse, *dar*, *oferecer* e um verbo de pedido (*pedir*). Os outros exemplos mostram que o OI nem sempre é selecionado pelo verbo com o qual coocorre; com efeito, nem *doer*, nem *fazer*, nem *colocar* selecionam o OI (Brito 2009).

Tomando apenas como ponto de partida os exemplos (26c) e (f) há critérios para os distinguir. Recordemos aqui alguns desses critérios (cf., para o espanhol, Ordóñez (1999, pp. 1884-5), Campos (1999, p. 1550), Pujalte (2008, pp. 142-3).

O primeiro critério para distinguir os OIs diz respeito ao significado associado a cada verbo; assim, enquanto com verbos do tipo *dar*, *oferecer*, *pedir*, mesmo quando não têm argumento OI expresso, é possível interpretá-lo, com verbos como *colocar*, essa interpretação não é necessária, mostrando que, com este segundo verbo, o constituinte não é um argumento verdadeiro do predicado verbal.

Um segundo critério é o teste da pergunta com *fazer* e o constituinte preposicional em causa: um argumento verdadeiro não participa facilmente numa pergunta com *fazer* e a resposta com o V e o argumento interno não é adequada:

- (27) (a) * O que é que o João fez ao Pedro? Ofereceu um CD.
 (b) * O que é que os miúdos fizeram aos pais? Pediram uma bicicleta.

Com verbos como *colocar* este mesmo teste funciona em sentido contrário, o que mostra de novo que não estamos perante um verdadeiro argumento:

- (28) O que é que a costureira fez à dona da casa? / Colocou as cortinas.

Um terceiro critério é dado pelas nominalizações: se a nominalização é um processo sintático, como é defendido pela Morfologia Distribuída, prevê-se que só os argumentos OI verdadeiros, dependentes da raiz verbal, sejam adequados; assim, os exemplos em (29) são gramaticais, sendo o exemplo (30) menos aceitável:

- (29) (a) A dádiva da casa à filha
 (b) A venda de armas ao Equador
 (c) A entrega de computadores às escolas básicas
 (d) A doação dos livros à biblioteca
 (e) O pedido da bicicleta aos pais
 (30) ? A colocação das cortinas à dona da casa facilitou imenso a decoração.

Em síntese, parece possível fazer a seguinte distinção:

- (i) São verdadeiros argumentos os OI com verbos de transferência de posse de uma entidade física ou mental, como *dar*, *oferecer*, *doar*, *mandar*, *enviar*, *comunicar*, *dizer*, *recomendar*, *entregar*, *prometer*, *vender*, *comprar*, etc.; tais OI recebem tipicamente a interpretação de Recipiente / Meta / Alvo, Origem.⁹
- (ii) Não são verdadeiros argumentos os OI com verbos como *pôr*, *colocar*, *construir*, *preparar*, *cozinhar* e muitos outros. Contudo, mesmo os verbos deste segundo grupo podem surgir com dativo; defenderei, pois, que, no segundo grupo de verbos, os OI são acrescentados (incorporados, aplicados) (cf. Demonte 1995, Pujalte 2008).

De qualquer modo, ambos se comportam do mesmo modo relativamente à atribuição de caso dativo e, portanto, a atribuição deste caso não pode ser vista apenas como resultado de uma propriedade lexical, inerente, dos verbos. Como veremos mais

adiante, o dativo, tendo propriedades de caso inerente, tem também propriedades de caso estrutural, atribuído numa dada configuração, sendo por isso um caso “híbrido” (cf. no mesmo sentido Cuervo 2003, para o espanhol).

5.5 ————— A APROXIMAÇÃO DA CONSTRUÇÃO DE DUPLO OBJETO ÀS CONSTRUÇÕES APLICATIVAS DAS LÍNGUAS BANTU

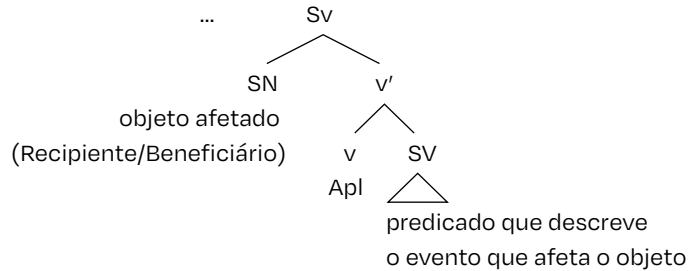
Como vimos acima, Baker (1988: 286), para explicar a possibilidade da CDO em línguas como o inglês, propõe que nesta língua haveria uma preposição “escondida” no OI, preposição essa que, por estar adjacente ao V, se incorporaria a ele; o SN OI receberia então de V+PREP o caso objetivo; o SN OD receberia também caso objetivo. Sendo assim, o autor aproxima a CDO das construções aplicativas das línguas bantu. A estrutura (18), já apresentada, seria comum aos dois tipos de línguas.

Baker aproxima a CDO das construções aplicativas nas línguas Bantu, por estas consistirem em construções em que é acrescentado um argumento a verbos através da incorporação de um morfema aplicativo, por exemplo *-i* ou *-ir*, a que Baker atribui a natureza preposicional; tais argumentos são afetados e normalmente exprimem o Recipiente / Beneficiário, como em (31), ou o Instrumento, como em (32). Vejam-se os seguintes exemplos do chichewa:

- (31) Chitsiru chi-na-gul-ír-a atsíkána mphâto
7-louco 7S-Pass-comprar-APL-Vf (vogal final) 2-raparigas 9-presente
O louco deu um presente às raparigas (Alsina & Mchombo 1993, p.18).
- (32) Mavuto a-na-umb-ir-a mpeni mtsuko
Mavuto SP-PASS-moldar-APL-ASP faca jarra
Mavuto moldou a jarra com uma faca (Baker 1988, p. 300).

Mais tarde, Marantz (1993, p. 116) levou mais longe a aproximação entre as construções de OI e as construções aplicativas, sugerindo que o OI, por ser um constituinte com uma diversidade de interpretações que o distingue do OD, é sempre um argumento extra, acrescentado, aplicado a um predicado verbal. Nessa medida, propõe uma estrutura em que o núcleo aplicativo coincide com uma projecção verbal (o *v* leve), que toma o evento como seu argumento, licenciando o OI como seu especificador e tomando-o como um participante do evento:

(33)



Desenvolvendo esta linha de pesquisa, Pyllkkänen (2002) defendeu mais uma vez que o inglês e as línguas bantu são semelhantes, na medida em que em inglês a CDO é um tipo de construção applicativa. Contudo, as línguas são diferentes, uma vez que as línguas bantu permitem verbos transitivos como *comer* (34) ou verbos inergativos como *correr* (35) a aparecer na construção applicativa com um argumento beneficiário, enquanto em inglês, para haver CDO, é necessário que o argumento aplicado tenha uma qualquer relação semântica com o verbo. Os exemplos (34) e (35) são do chaga, uma língua bantu falada na Tanzânia (cf. também Bresnan & Moshi 1993, Marantz 1993, Pyllkkänen 2002, p. 17):

(34) N-á-y-lyi-í-à mkà k-elyà
Foc-sing-pres-come-apl-vf 1-mulher 7-comida

'Ele está a comer (comida) pela mulher.'

(35) N-á-i-zri c-i-a mbùyà
Foc-sing-pres-com-apl-vf 9-amigo

'Ele está a correr por um amigo.'

Os exemplos (36) e (37) do inglês mostram que o argumento aplicado pode usar-se com *to bake*, 'cozinhar', mas não com *to run* 'correr':

(36) (a) I baked a cake.

'Eu cozinhei um bolo.'

(b) I baked him a cake.

'Eu cozinhei-lhe um bolo.'

(37) (a) I ran.

'Eu corri.'

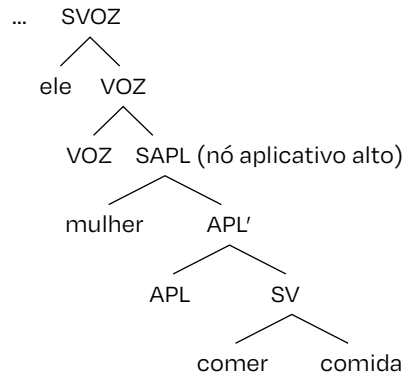
(b) * I ran him.

eu corri ele_{dativo}

A autora propõe então que há dois tipos de línguas no que diz respeito ao núcleo applicativo: línguas com núcleo applicativo alto, que denota uma relação entre o evento descrito pelo SV e uma entidade; e línguas de núcleo applicativo baixo, que denota uma relação entre

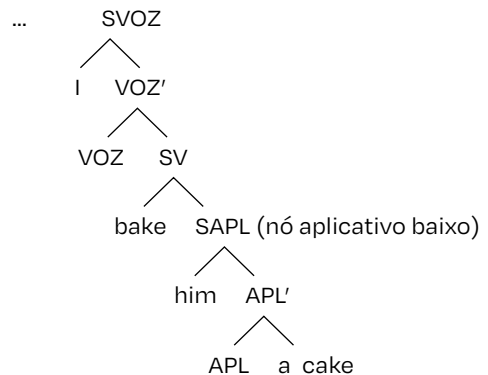
duas entidades (nomeadamente entre o objeto direto e o argumento aplicado). Assim, o exemplo (34) em chaga teria, de acordo com esta autora, a estrutura descrita em (38) (traduzindo, para simplificar, para português os itens relevantes), em que o nó aplicativo alto, correspondente ao Beneficiário, se combina com o SV:

(38)



Por sua vez, o inglês teria um núcleo aplicativo baixo, combinando duas entidades; o exemplo (36b), que corresponde a uma CDO, teria a estrutura (39):

(39)



Acabámos de ver que a aproximação das construções dativas (em particular a CDO) às construções aplicativos teve, na bibliografia sobre o assunto, duas justificações: uma, a ideia de que a CDO resulta de uma incorporação de uma preposição no

verbo, mecanismo paralelo à incorporação de um afixo aplicativo no verbo sempre que este ganha um novo argumento, como nas línguas bantu. Por outro lado, a noção de aplicativo surge porque o dativo, o OI, parece ser diferente do argumento interno, do OD, relativamente à dependência semântica que tem em relação ao verbo e, conseqüentemente, à atribuição de papéis temáticos. Para alguns autores o dativo é acrescentado, é um argumento extra. Cuervo (2003) considera mesmo que não há verbos ditransitivos e que a noção de “ditransitivo” é um epifenômeno.

À primeira vista, este tipo de análise seria de rejeitar para as línguas românicas porque nenhuma destas línguas tem a CDO, tendo ou uma preposição especial para exprimir o OI ou pronomes pessoais dativos. Contudo, alguns autores têm proposto para as línguas românicas a existência de alternância dativa, em que uma das construções é próxima da CDO e outra é uma construção preposicional. É o caso de Demonte (1995) e Cuervo (2003) para o espanhol, Torres Morais (2006) e Torres Morais & Lima-Salles (2010) para o PE e Diaconescu & Rivero (2005) para o romeno.

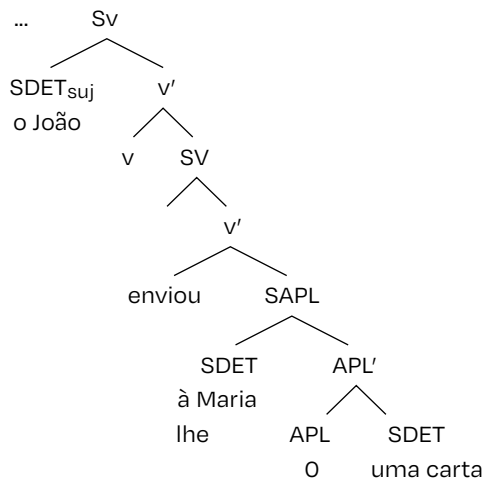
Torres Morais (2006) e Torres Morais & Lima-Salles (2010) propuseram que o PE tem alternância dativa, porque tem uma construção semelhante à CDO, em que o argumento dativo é projetado numa posição de especificador de um nó aplicativo baixo e outra configuração em que existe um sintagma preposicional e em que *a* é uma verdadeira preposição, similar a *para*. Os exemplos escolhidos são os seguintes:

(40) O João enviou uma carta à Maria/O João enviou-lhe uma carta.

(41) O João enviou uma carta à Maria/para a Maria/Lisboa/o Banco de Portugal.

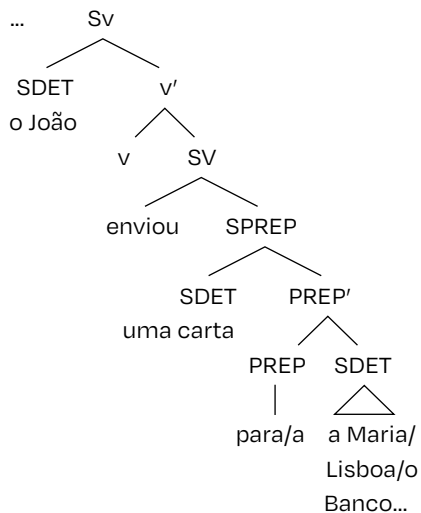
Para as duas autoras, em (40) há um SDET projetado na posição de especificador do nó aplicativo; o SDET recebe caso, sendo o *a* um marcador de caso dativo em Português; como aplicativo baixo, o significado expresso é o de posse, correspondente a uma interpretação de recipiente; tal nó aplicativo legitima o argumento dativo e relaciona-o com o tema. O tratamento é semelhante com *the*, com movimentos subsequentes relacionados com a sua condição de clítico. A estrutura (42) descreve assim, em árvore, a frase (40) (Torres Morais & Lima-Salles 2010, p. 198):

(42)



A construção descrita difere da construção preposicional, ilustrada em (41), em que a preposição *a* poderia ser substituída por outra preposição verdadeira *para*, como meio de exprimir a meta final do evento de 'enviar uma carta'. Em (41) a relação possessiva pode ser construída, mas é subordinada à noção de meta ou de transferência; um clítico é impossível aqui porque "directional locatives are never realized as clitics" (p. 198). A frase teria assim a estrutura sintática (43) (2010, p. 198):

(43)



As questões principais levantadas por este tratamento são, do meu ponto de vista, as seguintes: haverá razões semânticas para distinguir as duas estruturas? Haverá duas preposições *a* como expressão do objeto indireto? Haverá justificação para o nó aplicativo nas línguas românicas e no português europeu, em particular?

Importa, em primeiro lugar, perceber se todas as variantes com *enviar* são sinónimas. Uma maneira de verificar a sinonímia é perceber se o resultado pode ou não ser cancelado em todas as variantes com *enviar*. Olhemos então para todas as variantes com *enviar* (44):¹⁰

- (44) (a) O João enviou uma carta à Maria (mas ela não a recebeu).
 (b) O João enviou à Maria uma carta (mas ela não a recebeu).
 (c) O João enviou-lhe uma carta (mas ela não a recebeu).
 (d) O João enviou-lhe uma carta a ela (mas ela não a recebeu).
 (e) O João enviou-lhe a ela uma carta (mas ela não a recebeu).

Vemos que em todas as frases de (44) o significado de 'atingir uma meta' pode ser cancelado em todas as versões, relacionadas não só com a ordem de palavras mas também com a presença de *a* ou de clíticos. Quer dizer, a expressão *à Maria* ou o clítico *lhe* são semelhantes na expressão da Meta / Recipiente; e a preposição *a* parece, em todas as variantes, ser a mesma expressão de caso dativo, o mesmo tipo de preposição (Gonçalves 2004). Além disso, *a*, como expressão de caso dativo, é diferente de *para*, uma verdadeira preposição, não sendo sinónimas. As duas preposições podem mesmo coexistir em português, como acontece com o V *comprar* (45), um verbo em que a Origem é o verdadeiro argumento dativo e em que o Beneficiário / Destinatário final é um adjunto a SV:

- (45) O João comprou um vestido à vendedora para o bebé.

Portanto, a proposta de duas estruturas sintáticas para as construções ditransitivas com base na não existência de sinonímia entre elas e no diferente estatuto da preposição *a* em português parece injustificada. Por outro lado, aceitando a noção tradicional de verbo ditransitivo e a ideia de que certos OI são argumentais, como acontece com verbos como *dar*, a categoria funcional SAplicativo como categoria baixa verbal parece também dispensável.¹¹

Repare-se igualmente que as autoras escolheram, para ilustrar as construções dativas, o V *enviar*, que tem uma componente de

transmissão de posse e uma componente de movimento, como é visível pela possibilidade que temos de construir dois tipos de interrogativas com este verbo:

- (46) (a) A quem enviaste o livro?
(b) Para onde enviaste o livro?

Mas tal não aconteceria com Vs de transferência de posse do tipo de *dar*.

Por estas razões distancio-me do tratamento de Torres Morais e Lima-Salles (2010) para o PE e penso que há apenas uma estrutura sintática básica para as construções ditransitivas, embora com as diferenças que se relacionam com a sintaxe dos clíticos.

5.6 ————— UMA ESTRUTURA POSSÍVEL PARA AS CONSTRUÇÕES DITRANSITIVAS EM PE

Discutamos então mais alguns fenómenos que nos permitam propor uma estrutura sintática para as construções ditransitivas. Como vamos ver, não se afigura tarefa fácil, pois parece haver argumentos contraditórios.

Já tínhamos visto relativamente ao inglês que a anteposição e a elipse indicariam que V+SDET_{OD} podem formar um constituinte (ver os exemplos (15) acima). O mesmo se passa em português (cf. Costa 2009):

- (47) (a) O Pedro queria dar os livros ao Rui ontem.
(b) - e [dar os livros] ele deu ao Rui ontem.
(c) - e [dar os livros ao Rui] ele deu ontem.

Contudo, em certas línguas, fenómenos de ligação têm sido usados para mostrar que, pelo menos a nível superficial, um determinado constituinte ocupa uma posição alta de modo a c-comandar a anáfora ou um pronome ligado (cf. Giorgi & Longobardi 1991 para o italiano, Demonte 1995 para o espanhol, Costa 2009 e Brito 2010 para o português europeu).¹²

Olhemos em primeiro lugar para alguns exemplos contendo anáforas em português:

- (48) (a) ? O tratamento psicoanalítico devolveu [a estima de si mesma] à Maria.
(b) O tratamento psicoanalítico devolveu à Maria [a estima de si mesma].

As duas frases parecem possíveis, tal como foi proposto para outras línguas românicas (ver Giorgi & Longobardi 1991, p. 42 para o

Italiano); para alguns falantes, no entanto, a frase com a expressão reflexa numa posição baixa (48b) parece um pouco melhor do que a frase em que a expressão reflexa é mais alta do que o antecedente (48a). Com redobro do clítico os dados são semelhantes (ver 48c, 48d):

(c) ? O tratamento psicoanalítico devolveu-lhe [a estima de si mesma] a ela.

(d) O tratamento psicoanalítico devolveu-lhe a ela [a estima de si mesma].¹³

À primeira vista, também a ligação de pronomes parece favorecer a ideia de que o antecedente deverá ocupar uma posição mais alta do que o constituinte que contém o possessivo (o pronome ligado), independentemente de ser o OD ou o OI: mas, mais uma vez, os dados não são muito decisivos (sobre idêntico fenómeno em francês ver Harley 2002, p. 62, e em inglês Bruening 2001):

(49) (a)? A professora entregou [o (seu)_i desenho] a cada criança_i.

(b) A professora entregou [cada desenho]_i ao (seu)_i autor.

(c) ? A professora entregou ao (seu)_i autor [cada desenho]_i.

(d) A professora entregou a cada criança_i [o (seu)_i desenho].

Além disso, como escreve Gonçalves (2016, pp. 74-75), o facto de “os mesmos dados serem gramaticais numa leitura distributiva permite corroborar a (...) proposta em contrário”. E acrescenta: “Veja-se que a aceitabilidade desses enunciados parece melhorar se outro elemento com referência dependente [como *respetivo*] for usado”, como em (50):

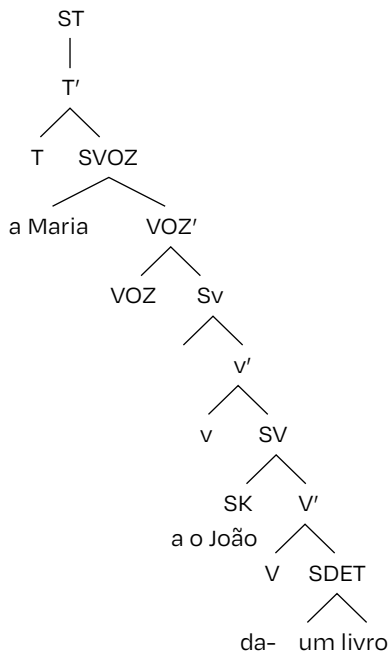
(50) (a) Entreguei [o respetivo_i livro]_{OD} [a cada_i autor]_{OI}.

(b) Entreguei [ao respetivo_i autor]_{OI} [cada_i livro]_{OD}.

Além disso, Gonçalves recupera uma antiga reflexão minha, segundo a qual, no português, a menor aceitabilidade de (49a) e de (49c) poderá dever-se à leitura do possessivo *seu/sua* como pronome ligado, uma vez que este é tipicamente interpretado como segunda pessoa (*você*).¹⁴

Por tudo isto, e não esgotando todos os fenómenos, recupero aqui a estrutura proposta por mim em 2010 e partilho da opinião de Gonçalves (2016), segundo a qual o PE terá uma só estrutura básica para as construções ditransitivas e que descrevo em (51):

(51)



Nesta estrutura operam vários movimentos. O V move-se para T, o argumento externo do verbo *a Maria* move-se para especificador de TP para ter acesso ao caso nominativo. O SDET argumento interno move-se para Esp de Sv, onde verifica o seu caso acusativo.

O dativo é, como temos estado a ver, um caso híbrido: por um lado, inerente, uma vez que o caso é atribuído a um SDET por determinados Vs através de *a* ou diretamente a *lhe, lhes* e a outros pronomes; por outro lado, é um caso estrutural por ser atribuído numa dada configuração (cf. no mesmo sentido Cuervo 2010). Este caso abstrato é um traço interpretável e nestas condições não ativa nenhuma operação de concordância (“agree”); desse modo, a sequência *a SDET* (marcada na representação (51) como SK) não precisa de se mover. E tudo isto gera a ordem não marcada SN V SDET_{OD} SPREP_{OI}. Ver a este propósito o capítulo seguinte.

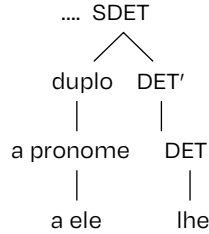
5.7 ————— UMA BREVE COMPARAÇÃO PE / ESPANHOL

Quanto ao redobro do clítico em construções ditransitivas, como em (52): não sendo o tema central deste texto, limitar-me-ei a aceitar a proposta de Cecchetto (2000) para o italiano e de Raposo

para o PE (1999), adotada também por Brito (2010) e Torres Morais & Lima-Salles (2010), segundo a qual o sintagma *a SDET* projetado como argumento de uma projeção verbal tem a forma descrita em (53), com *a*+pronome na posição de especificador de SDET e o clítico como núcleo DET. O clítico é obrigatoriamente movido para o seu hospedeiro V, ficando o SPREP *a ele in situ*, como em (52):

(52) A Maria deu-lhe um livro a ele.

(53)



Em espanhol o clítico *le* não tem a mesma sintaxe que em português, pois pode surgir redobrado por um SDET (54b) e (55b):

(54) (a) Entregué las llaves al conserje. (exemplos de Demonte 1995)

(b) *Le* entregué las llaves *al conserje*.

(55) (a) Pablo mando un diccionario a Gabi / Barcelona. (exemplos de Cuervo 2003)

(b) Pablo *le* mando un diccionario *a Gabi*.

Demonte (1995) e Cuervo (2003) consideram que as construções de redobro do clítico têm propriedades sintáticas e semânticas próximas da CDO, distintas das da Construção Preposicional, proposta que não vou aqui explorar. Assim, Demonte propõe que o clítico ocupa a posição de núcleo de uma projeção verbal adicional, a que chama DatCIP.¹⁵ Por sua vez, Cuervo (2003) propõe que o clítico *le* ocupa a posição de núcleo de um nó aplicativo baixo; por movimento, *le* e o V ocuparão T; o SDET *un diccionario* move-se para especificador de vP, derivando a ordem de palavras final em (55b). Na construção preposicional (55a), há um SPREP baixo e *a* é considerada uma preposição verdadeira.

Vemos que tanto Demonte como Cuervo propõem que o espanhol tem alternância dativa, no sentido em que há duas construções diferentes, uma com um clítico dativo, a outra uma construção preposicional. Para estas duas autoras a construção com clítico dativo pode em certos aspetos ser aproximada da CDO. Para Demonte tais construções estão derivacionalmente relacionadas, para Cuervo há duas estruturas básicas.

O português é diferente do espanhol, na medida em que o redobro do clítico é uma construção sempre opcional e as frases com clítico simples ou redobrado ou com *a* SDET_{dativo} são sinónimas.

Esta breve apresentação revela que a maior diferença entre o espanhol e o português quanto à sintaxe dos dativos está relacionada com o estatuto dos clíticos *le / the*: em espanhol, *le* é um núcleo e é essencialmente um marcador de concordância com um SDET pleno (Masullo 1992, Cuervo 2003); em português *the* é um clítico que só pode redobrar um pronome, nunca um SDET pleno, sendo sempre opcional.

5.8 ————— CONCLUSÃO

Neste capítulo apresentei uma descrição das construções ditransitivas em PE numa perspetiva de sintaxe comparada. O PE, embora tenha dativos argumentais e dativos não argumentais e apesar de ter diversas possibilidades de expressão do OI, nomeadamente através de um SPREP com uma preposição especial, *a*, e pronomes pessoais clíticos, não tem alternância dativa, como o inglês.

Depois de apresentar e discutir várias propostas sobre a alternância dativa e sobre a aproximação do inglês às línguas bantu feita por certos linguistas, propus, desenvolvendo Brito (2010) e Gonçalves (2016), que o SPREP OI *a* SN ocupa a posição de especificador de uma projeção verbal baixa e que vários movimentos acabam por gerar a ordem não marcada.

O dativo mistura propriedades de caso inerente e de caso estrutural, porque é atribuído por determinados verbos, mas também surge numa dada configuração, numa relação especificador-núcleo.

Tendo as construções ditransitivas sido aproximadas das construções com núcleo aplicativo nalguma literatura, discuti essa proposta, tendo mostrado que não se justifica tal identificação e que, além disso, o português não tem alternância dativa.

Finalmente comparei o português e o espanhol, duas línguas com redobro do clítico dativo, mas em moldes distintos: em espanhol, *le* é essencialmente um marcador de concordância com um SDET pleno; em português *the* é um clítico que só pode redobrar um pronome, nunca um SDET pleno, sendo sempre opcional.

- 1 Este capítulo reúne o fundamental de vários textos que escrevi sobre construções dativas: Brito (2009, 2010, 2014 e 2015a, b), com alguns cortes.
- 2 De acordo com Gonçalves (1990), o Português de Moçambique tem CDO, como em *Entregou o emissário as cartas (= ao emissário)*; no entanto dados mais recentes mostram que a CDO não está tão presente como a autora propôs (ver cap. 23). O Português Brasileiro tem CDO em casos muito limitados: *Desejo você um bom dia* (ver cap. 21).
- 3 Verbos de dois argumentos como *obedecer*, *sobreviver* (*obedecer ao regulamento*, *sobreviver ao massacre*) e verbos leves como *dar* e *fazer* podem selecionar um argumento OI não animado: *dar uma pintura às estantes*; *fazer uma limpeza à casa* (cf. Duarte 2003a, pp. 289/296).
- 4 A presença de *a* em redobro do OD e em certos contextos excepcionais como *adorar a Deus*, *temer a Deus* mostra bem que *a* é marca de humano. Note-se também que em espanhol a presença de *a* com OD humano é obrigatória: (i) *Vi a Juan en la Facultad* / **Vi Juan en la Facultad*.
- 5 Kayne (1984) explica a diferença entre o francês e o inglês, propondo que a preposição *a* nas línguas românicas é diferente de *to* em Inglês: *to* atribui caso estrutural, relacionado com a posição; *a* atribui caso inerente, portanto este caso não pode ser absorvido pelo V ou pela passiva. Mais tarde irei defender que o caso dativo é híbrido, com propriedades de caso inerente e com propriedades de caso estrutural
- 6 De acordo com Larson (1988), o OI preposicional meta é um “objeto interno”, fazendo um constituinte com o V; tal constituinte sobe para uma posição superior, especificador de VP, onde o V, uma vez movido, marcará o SDET com caso estrutural. Por isso, para Larson, a construção de duplo objeto deriva da construção preposicional por um processo de promoção. O V absorve o caso (inerente) e *to* desaparece como resultado dessa absorção. Por sua vez, o argumento interno que ocupa a posição primitiva de especificador de SV e que é concebido como um “sujeito interno” destematiza e sofre um processo de “despromoção”, sendo projetado como adjunto a V.
- 7 Marantz (1993), Pykkänen (2002) e Cuervo (2003) usam o nó aplicativo. Pesetsky (1995) e Harley (2002) propõem o engendramento básico de duas estruturas diferentes sem nó aplicativo, baseado em diferenças de significado. Pesetsky propõe que na construção preposicional o tema é o especificador da relação predicativa com o recipiente/ meta; na CDO o recipiente / meta é o especificador de uma relação predicativa com uma preposição nula que simboliza como G. Harley, no quadro da Morfologia Distribuída, desenvolveu este tipo de abordagem: na construção preposicional, Sv tem como núcleo um v CAUSA, que seleciona um SPREP com o SDET OD como especificador e tendo como núcleo a preposição *to*; na CDO o recipiente / meta é o especificador duma projeção SPREP, com núcleo nulo significando *ter* e com o Tema como complemento. Para o Crioulo de Cabo Verde, que tem alternância dativa, Fiéis & Pratas (2006) adotaram também a ideia de duas estruturas ditransitivas, numa análise muito próxima da de Pesetsky (1995).
- 8 Há ainda tratamentos híbridos como o proposto por Ormazabal & Romero (2010), em que uma análise baseada na estrutura de evento de Ramchand (2008) é combinada com uma análise derivacional.
- 9 Levin & Rappaport Hovav (2008) introduzem uma distinção entre *core dative verbs*, como *give*, *offer* e *non-core dative verbs* como *send*, *throw*, etc. Nos *core-dative verbs* consideram ainda subclasses.

- 10 É importante perceber se o significado resultativo / télico é inerente aos verbos ditransitivos ou se há apenas uma implicação de resultado envolvendo fatores pragmáticos. Ormazabal & Romero (2010, pp. 208-9) mostram que os verbos da família de *give*, isto é, *give, hand, lend, loan*, “entail successful transfer in either variant”:
- “(i) (a) # His aunt gave / lent / loaned my brother some money for a new car, but he never got it.
(b) # His aunt gave / lent / loaned some money to my young brother, but he never got it.”
- Outros verbos como *owe, offer, promise*, “fail to entail it in both the dative construction and the PP-construction”:
- “(ii) (a) Max offered help to the victims, but they refused his offer.
(b) Max offered the victims help, but they refused his offer.”
- Quer dizer, com certos predicados, há uma implicatura de resultado, que envolve fatores pragmáticos; com outros verbos, o resultado, a telicidade, é inerente ao próprio verbo. Seria importante um estudo desta natureza em português. Ver também Rappaport Hovav & Levin (2008) sobre diferentes tipos de Vs ditransitivos (ver nota anterior).
- 11 Miguel, Gonçalves & Duarte (2011), analisando dativos não argumentais beneficiários como os introduzidos pelo verbo *preparar* e os dativos possessivos, defendem que são ambos projetados como um tema SDET como argumento interno do verbo, são interpretados como SDET Possessivo e exibem uma estrutura predicativa. De acordo com os mesmos autores, a interpretação possessiva é obtida por “merge” ao Tema SDET, não sendo necessário nenhum núcleo aplicativo.
- 12 Costa (2009) conclui que há uma “focus-binding conspiracy”: a estrutura informacional indica que em PE a ordem não marcada é V OD OI, mas os fenômenos de ligação indicam que nesta língua há duas construções basicamente geradas em português. E por isso argumenta em favor de um modelo capaz de explicar como é que derivações convergentes podem articular-se com requisitos discursivos, pós-sintaticamente, distanciando-se de uma visão cartográfica do foco, na linha de Rizzi (2004) que deixaria a interação entre ligação e foco por explicar (cf. p. 104). Ver também cap. seguinte.
- 13 A este propósito diga-se que *si mesmo* é uma anáfora de longa distância e, por essa razão, estes dados devem ser vistos numa perspectiva de anáfora a longa distância e não de anáfora local.
- 14 Baseada em Costa (2009) que advoga duas estruturas básicas baseado em fenômenos de anáfora, elipse, escopo de quantificadores, entre outros, cheguei a sustentar duas estruturas básicas. Gonçalves (2016) fez, entretanto, algumas críticas à minha proposta e por isso regresso aqui à minha análise de 2010.
- 15 Pineda (2014) não tem, nem para o catalão nem para o espanhol, os mesmos juízos de gramaticalidade de Demonte e por isso considera que “the clitic does not have any influence on the structural position of DO and IO. So there is no parallel to be found exclusively between English DOC and Spanish or Catalan clitic-doubled constructions.” Seguindo Pykkänen (2002), Pineda considera que nestas duas línguas há uma só estrutura, com um nó aplicativo, que atribui caso dativo inerente. O clítico é o *spell-out* do nó aplicativo baixo, podendo ser fonologicamente nulo ou não, sem ter consequências estruturais. Nos dois casos, há um SDET que é marcado dativo.

6 ————— ORDEM DE PALAVRAS EM CONSTRUÇÕES DITRANSITIVAS ¹

O capítulo analisa a relação entre a estrutura argumental e a estrutura informacional com “core dative verbs” como *dar* em Português Europeu (PE), especificamente com Objetos Diretos (OD) pesados. Depois de uma introdução em que se descreve a ordem de palavras básica em construções com verbos de dois complementos, em particular as construções ditransitivas (6.1), discute-se a relação entre estrutura e ordem de palavras em inglês, uma língua com alternância dativa (6.2). Desenvolvendo outras propostas e remetendo para o capítulo anterior, defenderei que o PE tem uma construção básica em que o OD é projetado como complemento de uma categoria verbal baixa e o OI é projetado em especificador dessa categoria verbal (6.3). Com um OD pesado, a ordem final é quase sempre V OI OD e isso pode explicado se o OD deixar uma cópia baixa que é soletrada (6.4).

6.1 ————— INTRODUÇÃO

As línguas românicas, e o português em particular, têm uma grande tendência para a ordem V SDET SPREP com várias classes de verbos, permitindo, no entanto, a reordenação dos complementos, com consequências para a estrutura informacional (ver Belletti & Shlonsky 1995 para o italiano).

Vejamos alguns exemplos com verbos de localização como *pôr*.

Como resposta a (1A), espera-se uma resposta em que toda a informação é nova, portanto, com foco informacional largo, como em (1B):

(1) A: O que aconteceu? B: A Maria pôs os livros no sótão.

O mesmo tipo de resposta (1B) pode ser obtida como resposta a uma pergunta com foco informacional estreito no SPREP, isto é, como resposta a uma interrogativa com o advérbio interrogativo *onde* (sobre foco largo / foco estreito ver Martins & Costa 2016):

(2) A: Onde é que a Maria pôs os livros? B: A Maria pôs os livros no sótão.

Com foco sobre o OD, como numa resposta a (3A):

(3) A: O que é que a Maria pôs no sótão? B: A Maria pôs no sótão os livros,

a ordem V SPREP SDET é possível, como em (3B), confirmando mais uma vez que o português segue a regra geral das línguas românicas de colocar o foco informacional na posição mais baixa e mais encaixada (Cinque 1993, entre outros).

Com foco contrastivo², outras ordens de palavras são possíveis, como em (4B, 4C) com uma interpretação que pode ser descrita por uma construção clivada, com foco sobre o argumento Oblíquo, o locativo, e marcado com ênfase ou destaque prosódico:

- (4) A: Foi na garagem que a Maria pôs os livros e as revistas, não foi?
 B: Não, a Maria pôs os livros NO SÓTÃO (e não na garagem).³
 C: Não, a Maria pôs NO SOTÃO os livros (e não na garagem). (=foi no sótão que a Maria pôs os livros, não na garagem).

Estes dados, embora reduzidos, mostram que, com verbos com três argumentos, como os verbos de localização, o padrão funcional V OD OBL (do ponto de vista categorial V SDET SPREP), como em (1B, 2B), corresponde ao padrão não marcado e que a possível reordenação dos dois argumentos internos (V OBL OD, do ponto de vista categorial V SPREP SDET) se deve a uma estrutura informacional distinta, permitindo uma leitura de foco informacional estreito (ver (3B)) ou uma leitura de foco contrastivo, marcado por uma ênfase especial (como em (4C)).

Os verbos ditransitivos, em particular os “core dative verbs”, designação de Rappaport Hovav & Levin (2008) para verbos que significam uma “posse causada” (“caused possession verbs”) como *dar*, *oferecer*, *entregar*, exibem, desde logo, uma diferença importante em relação a outros verbos de três argumentos: a expressão do argumento recipiente é feita ou através de um pronome dativo clítico (*me*, *te*, *lhe*, *nos*, *vos*, *lhes*) ou através de uma preposição especial, mais uma marca de dativo do que uma verdadeira preposição (a) (Gonçalves 1990, Duarte 2003, Brito 2010, 2014, 2015a, b, ver também capítulo anterior). É deste tipo de verbo e da construção preposicional de que nos ocuparemos neste capítulo.

No que diz respeito à estrutura informacional, a situação é semelhante a outros verbos de três argumentos.

De facto, (5B), com a ordem V OD OI, é uma resposta adequada (embora redundante)⁴ a uma pergunta *Q* como em (5A), sendo o OI o foco informacional (Costa 1998, Costa 2009, pp. 95-6, Costa & Figueiredo Silva 2006, entre outros):

- (5) A: A quem é que a Maria deu um livro? B: A Maria deu um livro ao João.

Com o foco sobre o OD, a posição final da frase resposta será normalmente ocupada precisamente pelo OD, como em (6B):

- (6) A: O que é que a Maria deu ao João? B: A Maria deu ao João um CD.

Se houver um foco contrastivo sobre o OD, para além da posição final, o OD poderá ocupar outras posições na frase, sempre marcado prosodicamente:

- (7) A: Deste um livro ou um CD ao João? B: Dei UM CD ao João (e não um livro).

- (8) A: Vão dar um jogo ao João e um peluche à Maria?
B: Sim, vamos dar UM JOGO ao João e UM PELUCHE à Maria.
(=é um jogo que vamos dar ao João, é um peluche que vamos dar à Maria).

Do mesmo modo, com foco contrastivo sobre o OI, não só a posição final como outras posições serão possíveis, em condições contextuais favoráveis:

- (9) A: A Maria deu um livro ao Luís e um CD à Joana, não foi?
B: Não, a Maria deu um livro AO JOÃO (e não ao Luís) e um CD À LUÍSA (e não à Joana).

- (10) A: A Maria deu o livro à Luísa, não foi?
B: Não, a Maria deu AO JOÃO o livro (e não À LUÍSA).
(=foi ao João que a Maria deu um livro; não à Luísa)

Podemos concluir então que a ordem não marcada para as construções ditransitivas em PE é V OD OI, com foco informacional sobre o OI; com foco informacional sobre o OD a ordem é, em geral, V OI OD (Costa 2009).

Em relação a foco contrastivo, afetando quer o OD quer o OI, tal constituinte pode ou não ocupar a posição final, mas é sempre marcado com proeminência prosódica (ver Martins 2012, Martins e Costa 2016).

Como em muitas línguas, os constituintes pesados em PE têm tendência a ocupar a posição final. Usarei aqui uma noção sintática de constituinte pesado, quer dizer, um constituinte com uma estrutura interna complexa, uma oração (completiva ou relativa livre), SDETs coordenados ou um SDET com complementos e modificadores.

Veja-se em primeiro lugar o que acontece com *pôr* quando o OD é um constituinte pesado: (11a), com a ordem V OBL OD, é mais aceitável do que (11b), com a ordem V OD OBL:

- (11) (a) A Maria pôs no sótão [os livros e as revistas que herdou da avó].
 (b) ? A Maria pôs [os livros e as revistas que herdou da avó] no sótão.⁵

Com verbos ditransitivos e dependendo da natureza lexical do verbo, o OD pesado pode ser uma oração ou um SDET nas condições acima referidas, ocupando preferencialmente o OD a posição final, como em (12a) e (13a), com a ordem V IO OD.

- (12) (a) O João disse à Maria [que vai sair logo à noite].
 (b) ? O João disse [que vai sair logo à noite] à Maria.
 (13) (a) O João deu à Maria [o dinheiro que herdou da avó em testamento].
 (b) ? O João deu [o dinheiro que herdou da avó em testamento] à Maria.

Quando temos uma pergunta com foco informacional sobre o OI e um OD (pesado), poderíamos esperar a ordem V OD OI, mas de novo a ordem V OI OD é a mais natural, como ilustrado em (14b) e em (15b), mostrando que a natureza pesada do OD é, de facto, um fator muito importante de ordem de palavras:

- (14) (a) A quem disse o João [que ia sair logo à noite]?
 (b) O João disse à Maria [que ia sair logo à noite].
 (15) (a) A quem deu o João [o dinheiro que herdou da avó]?
 (b) O João deu à Maria [o dinheiro que herdou da avó].

Alguns exemplos extraídos do *CetemPúblico* permitem confirmar esta tendência para o padrão V OI OD (exemplos já apresentados em Brito 2015b e em que a parte relevante está em itálico):

- (16) *par=ext1344780-nd-91a-1*: "Para Setembro, deverá ter obtido sinais de reactivação que *dêem a Carlos Menem uma vitória nas eleições legislativas*, o que para muitos peronistas é uma missão impossível!"
 (17) *par=ext755655-clt-96b-3*: "Na sequência final, a suprema crueldade de Wilder *dava a Cecil B. de Mille a oportunidade de domar, pela última vez, a beleza da sua ave do paraíso enlouquecida.*"
 (18) *par=ext1395495-pol-94a-2*: "O monarca jordano insistiu para que Israel não cedesse aos palestinianos o controlo da ponte Allenby sobre o rio Jordão, o que *daria a Arafat a capacidade para controlar a migração de palestinianos - e de militantes islâmicos - de Jericó para a Jordânia.*"
 (19) *par=ext320712-pol-94a-1*: "Onde é que ia arranjar dinheiro para *dar a esses homens a comida, as roupas e o sabão de que necessitariam?*, perguntou indignado o

general Niha, primeiro secretário da Frelimo na província de Nampula."

Quando os dois constituintes são pesados, uma certa tendência para uma ordem V OI OD mantém-se, como ilustrado nos exemplos seguintes, igualmente extraídos do *Cetem Público* (cf. Brito 2015b, pp. 114-15):

- (20) *par=ext711722-soc-91b-2: "Como a versão tinta, mas «sem gralhas», como ironiza Augusto Deodato, a agenda apresenta uma selecção que visa dar a quem reside ou venha a Lisboa a oportunidade de gerir melhor os interesses nesta cidade."*
- (21) *par=ext856353-clt-96b-2: "O objectivo é dar a professores, alunos e outros funcionários a possibilidade de consultarem um árbitro para resolverem os seus diferendos pessoais ou institucionais."*
- (22) *par=ext1405400-nd-94b-1: "Muñoz Molina manifesta uma categórica afinidade com aqueles que dão a Lisboa e a Portugal a forma e o conteúdo da nossa peculiar identidade."*

Embora estes temas já tenham sido objeto de pesquisa na literatura, algumas perguntas permanecem, relacionadas com a articulação entre estrutura sintática e estrutura informacional: a ordem V OD OI corresponde a uma ordem básica em português? Se essa ordem é básica, qual o mecanismo responsável pela ordem V OI OD? Alternativamente, se a ordem básica for V OI OD, como se explica a ordem final V OD OI? E quando os constituintes são pesados, eles movem-se para a direita? Ou são basicamente gerados numa posição mais baixa e final? E como é que tudo isto se relaciona com princípios gerais da gramática e da estrutura informacional? A estas perguntas procurarei dar resposta nos pontos seguintes.

6.2 ————— CONSTRUÇÕES DITRANSITIVAS EM INGLÊS

As construções ditransitivas têm sido objeto de grande controvérsia nos estudos sintáticos, especialmente devido à existência da alternância dativa nalgumas línguas. O inglês, por exemplo, tem alternância dativa, exibindo duas construções: a construção preposicional, como em (23a) e a Construção de Duplo Objeto (CDO), como em (23b):

- (23) (a) Mary gave a book to John.
 Maria deu um livro a João
 'A Maria deu um livro ao João'

(b) Mary gave John a book.

Maria deu João um livro

'A Maria deu ao João um livro.'

Com o verbo *to give*, as duas frases são sinónimas, porque ambas denotam uma situação de transferência de posse de um livro da Maria para o João.

Na literatura, tem havido diferentes visões de como relacionar a construção preposicional (23a) e a CDO (23b). Uma dessas abordagens é a transformacional, como a de Larson (1988, 2014), em que a CDO é sintaticamente derivada da construção preposicional, sendo as duas consideradas sinónimas. Ver, sobre esta problemática, o capítulo anterior.

Nas últimas décadas, tem sido mostrado que a alternância dativa em inglês obedece a várias condições, o que questiona um tratamento do tipo do de Larson e favorece a ideia de que nesta língua há duas construções basicamente geradas: 1 - há restrições morfológicas: os verbos que têm uma raiz anglo-saxónica, como *show*, admitem a alternância, mas os que têm uma raiz latina, como *exhibit*, só admitem a construção preposicional; 2 - há restrições semânticas: Rappaport Hovav & Levin (2008) mostraram que os verbos que admitem a alternância em inglês exprimem uma “caused possession” (*give*); os que têm uma componente de movimento (como *send*) são ambíguos entre um significado de posse causada (e nesse caso admitem as duas construções) e de movimento e localização causadas e, nesse caso, favorecem a construção preposicional; 3 - há autores que defendem que não há completa sinonímia entre as duas alternativas (Oehrle 1976, Rappaport Hovav & Levin 2008, entre outros) e que há assimetrias de escopo e de ligação, razão pela qual os mesmos autores consideram que há duas estruturas sintáticas subjacentes distintas (para uma apresentação de diferentes análises, veja-se Ormazabal & Romero 2010, Harley & Miyagawa 2016).⁶ Como o inglês tem alternância dativa, exibindo uma CDO e uma construção preposicional, há diferenças na estrutura informacional das duas construções. Com efeito, e não havendo interferência de elementos prosódicos, na CDO o foco informacional é o SDET_{Tema}, como em (24a); na construção preposicional o foco é o SPREP_{Recipiente}, como em (24b):

(24) (a) Mary gave John [_{Foco} a book].

(b) Mary gave a book [_{Foco} to John].

Contudo, na construção preposicional, o Tema pode também pertencer ao foco informacional, como em (25), sendo marcado por

um acento, uma ênfase prosódica, não envolvendo forçosamente diferenças de ordem de palavras (os exemplos seguintes são dados por Jiménez Fernández (2009, p.186), e coincidem, acreditamos, com juízos de falantes nativos do inglês):

(25) (a) What did John give to his mother?

o que aux João dar a sua mãe

'O que é que o João deu à (sua) mãe?'

(b) *John gave to his mother a kiss.

João deu a sua mãe um beijo

(c) John gave a kiss to his mother.

João deu um beijo a sua mãe

'O João deu um beijo à (sua) mãe.'

(26) (a) Who did John give a kiss to?

quem aux João dar um beijo a

'A quem é que o João deu um beijo?'

(b) *John gave to his mother a kiss.

João deu a sua mãe um beijo

(c) John gave a kiss to his mother.

'O João deu um beijo à (sua) mãe.'

Quer dizer, e citando Jiménez Fernández (2009, p. 186), “when the prepositional object is used in English the order of the object and the prepositional object is fixed (...). It is the discourse/phonological prominence that helps identify the words or cluster of words representing the focus of a specific construction.”

Por isso, a ordem V OI OD na construção preposicional só é mesmo possível em inglês com foco contrastivo sobre o SDET OD, quer com uma ênfase especial, como em (27), quer quando o OD é um constituinte pesado e focalizado, como em (28):

(27) He gave to her [a REPORT], but not a letter or anything else.
(Mikami 2012)

ele deu a ela um relatório mas não uma carta ou algo mais

'Ele deu-lhe UM RELATÓRIO, mas não uma carta nem outra coisa.'

(28) (a) John wants to give to Mary [a gift of inestimable value].⁷

João quer prep dar a Maria um presente de inestimável valor

'O João quer dar à Maria um presente de inestimável valor.'

(b) ? John wants to give [a gift of inestimable value] to Mary.

João quer prep dar um presente de inestimável valor a Maria

Sumariando: em inglês a estrutura informacional nas duas possibilidades da alternância dativa é, em princípio, bastante fixa: na CDO o foco é sobre o SDET_{Tema}, na construção preposicional o

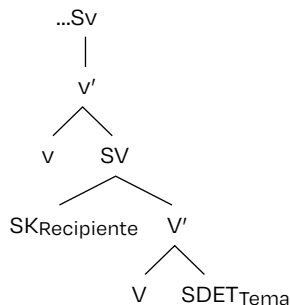
foco é sobre o $SPREP_{Recipiente}$. O caráter pesado dos constituintes e a existência de ênfase prosódica associada a um foco contrastivo podem, no entanto, intervir na ordem de palavras, justificando a ordem de palavras exibida em (27) e (28).

6.3 ————— CONSTRUÇÕES DITRANSITIVAS EM PORTUGUÊS

Como pudemos ver no capítulo anterior, alguns autores argumentaram a favor de duas estruturas basicamente geradas para as construções ditransitivas: simplificando muito, uma com uma ordem $V\ OD_{Tema}\ OI_{Recipiente}$ e uma outra com a ordem $V\ OI_{Recipiente}\ OD_{Tema}$ (cf. Costa 2009, Morais & Lima-Salles 2010, Brito 2014, 2015a, b).⁸

No entanto, Gonçalves (2016), em sintonia com uma análise de Brito (2010), desenvolveu a ideia de que a estrutura dominante das construções ditransitivas em PE pode ser aquela em que o OI é projetado na posição de especificador de uma projeção verbal baixa. Mais tarde, Hagemeyer *et al.* (2019) adotam e desenvolvem esta análise, propondo a categoria SK (Sintagma Caso) para o OI, como na estrutura (30), proposta que adotei no capítulo anterior e que continuo a aceitar aqui:

(30)



Sendo *a* um marcador de caso não parece problemático o constituinte *a* SDET ser projetado como especificador de uma categoria verbal baixa; o caso dativo é um traço de caso interpretável e não ativa nenhuma operação de concordância (*agree*), por isso *a* SDET não precisa de mover-se por razões de caso.

Em relação ao caso acusativo, o OD tema tem de verificar esse caso. Tem sido proposto que a atribuição / verificação de caso acusativo envolve um movimento para especificador de uma categoria verbal intermédia (vP), gerando a ordem não marcada V

OD OI. Neste artigo é esta a posição assumida, embora seja crucial admitir que o OI, quando focalizado contrastivamente, possa ser movido para distintas posições por *scrambling*,⁹ tal como acontece com outros argumentos internos OBL de verbos de três argumentos, como *pôr*, como vimos em (3) e (4).

Concluindo: seguindo Brito (2010) e Gonçalves (2016), o PE tem uma estrutura dominante para os ditransitivos, em que o OI é projetado como especificador de uma projeção verbal baixa; o movimento do OD por motivos de caso produz a ordem não marcada V OD OI. De modo a explicar diferentes posições do OI na frase quando é focalizado contrastivamente, opera um *scrambling*, de modo semelhante ao que acontece com outras classes de verbos.

6.4 ————— SDETS PESADOS E ESTRUTURA INFORMACIONAL

6.4.1 ————— Algumas abordagens prévias

Tendo apresentado este enquadramento geral, voltamos agora à consideração de SDETs pesados como OD em construções ditransitivas. O fenómeno começou por ser estudado em inglês; veja-se o exemplo (31) com a ordem V IO DO:

(31) John sent to his mother [the money you had wanted him to give to us] (McCawley 1988)

João enviou para sua mãe o dinheiro tu tinhas querido ele prep dar a/para nós

'O João enviou à mãe o dinheiro que tu querias que ele nos desse!'

Ross (1969) foi um dos primeiros linguistas a notar que o peso de um constituinte obriga a mudanças na ordem de palavras básica, sugerindo na altura uma operação de movimento à direita. Para Kayne (1994), no entanto, não há movimentos à direita e o autor sugere um movimento à esquerda como forma de explicar a ordem final nas frases com constituintes pesados.

Baseados em fenómenos do italiano e do francês, Belletti & Shlonsky (1995) assumiram que um constituinte pesado, contrariamente a um constituinte leve, ocupa uma posição básica de argumento interno: o fenómeno em causa é a cliticização do partitivo *ne* em italiano. Os autores começam por mostrar que o italiano tem tal cliticização a partir do argumento interno de verbos transitivos e inacusativos (mas não de inergativos) (cf. Belletti & Shlonsky 1995, pp. 498-9):

- (32) (a) *Ho letto molti libri.*
 tenho lido muitos livros
 'Li muitos livros.'
 (b) *Ne ho letto molti.*
 CL_{part} tenho lido muitos
 'Li muitos.'
 (c) *Ne hano arrivati molti operari.*
 CL_{part} têm chegados muitos operários
 'Chegaram muitos operários.'
 (d) *Ne hano arrivati molti.*
 CL_{part} têm chegados muitos
 'Chegaram muitos.'
- (33) (a) *Hanno lavorato molti operari.*
 têm trabalhado muitos operários
 'Trabalharam muitos operários.'
 (b) * *Ne hano lavorato molti.*
 CL_{part} têm trabalhado muitos

Quando aplicada a construções ditransitivas e com um SDET tema leve, *ne* não pode ser usado (ver agramaticalidade de 34b):

- (34) (a) *Ne ho dato / dati uno / tre a Gianni.*
 CL_{part} tenho dado / dados um / três a João.
 'Dei um / três ao João.'
 (b) * *Ne ho dato / dati a Gianni uno / tre.*
 CL_{part} tenho dado / dados a João um / três

Contudo, se o OD for um constituinte pesado, a cliticização de *ne* é de novo possível (35a), mostrando que as construções ditransitivas com um SDET leve e com um SDET pesado diferem na estrutura:

- (35) (a) *Ne ho dato / dati a Gianni uno / tre che mi avevano considerato la settimana corsa.*
 CL_{part} tenho dado / dados a João um / três que me tinham atribuído a semana passada
 'Dei ao João um / três que me tinham atribuído na semana passada.'

Outro argumento em favor desta diferença é o comportamento do advérbio *solo* em contexto de cliticização por *ne*. O OD focalizado comporta-se como um constituinte pesado, como em (35b):

- (b) *Ne ho dato a Gianni uno solo.*
 CL_{part} tenho dado a João um só
 'Dei ao João um só.'

Também em francês, se o OD é leve, a cliticização do *en* partitivo é impossível, como em (36a); mas se o OD for pesado, a cliticização de *en* é de novo possível (36b).

(36) (a) *Ils en ont donné à Jean un.

Eles CL_{part} têm dado a João um

(b) Ils en ont donné à Jean un qu'on avait conseillé à l'Université.

eles CL_{part} têm dado a João um que alguém tinha aconselhado na Universidade

'Eles deram ao João um que alguém tinha aconselhado na Universidade.'

No artigo em causa, Belletti e Shlonsky usam estes fenómenos para argumentar a favor da ideia de que um OD pesado ou focalizado por *solo* em italiano fica *in situ* e o SPREP sofre *scrambling* sobre tal OD. Se o OD for leve, o SPREP fica no lugar e é o SDET que é deslocado. Mais tarde, Belletti mudou estes formalismos e propôs que existe uma periferia à esquerda acima de Sv que contém posições para foco e tópico (Belletti 2004).¹⁰

Aceitando este quadro teórico, Jiménez Fernández (2009), para o espanhol, assume que na periferia esquerda do domínio verbal há lugar para categorias funcionais como STOP, SFOC; de acordo com os diferentes estatutos informacionais, o OD e o OI mover-se-iam e ocupariam posições distintas (ver nesta perspetiva Sandeman 2009 para o PB).

Quanto aos constituintes pesados, o autor considera que são foco e que o constituinte leve é um tópico, como descrito no exemplo seguinte:

(37) Angela *le* dio [a Juan]TOP [el dinero que me envio el año pasado]FOC.

Ângela lhe deu a João o dinheiro que me enviou o ano passado

'Ângela deu ao João o dinheiro que me enviou o ano passado.'

Um dos argumentos a favor desta proposta é o comportamento de advérbios baixos, como *en secreto*, que o autor analisa como ocupando a posição de especificador de uma categoria funcional baixa. De facto, a melhor resposta a uma pergunta como (38a), em espanhol, é (38b) (*loc. cit.*, p. 194):

(38) (a) ¿ A quién le dio Ángela el dinero?

A quem lhe deu Ângela o dinheiro?

'A quem deu a Ângela o dinheiro?'

(b) Ángela le dio [el dinero] [a papá] en secreto.

Ângela lhe deu o dinheiro a papá em segredo

'Ângela deu o dinheiro ao papá em segredo.'

Se *en secreto* pertencer à pergunta e for um tópico, como em (39):

(39) ¿ A quien le dio Ángela el dinero en secreto?

A quem lhe deu Ângela o dinheiro em segredo?

'A quem deu a Ângela o dinheiro em segredo?'

a sua posição final seria marginal, como em (40), porque estaria a ocupar uma posição a seguir ao foco informacional da frase, o OI (Jiménez Fernández 2009, p. 194).

(40) ?? Ángela le dio [el dinero] [a papá] en secreto.

Ângela deu o dinheiro a papá em segredo

Mas se tivermos um OD pesado, a situação é diferente e o advérbio poderia ocupar diferentes posições, sendo uma delas a indicada em (41), mostrando que o OD pesado se move, segundo Jiménez Fernández, para uma posição intermédia:

(41) Ángela le devolió [a Juan] [el dinero que me envió el año pasado] en secreto.

Ângela lhe devolveu a João o dinheiro que me enviou no ano passado em segredo

'A Ângela devolveu ao João o dinheiro que me enviou no ano passado em segredo.'

Tudo isto parece justificar a proposta de Jiménez Fernández segundo a qual na chamada CDO em Espanhol (com o clítico expresso, cf. Demonte 1995), o OD e o OI se movem para uma periferia baixa do SV para valorar traços discursivos.

Em PE o comportamento dos advérbios baixos não é exatamente como em espanhol, pois podem ocupar diferentes posições (como em 42), algumas delas marcadas com ênfase (Costa 1998, cap. 1):

(42) (a) O João deu à Maria o dinheiro que herdou da avó em segredo.

(b) O João deu, em segredo, à Maria o dinheiro que herdou da avó.

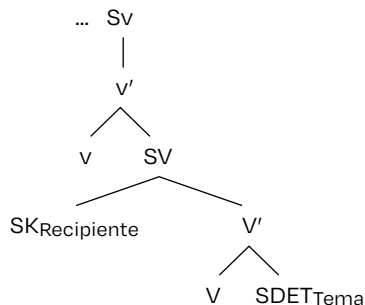
(c) O João deu à Maria, em segredo, o dinheiro que herdou da avó.

Por isso, a posição ocupada pelos advérbios baixos não parece constituir um argumento forte para decidir quais as posições ocupadas pelo OD e pelo OI, mesmo quando o OD é um constituinte pesado.

6.4.2 — Uma proposta sobre OD pesados: uma cópia baixa soletrada?

Como dissemos antes, vamos partir da hipótese de que as construções ditransitivas obedecem a uma estrutura básica como a descrita em (30), aqui numerada como (43):

(43)



Conforme a natureza lexical do verbo, o constituinte com a função de OD pode ser uma oração (selecionada, por exemplo, pelo verbo *dizer*) ou pode ser um SDET. Se for uma oração, um SCOMP, tal oração não precisa de caso e por isso não vai mover-se, gerando a ordem V OI ODS_{COMP}.

Mas se for um SDET, tal constituinte precisa de verificar o caso acusativo e por isso move-se para uma posição de especificador de uma categoria verbal alta, acima do OI, gerando a ordem V OD OI. No entanto, tal movimento geraria uma ordem V OD OI, o que não corresponde aos dados quando o OD é pesado.

Sendo um SDET pesado (constituído por SDET e modificadores, uma coordenação de SDETs ou uma relativa livre) o que os dados anteriores nos mostram é que vamos encontrar tal SDET na ordem V OI OD; contudo, o problema do acesso ao caso acusativo coloca-se de novo.

Seguirei então uma proposta de MacDonald (2013) e principalmente de Mikami (2012), baseados em Boskovic & Nunes (2007), no sentido em que pode haver soletração de cópia baixa numa operação de movimento. Mikami (2012) desenvolve uma análise detalhada dos constituintes SDETs pesados: uma cópia baixa pode ser pronunciada em inglês se uma interpretação marcada for necessária para as interfaces Forma Lógica (FL) e Forma Fonológica (FF); quer dizer, uma cópia baixa é soletrada em FF se for um constituinte SX focalizado.

É esta a proposta que adotarei: numa construção ditransitiva “normal”, o SDET OD move-se para especificador de uma categoria

verbal Sv em ordem a verificar o seu caso acusativo e a sua cópia baixa é não soletrada, como é tipicamente proposto na visão de movimento por cópia. Contudo, se o constituinte em causa for pesado e focalizado, é a sua cópia baixa que é soletrada. A soletração de um constituinte é, portanto, dependente do seu peso fonológico e sintático (como sugerido por Boskovic & Nunes 2007).

Antes de terminar, um problema deve ainda ser discutido.

Cardoso (2010), um extenso trabalho sobre extraposição de relativas em várias fases do português, desenvolvendo Costa (1998), assume que há duas construções ditransitivas básicas em português; numa delas, quando o OD é uma expressão nominal que contém uma oração relativa, tal SDET é gerado numa posição baixa, como acontece em (44), e de acordo com a hipótese desenvolvida no presente capítulo:

(44) Dei à Maria um livro que foi escrito por mim.

Acontece que pode ocorrer uma “extraposição” de relativa, gerando o exemplo (45), em que o antecedente da relativa e a própria relativa surgem separados:

(45) Dei *um livro* à Maria *que foi escrito por mim*.

Cardoso propõe então que em (45) o constituinte *um livro* sofre um movimento por *scrambling* curto, deslocando-se ou por adjunção a Sv ou a SV. Quer dizer, não haveria extraposição da relativa, mas em alternativa um movimento do chamado “antecedente”, deixando a relativa *in situ* e resultando numa estratégia de focalização.

Concordo com Cardoso em que não há extraposição da relativa e que, em muitos dos enunciados que propõe, são razões discursivas a justificar a separação entre antecedente e relativa, como em exemplos da autora, retomados por Martins & Costa (2016: 393):

(46) Poucas crianças conheço que não gostam de chocolate.

(47) Uma estranha doença lhe diagnosticaram que lhe retirou toda a alegria.

No entanto, em exemplos como (45) não parece haver razões discursivas a justificar a distância entre antecedente e relativa. Por isso, em (45), talvez possamos manter que, em vez de ser todo o SDET OD que sobe para verificar o caso acusativo, apenas sobe a parte nominal e a oração relativa é deixada *in situ*, sendo soletrada e focalizada nessa posição.

Sumariando: um constituinte OD SDET pesado é projetado na posição de complemento de uma projecção verbal baixa; em ordem a verificar o caso acusativo, o SDET sobe para especificador de Sv, mas, sendo tal constituinte pesado e focalizado, é a cópia baixa que é soletrada.

Repare-se que a proposta acima apresentada se enquadra numa dada relação entre sintaxe e estrutura informacional. Tem havido na literatura diferentes propostas sobre esta relação. Um tipo de abordagem codifica o foco e outras noções discursivas como primitivos sintáticos, instanciados como traços, como em Horvath (1986), ou como categorias funcionais, como em Rizzi (2004) ou em Belletti (2004), como mostrado anteriormente. Pelo contrário, Costa (1998, 2009) considera que uma noção como foco e outras noções discursivas não são codificadas na sintaxe como categorias funcionais. A componente sintática é “cega” relativamente a esse tipo de informação discursiva e o seu papel é gerar estruturas que possam ser filtradas na interface com a componente fonológica (cf. também Reinhart 1995, Costa & Kula 2008, Costa & Figueiredo Silva 2006).

Através da análise proposta neste texto, pensamos ter mostrado que a noção de foco justifica uma importante interface sintaxe-fonologia, não devendo o foco ser encarado nem como um traço nem como uma categoria funcional sintática.¹¹

6.5 ————— CONCLUSÕES

Em Português Europeu, a ordem não marcada dos argumentos internos de verbos de três argumentos, os que selecionam um OBL e os que selecionam um objeto OI, é V OD OBL e V OD OI, respetivamente. Por *scrambling* não só um OBL como um OI pode ocupar diferentes posições na frase, mostrando que a estrutura informacional contribui para a reordenação dos constituintes, criando ordens marcadas do ponto de vista discursivo.

No que diz respeito às construções ditransitivas, o inglês tem alternância dativa, exibindo uma CDO e uma construção preposicional. Nesta língua, a estrutura informacional nas duas possibilidades da alternância dativa é, em princípio, bastante fixa: na CDO o foco é sobre o SDET_{Tema}, na construção preposicional o foco é sobre o SPREP_{Recipiente}. No entanto, o carácter pesado dos constituintes e a existência de ênfase prosódica associada a um foco contrastivo podem intervir na ordem de palavras.

As línguas românicas e o português, em particular, não têm alternância dativa, pelo menos do tipo do inglês, pois o OI é ou expresso por pronomes ou expresso por uma preposição especial, *a*. Foi proposto, desenvolvendo Brito (2010) e Gonçalves (2016), que o OI é projetado como especificador de uma categoria verbal baixa (ver a este propósito o capítulo anterior). Com o movimento do

SDET para especificador da categoria Sv para verificação de caso acusativo, é gerada a ordem não marcada V OD OI. Contudo, um OD pesado ocupa a posição final; mesmo quando os dois constituintes são pesados, uma certa tendência de posição final do OD mantém-se, como uma procura num *corpus* escrito permitiu confirmar.

Fizemos a proposta de que um constituinte pesado e focalizado, neste caso um OD pesado, quando é categorialmente um SDET, se move da mesma forma para obter caso acusativo, mas o que é soletrado é a sua cópia baixa.

Vimos também que, quanto maior o peso do OD, maior a tendência para que este constituinte ocorra no final da frase. E quanto mais longo o OD, mais provável é que introduza informação não pressuposta e seja, assim, foco. Uma tal proposta sugere uma análise *in situ* para o foco informacional e relaciona-se com uma explicação baseada na interface sintaxe-fonologia, não categorias ou traços especialmente dedicados à estrutura informacional.

- | | | |
|---|--|---|
| 1 | O capítulo corresponde a Brito (2022d) com alguns cortes para evitar repetições relativamente ao capítulo anterior. Agradeço a Joana Teixeira a leitura crítica de uma primeira versão deste texto. | se verifica; (iii) foco paralelo, em que o foco assinala uma componente contrastiva num conjunto paralelo de expressões que partilham um conjunto idêntico de alternativas. |
| 2 | Sobre foco contrastivo escrevem Martins & Costa (2016 p. 384): “os focos contrastivos introduzem um valor de oposição relativamente a uma asserção, pressuposição ou expectativa, explícita ou implicitamente presentes no domínio discursivo. A propriedade central de um foco contrastivo é a de adicionar ao valor denotativo básico da frase a expressão da atitude (discordante) do falante relativamente ao que sabe ou supõe serem as expectativas ou convicções do ouvinte.” Samek-Lodovici, V. (2015, cap. 1), para o Italiano, argumenta a favor de três tipos de foco contrastivo: (i) foco corretivo, em que a focalização se destina a corrigir uma proposição previamente mencionada; (ii) foco exaustivo, em que o foco identifica o referente num conjunto de alternativas evocadas para as quais a proposição emitida | 3 Com letras maiúsculas assinalarei a ênfase / destaque (‘stress’) sobre um constituinte. |
| | | 4 Em todo o capítulo apenas trataremos de respostas redundantes, com a forma de frase. Na realidade, a resposta mais imediata é apenas constituída pelo valor da variável da interrogativa, um SDET ou um SPREP, conforme o caso. |
| | | 5 De acordo com certos falantes por mim consultados (1b) é uma frase mais aceitável do que as correspondentes com verbos ditransitivos, mesmo com um OD pesado. A aceitabilidade destas construções parece assim relacionar-se com duas ordens de razões: (i) a natureza do OD (SDET / SCOMP) e (ii) a sintaxe das construções com complementos preposicionais versus a das construções ditransitivas. Em relação a (i): um SCOMP surge |

- preferencialmente em posição final, enquanto a posição de um SDET pesado depende da sua estrutura interna. Em relação a (ii): embora não vá explorar esta questão, com verbos de três argumentos como *pôr*, *cortar*, etc. o segundo argumento interno é um SPREP ocupando uma posição de complemento de uma projeção verbal baixa, enquanto, como vamos ver nas partes 3 e 4 deste capítulo, os verbos ditransitivos projetam o seu OI na posição de especificador da projeção verbal baixa. Repare-se que para Duarte (2003a, pp. 287, 290) todo o OD pesado ocupa a posição final: a autora dá, como exemplos de ordem V OI OD pesado, frases com *dizer*, que seleciona SCOMP, mas também com *comprar*, *contar*, que selecionam OI e OD SDET, e *levar*, *guardar*, que selecionam OBL e OD SDET.
- 6 Entre as propostas que argumentam a favor da projeção de estruturas sintáticas distintas, há algumas que propõem estruturas distintas mas simétricas (Harley 2002, Pesetzky 1995); outras propõem estruturas assimétricas (Anagnostopoulou 2003, MacDonald 2013), geralmente propondo para a CDO um nó Aplicativo, sobretudo baseados em diferenças de escopo de quantificadores e restrições sobre a anáfora.
- 7 Quando surgir *to* antes de V no infinitivo, nas glosas *marcarei* com ‘prep’ para não confundir com o *to* das construções ditransitivas preposicionais.
- 8 Anagnostopoulou (2003) propôs que as línguas com clíticos e com marcação clara de caso têm uma ordem de palavras mais livre, tendo duas construções, uma equivalente à CDO e uma construção preposicional. Demonte (1995), para o espanhol, propôs que a construção com clítico apresenta restrições sobre ligação e escopo muito semelhantes à CDO. Pineda (2014) criticou a análise de Demonte, defendendo que o espanhol só tem uma construção ditransitiva, a CDO, com nó aplicativo. Para o português ver Costa (2009), Torres Morais & Lima-Salles (2010), Brito (2014, 2015a, b), e discussão em Gonçalves (2016).
- 9 *Scrambling* é um termo geral para o processo que deriva uma ordem não canónica em línguas com uma ordem de palavras livre ou relativamente livre. Há muita discussão acerca da natureza formal do *scrambling*, com linguistas que propõem que é um movimento A (explicado por Caso), outros propondo que é um movimento A barra (adjunção a XP, posição que aqui se adota). Ver: <https://ocw.mit.edu/courses/linguistics-and-philosophy/24-952-advanced-syntax-spring-2007/lecture-notes/scrambling.pdf>.
- 10 Um dos argumentos de Belletti (2004) é a posição do sujeito em italiano quando este é o foco informacional, tipicamente pós-verbal, como em (ib): (i) (a) Chi è partito / chi ha parlato? (b) E’ partito / ha parlato Gianni. (c) #Gianni è partito / ha parlato. No entanto, se o sujeito adquirir uma interpretação contrastiva / corretiva, ocupa uma posição inicial, marcada com uma ênfase especial, como em (d): (d) (*) GIANNI è partito / ha parlato. Igualmente um OD pré-verbal é adequado face a uma pergunta com foco contrastivo sobre o objeto: (e) Che cosa hai letto? (f) (*) Il LIBRO ho letto (non il giornale). A autora assume que estes dados revelam um paralelismo entre a periferia de SV, interna à oração, e a periferia de SCOMP, externa à oração, propondo então posições de STop e SFoc na periferia esquerda de Sv.
- 11 Esta conceção é proposta por João Costa em vários dos seus trabalhos. Um dos fenómenos que leva Costa (1998, 2009) e Costa & Figueiredo Silva (2006) a rejeitar uma ideia de configuracionalidade na relação sintaxe / discurso é a inversão de sujeito em português. Costa (1998) assume que a ideia de movimento para um foco à esquerda é inadequada para o PE, justificando-se um foco informacional *in situ*, responsável, com verbos inergativos, pelo padrão VS, como em

(ib) e, com os verbos transitivos, pelo padrão VOS, como em (iib) e VSO, como em (iiib):

- (i) (a) Quem trabalhou?
(b) Trabalhou o JoãoSU.
- (ii) (a) Quem comeu a sopa?
(b) Comeu a sopaOD o PauloSU.
- (iii) (a) Ninguém viu nada.
(b) Viu o PauloSU a MariaOD.

O PB tem também a possibilidade de ter o sujeito focalizado em primeira posição (Costa & Kula 2008, p. 7), como ilustrado em (ivc) para responder a (iv): (iv)(a) Quem comeu o bolo? (b)

Comeu o João; (c) O JOÃO comeu. Os autores consideram ainda que tal está certamente relacionado com o facto de o PB se estar a tornar uma língua de sujeito nulo parcial com uma perda geral de “inversão de sujeito” (Costa & Kula 2008). Por todas estas razões, os autores consideram que os fenómenos entoacionais associados à ordem de palavras e às posições de sujeito, em particular, mostram que o foco é uma categoria fonológica que é livremente atribuída, desenvolvendo Frota (2000). Sobre o PB ver o capítulo 21.

PARTE II

—ESTRUTURA DOS SINTAGMAS NOMINAIS

CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS II

A visão tradicional das expressões nominais (geralmente designadas Sintagma Nominal, SN) repousa na ideia de que o nome é o seu centro, o seu núcleo, a que se podem associar determinantes, complementos do N e modificadores, como adjetivos ou orações relativas.

Esta visão clássica foi abalada por Abney (1987), em que o autor esboça a chamada hipótese SDET (Sintagma Determinante), a *DP Hypothesis*, mais tarde desenvolvida por Cinque (1994) e Longobardi (1994), entre muitos outros. Tal hipótese consiste em fazer do Determinante o ou um dos núcleos funcionais das expressões nominais referenciais, concebendo, portanto, o SDET como uma estrutura com várias camadas funcionais para além da camada lexical constituída pelo N e pelos seus argumentos, se os tiver. Neste livro esta hipótese é adotada e, por essa razão, designarei as expressões nominais referenciais como SDET.

Além disso, Ritter (1990, 1991) propôs que, para além de SDET, poderia existir SNUM (Sintagma Número) e outros autores propuserem para algumas línguas SCONC (Sintagma Concordância).

Atualmente, esta visão tem sido discutida, sobretudo a partir da percepção de que há variedades do português e de outras línguas flexionais em que a concordância de número pode ser parcial, como em

os menino, no PB oral. De facto, em *os menino* a categoria SNUM pode não ser justificada, pensando-se então que a operação de concordância de número poderá resultar de operações pós-sintáticas (entre a sintaxe e a fonologia). Ver a este propósito o capítulo 15 deste livro.

Uma dimensão importante do SN é a sintaxe da quantificação e da determinação. Haverá uma posição para os quantificadores, para além da posição dos determinantes? E como emergiram os determinantes nas línguas românicas e germânicas modernas? E o artigo definido terá sempre o valor de exprimir uma descrição definida?

Outro aspeto fundamental nos SNs é a natureza lexical dos nomes e a sua capacidade de selecionarem ou não argumentos. Poderão todos os Ns ter essa capacidade de seleção? E como se realizam os argumentos nominais? Será que os adjetivos relacionais podem constituir argumentos dos Nomes? Como se explicam diferentes padrões de ordem de palavras no SN, sobretudo os que se relacionam com os adjetivos relacionais? E os possessivos pré-nominais terão todos a mesma natureza?

A estas perguntas têm sido dadas respostas muito interessantes nos últimos anos: em Portugal destaque, entre muitas outras publicações, a tese de Miguel (2004) e muitos outros trabalhos da autora e o artigo conjunto que escrevi com Ruth Lopes (Brito & Lopes 2016).

Durante alguns anos pesquisei nesta área e escrevi vários textos sobre as temáticas referidas. Os capítulos que se seguem exploram algumas destas questões numa perspetiva comparada.

O capítulo 7 trata de alguns aspetos da sintaxe do SN em português e em francês, com especial ênfase para os determinantes e os quantificadores.

O capítulo 8 estuda alguns aspetos da ordem de palavras no SN em português e em inglês, tendo como principal objeto de estudo os Nomes deverbais com dois argumentos, em que os adjetivos relacionais de nacionalidade e o sintagma de *por* (*o by-phrase*) representam o Agente.

O capítulo 9 analisa a posição dos possessivos em português e noutras línguas, focando em particular as condições sobre a variação dos possessivos em posição pré-nominal.

Seguem-se duas resenhas que elaborei a dois livros importantes sobre a sintaxe das expressões nominais e que procuram responder a algumas das perguntas acima formuladas. Sleemam & Perridon (2011) trata da mudança e da variação da estrutura dos sintagmas nominais em línguas românicas e

germânicas. Giusti (2015), por sua vez, constitui uma proposta muito inovadora sobre a natureza dos artigos definidos: ao contrário da visão de Frege e Russell sobre a relação entre artigos definidos e descrição definida, a autora, partindo de muitas línguas, vê nos artigos definidos a realização de traços da morfologia flexional dos nomes. Pelo interesse das temáticas discutidas e pela diversidade das línguas estudadas pelos autores decidiu-se a inclusão das duas resenhas neste livro.

7 ————— ASPETOS DA SINTAXE DO SN EM PORTUGUÊS E EM FRANCÊS ¹

O capítulo analisa alguns aspectos da estrutura das expressões nominais em português e em francês. Depois de uma breve apresentação dos aspectos comuns às duas línguas (7.1) e das principais diferenças nas construções quantificacionais (7.2), esboça-se uma análise sintática no quadro da hipótese SDET de Abney (1987) (7.3), comparam-se brevemente os nomes simples do português com o uso de artigos partitivos em francês (7.4) e no final compara-se a posição de certos adjetivos nas duas línguas (7.5).

7.1 ————— INTRODUÇÃO

A estrutura sintática da categoria tradicionalmente Sintagma Nominal (SN) nas línguas românicas em geral e em português e francês em particular é muito semelhante. As propriedades comuns do SN nessas duas línguas são as seguintes:

(i) A presença de um núcleo nominal, o Nome (N), que define a natureza do sintagma:

(1) o livro, le livre

(ii) A presença de determinantes (DET) e de quantificadores (Q) de naturezas diferentes na posição pré-nominal, de que trataremos neste capítulo.

(iii) A possibilidade de presença de complementos de N em posição pós-nominal, muitas vezes introduzida pela PREP *de*:

(2) (a) o livro de linguística, le livre de linguistique

(b) o filho da Maria, le fils de Marie

(iv) A presença de modificadores; no que diz respeito às orações relativas, elas ocupam em ambas as línguas a posição pós-nominal:

(3) o livro que comprei, le livre que j'ai acheté

As duas línguas têm em comum duas posições disponíveis para adjetivos (ADJ)s: a posição pré-nominal e a posição pós-nominal:

(4) (a) uma mulher bonita / uma bonita mulher

(b) une femme jolie / une jolie femme

(v) Finalmente, em ambas as línguas, há concordância entre DET, N e ADJ em gênero e número, de acordo com as características do N; em francês, porém, as marcas de número atribuídas

a Ns e ADJs têm apenas uma presença gráfica e, na maioria das vezes, não têm correspondência fonética; além disso, a concordância de gênero é menos expressiva em francês do que em português:

(5) (a) as crianças bonitas [eʃkrjẽsezbuniteʃ]

(b) les enfants jolies [lezãfãzoli:]

As duas línguas apresentam, contudo, algumas diferenças quanto à sintaxe dos determinantes e dos quantificadores; menos frequentemente, apresentam diferenças no que diz respeito à posição dos ADJs. São precisamente esses dois aspetos – as construções quantitativas e alguns casos de adjetivação em português e francês – que serão o objeto da análise neste capítulo.

7.2 ————— AS CONSTRUÇÕES QUANTITATIVAS NAS DUAS LÍNGUAS

Se o sistema de expressões que expressam a quantidade é muito semelhante em português e em francês, existem, no entanto, diferenças entre as duas línguas.

7.2.1 ————— Formas fortes / formas fracas²

Uma das propriedades que caracteriza o francês é a existência de formas fortes “pronominais” dos Qs, não seguidas de N, como as apresentadas em (6):

(6) quelqu'un, quelqu'une, quelques uns, quelques unes
chacun, chacune
l'un, l'une, les uns, les unes

Em português, este tipo de formas não existe. E é possível usar Qs isolados (por elipse nominal) em contextos onde, em francês, apenas as formas fortes são gramaticais:

(7) (a) Chegaram alguns.
(b) *Quelques sont arrivés.
(c) Quelques uns sont arrivés.

Essa diferença não é exclusiva de Qs, pois um fenómeno paralelo ocorre com Ds demonstrativos e possessivos:

(8) (a) ces livres et ceux-là, mes livres et les tiens
(b) estes livros e aqueles, os meus livros e os teus

Em relação aos artigos definidos, as duas línguas comportam-se da mesma maneira: estes não podem aparecer isoladamente, pela sua natureza de clíticos fonológicos.

7.2.2 ————— Distribuição, uso anafórico e deslocamento em expressões quantitativas

Do ponto de vista sintático, as expressões quantitativas nas duas línguas são caracterizadas pelas seguintes propriedades:

- (i) Em francês, o indefinido *un, une e des*, o Q existencial *quelque, s* e os numerais não podem surgir em coocorrência e ocorrem sempre em distribuição complementar, o que é ilustrado em (9a) e (9b):

- (9) (a) * *des cinq livres, * quelques cinq livres*
(b) *des livres, cinq livres, quelques livres*

Em português, pode combinar-se indefinidos e numerais; nesse caso, o indefinido exprime uma quantidade aproximada:

- (c) *Li aí uns / alguns cinco livros durante as férias.*

- (ii) Em francês os indefinidos e os numerais só são compatíveis com Nomes contáveis:

- (10) *J'ai acheté un livre / des livres / cinq livres /*
* *J'ai acheté une eau.*

Em português a situação é diferente: um N massivo ou não contável como *água* pode ser recategorizado como contável, exprimindo uma certa quantidade de matéria designada pelo N e assim o indefinido ou o numeral podem ser usados (cf. Lopes 1980)

- (11) (a) *Queria uma água.*
(b) *Queria umas águas.*
(c) *Queria duas águas.*

Para exprimir uma porção indeterminada de uma substância, o português usa o Q zero (Q 0), enquanto o francês usa o chamado artigo partitivo:

- (12) (a) *Comprei pão / água / livros.*
(b) *J'ai acheté du pain / de l'eau / des livres.*

- (iii) Em português, indefinidos, numerais e Qs em geral podem ser usados anaforicamente; por outras palavras, podem ser usados isoladamente, seguidos por uma categoria nominal vazia, cujo conteúdo pode ser recuperado pelo contexto:

- (13) (a) *Compraste livros?*
(b) *Comprei uns / alguns / três.*

Em francês, o singular indefinido, mas não o plural indefinido (veja-se (14c)), e os numerais podem permanecer na sua posição subjacente, quando o complemento é cliticizado através do clítico partitivo *en*:

- (14) (a) *Avez-vous acheté des livres?*
tendes-vós comprado uns livros

'(Vocês) comparam livros?'

(b) Oui, j'en ai acheté un / trois.

sim, eu Cl_{part} tenho comprado um / três

'Sim, comprei um / três!'

(c) * Oui, j'en ai acheté des.

sim, eu Cl_{part} tenho comprado uns

(d) Oui, j'en ai achetés.

sim, eu Cl_{part} tenho compradoPL

'Sim, comprei.'

Esse comportamento diferente do plural indefinido e dos numerais é confirmado pela construção chamada “deslocamento à direita”, através da qual a sequência *de+N* fica separada do Q ou do NUM e que é dificilmente traduzível para português:

(15) (a) J'en ai deux, de livres.

eu Cl_{part} tenho dois, de livros

(b) J'en ai plusieurs, de livres.

eu Cl_{part} tenho vários, de livros

(c) * J'en ai des, de livres.

eu Cl_{part} tenho uns, de livros

(iv) Em português, existem várias combinações possíveis de DETs e de Qs: Artigos Definidos / Demonstrativos / o Q existencial (em distribuição complementar) + Qs discretos (designação de Óscar Lopes para os numerais e Qs como *muitos, vários, diversos*, etc.) sujeito a restrições semânticas:

(16) (a) os oito livros que compraste

(b) aqueles vários livros que compraste

Em francês várias combinações são também possíveis (cf. em particular Wilmet 1983, cap. III):

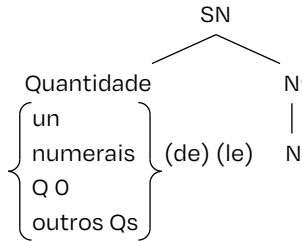
(17) (a) les huit livres que tu as achetés

(b) ces différents livres que tu as achetés.

7.2.3 ————— Para uma descrição no quadro da análise SDET

No quadro da Teoria X-Barra (Chomsky 1970), Milner (1978, pp. 29-48) propôs uma estrutura sintática comum para expressões nominais quantificadas em francês. E para dar conta da distribuição complementar entre indefinidos, numerais e outras expressões quantitativas, o autor propôs o constituinte Quantidade, constituinte que poderia ser expresso de diferentes maneiras, como se descreve em (18):

(18)



Para explicar, a partir dessa estrutura sintática comum, as diferentes formas das expressões quantitativas, Milner fez as seguintes propostas: (i) a PREP *de*, prevista na estrutura sintática (18) é conservada em formas ditas compostas dos Qs (*beaucoup de, assez de, bien des*); ela é conservada na construção de deslocamento à direita e suprimida em todos os outros casos (sobre a presença de *le* ver abaixo); (ii) nas construções anafóricas (nas respostas a uma pergunta e no deslocamento à direita) *des* é retomado por *o* ou *non* não pode ser retomado; daí, segundo Milner, a agramaticalidade das frases (14c) e (15c); os numerais e o singular indefinido podem ser retomados na resposta (veja-se os exemplos (14b), (15a) e (15b)) (Milner 1978, p. 29).

Como estamos a ver, a análise de Milner explica a distribuição complementar dos indefinidos *des*, dos numerais e de outros Qs; e também dá conta das construções de deslocamento à direita, em geral. No entanto, a sua análise não explica a impossibilidade de deslocamento à direita com o Q *o*, como em (19a):

(19) (a) * J'en ai acheté *O*, de livres.

eu Cl_{part} tenho comprado, de livros

De facto, este exemplo deveria ser bom porque a estrutura proposta por Milner prevê um Q *o* em circunstâncias paralelas a outros Qs (cf. Valois 1991, pp. 208-9).

Segundo Valois, a análise também não explica a razão pela qual a extração com *des livres* é boa:

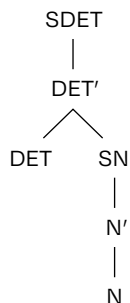
(b) J'en ai acheté, des livres!

No que diz respeito ao fenómeno descrito em (19b), creio que a crítica de Valois não se justifica. De facto, como o próprio Milner afirma, exemplos desse tipo não representam um verdadeiro deslocamento à direita porque o deslocamento move a parte *de + N* e só ocorre quando a posição das expressões quantitativas é fornecida por um Q realizado lexicalmente, o que não é o caso no exemplo (19b) (Milner 1978, p. 144). Em (19b) há, de facto, deslocamento de um SN completo, como noutros contextos possíveis.

Os limites da análise de Milner constituem, afinal, os limites dos primeiros desenvolvimentos da Teoria X-Barra ao procurar dar conta da complexidade da estrutura do SN; em particular, a dificuldade em explicar certas combinações de DETs e de Qs.

Apresentarei, portanto, uma abordagem que parece mais adequada do que a adotada por Milner para o estudo das expressões nominais: a “hipótese SDET” (de Abney 1987). Partirei da proposta de Abney segundo a qual a categoria classicamente denominada “SN”, ou seja, a categoria que corresponde a uma expressão nominal dotada de referência, é a projeção máxima de uma categoria funcional DET. Nesta perspectiva, é a categoria DET e não o N que é o núcleo da projeção Sintagma Determinante (SDET); e é o DET que seleciona (funcionalmente) a parte nominal chamada “SN”. O SDET é, então, a projeção sintática máxima do DET no sentido usual da Teoria X-Barra, e, ao mesmo tempo, a projeção semântica e alargada de N:

(20)



Coloca-se então a questão de saber se esta estrutura capta a sintaxe das expressões definidas e das expressões quantitativas nas duas línguas. Vários fenômenos mostram que há uma distinção entre expressões determinadas e expressões quantificadas. Um desses fenômenos diz respeito às condições que regulam a possibilidade que determinadas expressões têm de ocupar posições nas periferias esquerda e direita da frase, condições que são diferentes para as expressões determinadas e para as expressões quantificadas. Os exemplos a seguir ilustram, para o francês, essa diferença de comportamento em relação ao deslocamento à direita, como já tínhamos visto a propósito de (19), aqui renumerado como (21):

- (21) (a) J'en ai acheté, des livres!
 eu Cl_{part} tenho comprado, uns livros
 (b) * J'en ai acheté, tous les livres.
 eu Cl_{part} tenho comprado, todos os livros

(c) * J'en ai acheté, quelques livres.

eu Cl_{part} tenho comprado, alguns livros

Quer dizer, *des livres* pode ser movido à direita, não *tous les livres*, *quelques livres*. No que diz respeito ao deslocamento à esquerda, a diferença de gramaticalidade é também visível, quer com o clítico *en* quer com os clíticos pronominais (exemplos (22)):

(22) (a) Des livres, j'en ai.

uns livros, eu Cl_{part} tenho

'Livros, tenho (alguns)!

(b) * Deux livres, j'en ai / je les ai.

dois livros, eu Cl_{part} tenho / eu os tenho

(c) * Tous les livres, j'en ai achetés / je les ai achetés.

todos os livros, eu Cl_{part} tenho comprado_{PL} / eu os

tenho comprado_{PL}

Em português os dados são um pouco diferentes pela ausência do clítico *en*, mas os exemplos seguintes mostram que as expressões determinadas podem ocorrer na construção de “deslocação à esquerda clítica” (23d), contrariamente às expressões quantificadas (23a, b, c) (cf. Duarte 1987, cap. 2, Cinque 1990, cap. 2):

(23) (a) * Livros, eu tenho-os.

(b) * Cinco livros, eu tenho-os.

(c) * Todos os livros, eu tenho-os.

(d) Esses livros, eu tenho-os.

Dadas estas diferenças, poder-se-ia propor duas categorias funcionais distintas: a categoria Sintagma Determinante (SDET), projeção máxima de DET, e a categoria Sintagma Quantificador (SQ), projeção máxima de Q. No entanto, tirando o comportamento do Q universal em português e em francês (cf. *todos os +N*, *tous les +N*), em muitos contextos DETs e Qs têm um comportamento distribucional próximo, como evidenciado em (24):³

(24) (a) Alguns chegaram.

(b) Quelques uns sont arrivés.

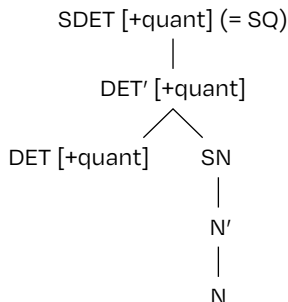
(c) Aqueles chegaram.

(d) Ceux-là sont arrivés.

Pode, portanto, admitir-se que certos Qs e os DETs ocupam a mesma posição: no quadro da hipótese SDET, essa posição é o núcleo DET. E pode-se-ia explicar o caráter quantitativo e não quantitativo de toda a categoria da seguinte maneira: se DET for ocupado por um artigo definido ou um demonstrativo é marcado pelo traço [-quant] e nenhum mecanismo adicional é necessário: a projeção máxima é um SDET (ver diagrama (20)).

Se DET for ocupado por um Q (Qs existenciais, numerais), ou seja, por uma categoria com o traço inerente [+quant], este traço pode marcar por percolação toda a projeção máxima e a categoria torna-se equivalente a SQ, como descrito, simplificada, em (25):

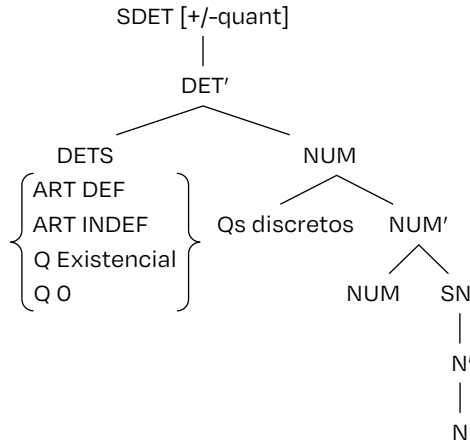
(25)



Como veremos a seguir e também no capítulo seguinte, há razões para pensar que há uma categoria intermédia entre SDET e SN. No quadro do “Princípio do Espelho” (Baker 1988), certos fenómenos de Morfologia Flexional eram concebidos como resultado de operações sintáticas, como o movimento do N para se amalgamar aos morfemas de número. Contudo, tal não é a posição assumida atualmente. De qualquer modo, admitirei o movimento do N para NUM (NÚMERO) como forma de verificar traços de número (cf. Cinque 1994, Bernstein 1991).⁴

Deixando de lado o Q universal (*todos, ambos*), que ocupará a posição de núcleo de SQ (Brito 2003b), em português o artigo definido, o artigo indefinido, os Qs existenciais e outros Qs têm distribuição complementar, ocupando a posição de DET. Todos esses DETs/Qs podem ser combinados sob certas condições de compatibilidade semântica com Qs discretos (Numerais e outros). Deve notar-se que os Qs discretos (como *vários, diversos, diferentes, muitos* e os numerais) estão intimamente relacionados com a expressão de NUM (NÚMERO). Daí a seguinte proposta: estes Qs ocupam a posição de especificador de SNUM (SNÚMERO), justificando-se, para o português, a estrutura (26):

(26)



Em francês, a situação é mais complicada. Por um lado, como vimos acima, o indefinido plural *des* parece ser usado em distribuição complementar com os numerais, os Q existenciais, os Qs discretos, como mostram os exemplos (9b) aqui repetidos como (27):

(27) *des livres, cinq livres, quelques livres*

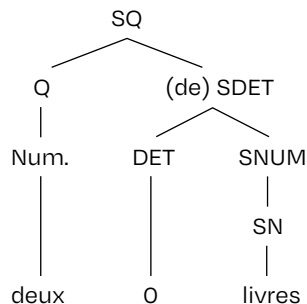
No entanto, as construções anafóricas mostram que *des* tem um comportamento diferente dos numerais e de outros Qs, como em (14b, c), aqui renumerados como (28a, b):

(28) (a) *Oui, j'en ai acheté trois.*

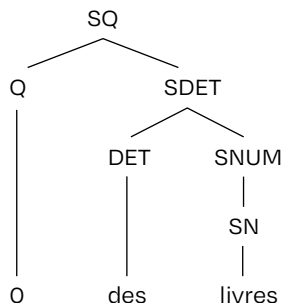
(b) **Oui, j'en ai acheté des.*

Estes fenômenos levaram Valois (1991, cap. 6), a apresentar uma explicação fundamentada nas propostas seguintes: (i) em francês justifica-se a distinção entre SDET e SQ; (ii) o indefinido *des* é um D e não um Q; (iii) em francês justificam-se duas ocupações distintas da mesma estrutura para *deux livres* e *des livres*, como descrito, com algumas simplificações, em (29a) e (29b):

(29) (a)



(b)



Para Valois, esta análise explicaria o comportamento diferente do indefinido plural *des* e dos numerais e de outros Qs no que diz respeito às construções anafóricas e ao deslocamento de *des*+N, assim como a impossibilidade de deslocamento de Q+N. Como na estrutura (29b) o *de* não está previsto, o deslocamento à direita não é possível com *des*; ver os exemplos em (15a, c), aqui retomados como (30):

(30) (a) *J'en ai deux, de livres.*

(b) **J'en ai des, de livres.*

Uma construção anafórica como a apresentada em (14c), aqui repetida como (31a), não é possível porque nesse caso o DET *des* faz parte do SDET cliticizado, que é, segundo Valois, o complemento do Q o e não pode ser deixado *in situ* pela cliticização:

(31) (a) **Oui, j'en ai acheté des.*

Enquanto em (14b), renumerado como (31b), é o SDET inteiro que é cliticizado por *en*:

(b) *Oui, j'en ai acheté trois.*

No que diz respeito ao deslocamento à esquerda de *des*+N, ilustrado em (32a), comparado com a impossibilidade de deslocamento das expressões quantificadas como em (32b):

(32) (a) *Des livres, j'en ai.*

uns livros, eu CLpart tenho

'*Livros, tenho!*

(b) **Deux livres, j'en ai.*

dois livros, eu CLpart tenho

'*Dois livros, tenho!*

isso explicar-se-ia pela análise de Valois, uma vez que *des* “define” um SDET, enquanto *tous, quelques* e os numerais “definem” um SQ.

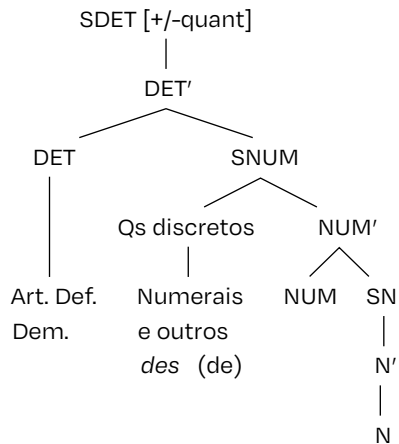
Embora estas propostas de Valois descrevam os dados fundamentais já apresentados, a sua análise faz perder a distribuição complementar entre *des*, os numerais e a maioria dos Qs e propõe que o SDET *des*+N é o complemento funcional do Q o, uma posição difícil

de sustentar, dadas as restrições que existem em francês quanto ao chamado Q o (ver adiante).

Além disso, Valois não está aqui a considerar os DETs em geral (Artigo Definido, Demonstrativo). Ora, certas restrições de emprego de *des*, em particular nas construções anafóricas, são precisamente as mesmas que as dos DETs em geral, como os exemplos em (31), acima, evidenciam. Assim, uma análise adequada deve explicar este duplo comportamento de *des*: propriedades de DET (impossibilidade de emprego anafórico) e propriedades de Q (distribuição paralela a Qs e numerais).

Algumas das propostas anteriores permitem-nos esboçar uma alternativa. Suponhamos que, à exceção do Q universal *tous*, gerado mais acima na estrutura (cf. Brito 2003b), a distinção entre determinantes e quantificadores não se justifica do ponto de vista estritamente sintático e que a diferença entre uma expressão determinada e uma expressão quantificada pode ser explicada pela presença / ausência do traço [+ quant], como já acima sugerido; assim, *des* seria um DET marcado pelo traço [+ quant]. Nesse caso, o francês teria uma estrutura sintática comum e não duas:

(33)



Esta estrutura seria comum a: *les / ces livres, deux livres, les / ces deux livres, quelques / plusieurs livres, beaucoup de livres, les quelques livres...* e também a *des livres*. Contudo, as combinações entre estes elementos seriam submetidas a algumas restrições de natureza semântica (ver **ces des livres, *les des livres*, por exemplo).

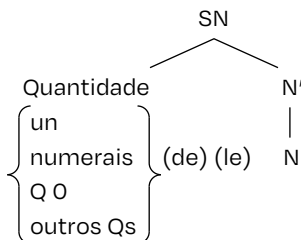
Quer dizer, a estrutura (33) explicaria a distribuição complementar entre *des* e outras formas de quantificação, como Milner tinha proposto. Dado que *des* comporta o traço [+ quant], o seu

papel quantificador explica-se. Por outro lado, é um DET que não tem formas fortes correspondentes, quer dizer, é um clítico fonológico, comportando-se da mesma maneira do que os artigos definidos e as formas fracas dos demonstrativos no que diz respeito às construções anafóricas (ver os exemplos (28)). Além disso, como a categoria que comporta o indefinido plural *des* é globalmente um SDET, pode ser deslocada como as expressões determinadas em geral (ver os exemplos (21) e (22)). Deste modo, parece poder dispensar-se duas estruturas para o francês e adotar-se apenas a estrutura comum (33).

Recorde-se que o francês, contrariamente ao português, dispõe do clítico *en* nas construções anafóricas. A existência do clítico *en* como forma de substituição da parte nominal da construção pode ser explicada se se aceitar a hipótese de Shlonsky (1991) segundo a qual os Qs ou os DETs com o traço [+ quant] têm a capacidade de atribuir caso genitivo à categoria nominal à sua direita, atribuição que seria obrigatória em francês. Em português, esta atribuição só funciona nas construções partitivas (*alguns dos livros ..., uma porção dos livros...*), que não constituem o objeto deste trabalho. Notemos que a verificação (“checking”) desta atribuição tem lugar em Estrutura-S e, neste nível, a categoria SNUM à direita da expressão quantificadora é equivalente a uma expressão nominal, dado que o movimento do N já operou.

Outro aspeto que distingue as duas línguas é, como vimos acima, a existência do partitivo em francês e a sua ausência em português. Retomemos a este propósito a estrutura (18) de Milner:

(18)



Segundo Milner (1978), há um artigo *le* genérico na entrada lexical de todos os Ns e o seu emprego “supõe a ausência de qualquer determinante propriamente dito” (p. 27). De acordo com o linguista, *du* seria equivalente a *o+de+le*; *de la* seria equivalente a *o+de+la* e *des* seria equivalente a *o+de+les*; esta última regra seria comum ao indefinido plural. E o autor explica a semelhança sintática e morfológica em francês entre artigo indefinido e o partitivo da seguinte forma: o partitivo é uma expressão quantitativa que exprime uma fração de uma matéria indeterminada: “o artigo que o

acompanha não tem valor”; “a relação da parte com o todo é marcada por *de*, como nas expressões numéricas; a quantidade indeterminada, como o número indeterminado, é marcada por *o*. Na medida em que é precedida por *o*, a sequência *de + le* é mantida assim como para o plural indefinido” (p. 32) (minha tradução). Sobre partitivo ver ainda Wilmet (1983), Martin (1983), entre outros.

Os dados aqui estudados parecem justificar, em minha opinião, que o plural indefinido *des* deva ser tratado separadamente do partitivo e incluído nas expressões de quantidade em geral. É por isso que *des* está incluído na estrutura proposta em (33).

Porém, como Milner apontou, o partitivo está ligado à existência da PREP *de* em francês nas construções quantitativas. Em português, a preposição *de* não é usada nas expressões quantitativas e essa ausência está ligada à inexistência do partitivo.

7.2.4 ————— Nomes simples em português versus o uso do partitivo em francês

Vamos agora referir brevemente o comportamento das duas línguas em relação ao Q *o* e à ausência de DET. Em ambas as línguas, é possível encontrar Ns comuns sem DET em várias circunstâncias:

- (i) na posição de sujeito em sequências enumerativas, sobretudo em certo tipo de discurso, como o jornalístico:⁵
 - (34) (a) Professeurs et étudiants font grève à l'Université.
 - (b) Professores e estudantes fazem greve na Universidade.
- (ii) Em expressões em que o N é usado no seu sentido intensional, frequentemente incluído em expressões fixas, como as apresentadas em (35):
 - (35) (a) avoir peur de, faire cas de, tirer parti de, prendre part à, prêter assistance à, rendre hommage à
 - (b) ter medo de, fazer caso de, tirar partido de, tomar parte em, prestar assistência a, render homenagem a
- (iii) Em construções predicativas:
 - (36) (a) Pierre est médecin.
 - (b) Pedro é médico.

Os casos apresentados acima são muito diferentes entre si, do ponto de vista sintático e semântico: no primeiro caso (i), nas sequências enumerativas, as expressões nominais são referenciais; pode-se razoavelmente pensar que existe um Q/DET *o* à esquerda de N (ver Longobardi 1994, Schmitt & Munn 1999, Müller & Oliveira 2004 e Giusti 2015 sobre esta problemática). Nos casos (ii) e (iii), as expressões nominais não são referenciais

e teremos apenas uma categoria SN, ou seja, a parte nominal da expressão.⁶

A partir do exemplo das sequências enumerativas e da análise de Milner das expressões quantitativas, poder-se-ia supor que as duas línguas se comportam de forma semelhante em relação à possibilidade de um Q zero (Q o). Mas isso não é verdade: de facto, as duas línguas distinguem-se crucialmente desse ponto de vista, como já tínhamos visto em relação à existência do chamado artigo partitivo em francês e à sua ausência em português. Além disso, a impossibilidade de um exemplo como (19a), aqui retomado,

(19) (a) * J'en ai acheté O, de livres

mostra que o Q zero não existe de forma independente em francês. Uma confirmação dessa ideia é o comportamento diferente das duas línguas em relação aos “meros plurais”. Como mostram os exemplos a seguir, em português é possível usar “meros plurais” em posição de objeto (37c); em posição de sujeito é sempre mais restringida do que em posição de objeto, como em (37a), enquanto em francês é impossível em ambos os casos (38):

(37) (a) ? Estudantes ocuparam a faculdade.

(b) Alguns estudantes ocuparam a faculdade.

(c) Eu vi estudantes à porta da faculdade.

(38) (a) * Étudiants ont occupé la faculté.

estudantes têm ocupado a faculdade

(b) * J'ai vu étudiants à la porte de la faculté.

eu tenho visto estudantes à porta da faculdade

Para “salvar” as construções (38a, b), o francês dispõe do DET *des*, como em (38c, d):

(c) Des étudiants ont occupé la faculté.

uns estudantes têm ocupado a faculdade

'Estudantes ocuparam a faculdade.'

(d) J'ai vu des étudiants à la porte de la faculté.

eu tenho visto uns estudantes à porta da faculdade

'Eu vi estudantes à porta da faculdade.'

Podemos então concluir que o francês não tem “meros plurais”, excetuando o caso (i) de sequências enumerativas, o que corresponde a dizer que o francês não admite, em geral, o Q o (cf. Bernstein 1991).

7.2.5 ————— Algumas conclusões sobre construções quantitativas nas duas línguas

Como acabámos de ver, as expressões quantitativas em português e francês têm alguns pontos em comum:

- (i) a complexidade dessas expressões em ambas as línguas favorece a ideia de uma estrutura altamente hierárquica da categoria classicamente denominada SN;
- (ii) nas duas línguas há argumentos a favor da distinção entre SN (concebido como sendo a parte lexical da construção) e SDET;
- (iii) as possibilidades de combinação de DETs e Qs mostram que existem pelo menos duas posições, uma para DETs [+/-quant] e outra para Qs discretos;
- (iv) a combinação de DETs e Qs está sujeita a condições semânticas.

No entanto, existem diferenças entre as duas línguas:

- (i) em francês as expressões quantitativas incluem a PREP *de*, que pode ou não ser realizada;
- (ii) enquanto em português os DETs e os Qs em geral podem ser usados de forma anafórica, em francês esse uso anafórico é amplamente limitado pelo caráter forte (fonologicamente falando) dos DETs ou dos Qs;
- (iii) o francês tem o clítico partitivo *en*;
- (iv) o francês tem o artigo partitivo, que está intimamente ligado à presença de um *de* nas construções quantitativas e não tem a possibilidade de “meros plurais”.

7.3 ————— POSIÇÕES DE ALGUNS ADJS NA CATEGORIA SDET EM PORTUGUÊS E FRANCÊS⁷

Como sabemos, o português e o francês partilham a possibilidade de uma posição pré e pós-nominal do ADJ; veja-se os exemplos (4) aqui retomados como (39):

- (39) (a) uma bonita mulher / uma mulher bonita
(b) une jolie femme / une femme jolie

Alguns autores (Wilmet 1986, Soutet 1989) têm apontado que as duas ordens estão ligadas a diferentes efeitos semânticos, que podem ser descritos em termos de teoria dos conjuntos: a ordem N-ADJ, presente em *une jeune fille jolie*, corresponde à interseção

de dois conjuntos, o conjunto das raparigas e o conjunto de seres bonitos e pode aceitar uma paráfrase do tipo “uma rapariga que pertence ao conjunto dos seres bonitos”; a ordem ADJ-N em *une jolie jeune fille* corresponde à “inclusão do conjunto que é significado pelo determinante no conjunto significado pelo determinado” e a paráfrase correspondente é “um membro do conjunto de raparigas que são bonitas” (Cf. Soutet 1989, p. 28).

Podemos dizer, portanto, que as duas línguas permitem as duas posições do adjetivo, que existem diferenças subtis de significado entre as duas expressões, mas que os ADJs não alteram realmente o seu significado.

No entanto, alguns ADJs têm valor semântico distinto na posição pré-nominal e na posição pós-nominal (Casteleiro 1981). E isto acontece tanto em francês como em português; veja-se (40):

- (40) (a) un grand homme / un homme grand
 (b) un pauvre homme / un homme pauvre
 (c) um grande homem / um homem grande
 (d) um pobre homem / um homem pobre.

Em (40a) *un grand homme* designa uma pessoa com grandes qualidades morais, enquanto na posição pós-nominal (*un homme grand*) o adjetivo mantém o seu sentido denotativo, ou seja, trata-se de um homem alto.

Wilmet (1986, pp. 24-25) mostrou igualmente que, em relação a certos ADJs, a anteposição está relacionada com a quantificação, enquanto a posposição está relacionada com a caracterização, com o valor de modificador do ADJ:

- (41) (a) une seule femme (pas deux) / une femme seule (célibataire)
 (b) un certain succès / un succès certain (sûr)
 (c) les différentes versions (multiples) / les versions différentes (variées ou divergentes)
 (d) les diverses opinions / les opinions diverses.

Em português há casos paralelos (cf. Casteleiro 1981):

- (42) (a) uma única mulher (não duas) / uma mulher única (incomparável)
 (b) um certo sucesso / um sucesso certo
 (c) as diferentes versões / as versões diferentes
 (d) as diversas opiniões / as opiniões diversas

Por vezes a anteposição do ADJ cria uma só palavra em francês (por composição):

- (43) sage-femme (parteira), grand-mère (avó), gentil-homme (cavalheiro), jeune fille (rapariga)

Uma outra propriedade comum às duas línguas é a posposição dos ADJs que exprimem cor e os adjetivos relacionais em geral, entre eles os de nacionalidade:

- (44) (a) une robe rouge / * une rouge robe
 (b) une loi municipale / * une municipale loi
 (c) une femme française / * une française femme
- (45) (a) um vestido vermelho / * um vermelho vestido
 (b) uma lei municipal / * uma municipal lei
 (c) uma mulher francesa / * uma francesa mulher

Excepcionalmente o francês, mas não o português, permite um ADJ de cor em posição pré-nominal (45):

- (46) Blanche Neige, le blanc bonnet, des blanches colombes

Há em francês uma tendência para antepor ADJs breves que exprimem o tamanho, o aspeto físico, qualidades positivas ou negativas:

- (47) une petite fleur, un petit garçon, un bon homme.

Quanto aos ADJs que, em posição pré-nominal, têm um sentido quantitativo como *único(s)*, *seule(s)*, parece justificado que ocupem uma posição normalmente reservada para certos tipos de Qs, os Qs discretos (cf., no mesmo sentido, Cinque 1994). Propus acima que esses Qs ocupem a posição de especificador da categoria SNUM; e notamos precisamente que esses Qs e esses ADJs não podem ser combinados entre si na posição pré-nominal, como prova a agramaticalidade dos exemplos (48a) e (49a) *versus* (48b) e (49b); por outro lado, esses ADJs podem ocupar a posição pós-nominal (ver (48c) e (49c)); nesse caso, perdem o seu significado quantitativo:

- (48) (a) * As únicas diferentes mulheres que ele conheceu eram intelectuais.
 (b) As únicas / diferentes mulheres que ele conheceu eram intelectuais.
 (c) As únicas mulheres diferentes que ele conheceu eram intelectuais.
- (49) (a) * Les seules différentes éditions qu'il a achetées sont précieuses.
 (b) Les seules / différentes éditions qu'il a achetées sont précieuses.
 (c) Les seules éditions différentes qu'il a achetées sont précieuses.

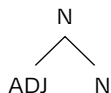
No que diz respeito à tendência do francês de colocar em posição pré-nominal ADJs curtos que caracterizam tamanho, aspeto físico, qualidades positivas e negativas (veja-se os exemplos em (47)), recorde-se aqui uma ideia que foi apresentada por Coseriu (1987, pp. 53-64) e

retomada por Teyssier (1993): em francês, certos ADJs desempenham o papel de sufixos diminutivos ou aumentativos de outras línguas românicas, em especial do português, para expressar algum conteúdo afetivo. Comparemos a este propósito os exemplos (50):

- (50) (a) une petite fleur / uma florzinha
 (b) le Petit Chaperon Rouge / o Capuchinho Vermelho
 (c) un grand garçon / um rapagão

Nesta perspectiva, estes adjetivos são a lexicalização de informações que podem estar presentes em determinados sufixos e, portanto, não são ADJs atributivos “normais” dotados de uma função de modificadores; deste ponto de vista, eles parecem funcionar como núcleos numa posição de adjunção a N, como é descrito na estrutura (51) (cf. Lamarche 1991, p. 227):

(51)



7.4 ————— CONCLUSÕES E UMA REFLEXÃO FINAL

Neste capítulo analisámos as construções quantitativas e alguns aspetos da adjectivação em duas línguas românicas, o português e o francês.

Aparentemente as diferenças encontradas em relação a esses dois aspetos não estão relacionadas. Porém, vale a pena retomar uma sugestão de dois linguistas estruturalistas, Coseriu e Teyssier, nos trabalhos acima citados, segundo os quais o quase desaparecimento dos sufixos nominais em francês deve estar relacionado com outras propriedades dessa língua, em particular, a presença do artigo partitivo em francês e a impossibilidade de usar um Q o.

O português e outras línguas não possuem artigo partitivo e têm a possibilidade de recorrer a um Q o e a um N simples no singular para expressar uma parte indeterminada de uma substância; como quantificador existencial, o português pode usar o Q o, combinado com o plural de um N (os chamados “meros plurais”).

Recorde-se que o francês expressa a oposição singular/plural e masculino/feminino em DETs e Qs e praticamente nunca em núcleos nominais, se dermos mais importância às marcas fonéticas do que às marcas gráficas. Por outras palavras: o francês exprime por elementos que ocupam posições à esquerda do núcleo nominal, seja

em posição de adjunção ao núcleo nominal (como os ADJs *petit, grand, bon*), seja em posição de núcleo de uma categoria funcional (DETs, Qs) ou em posição de ESP de SNUM (o plural indefinido *des*) valores de natureza quantitativa e até de outra natureza, que são expressos em português no interior dos núcleos nominais (a flexão do plural, sufixos derivacionais) ou por categorias vazias (o Q o).

Vemos assim que certos aspetos das expressões quantitativas e da adjetivação que distinguem as duas línguas estão intimamente relacionados. Por essa razão, podemos levantar a hipótese de que os aspetos que distinguem as duas línguas estão relacionados com uma mesma propriedade: o francês exprime por relações especificador-núcleo ou núcleo-núcleo em sintaxe certos valores quantitativos e até de outra natureza; o português, através da sua rica morfologia, tende a exprimir esses mesmos valores no interior da palavra que é o núcleo lexical da construção pela presença de marcas internas.

- 1 Este capítulo parte de Brito (1993). Como se compreenderá, na primeira parte usa-se a etiqueta SN, pois é a usada pelos autores citados. A partir da minha análise passarei a usar a etiqueta SDET. O texto foi sujeito a cortes (a parte sobre adjetivos relacionais foi suprimida, dada a existência do capítulo 13 sobre o mesmo tema); reduziu-se as representações em árvore; suprimiu-se notas de rodapé. Sobre expressões quantitativas e partitivas em francês há uma longa bibliografia (Gross 1976, Wilmet 1983, 1986, Martin 1983, Milner 1978, Soutet 1989, Valois 1991, entre muitos outros). Desde 1993, houve muita bibliografia sobre alguns dos temas aqui estudados. Não podendo aqui referir todas as publicações, indico apenas Kayne (2005) e bibliografia aí citada.
- 2 Uma vez que vão seguir-se exemplos das duas línguas que são a tradução uns dos outros, só usaremos glosas e traduções quando necessário.
- 3 No artigo original, os Qs *todos e ambos* não eram analisados. Em trabalho posterior (Brito 2003b), analiso *todos e ambos* como ocupando o núcleo de SQ, seguido de SDET, para captar a coocorrência de *todos+os+N*.
- 4 Em termos do Programa Minimalista (Chomsky 1995), um tratamento sintático para explicar o acesso do N às marcas de número é abandonado e, em vez disso, propõe-se que os Ns são gerados já com marcas morfológicas, neste caso, de número, e o que a sintaxe faz é apenas verificar (“check”) essas marcas. Assim, atualmente, muitos dos mecanismos de acesso a marcas de concordância são vistos como resultado de operações pós-sintáticas. (Sobre este assunto ver Brito & Lopes 2016). Note-se que por razões sintáticas e de distribuição de certos adjetivos (em particular, os relacionais com interpretação de Agente), a ideia de movimento do N para Número e a proposta de que certos Qs ocupam a posição de especificador de SNÚMERO se podem de qualquer modo manter (ver também o capítulo seguinte deste livro).

- 5 Cf. para o francês o número 102 de *Langages*. E ainda Moignet (1981), Wilmet (1986), Soutet (1989).
- 6 Sobre construções nominais sem determinante em francês ver o número 102 de *Langages*, Larousse, 1991.
- 7 Sobre adjetivos em português ver, entre outros, Casteleiro (1981), Brito e Raposo (2013) e outros capítulos da *Gramática de Português*, Fundação Gulbenkian, Lisboa, de 2013.

8 ————— ORDEM DE PALAVRAS NO SN EM PORTUGUÊS E INGLÊS¹

Tendo como enquadramento a hipótese Sintagma Determinante (SD) já apresentada no capítulo anterior, estuda-se aqui a ordem de palavras no SN quando constituído por Ns deverbais de dois argumentos (Agente e Tema). Depois de uma apresentação geral dos fenómenos em 8.1, propõe-se que a posição dos adjetivos relacionais de nacionalidade em português e em inglês pode ser explicada se o argumento Agente, constituído por um ADJ relacional de nacionalidade, ocupar uma posição subjacente de especificador de SN, seguido de movimento do N em português, mas não em inglês (8.2); em 8.3, discute-se muito brevemente a estrutura sintática de expressões nominais contendo um SPREP Agente.

8.1 ————— ORDEM DE PALAVRAS EM SNS COM NS EVENTIVOS EM PE E EM INGLÊS

As construções com nomes eventivos derivados de Vs transitivos causativos ou agentivos caracterizam-se pela expressão do argumento Agente através de um SPREP iniciado pela preposição *por*, geralmente em posição final no SN, embora uma anteposição relativamente ao Tema seja também possível (1a, 1b):

- (1) (a) A ocupação de Timor-Leste pela Indonésia chocou a opinião pública portuguesa.
(b) A ocupação pela Indonésia de Timor-Leste chocou a opinião pública portuguesa.

Com este tipo de nominalizações a interpretação de Agente pode também ser realizada por um ADJ relacional de nacionalidade (2a)², ou por um determinante Possessivo (2b): a realização através de um genitivo em *de* traz dificuldades, pois não pode coocorrer com o Tema (2c) e, quando isolado, nunca se sabe se estamos a referir o Agente ou o Tema (2d):

- (2) (a) A ocupação indonésia de Timor-Leste
(b) (Falando da Indonésia), a sua ocupação de Timor-Leste...
(c) * A ocupação da Indonésia de Timor-Leste
(d) A ocupação da Indonésia (Agente? Tema?)

Comparando o português com o inglês em relação à ordem de palavras no SN com Ns deverbais desta natureza, vários aspetos

diferenciam estes dois tipos de línguas. Se tomarmos um N como *occupation*, o argumento Agente pode ser expresso em inglês ou por um SPREP iniciado pela preposição *by* (3a), por um SN em posição pré-nominal no caso genitivo (3b) ou através de um ADJ temático (3c). Outro aspeto diferenciador é o facto de o argumento interno poder também ser expresso no genitivo em posição pré-nominal (3d):

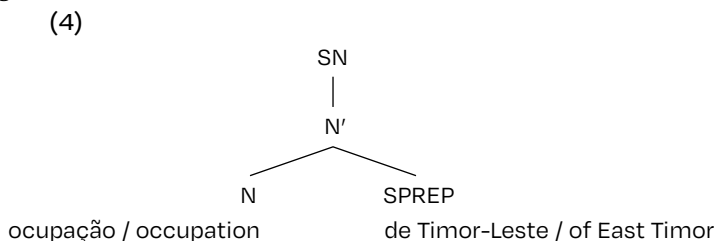
- (3) (a) the occupation of East Timor by Indonesia
 (b) Indonesia's occupation of East Timor
 (c) the Indonesian occupation of East Timor
 (d) East Timor's occupation by Indonesia

Nos pontos seguintes serão discutidas duas propostas que permitem dar conta da diferença de ordem de palavras entre as duas línguas.

8.2 ————— DUAS PROPOSTAS PARA DAR CONTA DA DIFERENÇA DE ORDEM DE PALAVRAS NO SN ENTRE O PORTUGUÊS E O INGLÊS

8.2.1 ————— Padrões distintos de ordem de palavras nas línguas românicas e no inglês?

Tomando os exemplos (1a) do português e (3a) do inglês e comparando, para começar, a parte respeitante ao N e ao seu argumento interno, as duas línguas são semelhantes, pois ambas projetam uma estrutura em que o constituinte N' domina o N e o seu argumento interno:



Este e outros exemplos permitem afirmar que, em relação ao chamado *Parâmetro de Núcleo Inicial / Final* (Chomsky 1982) e que, em Giorgi e Longobardi (1991), é designado *Parâmetro do Objeto*, ambas as línguas são semelhantes: o português e o inglês têm núcleo inicial, quer dizer, o N núcleo do SN coloca-se à esquerda, estando o argumento interno (o objeto, O) em posição pós-nominal (N + *de*

Timor-Leste / of East Timor); por essa razão, os dois autores referidos consideram que as duas línguas se caracterizam da mesma maneira, sendo ambas N O.

Em relação ao argumento externo do N, as duas línguas aproximam-se se o Agente for expresso pelo sintagma de *por / by phrase*, como já vimos acima (exemplos (1) e (3)). Contudo, divergem se tal argumento for expresso por um ADJ relacional de nacionalidade: em português tal argumento vem sempre em posição pós-nominal (ver os exemplos (1) e (2) em português), enquanto o ADJ temático com a interpretação de Agente ocorre obrigatoriamente em posição pré-nominal em inglês e pode mesmo ser um SN no genitivo na posição inicial (*a ocupação indonésia* versus *the Indonesia's occupation / Indonesian occupation...*).

Partindo desta diferença e considerando o argumento externo, o sujeito (S) no domínio do SN, poderíamos dizer, à maneira de Giorgi & Longobardi (1991), que as duas línguas se caracterizam por marcações distintas em relação ao *Parâmetro do Sujeito no SN*: em português o sujeito do SN colocar-se-ia à direita (no padrão N O S), enquanto no inglês o sujeito no SN se pode situar à esquerda (S N O).

Veja-se, no entanto, que esta maneira de colocar a ordem de palavras tem vários problemas:

- (i) Vimos acima que o argumento externo do N, quando realizado por um *by-phrase* em inglês, se coloca em posição final, à direita;
- (ii) em certas condições contextuais um possessivo com leitura de Agente em português pode colocar-se à esquerda, como no exemplo (2b);
- (iii) em inglês o argumento interno pode ocupar a posição pré-nominal, como em (3d) (*East Timor's occupation by Indonesia*);
- (iv) os adjetivos temáticos em português e noutras línguas românicas ocupam a posição pós-nominal, antes do argumento interno (*a ocupação indonésia de Timor-Leste / *a ocupação de Timor-Leste indonésia*);
- (v) pode haver uma alteração, que parece ser estilística, da posição do SPREP de *por*, como no exemplo (1b).

Por todas estas razões a proposta de padrões de ordem superficial no SN parece ser um caminho inadequado e por isso vamos elaborar uma descrição alternativa destes fenómenos à luz da chamada *Hipótese SDET* (Abney 1987), combinando-a com propostas de Cinque (1994) e de Crisma (1993).

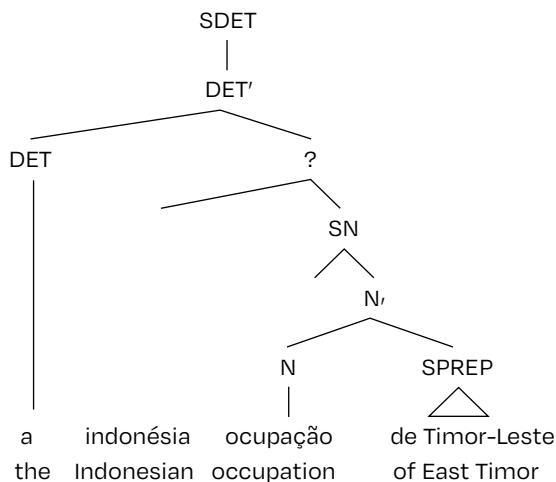
8.2.2 ——— Ordem de palavras no SN à luz da Hipótese SDET e do movimento do N

Já vimos nas Considerações introdutórias da parte II e no capítulo anterior que, segundo Abney (1987), a categoria classicamente denominada “SN”, ou seja, a categoria que corresponde a uma expressão nominal dotada de referência, é a projeção máxima de uma categoria funcional DET. Nesta perspectiva, é a categoria DET e não o N que é o núcleo da projeção máxima Sintagma Determinante (SDET). Entre DET e o SN há uma seleção funcional. E o SN passa a ser concebido como a projeção máxima da parte nominal e lexical, incluindo o N e os seus argumentos, quando os tiver. Sendo assim, colocam-se várias questões relativamente à maneira como se projeta a estrutura argumental dos Ns.

No caso dos adjetivos relacionais de nacionalidade, como afirma Cinque (1994), eles são diferentes de outros adjetivos e não deverão ser adjuntos a SN; entre outras propriedades, eles não admitem modificadores de grau (compare-se **a ocupação muito indonésia* com *a ocupação muito brutal*) e, sobretudo, podem receber um papel temático.

Justifica-se assim a proposta de Cinque de colocar o ADJ relacional de nacionalidade na posição de Esp de SN. Por outro lado, o mesmo autor propõe que em línguas como o português atua o movimento do N para uma posição entre DET e SN (a discutir mais adiante), ao contrário do inglês, que não tem esse tipo de movimento. Assim, os exemplos (2a) e (3c), aqui repetidos como (5) e (6), teriam a Estrutura-P (7), uma estrutura comum aos dois tipos de línguas:³

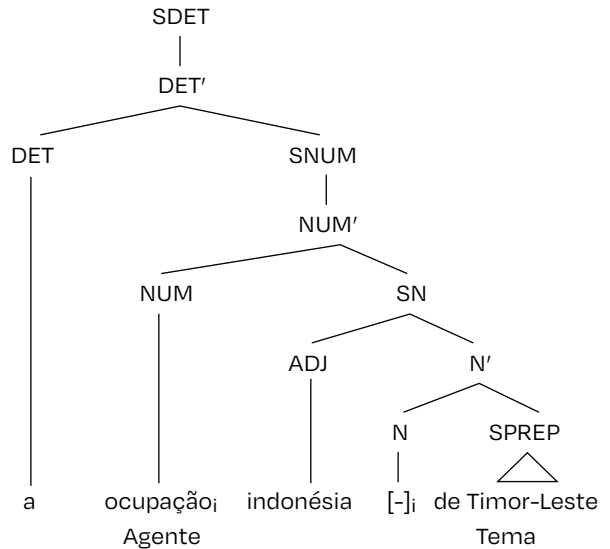
- (5) a ocupação indonésia de Timor-Leste
 (6) the Indonesian occupation of East Timor
 (7)



Como o próprio esquema (7) indicia, a proposta de movimento do N, tal como propõe Cinque, tem de ser desenvolvida de modo a dar resposta a muitas questões, das quais a mais importante é qual a posição que o N vai ocupar.

A proposta que fazemos é a de que a categoria SDET contém outras categorias funcionais, das quais a mais relevante é SNUM (SNÚMERO), desenvolvendo Ritter (1990, 1991). Assim, o movimento do N *ocupação* para NUM dará a ordem esperada, *a ocupação indonésia de Timor-Leste* (Cf. Cinque 1994, Crisma 1993, Bernstein 1991):⁴

(8)



Como já notámos no capítulo anterior, aceitar a categoria SNUM no interior da categoria SDET poderia levar a adotar um tratamento sintático de acesso aos morfemas de Número por parte dos nomes. Há, no entanto, alternativas. Adotaremos aqui a proposta de Chomsky (1995), segundo a qual os Ns vêm do Léxico com todos os traços morfológicos, incluindo Caso e traços ϕ (Número, em especial), traços esses que deverão ser verificados em posições apropriadas. Nesta perspetiva, no interior de SDET, justifica-se uma categoria SNUM, em que o núcleo NUM é ocupado por traços [+/-sing].

Suponhamos, além disso, que as línguas diferem quanto à natureza forte e fraca de certas categorias funcionais: nas línguas românicas o Número parece ser forte; em inglês, o Número parece ser fraco. Assim, dada a natureza forte do Número, os Ns movem-se em Sintaxe nas línguas românicas para a posição de NUM, onde se dá a necessária verificação (“checking”) de traços, gerando a ordem N+

ADJ relacional de nacionalidade + SPREP Tema (*a ocupação indonésia de Timor Leste*). Em inglês os Ns não se movem em Sintaxe e a ordem gerada é ADJ relacional de nacionalidade + N + SPREP Tema (*the Indonesian occupation of East Timor*).

8.3 ————— ANÁLISE DAS EXPRESSÕES NOMINAIS COM SINTAGMA POR

Esboçada no ponto anterior uma análise da sintaxe dos SDETs com Ns eventivos e adjetivos relacionais de nacionalidade, vamos agora voltar a nossa atenção para o exemplo (1a), aqui repetido, com SPREP Agente iniciado pela preposição *por*, em português:

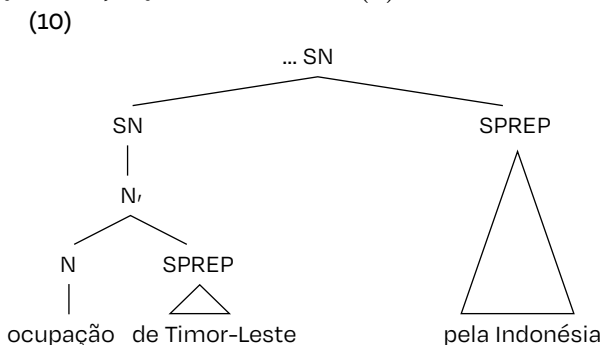
- (1) (a) A ocupação de Timor-Leste pela Indonésia chocou a opinião pública portuguesa.

Que posição básica ocupa o SPREP Agente?

Tal SPREP é facilmente suprimível (9a), como acontece nas construções passivas (cf. exemplo (9b)):

- (9) (a) A ocupação de Timor-Leste deu-se em 1975.
(b) Timor-Leste foi ocupado em 1975.

Tal como na passiva, a criação do N deverbais “despromove” o argumento Agente (cf. Larson 1988, 2014 para as passivas, Grimshaw 1990 e Picallo 1991 para as nominalizações deverbais). Grimshaw considera a este propósito que o *by-phrase* é um “adjunto argumental” das nominalizações, uma noção complexa mas que dá conta do carácter híbrido do sintagma de *por* nestes dois tipos de construções.⁵ Nessas condições uma hipótese seria que tal constituinte ocupe uma posição de adjunção a SN, como em (10):⁶



A estrutura apresentada em (10) parece adequada para dar conta da ordem de palavras de exemplos como (1a) e é este tipo de estrutura que leva Giorgi e Longobardi (1991) a propor para as línguas românicas o padrão N O S, como vimos em 8.2.1.

Note-se, no entanto, que a estrutura (10) faz perder o paralelismo entre o ADJ relacional de nacionalidade com a interpretação de Agente e o sintagma de *por*. Uma hipótese alternativa é a de que o sintagma de *por* ocupe a posição de especificador de SN. Para dar conta da ordem final, poder-se-ia invocar, como em Cinque (2010), que pode haver movimento de N' (N+SPREP_{Tema}). Essa proposta explicaria a ordem *a ocupação de Timor-Leste pela Indonésia*.⁷

Tal não é a única ordem possível, pois podemos ter também *a ocupação pela Indonésia de Timor-Leste*, isto é, a ordem N+SPREP_{Agente} + SPREP_{Tema} (Sobre estes temas ver Miguel 2004).

Importa ainda sublinhar que no inglês tanto o argumento Agente como o argumento Tema podem vir a ocupar, por movimento, a posição final de Esp de SDET, a posição mais alta na estrutura, como em (11a) e (11b), que está indisponível nas línguas românicas para qualquer constituinte:⁸

- (11) (a) Indonesia's occupation of East Timor
(b) East Timor's occupation by Indonesia

Finalmente, tomemos o exemplo (2b), aqui numerado como (12a), com um DET possessivo que pode ser interpretado como Agente:

- (12) (a) (Falando da Indonésia) a sua ocupação de Timor-Leste....

Pelo facto de este possessivo ter a relação temática de Agente, talvez se justifique a mesma posição básica dos adjetivos relacionais de nacionalidade, do sintagma de *por* e do possessivo Agente. Como o movimento do N opera, terá de propor-se que o possessivo também se move para uma posição alta. Mas, tendo caso genitivo inerente, como propõem Giorgi & Longobardi (1991), não deverá ser essa a motivação de tal movimento. Proponho então que uma outra categoria funcional (SPOSS ou SCONC) deverá acolher o possessivo (entre SDET e SNUM). Sobre possessivos ver o capítulo seguinte.

Há ainda a hipótese de um possessivo ser interpretado como Tema, como em (12b):

- (12) (b) Falando de Timor-Leste, a sua ocupação pela Indonésia / por parte da Indonésia deu-se em 1975.

8.4 ————— CONCLUSÕES

Depois de elaborada uma análise sintática das construções com Ns de evento derivados de Vs transitivos com dois argumentos, um Agente e um Tema, é altura de apresentar as principais conclusões:

1. A proposta de dois padrões de ordem no SN distintos, em português e em inglês, na linha de Giorgi & Longobardi (1991), embora interessante, não dá conta de todas as possibilidades e importa analisar a estrutura do SDET de maneira mais fina e recorrendo a várias categorias e movimentos.
2. Assim, neste capítulo, a análise foi elaborada no quadro da hipótese SDET, através da qual, além da parte lexical, constituída pelo N e pelos seus argumentos, há várias categorias funcionais mais altas.
3. Nas línguas românicas e em português em particular, a posição final do ADJ relacional de nacionalidade exprimindo o Agente é explicada por movimento do N para a categoria NUM, movimento esse que o inglês não tem, razão pela qual os ADJs relacionais nesta língua são sempre pré-nominais.
4. Em relação aos SNs em que o argumento Agente é expresso por um sintagma de *por*, começámos por sugerir uma adjunção a SN, mas a hipótese de movimento de N' (contendo o N e o argumento interno), sugerida por Cinque (2010) parece ser uma análise mais favorável.
5. A análise mostrou que, por detrás de distintos padrões de ordem de palavras no SDET, há princípios e condições muito mais abstratas do que aquelas que são sugeridas por etiquetas funcionais. Assim, os esquemas propostos “escondem” uma ordenação de constituintes, presumivelmente universal, de especificador - núcleo - complemento no sentido de Kayne (1994), ela própria articulada com outras condições e princípios que regulam a forma da linguagem humana.

1 Este capítulo parte de Brito (1996a), com alguns cortes e alterações, para evitar repetições em relação a outros capítulos deste livro.

2 Designados por Grimshaw (1990) “de grupo”, por Giorgi & Longobardi (1991: cap. 3) “referenciais”, por Cinque (1991)

“temáticos”. Bosque & Picallo (1996) mostraram, de maneira convincente, que os adjetivos relacionais são de dois tipos, temáticos e classificativos. Neste capítulo vamos manter a designação de “relacionais de nacionalidade”, dado que é esse tipo de interpretação que é relevante nos exemplos apresentados.

- Sobre adjetivos relacionais ver ainda Casteleiro (1981) e Miguel (2004). Ler ainda cap. 13.
- 3 Com interpretação de Tema os adjetivos relacionais ocupam a posição de argumento interno do N e por isso o movimento do N não interfere com a ordem final, como em (i) *a pesca bacalhoeira* (ver cap. 13).
 - 4 Em (8) o vestígio ou a categoria vazia deixada pelo movimento de N é simplificada representada por [-] coindexada; na Teoria da Regência e da Ligação o mesmo mecanismo era muitas vezes representado por *t* (“trace”) ou mesmo *e* (“empty category”). Veja-se o capítulo 6 sobre a ideia de movimento por cópia, apresentada no Programa Minimalista.
 - 5 Roeper (1987) chama ao Agente um argumento implícito, atribuindo-lhe o estatuto de PRO:

(i): ocupação: (x-PRO (y))
 Agente Tema
 - 6 Para dar conta da ordem de palavras em exemplos como (ib), teríamos de dizer que o SPREP/SN Tema pode legitimar o caso genitivo *in situ*. Ver, no entanto, o capítulo 13 da parte III, em que se sugere a existência de uma categoria funcional suplementar, SGen, para dar conta da atribuição/verificação de caso genitivo, que, em português se realiza pela presença da preposição *de*.
 - 7 Para mais pormenores sobre a sintaxe dos adjetivos relacionais ver Bosque e Picallo (1996). Ao analisar a possibilidade de coocorrência de adjetivos relacionais temáticos, como em *a produção queijeira francesa*, Cinque (2010) coloca a hipótese de N' e não apenas N, quer dizer, o N seguido do ADJ relacional|Tema se mover em sintaxe.
 - 8 Estou aqui a adotar a proposta de Abney (1987) de que o morfema de genitivo *'s* em inglês (e em línguas similares) ocupa DET.

9 ————— POSSESSIVOS PRÉ-NOMINAIS EM PORTUGUÊS EUROPEU¹

O objetivo principal deste capítulo é analisar, numa perspetiva comparada, a categoria dos possessivos pré-nominais do PE quanto à sua natureza categorial e relacionar a sua sintaxe interna com a sua sintaxe externa, no quadro de desenvolvimentos recentes sobre pronomes pessoais e possessivos. O capítulo está organizado da seguinte forma: em 9.1. faz-se uma breve apresentação de alguns dos diagnósticos para a distinção entre pronomes pessoais fracos e fortes. Em 9.2., apresenta-se brevemente a proposta de Miguel (2002a, b, c) de variação de gramáticas dos possessivos pré-nominais no PE. Em 9.3. será discutido o Parâmetro de Giorgi & Longobardi (1991) sobre possessivos. Em 9.4. discutir-se-á a análise dos possessivos de Castro e Costa (2002, 2003) e, desenvolvendo Miguel (2002a, b, c), sugere-se que os dados apontam para diferentes gramáticas em competição. Em 9.5. voltar-se-á à coocorrência entre indefinidos e possessivos, procurando captar as condições linguísticas que podem regular essa coocorrência. Em 9.6. será apresentada uma análise formal dos possessivos do PE em posição pré-nominal.

9.1 ————— PRONOMES PESSOAIS FRACOS E PRONOMES PESSOAIS FORTES

Os gramáticos e os linguistas têm sido sensíveis à diferente sintaxe externa dos pronomes pessoais, mas só desde Postal (1969), Raposo (1973), Kayne (1975), Cardinaletti & Starke (1994/1999), Cardinaletti (1998) e Déchaine & Wiltschko (2003), sabemos que os pronomes diferem também na sua sintaxe interna. Kayne (1975) e Cardinaletti (1998, pp. 34-5) mostraram que os pronomes pessoais não são uniformes e que há uma distinção entre pronomes fortes e clíticos: em italiano, os pronomes fortes podem ser acentuados contrastivamente (1a) ou usados isoladamente (2a), coordenados (3a) e modificados por certos advérbios (4a), em contraste com os clíticos, como demonstrado em (1b), (2b), (3b) e (4b):²

- (1) (a) Maria conosce LUI, non voi.
 Maria conhece ELE, não vós
 (b) * Maria LO conosce, non voi.
 Maria O conhece, não vós

- (2) (a) Chi conosce, Maria? Lui.
quem conhece a Maria? Ele.
(b) * Chi conosce, Maria? Lo.
quem conhece a Maria? O
- (3) (a) Maria conosce lui e voi.
Maria conhece ele e vós
(b) * Maria lo e vi conosce.
Maria o e vós conhece
- (4) (a) Maria conosce solo lui.
Maria conhece só ele
(b) * Maria lo conosce solo.
Maria o conhece só

Como os exemplos mostram, nos termos de Kayne, a distinção relevante nas línguas românicas é clítico versus pronome forte. Mais tarde, Cardinaletti & Starke (1994/1999) propuseram que a noção de pronome pessoal “fraco” pode incluir dois tipos, os pronomes fracos, que ainda são considerados projeções máximas, e os clíticos, que são núcleos. A noção de pronome fraco foi sobretudo proposta para as línguas germânicas, que possuem pronomes diferentes dos clíticos, mas com uma sintaxe diferente da dos pronomes fortes e dos sintagmas nominais plenos (Cardinaletti 1998, pp. 33, 60). Veja-se o comportamento de *it* em inglês, que não pode surgir isolado (5b), topicalizado (5c) nem focalizado (5d):

- (5) (a) It strikes me as implausible.
ele parece me como implausível
'Parece-me implausível!
(b) * What strikes you as implausible? It.
o que parece te como implausível
(c) * It, I think is implausible.
ele, eu penso é implausível
* It is implausible, not that one.
ele é implausível, não aquele um

Em português, como noutras línguas românicas, temos duas classes de pronomes pessoais: os fortes *eu, tu, nós, vós, ele, eles, ela, elas*, e clíticos: *me, te* (OD e OI e reflexo), *se*, 3ª pessoa reflexo), *o, a, os, as*. Há ainda outras formas fortes mas que acabam por se amalgamar a preposições: *(co)migo, (con)tigo, (con)nosco, (con)vosco*.

Os exemplos seguintes ilustram o comportamento dos pronomes pessoais relativamente ao critério da ênfase ('stress'), do uso isolado, da coordenação e da modificação; compare-se (6) com (7):

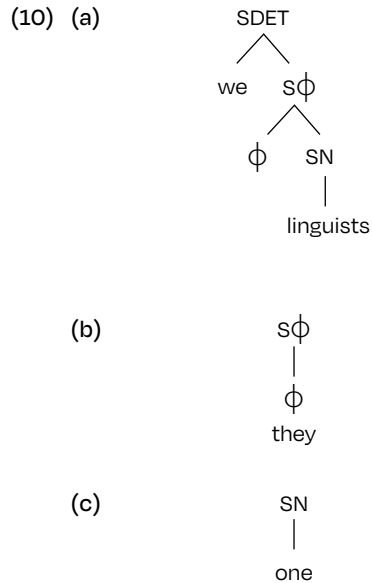
- (6) (a) EU vou sair, não a Maria.
 (b) Quem está aí? EU.
 (c) Eu e tu vamos sair.
 (d) Só eu vou sair.
- (7) (a) *A Maria conhece-A.
 (b) * Quem está aí? A.
 (c) * A Maria conhece-a e o.
 (d) * A Maria conhece só a.

No quadro da Teoria de Princípios e Parâmetros, a distinção acima mencionada foi desenvolvida de diferentes maneiras: uma proposta, feita por Cardinaletti e Starke no final do seu clássico artigo, é que para as três classes de pronomes pessoais existem configurações correspondentes: os pronomes fortes aparecem em SCOMP (CP), os pronomes fracos em S Σ (Σ P) e os clíticos em IP (SFLEXÃO). Ou seja, de acordo com essa visão, elementos morfologicamente deficientes realizam menos estrutura sintática (p. 214).

Outra visão, relacionada com a Teoria X Barra e sugerida por Cardinaletti (1999) é que os clíticos são núcleos (X), enquanto os pronomes fracos e fortes são projeções máximas, XP, projetadas em posições diferentes na estrutura sintática.

Mais recentemente, a discussão sobre a estrutura interna dos pronomes pessoais foi desenvolvida por Déchaine & Wiltschko (2003). A partir dos dados apresentados em Postal (1969), segundo os quais alguns pronomes pessoais se comportam como determinantes, as autoras propõem uma distinção entre pró-SDETs (pro-DPs), pró-S ϕ (pro- ϕ P) e pró-SN (pro-NP). Os pronomes pessoais do inglês *we* e *you* podem funcionar como DETs, como em (9a e 9b), e são pró-SDETs; os pronomes de terceira pessoa não podem funcionar como DETs, como ilustrado em (9c), e eles instanciam pro-S ϕ ; e *one* tem uma distribuição semelhante a um N e é analisado como pró-SN. As representações em (10) descrevem a estrutura interna desses três tipos de pronomes pessoais:

- (9) (a) *we* linguists; *us* linguists
 (b) *you* linguists
 (c) * *they* linguists; * *them* linguists
 (d) *the one*; *someone*, *the real one*



Em síntese, para Cardinaletti, só os clíticos são núcleos (X) e quer os pronomes fracos quer os pronomes fortes são SX, embora difiram na sua sintaxe externa. Para Déchaine e Wiltschko os pronomes diferem na sua estrutura interna e o estatuto categorial das três classes determina a sua distribuição.

Com este enquadramento, nos próximos parágrafos analisarei os possessivos em PE.

9.2 ————— VARIAÇÃO NOS POSSESSIVOS PRÉ-NOMINAIS EM PE

Num estudo sobre os possessivos no Português Europeu (PE), Miguel (2002a), baseada em Brito (2001) e em Castro & Costa (2002), propôs que existem dois dialetos (no sentido geral de uma variedade de uma língua com a sua própria gramática), relativamente à natureza dos possessivos pré-nominais. No Dialeto 1, o dialeto descrito principalmente por Castro & Costa (2002, 2003), os possessivos pré-nominais não aceitam modificação por um advérbio de exclusão, como em (11); estão sujeitos a redução fonética, como em (12b); adquiriram o traço [+definido], como em (12a), e não coocorrem na posição pré-nominal com um indefinido (veja-se (13a) e (13b)), sendo provavelmente núcleos, quase clíticos.

DIALETO 1:

- (11) * O só meu problema é que não percebo nada disso.
(Castro & Costa 2002, p.104)
- (12) (a) o meu livro (Castro & Costa 2002, p.104)
(b) o me livro
- (13) (a) * um meu livro
(b) um livro meu

No Dialeto 2, o dialeto descrito principalmente por Brito (2001) e Miguel (2002 a, b, c), os possessivos pré-nominais são subespecificados em relação ao traço definido, como em (14); podem ser coordenados, como em (15); e modificados, como em (16), mesmo por palavras de grau.

DIALETO 2:

- (14) (a) uma minha amiga
(b) Algumas minhas amigas foram ver a exposição.
(Miguel 2002a, p. 291)
- (15) O meu e teu amigo de Paris preparou-nos uma surpresa.
(Miguel 2002a, p. 296)
- (16) Tens notícias daquele tão simpático teu amigo de Paris?
(Miguel 2002a, p. 291)

Neste capítulo, volto a esses dados, tentando definir as condições que regulam essas diferentes variantes dos possessivos pré-nominais. Argumentarei a favor da ideia de que os exemplos ilustrados em (11) - (16) representam duas gramáticas / variedades em competição (Lightfoot 1999), embora de forma ligeiramente diferente da proposta por Miguel (2002 a, b, c). Mostrarei também que certos usos formais e escritos não apontam exatamente para outra gramática de possessivos pré-nominais, mas indicam que existem condições lexicais e semânticas que regulam esses usos.

9.3 ————— POSSESSIVOS PRÉ-NOMINAIS: DETERMINANTES OU ADJETIVOS?

Antes de explorar as hipóteses acima apresentadas, é útil voltar a Giorgi & Longobardi (1991). Partindo das diferentes posições ocupadas pelos possessivos pré-nominais em línguas como o italiano, que aceita a coocorrência entre artigos definidos e possessivos pré-nominais (*la sua casa*), e o inglês e o francês, que não aceitam essa coocorrência (*my house, ma maison*), Giorgi e Longobardi (1991, p. 154) propuseram o “Parâmetro do Possessivo” em (17):

- (17) "Os elementos possessivos são sintaticamente especificados para serem realizados na superfície como ADJs (como em italiano) ou como DETs (como em inglês e francês)." (minha tradução)

Essa abordagem foi adotada para o português por Brito (2001c). Partindo das diferenças entre o PE, onde a coocorrência entre artigos definidos e possessivos é comum (18a), e o PB, onde possessivos pré-nominais isolados são uma forte hipótese (18b), sugeri então que em PE os possessivos pré-nominais são adjetivos e em PB os possessivos pré-nominais são determinantes:

- (18) (a) A minha carteira desapareceu. (PE)
(b) Minha carteira desapareceu. (PB)

No entanto, esta abordagem é problemática por várias razões. Em PE também é possível ter possessivos isolados, em particular com nomes de parentesco; os exemplos em (19)-(24) são do CORDIAL-SIN, um projeto que recolheu enunciados semiespontâneos produzidos por pessoas idosas e pouco instruídas de pequenas vilas e cidades do país, incluindo as ilhas (os exemplos são apresentados por Carrilho & Pereira (2006), com a indicação dos locais onde esses enunciados foram gravados):

- (19) Mas meu pai tinha era gado. (Camacha, Tanque, Funchal)
(20) Minha irmã cardava e eu fiava. (Fajãzinha, Horta)
(21) Olha, fala com teu avô [...] (Castro Laboreiro, Viana do Castelo)
(22) Ah, meus filhos já vieram daí para cá. (Câmara de Lobos, Caniçal, Funchal)
(23) E eu tinha minha madrinha, que era uma irmã de meu pai. (Graciosa, Angra do Heroísmo)
(24) Não sei a idade que minha mãe tinha quando morreu. (Monsanto, Castelo Branco)

Outra razão para não aceitar a proposta de Brito (2001c) é que em PB as duas construções são também possíveis; para se ter uma ideia das condições que regulam a presença/ausência do artigo definido no PB leia-se, entre outros, Silva & Callou (1996), Neves (1993), Franchi (1996), Castro (2005), Magalhães (2011), Marcotulio (2012).

A pesquisa diacrónica desenvolvida por Rinke (2010) mostrou igualmente que houve uma mudança na sintaxe dos possessivos que aconteceu a partir do século XIII (onde a ausência do artigo definido era ainda dominante nas expressões referenciais) para o século XIX e para o Português Contemporâneo (onde a presença do artigo definido é dominante nas mesmas condições). Como

sugere Rinke, essa mudança não indica uma natureza diferente do possessivo; pelo contrário, indica que a ausência/presença do artigo se deve principalmente a um processo de gramaticalização e a razões discursivas/semânticas. De facto, segundo Rinke, no século XIII a coocorrência do artigo definido e de possessivos era ainda rara, mas já era possível encontrar a coocorrência de demonstrativos e de possessivos (25) ou de indefinidos e de possessivos (26):

(25) q(ue) nos seiãmos teudos a tolesr vos esas nosas vyas
(1296, *apud* Rinke 2010, p. 130, ex. 14a)

(26) obligo a uos... hua nossa Casa (1286, *apud* Rinke 2010, p. 130, ex. 14c)

No corpus de Rinke do século XIV, o artigo definido ocorre em 48 de 205 expressões nominais com possessivos e destes 205, 21 contêm *ditto* / *dicto*, *sobredito* / *sobredicto* (no sentido de ‘mencionado’), mostrando que o artigo definido está a ser usado principalmente com um valor anafórico, como em (27):

(27) q(ue) eu ne a dita mha molh(e)r ne os nossos Sucessor(e)
s nõ nos posamos chamar esbulhados (1381) (*apud* Rinke 2010, p. 132, ex. 17b).

Do século XIV ao século XIX a ocorrência do artigo definido é variável. No entanto, no século XIX o artigo definido já é dominante com expressões definidas (Rinke 2010, pp. 130-134). Com os nomes de parentesco, como vimos nos exemplos (19) a (24), a ausência do artigo definido ainda se verifica no Português Contemporâneo, mostrando assim a sobrevivência de uma gramática antiga.

Resumindo: dados de microvariação em PE e PB e de mudança não justificam o tipo de parâmetro sobre possessivos proposto por Giorgi & Longobardi (1991): na verdade, na mesma língua, os possessivos pré-nominais podem ou não ser precedidos por outros determinantes; esta oscilação deve-se a várias condições, mas não à diferente categoria de possessivos pré-nominais.

9.4 ————— POSSESSIVOS FORTES, FRACOS E CLÍTICOS?

A pesquisa de Cardinaletti em 1998 constituiu um avanço na compreensão da natureza da sintaxe interna e externa dos possessivos em italiano, uma pesquisa que desenvolveu a partir do seu próprio trabalho sobre pronomes pessoais. Partindo do italiano, a autora propõe que os possessivos podem ser fortes na posição pós-nominal (28), fracos na posição pré-nominal (29) e clíticos, sobretudo nalguns dialetos (30):

- (28) la casa sua (possessivo forte)
 (29) la sua casa (possessivo fraco)
 (30) so pare de Toni (seu pai de Toni) (Pádova)
 (clítico, com redobro)

A natureza fraca/forte pode ser verificada a partir dos diferentes comportamentos que os possessivos apresentam quanto à focalização, à coordenação e à modificação por advérbios de exclusão, entre outros testes: em italiano os possessivos pré-nominais não podem ser focalizados, coordenados ou modificados por advérbios de exclusão e, portanto, são fracos; os possessivos pós-nominais podem ser focalizados, coordenados ou modificados por advérbios de exclusão e, portanto, são fortes.

Desenvolvendo esta pesquisa, Castro & Costa (2002, 2003) adotaram a distinção de Cardinaletti para o português e mostraram que os possessivos pré e pós-nominais são diferentes.

O contraste entre (11), aqui renumerado como (31a), e (31b) mostra que um possessivo pré-nominal não pode ser modificado por advérbios de exclusão, ao contrário do que acontece com um possessivo pós-nominal (Castro & Costa 2002, p. 104):

- (31) (a) *O só meu problema é que não percebo nada disto.
 (b) Um problema só meu é que não percebo nada disto.

Os exemplos em (32) mostram que um possessivo pré-nominal pode ser sujeito a um processo de redução (32b), mas tal redução é impossível com um possessivo pós-nominal (32d) (Castro & Costa 2002, p. 104, Miguel 2002a, p. 296, 2004, p. 405):

- (32) (a) o meu livro
 (b) o me livro
 (c) um livro meu
 (d)* um livro me

Com base nestes critérios, Castro & Costa (2002, 2003) e Castro (2005) propuseram que os possessivos pré-nominais são fracos e são núcleos (X) e que os possessivos pós-nominais são fortes e, portanto, são projeções máximas (SX).

Quanto à coordenação e focalização os dados não são assim tão claros, como também é reconhecido pelos mesmos autores: a aceitabilidade de (33a) mostra que a coordenação de possessivos pré-nominais sob focalização é possível; (33b) mostra que a focalização, sem coordenação, do mesmo tipo de possessivos também é gramatical, sendo absolutamente impossível ter formas reduzidas nas mesmas circunstâncias (33c):

- (33) (a) ? O meu e TEU artigo está aqui.
 (b) O MEU livro está esgotado.
 (c) * O ME livro está esgotado.

Em relação à modificação: em artigo anterior Castro (2000, p. 13) rejeita a modificação do possessivo, como em (34):

- (34) (a) * O completamente meu jardim
 (b) *O já meu jardim
 (c) *o tão meu jardim

Contudo, no artigo conjunto com Costa, Castro, partindo de exemplos fornecidos por Brito (2001, p. 509) aceita a possibilidade de alguns advérbios temporais e aspetuais se intercalarem entre o artigo definido e os possessivos pré-nominais, como em (35):

- (35) (a) a ainda minha mulher
 (b) a já sua noiva

De acordo com Castro e Costa, as possibilidades ilustradas em (35) são explicáveis pela natureza fraca destes advérbios, o que levará à proposta de que, sendo núcleos, X, ocuparão a posição de DET, em adjunção aos possessivos.

No entanto, essa solução é difícil de aceitar, por vários motivos: (i) a natureza lexical do nome parece interferir na aceitabilidade (veja a diferença entre *jardim*, que é agramatical em todas as combinações, como em (34), versus *mulher*, *noiva*, que são nomes relacionais, em (35); (ii) a natureza semântica dos advérbios também é importante: embora (34b) seja agramatical, as combinações em (35) são gramaticais, com *ainda* e *já*, advérbios aspetuais; (iii) a terceira dificuldade, relacionada com um problema formal, é como é que uma sequência de três constituintes diferentes, com traços semânticos distintos (o artigo definido, os advérbios *ainda* / *já* e o possessivo) podem ocupar uma e só uma posição sintática, DET.

A meu ver, os dados de (31) e (35) mostram que a gramática descrita por Castro e Costa não é homogênea, pois mistura as propriedades de duas gramáticas em competição: a gramática *padrão* dos possessivos pré-nominais, onde os determinantes e os possessivos pré-nominais não ocupam a mesma posição e onde os possessivos pré-nominais podem ser focalizados e coordenados quando focalizados, como em (33a e 33b), entre outros exemplos, resultando em formas SX; e uma gramática meridional (Alentejo, Algarve) e muito coloquial, que permite a redução fonética de possessivos pré-nominais, sem possibilidade de focalização ou de coordenação.

Além disso, há restrições lexicais que exploraremos no próximo parágrafo, porque elas afetam também a combinação de possessivos pré-nominais com indefinidos.

9.5 ————— OS POSSESSIVOS PRÉ-NOMINAIS E O ARTIGO DEFINIDO / INDEFINIDO

Observemos agora as possibilidades de coocorrência de possessivos pré-nominais com artigos indefinidos com mais cuidado. Como vimos anteriormente, com base no paradigma em (11), (12) e (13), aqui reenumerados como (36), (37) e (38), Castro & Costa (2002, 2003) argumentam que os possessivos pré-nominais só coocorrem com o artigo definido (37) e que, quando o SDET é indefinido, a posição pós-nominal é a única possibilidade, como em (38), sendo (36) agramatical (cf. também Castro 2005, p. 56).

(36) * um meu amigo

(37) o meu amigo

(38) um amigo meu

Dados recolhidos em *corpora* do PE podem confirmar parcialmente esta conclusão. Uma pesquisa feita por Castro em *corpora* do *Sub-Corpus Oral Espontâneo (SCOE)*, uma parte do *Corpus de Referência do Português Contemporâneo* (um *corpus* recolhido nos anos setenta do século XX, na região de Lisboa), mostra e cita: “há 151 ocorrências de sintagmas nominais possessivos. Em 137 casos os possessivos são pré-nominais, 123 ocorrem em sintagmas nominais iniciados por artigo definido, 6, por um demonstrativo; e 8, em sintagmas nominais sem determinante. Os 8 possessivos pós-nominais encontrados no SCOE combinam-se com o artigo indefinido (6 ocorrências) ou ocorrem em sintagmas nominais plurais nus com referência indefinida (2 ocorrências)” (Castro 2005, pp. 56-57) (minha tradução).

Embora o PB não seja o objeto da nossa investigação, é importante lembrar que nesta variedade os possessivos pré-nominais isolados, sem o artigo definido, são uma forte hipótese. A presença/ausência do artigo definido antes dos possessivos é regulada por diversos fatores linguísticos, dialetais e sociais (ver, entre outros, Silva & Callou 1996, Neves 1993, Franchi 1996, Magalhães 2011, Marcotulio 2012). Nos *corpora* contemporâneos estudados por Neves (1993) e Franchi (1996), as tendências são apresentadas em (39) e (40):

(39) Neves (1993): em 385 ocorrências de possessivos pré-nominais, 381 são definidos; “o definido está presente em 65,19% e ausente em 33,7%. Há apenas 4 ocorrências

com outros determinantes, incluindo o artigo indefinido" (*apud* Castro 2005, p. 57) (minha tradução).

- (40) Franchi (1996): em 1604 ocorrências de possessivos pré-nominais, "64,37% coocorrem com o artigo definido, enquanto 33,89% aparecem sem ele" (*apud* Castro 2005, p. 57) (minha tradução).

Estes dados mostram que, em dois *corpora* diferentes, em cerca de 34% dos enunciados, o artigo definido está ausente com possessivos pré-nominais no PB.

Quanto à coexistência entre os dois tipos de artigos (definidos e indefinidos) e possessivos pré-nominais, as variedades-padrão do PB e do PE não são muito diferentes, como também esclarece Castro (2005: 56): "quando combinados com o artigo definido, os possessivos simples tendem a ser pré-nominais, enquanto com o artigo indefinido eles são principalmente pós-nominais" (minha tradução).

Miguel (2002a, b, c, 2004) e Brito (2007) notaram, no entanto, que, entre os falantes do PE, há diferentes juízos de gramaticalidade quanto à coocorrência entre o artigo indefinido e os possessivos pré-nominais; veja-se os exemplos (41) e (42):

(41) * um meu amigo (agramatical para alguns falantes)

(42) um meu amigo (gramatical para outros falantes)

Se queremos encontrar exemplos como (42), com a ordem artigo indefinido + possessivo + nome, devemos procurar sobretudo em textos escritos e jornais; (43) e (44) são bons exemplos:

(43) "A viúva do general Juan Perón vive praticamente reclusa numa sua propriedade em Marbella, na Andaluzia." (*Público*, 17.1. 2007)

(44) "Isto permite tudo, que aquele mascarado afinal seja um meu conhecido (...)" (Alexandra Lucas Coelho, *Público*, 16.2.2014, 2, p. 28).

Leia-se igualmente um fragmento de uma tradução feita por José Milhazes de um texto inacabado de Anna Politkovskaia, publicada no jornal *Público*, de 13 de outubro de 2006, p.16, em que ocorrem duas combinações distintas (em itálico):

(45) "Eis aqui umas linhas de *uma carta sua* fechada a 29 de Agosto: ...

... e perguntaram-me imediatamente se eu tinha assassinado pessoas da família Salikhov, Anzor e *um seu amigo*, um camionista russo."

Se há oscilação nos julgamentos entre os falantes de português sobre a coocorrência de artigo indefinido + possessivo + nome e se podemos encontrar exemplos

dessa construção em alguns registos escritos, então devemos discutir a razão pela qual isso pode acontecer.

Como vimos no início do capítulo, Miguel (2002a) vê nestes dados o sinal de uma competição entre diferentes gramáticas / variedades de possessivos pré-nominais em português (Miguel 2002a): uma gramática “conservadora”, que permite esta combinação e uma gramática “padrão” que não a permite.

Como não há um estudo sociolinguístico dessa variação, essas classificações são provisórias. Poderíamos talvez dizer que a gramática *padrão* corresponde à gramática de falantes jovens e que a gramática *conservadora* corresponde à de falantes idosos ou de meia-idade.

É importante notar que no português medieval a ordem indefinido+possessivo+N era uma das possibilidades, como em *hũũ nosso menino* (*apud* Mattos e Silva 1989, p. 183), razão pela qual se pode encarar essa construção como conservadora, embora essa seja apenas uma das possibilidades, como observou a própria linguista Rosa Virgínia Mattos e Silva.

Não excluindo por enquanto a possibilidade de existência de gramáticas concorrentes para possessivos pré-nominais, analisemos os exemplos (43), (44) e (45) com mais cuidado. Podemos notar que é com nomes relacionais, *propriedade* (43), *conhecido* (44) e *amigo* (45), que a combinação artigo indefinido+possessivo+nome é possível.

A esse respeito, o exemplo (45) é muito interessante porque mostra dois padrões de ordem de palavras: com *amigo*, a ordem é artigo indefinido+possessivo+nome (*um seu amigo*), enquanto com um nome não relacional, como *carta*, a ordem é artigo indefinido+nome+possessivo (*uma carta sua*). Portanto, existem condições lexicais que regulam esta combinação³.

Há também condições semânticas/discursivas que governam as combinações: Miguel (2002c, pp. 236-7) mostrou que a disponibilidade de possessivos pré-nominais com artigos indefinidos está limitada a uma leitura específica (46a) e é excluída ou menos aceitável em contextos negativos e opacos (46b, c):

- (46) (a) Um meu amigo trouxe-me uma prenda de Paris.
(específico)
(b)* ? Um meu amigo não diria isso. (não-específico)
(c)* ? Procuo um meu amigo que queira ir comigo a Paris.
(não-específico)

O possessivo pós-nominal aceita as duas leituras, como ilustrado em (47):

- (47) (a) Um amigo meu trouxe-me uma prenda de Paris.
(específico)
(b) Um amigo meu não diria isso. (não-específico)
(c) Procuo um amigo meu que queira ir comigo a Paris.
(não-específico)

Os dados de (43) a (47) mostram assim que condições não apenas lexicais, mas também semânticas / discursivas regulam a combinação artigo indefinido+possessivo+nome. Observe-se que a maioria destes dados pertence a registos escritos (como Miguel 2002c já tinha notado) e que neste tipo de contextos é possível focalizar (contrastivamente) o possessivo pré-nominal, como em (48):

- (48) Uns MEUS amigos, não TEUS, vieram visitar-me.

Por todas estas razões, os possessivos pré-nominais são claramente SX, não núcleos, X. O estatuto de SX dos possessivos pré-nominais nesta variedade é confirmado pelo facto de alguns falantes aceitarem a modificação por advérbios de grau em possessivos pré-nominais (Miguel 2002a) (veja-se (16), aqui renumerado como (49) e (50)):

- (49) Tens notícias daquele tão simpático teu amigo de Paris?
(Miguel 2002a, p. 291)
(50) O muito meu e muito teu amigo de Paris chega amanhã.
(Miguel 2002a)

A apresentação feita até agora mostra não só que o PE contemporâneo tem um continuum de gramáticas sobre possessivos pré-nominais, mas também que a combinação de possessivos pré-nominais com artigos indefinidos está sujeita a condições lexicais e semânticas.

Sumariando:

- (i) A gramática padrão / dominante do PE aceita apenas possessivos pré-nominais com artigos definidos e pós-nominais com indefinidos e não aceita qualquer redução dessas formas; a coordenação sob focalização e a focalização dessas formas são possíveis, mas a modificação é limitada.
(ii) Existem registos formais que permitem possessivos pré-nominais com indefinidos e que também permitem coordenação, focalização e até palavras de grau a modificar

essas formas pré-nominais. Há condições lexicais e semânticas/discursivas que regulam a combinação artigo indefinido+possessivo+nome; esta é a razão pela qual não podemos ver esses fenómenos simplesmente como o sinal de gramáticas em competição, mas sim como a confluência de várias condições linguísticas.

- (iii) Finalmente, há uma gramática não dominante, constituída por dialetos do sul de Portugal, que aceita a redução fonética de possessivos pré-nominais, e onde não se espera coordenação, focalização ou modificação, pois esse tipo de possessivo pré-nominal é quase um clítico.

9.6 ————— A ESTRUTURA

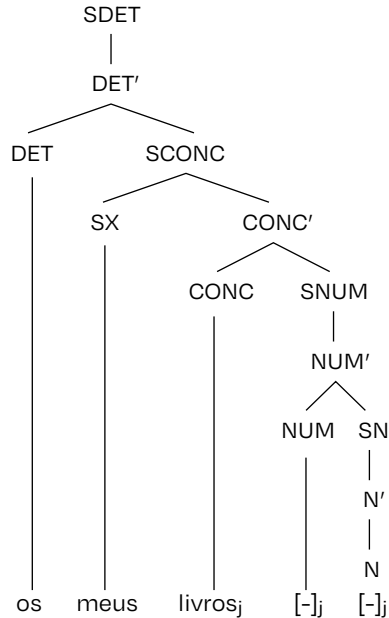
Tendo descrito nos parágrafos anteriores as principais propriedades dos possessivos pré-nominais no PE, é tempo de descrever a estrutura sintática de uma expressão nominal que os contenha.

Desde Abney (1987) e Szabolcsi (1987), é consensual que os SDETs têm um elemento do tipo de CONC. Essa evidência vem de línguas como húngaro, turco e yupik (uma língua esquimó), para citar apenas três, onde a morfologia de concordância nas expressões nominais, em particular com possessivos, é semelhante àquela que ocorre no nível frásico (ver capítulo 15 deste livro). No português e nas línguas românicas em geral, a presença de CONC nos SDETs não é tão evidente como noutras línguas; por isso alguns autores preferem assumir um SPoss e não um SCONC para possessivos. No entanto, mantereí aqui a análise clássica, onde CONC é projetado numa posição alta, codificando pelo menos um traço de pessoa; portanto, um Esp de SCONC pode hospedar possessivos pré-nominais. ⁴ Assumirei também que SNUM é uma categoria funcional que se justifica em línguas ou variedades de línguas onde a morfologia de número é relevante; e que o N se move para NUM para verificar o seu traço de número (Ritter 1990, 1991) (cf. capítulos 7 e 8).

Assim, na gramática padrão/dominante do PE, (51) tem a estrutura (52) (sobre a natureza de SX ver adiante):

(51) os meus livros

(52)



É importante notar que os possessivos possuem uma natureza pronominal e, portanto, a discussão sobre a sua categoria deve também estar relacionada com a natureza dos pronomes pessoais, como já se percebeu a partir da apresentação em 9.1.

Para nós, é particularmente interessante a distinção proposta por Déchaine & Wiltschko (2003), para o inglês, entre pró-SDETs (*we, you*), pró-S ϕ (*they*) e pró-SN (*one*) já referida no ponto 9.1. deste capítulo. Cardinaletti (2016) sugeriu que a ideia de que os clíticos nas línguas românicas são sempre núcleos, semelhantes aos artigos definidos, pode estar errada. A autora propõe que os clíticos são SFLEX (IP) reduzidas, (em italiano “proiezione ridotta IP”), que codificam traços de caso, pessoa, número e gênero. Esta ideia é bastante importante e, juntamente com a noção de S ϕ de Déchaine & Wiltschko (2003), será usada aqui para os possessivos.

Assim, embora, de acordo com a Teoria X-barra, seja justificada a discussão sobre a natureza de projeção máxima ou de núcleo (SX/X) dos possessivos, proponho que, com base em estudos sobre pronomes mais recentes, esta discussão pode ser vista sob um prisma diferente: no caso do português, os possessivos têm

caso genitivo inerente, traços de pessoa e número (em relação ao possuidor) e traços de número e género (em relação ao elemento possuído). Portanto, proporei que são sempre formas Sφ.

Na gramática padrão dominante do PE, os possessivos pré-nominais são projetados na posição de Esp de uma categoria funcional alta, SCONC. Nestas circunstâncias, tais possessivos podem ser coordenados, focalizados ou mesmo sujeitos a modificação de grau.

Há também uma gramática não dominante representada por possessivos pré-nominais reduzidos: aqui, os possessivos são estritamente adjacentes aos determinantes, quase clíticos a D e sempre definidos; a coordenação, a focalização e a modificação não são propriedades dessa gramática.

A tabela a seguir resume o que propomos:

VARIAÇÃO NOS POSSESSIVOS PRÉ-NOMINAIS
EM PORTUGUÊS EUROPEU

1. GRAMÁTICA PADRÃO / DOMINANTE	2. GRAMÁTICA NÃO DOMINANTE (DIALETOS DO SUL E NA ORALIDADE)
<p>Sφ [+caso genitivo, + pessoa, + número], [+ género]) [α def] SX posição: Esp de SCONC modificação por advérbios de exclusão- Não redução-Não Admitem a interpolação de advérbios temporais / aspetuais, focalização e coordenação associada a foco. Em registos formais e em certos contextos lexicais / semânticos: o possessivo pode combinar-se com um artigo indefinido; os possessivos podem ter um traço de [+grau] e admitir advérbios de grau.</p>	<p>Sφ [+caso genitivo, + pessoa + número], [+/- género] [+def] X- quase clíticos a DET redução [- grau] Modificação-Não Coordenação-Não Focalização-Não</p>

9.7 ————— CONCLUSÕES

Pudemos confirmar a existência de um continuum de gramáticas em relação aos possessivos pré-nominais em PE, onde, pelo menos, duas gramáticas / variedades estão em competição.

A gramática padrão / dominante do PE aceita possessivos pré-nominais com artigos definidos e pós-nominais com indefinidos e não aceita redução dessas formas; a coordenação sob focalização e a focalização dessas formas são possíveis; a modificação é restrita (apenas advérbios aspetuais podem modificá-los).

Existem registos formais que permitem possessivos pré-nominais com indefinidos e até palavras de grau a modificar essas formas pré-nominais. No entanto, há condições lexicais e semânticas que regulam a combinação artigo indefinido+possessivo+nome; por isso não podemos ver esses fenómenos apenas como o sinal de outra gramática em competição, mas sim como a confluência de várias condições linguísticas.

Há uma gramática não dominante, marcada dialetalmente (dialetos do sul), que aceita a redução fonética dos possessivos pré-nominais, e onde não se espera nem coordenação, nem focalização nem modificação, pois esse tipo de possessivo pré-nominal é quase um clítico a DET.

Argumentámos a favor da hipótese de que os possessivos pré-nominais estão em Esp de SCONC, essencialmente como uma coleção de traços ϕ , ou seja, são $S\phi$, no sentido de Déchaine & Wiltschko (2003) e de Cardinaletti (2016).

Pudemos mostrar também que a presença / ausência do artigo definido antes dos possessivos não se deve a um parâmetro relacionado com a categoria dos possessivos, mas com os traços que as categorias lexicais e funcionais codificam. Nesta perspectiva, o português é uma língua de particular interesse; de facto, dados de microvariação em PE e em PB e dados de mudança não justificam o tipo de parâmetro proposto por Giorgi & Longobardi (1991), pois os possessivos pré-nominais podem ou não ser precedidos por outros determinantes.

- 1 Embora com algumas referências a Brito (2001c), este capítulo parte de Brito (2007) e, principalmente, de Brito (2017b), com alguns cortes e pequenos rearranjos. Agradeço às organizadoras do volume em que o último texto figura, Pilar Barbosa, Maria da Conceição de Paiva, Celeste Rodrigues e à editora John Benjamins Publishing Company a autorização para a tradução e a republicação do texto.
- 2 As traduções e as glosas devem ser lidas com cuidado neste capítulo, pois o português difere de algumas das línguas em análise, além de que o PE e o PB são distintos quanto à sintaxe dos pronomes pessoais e possessivos.
- 3 É importante lembrar que os nomes relacionais são precisamente os que se combinam mais facilmente com advérbios como *ainda*, ficando não-adjacentes ao artigo (definido ou indefinido), ver exemplos (35). Nomes relacionais são nomes que indicam uma relação particular entre entidades, normalmente nomes de parentesco, partes do corpo, partes intrínsecas de entidades (Barker 2011). É a natureza de predicados e o facto de terem estrutura argumental que explica a combinação com possessivos pré-nominais e com o artigo indefinido.
- 4 Em Brito (2007) chego a admitir que não só SCONC mas também SPOSS podem coexistir na estrutura, para dar conta dos possessivos pós-nominais e de casos (raros) de duplicação em português:
 - (i) “Montaigne explica pelo *seu* modo *dele* a variedade dos seus livros” (Machado de Assis, *apud* Cunha & Cintra (1984, p. 322);
 - (ii) “Comigo me desavim minha senhora de mim” (do poema “Minha senhora de mim” de Maria Teresa Horta);
 - (iii) “hũu seu rei deles” (*apud* Mattos e Silva (1989, p. 177)
 Para uma apresentação de outros tratamentos dos possessivos ver Brito (2007) e bibliografia aí apresentada.

RECENSÃO 1. SLEEMAN & PERRIDON (2011)¹

Uma das linhas de investigação mais apaixonantes em Linguística é perceber a relação entre variação (inter e intra-linguística) e mudança; ainda mais empolgante se torna quando o tema em discussão é a sintaxe das expressões nominais. Foi com o intuito de analisar a variação e mudança nas expressões nominais nas línguas românicas e germânicas que Harry Perridon, Josep Quer, Petra Sleeman e Fred Weerman organizaram, em janeiro de 2009, um colóquio na Universidade de Amsterdão. O livro agora em análise reúne muitos dos textos então apresentados, incluindo uma nota prévia e uma introdução de Perridon e Sleeman, uma primeira parte intitulada Variação, uma segunda parte chamada Mudança e um índice analítico.

Algumas das questões que se podem colocar sobre a categoria tradicionalmente chamada sintagma nominal são as seguintes: o determinante (DET) é o núcleo de toda a construção, como se defende na chamada “hipótese SDET” (Abney 1987, Longobardi 1994, entre outros), ou o determinante é uma espécie de “modificador” do núcleo nominal, a posição tradicional? Os determinantes são uma categoria universal, isto é, todas as línguas têm determinantes, mesmo abstratos e não realizados foneticamente, como no caso dos nomes simples? Poderá propor-se que nas línguas que têm determinantes ou em que eles emergiram no decurso da sua história eles se tornaram o núcleo de toda a construção? E o SDET não poderá conter SCaso (KP), isto é, uma projeção de Caso, como uma projeção funcional estendida (Giusti 1993)? Alguns fenómenos de ordem de palavras nos dois tipos de línguas poderão ser descritos e explicados pelo movimento / ausência de movimento de N para categorias intermédias como NÚM(ero) (Ritter 1991), CLASS(ificador) (Borer 2005) ou para DET, como propõe Longobardi (1994)?

No caso particular deste colóquio, o problema central a debater era o seguinte: por que razão há diferenças e semelhanças entre as línguas românicas e germânicas e suas variantes? Por que razão as línguas germânicas têm tendencialmente os adjetivos em posição pré-nominal enquanto as línguas românicas têm adjetivos em posição pré e pós-nominal? Por que razão as línguas escandinavas e o romeno têm artigos pospostos ao nome?

É a algumas destas perguntas e a outras mais específicas que os autores da introdução e dos textos procuram responder.

Na introdução, Perridon e Sleeman estabelecem semelhanças e diferenças entre as línguas românicas e germânicas, e fazem hipóteses inovadoras quanto aos mecanismos da mudança. As línguas românicas parecem ter herdado a marcação da definitude do latim tardio (pp. 3-5), enquanto as línguas germânicas a desenvolveram já depois de se terem formado as diferentes línguas (pp. 7-9). Em qualquer dos casos a categoria SDET ter-se-á desenvolvido a partir de relações frouxas entre os constituintes; a emergência do artigo e da expressão da definitude levou à gramaticalização de vários elementos adjetivais e de tipo genitivo como determinantes. No entanto, as línguas ou grupos de línguas diferem quanto à extensão da gramaticalização (p. 16); por outro lado, embora as línguas românicas e germânicas difiram em aspetos fundamentais, isso não quer dizer que as línguas de um grupo se comportem de maneira igual relativamente a um dado mecanismo: por exemplo, o artigo é sufixal em romeno e no ramo nórdico das línguas germânicas; o alemão, o islandês e o romeno conservam o genitivo (p. 17).

O interesse da introdução reside igualmente numa questão teórica geral: até que ponto a estrutura interna das expressões nominais é parte da Gramática Universal (GU)? Numa versão maximalista da GU, a variação encontrada nas estruturas nominais explicar-se-ia como resultado de escolhas paramétricas que as línguas fazem dentro das opções disponíveis na GU (p. 1). Contudo, desde a publicação de Hauser, Chomsky & Fitch (2002) e da distinção feita por estes autores entre “faculdade de linguagem no sentido lato” e “faculdade de linguagem no sentido restrito” e esta praticamente limitada à noção de “recursividade”, há uma versão minimalista da noção de GU, em que as hipóteses sobre a estrutura tendem a ser menos detalhadas e em que uma dada categoria numa dada língua não tem de estar necessariamente presente noutra língua, mesmo de forma abstrata (p. 2). A descrição da variação e mudança nas línguas românicas e germânicas fornecida pelos autores da introdução é em parte marcada por esta última conceção.

Mas continuemos a acompanhar o livro. Na parte dedicada à Variação, o livro comporta sete textos. No primeiro, de Alexiadou, Iordăchioaia e Schäfer, analisam-se formas de nominalização do infinitivo, do gerúndio e do supino, e defende-se que as categorias dentro de SCOMP (CP) que podem ser nominalizadas nas línguas românicas e germânicas variam, explicando a distribuição “gradual” de propriedades nominais e verbais nas várias construções.

Cirillo estuda a construção alemã do tipo *welche studenten alle sind gekommen?*, isto é, uma construção em que o quantificador

universal se combina com um constituinte interrogativo, mostrando que a construção é mais aceita nas línguas germânicas do que nas românicas, mas, mesmo assim, não é igual em todas as línguas germânicas e nas suas variantes.

Corver e van Koppen estudam três tipos de construções aparentadas em diferentes dialetos do neerlandês (*wat voor 'n soort boeken*, *wat voor zulke boeken*, *wat voor 'n boeken*) que significam mais ou menos o mesmo (que tipo de livros?); encontrando paralelismos entre estas construções e a de inversão de predicado no SDET (*die idioot van 'n dokter*, aquele idiota de médico), os autores acabam por propor uma análise por movimento, mostrando que a deslocação de *wat* não é permitida em todas as variantes, mas, simultaneamente, as construções em análise são variações de um “tema estrutural comum” (p.85).

Wood e Vikner analisam, numa perspectiva interlinguística, a sintaxe de *such / sådan / solch e so / så / so* em inglês, dinamarquês e alemão, recorrendo igualmente à ideia de movimento no interior de SDET e mostrando que a construção de *so e such* está a mudar os seus valores em inglês e alemão.

A sintaxe do SDET nas várias línguas escandinavas é estudada por Lohrmann: estas línguas comportam artigos ligados aos nomes (*filmen*, filme+o=o filme) mas também (neste caso, só a norma padrão do sueco, do norueguês e do faroese) a chamada “definitude dupla”, como em *den rolige filmen* (o engraçado filme+o, o filme engraçado); por vezes, o adjetivo tem também uma flexão definida e isso faz com que a definitude seja expressa três vezes. Numa análise no quadro da Morfologia Distribuída, mostra-se que esta expressão múltipla tem consequências semânticas.

Stroh-Wollin reflete sobre a relação entre estrutura e significado, uma vez que os quatro tipos semânticos de referência - referência definida, referência genérica, referência a uma parte não quantificada e referência a uma parte quantificada - não apresentam nas línguas românicas e germânicas uma relação unívoca: a referência genérica em Inglês é dada por nomes simples e nas línguas românicas por expressões definidas (*she does not like dogs* versus *elle n'aime pas les chiens*) e a referência a uma parte não quantificada é expressa em inglês por nomes simples (*there are dogs in the garden*) e por artigo partitivo em francês (*il y a des chiens dans le jardin*). Por essa razão, a autora, embora partindo de uma análise dupla, unificadora, do SDET, no quadro da Morfologia Distribuída, propõe que as diferenças entre os dois tipos de línguas se devem à diferente realização dos núcleos de SDET e de Sdet e a diferentes movimentos.

Os determinantes são estudados em dois crioulos de base lexical inglesa, o jamaicano e o sranan / suriname, por Bobyleva. Embora haja alguns determinantes que terão surgido pelo contacto com a língua lexificadora, dominam os nomes simples. A autora considera que o uso mais generalizado de nomes simples em jamaicano e sranan / suriname do que em inglês é sensível a fatores pragmáticos e não à influência da língua de substrato, o gbe.

A parte dedicada à Mudança comporta seis textos. Lucas estuda dois casos de construções com artigo definido em inglês que não têm, no entanto, interpretação definida, como em *let's go to the pub, he came to the bank of a river*. Analisando este tipo de construção em inglês médio e no início da era moderna do inglês (“Early Modern English”), o autor conclui que os artigos definidos em diacronia têm tendência para ser usados em contextos que não assinalam necessariamente definitude semântica.

Crisma estuda a emergência do artigo definido em inglês antigo, que terá ocorrido por volta do segundo quartel do século IX, defendendo uma possível influência de substrato / adstrato celta.

Cornilescu e Nicolae estudam a mudança operada entre o velho romeno, em que o artigo definido sufixal surge quer numa posição alta quer numa posição baixa no interior do SDET, como em *spre ticăloase cuvintele mele* (às minhas palavras viciosas), enquanto no romeno moderno aparece sempre no nome mais alto (*spre ticăloasele cuvinte mele*). Numa análise particularmente fina, no quadro do Programa Minimalista, os autores defendem que no romeno antigo o artigo teve a sua origem numa posição posposta de demonstrativo e que é um sufixo, legitimado por uma Concordância a Longa Distância na validação da definitude, o que explicaria a possibilidade da sua posição baixa, estratégia que coexiste com uma Concordância local para explicar a outra posição, mais alta. No romeno moderno é razoável admitir que a definitude pode ser validada na posição pré-adjetival e que se tornou essencialmente num traço de concordância.

Magni estuda construções genitivas em latim e inglês. O latim dispõe de genitivos pré-nominais, sobretudo em expressões fixas (*reliquiarum reliquias, divum deo*) e pós-nominais (*pater familias, pater deum*) e o inglês também, embora a segunda possibilidade com a preposição *of* (*the other person's nose, the nose of the other person*). A ideia central é a de que nas duas línguas a flexibilidade e a competição entre as duas ordens significa uma especialização funcional e que a explicação para a coexistência de duas construções é, portanto, diacrónica.

Van de Velde coloca a questão da universalidade de SDET e propõe que em neerlandês os adjetivos anafóricos do tipo *vermelde* (mencionado) estão cada vez mais a ser usados como determinantes na língua atual.

Déprez analisa outro caso de mudança, a verificada nas palavras negativas em Francês: *personne* parece ter evoluído de nome (*une personne, une autre personne*) para determinante (*personne d'autre*), mas passando por um valor intermédio, quantificacional, presumivelmente a ocupar a posição intermédia (NUM). Finalmente, no francês moderno, *personne* ocupa DET, ao mesmo tempo que adquire um valor negativo forte. Tanto Van de Velde como Déprez mostram, por isso, que os determinantes podem ter origem em categorias distintas. Também Perridon e Sleeman, na introdução, sustentam que o artigo nas línguas escandinavas era originalmente um demonstrativo pós-nominal.

A perspetiva comparativa assumida pelos organizadores e autores deste livro afigura-se, assim, crucial não só para o entendimento dos mecanismos de mudança e variação (inter e intra-linguística) mas também para a compreensão da natureza da faculdade de linguagem. Assinale-se que grande parte dos autores trabalha no quadro da Sintaxe Generativa, mas há também alguns que desenvolvem as suas análises num quadro funcionalista-tipológico (Bobyleva, Magni) ou numa perspetiva variacionista (Van de Velde); Van de Velde, para o neerlandês, e Déprez, para o francês, usam *corpora* diacrónicos. A análise é predominantemente sintática, mas também semântica (Stroh-Wollin) ou pragmática (Bobyleva, Lucas).

O livro é, em síntese, uma obra de leitura indispensável para todos aqueles que estão interessados na compreensão da estrutura das expressões nominais nas línguas românicas e germânicas numa perspetiva de variação e mudança.

- 1 Petra Sleeman é investigadora sénior do Departamento de Linguística da Universidade de Amsterdão; os seus principais interesses são a linguística teórica e aplicada e a aquisição de línguas germânicas e românicas. Harry Perridon é igualmente linguista da Universidade de Amsterdão e a sua área de especialidade é a mudança nas línguas germânicas e românicas.

RECENSÃO 2. GIUSTI (2015)¹

O livro *Nominal Syntax at the Interfaces: a Comparative Analysis of Languages with Articles*, de 2015, estuda a sintaxe de línguas europeias com artigos (com algumas incursões no hebreu), deixando de lado as línguas sem artigos. Trata-se de um livro difícil e exigente e que pressupõe o conhecimento da bibliografia fundamental nesta área; a sua leitura é facilitada por algumas sínteses fecundas que aparecem um pouco por todo o livro, em particular na Introdução, no final do capítulo 2 e nas Conclusões.

Uma das ideias principais do livro, exposta em várias ocasiões e em particular nas *Conclusões*, é a de que, e traduzo as palavras da autora, “os artigos definidos devem ser separados de outros determinantes uma vez que fazem parte da morfologia flexional do N, não sendo responsáveis pela interpretação definida. Por outras palavras, a presença ou ausência de artigos numa língua ou em dadas estruturas depende de propriedades flexionais quer do N[ome] quer do ADJ[etivo], ou de ambos numa dada língua” (p. 211) (minha tradução). Outra ideia importante é a de que, uma vez que nas expressões nominais há traços flexionais não interpretáveis, a sua realização está relacionada com a interface sensorio-motora e não com a interface concetual-interpretativa, como é o caso dos outros determinantes (p. 211).

Sendo estas propostas polémicas e afastadas de conceções clássicas sobre o artigo definido, é importante perceber como Giusti vai construindo as ideias centrais do livro.

Depois de uma breve Introdução, no capítulo 1, intitulado *Some Basic Tools of Analysis*, a autora apresenta o enquadramento teórico e metodológico de todo o livro, explicitando os fundamentos do Programa Minimalista. A forma da gramática, a interação entre categorias lexicais e categorias funcionais, a ideia de economia e de interpretação plena, a discussão acerca da estrutura da frase, tendo em conta a posição variável do verbo e dos advérbios, a estrutura das expressões nominais, em particular a existência de diferentes tipos de adjetivos, tudo isto é apresentado e discutido de forma elegante e concisa. Deste capítulo, resulta a convicção de algumas semelhanças entre frases e expressões nominais, mas também de inúmeras diferenças. Apesar de ser o ponto de partida dos capítulos seguintes, o capítulo vale por si só e constitui uma boa introdução à sintaxe das expressões nominais e frásicas.

No capítulo 2, *Articles at the Interfaces*, a autora discute várias aproximações das expressões nominais, em particular das

expressões nominais definidas, e vai começando a desenvolver o seu tratamento alternativo. Vale a pena acompanhar de perto a apresentação que faz de algumas dessas conceções.

A tradição semântica sobre esta matéria é marcada pela perspectiva de Frege, e mais tarde de Russell, que assenta na noção de ‘descrição definida’ e de acordo com a qual as descrições definidas são uma parte especial das expressões quantificadas. Um exemplo típico de expressão definida é representado por um N próprio, como em (1) ou por um SN com artigo definido como em (2):

- (1) Peter frowned. (Pedro franziu a testa)
 (2) The girl is happy. (a rapariga é / está feliz)

De acordo com Frege, tanto as expressões definidas em (1) e (2) como os demonstrativos e os pronomes pessoais são caracterizados pela existência de um operador *i*(ota), isto é, um índice referencial; a partir da existência desse operador é possível propor que *the* é uma das suas expressões. Mas basta comparar (1) e (2) com (3), em inglês (e noutras línguas):

- (3) The whale is a mammal. (a baleia é um mamífero)

para se concluir que o artigo, além de poder exprimir a definitude, pode ter um valor genérico. Logo na p. 56 deste capítulo, Giusti afasta-se da conceção estreita de Frege-Russell sobre artigo definido e vai sugerindo que o artigo definido *the* em inglês e noutras línguas é um meio sintático de tornar uma porção da estrutura sintática visível para operações de *spell-out*, não identificando o artigo com o operador *iota*.

A outra conceção importante é a de Abney (1987), que será desenvolvida de forma forte por Longobardi (1994). Abney põe em causa a noção tradicional de SN (Sintagma Nominal), tendo como núcleo o N, atribuindo aos determinantes o estatuto de núcleo (funcional) da projeção SDET (Sintagma Determinante). Os determinantes estão localizados em DET, a parte funcional das expressões nominais. É a chamada “DP hypothesis”, esquematizada em (4):

- (4) [_{SDET} [DET' [DET] [_{SN} [N' [N] ...]]]]

Desenvolvendo Abney, Longobardi (1994) propõe que uma expressão nominal referencial é um SDET e é no seu núcleo funcional, DET, que reside a referência. Giusti sintetiza o trabalho de Longobardi nas pp. 60 e 61 do seu livro. Compare-se os nomes próprios em italiano e em inglês:

- (5) Gianna è contenta. (A Joana está contente)
 (6) Joan is happy. (a Joana é / está feliz)

À primeira vista, os nomes próprios ocupam a mesma posição no SN nas duas línguas. No entanto, a posição dos adjetivos mostra que a posição não deverá ser a mesma:

- (7) Old John came in. (o velho João entrou)
 (8) La sola Maria è arrivata. (a Maria, sozinha, chegou)
 (9) Maria sola è arrivata. (a Maria, sozinha, chegou)

Segundo Longobardi, os exemplos mostram que em italiano o N se deverá mover para DET em sintaxe (em (9)), enquanto tal movimento é adiado para FL em inglês, como em (7). Em italiano o movimento de N para DET só pode ser adiado para FL se a posição de DET estiver preenchida por um expletivo, sem valor semântico (como em (8)). Daí o seguinte parâmetro:

- (10) N sobe para DET (por substituição) em sintaxe em italiano mas não em inglês (Longobardi 1994, p. 641, citado em Giusti 2015, p. 60).

De uma certa maneira, as expressões genéricas, com nomes de espécie, representam a situação contrária à dos nomes próprios, uma vez que, em princípio, tais Ns não têm D e o N é o local da interpretação da espécie. É o que acontece em inglês, com expressões genéricas plurais (cf. Giusti 2015, p. 61):

- (11) Girls are always happy. (as raparigas estão sempre felizes)
 (12) Dogs have four legs. (os cães têm quatro patas)

Em italiano, para que o N seja interpretado como N de espécie, um artigo expletivo deve surgir, como em (13) e (14):

- (13) Le bambine sono sempre contente. (as crianças estão sempre contentes)
 (14) I cani hanno 4 zampe. (os cães têm quatro patas)

Refira-se que o italiano pode também ter o artigo no singular como em (15), um valor que pode igualmente acontecer em inglês em frases do tipo de (16):

- (15) Il cane ha quattro zampe. (o cão tem quatro patas)
 (16) The dog has four legs. (o cão tem quatro patas)

Assim, para Longobardi, a inserção de artigo é um “processo de último recurso”, em que os nomes de espécie apresentam um artigo expletivo como forma de evitar o movimento de N para DET. Portanto, para este autor, o artigo, pelo menos em italiano, tem três valores, um valor de operador iota e dois valores expletivos: um com N próprio (8) e que desencadeia movimento de N para DET em FL e um valor de expletivo com Ns de espécie (13, 14), que impede o movimento do N para DET, quer em sintaxe quer em FL. Em inglês, o autor considera também dois valores do artigo, um equivalente ao operador iota e outro expletivo, com Ns de espécie no singular (16), este inserido para evitar uma interpretação de nome massivo; quer dizer, em inglês a inserção dos artigos expletivos teria duas razões muito distintas (p. 61).

Giusti enumera nas pps. 62-64 do livro as principais questões levantadas por este tratamento: (i) uma das questões relaciona-se com o tratamento dos expletivos: enquanto a nível frásico (*C'eranno bambine, There were girls*) o expletivo é coindexado com um SN pós-verbal que se move em FL para substituir o expletivo e apagar os seus traços não interpretáveis, no domínio das expressões nominais e no que se refere aos Ns de espécie em italiano, o artigo expletivo seria inserido para impedir o movimento de N para D; e em inglês para impedir uma interpretação de N massivo. Ora, não se percebe por que razão nos Ns de espécie o artigo expletivo é suprimido em FL e, se não for suprimido, por que razão o Princípio da Interpretação Plena não é violado (p. 63). (ii) A segunda questão relaciona-se com o estatuto de projecção máxima dos expletivos ao nível frásico (*ce, it, there*) e com o estatuto de núcleo dos artigos (p. 63); (iii) a terceira questão tem a ver com o facto de o inglês, que é uma língua de morfologia pobre e, portanto, de legitimadores pobres, admitir operadores nulos existenciais (como em (12)) e em italiano, língua de morfologia rica e que, no domínio verbal, legitima sujeitos nulos, precisar afinal de artigos expletivos nas expressões nominais em, pelo menos, dois tipos de contextos (p. 63); (iv) a quarta questão relaciona-se com as línguas sem artigos: será que estas línguas têm contrapartes nulas dos diferentes valores dos artigos? (p. 64); (v) a última questão relaciona-se com a variação interna às línguas (p. 64).

Esta última crítica é inteiramente justa. Na verdade, apesar de Longobardi ter apresentado (10) como um parâmetro diferenciador entre línguas românicas e germânicas, sabemos hoje que nestas línguas há meios distintos quanto à inserção de artigo com Ns comuns, nomes próprios e nomes de espécie: o francês tem artigo partitivo para a interpretação existencial (*J'ai mangé des pommes, comi morangos*); o alemão admite ocasionalmente artigos com Ns próprios (*der Hans ist gekommen, nicht Fritz, o João chegou, não o Fritz*) e tem artigos definidos explícitos com nomes de espécie, como em *Der Wal ist ein Säugetier, a baleia é um mamífero, entre outros dados*. E há muita variação interna. Basta lembrar o caso do português do Brasil, que, como estudado por Schmitt & Munn (1999) (trabalho aliás referido por Giusti), Müller & Oliveira (2004), Brito & Lopes (2016), entre outros, admite nomes contáveis no singular como argumento interno, como em (17) e nomes de espécie singulares em posição de sujeito, como em (18), entre outros fenómenos:

(17) Ele comprou computador.

(18) Criança briga uma com a outra.

Tudo isto mostra que o tratamento de Longobardi (1994), embora atraente, tem problemas.

Uma outra abordagem é a de Chierchia (1998), que Giusti resume nas pps. 65-67, embora ilustrada com muito poucos exemplos. Chierchia distancia-se da visão longobardiana de que todas as expressões nominais em posição argumental são SDETs, mas também não considera que todas as expressões nominais sem artigos sejam só um SN. De acordo com o autor, interessado sobretudo em perceber como se realizam as expressões nominais sem artigos em posição argumental, as línguas variam naquilo que uma expressão nominal pode denotar: nalgumas línguas um SN denota um predicado; noutras línguas um SN pode denotar um N de espécie ou um indefinido fraco; noutras línguas pode mesmo denotar expressões referenciais. De acordo com o *Nominal Mapping Parameter*, há três tipos de línguas conforme combinam os traços [+/-pred] e [+/-arg]. O chinês combina [-pred +arg] e todos os Ns lexicais são massivos e não podem ser plurais, como em (19):

- (19) Wò kànjiàn xióng le (eu vi (alguns) ursos) (Chierchia 1998, p. 354)

Nessa língua todas as expressões nominais são puros SNs.

Nas línguas em que há distinção massivo / contável e que pluralizam os nomes contáveis, há duas situações: na combinação [+pred +arg] há artigos, como nas línguas germânicas, veja-se por exemplo (20):

- (20) The apple is a fruit. (a maçã é um fruto)

Mas pode não haver artigos, como nas línguas eslavas; veja-se (21a, b), exemplos do russo; o mesmo acontecerá presumivelmente no latim, ilustrado em (21c):

- (21) (a) Яблоко фрукт (a maçã é um fruto)
 (b) девушка красива (a rapariga é bonita)
 (c) Puella pulchra est (a rapariga é bonita)

Nessas línguas temos SNs que contêm Nomes de espécie (21a) e indefinidos; e SDETs definidos com DET nulo (21b, 21c).

Na combinação [+pred -arg] projeta-se um SDET em todas as circunstâncias, havendo aqui dois tipos de línguas: línguas com determinante nulo para a interpretação existencial, como acontece em posição argumental em italiano (22a) e línguas em que idênticos contextos têm artigos e quantificadores explícitos, como em romeno (22b) e francês (22c):

- (22) (a) Ho mangiatto mele. (comi maçãs)
 (b) Am mâncat (niște) mere. (comi maçãs)
 (c) J'ai mangé des pommes. (comi maçãs)

O livro explora algumas consequências e predições destas três concepções (Frege/Russell, Abney/Longobardi e Chierchia) nas pp. 78-81. Uma das predições é a de que o artigo definido teria um significado comum nas línguas que o têm. Ora, vários autores têm mostrado que tal não se verifica: veja-se, entre outros, Matthewson (1998, p. 25), que, a partir de estudos de várias línguas, mostra valores distintos do artigo definido (citada por Giusti 2015, p. 78):

- (i) Inglês: definitude (mas também valor expletivo, como vimos acima);
- (ii) Turco, polinésio: especificidade;
- (iii) Bella Coola (língua da comunidade de Bella Coola Valley, na Colúmbia Britânica, Canadá): visibilidade
- (iv) St'at'imcets (ou lillooet, também falada na Colúmbia Britânica, Canadá): proximidade.

Outra das predições seria que quantificadores e artigos definidos ocupariam a mesma posição. Ora sabemos que afinal coocorrem em muitas línguas; veja-se os exemplos em (23), de coocorrência do Q universal e artigo definido (cf. Giusti 2015, p. 79):

- (23) (a) tutti i ragazzi (todos os rapazes) (italiano)
 (b) kol há-yeladim (todos os rapazes) (hebreu)
 (c) all the boys (todos os rapazes) (inglês)
 (d) tákem i smelhmúlhats-a (todas as mulheres) (st'at'imcets)

Por outro lado, demonstrativos e artigos definidos deveriam ter distribuição complementar; mas também sabemos que eles podem coocorrer em certas línguas (como nos exemplos, simplificados, apresentados, em (24)) (Giusti 2015, p. 79):

- (24) (a) baiutul acesta (aquele rapaz) (romeno)
 (b) el noi aquest (aquele rapaz) (catalão)
 (c) an fear seo (aquele rapaz) (irlandês)
 (d) ez a fiú (aquele rapaz) (húngaro)
 (e) afto to pedi (aquele rapaz) (grego)
 (f) to pedi afto (aquele rapaz) (grego)

Também em espanhol há esta coocorrência (veja-se Brugè (1996), na síntese que desse estudo faz Carvalho (2011: 54):

- (25) (a) El chico alto este/ese vive cerca de casa. (esse rapaz alto que vive perto de casa)
 (b) El libro (viejo) este suyo de sintaxis no me convence. (esse livro (antigo) seu de sintaxe não me convence)

E, mesmo em português Mória (1993, p. 2) indica que este tipo de exemplos pode ocorrer “em certas regiões do sul de Portugal” (também referidos em Carvalho 2011, p. 60):

- (26) (a) E o tempo este que não melhora!
 (b) O livro este que nunca mais acaba!

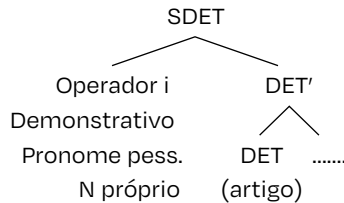
Finalmente, nenhuma das concepções expostas é verdadeiramente capaz de explicar o fenómeno de “definitude dupla” ou de “determiner spreading”, isto é, a existência de línguas com duas expressões do artigo definido na mesma expressão nominal (ver os exemplos de Giusti da p. 80):

- (27) (a) *det store huset* (a casa grande) (norueguês)
 (b) *pul'il'i nitsl'i* (os pequenos pássaros) (arvantovlaxika, um dialeto romeno falado na Macedónia grega)
 (c) *ha-dira ha-gdola* (o grande apartamento) (hebreu)

De acordo com Giusti (ver em particular, pp. 78, 80), estes e outros fenómenos põem em causa que o artigo definido (os pronomes, outros quantificadores e determinantes) sejam sempre núcleos funcionais das expressões nominais em sintaxe; mostram que a mais alta categoria funcional numa expressão nominal não tem forçosamente de ser DET; e que os determinantes não são uma classe homogênea.

Em síntese, de acordo com Giusti, ao contrário do que é comumente aceite, os artigos e o que se chama em geral DET, o núcleo de SDET, não é portador de referência. Nesta perspetiva, o que se propõe é que o operador iota, o demonstrativo, o pronome pessoal, um N próprio, ocupem o mesmo lugar na estrutura, a posição de especificador de SDET, e que os artigos sejam a realização *overt* de um traço funcional, de caso abstrato. Se tal traço for realizado de outro modo, o artigo não precisa de ser realizado em DET (ver a estrutura em (28)). De acordo com o Princípio de Economia, em certas línguas nunca é realizado, enquanto noutras é realizado nalguns contextos sintáticos (ver pp. 56-7 do livro):

(28)



No cap. 3, *On Feature Sharing and Feature Spreading*, a autora considera, na linha do Programa Minimalista, que a operação *Merge* (Compor), é responsável por dois tipos de relação: seleção (de argumentos) e modificação; contudo, propõe que a partilha de traços no interior de categorias nominais e fráscas não é o resultado de um único processo sintático, mas sim de três processos: *Agree* (Acordo), *Concord* (Concordância) e *Projection* (Projeção).

O Acordo é o processo pelo qual um argumento, uma fase, na conceção chomskiana, selecionado por um núcleo, reentra na computação, em geral por movimento, como parte do predicado de uma nova fase. Nesta operação, são sobretudo os traços de pessoa que são relevantes. É o que acontece, por exemplo, em húngaro, em que o possuidor recebe o caso nominativo e o possuído é flexionado em traços de pessoa e número do possuidor:

(29) az en kalapom (o meu chapéu)
o 1.Nom chapéu.1.Nom

Giusti desenvolve este tipo de análise para outras línguas (búlgaro, checo, romeno, hebreu e mesmo para os possessivos em italiano), defendendo que há um processo de Acordo de traços de pessoa, embora tais traços possam não ter uma realização explícita, como no húngaro (pp. 86-104).

O processo de Concordância copia os traços do N (de Género, Número, Caso), operando geralmente entre modificadores, por exemplo adjetivos, e categorias modificadas, a parte nominal das expressões nominais, podendo coexistir com o Acordo (pp. 104-106).

A Projeção é desencadeada por operações múltiplas de Compor interno (movimento) do núcleo, sendo que, no caso das expressões nominais, o movimento do N não é mais do que a realização de segmentos do N movido (“remerged”). No subcapítulo dedicado à Projeção (pp. 116-126), a autora propõe que o que é normalmente chamado categoria funcional é um segmento de um núcleo “scattered” (disperso), como é o caso dos artigos, dos complementadores e de algumas preposições ou de um tipo de indexical, como os pronomes. Assim, o paradigma do N é disperso em inglês (*the ... child*) e em italiano (*il ... ragazzo*), mas não em romeno (*baiatul*). O artigo é a contraparte do morfema de Caso e o inglês e o italiano teriam uma distinção partitivo / não partitivo, em que o artigo é a realização do não partitivo, que ocorre quando a expressão nominal tem um indexical não explícito a veicular a interpretação referencial (p. 119).

No capítulo 4, *On the Different Nature of the So-called Determiners*, a autora compara os artigos com quantificadores, com demonstrativos, com possessivos, com pronomes pessoais e com Ns próprios, para propor que os traços exibidos pelos artigos são morfologia nominal (Caso, Número, Género, nas línguas europeias) e que os artigos não têm traços semânticos inerentes. Como já se viu acima, os demonstrativos, os pronomes pessoais, os nomes próprios são indexicais em várias línguas. Os possessivos são fases independentes e contribuem para a especificação do referente da expressão nominal por *Agree* e por *Merge* em relação a traços de

Pessoa, numa posição de especificador de uma projeção alta. A análise reforça a distinção entre todos estes constituintes e os artigos definidos, considerados os verdadeiros núcleos funcionais, porque são um segmento do núcleo nominal “scattered” (disperso) e são a pura realização de morfologia nominal.

O cap. 5, *Articles as Scattered Ns*, desenvolve a ideia de artigos como Ns dispersos e mostra que as noções de Concordância e de Projeção podem dar conta de quatro fenómenos aparentemente não relacionados: o artigo enclítico como pronominalizador em romeno (*fratele bun*, o irmão bom) (pps. 166-174)); o artigo proclítico em italiano, como em construções de elipse nominal (*Ho tenuto il tavolo vecchio e ho dato via il nuovo*, eu fiquei com a mesa antiga e dei a nova) (pps. 174-181); a dupla definitude nas línguas escandinavas, como no norueguês (*det store huset, a grande casa-a*, a casa grande) (pps. 181-184); e a inserção de artigos como marcadores de caso oblíquo em alemão (veja-se *Ich ziehe Kaffee dem_{DAT} Tee vor*, eu prefiro café a chá), que contrasta com a ausência de artigos com nomes massivos, como em *Ich trinke gern Kaffee*, eu bebo muito café (pp. 184-188).

No cap. 6, *Articles as Adjectival Concord*, é proposto que muitas vezes o artigo é inserido para realizar a Concordância entre ADJ e N. Assim, o capítulo mostra que as noções de Concordância e de Projeção interatuam para produzir três efeitos aparentemente não relacionados com a flexão adjetival: é o que acontece com os chamados artigos adjetivais, como em muitas línguas dos Balcãs (veja-se *djali i mirë*, o rapaz o lindo, o lindo rapaz, albanês) (pp. 189-202); a flexão de *quel* e *bel* em italiano seria também efeito da presença de artigo como parte da morfologia nominal dispersa (veja-se *quel vicino*, aquele vizinho / *quegli amici*, aqueles amigos / *quei vicini*, aqueles vizinhos, e também *bel mare*, belo mar, *begli occhi*, belos olhos, *bei soli*, lindos sóis) (pp. 202-206). Finalmente, de acordo com a autora, o ADJ em alemão seria sempre não flexionado, mas a sua flexão (forte ou fraca) enquanto adjetivo adnominal seria o resultado de segmentos do N disperso, como em *die sympatische Frau*, a simpática mulher / *eine sympatische Frau*, uma simpática mulher (pp. 206-210).

O livro termina com as Conclusões, abundantes referências bibliográficas e um índice temático.

Estamos, pois, perante um livro exigente e extremamente inovador, baseado num conhecimento teórico e das gramáticas das línguas descritas verdadeiramente excepcional, que, a partir da data da sua publicação, constitui, sem dúvida, uma obra de referência imprescindível para todos os que se interessam pela sintaxe e semântica das expressões nominais numa perspetiva comparada.

- 1 Giuliana Giusti é professora de Linguística na Universidade de Ca'Foscari, em Veneza, e a sua investigação tem como principal foco a sintaxe comparada das expressões nominais.

PARTE III

— RELAÇÃO LÉXICO-SINTAXE A PARTIR DE CATEGORIAS MISTAS

CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS III¹

Esta parte do livro trata, como anunciado anteriormente, da relação entre léxico e sintaxe a partir de algumas categorias consideradas “mistas”, com propriedades nominais e verbais – as nominalizações deverbais e o infinitivo nominal –, com propriedades nominais e adjetivais – os adjetivos relacionais –, ou com propriedades nominais e frásicas.

O tema central dos capítulos 10, 11, 12 e 13 são as nominalizações deverbais, um tipo de derivação exocêntrica que interessa à morfologia, ao léxico e à sintaxe e que está no centro de discussões intensas sobre a forma e a arquitetura da gramática.

Na Gramática Generativa, têm sido muito distintos os tratamentos sobre nominalizações deverbais. Nos anos 60 do século XX houve uma primeira tentativa de tratar as nominalizações deverbais na Sintaxe: Lees (1960) propôs que (1b)

deriva por transformação de uma estrutura próxima da de (1a); estávamos então no período altamente transformacionalista da Gramática Generativa.

- (a) John has refused the offer
- (b) John's refusal of the offer

Em *Remarks on nominalization*, texto de Chomsky de 1970, o autor critica tal tratamento por ele envolver muitos mecanismos dificilmente motivados (inserção, deslocação) e propõe que as nominalizações deverbais são construídas no léxico; daí que o seu artigo seja considerado por alguns autores o berço do lexicalismo.²

Comentando o famoso texto de Chomsky, Marantz (1998) recorda que os argumentos contra um tratamento transformacionalista das nominalizações deverbais já não eram novos ao tempo em que Chomsky escreveu as *Remarks* e por isso considera, num tom algo provocatório, que a questão crucial neste texto não é tanto propor um tratamento lexicalista das nominalizações mas estender as regras de base aos Ns, permitindo que elas tomem complementos, e articulando-as à Teoria X Barra. Segundo Marantz, o que é relevante para Chomsky, neste texto, é mostrar que a relação núcleo-complemento deve ser interpretada da mesma maneira quando está em causa um V e um N e que N e V devem ser distinguidos por alguma propriedade, por algum traço; e é assim que os traços [+/-N, +/-V] surgem para caracterizar as categorias lexicais.³

Assim, a partir da “desmontagem” dos argumentos chomskianos a favor da formação das nominalizações no léxico, Marantz vai desenvolvendo um modelo, a Morfologia Distribuída, em que não há distinção entre léxico e sintaxe e em que, no que diz respeito a processos de nominalização deverbal, não há Vs e Ns com as respetivas estruturas argumentais num nível que se possa chamar léxico, porque o que há são raízes e as palavras complexas vão sendo construídas em sintaxe. Assim, a gramática construiria palavras na sintaxe pelos mesmos mecanismos (“compor” e “mover”) em que se constroem frases e isso significa que “compor” dois constituintes seria uma função das categorias dos constituintes envolvidos, não da operação “compor” propriamente dita.

Esta não é, no entanto, uma posição pacífica (para uma apresentação de várias abordagens ver Ramchand & Reiss 2009, pp. 5-8, e ainda capítulo 1 deste livro).

De facto, num extremo temos os que defendem que os processos morfológicos operam no léxico; no outro extremo, temos

os que defendem uma abordagem sintaticista da formação de palavras, em particular da derivação.

No lado lexicalista situam-se todos os autores que advogam a favor da distinção entre morfologia e sintaxe. Ackema & Neeleman (2007), por exemplo, conservam a distinção entre as duas componentes, considerando que a morfologia é a sintaxe das palavras, na medida em que se, por um lado, partilham certas noções (etiquetas categoriais, a operação compor, c-comando, argumento), por outro lado têm também operações específicas e primitivos que as distinguem. Numa posição semelhante, Williams (2007) advoga a favor da distinção entre as duas áreas, renova algumas das assunções já propostas em Di Sciullo e Williams (1987) e considera que o “sistema das palavras” é distinto do “sistema dos sintagmas” (designações que prefere a morfologia e sintaxe), uma vez que, para o autor, existem contra-argumentos às posições fortes da Morfologia Distribuída.⁴

No outro extremo, na abordagem sintaticista da formação de palavras, além do já referido modelo da Morfologia Distribuída, outros autores defendem que não há distinção entre morfologia e sintaxe. Julien (2007) considera que a própria noção de palavra é um epifenómeno, baseado em condições sintáticas, e que muitas palavras podem ser derivadas de relações núcleo-núcleo, núcleo-especificador do complemento, especificador-núcleo, combinada com certas possibilidades de colocações morfémicas. Svenonius (2007) defende que a morfologia opera segundo os mesmos tipos de estruturas hierarquicamente ordenadas e os mesmos primitivos que a sintaxe, mas também que há movimentos em morfologia do mesmo tipo da linearização palavra-palavra. Também para Embick e Noyer (2007) a única componente generativa é a sintaxe, sendo as palavras introduzidas nos nós terminais das estruturas sintáticas; no entanto, a existência de alguns contraexemplos a um *mapping* direto entre morfologia e sintaxe fá-los propor algumas regras pós-sintáticas, depois de “Spell-out” e prévias à inserção do vocabulário, além de regras fonológicas que podem alterar a ordem linear dos morfemas. Comentando este aspeto da teoria, Ramchand & Reiss (2007: 6) afirmam que um tal peso das operações pós-sintáticas pode sugerir que os autores estão a construir, de uma outra maneira, uma componente morfológica.

Igualmente Alexiadou (2001), adotando o modelo da Morfologia Distribuída, propõe que a formação de nomes e de verbos é feita em sintaxe a partir de raízes acategoriais, dando muita força às categorias funcionais, propondo em particular que

as nominalizações deverbais partilham com as frases a categoria Sv (sintagma verbal pequeno ou leve) e SASP (sintagma aspetual) (ver, a este propósito, o capítulo 11).

Em Alexiadou, Iordăchioia & Schäfer (2011) os autores incluem outras categorias funcionais na “camada” nominal (SDET, SNUM, SCLASS, SPOSS) e na “camada” verbal (ST, SVOZ), de modo a tentar descrever outras categorias mistas, como os supinos e os infinitivos no romeno, os infinitivos nominalizados em espanhol e italiano, o gerúndio em alemão e em inglês.

Como se disse acima, os capítulos que se seguem estudam vários casos de nominalização deverbal e de nominalização do infinitivo.

O capítulo 10 aborda aspetos gerais das nominalizações deverbais, nomeadamente as leituras de evento e de resultado de acordo com Grimshaw (1990), que constitui uma obra de referência sobre este tema.

O capítulo 11, resultado de trabalho conjunto com Petra Sleeman, trata de um caso específico de nominalizações deverbais, as derivadas de Vs transitivos com o sufixo *-ção* e similares noutras línguas, e está construído a partir do modelo de Alexiadou (2001). Nesse capítulo apresentam-se alguns aspetos críticos à abordagem de Grimshaw, mostrando-se que há uma gradação de valores verbais e nominais nas nominalizações mais fina do que a proposta pela autora.

O capítulo 12 estuda as nominalizações deverbais em *-da*, um processo derivacional bastante comum em português e propõe-se que esta forma deve ser vista como resultado de dois morfemas, *-d*, do participio verbal e *-a*, ligado ao valor de evento.

O capítulo 13 estuda as nominalizações derivadas de Vs inacusativos e a possibilidade de alguns dos argumentos desses verbos se realizarem através de adjetivos relacionais temáticos. Além de mostrar uma variação de gramáticas em espanhol e português, o capítulo reforça a ideia, já transmitida nos capítulos anteriores, de que a estrutura de evento e a estrutura argumental não estão tão estreitamente ligadas como preconizava Grimshaw (1990).

O capítulo 14 analisa o infinitivo nominal em português, distinguindo-o, em particular, da nominalização de oração infinitiva.

Comum aos capítulos apresentados há uma certa simpatia pela Morfologia Distribuída. Atualmente sinto alguma distância relativamente a este quadro teórico (cf. Brito 2022a); no entanto, creio que os capítulos que se seguem contribuem para um melhor entendimento das propriedades dos fenómenos estudados.

Finalmente, a parte III termina com o capítulo 15, um texto muito abrangente e que dialoga com outros contidos neste livro: o

tema central é a comparação de diversos aspectos da sintaxe dos SN, da frase simples e da frase complexa, tentando responder a duas questões principais: têm os SNs / SDETS propriedades frásicas? Têm as frases propriedades nominais? Este capítulo não teria sido possível sem a colaboração com a Gabriela Matos, com quem redigi mais do que um texto nesta área.

- 1 Esta introdução parte de Brito (2012a); dada a sua abrangência, o texto surge dividido, surgindo em três lugares do livro: no capítulo 1 da parte I, nesta introdução e no capítulo 11 da parte III.
- 2 Cf. as palavras de Chomsky (1970, p. 188): “podemos estender as regras de base para acomodar os nominais derivados diretamente (referir-me-ei a isto como a “posição lexicalista”), simplificando a componente transformacionalista; ou alternativamente podemos simplificar as estruturas de base, excluindo estas formas e derivá-las por alguma extensão do aparato transformacionalista (a “posição transformacionalista”) (minha tradução).
- 3 Cf. de novo as palavras de Chomsky (1970, p.190): “uma grande variedade de itens aparece no léxico com traços selecionais e de subcategorização estrita, mas com uma escolha de traços associados às categorias lexicais nome, verbo, adjetivo. A entrada lexical deve especificar que os traços semânticos são em parte dependentes da escolha de um ou outro desses traços categoriais” (minha tradução).
- 4 Relativamente a nominalizações deverbais, Williams (2007) considera que *destruction* em inglês não pode ser visto como o “spell-out” de uma raiz *destroy* no contexto de DET, uma vez que o inglês dispõe de *destroy* e *destruct*. No entanto, esta crítica não parece ser válida, uma vez que para a Morfologia Distribuída a possibilidade de alomorfia existe e precisamente um dos exemplos dados pelos seus defensores é a alomorfia entre *destruct* / *destroy* em inglês.

10 ——— INTERPRETAÇÕES EVENTIVA E RESULTATIVA DAS NOMINALIZAÇÕES DEVERBAIS¹

Neste capítulo descreve-se brevemente alguns aspetos sintáticos e semânticos das nominalizações deverbais. Não querendo ainda tomar qualquer posição teórica sobre o tema, limitar-nos-emos a apresentar a abordagem de Grimshaw (1990) e a sua distinção entre interpretação eventiva e resultativa das nominalizações deverbais.

10.1 ——— NOMES E VERBOS: PARALELOS E DIFERENÇAS

Na maioria das línguas do mundo existem nomes (Ns) e verbos (Vs), duas classes de palavras bem distintas e reconhecidas desde os primeiros gramáticos.

Em línguas de morfologia rica, como é o caso das línguas românicas e do português em particular, há muitos nomes e verbos com a mesma raiz, existindo nomes formados por um processo de derivação verbal, adquirindo, por isso, algumas propriedades dos verbos de que derivam: veja-se *ocupar / ocupação, chegar / chegada, examinar / exame*.

Essa proximidade repercute-se no facto de os nomes deverbais e os verbos correspondentes poderem tomar complementos:

- (1) (a) A Indonésia ocupou Timor-Leste.
- (b) A ocupação de Timor-Leste

Alguns dos complementos seleccionados por Ns e Vs são categorialmente idênticos, os preposicionais:

- (2) (a) O avião chegou *ao aeroporto* com duas horas de atraso.
- (b) A chegada do avião *ao aeroporto* com duas horas de atraso

Porém, há aspetos divergentes entre Ns e Vs que são bem conhecidos:

- há em geral opcionalidade de presença de complementos dos Ns (3b, 3c), o que não acontece com os Vs correspondentes (3a) (mas ver adiante a posição de Grimshaw sobre este tema):
 - (3) (a) * A Indonésia ocupou.
 - (b) A ocupação deu-se em 1975.
 - (c) A ocupação de Timor-Leste deu-se em 1975.
- em línguas como o português, que perdeu a flexão casual nos nomes, há presença obrigatória de preposições a preceder os

complementos nominais, ao contrário dos Vs transitivos, que são capazes de atribuir caso acusativo. Veja-se (1a) e (1b) *versus* (1c), que é agramatical:

(1) (c) * A ocupação Timor-Leste

Outro aspeto que distingue Ns e Vs e que aqui nos interessa particularmente é o facto de os nomes deverbais (ou nominalizações deverbais) que, em abstrato, herdariam a interpretação dos Vs correspondentes, poderem ter diferentes tipos de significado: o significado eventivo e o significado resultativo.

10.2 ——— NOMINALIZAÇÕES DEVERBAIS DE EVENTO E DE RESULTADO

Frequentemente há Ns deverbais distintos para cada uma das interpretações referidas: *ocupação*, por exemplo, é um N tipicamente eventivo; assim, em (1b), (3b) e (3c) faz-se referência a um acontecimento ocorrido num determinado intervalo de tempo; outros Ns, como *relatório*, designam objetos ou entidades que são resultado de um evento anterior.²

Há ainda Ns ambíguos entre uma leitura eventiva e uma leitura resultativa: incluem-se neste grupo Ns como *exame*, *tradução*, *expressão*, *descrição*, *demonstração*, uma vez que tanto podem designar o objeto resultante de um dado evento como o próprio evento (cf. Milner 1982, Busse & Vilela 1986, Grimshaw 1990, Brito & Oliveira 1997 e ainda o capítulo seguinte).³

Os exemplos seguintes ilustram as duas interpretações possíveis de *exame*, assim como um caso de ambiguidade:

- (4) (a) O exame do médico ao doente demorou uma hora.
(evento)
(b) O exame (ao sangue) está em cima da mesa.
(resultado)
(c) O exame (de linguística) está em cima da mesa.
(resultado)
(d) O exame é difícil. (ambíguo)
(e) O exame demorou muito. (evento)

Em (4a) denota-se o evento que consiste no facto de um médico ter examinado um doente numa hora; em (4b) e (4c) refere-se um exame (quer seja ao sangue quer seja de uma dada unidade curricular), em qualquer dos casos, uma realização material. Em (4d), dado que o predicado (é difícil) é um predicado estativo e como não existem mais informações contextuais, tanto pode designar-se o evento de examinar como a realização material que é resultado

desse evento. Em (4e), com um predicado verbal como *demorou*, um predicado não estativo associado a duração, a interpretação é eventiva. Como os exemplos já revelam, a natureza lexical do predicado, assim como o tempo e o aspeto verbais têm muita importância para a interpretação a atribuir aos nomes deverbais, neste caso na posição de sujeitos oracionais.

10.3 ——— O TRATAMENTO DE GRIMSHAW (1990) SOBRE NS DE EVENTO E NS DE RESULTADO

No seu livro de 1990, e para além da distinção entre a interpretação de evento e de resultado dos nomes deverbais, Grimshaw propôs que, por detrás dessa distinção semântica, há outra distinção, menos visível: os Ns deverbais resultativos (como *relatório*) e os Ns de evento simples como *acontecimento*, *viagem*, tal como os nomes não derivados em geral, não têm estrutura argumental e não têm estrutura de evento, enquanto os Ns deverbais de evento, que a autora chama complexos, como *ocupação*, *destruição* (e que na terminologia de Vendler 1967 e Moens 1987 seriam “accomplishments” ou processos culminados) têm uma estrutura argumental própria e uma estrutura de evento, que legitima a presença de certos modificadores aspetuais ou outros.⁴

Para fundamentar a sua proposta, Grimshaw baseia-se, entre outros fatores, na opcionalidade dos argumentos dos Ns resultativos, em confronto com os Ns eventivos, em que o argumento interno é considerado obrigatório. Traduzo diretamente do inglês para o português os seus exemplos das pp. 51 e 52, aqui apresentados como (5a) e (5b), de modo a começarmos a perceber se as suas propostas são generalizáveis. (5a), contendo um nome de evento, é agramatical pela ausência do argumento interno, enquanto (5b) é gramatical por explicitar o argumento interno *aos papéis*:

- (5) (a) * O exame deliberado / intencional do / pelo instrutor demorou muito tempo.
 (b) O exame deliberado / intencional aos papéis do / pelo instrutor demorou muito.

Baseando-se em Higginbotham (1985) e Di Sciullo e Williams (1987), Grimshaw adota a proposta segundo a qual os Ns eventivos, para além de terem uma estrutura argumental, têm um argumento Evento (E), sugerindo que E é o argumento externo. A fundamentação para esta proposta é a presença de certos modificadores adjetivais como *inesperada* em (6), em que o

adjetivo modifica o evento e não o argumento Agente (implícito) ou o argumento Tema (Grimshaw 1990, p. 65):

(6) a inesperada observação do buraco negro

Também adjetivos aspetuais como *frequente* modificam o evento e não os argumentos do N eventivo. Veja-se os exemplos em (7) (ver Grimshaw 1990, p. 50 para o inglês):

(7) (a) A expressão é importante.

(b) A expressão frequente dos nossos sentimentos é importante.

(c) * A expressão frequente é importante.

Em (7a) quando o N *expressão* não vem acompanhado de argumentos, o exemplo é ambíguo. Quando vem acompanhado de argumentos, como em (7b) o N é de evento, legitimando o adjetivo *frequente*. Quando o N está isolado, sem complementos, como em (7c), o mesmo adjetivo é ilegítimo.

Diga-se, desde já, que para alguns falantes do português um exemplo como (7c) não é agramatical em contextos do tipo: *Para uma criança a expressão frequente é importante*; ou ainda: *numa terapia psicanalítica, a expressão frequente é importante*, o que mostrará que em certos contextos o argumento interno do N pode estar omitido sem que a interpretação eventiva se perca completamente, podendo então o nome coocorrer com certos adjetivos aspetuais.

Também o adjetivo *constante* é apresentado pela autora como um modificador do N eventivo; daí a agramaticalidade de (8b) porque o N *distribuição*, não tendo argumentos expressos, só poderia ser interpretado como resultativo, não legitimando, por isso, o referido adjetivo (cf. para o inglês, Grimshaw 1990, pp. 50-51):

(8) (a) A distribuição deve ser evitada.

(b) * A distribuição constante deve ser evitada.

(c) A distribuição constante de exercícios difíceis deve ser evitada.

Grimshaw é forçada a reconhecer que, para o inglês, adjetivos como *frequent* e *constant* podem ter “outros usos”, modificando o nome mesmo sem a presença do argumento interno (*loc. cit.*, p. 51); veja-se o exemplo correspondente em português:

(d) As distribuições constantes / frequentes foram evitadas pelos estudantes.

Outro critério apontado pela autora para distinguir entre Ns resultativos e Ns eventivos é a forma dos DETs. Enquanto o ART DEF pode introduzir quer um N resultativo quer um N de evento, o ART INDEF e o DEM introduzem apenas um N resultativo:

- (9) (a) Eles observaram a distribuição do problema.
 (b) * Eles observaram uma / esta distribuição do problema.
 (tradução direta do ex. (17b) da autora).

Quanto ao critério do número, a autora propõe que só com o singular é que certos Ns deverbais têm uma leitura eventiva: o exemplo relevante, traduzido do inglês e apresentado como agramatical, é o seguinte:

- (c) * As distribuições dos problemas demoraram muito tempo.

Como já acima referido, Grimshaw (1990) apercebe-se de que alguns exemplos que considera agramaticais podem ser gramaticais numa leitura de resultado, como é o caso do exemplo (9c) e por isso escreve: “I believe that this is due to a process of type shifting by which the event nominal can be treated as though it referred to an individual rather than an event.” (p. 55). E acrescenta: “Under a shifted interpretation a complex event nominal will systematically violate the criteria discussed here.” (*loc. cit.* p. 56)

Quer dizer, a autora reconhece que a violação dos critérios apresentados mostra que alguns nomes deverbais têm capacidade de mudar de tipo semântico.

10.4 ————— CONCLUSÃO

Acabámos de ver que, para Grimshaw (1990), os nomes de evento (“complex event nominals”, aqueles que incluem um processo e um resultado),

- têm argumentos obrigatórios;
- são usados com artigo definido;
- admitem modificadores aspetuais, como adjetivos do tipo *frequente* e *constante* no singular;
- só ocorrem no singular.

Pelo contrário, os Ns de resultado:

- não têm leitura eventiva;
- não tem argumentos obrigatórios;
- podem ser usados com artigo indefinido;
- podem combinar com modificadores do tipo *frequente* e *constante* no plural;
- podem ocorrer no plural.

Pelo alcance da proposta anterior, o tratamento de Grimshaw (1990) constitui um marco no estudo das nominalizações deverbais. Contudo, tal abordagem não está isenta de críticas. Algumas dessas críticas foram formuladas por Brito & Oliveira (1997), para o português, e mais tarde por Sleeman & Brito (2010) e a esses aspetos nos referiremos nos capítulos seguintes.

- 1 Este capítulo parte de Brito (1996b), com cortes e pequenas alterações. Algumas notas de rodapé foram acrescentadas.
- 2 Rio-Torto *et al.* (2013), baseados sobretudo na investigação de Alexandra Rodrigues, defendem que em PE as leituras dos nominais deverbais dependem não apenas dos traços semânticos da raiz verbal (essencialmente das raízes verbais inergativas, transitivas e inacusativas) mas também dos sufixos disponíveis para cada uma das leituras. Assim, para a leitura de evento, o português dispõe dos sufixos: *-ção, -dura, -agem, -ária, -mento, -ão, -ido, -da, -ncia, -nça, -nço, -ice, -dela, -ço, -tório, -deira, -eira* (p. 157). Para a leitura de entidade ou de indivíduo, o PE tem: *-dor, -dora, -nte, -douro, -doura, -ao, -vel, -deiro, -deira, -ório/a, -tório/a, -al* (pp. 180-1). O livro analisa ainda os nomes deverbais não sufixados, como os que são formados por conversão (pp. 207-211).
- 3 Brito & Oliveira (1997) propõem que um dos critérios mais importantes para verificar a leitura de evento, quando a nominalização é o sujeito da frase, é o uso de predicados verbais como *prolongar-se (durante X tempo), começar no tempo X, durar X tempo, decorrer de X a Y, ser lenta, ser prolongada* e o uso de locuções prepositivas do tipo de *durante, no meio de, ao fim de*. As autoras notam que com verbos como *ocorrer, dar-se, ter lugar* a leitura de evento não é tão óbvia e depende de outros advérbios temporais e aspetuais. E apontam também a importância de verbos como *presenciar* quando a nominalização é OD. Quando o nome deverbal é sujeito de um V psicológico como *alegrar, entristecer, preocupar*, a leitura de resultado é favorecida.
- 4 A autora propõe que, quando um N não derivado ou um N de resultado vem acompanhados de SPREPs, por exemplo em “o exame de Linguística está em cima da mesa”, “o livro de histórias encantou a criança”, “o que temos são “participantes” ou “modificadores” nominais. Em vários textos meus dos anos 90 e seguintes, proponho que tais participantes podem ocupar posição de complementos, sob N’, se adotarmos a Teoria X Barra. De facto, a noção de “complemento” deve ser, em sintaxe, vista como uma noção posicional, distinta da noção semântica ou lógica de “argumento”. Por isso, um não argumento, no sentido preciso do termo, pode, no meu entender, ocupar uma posição de complemento. Veja-se Brito (1996a), o capítulo 8 deste livro, e principalmente Brito & Raposo (2013) sobre esta matéria.

11 ——— UMA ANÁLISE DAS NOMINALIZAÇÕES DEVERBAIS EM -ÇÃO¹ (com Petra Sleeman)

O capítulo trata de nominalizações verbais em *-ção* em português e línguas similares. Depois de uma apresentação crítica de Grimshaw (1990) e da constatação de que existem casos mistos (11.1), apresenta-se o tratamento de Alexiadou (2001) das nominalizações deverbais no quadro da Morfologia Distribuída (11.2); em 11.3. propõe-se uma análise que, partindo da anterior, apresenta algumas diferenças, de modo a captar o facto de que a gradação de valores nas nominalizações é maior e mais fina do que tem sido proposto.

11.1 ——— DE ALGUMAS CRÍTICAS A GRIMSHAW (1990) À EXISTÊNCIA DE CASOS MISTOS

Como vimos no capítulo anterior, os nomes deverbais herdam muitas vezes a leitura dos verbos correspondentes. Contudo, um mesmo nome pode adquirir uma interpretação de evento e uma interpretação de resultado; veja-se (1) e (2):

- (1) A tradução do livro (pelo João) demorou dois anos.
(evento)
- (2) A tradução do João foi recentemente publicada na revista.
(resultado)

Esta duplicidade de interpretação das nominalizações deverbais foi notada por diversos autores; no entanto, foi Grimshaw (1990) quem, pela primeira vez, relacionou a interpretação aspetual das nominalizações deverbais com a estrutura argumental. Assim, como também vimos no capítulo anterior, a autora propõe que:

- os nomes deverbais que denotam um evento complexo tomam argumentos obrigatoriamente;
- os nomes com interpretação resultativa são iguais aos nomes de objeto ou de entidade ao não terem estrutura de evento nem selecionarem argumentos.

Esta visão, embora aceite por muitos linguistas, não está, no entanto, isenta de problemas.

Como mostrou Picallo (1991) para o catalão, os nomes de resultado podem selecionar argumentos, como mostra o exemplo (3b):

- (3) (a) La discussió de les dades va durar tot el dia. (evento)
'A discussão dos dados vai durar todo o dia.'

(b) La discussió de les dades es va a publicar a la revista.
(resultado)

'A discussão dos dados vai ser publicada na revista'.

Os exemplos evidenciam que uma mesma nominalização deverbal seguida do(s) seu(s) argumento(s) pode ter uma interpretação eventiva ou resultativa de acordo com certos elementos contextuais; veja-se ainda (4a) e (4b), com uma base inacusativa:

(4) (a) O desaparecimento do João durou apenas umas horas.
(evento)

(b) O desaparecimento do João afligiu-nos muito.
(resultado)

Outro problema do tratamento de Grimshaw relaciona-se com o facto de os nomes de evento não exibirem necessariamente argumentos internos, como em (5):

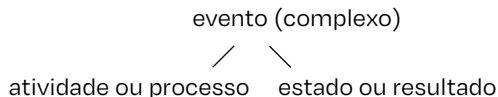
(5) A destruição durou dez dias. (evento)

Além disso, há nomes de evento que não selecionam qualquer argumento (*guerra, viagem, catástrofe, corrida, evento*), como em (6):

(6) A corrida teve lugar às 6h.

Grimshaw diria que em (6) estamos perante eventos simples e não eventos complexos, que é a sua terminologia para processos culminados; na realidade, os processos culminados têm, para a autora, uma estrutura de evento como a descrita em (7):

(7)



Algumas limitações deste modelo levaram Picallo (1991) a propor para o catalão que as nominalizações resultativas, que se aproximam afinal de nomes de entidade, derivam de um processo lexical (i.e. são construídas no léxico), enquanto as nominalizações eventivas são construídas na sintaxe, uma proposta que abriu definitivamente a porta a uma visão sintaticista das nominalizações deverbais.

Vimos no capítulo anterior que Grimshaw não se limitou a relacionar a estrutura de evento com a estrutura argumental, tendo apontado uma série de outras propriedades de ambos os tipos de nominalização: os nomes de evento não pluralizam, ao contrário dos de resultado; os nomes de evento não admitem o indefinido nem o demonstrativo, ao contrário dos de resultado (cf. Grimshaw 1990: pp. 49-51).

Ora, alguns problemas se colocam a este tratamento, problemas notados por diversos autores para diferentes línguas:

- (i) Ao contrário do preconizado por Grimshaw, certos nomes de evento que denotam processo podem pluralizar², como em (8), em alemão, (9), em neerlandês, e (10), em português, embora não seja esta a situação mais esperada:

(8) Die Besteigungen der beiden Gipfel dauerten 6 Wochen.
(Bierwisch 1989)

'As escaladas / subidas dos dois montes duraram 6 semanas.'

(9) Tijdens de martelingen van de politieke gevangenen door de zwarte brigades moesten alle journalisten het gebouw uit. (van Hout 1991, p. 75)

'Durante as torturas dos prisioneiros políticos pelas brigadas negras todos os jornalistas tiveram de sair do edifício.'

(10) Os jornalistas estavam a assistir a várias destruições de pontes, quando chegaram as tropas. (Brito & Oliveira 1997)

- (ii) Em certas circunstâncias contextuais os nomes de processo podem ser precedidos por um determinante indefinido ou um demonstrativo, adquirindo então um efeito contrastivo (11) e (12):

(11) Os jornalistas estavam a assistir a uma destruição da ponte, quando a bomba caiu. (Brito & Oliveira 1997)

(12) Os jornalistas estavam a assistir a essa destruição da ponte, quando a bomba caiu. (Brito & Oliveira 1997)

- (iii) Em relação à forma dos argumentos externo e interno das nominalizações eventivas derivadas de Vs transitivos: quer nas línguas românicas quer em muitas outras línguas, o Agente é geralmente expresso por um sintagma em *por*, o *by-phrase*, (daí a designação frequente de passivas nominais / nominais passivos), como em (13), do francês, enquanto o argumento Tema é geralmente expresso por um genitivo em *de*:

(13) La destruction de la ville par les soldats eut lieu en 1750.
(evento)

'A destruição da cidade pelos soldados teve lugar em 1750.'

Com nomes de resultado podem ser empregues dois genitivos, como em (14) e (15):

(14) La présentation de livres de ce journaliste est toujours raffinée. (Alexiadou 2001, p. 14)

'A apresentação de livros desse jornalista é sempre refinada.'

(15) La présentation du livre de ce journaliste a été bien intéressante.

'A apresentação do livro desse jornalista foi muito interessante.'

(15), para o neerlandês, mostra que certas nominalizações que têm uma interpretação de evento podem ter um valor contável e podem combinar-se com um genitivo:

(16) Ik heb alle uitvoeringen van Youri Egorov van het Schumann-programma bijgewoond. (evento)

'Eu assisti a todas as execuções / performances de Youri Egorov do programa de Schumann.'

Ou em Português:

(17) A tradução da *Odisseia* de Frederico Lourenço durou muitos anos. (evento)

Repare-se que estamos aqui na presença de nomes como *representação*, *performance*, *execução*, *tradução*, que, apesar de denotarem processos, podem pluralizar, o agente pode ser introduzido por *de/van* e o Tema não é obrigatório, como em (18), do neerlandês (Van Hout 1991):

(18) Ik heb alle uitvoeringen (van Youri Egorov) (van het Schumann programma) bijgewoond.

'Eu assisti a todas as execuções / performances (de Youri Egorov) (do programa de Schumann).'

Em certos contextos, mesmo os nomes de resultado podem ser combinados com um *by phrase* a exprimir o agente (19) e podem ser usados em construções de controlo (20), diferentemente dos nomes que designam objetos concretos (21) (exemplos de Brito & Oliveira 1997):

(19) A análise do texto pelo aluno enriqueceu o conhecimento dos colegas. (resultado)

(20) A construção do campo de jogos para entreter as crianças trouxe benefícios para a comunidade. (resultado)

(21) *A construção do campo de jogos para entreter as crianças é de boa qualidade. (objeto concreto)

A apresentação anterior mostra que, diferentemente do proposto por Grimshaw (1990), a distinção entre nomes de evento e nomes de resultado não é tão radical como se pode esperar e que há casos mistos que devem ser tidos em conta.

Assim:

— Os nomes de evento nem sempre tomam argumentos;

- Os nomes de evento podem pluralizar em certas circunstâncias e podem combinar-se com artigo indefinido ou com um demonstrativo, geralmente com um valor contrastivo;
- Certos nomes que estão “a meio caminho” entre evento e resultado, como *representação*, *execução*, *tradução*, além de se combinarem com um sintagma em *por*, podem em certas circunstâncias combinar-se com um sintagma em *de* para exprimir o Agente, o executante;
- Os nomes de resultado podem selecionar argumentos;
- Os nomes de resultado podem em certas circunstâncias combinar-se com um sintagma de *por* e podem ser usados numa construção de controlo, o que mostra que estes nomes exprimem de certo modo uma dimensão eventiva, distinguindo-se, portanto, dos nomes que denotam entidades ou objetos.

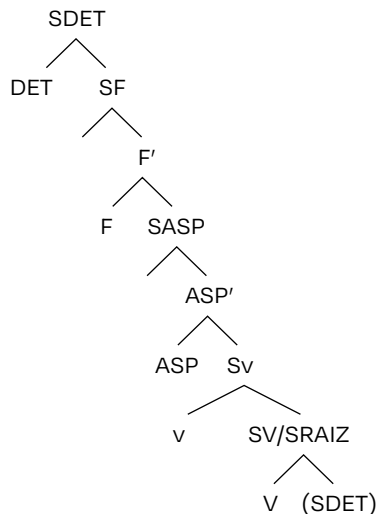
Tudo isto mostra que a distinção entre nomes de evento (nomeadamente os derivados de Vs que, em geral, são de processo culminado) e nomes de resultado não é tão clara como é proposto nalguma bibliografia, que é necessário distinguir claramente entre resultado, culminação ou estado resultante de um evento e entidade / objeto resultante (cf. Brito & Oliveira 1997) e que a relação entre estrutura argumental e a estrutura de evento nas nominalizações deverbais não é tão forte como Grimshaw (1990) e outros autores propuseram.

11.2 — A ANÁLISE DAS NOMINALIZAÇÕES DEVERBAIS DE ALEXIADOU (2001)

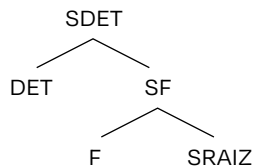
Alexiadou (2001) desenvolve o seu trabalho sobre nominalizações no quadro da Morfologia Distribuída. No seu modelo, os nomes de evento e os nomes de resultado podem ter ambos argumentos porque a sua raiz verbal assim o permite; mas a estrutura funcional dos dois tipos de nominalização é, para esta autora, completamente distinta. Assim, os nomes de evento são dominados por categorias funcionais verbais Sv (vP) e SASP (AspP), enquanto os nomes de resultado não contêm nenhuma destas categorias, e isto porque Alexiadou, tal como Grimshaw, continua a identificar resultado e entidade.

Em (22) e (23) descreve-se, com algumas simplificações, a estrutura sintática para os dois tipos de nomes, segundo Alexiadou (2001).

(22) Nominalizações de evento³



(23) Nominalizações de resultado



Recorde-se que, para esta autora, ASP (Aspetto) denota (im) perfetivo; quanto a v, seguindo, entre outros, Chomsky (1995), Alexiadou (2001, p. 19) assume as seguintes propriedades:⁴

- (24) (i) v pode ser o locus da agentividade;
 (ii) v pode conter traços relacionadas com eventualidade;
 (iii) v pode conter traços de Caso para o OD;
 (iv) v pode introduzir um argumento externo.

As propriedades (iii) e (iv) constituem os traços da transitividade de v (de acordo com a generalização de Burzio), distinguindo entre verbos ativos (Caso e argumento externo), por um lado, e passivas e nominalizações (sem Caso e sem argumento externo), enquanto as propriedades (i) e (ii) criam o conteúdo semântico do v leve.

Os dois conjuntos de propriedades podem ser dissociados um do outro. As passivas verbais têm uma interpretação eventiva e implicam a presença de um Agente, mas carecem da propriedade de transitividade. As nominalizações também carecem da propriedade de transitividade.

A este propósito, Collins (1997) propõe que, no caso de verbos inacusativos, *v* está presente, mas é de alguma forma deficiente: não verifica caso acusativo e não atribui um papel temático externo. Se as propriedades (iii) e (iv) estiverem presentes, Alexiadou chama transitivo a *v*; se as propriedades (iii) e (iv) estiverem ausentes, ou seja, se *v* for deficiente, trata-se de um *v* intransitivo ou inacusativo.

Na visão de Grimshaw, a presença ou ausência de argumentos está relacionada com a estrutura do evento. Se não houver evento, não há argumentos. É por isso que, para esta autora, os nomes de resultado não podem receber argumentos (ver sobre esta temática o ponto 11.1. e também o capítulo 10).

Na visão de Alexiadou, os nomes de processo seleccionam obrigatoriamente argumentos e os de resultado podem tê-los, pois são licenciados pela raiz lexical como uma constante. Neste segundo caso, os argumentos são, contudo, opcionais, pois não há nenhuma projeção de evento que requeira a sua presença. Seguiremos esta autora no sentido em que as raízes lexicais são constantes que legitimam os argumentos mesmo na leitura de resultado. Mas a obrigatoriedade ou opcionalidade dos argumentos não deverá ser um efeito da presença ou da ausência de *v*, como em Alexiadou (2001) e, por conseguinte, relacionaremos este facto com a deficiência / não deficiência de *v*, em relação ao traço de agentividade.

11.3 ————— DESENVOLVENDO ALEXIADOU (2001)

Como mencionado acima, a proposta de Alexiadou acerca das nominalizações é feita no quadro da Morfologia Distribuída. Neste quadro, não há léxico prévio à sintaxe: os itens de vocabulário são inseridos na estrutura depois de certas operações sintáticas terem lugar; as estruturas sintáticas contêm feixes de traços mas não itens realizados fonologicamente. As raízes são não especificadas relativamente à categoria. Exemplificando: a raiz *destruí-* é permitida num contexto verbal e num contexto nominal. A sua interpretação como V ou como N depende do contexto sintático, em particular, das categorias funcionais, por exemplo, SASP, SNUM, SDET, mas também Sv (Chomsky 1995).

Neste capítulo, rejeitamos a dicotomia estrita entre nomes de evento e nomes de resultado e propomos que as nominalizações apresentam um comportamento misto em vários graus, que se expressa pela presença/ausência e pela natureza das categorias SASP e Sv. Assim, consideraremos três graus ou níveis de formação⁵:

- (i) Na leitura “mais verbal” da nominalização, a raiz lexical seleciona dois argumentos (em português um sintagma em *de* e um sintagma em *por*, opcional, e equivalentes noutras línguas): *v* é agentivo e eventivo, e SASP está presente. SNUM pode ser singular ou plural, como nos exemplos em alemão e em neerlandês (8) e (9), aqui repetidos:

(8) Die Besteigungen der beiden Gipfel dauerten 6 Wochen.
'As escaladas / subidas dos dois montes duraram 6 semanas.'

(9) ijdens de martelingen van de politieke gevangenen door de zwarte brigades moesten alle journalisten het gebouw uit.
'Durante as torturas dos prisioneiros políticos pelas brigadas negras todos os jornalistas tiveram de sair do edifício.'

E ainda no exemplo (10) em português:

(10) Os jornalistas estavam a assistir a várias destruições de pontes, quando chegaram as tropas.

Se SASP contiver um traço de perfeitividade, temos nomes de evento complexo no sentido de Grimshaw, como em (1), (3) ou (13), também repetidos:

(1) A tradução do livro (pelo João) demorou dois anos.
(evento)

(3) La discussió de les dades va durar tot el dia. (evento)

(13) La destruction de la ville par les soldats eut lieu en 1750.
(evento)

Se ASP contiver o traço Resultado, temos um exemplo que exprime o resultado de um evento, como em (19) e (20):

(19) A análise do texto pelo aluno enriqueceu o conhecimento dos colegas. (resultado)

(20) A construção do campo de jogos para entreter as crianças trouxe benefícios para a comunidade. (resultado)

Na abordagem de Alexiadou, a obrigatoriedade da presença do complemento resulta da presença de Sv. Na nossa abordagem, tal resulta da agentividade de *v*. Note-se, contudo, que, tal como no caso das passivas verbais, o Agente não precisa necessariamente de estar expresso.

- (ii) O segundo valor, menos “verbal” do que em (i), corresponde ao valor em que o agente é opcional e, nesse caso, tal como em (a) expresso por um genitivo; quer dizer que *v* perdeu o traço agentivo, como no exemplo (16):

(16) Ik heb alle uitvoeringen van Youri Egorov van het Schumann-programma bijgewoond (evento)
 ‘Eu assisti a todas as execuções / performances de Youri Egorov do programa de Schumann.’

E o mesmo acontece em português com nomes como *tradução*, como no exemplo (17):

(17) A tradução da *Odisseia* de Frederico Lourenço durou muitos anos. (evento)

Como uma constante, a raiz lexical seleciona um argumento interno. Alexiadou relaciona essa opcionalidade com a ausência de Sv. Na nossa abordagem, Sv está ainda presente, devendo-se a opcionalidade do complemento à ausência do traço agentivo em *v*, como em (18):

(18) Ik heb alle uitvoeringen (van Youri Egorov) (van het Schumann programma) bijgewoond.
 ‘Eu assisti a todas as execuções / performances (de Youri Egorov) (do programa de Schumann).’

Tal como no caso (i), ASP pode conter o traço Resultado, indicando que estamos a descrever o resultado de um evento; a diferença é que *v* não é agentivo. É ilustrativo deste valor o exemplo (3a), aqui repetido:

(3) (a) La discussió de les dades es va a publicar a la revista. (resultado)

Como os verbos inacusativos não legitimam um agente, só podem ter o valor (ii). Podem exprimir evento ou resultado, como nos exemplos (4a) e (4b), também repetidos:

(4) (a) O desaparecimento do João durou apenas umas horas. (evento)
 (b) O desaparecimento do João afligiu-nos muito. (resultado)

- (iii) O terceiro valor das nominalizações é quando representam um objeto / uma entidade, como em *uma (bonita / feia) construção* (cf. o exemplo (25) e o exemplo agramatical já apresentado em (21):

(25) A construção destoa na paisagem (objeto concreto)
 (21) * A construção do campo de jogos para entreter as crianças é de boa qualidade (objeto concreto)

Embora a raiz lexical *constroi-* legitime um argumento interno, na leitura de objeto o argumento não é projetado; não há

evento, não há Sv nem SASP, tal como num nome de objeto como *book*, 'livro', como em (26a, b):

- (26) (a) John's book
(b) The book of linguistics

Com nomes que denotam um evento simples (*race* 'corrida'), como em (27), o significado eventivo é parte da própria raiz; mas, tal como em (26), nem Sv nem SASP são projetados:

- (27) The race took place at 6:00 p.m.
'A corrida teve lugar às 18h.

11.4 ————— CONCLUSÃO

Neste capítulo, argumentámos, contra Grimshaw (1990) e Alexiadou (2001), a favor da proposta segundo a qual a diferença entre nomes de processo (culminado ou não) e nomes de resultado é aspetual e não simplesmente eventiva (versus resultativa) e que, como consequência, os dois tipos de nomes comportam-se de maneira semelhante em relação à projeção de argumentos, à pluralidade e à escolha de determinantes. Mostrámos que, embora haja nomes de resultado que são semelhantes a nomes de objetos / entidades em não terem nem estrutura de evento nem estrutura argumental, outros nomes de resultado assemelham-se a nomes de processo por terem dois tipos de leitura eventiva, uma agentiva e outra não agentiva, associadas a diferenças na projeção dos argumentos.

Os valores encontrados estão sintetizados em (28):

(28)

	ASPETO [- RESULTADO]	ASPETO [+ RESULTADO]
Sv [+ agentivo]	Nomes de processo com um sintagma- <i>por</i>	Nomes de resultado com um sintagma- <i>por</i>
Sv [- agentivo]	Nomes de processo que admitem dois genitivos em <i>de</i> Nomes de processo inacusativos	Nomes de resultado com dois genitivos em <i>de</i> Nomes de resultado inacusativos
Não há Sv, não há SASP	Nomes de objeto / entidade	

Se os diferentes valores das nominalizações podem ser distinguidos em função da agentividade, esperamos que possam ser associados a diferenças sintáticas e morfológicas. Em primeiro lugar, vimos que a escolha da preposição pode exprimir essa distinção: o Agente pode ser expresso por uma *by-phrase* (em português pela preposição *por*) e pelo traço de agentividade em *v*. Se *v* for [- agentivo], a expressão do participante Agente é feita pela preposição *de*. Em segundo lugar, o traço de agentividade influencia a obrigatoriedade do argumento interno. Em terceiro lugar, vimos que a distinção está associada à escolha da raiz verbal. Uma vez que os inacusativos são não agentivos, não podem ter o valor “mais verbal”. Em quarto lugar, é possível que a distinção esteja associada a uma diferente escolha do sufixo, questão que não foi discutida neste capítulo.

- | | |
|---|---|
| <p>1 Este capítulo é a versão em português de Sleeman & Brito (2010a), com pequenos rearranjos. Agradeço a Petra Sleeman e à editora John Benjamins Publishing Company a autorização para a tradução e a republicação. Parte do texto constava de Brito (2012a).</p> | <p>4 Em artigos posteriores (Alexiadou <i>et al.</i> 2011) a autora distingue <i>v</i> (v pequeno) e VOZ; o argumento externo de um V causativo/agentivo é gerado em Esp de SVOZ, enquanto a posição de Esp de Sv fica reservada para a verificação de caso acusativo do OD.</p> |
| <p>2 Vários autores têm proposto a aproximação entre nominalização deverbal eventiva, atelicidade e nome massivo; e entre nome de resultado, telicidade e nome contável e é por isso que a pluralidade afeta mais facilmente os nomes de resultado (ver, entre outros, Alexiadou <i>et al.</i> 2011).</p> | <p>5 Jogando com o valor agentivo e não agentivo da parte verbal, esta proposta consiste em propor cinco leituras das nominalizações derivadas de verbos de processo culminado. Esta ideia foi desenvolvida por Sleeman & Brito (2010b), na base do modelo de Ramchand (2007) de um Sv cindido (<i>split vP hypothesis</i>); assim, propomos nesse texto que cada tipo de nominalização lexicaliza uma parte diferente do Sv cindido.</p> |
| <p>3 A autora prevê a existência de uma categoria funcional no SDET acima de SASP (SF) mas não a identifica, podendo ser SNUM; a este propósito ver os capítulos 7 e 8 deste livro.</p> | |

12 ————— FORMAÇÃO DE NOMES DEVERBAIS EM *-DA*¹

O objetivo do capítulo é propor uma abordagem sintática da formação de nomes deverbais em *-da* em Português Europeu (PE) na perspectiva da Morfologia Distribuída.

O capítulo está organizado do seguinte modo: no ponto 12.1. faz-se uma apresentação sumária da questão morfológica, com base na existência de *-da* e *-ada* em português e em espanhol; no ponto 12.2. estuda-se a estrutura argumental dos verbos que podem dar origem a nomes em *-da*; em 12.3. analisa-se a estrutura de evento dos verbos que podem servir de base a nomes em *-da*; no ponto 12.4. discute-se a relação entre os nomes em *-da* e o particípio; no ponto 12.5. esboça-se um tratamento deste tipo de formação e em 12.6. tecem-se algumas conclusões.

12.1 ————— A QUESTÃO MORFOLÓGICA

Em português (assim como em espanhol), é possível formar nomes em *-da*, como *a chegada* (1), em *-do*, como *o bronzeado* (2), e em *-ada*, como *a cabeçada* (3).

- (1) a chegada
- (2) o bronzeado
- (3) a cabeçada

Na história dos estudos morfológicos as soluções propostas para dar conta da relação entre estas formas têm sido fundamentalmente três: (i) o sufixo é *-ada*, sem qualquer ligação ao particípio verbal; (ii) o sufixo *-do/-da* está relacionado com o particípio e a vogal inicial *-a* ou *-i* é a vogal temática; (iii) há um sufixo zero. (Sobre o espanhol ver Lacuesta & Gisbert 1999, especialmente pp. 4518-20; 4540-4546).

Cunha & Cintra (1984: 96) referem-se apenas a *-ada* como sufixo denominial, esquecendo a formação de nominais deverbais em *-da*. Vilela (1994), para o português, analisa também os valores semânticos dos nomes denominiais em *-ada*; no quadro da Morfologia Distribuída, Sher (2006) estuda-os no Português Brasileiro (PB), incluídos em construções com o verbo leve *dar*.² Para estes autores a solução (i) acima referida é a adotada e não é discutida a relação entre as formas em *-da* e o particípio passado dos verbos.

Said Ali (1964, p. 238) é a exceção, pois afirma explicitamente que muitas línguas românicas fizeram uma “adaptação semântica do particípio do pretérito de certos verbos”, dando origem a algumas formas “irregulares” (*defesa, presa*) e “regulares”: *finado, legado, achado, cercado, entrada, tornado, chegada, tomada, picada, bordado, passado, caçada, saída, subida, partida, partido, vestido, sentido, corrida, bebida, arremetida, investida*, acrescentando que “se tem perdido a noção da identidade morfológica de tais nomes com os particípios, prevalecendo por fim o sentimento de serem derivados imediatos de verbos no infinitivo.” Por essa razão, escreve: “(...) *-ado, -ada, -ido, -ato e -ata*, em vocábulos com a formação de substantivo, passaram a ser considerados elementos formativos, como sufixos.” (pp. 238-9)

Reconhecendo que esta concepção se deveu sobretudo à forma feminina *-ada*, que permite formar nomes com diferentes valores semânticos³, Said Ali acaba por não esclarecer se a distinção entre *-a* e *-i* se deve à vogal temática dos verbos ou se as formas *-ado, -ada, -ito, -ida* são afinal sufixos distintos.

Rodrigues (2013, pp. 171-3) mostra que o sufixo que permite derivar nomes deverbais é *-da* e que as formas *-ada* e *-ida*, que surgem também na formação desses nomes, se devem à vogal temática. Rio-Torto (2013, pp. 135-6) analisa o sufixo *-ad(a, o)*, que considera ser essencialmente um morfema que permite formar nomes denominais, com um sentido coletivo (*criançada / operariado*) ou com um sentido de evento / espetáculo (*tourada / guitarrada*).

O fenómeno foi também muito estudado na gramática do espanhol. Em artigo de (1977), Beniers analisa os sufixos *-(a)do* e *-(i)do* no quadro mais geral da sua proposta segundo a qual todas as nominalizações deverbais em espanhol teriam em comum o terem o particípio como base. Nessa medida a autora considera que na formação em *-da* o sufixo é zero, analisando *llegada* como *llegado+* sufixo o feminino. No artigo de 1998, a mesma autora analisa os sufixos pós-verbais em *-da* e os pós-nominais em *-ada* no espanhol de México, evidenciando que se trata de processos derivacionais distintos.

Neste texto vamos adotar esta posição e considerar que *-da* é um sufixo que forma nomes deverbais (embora divisível em duas partes) e *-ada* um sufixo que tanto pode formar nomes a partir de outros nomes (*cabeça-cabeçada*) como nomes a partir de nomes através de um verbo / raiz verbal (*martelo-martelar-martelada*).

Mas importa perceber que tipo de bases verbais pode dar origem a nomes em *-da*.

12.2 ——— ESTRUTURA ARGUMENTAL DOS VERBOS QUE PODEM SERVIR DE BASE A NOMINAIS EM -DA

Tentando compreender que tipo de bases verbais pode dar origem a nomes em *-da*, Bordelois (1993), para o espanhol, formulou uma hipótese muito restritiva segundo a qual só verbos inacusativos produzem nomes em *-da*; um argumento a favor desta ideia seria o facto de que um *by phrase* está sempre proibido com este tipo de nominalização:

(4) * la llegada por Pedro

(5) la llegada de Pedro

Bordelois reconhece que alguns verbos transitivos permitem nominalizações em *-da*, mas não permitem a expressão de agente, como evidenciado em (6)-(9), assumindo então que *-da* está relacionado com ergatividade e que é incompatível com agentividade, como mostra a agramaticalidade dos exemplos seguintes:⁴

(6) * la mirada a las nubes por Pedro

(7) * la bebida de la leche por Juan

(8) * la comida del pescado por Juan

(9) * la vista de la ciudad por Juan

Esta proposta contrasta com a de Beniers (1998), que considera que a formação pós-verbal em *-da* significa uma instância da ação de X e que tais nomes podem ser derivados de verbos transitivos, pronominais e intransitivos.

Esta ideia é confirmada por estudos posteriores em português e em espanhol.

A análise conduzida por Vieira (2010) para o Português Europeu (PE) permitiu mostrar que é possível formar nominais em *-da* a partir de várias subclasses de verbos do ponto de vista da natureza transitiva, intransitiva e inacusativa (ver (10)):

- (10) a) verbos transitivos que normalmente seleccionam um SDET como seu argumento interno: *comer / comida; beber / bebida; olhar / olhada; ferir / ferida; calçar / calçada; velar / velada; chamar / chamada; queimar / queimada; medir / medida; tomar / tomada; retirar / retirada;*
 b) verbos transitivos que seleccionam argumentos oblíquos: *morar / morada; investir / investida; pousar / pousada;*
 c) verbos inergativos: *correr / corrida; caminhar / caminhada; dormir / dormida;*
 d) verbos inacusativos de movimento inerente: *vir / vinda; chegar / chegada; ir / ida; sair / saída; descer / descida; entrar / entrada;*

e) um verbo predicativo e estativo, *estar*: *estada* (embora *estadia* seja mais frequente).

Assim, os exemplos (11)-(15) ilustram nomes derivados de V transitivo (*tomar* – *tomada*) (11), de um V intransitivo que pode ser usado transitivamente (*correr* – *corrida*) ((12) e (13)), de um V inergativo (*caminhar* – *caminhada*) (14) e de um V estativo (*estar* – *estada*) (15) (exemplos de Vieira 2010):

- (11) A tomada das favelas por traficantes durou anos.
- (12) A corrida da maratona pelos atletas portugueses ocorreu no último fim de semana.
- (13) A corrida dos atletas portugueses ocorreu no último fim de semana.
- (14) A caminhada dos idosos ao parque durante a manhã foi bastante agradável.
- (15) A estada do Presidente da República em França alegrou a comunidade portuguesa.

No caso de nomes em *-da* derivados de Vs transitivos agentivos (*tomar* ou *correr* como transitivo), se o argumento interno se realizar em *de*, o externo realiza-se em *por*, como em (11) e (12); se o interno não se realizar, então o externo realiza-se em *de* (13). Desenvolvendo Brito (2005a), Vieira mostra ainda que um adjetivo relacional com valor agentivo pode acompanhar esta classe de nomes, como em (16):

- (16) A investida nazi contra a Europa aconteceu durante a primeira parte do século XX.

Igualmente Rodrigues (2013) propõe que bases transitivas (*mastigar*-*mastigada*), inergativas (*chiar*-*chiada*) e inacusativas (*cair*-*caída*) permitem formar nomes em *-da*, “codificando a identificação de uma ocorrência eventiva destacada do todo referencial.” (p. 173)

Todos estes dados mostram que a nominalização deverbal em *-da* não está apenas restrita a verbos inacusativos, muito frequentemente télicos, ao contrário do preconizado por Bordelois.

Porém, nem todos os verbos podem juntar-se ao morfema *-da* para formar nominais de evento. Na perspectiva de Fábregas (2010) para o espanhol, a escolha de diferentes sufixos de evento como *-miento*, *-ción*, *-do/da* tem uma explicação sintática e semântica, relacionada com a estrutura argumental dos verbos, mais do que com a telicidade / não telicidade da base verbal, embora a presença do afixo possa ter influência nas propriedades aspetuais da construção. Assim, por exemplo, em espanhol, *recoger* é um verbo télico, mas tem duas nominalizações, *recogimiento* e *recogida*, sem alteração nas propriedades aspetuais, embora com mudanças noutros comportamentos.

Fábregas mostra que os verbos de mudança de estado como *pelar*, *broncear*, *bordar*, que têm temas incrementais (no modelo de Ramchand 2008 “objetos trajetórias remáticas”), têm nominalizações em *-do* e não em *-miento*: *pelado* / **pelamiento*; *bronceado* / **bronceamento*, *bordado* / **bordamiento*.⁵

Pelo contrário, verbos de mudança de estado que não selecionam uma trajetória remática e que requerem como objeto um “undergoer”, como *ocultar*, *procesar*, *recibir*, *someter*, *silenciar*, etc., têm nominalizações em *-miento* e não em *-do/-da*: *ocultamiento* / **ocultado*; *procesamiento* / **processado*; *recebimento* / **recebido*; *sometimiento* / **sometido*; *silenciamiento* / **silenciado*.

Esta hipótese tem predições interessantes: os Vs psicológicos que têm argumentos “undergoer” só têm nominalizações em *-miento* (*sentimiento*, *reconocimiento*, etc). Os verbos de movimento de direção induzido que denotam o movimento que foi causado a um objeto comportam-se do mesmo modo: *desplazamiento*, *movimiento*, *deslizamiento*. Pelo contrário, os Vs de movimento que descrevem direção inerente e que introduzem uma trajetória, como *llegar*, *ir*, *vir*, *caer* têm nominalizações em *-do / -da*: *llegada*, *ida*, *venida*, *caída*.⁶

O autor conclui então (p. 83) que *-do / -da* é sensível à estrutura argumental do verbo: o verbo base deve selecionar objetos incrementais ou deve selecionar um objeto trajetória remática e não cancela nenhuma parte da estrutura argumental.

Vamos ver se em português estas propostas vão no sentido certo. Tomemos o caso de um verbo como *tomar*.⁷

(17) tomar a favela / a tomada da favela

Este verbo pode ser considerado de mudança de estado, em que “a mudança é medida em relação a um argumento interno” (Fábregas 2010: 71, minha tradução). Como mostra o exemplo (18), advérbios / adjetivos quantificacionais podem combinar-se com este tipo de verbo ou com a nominalização correspondente:

(18) tomar a favela parcialmente / a parcial tomada da favela

Nos verbos que se associam a *-da* há também verbos inergativos como *dormir*, *caminhar*⁸; na realidade, estes verbos podem selecionar objetos cognatos (nominais ou preposicionais), como em (19):

(19) (a) dormir um bom sono

(b) caminhar por um caminho longo / uma caminhada por um longo caminho

Trata-se de verbos tipicamente considerados intransitivos; no entanto, eles podem selecionar um objeto (incremental), explícito ou implícito.

Outros verbos definem explicitamente uma trajetória remática, para usar a terminologia de Ramchand (2008), como é o caso dos verbos de movimento inerente, dando origem a nomes em *-da* (20):

- (20) (a) chegar à cidade / a chegada à cidade
- (b) entrar na escola / a entrada na escola
- (c) partir para Paris / a partida para Paris

Sendo assim, a proposta de Fábregas quanto à natureza dos verbos que podem juntar-se ao morfema *-da* para formar nomes de evento parece confirmar-se.

No entanto, olhando para a lista em (10), há um verbo que permite uma nominalização em *-da* e que é diferente dos anteriores. É o verbo *estar*, um V predicativo, estativo, que forma *estada* (ou *estadia*) e em que o V base seleciona uma oração pequena. Retomo em (21)-(22) alguns exemplos de Vieira (2010):

- (21) Durante a sua estada no Brasil, o presidente conheceu alguns atores famosos.
- (22) (=15) A estada do Presidente da República em França alegrou a comunidade portuguesa.

Estar é um verbo predicativo, podendo ser considerado um verbo inacusativo, como sabemos. Mas *ser* também o é e não dá origem a nominalização. O que haverá de comum entre *estar* e *chegar*, *entrar*, mas também *tomar*, *investir*? E o que é que o diferencia de *ser*? Brucart (2010, 2012), numa interessante análise sintática e semântica sobre a distinção *ser/estar* em português, espanhol e catalão em construções de localização, propõe que o V *estar* induz uma interpretação de trajetória abstrata e funciona como verbo estativo que contém um traço interpretável de coincidência terminal (e por isso se junta frequentemente com a preposição *em*), enquanto o V *ser* é o copulativo por defeito, que aparece sempre que o termo relacionante atributivo não necessita de validar um traço não interpretável (Brucart 2010, pp. 132-146).

Quer dizer, o que une *chegar*, *entrar* e *estar* é a noção de trajetória, que, com verbos de movimento inerente, é uma noção concreta, enquanto com *estar* é abstrata; quanto aos verbos *tomar*, *investir*, *escrever*, mas também *caminhar*, são verbos que selecionam (ou podem selecionar) objetos incrementais, cognatos ou não cognatos.

Em síntese, a proposta de Fábregas, que faz uso da noção de verbos de mudança de estado, em que “a mudança é medida em relação a um argumento interno”, combinada com a proposta de Ramchand de “trajetória remática” parece dar conta dos tipos de verbos que permitem nominalizações em *-da* em espanhol e em português.

12.3 ——— ESTRUTURA DE EVENTO DOS VERBOS NA BASE DE NOMES EM *-da* E COMBINAÇÃO COM VERBOS LEVES

No ponto anterior percebemos que a estrutura argumental de certos verbos (transitivos, inergativos e inacusativos) é determinante para perceber os que se podem juntar ao sufixo *-da* para formar nomes eventivos. Vamos ver agora se a estrutura de evento ou a natureza aspetual lexical também tem influência nesta formação.

Se observarmos nomes eventivos em *-da*, vemos que eles podem ser derivados de verbos de processo culminado (*tomar*) (23), verbos de processo (*correr, caminhar*) (24), verbos de culminação (*entrar*) (25) e mesmo um V de *estado* (*estar*) (26) (Brito 2005a, Vieira 2010):

- (23) A tomada da favela pela polícia numa só semana foi surpreendente. (processo culminado)
- (24) A caminhada de / durante trinta minutos fez-me bem. (processo)
- (25) A entrada do exército às 10h foi uma decisão do general. (culminação)
- (26) A estada do Presidente no Brasil em 2011 correu bem. (estado).

Quer dizer, a estrutura de evento associada aos verbos não é um fator determinante na construção de nominalizações deverbais em *-da* e o valor fundamental de *-da* é o de exprimir sob a forma nominal uma situação, geralmente eventiva, mas também um estado.

Usando o enquadramento de Grimshaw (1990), espera-se que estes nomes deverbais não combinem facilmente com artigo indefinido nem demonstrativo, como é visível em (27) (ver a este propósito os capítulos 10 e 11):

- (27) (a) * ? Uma / esta tomada da favela pela polícia demorou uma semana.
(b) * ? Uma / esta chegada dos exércitos foi surpreendente.

Por sua vez, também não pluralizam facilmente (28a, c), como proposto por Grimshaw (1990) (ver de novo os capítulos 10 e 11):

- (28) (a) * ? As chegadas dos exércitos foram surpreendentes.
(b) A chegada dos exércitos foi surpreendente.
(c) *? As tomadas das favelas pela polícia demoraram uma semana.
(d) A tomada da favela pela polícia demorou uma semana.

No entanto, Van Hout (1991), Brito & Oliveira (1997), Picallo (1999), Sleeman & Brito (2010), entre outros, mostraram que, em certas circunstâncias, mesmo um N de evento pode ser pluralizado

e pode ser acompanhado por indefinido e demonstrativo e que o tratamento clássico de Grimshaw (1990) tem limites (ver em particular o capítulo 11).

Um aspeto importante dos nomes deverbais é o facto de se poderem combinar com os verbos leves *fazer*, *dar* e *ter* e, nesse caso, aceitam bem o indefinido, como é visível nos exemplos (29), (30) e (31):

(29) O João fez uma caminhada.

(30) O João deu uma corrida.

(31) O João teve uma chegada atribulada.

Gonçalves *et al.* (2010) analisaram extensivamente este fenómeno e muitos dos exemplos aqui apresentados são desse trabalho; os autores propõem que a formação de predicados complexos com verbos leves e os nominais deverbais está restringida por possibilidades combinatórias.

- (i) O verbo *fazer* “preserva as propriedades aspetuais dos nomes”, como em (32), ou “altera essas características, acrescentando uma culminação aos processos”, como em (33) (*loc. cit.*, p. 457):

(32) O João fez uma caminhada durante uma hora (processo)

(33) O Pedro fez uma caminhada em meia hora (processo culminado).

Caminhada é um processo e o valor de culminação é dado contextualmente em (33) pelo adverbial *em meia hora*, pela combinação com *fazer* e pelo pretérito perfeito simples.

- (ii) com o verbo *dar*, a combinação é altamente restringida e por isso este verbo “apenas se combina com alguns processos” (34), “com alguns processos culminados” (35) ou “com pontos” (36)

(*loc. cit.*, pp. 458):

(34) O João deu uma caminhada / uma corrida.

(35) O João deu uma leitura ao artigo.

(36) O João deu um espirro,

explicando a agramaticalidade com vários processos culminados (37) e com estados (38):

(37) * dar uma construção; *dar um resumo

(38) *dar um gosto / *dar uma vida

Nem *fazer* nem *dar*, por terem um traço [+dinâmico], se podem combinar com estados (*loc. cit.*, pp. 461); ver os exemplos (39) e (40):

(39) * fazer uma estada no Brasil

(40) * dar uma estada no Brasil

- (iii) o V *ter* é o mais flexível dos Vs leves na relação com nomes deverbais e por isso vamos encontrá-lo com vários nomes em *-da*, nomeadamente nomes derivados de verbos de culminação (*loc. cit.*, pp. 456, 460):

(41) O helicóptero teve uma queda estrondosa (às dez da manhã).

(42) O atleta teve uma chegada triunfal.

Os autores notam que a presença do adjetivo é determinante, pois os adjetivos podem qualificar o desenvolvimento do processo, como em (43) ou o estado resultante, como em (41) e (42):

(43) Este artigo teve uma leitura difícil. (processo)

Vemos assim que os nomes deverbais em *-da* podem combinar-se com verbos leves e essa combinação opera com *fazer* e com *dar* com nomes de processo (*fazer uma caminhada*, *dar uma corrida*), e com o verbo *ter* com nomes de culminação (*ter uma chegada triunfal*), neste caso desde que haja um modificador adjetival.

Sendo assim, por que razão não são gramaticais no PE combinações de *fazer* e *dar* com nomes de processo como *lida*, embora possíveis no PB?

(44) dar uma lida (* PE; ok PB)

Rodrigues (2013, p. 173) mostra que o sufixo *-da* em PE não tem o traço [rapidez], ao contrário do que acontece em PB. Para a autora, o sufixo *-da* tem a especificidade de “individualização do evento, que está na origem de semantismos como ‘porção’, também presente em *-dur(a)*.” E acrescenta: “Ainda que alguns nomes denotem ‘evento rápido e negligentemente efetuado’, como é o caso de *olhada*, este não é um traço inerente a *-da* no PE, como o atestam os exemplos de *lavrada*, *malhada*.”

Em PE o traço [rapidez] parece estar mais associado ao sufixo *-dela* e por isso vamos encontrá-lo em combinações com o verbo leve *dar* (*dar uma olhadela*, *dar uma trincadela*, *dar uma piscadela*) (cf. também Rodrigues 2013, p. 175 e Cordeiro 2010, p. 14).

Em síntese, a formação de nomes deverbais em *-da* não está condicionada pela estrutura de evento dos verbos base, uma vez que diferentes tipos de verbos permitem esse processo de nominalização; tais nomes podem combinar-se com verbos leves sob certas condições.

12.4 — OS NOMES DEVERBAIS EM *-DA* E O PARTICÍPIO PASSADO

Como vimos em 12.1. a aproximação entre os nomes deverbais em *-da* ao participípio passado foi proposta, para o português, por Said Ali (1964); para o espanhol, Bordelois (1993) e Fábregas (2010), entre outros, também a sugerem. Antes de explorarmos esta aproximação há que distinguir claramente participípios e nomes deverbais.

O participípio tanto pode surgir com valor puramente verbal, como nos tempos compostos (45), como pode ter valor adjetival (46) e (47):

(45) O soldado *tinha ferido* um companheiro sem saber.

(46) O companheiro estava *muito ferido*.

(47) O companheiro ficou *muito ferido*.

Por sua vez, muitas destas formas participiais / adjetivais podem ser convertidas em nomes, por elipse nominal:

(48) *Os feridos* foram transportados para o hospital.

Na realidade, as formas masculinas são muitas vezes ambíguas entre duas interpretações, que podem corresponder a duas estruturas sintáticas e a duas “histórias” derivacionais distintas.

(i) Assim, há nomes em *-do* que podem ser resultado de elipse nominal; é o que acontece nos exemplos (49), sendo sempre possível ter um nome realizado, como indicado em (50):

(49) (a) *O bronzeado* fica-te bem.

(b) *Os queimados* foram conduzidos para outro hospital.

(c) *Os viciados* não deixam de fumar.

(50) (a) o tom bronzeado

(b) o corpo queimado

(c) um homem viciado

Nalguns casos de (49a,b) de elipse nominal no plural temos aquilo a que Kester (1996) chamou a “construção humana”. O que importa é que no caso de elipse nominal não temos uma nominalização deverbal propriamente dita, mas um caso de conversão de um participípio de valor adjetival em nome.

(ii) Há nomes em *-do* que não parecem ser resultado de elipse nominal, como é o caso de *o bordado, o tornado, o finado, o legado, o achado, o cercado, o passado, o partido, o vestido, o sentido* e muitos dos exemplos apresentados por Said Ali, que vimos em 12.1.

É verdade que também neste segundo caso podemos ter, por vezes, duas interpretações e duas estruturas sintáticas distintas, como acontece com *o bordado*, pois tanto pode tratar-se de nome de uma entidade, resultado de uma nominalização, como em (51), como pode tratar-se de uma elipse nominal, como em (52):

(51) Comprei um lindo bordado.

(52) Na loja vi dois tecidos, um liso, outro bordado; trouxe o bordado.

No caso dos exemplos em (ii) estamos mais longe do participípio dos verbos, confirmando-se a intuição de Said Ali segundo a qual muitas línguas românicas “adaptaram semanticamente” o participípio verbal para dar origem a nomes.

No caso das formas femininas, elas são, em geral, nomes de evento, aparte certos nomes de entidade, como é o caso de *a tomada*

(elétrica) ou *a bebida*. O feminino parece, assim, ser um fator fundamental na passagem do participio para a formação de nomes de evento.

Um argumento adicional a favor da hipótese de que os nomes deverbais em *-da* estão relacionados com o participio passado é dado por Fábregas (2010): quando os verbos têm duas formas de participio e uma delas é “irregular” ou quando só têm a forma “irregular”, “curta”, é esta a forma que dá origem à nominalização. Veja-se em português (similar ao espanhol): *a escrita* e não ^{*} *a escrevida*.

Sumariando: quer em português quer em espanhol é possível formar nomes juntando ao tema verbal as formas *-do* e *-da*, ambas relacionadas com o participio passado. Mas enquanto as formas masculinas são ambíguas entre um processo de elipse nominal numa construção de base participial / adjetival (e nesse caso temos uma conversão) e um processo de nominalização deverbal, as formas femininas são tipicamente o resultado de um processo de nominalização deverbal a partir da forma feminina do participio. Tudo isto sugere uma análise diferenciada de *-do* e *-da*.

12.5 ————— UMA ANÁLISE SINTÁTICA DA FORMAÇÃO DE NOMES DEVERBAIS EM *-DA*

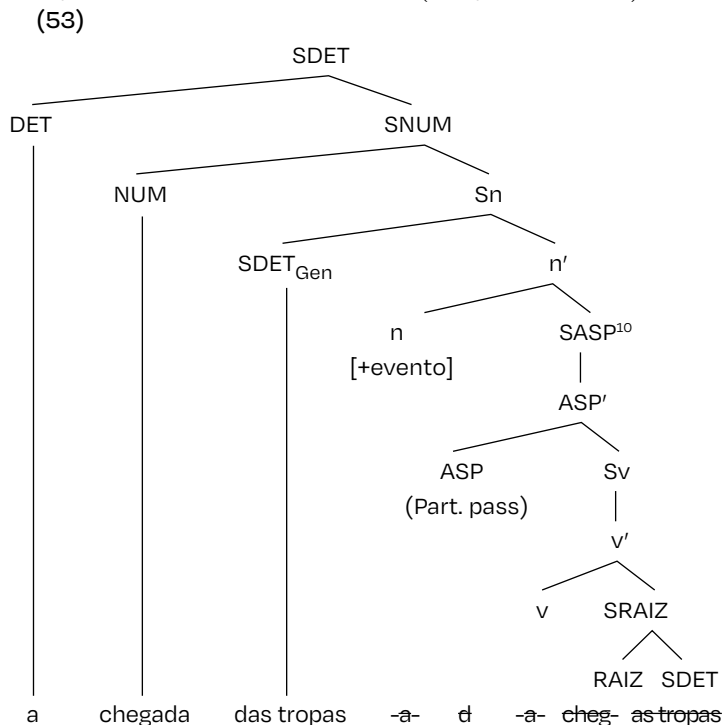
Assumindo a “origem” dos nomes deverbais em *-da* no participio dos verbos respetivos, e tendo em conta os valores semânticos, torna-se necessário encontrar um tratamento que dê conta das propriedades descritas.

Fábregas (2010) fornece uma explicação sobre a formação deste tipo de nomes deverbais que não difere muito da de Alexiadou (2001) nem da de Resnik (2010), que trabalham no quadro da Morfologia Distribuída. Com efeito, o autor advoga a favor da inserção, acima do tema verbal, de um traço nominal, por aquilo que ele chama “N embedding” (p. 84), estreitamente ligado ao género, aproximando-se das propostas de Picallo (1991) e Bordelois (1993). Embora em moldes distintos, todos estes autores propõem que o traço de género feminino está estreitamente ligado à formação dos nomes deverbais. Deste modo, Fábregas explica o carácter híbrido da forma derivada, uma nominalização deverbal; para dar conta do valor aspetual da forma obtida (e especificamente da influência do tipo de complemento e de adverbiais temporais) o autor propõe a introdução do nó ASP, a que chama Aspeto Externo, propondo explicitamente que *-d* é o *spell out* da informação aspetual do participio.

Vamos inspirar-nos em Fábregas (2010), Alexiadou (2001) e Resnik (2010) e adotar um tratamento sintático da formação dos nomes deverbais em *-da*.

Esta é uma opção polémica, pois, na perspetiva tradicional da gramática, a sintaxe ocupa-se da frase (simples e complexa) e a morfologia da palavra, cabendo à morfologia estudar os processos de formação de palavras, nomeadamente os processos derivacionais. Como escrevemos nas *Considerações introdutórias III*, nos anos 90 do século XX surgiu a Morfologia Distribuída, que defende a formação de palavras na sintaxe, posição que coloca desafios importantes quanto à forma e arquitetura da gramática. Uma das perspetivas mais interessantes é a desenvolvida por Alexiadou (2001), Alexiadou *et al.* (2011): de acordo com esta autora, a “história” morfológica das nominalizações deverbais de evento é o resultado da combinação de uma raiz acategorial a categorias verbais funcionais (SV, Sv, SASP) e a categorias nominais funcionais (Sn, SCLASS, SNUM), quando se justificarem (ver ainda capítulos anteriores).

Em (53) descreve-se, de maneira simplificada e assinalando com rasurado as cópias baixas, o processo “derivacional” de uma nominalização em *-da* e a estrutura sintática de um SDET tendo como *chegada* o seu “núcleo lexical” final (*a chegada das tropas*):⁹



Como (53) mostra, a raiz (acategorial) toma a vogal temática (VT), torna-se uma categoria verbal e ganha a sua natureza participial em ASP, amalgamando-se ao morfema *-d*. Ganha a natureza nominal em n (onde outros sufixos nominais podem ser gerados), amalgamando-se ao morfema *-a*. O nome deverbal formado move-se para o núcleo funcional NUM; em Esp de Sn o complemento (*d*)as *tropas* verifica a sua informação de genitivo, gerando *a chegada das tropas* (para uma alternativa à categoria onde o genitivo é verificado ver capítulo seguinte).

A questão aspetual não fica, no entanto, esgotada, dado que sabemos que certos nomes deverbais em *-da*, em particular os derivados de verbos de processo culminado, podem por vezes referir um processo (55), um processo culminado (56), um resultado ou uma culminação (57) ou mesmo uma entidade concreta (por extensão semântica) (58) (cf. Brito & Oliveira 1997, Brito 2005a, e capítulo 10):

(55) Assistimos à tomada da favela por traficantes durante um ano (processo).

(56) A tomada da favela pela polícia numa só semana foi surpreendente. (processo culminado)

(57) A tomada da favela trouxe paz à população (culminação)

(58) Esta tomada (elétrica) está avariada. (entidade)

Na origem destas interpretações estão o tipo de expressões adverbiais e a natureza do predicado da frase; a natureza do complemento é igualmente um fator determinante, uma vez que meros plurais favorecem a leitura de processo (59) e uma descrição definida favorece a leitura de processo culminado (ver (60) versus (61)):

(59) A tomada de favelas aconteceu durante uma semana. (processo)

(60) ?? A tomada de favelas aconteceu numa semana.

(61) A tomada da favela aconteceu numa semana. (processo culminado)

12.6 ————— CONCLUSÕES

Do ponto de vista morfológico, o capítulo permitiu confirmar a análise do português e do espanhol por parte de alguns autores segundo os quais as formas em *-da*, *-do* e *-ada* são distintas: *-ada* permite formar nomes denominais ou nomes a partir de nomes através de um verbo / raiz verbal, mas em qualquer dos casos as palavras não são a forma feminina do participípio; *-do* é o morfema do participípio e forma nominais de duas maneiras: por um processo

de elipse nominal e pela própria forma em *-do*, que tende a ser mais expressão de resultado ou de entidade; *-da* tem na sua origem a forma feminina do particípio e, enquanto tal, é um sufixo que se liga a bases verbais para criar nominalizações essencialmente eventivas.

De forma a perceber que tipos de bases verbais aceitam o sufixo *-da*, discutimos se é a estrutura argumental ou se é a estrutura de evento / a natureza aspetual lexical que determinam essa formação. Aceitámos a ideia de Fábregas (2010) segundo a qual verbos que têm “temas incrementais” (ou, usando a terminologia de Ramchand (2008), “objetos trajetórias remáticas”) tendem a associar-se ao sufixo *-da*. A estrutura de evento não é determinante, uma vez que os nomes deverbais em *-da* são derivados a partir de verbos télicos e não télicos e até de um V como *estar*.

De forma a captar as propriedades apontadas, foi esboçado um tratamento da formação de nomes em *-da* de acordo com a Morfologia Distribuída, defendendo-se que *-da* tem duas componentes: *-d*, forma do particípio e expressão da categoria verbal ASP e *-a*, um morfema nominal, em que o feminino está estreitamente ligado ao traço de evento.

- 1 Este capítulo parte de Brito (2013) e (2017a). O texto de 2017, em inglês, não comporta o ponto 12.1. sobre a questão morfológica; por sua vez esse texto comporta uma secção sobre a “rivalidade” entre *-da*, *-mento* e *-ção*, que aqui não figura do mesmo modo; a estrutura sintática também apresenta algumas pequenas diferenças. De qualquer modo agradeço a Maria Bloch-Trojnar e Anna Malicka-Kleparska, as editoras do livro, e à Mouton de Gruyter a permissão de utilização do texto.
- 2 Sher (2006) analisa três tipos de formação em *-ada*: (i) nomes que podem coocorrer com uma raiz diferente da que deu a nominalização: (a) *O João deu uma martelada no prego* (= *O João martelou o prego*), em que há uma interpretação de “diminutivização”, no sentido em que (a) significa que deu uma martelada uma só vez; (ii) uma formação em *-ada* através de um V, uma palavra, e por isso a projeção nominal negoceia o significado da raiz em contexto nominal; aqui a nominalização não aceita coocorrer com nomes derivados de outras raízes: (b) * *O João deu uma parafusada no pé da mesa com um prego*; (iii) um terceiro tipo em que não há qualquer leitura de diminutivização da eventualidade denotada e qualquer combinação com outras raízes é impossível: (c) * *O João deu uma cabeçada na parede com a testa*. Neste terceiro caso, não há nó ASP e o núcleo (verbal) é nulo, tomando como complemento uma categoria nominal. Qualquer destes três tipos não está diretamente relacionado com o particípio dos verbos correspondentes (quando eles existem), e isto por duas razões: o morfema que comportam é *-ada*, um sufixo essencialmente destinado a formação pós-nominal, e não *-da* ou *-do*; os verbos a que alguns destes nomes dão origem são mais complexos do ponto de vista da formação, envolvendo por exemplo prefixos (por exemplo *faca* > *esfaquear*;

- punhal* > *apunhalar*). Veja-se ainda que os nomes em *-ada*, quer os que são denominais quer os que “passam” por uma fase intermédia verbal, são nomes de evento simples, como lhes chamaria Grimshaw (1990), são nomes contáveis e pluralizáveis.
- 3 Analisando os significados deste sufixo, Said Ali (pp. 239-40) indica os seguintes: 1) golpe ou ferimento (*punhalada, dentada, cabeçada*); 2) medida ou quantidade (*garfada, braçada*); 3) significado coletivo (*meninada, papelada*); 4) alimento cozinhado (*limonada, marmelada*). Acrescenta que todos os nomes em 1) exprimem um “ato praticado com rapidez”, o que também pode ser encontrado em nomes como *lufada, nortada, risada, gargalhada, cartada, jogada*; a noção de duração deu origem à formação do grupo *jornada, noitada, temporada*; nomes em *-ado* definem título honorífico (*principado, consulado*); refere também que muitos nomes em *-ata, -ato* vêm diretamente do latim ou do italiano (*sonata, sindicato*).
- 4 Bordelois apresenta ainda nominais em *-da* que diz serem derivados de verbos meteorológicos: *la helada, la nevada, la granizada*. Contudo, apesar de haver uma raiz comum, penso que há aqui uma confusão com nomes denominais; de facto, parece-me que estes nomes são derivados de nomes, mesmo que passem por uma “fase” verbal (*helo-helar-helada*). Recorde-se que, se fosse a partir de verbos, como estes verbos não têm argumento interno, a tese da ergatividade defendida pela autora seria mais uma vez contrariada.
- 5 Para Ramchand (2008: 34, 35) um objeto remático não é sujeito de nenhum subevento, mas é parte da descrição do predicado; é o que acontece normalmente com verbos estativos. No caso de um verbo de movimento como *to walk* (*We walked the West Highland; Chris ran the Boston marathon; We danced the meringue; Kavana jogged two miles*), os objetos ou medem a trajetória ou descrevem a própria trajetória. É a isto que a autora chama trajetórias ou trajetórias remáticas, por não poderem ser nem “undergoer” nem “resultee”.
- 6 Ao contrário de *-do* e *-da, -ción* parece não ser sensível à estrutura argumental do V; de facto, em espanhol (e em português a situação é parecida) *-ción* pode associar-se a Vs que selecionam um “undergoer” e não altera o aspeto do V: *elegir / elección*; pode juntar-se a um V que tem uma trajetória remática como objeto (tema incremental): *construir / construcción*; pode ser um processo ou um processo culminado; não exige uma VT em especial (*manutención, recepción*). Por vezes, certas nominalizações em *-ción* nem sequer exprimem eventos ou nomes de resultado, mas entidades concretas: *coloración, posición, dirección, tradición* (cf. Fábregas 2010, pp. 77-79).
- 7 Outros verbos, como *escrever, conquistar* têm propriedades semânticas semelhantes; no entanto, na sincronia atual os nomes deverbais *escrita* e *conquista* não podem considerar-se construídos da mesma maneira. Agradeço a Alexandra Rodrigues esta observação.
- 8 Do ponto de vista semântico estes verbos são aquilo que Leal e Oliveira (2008) designaram verbos de “processo culminável”. De facto, são fatores contextuais que acabam por definir o tipo aspetual do verbo. Vejam-se os exemplos dos autores: (i) O João caminhou para a escola durante meia hora; (ii) O João caminhou para a escola em meia hora. Quer dizer, certos verbos parecem indeterminados quanto ao traço télico e são os fatores contextuais que definem o seu valor aspectual.
- 9 Em Brito (2017a) proponho uma estrutura mais sofisticada inspirada em Alexiadou *et al.* (2011).
- 10 Os advérbios de tempo/aspeto são gerados como adjuntos a ASP, justificando a construção de valores aspetuais composicionais.

13 ——— NOMINALIZAÇÕES DERIVADAS DE VERBOS INACUSATIVOS COM ADJETIVOS TEMÁTICOS¹

O objetivo do capítulo é analisar, em Português Europeu, nominalizações derivadas de verbos inacusativos com adjetivos temáticos a exprimir um dos argumentos. O capítulo está organizado da seguinte forma: depois da Introdução (13.1) e da apresentação das abordagens de Kayne e de Grimshaw (13.2), em 13.3. serão apresentados dados do espanhol. Em 13.4. exploro as interpretações de adjetivos temáticos com nominalizações transitivas em português. Em 13.5. serão estudados os valores aspetuais e a estrutura argumental das nominalizações derivadas de verbos inacusativos em PE. Em 13.6. será apresentada uma abordagem sintática das nominalizações, explorando o modelo de Alexiadou (2001). Em 13.7. a natureza e as posições dos adjetivos temáticos são analisadas no âmbito da Morfologia Distribuída; e em 13.8. apresentam-se as conclusões do capítulo.

13.1 ——— INTRODUÇÃO

Kayne (1984), ao analisar a sintaxe das nominalizações derivadas de Vs transitivos em inglês com adjetivos temáticos a exprimir um dos argumentos, notou uma assimetria sujeito / objeto que está ilustrada em (1) (que propositadamente não traduzo nesta fase do capítulo):

- (1) (a) The *Russian* _{Agente} bombardment of Iran _{Tema} will be condemned.
(b) *? The *Iranian* _{Tema} bombardment by Russia _{Agente} will be condemned.

Em (1a) *Russian* só pode ser interpretado como Agente e *Iran* como Tema; em (1b) a interpretação de *Iranian* como Tema ou Paciente na mesma posição que o adjetivo temático *Russian* ocupa em (1a) é agramatical.

Quer dizer, com uma nominalização derivada de um V transitivo, um adjetivo temático (na posição pré-nominal em Inglês) pode exprimir o argumento Agente do N, mas não o Tema.

Explorando as consequências desta assimetria, vários autores notaram que, no que diz respeito a nominalizações derivadas de verbos inacusativos, como estes verbos têm um argumento interno mas não têm um externo (Perlmutter

1978, Burzio 1986), espera-se que o argumento interno de tais nominalizações não possa ser expresso por um adjetivo temático (Kayne 1984, Giorgi & Longobardi 1991, Picallo 1991).

Desenvolvendo esta ideia, Bosque & Picallo (1996) e Picallo (1999) propuseram que, se, por acaso, estas nominalizações admitirem um adjetivo temático como argumento interno, então a interpretação destas nominalizações só pode ser de resultado (e não de evento).

O objetivo principal do capítulo é repensar estas propostas.

13.2 — RESTRIÇÃO SOBRE O USO DE ADJETIVOS TEMÁTICOS COMO ARGUMENTOS INTERNOS DE NOMINALIZAÇÕES DEVERBAIS

Como se sabe, algumas línguas dispõem de adjetivos relacionais, um caso especial de adjetivos, pois estão estritamente ligados a expressões nominais, estabelecendo relações semânticas com os nomes que acompanham (Casteleiro 1981, Giorgi & Longobardi 1991, Demonte 1999, Miguel 2004, 2006, entre outros). Ver ainda o capítulo 8.

Bosque & Picallo (1996), para o espanhol, mostraram, de forma convincente, que os adjetivos relacionais são de dois tipos: os adjetivos temáticos, que correspondem a argumentos verdadeiros dos nomes com os quais coocorrem; e adjetivos classificadores, que não são argumentos verdadeiros, uma vez que representam propriedades externas da entidade denotada pelo nome (ver também Fábregas 2005, pp. 121-2); como tal, esses segundos adjetivos estão mais próximos de adjuntos do que de argumentos. Os exemplos em (2), dados por Bosque e Picallo, representam as duas classes.²

(2) (a) pesca *ballenera* (adjetivo temático)

(b) parque *jurásico* (adjetivo classificador)

Ao analisar nominalizações derivadas de verbos transitivos em inglês e as possibilidades de expressão do Tema e do Agente por adjetivos temáticos, Kayne (1984: 139) notou uma assimetria sujeito-objeto no que diz respeito aos adjetivos temáticos e a que já fizemos referência no ponto anterior: um adjetivo desse tipo só pode exprimir o argumento Agente do N e não o Tema. Veja-se de novo os exemplos em (1), repetidos como (3) e ainda outros (exemplos do autor):

(3) (a) The *Russian* _{Agente} bombardment of Iran _{Tema} will be condemned.

o russo bombardeamento de Irã será condenado
'O bombardeamento russo do Irã será condenado.'

(b) *? The *Iranian* _{Tema} bombardment by Russia _{Agente} will

be condemned.

o iraniano bombardeamento pela Rússia será condenado

- (4) (a) The *Tanzanian* _{Agente} invasion of Uganda _{Tema} is imminent.

a invasão tanzaniana de Uganda está iminente

'A invasão tanzaniana do Uganda está iminente.'

- (b) *? The *Ugandan* _{Tema} invasion by Tanzania _{Agente} is imminent.

a ugandesa invasão pela Tanzânia está iminente

Esta restrição não acontece quando o Tema é expresso por um Nome no genitivo, que, no caso do inglês, pode ser expresso na posição pré-nominal, como já vimos no capítulo 8; ver os exemplos (5) e (6):

- (5) *Iran's* _{Tema} bombardment by Russia _{Agente}

- (6) *Uganda's* _{Tema} invasion by Tanzania _{Agente}

Para Kayne, portanto, só papéis temáticos de argumentos não subcategorizados podem ser atribuídos aos adjetivos temáticos.³ Isto é conhecido como a restrição de Kayne sobre o uso de adjetivos temáticos com nominalizações.

Como vimos nos capítulos 10 e 11, relacionando a estrutura de evento e a estrutura argumental dos nomes, Grimshaw (1990, pp. 49-51) propôs que nomes de evento complexo têm estrutura argumental e devem exprimir o argumento interno, enquanto o argumento externo é sempre opcional ((7) e (8)); nomes de evento simples ou nomes de resultado não têm estrutura argumental (ver (9)):

- (7) The examination of the patients took a long time. (evento)

o exame dos pacientes levou um longo tempo

'O exame dos pacientes levou muito tempo.'

- (8) The doctor's examination of the patients took a long time. (evento)

o médico.GEN exame dos pacientes levou um longo tempo

'O exame dos pacientes pelo médico levou muito tempo.'

- (9) The examination / exam was on the table. (resultado / entidade concreta).

'O exame estava sobre a mesa.'

Aplicando este raciocínio a nominais derivados de verbos inacusativos, Grimshaw (1990, p. 122) propõe que essas nominalizações, por não terem um argumento externo, não devem descrever eventos (complexos) e espera-se que tenham apenas a leitura de resultado. Ou seja, a relação entre estrutura de evento e estrutura argumental é explorada por Grimshaw de tal forma que uma nominalização deverbal que é, em

certo sentido, deficiente no que diz respeito à estrutura argumental (por ser derivada de um V inacusativo) é igualmente destituída de uma interpretação aspetual, a interpretação de evento (complexo).

Considerando tudo isso, esperamos consequências no que diz respeito à distribuição de adjetivos temáticos com nominais derivados de verbos inacusativos.

Vejamos, em primeiro lugar, o que acontece em espanhol.

13.3 ————— ADJETIVOS TEMÁTICOS COM NOMINALIZAÇÕES DEVERBAIS EM ESPANHOL

Desenvolvendo a análise de Kayne (1984), Grimshaw (1990), Giorgi & Longobardi (1991, pp. 125-9) Crisma (1993), e Picallo (1991, pp. 287-8), Bosque & Picallo (1996, nota 11), para o espanhol, notaram a agramaticalidade de nominais derivados de verbos inacusativos quando o argumento interno é expresso por um adjetivo temático:

(10) *la desaparición *yugoslava* del mapa político mundial
o desaparecimento jugoslavo do mapa político

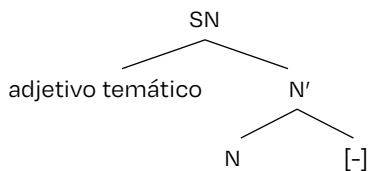
(11) *la salida *real* del palácio
a saída real do palácio

(12) ? El nacimiento *imperial*
o nascimento imperial

(13) *una llegada / salida *matrimonial*
a chegada / saída matrimonial

E concluem, como faz Grimshaw, que, nas nominalizações derivadas de verbos inacusativos, o argumento interno não pode ser expresso por um adjetivo temático. A explicação formal é a seguinte: de acordo com os autores, o adjetivo temático, como todos os adjetivos deste tipo, é projetado numa posição de especificador, conforme descrito em (14), impedindo a projeção do argumento interno sob a forma de genitivo e criando um problema para o Princípio de Projeção, porque o nome, devido às suas propriedades de seleção, deveria ter um complemento:

(14)



Picallo (1999, p. 381) observa que existem alguns exemplos gramaticais com nominais derivados de verbos inacusativos com o argumento interno expresso por um adjetivo temático, mas considera, como Grimshaw, que eles têm exclusivamente a leitura de resultado. Um argumento a favor dessa proposta é o seguinte: em espanhol, quando o nominal tem o significado de resultado, uma expressão temporal deve ser precedida pela preposição *de* (comportando-se então como uma construção genitiva “normal”); quando o nominal tem o significado de processo, nenhuma preposição é necessária (ver os exemplos (15)-(17)):⁴

- (15) (a) La erupción *volcánica* del año 1950... (resultado)
'A erupção vulcânica do ano 1950'
(b) La erupción *volcánica* el año 1950... (evento)
a erupção vulcânica o ano 1950
- (16) (a) La crecida *fluvial* de ayer... (resultado)
'A inundaçãõ fluvial de ontem'
(b) La crecida *fluvial* ayer ... (evento)
a inundaçãõ fluvial ontem
- (17) (a) La emigración *mexicana* de la pasada década... (resultado)
'A emigraçãõ mexicana da década passada'
La emigración *mexicana* la pasada década... (evento)
a emigraçãõ mexicana a pasada década

A conclusão é a mesma proposta por Bosque & Picallo (1996, nota 13) e ainda Demonte (1999, pp. 151-152): quando esses nominais admitem um adjetivo temático como argumento interno, isso exclui a leitura de evento e permite apenas a leitura de resultado.

É importante lembrar que, segundo esses autores, os adjetivos temáticos com a interpretação de Tema são, em geral, impossíveis com nominalizações de processo derivadas de verbos transitivos (mesmo com o Agente explícito através de um SPREP), como é o caso de (18):

- (18) *la producción *quesera* por los holandeses
a produçãõ queijeira pelos holandeses

De acordo com os autores, a razão da agramaticalidade de (18) é a mesma de (10)-(13): como os adjetivos temáticos são projetados em posições de especificador, isso cria um problema para o Princípio de Projeção. Assim, é possível concluir “que o sujeito de uma nominalização inacusativa, sendo o mesmo que o argumento Tema selecionado por um núcleo transitivo, não pode aparecer como adjetivo relacional se a construção significar um evento” (Picallo 1999, p. 381) (minha tradução).

Esta apresentação justifica alguns comentários.⁵

Em primeiro lugar, verificámos que nem todos os falantes de espanhol têm os mesmos julgamentos que Picallo e Bosque. De facto, Fábregas (2005) faz uma avaliação diferente dos exemplos, considerando que adjetivos temáticos com a interpretação de Tema, isto é, argumentos internos de nominais transitivos, são aceitáveis com um *by-phrase* significando o Agente, como em (19), (contrastando com (20) e (21), que usam a preposição *de* para indicar Agente):⁶

(19) La pesca *ballenera* por parte de los japoneses

'A pesca baleeira por parte dos japoneses'

(20) *La pesca *ballenera* de los japoneses

a pesca baleeira dos japoneses

(21) *La pesca de las ballenas de los japoneses

a pesca das baleias dos japoneses

Em segundo lugar: exemplos correspondentes a (19)-(20) deveriam ser agramaticais se o Agente aparecesse como adjetivo temático, porque seria expresso na posição de especificador. Mas isso não é verdade; de facto, um exemplo como (22), com dois adjetivos temáticos, um Tema e um Agente, é considerado bem formado por Fábregas e tem uma leitura de evento:

(22) La pesca *ballenera japonesa* comienza cada día al alba.

Mesmo Bosque e Picallo apresentam alguns exemplos com dois adjetivos temáticos, como (23), mas os autores interpretam-nos apenas como nomes de resultado:⁷

(23) producción *marisquera*_{Tema} *gallega*_{Agente} (resultado)

Terceiro ponto: quanto aos nominais derivados de verbos inacusativos, a proposta de Bosque e Picallo prevê que os verbos inacusativos nunca poderão licenciar o sujeito das nominalizações correspondentes. No entanto, Fábregas (2005) nota que as nominalizações nos exemplos (15)-(17) de Picallo, com *de* antes de uma expressão temporal, podem aparecer como sujeito de predicados como *durar*, *tener lugar*, o que lhes dá uma leitura clara de processo (ver os exemplos 24-26):

(24) La erupción volcánica del año 1950 se prolongó durante varios días.

'A erupção vulcânica do ano de 1950 prolongou-se durante vários dias.'

(25) La crecida fluvial de ayer comenzó al romperse la presa.

'A inundaçãõ fluvial de ontem começou ao quebrar-se a barragem.'

(26) La emigración mexicana de la pasada década fue presenciada con preocupación por las autoridades.

'A emigração mexicana da década passada foi presenciada com preocupação pelas autoridades.'

Assim, é possível concluir que a agramaticalidade de exemplos como (10)-(13) pode não ser produto da projeção dos adjetivos relacionais na posição de especificador de um constituinte nominal. Além disso, há uma variação gramatical em espanhol que merece uma explicação.

13.4 ——— NOMINALIZAÇÕES DERIVADAS DE VERBOS TRANSITIVOS EM PE

Analise agora alguns dados do PE sobre adjetivos temáticos. Em primeiro lugar, refiram-se brevemente nominais derivados de verbos transitivos. Como notam Brito (1996, que constitui o capítulo 8 deste livro) e Miguel (2004), entre outros, um adjetivo temático isolado (exprimindo, por exemplo, nacionalidade) com um nominal derivado de verbos transitivos é, como noutras línguas, interpretado preferencialmente como Agente:

(27) A primeira invasão *francesa* deu-se no ano de 1807.

(28) A ocupação *indonésia* durou quase vinte e cinco anos.

Como faz parte do nosso conhecimento do mundo que Portugal foi invadido pela França no princípio do século XIX e que Timor-Leste foi ocupado pela Indonésia no final do século XX, estas frases significam imediatamente que *francesa* e *indonésia* representam, de facto, Agentes. No entanto, o mesmo tipo de adjetivo temático pode igualmente ser interpretado como Tema, se, no contexto anterior, for mencionada uma expressão referencial que denote o Agente, como em (29a), ou se o Agente for explicitamente referido por um *by-phrase*, como em (29b):

(29) (a) (Falando sobre a França) As invasões *portuguesas* deram-se entre 1807 e 1810; a invasão *rusa* deu-se em 1812.

(b) As invasões *portuguesas* pela França deram-se entre 1807 e 1810; a invasão *rusa* deu-se em 1812.

Neste contexto particular, *portuguesa* e *rusa* significam o Paciente ou o Tema da invasão (cf., no mesmo sentido para o espanhol, Fábregas 2005, p. 171).

Miguel (2004) e (2006) mostra também que os adjetivos temáticos podem exprimir um argumento interno dependendo das propriedades de seleção dos nomes envolvidos, como em (30) e (31), onde o argumento Agente/Causa é expresso por um adjetivo temático (31b) ou por um *by-phrase* ((30) e (31c)) (exemplos da autora):

(30) Os portuenses assistiram, impotentes, à inundação *ribeirinha* pelas águas do Douro.

(31) (a) a pesca *bacalhoeira*

(b) a pesca *bacalhoeira portuguesa*

(c) a pesca *bacalhoeira* pelos portugueses

Vemos então que no PE os adjetivos temáticos que coocorrem com nominalizações deverbais derivadas de verbos transitivos não se limitam exclusivamente à interpretação de Agente; de acordo com as propriedades argumentais dos nomes, tais adjetivos podem também ser interpretados como Tema ou Paciente, independentemente da forma como o Agente é expresso: (em (29a) o Agente é inferido do contexto, em (31b) é expresso por outro adjetivo temático; em (31c) por meio de *by-phrase*.

Parece assim que, quanto às nominalizações deverbais derivadas de verbos transitivos, a variedade do PE representada por Miguel e por mim própria é semelhante à representada por Fábregas para o espanhol.

E o que se espera é que os falantes que aceitam estes dados aceitem igualmente adjetivos temáticos como argumento interno de nomes derivados de Vs inacusativos. Analisemos, então, nominalizações derivadas de verbos inacusativos no PE.

13.5 ——— NOMINALIZAÇÕES DERIVADAS DE VERBOS INACUSATIVOS EM PE

Em PE é possível derivar nomes a partir de Vs inacusativos de aparecimento / desaparecimento (*acontecimento, aparecimento, nascimento, ocorrência, morte*) e de Vs de movimento (*chegada, entrada, passagem, queda, regresso, saída, vinda, volta*).⁸

Em primeiro lugar, analisemos a dimensão aspetual destas nominalizações.

Os Vs inacusativos estão, em geral, relacionados com telicidade (Tenny 1987) e selecionam um argumento interno que é Tema ou Paciente. É, portanto, natural que expressem tipicamente um significado de culminação ou resultado. Uma análise detalhada destes Vs mostra, contudo, que não se trata de uma classe aspetualmente homogénea (Brito 2005a). O mesmo acontece com as suas nominalizações.

Nomes como *morte* e *nascimento* são culminações (“achievements”), o que é confirmado pelo seu comportamento com advérbios temporais.

(32) A morte teve lugar às três horas / *num minuto / *durante um minuto.

(33) O nascimento teve lugar às três horas / *numa hora / *durante uma hora.

Em relação a nomes como *acontecimento*, *ocorrência*, devido ao seu significado muito vago, podem ser sistematicamente ambíguos entre processo, processo culminado ou culminação / resultado; vejamos os exemplos em (34)-(36):

(34) O acontecimento teve lugar no dia 9 de dezembro às 9h. (culminação / resultado)

(35) O acontecimento teve lugar num minuto. (processo culminado)

(36) O acontecimento teve lugar durante um minuto. (processo)

Vejamos agora nomes derivados de verbos de movimento, como *entrada*, *saída*, *chegada*, *partida*, *regresso*:

(37) A entrada das tropas teve lugar às três horas. (culminação / resultado)

(38) A entrada das tropas teve lugar numa hora. (processo culminado)

(39) A entrada das tropas desenrolou-se durante uma hora. (processo)

(40) Durante a entrada / chegada / partida das tropas invasoras, houve muitos incidentes. (processo)

A partir dos exemplos (37)-(40), vemos que um nome derivado de um verbo inacusativo de movimento como *entrada* pode ser, em determinadas circunstâncias, ambíguo entre um processo, um processo culminado e uma leitura de culminação / resultado, ao contrário do que tem sido afirmado na literatura. Em particular, Grimshaw (1990) considerou que as nominalizações derivadas de verbos inacusativos, por não possuírem um argumento externo, não deveriam descrever eventos complexos e teriam apenas o significado de resultado. Os exemplos mostram que tais nomes são aspetualmente muito mais complexos do que o esperado.

Da apresentação acima, percebe-se que o argumento interno das nominalizações derivadas de verbos inacusativos de aparecimento / desaparecimento é tipicamente expresso por um SDET no genitivo ou eventualmente por um possessivo. Já as nominalizações derivadas de verbos de movimento, além do argumento interno, podem ter outros argumentos, expressos por SPREPs ou Advérbios, significando Fonte / Origem e Meta ((41)-(42)):

(41) A vinda *do rapaz de Lisboa para o Porto* será na quinta-feira.

(42) A ida *do camião de casa para a quinta* foi demorada.

Alguns destes nomes têm leitura de indivíduo / entidade, como em (43), mas tal não interessa para este capítulo:

(43) A entrada (do edifício) é bonita.

Analisemos agora a possibilidade de expressão do argumento interno por adjetivos temáticos. Quanto aos nomes derivados de verbos de aparecimento/desaparecimento, é muito difícil aceitar um adjetivo temático como argumento interno do nominal, como previsto na literatura:

(44) *?A morte *judaica* na Segunda Guerra foi um crime hediondo.

(45) *?No Maio 68, o aparecimento *operário* nas manifestações mudou a situação.

(46) *?O desaparecimento *índio* na Amazónia é uma perda para a humanidade.

(47) *?O aparecimento *bacteriano* na ferida significa que há infeção.

O português comporta-se assim como o espanhol e como outras línguas quanto a este aspeto.

Observemos agora o comportamento de adjetivos temáticos com nomes derivados de verbos de movimento. Ao contrário de alguns falantes que preferem sempre os exemplos com genitivos (*a entrada dos americanos...*), eu aceito nominalizações derivadas de verbos de movimento com uma leitura de processo com adjetivos temáticos para exprimir o argumento Tema, como em (48)-(50):

(48) A entrada *americana* no Iraque decorreu de maio a junho.

(49) A entrada *americana* no Iraque foi lenta.

(50) A entrada *americana* no Iraque prolongou-se durante algum tempo.

O que é importante é que os falantes que aceitam esses exemplos são justamente os mesmos que aceitam os exemplos (29), (30) e (31), com a interpretação de Tema do adjetivo temático.

Parece então que no PE, à semelhança do que acontece no espanhol, existem duas gramáticas: uma, onde é possível não só atribuir a interpretação de Tema a adjetivos temáticos de nominalizações derivadas de verbos transitivos, como também atribuir a interpretação de Tema ao argumento interno das nominalizações de processo derivadas de verbos de movimento; e outra, onde nenhuma destas possibilidades acontece, isto é, não é possível nem atribuir a interpretação de Tema a adjetivos temáticos

de nominalizações derivadas de verbos transitivos nem atribuir a interpretação de Tema ao argumento interno de nominalizações de processo derivadas de verbos de movimento.

Já se percebeu que as nominalizações derivadas de verbos de aparecimento / desaparecimento são predicados de um lugar e se comportam como esperado, não permitindo que o argumento interno apareça como adjetivo temático. Pelo contrário, o conjunto de nominalizações que, pelo menos para um dado grupo de falantes, admite um adjetivo temático para exprimir o argumento interno é formado por predicados com mais do que um argumento relacionado com espaço. Há aqui uma diferença importante, não percebida, que eu saiba, na literatura. Além disso, vimos que um nome derivado de um verbo inacusativo pode ter uma leitura de processo ou de resultado; assim, a ausência de um argumento Agente não está associada a uma leitura de não-evento, o que contraria a visão de Grimshaw (1990). Tudo isso sugere que a relação entre estrutura de evento e estrutura argumental destes nomes deverbais deve ser seriamente considerada, como já temos vindo a perceber pela leitura dos capítulos anteriores.

13.6 ————— DESENVOLVENDO A ABORDAGEM DE ALEXIADOU (2001) DAS NOMINALIZAÇÕES DEVERBAIS

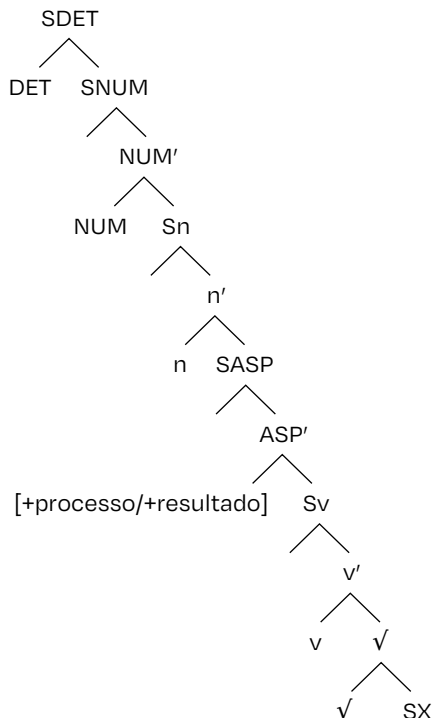
Nos parágrafos seguintes, tentarei analisar os dados apresentados acima, o que será feito em duas etapas. Num primeiro momento, apresentarei uma abordagem sintática das nominalizações, inspirada em Alexiadou (2001) e, num segundo momento, discutirei a natureza dos adjetivos temáticos e a forma como eles participam na atribuição de caso e de papel temático.

Como vimos no capítulo 11, Alexiadou (2001) considera que na base dos nomes de processo e de resultado há raízes neutras do ponto de vista categorial. Na sua abordagem, as diferentes leituras dos nomes resultam de uma diferença nas projeções funcionais que dominam a raiz. Enquanto nos nomes de evento, a raiz lexical é dominada por categorias funcionais verbais Sv e SASP (pelo menos) e projeções nominais SNUM e SDET, na leitura de resultado a raiz lexical é dominada apenas por projeções funcionais nominais (cf. Alexiadou 2001, pp. 19, 112).

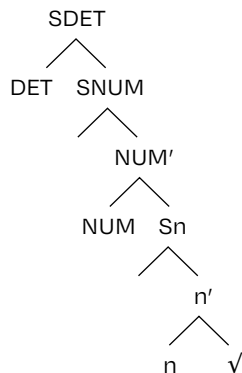
Adotarei o tratamento de Alexiadou, com uma diferença: tanto os nomes de processo como os de resultado são considerados como tendo uma estrutura semelhante (51), embora diferenciados

por um traço aspetual [+processo] ou [+resultado], em contraste com nomes de indivíduo/entidade, que não têm nem Sv nem SASP, como descrito em (52) (cf. Sleeman & Brito 2010 e cap. 11 deste livro). Sobre a natureza de SX na representação ver adiante:

(51)



(52)



Aceitando este tipo de abordagem, (51) representa a estrutura sintática de nominalizações de evento/resultado, como (32)-(42),

enquanto (52) representa a estrutura de um nominal de entidade / indivíduo, como (43).

Visto que, pelo menos para uma gramática do espanhol e do português, o argumento interno das nominalizações de processo derivadas de verbos inacusativos de movimento e de nominalizações derivadas de verbos transitivos podem ser expressos por adjetivos temáticos, precisamos, então, de discutir a natureza dos adjetivos temáticos no quadro da Morfologia Distribuída, particularmente como eles se projetam numa estrutura sintática como (51).

13.7 — OS ADJETIVOS TEMÁTICOS REVISITADOS

13.7.1 — Os adjetivos temáticos no quadro da Morfologia Distribuída

A bibliografia sobre adjetivos relacionais (temáticos e classificativos) relaciona-os frequentemente com nomes e muitos autores consideram-nos “falsos adjetivos” ou “pseudoadjetivos” (Cf. Casteleiro 1981 para o PE, entre outros).

No âmbito da Morfologia Distribuída, essa relação é enfatizada e propõe-se que os nomes, assim como os adjetivos relacionais, são basicamente raízes neutras do ponto de vista categorial e são inseridos tardiamente na derivação (Fábregas 2005, entre outros). Nalguns casos, os adjetivos relacionais são as mesmas palavras que os nomes (*índio*); na maioria dos casos têm sufixos adjetivais específicos (como em *americano, presidencial*). Como os nomes, exibem traços de concordância. Pode-se, então, propor que um adjetivo relacional é formado por operações morfológicas de compor (‘merge’) e por um processo final de linearização, que dá origem ao adjetivo com um afixo. Sobre formação de palavras na Morfologia Distribuída, ver Marantz (1997), Alexiadou & Stravou (2005, p. 8), Fábregas (2005, pp. 141-142), entre outros.

Aceitando esta proposta, o que temos numa estrutura como (51) na posição do argumento interno da raiz inacusativa e que está representado por SX ou é um SDET (no caso de um genitivo “normal”) ou, de acordo com Fábregas, uma raiz neutra categorialmente (que virá a originar um adjetivo relacional temático).

13.7.2 — Atribuição de caso e de papel temático a adjetivos temáticos

Tomemos, em primeiro lugar, adjetivos temáticos com nomes derivados de verbos transitivos. Vimos que existe uma gramática do PE onde um adjetivo temático com a interpretação

de Tema pode seguir o nome, isolado ou seguido de outro adjetivo temático ou de um *by-phrase*, na ordem N+Tema+Agente, como em (31), repetidos como (53):

- (53) (a) a pesca *bacalhoeira*
 (b) a pesca *bacalhoeira portuguesa*
 (c) a pesca *bacalhoeira* pelos portugueses

No quadro do Programa Minimalista, Miguel (2006) propôs que: a) se o adjetivo temático é um Tema, então o adjetivo é projetado em posição de complemento do N por “set-merge” (*pesca bacalhoeira*); b) se o adjetivo temático for um Agente e se estiver isolado, projeta-se no Esp de SN, por “pair-merge” (*pesca portuguesa*), sendo a ordem final obtida por movimento do N; c) se os dois adjetivos temáticos coocorrem, o Tema é projetado na posição de complemento do SN e incorpora-se ao N; em a) e c) N+ADJ movem-se para Num, o que torna possível o aparecimento de outros adjetivos temáticos (*pesca bacalhoeira portuguesa*) (ver também Cinque 2010).

A ideia de que o Agente é projetado por “pair-merge” numa posição de especificador de SN é correta (ver de novo capítulo 8 do livro). Contudo, a ideia de incorporação de um N+ADJ pode ser problemática no âmbito da Morfologia Distribuída, pois N e ADJ são inseridos tardiamente na derivação.

A partir de Levi (1978) e Bosque (2002), Fábregas (2005) explora a estreita relação entre adjetivos temáticos e genitivos e propõe que superficialmente um adjetivo temático poderá ocupar a mesma posição que os genitivos nominais; esse facto explicaria, entre outras coisas, a agramaticalidade dos exemplos com dois genitivos como Agente e como Tema, pois os dois ocupariam a mesma posição; veja (20) e (21), aqui repetidos como (54) e (55):

- (54) * la pesca *ballenera* de los japoneses
 (55) * la pesca *de ballenas* de los japoneses

É claro que (54) e (55) são bons com uma eventual leitura de Possuidor *de los japoneses*, mas isso não é relevante para a nossa discussão. Com a leitura de Agente, só os exemplos com um *by-phrase* ou com outro adjetivo temático a representar o Agente são possíveis, como em (19) e (22), renumerados como (56) e (57):

- (56) la pesca *ballenera* por los japoneses
 (57) la pesca *ballenera japonesa* (...)

Ainda segundo Fábregas, é a configuração sintática motivada pela operação de compor (‘merge’) de um núcleo, Gen, que permite verificar o caso genitivo dos argumentos internos e esta é a base para o mecanismo de atribuição de um papel temático aos adjetivos temáticos. Assim, neste quadro, não só o afixo adjetival permite que

o nome se comporte como um nome no genitivo (como já sugerido por Levi 1978 e Bosque 2002), mas também a atribuição de caso genitivo está relacionada com a identificação de papel temático. De acordo com a Morfologia Distribuída, *de/ of* como marcas de genitivo são morfemas inseridos pós-ciclicamente.

Adoto, então, a proposta de Fábregas de que o adjetivo temático com a interpretação de Tema verifica o caso genitivo na posição de Esp de SGEN.

Em relação ao outro adjetivo temático com nomes derivados de verbos transitivos, normalmente com a interpretação de Agente, como nos exemplos (53b) e (57), proponho que ele seja projetado na posição de Esp da raiz (neutra categorialmente) e se mova para a posição de Esp de uma projeção nominal superior (Sn) em (51). Foi notado que o Agente é semelhante a um SPREP completo (Grimshaw 1990, Brito 1996, Miguel 2004, Fábregas 2005) e por isso vou assumir provisoriamente que o adjetivo temático é como se tivesse uma preposição (implícita) que atribui caso. Para uma proposta detalhada no quadro da Morfologia Distribuída ver Fábregas (2005, pp. 166-7).

Quanto aos nomes derivados de verbos inacusativos, vimos que a possibilidade de coocorrência com adjetivos temáticos depende em grande parte do facto de os nominais selecionarem um argumento ou selecionarem dois ou mais argumentos. Nomes como *aparecimento*, que selecionam um argumento na forma de um adjetivo temático, são agramaticais ou muito marginais, como em (45), renumerado como (58), contrastando com um SDET no genitivo, como em (59), que é gramatical:

(58) * o aparecimento *operário* (...)

(59) o aparecimento *dos operários*

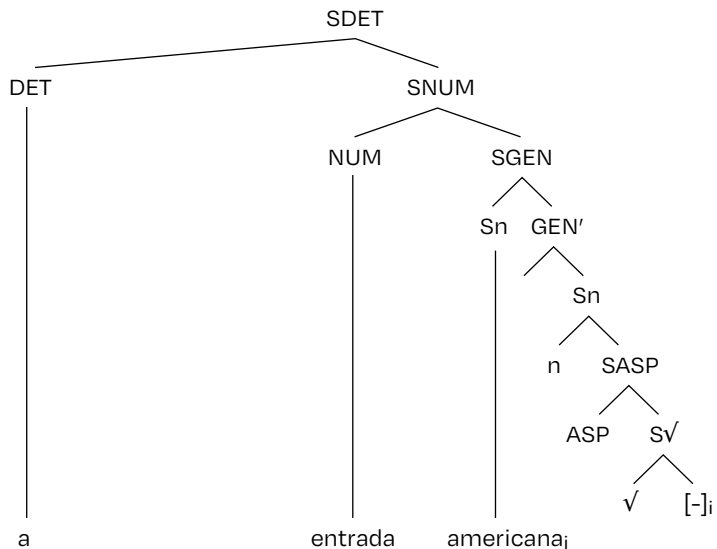
Quanto a nomes que selecionam dois ou mais argumentos, como *entrada*, ambos os exemplos são bons; veja-se (48), aqui renumerado como (60) e ainda (61):

(60) A entrada *americana* no Iraque decorreu de maio a junho.

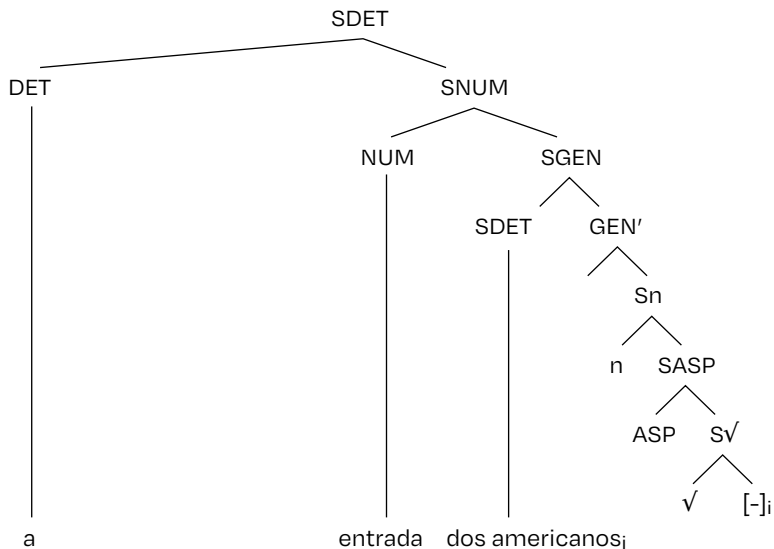
(61) A entrada *dos americanos* no Iraque decorreu de maio a junho.

Aceitando estas ideias, proponho que (60), com um adjetivo temático (*americana*), e o correspondente (61), com um genitivo SDET ((*a*)*os americanos*), tenham estruturas semelhantes ((62) e (63)), em que Sn no especificador de GEN em (62) representa a raiz que dará origem ao adjetivo temático inserido pós-ciclicamente; a ordem final em ambas as construções é obtida por movimento do N para NUM (não representado por questões de simplificação, ver capítulo 8):

(62)



(63)



13.7.3 — Uma hipótese sobre variação de gramáticas; verbos de movimento de novo

Vimos que há uma variação de gramáticas no que diz respeito a adjetivos temáticos. A gramática dos falantes que aceitam um

adjetivo temático como argumento interno de uma nominalização derivada de uma raiz transitiva ou inacusativa caracteriza-se pela seguinte condição, já sugerida no ponto anterior:

- (64) A atribuição de caso e o papel temático ao adjetivo temático interno operam na mesma posição e da mesma maneira que o SDET genitivo correspondente (aqui considerada a posição de especificador de SGEN).

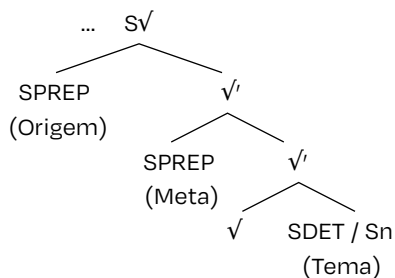
Os falantes que não aceitam que o argumento interno seja expresso como adjetivo temático são aqueles que possuem uma gramática onde o Esp de SGEN não está disponível para adjetivos temáticos internos e, conseqüentemente, a verificação de caso não opera. Como os adjetivos temáticos têm base nominal, as construções são ilegítimas e não podem ser interpretadas em FL.

Vimos também que os adjetivos temáticos com nomes de movimento parecem mais aceitáveis do que com nomes de aparecimento/desaparecimento. Assim, uma segunda condição parece aplicar-se:

- (65) A interpretação do Tema de um predicado de movimento é favorecida pela presença de um SPREP ou de um ADV locativo (explícito ou implícito).

Proponho assim que a estrutura básica (parcial) de uma raiz que exprime movimento (na base, neutra do ponto de vista categorial) é algo como o descrito em (66).⁹ Admitirei, sem problematizar muito, a recursividade de $\sqrt{\cdot}$:

- (66)



O que estou a sugerir, então, é que a atribuição de papel temático do argumento interno dos verbos de movimento e das suas nominalizações depende de algum tipo de composicionalidade, criada pela presença de SPREPs locativos. Nesse sentido, a atribuição do papel temático do argumento interno dos verbos de movimento e suas nominalizações é muito semelhante à atribuição do papel temático ao argumento externo dos verbos inergativos e transitivos, onde o significado do verbo e a composicionalidade de todo o

predicado interfere (veja-se a diferença entre *partir um braço*, em que o sujeito é Paciente versus *partir um copo* (intencionalmente), em que o sujeito é Agente ou Causa). Sobre este assunto ler o capítulo 2.

A confirmação dessa composicionalidade é dada por outros factos. Como observado em Brito (2005a), podemos ter advérbios de vontade ou de propósito com verbos de movimento (67) e com as nominalizações correspondentes (68) (ver também Lieber 2004, p. 30), que notou que alguns verbos inacusativos como *fall*, *go*, têm um traço [+ dinâmico]:

(67) Os americanos entraram intencionalmente / voluntariamente no Iraque.

(68) A entrada intencional / voluntária americana no Iraque teve consequências desastrosas.

Outra consequência da diferença entre os verbos de aparecimento / desaparecimento e os de movimento é o comportamento destes verbos no que diz respeito às construções com verbos leves. Como Cilene Rodrigues (c. p.) me indicou, no PB, é possível ter (69) mas não (70) - (72):

(69) dar uma chegada¹⁰

(70) * dar um nascimento

(71) * dar uma morte

(72) * dar um aparecimento

Isto confirma que as raízes lexicais de verbos de movimento inacusativos têm propriedades sintáticas e semânticas que em parte derivam dos seus argumentos locativos.

13.8 ————— SUMÁRIO E CONCLUSÕES

Neste capítulo, analisei a estrutura de evento e a estrutura argumental de nominalizações derivadas de verbos inacusativos.

Relacionando-as com nominalizações transitivas, pudemos confirmar a relação feita na literatura entre o comportamento do argumento interno de uma nominalização transitiva realizado como adjetivo temático e o comportamento de um adjetivo temático como argumento interno de uma nominalização derivada de um verbo inacusativo.

Porém, ao contrário do que é sugerido nalguma bibliografia, parece possível ter na mesma língua, neste caso o espanhol e o português, duas gramáticas: uma onde é possível não só atribuir a interpretação de Tema a adjetivos temáticos de nominalizações derivadas de verbos transitivos, como também atribuir a

interpretação de Tema ao argumento interno das nominalizações de processo derivadas de verbos de movimento. E outra gramática, onde tal não é possível.

Para analisar adjetivos temáticos com nomes deverbais no quadro da Morfologia Distribuída, propus que os adjetivos temáticos estão relacionados com nomes, tendo ambos como base uma raiz neutra do ponto de vista categorial; os adjetivos temáticos são inseridos tardiamente na derivação com afixos específicos. Adotei uma proposta de Fábregas (2005), segundo a qual, numa gramática do espanhol e numa gramática do português, os SDETs genitivos e os adjetivos temáticos internos ocupam a mesma posição superficial (Esp de SGEN) e que o mecanismo de atribuição de caso é uma condição para a atribuição de papel temático.

Assim, alguns falantes atribuem uma estrutura comum aos genitivos e aos adjetivos temáticos e consideram os exemplos gramaticais, contrastando com outros falantes cuja gramática produz uma estrutura onde a posição de Esp de SGEN não está disponível para adjetivos temáticos internos.

Para explicar a impossibilidade ou marginalidade de adjetivos temáticos em nominalizações derivadas de verbos de aparecimento / desaparecimento, contrastando com o que acontece com as derivadas de verbos de movimento, explorei a hipótese segundo a qual a interpretação de Tema de verbos de movimento é estabelecida pela presença de um SPREP ou de um ADV locativo (explícito ou implícito). Isso favorece uma conceção de composicionalidade na atribuição de papel temático ao argumento interno dos verbos inacusativos muito semelhante ao que ocorre com o argumento externo de alguns verbos inergativos e transitivos.

- | | | |
|---|---|---|
| 1 | O capítulo é a tradução de Brito (2008). | |
| 2 | Algumas propriedades dos adjetivos relacionais, em particular os temáticos (Casteleiro 1981 e Miguel 2004, 2006 para o português, Bosque & Picallo 1996, Demonte 1999 para o espanhol): | comparativas nem consecutivas;
(iii) Aparecem sempre em posição pós-nominal nas línguas românicas;
(iv) Normalmente não podem aparecer em posição predicativa;
(v) Não possuem antónimos;
(vi) São denominais;
(vii) Aceitam prefixos como <i>ante-</i> , <i>anti-</i> , <i>pré-</i> e prefixos neo-latinos do tipo de <i>neo-</i> , <i>paleo-</i> . |
| | (i) Representam papéis temáticos, tipicamente Tema e Agente/Experienciador;
(ii) Não são graduáveis, portanto, não aceitam ser modificados por palavras de grau nem aparecer em | 3 Kayne (1984, p. 139) explica a agramaticalidade de (3b) e de (4b) pelo |

- facto de a relação de objeto ter de ser expressa por 'of NP', combinada com o facto de o adjetivo não poder ligar um vestígio (cf. *the Iranian; bombardment [SN ei] by Russia). Como sugerido neste capítulo, numa abordagem pela MD, o adjetivo é inserido tardiamente e por isso a explicação deverá ser outra.
- 4 Alexiadou (2001, pp. 103-7) adota uma análise semelhante à proposta por Picallo e Bosque & Picallo: os adjetivos temáticos afetam apenas os nomes de resultado. Um dos seus argumentos é a impossibilidade de uma construção de controlo com nominais afetados por um adjetivo temático, como em: (i) *the Egyptian humiliation of Caesar in order to become the most powerful nation. No entanto, pelo menos para mim, o exemplo (ii) é aceitável: (ii) A entrada americana no Iraque para dominar o país demorou mais do que o esperado.
- 5 Ver, em particular, Fábregas (2005, pp. 168-170) e Miguel (2004, 2006), para o português. Esta autora mostra outros problemas da análise de Bosque e Picallo: (a) a coordenação de adjetivos temáticos é considerada difícil mas o exemplo (i) é gramatical: (i) as explorações terrestres e marítimas intensificaram-se a partir do século XV; (b) a modificação de adjetivos temáticos não é esperada mas (ii) é um bom exemplo: (ii) a pesca exclusivamente baleeira; a formação de "clusters" de adjetivos, proposta pelos autores de modo a explicar o movimento de sequências de adjetivos temáticos também pode ser problemática (ver ponto 13.6. deste capítulo).
- 6 Em italiano, Giorgi & Longobardi (1991, pp. 243-4) mostram que há também exemplos em que adjetivos temáticos parecem representar o argumento interno (i) a. lo sfruttamento minorile; b. il bombardamento londinese. Os autores consideram, contudo, que nestes casos "the referential Adjective does not bear a real internal θ -role, but rather an R-relation": *minorile* and *londinese* significariam 'em relação aos menores / a Londres' e não um argumento com um papel temático, considerando que "whenever there is an agent expressed by a *by-phrase* the acceptability of the examples immediately decreases: (ii) a. ?*lo sfruttamento minorile da parte delle grande imprese; b. ?*il bombardamento londinese da parte dei tedeschi". Como falante do português não vejo problemas nos exemplos e por isso considero que tais expressões nominais constituem argumentos internos dos nomes deverbais.
- 7 Analisando um exemplo como (i) *la producción sedera duro poco*, Bosque e Picallo consideram que ele não significa um período curto para produzir uma porção de seda, mas antes que uma porção de seda deixou de existir depois de um certo período. Isto significaria que o N, sendo de resultado e não de evento, é capaz de legitimar um argumento interno.
- 8 Os sufixos fundamentais de evento com bases inacusativas são, em PE: *-mento* (*acontecimento, aparecimento, nascimento, surgimento*); *-ência* (*ocorrência*); *-gem* (*passagem*); e nominais regressivos ou pós-verbais: *morte, queda, regresso*. Ver Rodrigues (2001, pp. 152-153) e Rodrigues (2006). Sobre nomes derivados de Vs inacusativos em *-da* (como em *saída, chegada, entrada, vinda, volta*), ver o cap. 12 do livro.
- 9 A confirmação da importância de um locativo SPREP ou ADV para a legitimação do adjetivo temático é dada por exemplos como (i) com o N *ressurgimento*, derivado de um verbo de aparecimento, mas com um locativo, *na Europa*: (i) Estamos a assistir ao ressurgimento nazi na Europa, que é melhor do que (ii) ? Estamos a assistir ao ressurgimento nazi.
- 10 Também em PE *dar entrada no hospital*.

14 ——— INFINITIVO NOMINAL E NOMINALIZAÇÃO DE ORAÇÃO INFINITIVA ¹

O presente capítulo trata da nominalização do infinitivo em português. Depois de uma introdução em que se apresentam tipos distintos de nominalizar o infinitivo e respectivas propriedades (14.1), analisa-se as propriedades temporais e aspetuais dessas formas (14.2) e em 14.3. propõe-se uma análise sintática. A análise será feita no quadro da Morfologia Distribuída.

14.1 ——— INTRODUÇÃO

Algumas línguas nominalizam o infinitivo precedendo-o de um determinante, o que levanta questões interessantes relacionadas com o estatuto categorial dos infinitivos. A possibilidade de nominalização do infinitivo foi notada por vários gramáticos da tradição luso-brasileira (Silva Dias 1979, Cuesta & Mendes da Luz 1971/ 1980, Cunha & Cintra 1984), que usaram alguns dos comportamentos desta forma para a classificar como uma das formas nominais do verbo.

No entanto, as pesquisas feitas para algumas línguas, em particular o espanhol², o italiano³ e o português, têm mostrado que há, pelo menos, duas formas distintas de nominalizar o infinitivo, uma com mais propriedades nominais, o infinitivo nominal, como em (1) e (2), e outra com mais propriedades verbais, constituindo a nominalização de uma oração infinitiva, como em (3) e (4):

- (1) *O cantar dos alentejanos* causa-me emoção.
- (2) Foi mesmo *o anunciar de uma nova era*.
- (3) *O ter ela escrito esses poemas* não me espantou.
- (4) *O festejarmos o aniversário* é uma tradição.

Em (1) e (2) o infinitivo nominal é caracterizado pela presença de um SPREP, um genitivo em *de*, o que é confirmado pela agramaticalidade de (5) e (6):

- (5) * *O cantar os alentejanos* causa-me emoção.
- (6) * Foi mesmo *o anunciar uma nova era*.

A nominalização de uma oração infinitiva, ilustrada em (3) e (4), é caracterizada pela presença de um sujeito no nominativo (*ela* em (3) ou por um sujeito nulo em (4), correspondente a *nós*, além disso, tanto (3) como (4) comportam um OD no acusativo, *esses poemas*, *o aniversário*).

Como se vê, o infinitivo nominal não tem sujeito, ao contrário da nominalização da oração infinitiva. Os exemplos (7) e (8), com um genitivo em *de* a coocorrer com um pronome sujeito, são agramaticais:

(7) * O cantar eles dos alentejanos causa-me emoção.

(8) * Foi mesmo o anunciar ele de uma nova era.

Outro critério, naturalmente não notado na bibliografia para o espanhol e o italiano, é a possibilidade de presença de infinitivo flexionado, uma propriedade do português. Com efeito, o infinitivo nominal é sempre não flexionado, como se comprova pela agramaticalidade de (9) e (10). Quando é flexionado, como em (3) e (4), temos uma oração plena que é nominalizada:

(9) * O cantarem dos alentejanos causa-nos emoção.

(10) * Foi mesmo o anunciarem de uma nova era.

Outra propriedade relaciona-se com a modificação: enquanto o infinitivo nominal pode ser modificado por adjetivos, como em (11), a nominalização frásica é modificada por advérbios, como em (12), (13):

(11) O cantar contínuo das pessoas surpreendeu-nos.

(12) O cantarem continuamente as pessoas surpreendeu-nos.

(13) O que me move é o fazer constantemente trabalhos diferentes.

O infinitivo nominal pode ser modificado por uma oração relativa restritiva (14), enquanto isso é impossível com a nominalização de uma oração infinitiva (15), que só pode ser modificada por uma oração relativa não restritiva (16):

(14) O cantar das pessoas que se ouviu durante a cerimónia causou-nos emoção.

(15) * O cantarem as pessoas que se ouviu durante a cerimónia causou-nos emoção.

(16) O terem cantado as pessoas, o que constituiu um momento muito bonito, causou-nos emoção.

Esta diferença pode ser explicada: no primeiro caso, temos um infinitivo nominal, que descreve uma atividade, e que pode ser modificada por vários tipos de modificadores adjetivais ou por uma oração relativa, enquanto no segundo caso temos uma oração, que denota um facto. Nestas circunstâncias, só uma relativa não restritiva é possível, exprimindo um comentário ou explicação acerca do facto denotado pela oração anterior.

A nominalização de uma oração infinitiva pode ainda conter um clítico argumental (veja-se (17) e (18)), contrariamente ao infinitivo nominal, que não pode conter tal clítico, como ilustrado em (19) e (20) (cf. Plann 1981, p. 225):

- (17) O dizer constantemente palavras obscenas irrita qualquer pessoa.
- (18) O dizê-las irrita qualquer pessoa.
- (19) O dizer constante de palavras obscenas irrita qualquer pessoa.
- (20) *O dizê-las constante irrita qualquer pessoa.

Tem sido notado que os clíticos pseudoreflexos ou inerentes são possíveis no infinitivo nominal em espanhol, como em (21) (de Miguel 1996, p. 35):

- (21) (a) Ese descuidado afeitarse de Juan...
(b) Ese andarse por las ramas de Juan...

Este facto pode ser explicado se se considerar que o pseudoreflexo ou o reflexo inerente não é uma categoria independente, ao contrário dos clíticos argumentais; na verdade, os pseudoreflexos ou reflexos inerentes são uma espécie de marcador ou afixo, relacionados com uma regra lexical que suprime o argumento interno da raiz verbal e por isso um infinitivo nominal, uma categoria com mais propriedades nominais do que verbais, como estamos a ver, pode combinar-se com tais morfemas (Burzio 1986, de Miguel 1996, p. 35, Vázquez 2002, p. 153, Ramírez 2003, pp. 131-2).

Outro dos critérios é a determinação: enquanto o infinitivo nominal se caracteriza pela presença do artigo definido ou de um outro determinante⁴, só o artigo definido pode preceder a nominalização frásica, como evidenciado em (3), aqui repetido, que contrasta com o exemplo agramatical (22):

- (3) O ter ela escrito esses poemas não me espantou.
(22) *Esse / aquele ter ela escrito esses poemas não me espantou.

Claro que há exemplos estruturalmente ambíguos entre os dois tipos de construção, tais como os que não comportam nem um genitivo nem um sujeito:

- (23) O cantar foi emocionante.
(24) "O sofrer também é gozo" (um cartaz no dia do jogo de futebol Portugal-Brasil, 25/6/2010).

De facto, em (23) e (24), *o cantar*, *o sofrer* podem ser compreendidos como a atividade de cantar ou de sofrer de alguém e então temos um infinitivo nominal e pode ser interpretado como o facto de alguém gritar ou sofrer e nesse caso temos a nominalização de uma oração infinitiva.

Pondo de lado os exemplos ambíguos, as propriedades já apontadas permitem distinguir dois tipos de nominalização do

infinitivo: um com mais propriedades nominais do que verbais, o infinitivo nominal; outro, com mais propriedades verbais do que nominais. Neste segundo caso, a possibilidade de comportar um sujeito e de exibir concordância mostra bem que estamos perante uma construção oracional nominalizada.

Como consequência, a nominalização de uma oração infinitiva pode conter negação, auxiliares temporais, modais e aspetuais, pois estamos em presença de uma construção de natureza proposicional com uma estrutura sintática plena e de um domínio temporalizado (25) – (28). (Sobre a proposta de que os infinitivos em orações exprimem Tempo leia-se Stowell 1981, Martin 2001, Ambar 1998, Duarte 2003b, p. 623, Duarte *et al.* 2005):

(25) O não vivermos cem anos é uma sorte.

(26) O termos ganho dinheiro é o que nos moveu.

(27) O poder ter escrito um poema foi ótimo.

(28) O ser despertado pelo mito acontece.

Pelo contrário, o infinitivo nominal não tem natureza proposicional e por isso nenhum destes elementos pode surgir, como se constata em (29) - (33).

(29) * O não correr das águas

(30) * O ser despertado do povo pelo mito

(31) * O brando estar a murmurar das águas

(32) * Escutei o poder murmurar das águas

(33) * De repente sentimos o começar a estalar da madeira.

A natureza dos predicados que selecionam ambas as construções tem também importância. Meinschafer (2007), entre outros, mostra que o infinitivo nominal ocorre em qualquer tipo de contexto, isto é, pode ser selecionado por todo o tipo de predicado na oração matriz, incluindo preposições (ver os exemplos (34) – (37) do *CetemPúblico*):

(34) "(...) colocou dois vasos com água (...), que se foi sujando - e enchendo de moedas - com o passar dos dias."

(35) "A autoridade da polícia, explicou mais tarde, «acaba com o fechar das portas»."

(36) "O ministério francês dos Negócios Estrangeiros declarou ontem, em Paris, que estava a seguir a par e passo o evoluir da situação em Lomé (...)"

(37) "O Ocidente espera que isso signifique o anunciar de uma nova era de cooperação."

Pelo contrário, a nominalização de uma oração infinitiva só pode ser selecionada por certos predicados, essencialmente factivos / avaliativos (38) – (40), como *mover*, *preocupante*, ou como sujeito / predicado de uma oração copulativa, como em (41):

- (38) "Não é o ganhar dinheiro que me move!"
- (39) "O que me move é o fazer trabalhos diferentes."
- (40) "Preocupante, também, tanto em Portugal como no Brasil, é o número (...) de viciados em futebol (...), programas de televisão tipo 1, 2, 3 e (...) o vício do vazio, o estar viciado em não fazer nada (...)"
- (41) "O projecto subjacente a «Domingo de Ramos» é o ressuscitar as vivências do período revolucionário português a partir do olhar de um jovem estudante de Medicina (...)."

14.2 ————— PROPRIEDADES TEMPORAIS E ASPETUAIS DAS DUAS CONSTRUÇÕES

Ao analisar as propriedades temporais e aspetuais do infinitivo nominal e da nominalização da oração infinitiva em espanhol, de Miguel (1996: 32) propôs que a nominalização de uma oração infinitiva pode ser imperfetiva e perfectiva: imperfetiva, quando a oração infinitiva denota um evento que pode ser simultâneo, passado, presente ou futuro relativamente ao momento do ato da enunciação, como em (42):

- (42) O chegar a filha tão tarde a casa traz / trouxe / trará preocupação.

E perfectiva quando a forma da oração infinitiva (com a presença do auxiliar *ter*) significa que o evento descrito pelo infinitivo é passado relativamente ao evento denotado pelo predicado matriz, como em (43):

- (43) O ter chegado a filha tão tarde a casa traz / trouxe / * trará preocupação.

Tudo isto mostra que as orações infinitivas nominalizadas são capazes de exprimir tempo. Pelo contrário, o infinitivo nominal é sempre imperfetivo e não denota tempo, o que é confirmado pela possibilidade de se combinar com qualquer tempo da oração matriz e pela impossibilidade de se combinar com o auxiliar *ter*:

- (44) (a) O gritar das pessoas faz / fez / fará impressão.
(b) * O ter gritado das pessoas fez impressão.

- (45) (a) O cantar dos alentejanos causa-me / causou-me / causará emoção.

- (b) * O ter cantado dos alentejanos causou-me emoção.

Com efeito, os exemplos em (44) e (45) mostram que o infinitivo nominal denota uma atividade temporalmente não

especificada e cujo valor temporal é exclusivamente dado pelo tempo da oração matriz.

Quanto ao valor aspetual, o sentido dominante do infinitivo nominal é de atividade ou processo, aproximando-se da nominalização sufixal ou regressiva correspondente, como ilustrado em (46) e (47):

(46) O gritar / o grito das pessoas fez impressão.

(47) O cantar / o canto dos alentejanos causou-me emoção.

Se assim é, é crucial discutir se qualquer verbo pode ocorrer no infinitivo nominal ou se há restrições semânticas sobre o tipo de verbo. Analisemos então as propriedades aspetuais internas (“inner aspect”) dos predicados verbais em ambos os tipos de construção.

Começemos pela nominalização da oração infinitiva. A partir de (38) – (41), apresentados acima, podemos ver que os verbos que surgem na oração infinitiva (*ganhar (dinheiro), fazer (trabalhos diferentes), estar viciado (em não fazer nada), ressuscitar (as vivências...)*) ilustram diversidade lexical e aspetual. Com efeito, todos os verbos podem surgir neste tipo de oração, porque se descreve um facto.

Pelo contrário, nem todos os verbos podem aparecer no infinitivo nominal. Para o espanhol, de Miguel (1996) propôs que o infinitivo nominal não pode conter verbos de culminação (“achievement”) (como *llegar*) (48), (49), nem de processo culminado (“accomplishment”) (como *comprar, construir*) (50), (51), contrariamente ao que acontece na nominalização de orações infinitivas:

(48) * El intenso llegar de Pedro a la habitación

(49) * El llegar tardio de Juan nos preocupó a todos.

(50) * El comprar una casa de Juan nos alegró.

(51) * El rápido construir la casa de los albañiles.

Contudo, se um verbo transitivo como *construir*, geralmente dito de processo culminado, for seguido de um objeto direto formado por um nome plural simples, o infinitivo nominal é de novo possível:

(52) El construir casas de los albañiles...

Isto acontece porque esse tipo de objeto direto (*casas*) torna possível a leitura de processo ou de atividade (cf. Bosque 1990, cap. 7).

Vejamos se esta restrição opera em português. Verbos como *morrer, nascer* não podem surgir como infinitivo nominal; os exemplos (53) e (56) são agramaticais, contrastando não só com a nominalização de oração infinitiva, como em (54) e (57), mas também com nominalizações deverbais sufixais ou não sufixais correspondentes, como em (55) e (58), respetivamente:

(53) * O morrer de Saramago não nos surpreendeu.

(54) O ter morrido Saramago não nos surpreendeu.

- (55) A morte de Saramago não nos surpreendeu.
 (56) * O nascer da bebé foi uma bênção.
 (57) O ter nascido a bebé foi uma bênção.
 (58) O nascimento da bebé foi uma bênção.

Numa procura no corpus do *CetemPúblico* pudemos encontrar uma grande diversidade de verbos no infinitivo nominal, quase todos seguidos do argumento interno em genitivo. A lista seguinte ilustra essa diversidade:

- (59) (a) o anunciar de uma nova era de cooperação
 (b) o aproveitar da notícia do dia
 (c) o aproximar da Expo-98
 (d) o bater das peças de dominó
 (e) o clarear das águas
 (f) o crescer do bem-estar social
 (g) o crescer do gosto pela ópera
 (h) o evoluir da situação no Lomé
 (i) o fechar das portas
 (j) o filosofar característico do autor
 (k) o fluir natural do drama
 (l) o grasnar do velho rádio de pilhas
 (m) o inventar do imaginário português
 (n) o marulhar das águas
 (o) o passar dos dias
 (p) o quebrar do sonho
 (q) o raspar do medo nas lajes
 (r) o reinventar do despertar de novos beneméritos
 (s) o renascer de uma velha reivindicação
 (t) o surgir de propostas globais internacionalmente relevantes
 (u) o troar de uma voz vinda das profundezas daquelas águas turvas
 (v) o virar de uma página.

Nesta longa lista de infinitivos nominais podemos encontrar:

(1) Vs inergativos (*troar, grasnar, evoluir, marulhar, aproximar, fluir, filosofar*); (2) Vs inacusativos (*renascer, surgir, crescer*); (3) Vs transitivos ou Vs de alternância causativa / inacusativa (*aproveitar, anunciar, bater, clarear, raspar, virar, passar, quebrar, fechar, inventar*). Em relação ao primeiro grupo, são aspetualmente de processo ou de atividade e a sua ocorrência como infinitivos nominais é, portanto, esperada. Em relação ao segundo grupo, o dos verbos inacusativos, encontrámos os verbos *renascer e surgir*, o que poderia representar um problema para a análise de Miguel (1996). Uma análise mais detalhada permite,

contudo, perceber a razão por que surgem aqui. Veja-se (60) e (61), exemplos do corpus:

- (60) "De algum modo é o *renascer de uma velha reivindicação concelhia* e o relançar da polémica dos novos municípios."
- (61) "Espera-se deste III Encontro, no que às ditas questões técnico-científicas diz respeito, uma útil troca de experiências, a par da reflexão conjunta, mais do que *o surgir de propostas globais internacionalmente relevantes*."

Em *renascer*, o prefixo "re" dá ao verbo um valor iterativo, aproximando-o dos verbos de processo. Em relação a (61), o objeto direto é um nome plural simples e, por isso, a leitura de processo ou de atividade é a dominante, como já vimos.

Voltemos agora a nossa atenção para os verbos transitivos / de alternância. Nalguns dos exemplos há infinitivos nominais formados a partir de verbos de alternância, como *quebrar, fechar, clarear*, neste caso, o infinitivo nominal pode ter sido formado a partir da variante inacusativa dos verbos, seguida do argumento interno no genitivo. Encontramos também verbos transitivos, sempre acompanhados do argumento interno no genitivo. Nestas circunstâncias, alguns dos nossos exemplos (59) não são do mesmo tipo dos de Miguel (50) e (51), que são claramente agramaticais porque contêm como genitivo o argumento externo. Tem sido notado que os verbos transitivos no infinitivo nominal também não podem ser usados com o argumento interno no genitivo (62a, 63a), ao contrário das nominalizações sufixais correspondentes (62b, 63b) (Vázquez 2002):

- (62) (a) * El construir de la ciudad (espanhol)
(b) La construccion de la ciudad
- (63) (a) * Il costruire della città (italiano)
(b) La costruzione della città (Vázquez 2002: 149)

Ora no corpus consultado há verbos como *aproveitar, inventar* e outros, seguidos de argumento interno. Isto mostra que a agramaticalidade de (62a) e (63a) não pode ser apenas devida a um problema de atribuição de caso genitivo (contra Vázquez 2002)⁵ e que há aqui essencialmente um problema aspetual.⁶ Nestas circunstâncias, se tivermos verbos como *fechar, destruir, construir*, em contextos que favoreçam uma leitura de processo durativo e não delimitado (quer seja habitual quer seja iterativo), os exemplos tornam-se aceitáveis:

- (64) O contínuo fechar das portas por parte da polícia dificultou a investigação.
- (65) O constante aproveitar das notícias do dia por parte dos jornalistas faz parte da sua atividade.

(66) O ininterrupto destruir da cidade por parte do exército inimigo foi dramático.

(67) O frequente construir de uma segunda habitação em terrenos reservados é um flagelo para o ambiente.

Se os exemplos (64) a (67) são gramaticais, então podemos concluir que os verbos transitivos, geralmente ditos de processo culminado, só são agramaticais no infinitivo nominal se nenhum outro modificador aspetual intervier. Desde que o enunciado contenha um modificador aspetual que force uma leitura de processo não delimitado (por exemplo os adjetivos *contínuo*, *constante*, *ininterrupto*, *frequente*), o infinitivo nominal torna-se possível. Sendo assim, os verbos que realmente não podem ocorrer em infinitivos nominais são os verbos de culminação, porque a sua natureza limitada / télica (“bounded”) é incompatível com a imperfetividade expressa pelo infinitivo nominal.

O que é interessante é que alguns dos verbos que não podem ocorrer como infinitivos nominais podem ser lexicalizados em português, como *o nascer do sol*, *o cair do dia*.⁷ A natureza lexicalizada e não sintática destes infinitivos nominais pode ser provada pelo contraste entre (68), que é gramatical, e (69), que é agramatical:

(68) O nascer do dia foi uma bênção!

(69) (=56) * O nascer da bebé foi uma bênção!

O plural é também possível nos infinitivos lexicalizados, mas não no infinitivo nominal:

(70) Os nasceres do dia em África são belíssimos!

Tem sido notado que a não-telicidade do infinitivo nominal está relacionada com a singularidade; de facto, há em geral uma correlação entre telicidade, pluralidade e o traço contável, por um lado, e não-telicidade, singular e o traço massivo, por outro lado (cf. Alexiadou *et al.* 2011, desenvolvendo Grimshaw 1990) (ver sobre este tema capítulos 10 e 11). O que se espera é que os infinitivos lexicalizados tenham todas as propriedades dos nomes contáveis, contrariamente aos infinitivos nominais, que ainda têm algumas propriedades verbais. Com efeito, há em português, como noutras línguas românicas, muitos infinitivos que se lexicalizaram como nomes e que podemos encontrar quer em autores mais filosóficos quer na linguagem corrente:

(71) o jantar, o pôr do sol, o poder, o dever, o ser, o parecer, o recolher (obrigatório), o cessar-fogo, o ser (vivo), o olhar, em certas variantes sociais, o comer.

Varela (1979) *apud* Hernanz (1999), para o espanhol, classifica as formas acima apresentadas como « falsos infinitivos » e dá-lhes

o estatuto de nomes. De facto, tais formas, embora homónimas de verbos, não têm propriedades verbais ativas (por vezes mesmo não possuem uma relação produtiva com os verbos correspondentes (Bosque 1990, p. 157) e têm propriedades típicas dos nomes comuns contáveis; denotam uma entidade e são caracterizadas pela possibilidade de determinação ou de quantificação, de pluralidade e de atribuição de genitivo aos seus complementos e modificadores possessivos. Em Silva Dias (1970) e em Cuesta & Mendes da Luz (1971/80) encontramos alguns exemplos deste tipo de infinitivos lexicalizados como nomes entretanto caídos em desuso ou pelo menos não frequentes na norma do PE, como *dares e tomares com alguém*, no sentido de *conversas*, e *dizeres*, no sentido de *ditos*:

(72) "(...) ter dares e tomares com alguém" (Silva Dias 1970, p. 217)

(73) "Não se deve fazer caso dos dizeres da gente" (Cuesta & Mendes da Luz 1980, p. 529).

Veja-se também um exemplo extraído de um romance de Olga Gonçalves *Ora Esguardae*, uma obra fortemente marcada por um registo oral:

(74) "Eu via-o logo de manhã, os lídres eram os de gente muito mexida (...)."

14.3 ————— ANÁLISE SINTÁTICA

No modelo da Morfologia Distribuída, que assumirei aqui mais uma vez, a derivação é um processo sintático. No modelo de Alexiadou (2001), a natureza nominal e verbal de uma categoria depende das categorias funcionais nominais e verbais que dominam a raiz do verbo. Quer dizer, na origem de uma frase, de uma nominalização deverbal ou de um infinitivo nominal há uma raiz que obtém a natureza de nome ou de verbo conforme as categorias funcionais que a dominam. Neste capítulo seguirei Alexiadou *et al.* (2011), que constitui uma análise mais elaborada do que a proposta noutras obras da autora. Assim, partirei das seguintes categorias verbais na primeira fase verbal:

(75) [SVOZ [Sv [SRAIZ/ SV / S√]]]

Há ainda duas outras categorias verbais num domínio temporalizado, ST e SASP, como em (76):

(76) [ST [SASP [SVOZ [Sv [SRAIZ / SV / S√]]]]]

Como categorias nominais aceitarei as que estão indicadas em (77):

(77) [SDET [SPOSS [SNUM [SCLASS [Sn]]]]]]

As categorias funcionais só projetam, se necessário.

De acordo com este quadro vamos analisar o infinitivo nominal. Tomemos o exemplo (1a), aqui repetido como (78).

(78)=(1)(a) *O cantar dos Alentejanos* causa-me emoção.

Vimos que os infinitivos nominais exprimem processos ou atividades, denotam imperfetividade, exibem sempre o singular e não contêm auxiliares aspetuais. De acordo com Alexiadou *et al.* (2011), quando não há operadores aspetuais não há SASP (que descreve apenas o “outer aspect”) e a informação aspetual interna dada pela raiz atélica é suficiente para dar o valor aspetual da construção.

Ainda de acordo com estes autores, a categoria funcional SClass “acomoda o valor aspetual interno através do traço [+/-cont]. As nominalizações télicas, como os nomes contáveis, projetam CLASS [+cont], que é o *input* para SNUM; os nominais atélicos, tal como os nomes massivos, projetam CLASS [-cont], que bloqueia SNUM. Enquanto o Número dá informação acerca da forma (i.e., a marcação de plural / singular), a especificação [+/-cont] indica o “número semântico” (Alexiadou *et al.* 2011, p. 33). Explorando esta hipótese, Iordăchioaia & Soare (2007) e Alexiadou *et al.* (2011, p. 37) consideram que a sintaxe do infinitivo nominal em espanhol não justifica nem o nó ASP nem o nó NUM, porque tais construções são sempre singulares, devido à natureza atélica das suas raízes. Propõem então um nó SCLASS [-cont], que domina Sn.

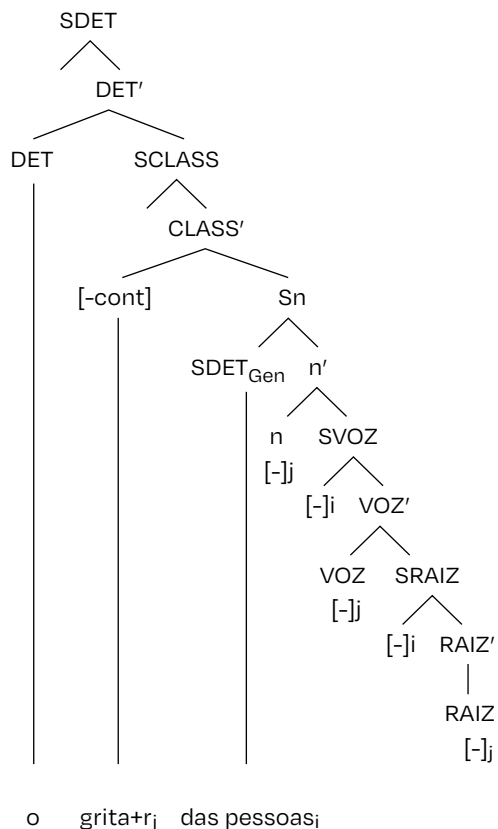
Ora, vimos anteriormente que verbos transitivos modificados por certos adjetivos que forcem uma leitura não delimitada (“unbounded”) podem formar infinitivos nominais em português. Assim, se aceitarmos que no infinitivo nominal o nó SCLASS [-cont] é suficiente para descrever a natureza singular do evento denotado e o seu valor imperfetivo, então temos de propor que alguns adjetivos são projetados em adjunção a SCLASS [-cont] e que esses adjetivos são cruciais para a caracterização desse evento como não delimitado. De Miguel (1996: 47) defendeu que na representação sintática do infinitivo nominal em espanhol deveria existir um nó ASP, com um traço [-perfetivo]; pelas razões acima apresentadas distanciamos-nos aqui desta proposta.

De acordo com o quadro adotado, a raiz com a sua informação aspetual interna move-se para uma categoria funcional n, que domina o afixo *-r*, sendo esta posição a mesma em que são projetados os sufixos nominalizadores verbais. Deste modo, captamos a natureza *derivacional* do morfema *-r* (cf. de Miguel (1996, p. 44-45). No infinitivo nominal não só o argumento externo (com verbos basicamente intransitivos) (como em *o gritar das pessoas*), mas também o argumento

interno (como em *o contínuo fechar das portas...*, *o inventar do imaginário português...*) surgem no genitivo; propomos que o SDET se move para a posição de Esp de Sn para verificar o caso genitivo.⁸

Com tudo isto em vista, proponho em (79) a estrutura do exemplo (78), que descreve o movimento da raiz acategorial para VOZ, para n, onde se amalgama à forma *-r*, e para CLASS; e o movimento de *as pessoas*, argumento da raiz, para especificador de SVOZ e de Sn, nesta última posição para verificar o caso genitivo:

(79)



Tal estrutura capta as propriedades mais relevantes do infinitivo nominal.

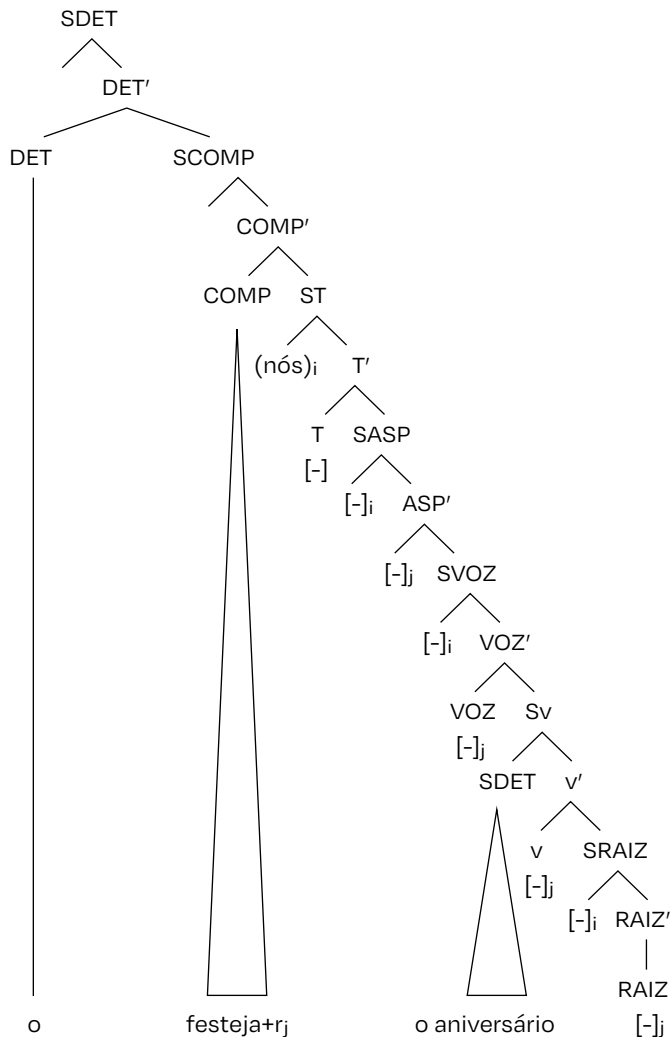
Vejamos agora um caso de nominalização de uma oração infinitiva como (4), aqui renumerado como (80):

(80) O festejarmos o aniversário é uma tradição.

Sendo um exemplo com sujeito nulo, não sabemos exatamente a posição do sujeito; no entanto, desenvolvendo Raposo (1987) sobre

infinitivo flexionado, propomos que a posição final do V (ou de algum auxiliar, como em (3)) é em COMP. Assim, (80) contém a nominalização de SCOMP⁹, com a estrutura (81), onde se descreve o movimento da raiz acategorial *festa*_{ja}- para VOZ, para ASP, para T (onde se amalgama à forma *-r*) e finalmente para COMP. Operaria ainda o movimento de *nós*, para verificação do nominativo em especificador de ST, mas neste caso é nulo:

(81)



Deixo em aberto a questão de saber se a concordância V SU (*festejarmos* (*nós*)) opera em sintaxe ou é uma regra pós-sintática, de acordo com a Morfologia Distribuída. O importante aqui é acentuar a natureza *flexional* do morfema *-r* (de Miguel 1996, pp. 44-45).¹⁰

14.4 ——— UMA NOMINALIZAÇÃO MISTA DO INFINITIVO

O exemplo (82) mostra que o português tem ainda uma outra possibilidade de nominalizar o infinitivo, muito menos frequente que os outros dois tipos.

(82) Esse teu gritar surpreendeu-nos.

(83) Esse teu escrever poemas é uma coisa linda!

A presença de demonstrativo, a impossibilidade de sujeito (84), a impossibilidade de infinitivo flexionado (85), e a possibilidade de um adjetivo (86) aproxima estes infinitivos dos infinitivos nominais:

(84) * O seu gastar ela muito dinheiro...

(85) * Este nosso escrevermos à pressa só nos prejudica.

(86) Esse teu contínuo gritar é irritante.

Contudo, esta forma de infinitivo aceita um SDET como objeto direto, como em (83), aceita negação (87), aceita passiva (88), é normalmente selecionada por predicados verbais avaliativos / factivos (*surpreender, uma coisa linda, irritante, aborrecido, um perigo*) e pode ser modificado por advérbios, incluindo aspetuais, como em (88), (89a, b):

(87) Este seu não falar é irritante.

(88) Este ser ultrapassado constantemente pelos acontecimentos é aborrecido.

(89) (a) O teu contínuo conduzir camiões imprudentemente representa um perigo (adaptado de Ramirez 2003, p.:122)

(b) O teu conduzir camiões constantemente / continuamente representa um perigo.

As últimas propriedades apresentadas aproximam esta construção da nominalização de uma oração infinitiva, porque mostra mais propriedades verbais do que nominais e porque aparenta ser um domínio temporalizado. A natureza temporalizada desta construção é confirmada pela possibilidade de ocorrência junto do verbo de um clítico argumental:

(90) Esse seu magoar-se sempre que vai fazer desporto é um pouco preocupante.

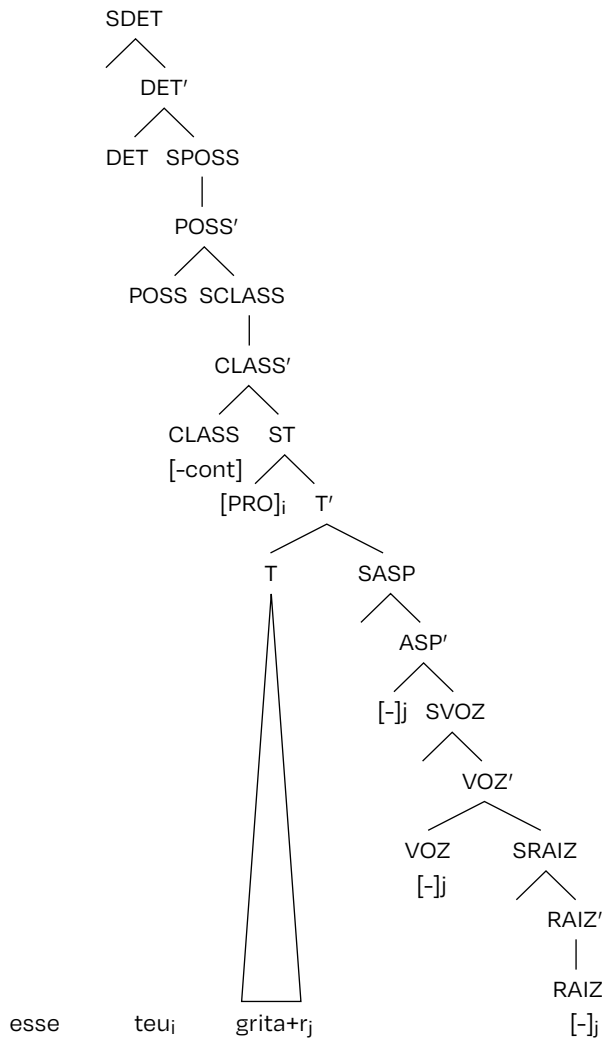
Esta forma de nominalização do infinitivo é normalmente imperfetiva, não aceitando o auxiliar *ter* (91), assim como não aceita auxiliares aspetuais (92):

(91) * Este teu ter feito bolos para a festa foi ótimo!

(92) * Esse seu estar a fazer bolos para a festa foi ótimo!

Em geral, o sentido de atividade ou processo é preferencial neste tipo de construção (o que a aproxima do infinitivo nominal), um valor dado não só pelas bases verbais (*gritar, falar*), mas também pelos nomes plurais simples como argumento interno (ver (83) ou por um conector do tipo de *sempre que* (90), o que reforça a interpretação iterativa. Estas propriedades mostram que este tipo de construção é diferente do infinitivo nominal em (1) e (2), da nominalização de uma oração infinitiva em (3) e (4) e das correspondentes nominalizações sufixais ou regressivas (*esse teu grito, essa tua escrita, essa tua condução*). Apesar de ter uma natureza temporalizada, o que é provado pelo facto de aceitar um clítico argumental, tem propriedades mistas, com menos propriedades verbais do que a nominalização da oração infinitiva analisada em 14.2. Acresce que este tipo de nominalização tem um forte valor dêictico, dado pela presença do demonstrativo, denotando uma atividade do falante, do ouvinte ou de uma terceira pessoa (cf. Ramirez 2003, p. 123). Proponho então que este tipo de exemplo é a nominalização de uma frase (ST). Em (93) descreve-se a estrutura sintática de (82), com movimento da raiz para VOZ, para ASP e para T. Repare-se ainda que neste tipo de frases há um possessivo. O possessivo controla PRO, o sujeito de ST (Ramirez 2003, p. 126). Na realidade, apesar de ser interpretado como argumento da raiz *grita-*, não se analisa aqui todo o processo derivacional que dá origem ao possessivo. Por não haver caso genitivo a atribuir, uma projeção Sn é desnecessária.

(93)



14.5 ————— CONCLUSÕES

Neste texto analisámos o infinitivo nominal e distinguimo-lo, em primeiro lugar, da nominalização de oração infinitiva e, em segundo lugar, de um terceiro tipo de nominalização de oração infinitiva.

O infinitivo nominal tem mais propriedades nominais do que verbais e denota um processo; tratando-se de uma construção nominal analisámo-lo como SDET. O morfema *-r*, marca do

infinitivo, é, neste caso, um morfema do mesmo tipo de outros sufixos nominalizadores deverbais, *derivacional*, projetado numa categoria funcional n, não exprimindo tempo, juntando-se preferencialmente a bases atéticas e não pluralizando. Desde que certos fatores contextuais estejam presentes, nomeadamente a forma de plural simples do argumento genitivo e certos modificadores aspetuais que forcem a leitura de processo durativo e não delimitado, podemos encontrá-lo com verbos transitivos ou de alternância.

Existe outro tipo de infinitivo nominalizado, que na literatura tem sido designado como verbal, mas que é uma nominalização frásica, com ou sem sujeito expresso, com infinitivo flexionado e com a possibilidade de conter auxiliares e negação; este tipo de construção tem mais propriedades verbais do que nominais e crucialmente tem propriedades frásicas. Tais nominalizações frásicas denotam uma proposição, um facto, e não apenas um evento e, por isso, não há qualquer restrição semântica sobre o tipo de verbos que nela podem surgir. Neste segundo caso, estamos perante a nominalização de SCOMP, o morfema *-r* de infinitivo é projetado em T e, amalgamado a V (ou a um AUX), sobe para COMP; tendo a capacidade de exprimir tempo, é um morfema *flexional*.

Embora menos presente em *corpora* existe ainda um terceiro tipo de nominalização de infinitivo em português. Apesar de ter uma natureza temporalizada (analisámo-lo como nominalização de ST), tem propriedades mistas, com menos propriedades verbais do que a nominalização da oração infinitiva acima referida, o que o aproxima do infinitivo nominal. Acresce que este tipo de nominalização adquire um forte valor dêictico, dado pela presença do demonstrativo, denotando uma atividade do falante, do ouvinte ou de uma terceira pessoa.

- | | |
|---|--|
| <p>1 O presente capítulo parte de Brito (2012c, 2012d) com modificações de pormenor.</p> <p>2 Cf. Plann (1981), Bosque (1990), de Miguel (1996), Hernanz (1999), Vázquez (2002) e Ramírez (2003) para o espanhol. São exemplos: (i) Aquel escribir de Gabriel explica su fama (infinitivo nominal); (ii) El escribir novelas ella explica su fama (nominalização de oração infinitiva).</p> | <p>3 Cf. Salvi (1983) e Zucchi (1993) para o italiano. São exemplos: (i) Il mormorare somesso del mare spiega la reazione di Maria (infinitivo nominal); (ii) L' avere egli scritto quella lettera non implica che tu sia fuori dai guai (nominalização de oração infinitiva).</p> <p>4 Silva Dias (1970: 217) dá como exemplos de infinitivo nominalizado <i>o nosso obedecer, hum pedir brando e hum rogar suave</i>. Também em Ceita, um escritor do século</p> |
|---|--|

- XVII, encontra-se uma nominalização frásica precedida de *este*, mostrando que nesta fase seria possível usar um demonstrativo a determinar uma frase, uma estratégia que perdeu peso ao longo da história da língua portuguesa: (i) *Este* não achar hua alma fora de Deus cousa em que se possa empregar mostra o quem cativa e rendida lhe está (*apud* Silva Dias (1970, p. 217).
- 5 Vázquez (2002, pp. 152-4) considera que a agramaticalidade dos exemplos do tipo de (62a) e (63a) são devidos a uma violação da Minimalidade Relativizada, porque o argumento interno para ganhar o genitivo atravessaria um sujeito PRO.
- 6 Certos falantes espanhóis aceitam exemplos como *el constante cerrar la puerta de Juan*, o que mostra que um V transitivo seguido de argumento externo como genitivo é aceitável, principalmente se for afetado por um adjetivo que force a leitura iterativa ou habitual.
- 7 Também Bosque (1990, pp. 157-9) e de Miguel (1996, p. 43) notam que o espanhol tem muitos infinitivos nominais lexicalizados, alguns deles “reliquias fossilizadas de gramáticas antigas”, como *un abrir y cerrar de ojos*.
- 8 A partir do modelo esboçado em Alexiadou (2001), poderíamos propor que no infinitivo nominal há um Sv deficiente em relação à atribuição de caso acusativo. A alternativa que aqui tomo é dizer que não há Sv. Iordăchioaia & Soare (2007, 2008) sugerem que o Infinitivo Nominal em espanhol pode ser descrito por uma estrutura mais simples, como a descrita em (i), seguida de movimento do V para n: (i) [SDET el [SClass [NP -r [SV construi-]]]]
- 9 Este tratamento explica a ordem V S e principalmente o infinitivo flexionado; a minha análise difere assim de Alexiadou *et al.* (2011), que propõem que a construção correspondente em espanhol é a nominalização de ST, e está mais próxima da de Raposo (1987), Duarte (2003b) e Duarte *et al.* (2005) sobre o infinitivo flexionado em português e da de Plann (1981), Vázquez (2002), Ramírez (2003) para a construção equivalente em espanhol e italiano.
- 10 Um argumento adicional em favor desta proposta é o de que o português tem de qualquer modo nominalização de SCOMP com morfemas Q como *como*, *porque*, *porquê*, *para quê*, todos exemplos extraídos do *CetemPúblico*:
- (i) “Em causa está (eternamente?) *o como* recordar, mas também quem recordar.”
- (ii) “A Dança é um programa tanto sobre *o porque* dançamos, como sobre *o como* dançamos, como esclarece a voz-off logo no primeiro episódio.”
- (iii) “Afirmando o carácter cultural da risca enquanto marca social, Pastoureau demonstra-nos *o como* esta evoluiu enquanto instrumento de taxinomia social.”

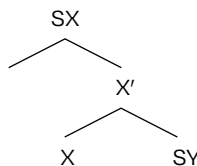
15 ——— ALGUNS PARALELOS SINTÁTICOS ENTRE CONSTRUÇÕES NOMINAIS E FRÁSICAS ¹

Neste capítulo mostra-se que há alguns paralelos entre construções nominais e frásicas. A procura de tais paralelos envolve responder a duas perguntas distintas: têm as expressões nominais propriedades frásicas? Têm as frases propriedades nominais? Assim, depois da Introdução (15.1), estabelecem-se alguns paralelismos entre SDET e SFLEX/ST em 15.2., para, nos pontos seguintes (15.3. e 15.4.), se aproximar SDET e SCOMP (a frase com a sua periferia esquerda, já munida de complementadores ou equivalente). A seguir (15.5.) retomaremos a nominalização de oração infinitiva, já tratada no capítulo anterior e por fim apresentamos as principais conclusões.

15.1 ——— INTRODUÇÃO

Nas primeiras décadas da Gramática Gerativa, uma das preocupações em sintaxe era encontrar princípios e condições comuns às categorias.² No artigo *Remarks on Nominalizations* (1970), Chomsky formula a chamada Teoria X barra, propondo o esquema (1), que capta as condições de endocentricidade e sucessividade nas categorias sintagmáticas com um núcleo lexical, isto é, no SN, no SV, no SADJ, abrindo as portas para uma aproximação entre o SN e outras categorias:³

(1)



No entanto, por essa altura, era já notório que, além das categorias lexicais, havia que explorar a existência, nas gramáticas das línguas naturais, de categorias funcionais, ligadas a informações de tempo e aspeto, à flexão, à determinação, à conexão frásica, entre outras. E era também visível que as expressões nominais, por vários aspetos, se assemelhavam mais a uma construção frásica do que a um sintagma verbal (SV).

Subjacente ao estudo do paralelismo entre SN e Frase estão, pelo menos, duas perguntas: Têm as expressões nominais propriedades frásicas? Têm as frases propriedades nominais?

Se colocarmos a primeira pergunta – têm os SNs propriedades frásicas? – imediatamente pensamos em nominalizações deverbiais sufixais ou não sufixais eventivas, um recurso comum a muitas línguas do mundo, tratadas nos capítulos anteriores. Com efeito, em (2a) e (2b) exprime-se um mesmo evento, a estrutura argumental do N *execução* e do V *executou* parece idêntica; porém, em (2a) a nominalização *execução* é desprovida de tempo, enquanto em (2b) há uma informação temporal associada ao verbo *executar*.⁴

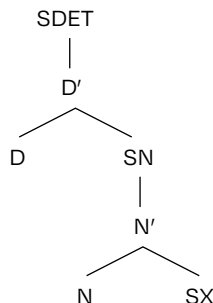
- (2) (a) A execução da sonata pelo João durou 15m.
(b) O João executou a sonata durante 15m.

A relação entre (2a) e (2b) no que toca à estrutura argumental e à estrutura eventiva foi largamente estudada a partir de Grimshaw (1990) e foi matéria dos capítulos anteriores. Aqui, não é essa a direção que vou tomar e vou interessar-me mais por semelhanças formais entre SN e Frase.

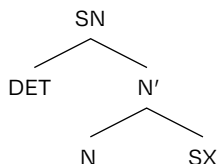
Na linguística anglo-saxónica, e do ponto de vista sintático, a aproximação SN / Frase (Sentence, em inglês) foi feita, de forma clara, por Abney (1987), desenvolvendo, no entanto, uma afirmação de Brame (1982: 321), que escreveu e traduzo: “(...) penso que é um erro pensar no N como núcleo do SN. Deveríamos pensar em termos de SDET, i.e. em sintagmas determinantes e não em SNs.”

Abney desenvolve esta afirmação e esboça a hipótese SDET (“DP hypothesis”), segundo a qual uma expressão nominal determinada é um SDET, como é simplifadamente descrito em (3), e não simplesmente um SN, como na análise clássica, sugerida em Chomsky (1970), em (4). Sobre a hipótese SDET vejam-se os capítulos da parte II deste livro.

(3)



(4)



A partir da hipótese SDET, foram propostos nos estudos sintáticos dois tipos de paralelismo: um SDET é paralelo a uma frase simples flexionada, SFLEX / ST; um SDET é mais parecido com uma frase dotada da sua periferia esquerda, isto é, SCOMP.

Vamos discutir essas duas aproximações nos pontos seguintes.

15.2 ————— PARALELISMOS SDET – SFLEX / ST

Abney (1987, cap. II) desenvolve a hipótese SDET a partir de vários argumentos, entre eles a existência de construções gerundivas em Inglês. É sabido que o inglês tem um gerundivo nominal, caracterizado pela presença de um SPREP em genitivo em *of*, como em (5a);

- (5) (a) John's performing of the sonata
 João GEN executando de a sonata

que pode ser traduzido em português por um infinitivo nominal (5a) ou por uma nominalização deverbal sufixal, como em (5b):

- (5) (b) O executar da sonata pelo João
 (c) a execução da sonata pelo João

Existe igualmente um gerundivo verbal, caracterizado pela presença de um OD no acusativo, como em (6a):

- (6) (a) John's performing the sonata
 João GEN executando a sonata,

que pode ser traduzido em Português por uma oração infinitiva nominalizada (6b), precedida ou não pela expressão “o facto de” (6c) (sobre isto ler o capítulo anterior):

- (b) o executar o João a sonata
 (c) o facto de o João executar a sonata

O gerundivo verbal viola o princípio de endocentricidade, um dos princípios por detrás da Teoria X barra, pois um V parece ser o núcleo da expressão nominal. Por isso, ao explorar as propriedades híbridas desta forma de gerundivo, Abney propõe que o gerundivo verbal tem uma estrutura paralela à do gerundivo nominal, havendo em ambos uma posição de DET: a diferença é a de que,

no gerundivo nominal, DET seleciona um complemento nominal SN, como descrito em (7), e no gerundivo verbal DET seleciona um complemento SV, como descrito em (8):

(7) [SDET John's [DET' [DET [SN performing of the sonata]]]

(8) [SDET John's [DET' [DET [SV performing the sonata]]]

Como no caso do Inglês existe o chamado “genitivo saxão”, que se realiza em ambos os casos no especificador de SDET, Abney, hesita, na verdade, quanto à posição do morfema *ʼs*: ou o coloca em DET ou o coloca em especificador de SDET junto a *John* (como em (7) e (8)), sendo então DET vazio, sugerindo que, nesse segundo caso, DET contém ainda uma informação de tipo Concordância (*Agreement*, Agr), sugerindo, desde logo, uma aproximação entre SDET e SFLEX (Abney 1987, cap II).

Um dos maiores paralelismos sintáticos entre SDET e SFLEX vem de línguas em que há uma morfologia de concordância nas expressões nominais idêntica ou igual à que acontece nas frases. Abney fornece, entre outros, exemplos em yup'ik, uma língua esquimó, ergativa, em que a morfologia de concordância com o sujeito frásico é feita exatamente da mesma maneira que nas construções nominais contendo expressão de posse:

(9) angute - t kiputa - a - t
homem-ERG(PL) compra-MarcadorOD-SG.Masc
'os homens compraram-no'

(10) angute - t kuiga - t
homem-ERG(PL) rio- SG.Masc
'o rio dos homens'

A ideia em Abney é a de que o morfema *-t* em FLEX na frase (9) ocupa uma posição paralela à do morfema *-t* em DET em (10) e de que as representações sintáticas básicas adequadas para (9) e (10) são as contidas em (11) e (12), em que o morfema *-t* sobe para a posição de especificador de SFLEX ou para a posição de especificador de SDET, ao qual se seguiria o movimento do V para FLEX e do N para DET; simplificando e ignorando o marcador do objeto:

(11) [SFLEX [angute-t]][FLEX' [FLEX -t] [SV kiputa-a]]]]

(12) [SDET [angute-t] [DET' [DET -t] [SN kuiga]]]]

Também o húngaro e o turco exibem nas construções possessivas uma morfologia de concordância que faz pensar que a estrutura de uma construção nominal é mais parecida com o que se passa numa frase do que à partida se poderia pensar. Os exemplos relevantes são apresentados em (13) e (14) (para o húngaro, Szabolcsi 1983, 1987, 1994, 1999; para o turco, Kornfilt 1984; ver ainda Abney 1987 e Corver 2013, pp. 32-44, que estou a seguir de perto):

(13) a zen vende-e-m (húngaro)

eu-nom hóspede-possuído-1ªSG

'o meu hóspede'

(14) bem-im stakoz-um (turco)

eu-gen lagosta-1ªSG

'a minha lagosta'

Os fenómenos apresentados em (9)-(14) sugerem, portanto, que há fenómenos de concordância paralelos nas expressões nominais (SDET) e em frases (SFLEX).

15.3 ————— PARALELISMOS SDET / SCOMP

Entretanto Szabolcsi (1983, 1987, 1994, 1999), a partir das construções possessivas em húngaro, esboça uma análise um pouco diferente da de Abney, ao propor que há antes um paralelismo entre SDET e SCOMP, quer dizer, a frase com a sua periferia esquerda, e isto porque a autora concebe a morfologia de concordância não como um nó funcional do tipo de FLEX, como descrito em (12), mas diretamente sufixada no N.

Vejamos então como esta autora coloca a questão. No húngaro há dois tipos de expressões possessivas, umas em que o possuidor tem caso nominativo (15) e outra em que o possuidor tem caso dativo (16):

(15) a Mari kalap-já

o Maria-Nom chapéu-Poss-3P.sg.

(16) Mari-nak a kalap-já

Mari-Dat o chapéu-3p.sg

'o chapéu da Maria'

Veja-se agora o que acontece se houver extração do possuidor, com um constituinte (*Mari*), colocado na primeira posição de uma frase interrogativa. Como os exemplos a seguir mostram, a extração do possuidor nominativo (*Mari*) produz agramaticalidade, como em (17), enquanto a extração do possuidor dativo (*Mari-nak*), como em (18), produz uma construção gramatical:

(17) *Marii Peter látta [DP a [ti kalap-já-t]]?

Mari-nom Pedro viu o chapéu-Poss-3P.sg.acus

'O Pedro viu o chapéu da Maria?'

(18) Mari-naki Peter látta [DP ti a [ti kalap-já-t]]?

Mari-dativo Pedro viu o chapéu-Poss-3P.sg.acus

'O Pedro viu o chapéu da Maria?'

Os exemplos contrastam em gramaticalidade, porque em (18) a posição de especificador de SDET serviu de "escape hatch" para a

extração, tal como a posição de especificador de SCOMP serve de “escape hatch,” por exemplo numa extração longa do constituinte interrogativo, como ilustrado, simplicadamente, em (19a, b):

- (19) (a) Quem é que tu disseste que a Maria viu?
 (b) [SCOMP quem_i [COMP' [COMP é que [SFLEX tu disseste [ti [COMP'[COMP que [a Maria viu t_i]]]]]]]]]

Pelo contrário, em (17) tal não acontece: não havendo nenhuma posição intermédia quando há nominativo, a extração do possuidor (*Mari*) é direta a partir da sua posição de base e produz uma frase agramatical.

A autora propõe então que uma construção nominal com possessivo em húngaro expresso pelo dativo (mas não pelo nominativo) tem a estrutura mais parecida com SCOMP do que com SFLEX, porque acima de um nó SN haveria uma categoria funcional suplementar, precisamente a categoria DET.

Assim, embora as duas análises não coincidam totalmente, a partir de Abney e de Szabolcsi é usual encontrar a proposta segundo a qual as expressões nominais determinadas têm uma estrutura como aquela que se descreve em (20), em que há um DET (externo ao SN e externo a uma projeção de tipo CONC, Agr) e em que o SN é um complemento funcionalmente selecionado por CONC (Agr):

- (20) [SDET [DET' [DET] [SCONC [CONC' CONC [SN N SX]]]]]

Uma tal estrutura tem sido usada para o estudo das expressões com possessivos, como em italiano e em português, em que a posição de especificador de SCONC (AgrP) é a categoria funcional capaz de albergar a expressão do Possuidor:

- (21) (a) la mia casa
 (b) a minha casa

Porém, como em italiano e em português os possessivos não têm comportamentos idênticos aos do húngaro, turco ou yup'ik, muitos autores hesitam em usar SCONC para uma tal categoria e preferem usar simplesmente a categoria intermédia SPOSS. Veja-se Cardinaletti (1998), Coene & d'Hulst (2002), Miguel (2004), Castro (2006) para o português e também o capítulo 9 deste livro.

Repare-se, no entanto, que a estrutura da categoria SDET como a representada em (20) está longe de estar completa do ponto de vista sintático. Entre outros fenómenos, a posição dos artigos em certas línguas e a posição dos adjetivos relacionais temáticos, em particular os agentivos, justificam uma maior sofisticação da estrutura (ver parte II do livro e ainda os capítulos 13 e 14).

Por sua vez, a posição enclítica de artigos em romeno e nas línguas escandinavas tem servido de suporte para a proposta de que em certas línguas o N se move para DET (veja-se, para o romeno, Grosu 1988, Dobrovie-Sorin 1988, Cornilescu 1995 e, para o norueguês, Taraldsen 1990):

(22) lupul (romeno)

lobo-o

o lobo

(23) huset (norueguês)

casa a

a casa

Também a posição de nomes próprios de pessoa em italiano na ausência de artigo mas a seguir ao possessivo, como em (24c), justificou a proposta feita por Longobardi (1994) de subida do N para DET:

(24) (a) Il mio Gianni ha finalmente telefonato.

(b) * Mio Gianni ha finalmente telefonato.

(c) Gianni mio ha finalmente telefonato.

(d) Il Gianni mio ha finalmente telefonato.

'O meu João finalmente telefonou'

Em português, neste tipo de expressões definidas, não há motivação para o movimento do N para DET.⁵ Mas há um fenómeno que justifica a proposta de movimento de N para uma posição funcional intermédia. Trata-se da posição dos adjetivos relacionais agentivos, como em (25a) (Crisma 1993, Cinque 1994, Brito 1996, que constitui o capítulo 8, e ainda o capítulo 13 deste livro):

(25) (a) a invasão americana do Iraque

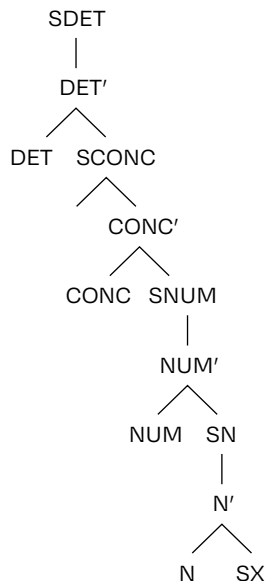
(b) * a americana invasão do Iraque

Como ilustrado no capítulo 8, a posição pós-nominal deste tipo de adjetivos contrasta com o que se passa em línguas como o inglês:

(26) the American invasion of Iraq

Juntamente com a ideia de que adjetivos relacionais com a interpretação agentiva são gerados na posição de especificador de SN, estes factos podem servir de argumento a favor da ideia de que o movimento do N opera em sintaxe nas línguas românicas para uma posição intermédia, mas não opera em inglês. Sendo assim, justifica-se uma categoria funcional intermédia no SDET, que não deverá ser a mesma que alberga os possessivos; pode propor-se que tal categoria funcional é SNUM, desenvolvendo uma ideia pela primeira vez formulada para o hebreu por Ritter (1990, 1991) (ver, de novo, os capítulos 8 e 9):

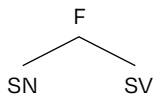
(27)



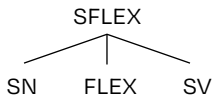
Repare-se que propor que no SDET o N se move para uma categoria funcional intermédia lembra de novo o que se passa na sintaxe da frase.⁶

Durante muitas décadas pensou-se que a estrutura de uma frase seria diferente de todas as outras categorias, não obedecendo nem ao princípio de endocentricidade nem ao princípio de sucessividade; vejam-se as representações, tantas vezes usadas nos anos 50 e 60 do século XX, em (28):

(28) (a)

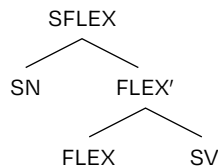


(b)



Em Chomsky (1982), no entanto, é feita a proposta de que a FLEX, presumivelmente constituída por informações de T e CONC, é o núcleo funcional da frase, daí a designação de SFLEX, obedecendo então tal categoria quer à endocentricidade quer à sucessividade, como descrito em (29):

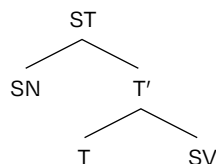
(29)



Como se sabe, e para dar conta de vários fenômenos de ordem de palavras em francês, inglês e italiano (em particular, a posição de certos advérbios temporais-aspetuais, do quantificador *tous, all, tutti* e da sintaxe da negação), Pollock (1989) e Belletti (1990), embora em moldes distintos⁷, propõem uma Flexão dividida (“split inflection”). Leia-se a este propósito o capítulo 22, em que se procura explicar a posição do advérbio *sempre* em PE à luz de uma estrutura caracterizada por Flexão dividida.

Chomsky irá de novo recolocar a questão em 1995, no quadro do Programa Minimalista, ao propor que só o T deve ser considerado e não CONC como núcleo funcional da frase, como se descreve simplificada em (30):

(30)



Esta proposta tem uma grande importância, pois não só mostra que o Tempo numa frase, numa proposição, é crucial para a interpretação e para o nível de interface com o sistema concetual da gramática, como também cria as condições para uma descrição adequada de certos fenômenos de ordem e certas diferenças entre línguas.

Atente-se nos contrastes bem conhecidos entre francês e inglês quanto à ordem dos advérbios temporais-aspetuais *souvent / often* (não se traz aqui nem a sintaxe da negação nem a “flutuação” de quantificador) (ver sobre o PE e o PB de novo o capítulo 22).

(31) (a) Jean embrasse souvent Marie.

João beija frequentemente Maria

‘O João beija frequentemente a Maria.’

(b) * Jean souvent embrasse Marie.

João frequentemente beija Maria

(32) (a) * John kisses often Mary.

João beija frequentemente Maria

(b) John often kisses Mary.

João frequentemente beija Maria

'O João beija frequentemente a Maria.'

Adaptando (e simplificando muito) as ideias de Pollock (1989) e de Belletti (1990) ao Programa Minimalista, o movimento do V em francês operaria para uma categoria funcional, T, explicando a posição pós-verbal do advérbio *souvent* (31a); o inglês não parece ter essa regra, explicando a posição pré-verbal de advérbios como *often* (veja-se 32b). O movimento do V em francês estaria associado à verificação das marcas flexionais, em particular temporais; em inglês, o mecanismo “equivalente” parece ser uma descida (“lowering”) pós-sintática das marcas flexionais para V. (Cf., entre outros, Pollock 1989 e Embick & Noyer 2001). Note-se que o facto de o português admitir variação na posição dos advérbios temporais-aspetuais revela, desde já, que estamos perante um fenómeno de grande complexidade (ver Costa 1998, 2001 e ainda capítulo 22 deste livro).

Todos estes temas têm sido analisados por numerosos linguistas. O importante a reter é a ideia de que há razões formais para propor que na estrutura de frase (aqui designada como SFLEX ou ST) pode haver ou não, consoante as línguas, movimento do V; também no SDET pode haver ou não movimento do N para uma categoria superior, DET, ou categorias intermédias.

Sendo assim, voltemos à discussão da estrutura do SDET e às representações em (20) e (27).

A visão atual perante as estruturas (20) e (27) é mais distanciada do que era nos anos oitenta e noventa do século XX. Com efeito, a análise de várias línguas e variedades de línguas permite-nos dizer que o número e a concordância podem não ter o papel crucial para a estruturação das expressões nominais determinadas que as apresentações anteriores faziam crer. Basta olhar para o que se passa com a concordância de número. Ao contrário do Português Europeu (PE), que tem um sistema de concordância uniforme, que afeta todos os elementos no SDET, isto, é determinantes, adjetivos, possessivos, nomes (cf. *os meus vários livros antigos*), o Português Brasileiro (PB) oral tem um sistema de concordância em que nem todos os elementos no SDET apresentam morfologia de plural: assim, se o adjetivo estiver em posição pré-nominal, concorda com o N, como é visível em (33a) (dados e explicação de Menuzzi 1995):

- (33) (a) (os) novos aluno
 (b) *os novo aluno

Mas se o adjetivo estiver em posição pós-nominal então ele não concorda com o N e a morfologia de plural encontra-se apenas no determinante, como mostra (34a):

- (34) (a) os aluno novo
 (b) *os aluno novos

O facto de os adjetivos relacionais não poderem ocorrer a seguir ao N e a um seu complemento ou adjunto, como em (35a) versus (35b),

- (35) (a) * alguns amigo do João americano
 (b) alguns amigo americano do João

mostra que o movimento do N para uma categoria funcional intermédia atua também em PB. Porém, os dados de concordância em (34) e (35) indicam que o N não se deverá mover para NUM, como acontece no PE. Por essa razão, Menuzzi (1995), que estou aqui a seguir de perto, propõe que a categoria funcional intermédia no SDET poderá ser Género, como proposto por Picallo (1991) para o catalão. Concordo com Menuzzi em que, em PB, o N se move, em certas circunstâncias, para uma categoria funcional que não deverá ser NUM, mas não vejo vantagens em considerar Género essa categoria intermédia, porque o género é muito mais uma categoria lexical do que sintática.

Igualmente a proposta de que nalgumas línguas há movimento de N para DET como forma de explicar artigos enclíticos, como acontece no romeno e nas línguas escandinavas, deve ser vista com mais atenção, principalmente pela existência de gramáticas que permitem a dupla realização da definitude ou o chamado “determiner spreading”.

Repare-se nos seguintes exemplos:

- (36) (a) der store huset (norueguês)
 a grande casa-a

‘a casa grande’

- (b) to vivlio to kokino (grego)
 o livro o vermelho

‘o livro vermelho’

- (c) ha smalot ha yapot (hebreu)
 o vestido o bonito

‘o vestido bonito’

- (d) die ganz die grossen Brezn (alemão bávaro)
 o muito o grande pretzel

‘o pretzel muito grande’

Em todos os exemplos em (36) há dupla realização do artigo definido e por essa razão vários autores mostraram que, neste tipo de exemplo, o N não deverá mover-se tão alto, para DET, como anteriormente sugerido.

Várias soluções se afiguram possíveis. Uma delas passa pela proposta de que certas línguas escandinavas têm duas posições para DET (como proposto por Kester 1992). Outra solução é a de Alexiadou (2010), Alexiadou (2014), que relaciona a dupla realização de definido com a existência em certas expressões nominais de SGrau, como no exemplo do alemão bávaro. Uma solução radical é a de Giusti (2015), que toma este fenômeno como mais um argumento a favor da ideia que o artigo definido, mais do que uma categoria com valor semântico, faz parte da morfologia flexional dos nomes. Veja-se a este propósito a minha recensão a esta obra, apresentada neste livro no final da parte II.

Outra solução ainda é considerar a dupla presença da definitude como um caso de concordância. Trata-se da perspectiva de Embick & Noyer (2001), no quadro da Morfologia Distribuída e retomada por Costa & Figueiredo Silva (2006), que vou seguir de perto. Estes autores defendem que a presença de morfemas flexionais, quer no V quer no N, não deve ser vista como resultado de movimento sintático, como defendiam Pollock, Belletti e outros nos anos oitenta e noventa, mas como resultado de processos morfológicos, pós-sintáticos. No caso particular do SDET e trabalhando sobre exemplos em sueco muito semelhantes aos do norueguês em (36), Embick e Noyer propõem que a marca de definitude deve ser ligada ao N na ausência de outro material; mas, se houver um adjetivo pré-nominal, tal marca deve também ser ligada ao determinante.

As condições a seguir apresentadas são consideradas requisitos da FF (Forma Fonológica) sobre a realização de DET e de DET [+def]:

- (37) (a) N deve ser marcado pela definitude quando
DET for [+def].
(b) DET [+ def] deve ter um hospedeiro.

Em *huset* ‘a casa’, ambos os requisitos são satisfeitos na sintaxe pelo movimento de N para DET. Mas se houver um adjetivo, como em (36), bloqueando o movimento do N, um determinante deve ser inserido em DET, de forma a satisfazer (37b).

De maneira a satisfazer (37a), e como nas línguas escandinavas o morfema de [+def] parece ser um morfema duplo (“disassociated”), é inserido pós-sintaticamente um DET de tal maneira que a restrição

(37a) seja satisfeita. Quer dizer, a concordância de definitude entre DET e N nas línguas escandinavas não se deveria a um movimento sintático, mas a um mecanismo pós-sintático (ver Embick & Noyer 2001, pp. 580-564 e Costa & Figueiredo Silva 2006, pp. 35-36).

Sendo assim, algumas das propostas feitas nos anos 80 e 90 do séc. XX para explicar a ordem de palavras, os mecanismos de concordância e o fenómeno de “determiner spreading” no domínio do SDET talvez tenham de ser revistas, à luz de perspetivas recentes da Morfologia Distribuída e do Programa Minimalista.

De qualquer modo, o que interessa realçar aqui é o paralelismo formal entre SDET e ST: ambas as categorias são endocêntricas, ambas as categorias contêm, pelo menos, um núcleo funcional, DET e T; em ambas as categorias há possibilidade de movimento do núcleo lexical N ou V para uma categoria funcional, embora nem todos os fenómenos de ordem ou de concordância possam ser explicados por esse movimento.

O paralelismo entre SDET e ST é também semântico, porque entre a determinação (e a quantificação, que aqui pouco referi) e o tempo há semelhanças: assim como o tempo dá referência a um domínio verbal, também a determinação e a quantificação dão referência a um domínio nominal⁸. Voltaremos à questão semântica mais adiante.

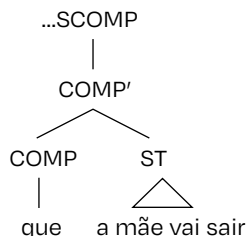
15.4 — AINDA O PARALELISMO SDET/ SCOMP

Dissemos acima que (20) pode representar a estrutura de uma expressão determinada, procurando-se assim estabelecer um paralelo entre SDET e ST, mas também entre SDET e SCOMP.

Recorde-se que SCOMP foi a categoria inicialmente proposta por Stowell (1981) e Chomsky (1982) para descrever uma frase complexa como em (38) e para albergar os complementadores; descreve-se simplificada a oração completiva em (39):

(38) A Maria disse *que a mãe vai sair*.

(39)



Se um complementador é a “ponte” entre um predicado superior e uma oração subordinada por ele selecionada, então um paralelismo possível entre as expressões nominais e as frases pode consistir na importância que a determinação e os complementadores têm em dar valor argumental a expressões nominais e frásicas, respetivamente, ideia proposta por Szabolcsi (1994; 1999), Longobardi (1994), Coene & d’Hulst (2002), Matos & Brito (2013).

A importância da presença / ausência do artigo no sentido de atribuir valor argumental a uma expressão nominal é visível quando observamos que os vocativos, que ocupam uma posição não-argumental, não podem ser precedidos de artigos (40) (como sugerido por Longobardi 1994):

- (40) (a) * O João, vem cá!
(b) João, vem cá!

No domínio frásico, uma oração finita sem complementador, isolada, não pode servir de argumento de um predicado superior (41c) e, por isso, em complementos frásicos do tipo de (41b) é lícito supor a existência de uma posição de C, embora nula:

- (41) (a) Eu disse [_{SCOMP} que a Maria saiu]
(b) Eu disse [_{SCOMP} O ir sair]
(c) A Maria saiu.

Na tradição gramatical luso-brasileira, a aproximação entre subordinação integrante / completiva e expressões nominais era assumida de modo definitivo mas também algo ingénuo: as orações completivas eram e ainda são consideradas atualmente por muitos autores como sendo representativas da subordinação substantiva, com propriedades nominais, que os paralelismos em (42) tornam claros:⁹

- (42) (a) Eu disse [_{SCOMP} que a Maria saiu]
(b) Eu disse [_{SDET} uma mentira].
(c) Eu disse [_{SDET} isso]

Sabemos hoje que a chamada subordinação integrante / completiva não é toda do mesmo tipo; veja-se, a este propósito, Raposo (1986, 1987), Ambar (1998), Matos (1992), Gonçalves (1996, 1999), Duarte (2003b), Barbosa (2013), Barbosa & Raposo (2013) e tantos outros trabalhos, que nos mostram que não só as completivas finitas mas também as não finitas não são todas iguais e nem todas têm o mesmo tipo de natureza nominal. Como breve ilustração, recordem-se diversos tipos de orações completivas infinitivas que não são precedidas de complementador, como as construções de reestruturação (43a), as construções de elevação com os modais *dever* e *poder* (43b), as construções contendo auxiliares aspetuais (43c):

- (43) (a) Eu quero sair à noite.
 (b) O João pode sair à noite.
 (c) O João continua a sair à noite.

E recorde-se que o português admite, em discurso escrito de grande formalidade, orações completivas finitas de conjuntivo sem complementador, como em (44):

- (44) Requeiro me seja concedida autorização para sair do país.

Tudo isto revela que a subordinação completiva envolve fenómenos de grande complexidade do ponto de vista sintático e semântico.

Numa dimensão semântica, Hinzen & Sheehan (2011) apresentaram uma proposta muito interessante que retoma e problematiza o paralelismo SDET / SCOMP, propondo que tanto numa como noutra categoria há uma escala de referencialidade.

No domínio nominal, se nos referirmos a uma única entidade, usamos designadores rígidos, nomes próprios, pronomes pessoais, expressões déiticas; os três tipos de expressões referidos ocupam, por isso, a posição mais alta na escala de referencialidade; vejamos os exemplos em (45):

- (45) (a) (o) Mário Soares
 (b) eu
 (c) este livro

As expressões definidas, como a expressão em itálico em (46), ficariam imediatamente abaixo da escala de referencialidade nominal:

- (46) Comprei um livro; *o livro* está em cima da mesa.

As expressões indefinidas não específicas / intensionais, como em (47) ficariam no mais baixo da escala referencial nominal:

- (47) Quero comprar *um livro barato sobre cinema* (mas não sei se tal existe).

No nível frásico, haveria uma escala de referencialidade parecida, explicando a distinção entre o que os autores consideram ser verdades, factos e proposições. Em frases independentes do tipo de (48a) e (b), temos frases com o mesmo valor de verdade e intermutáveis, porque há designadores rígidos que designa um e só um indivíduo (*Superman* e *Clark Kent*) e porque as frases são predicativas:

- (48) (a) Superman is a superhero.
 'O Superman é um super-herói'
 (b) Clark Kent is a superhero.
 'Clark Kent é um super-herói'

Em (49a) e (49b)

- (49) (a) Lois Lane thinks (that) Superman is a superhero.
 'Lois Lane pensa que o Superman é um super-herói'

(b) Lois Lane doubts (that) Clark Kent is a superhero.

'Lois Lane duvida que Clark Kent seja um super-herói' as orações complemento são selecionadas por predicados verbais como *think* 'pensar' e *doubt* 'duvidar'. Aqui teríamos aquilo que os autores designam um SCOMP quantificacional, com uma interpretação indefinida/intensional, onde as orações completivas não têm valor referencial e não são sinónimas, porque têm um valor de verdade aberto, equivalente a uma expressão indefinida não específica. Este tipo de frases está, portanto, no nível mais baixo de referencialidade.

Qual seria então a situação intermédia no domínio frásico? Os autores propõem tratar-se das frases que contêm predicados factivos que selecionam uma oração complemento que denota um facto pressuposto como verdadeiro, como em (50); tais SCOMPs são equivalentes a uma expressão definida, podendo ser facilmente parafraseadas pela expressão *o facto de*.

(50) He regrets that it is raining.

'Ele lamenta que esteja a chover' (pressuposição: está a chover)

Aceitando esta perspetiva, há uma escala paralela de referencialidade nos domínios nominais e frásicos: uma expressão SDET que exprima um designador rígido é equivalente a frases como (48), com valor de verdade; um SDET definido é equivalente a uma oração complemento de um V factivo porque o conteúdo proposicional de tal oração é pressuposto, como em (50); e uma expressão nominal indefinida não específica é equivalente a uma oração selecionada por verbos intensionais, cujo valor de verdade permanece em aberto, como em (49).

Tudo isto permite concluir que, do ponto de vista semântico, tanto há diferentes tipos de SDET como há diferentes tipos de SCOMP, dependendo da escala de referencialidade envolvida.

Como ficou claro através da apresentação acima, um dos pontos mais inovadores desta proposta é a maneira como Hinzen e Sheehan encaram a natureza semântica dos verbos factivos. De facto, vários autores têm vindo a propor que a factividade não é uma noção primitiva; pelo contrário, a factividade pode ser explicada em termos de referencialidade e em termos de traços semânticos considerados primitivos. Desse modo, Hinzen e Sheehan defendem que os verbos factivos se caracterizam como tendo um traço referencial, o traço definido.

A tipologia de verbos / predicados que os autores propõem é uma tipologia baseada em traços: (i) assertivo/não-assertivo; (ii)

comunicativo/cognitivo/outros; (iii) definido / indefinido — veja-se o quadro seguinte para o inglês, retirado de Matos e Brito (2013) e em que, propositadamente, não traduzi nem os traços nem os verbos:

(51)

HINZEN & SHEEHAN (2011)

I	II	III	IV	V	VI
<i>Strongly assertive communication definite predicates</i> (semi-factives)	<i>Strongly assertive communication indefinite predicates</i> (non factives)	<i>Weakly assertive cognitive definite predicates</i> (semi-factives)	<i>Weakly assertive cognitive indefinite predicates</i> (non-factives)	<i>Non-assertive definite predicates</i> (emotive factives)	<i>Non-assertive indefinite predicates</i>
disclose, divulge, confess, point out, reveal	say, claim, assert, report, vow	know, discover, find out, forget, realize, grasp	think, believe, suppose, guess, imagine, prove, decide	regret, deplore, resent, detest, hate, be glad, be aware, care, mind	doubt, (deny), be possible, be likely, wish, want, order, ask

Depois destas reflexões semânticas, voltemos às questões sintáticas.

15.5 — O QUE NOS PODE DIZER A NOMINALIZAÇÃO DE FRASES INFINITIVAS ACERCA DO PARALELISMO SDET/ST E SDET/SCOMP

Nos pontos anteriores, explorámos alguns paralelismos sintáticos e semânticos entre expressões nominais e frases, tentando responder às perguntas: têm as expressões nominais propriedades frásicas? Têm as frases propriedades nominais?

Vimos também que na tradição gramatical luso-brasileira, quando se analisava a subordinação completiva, a segunda pergunta apresentada tinha uma resposta imediata, afirmativa: as orações completivas ou integrantes representam um tipo de subordinação substantiva. Como já acima afirmado, sabemos que o estatuto nominal das orações completivas não é todo igual e isso tem consequências tanto do ponto de vista sintático como semântico.

Nesta última parte do capítulo, vamos recordar a possibilidade de nominalizar orações infinitivas, tema tratado no capítulo anterior. Vejamos alguns exemplos de nominalização de uma oração finita:

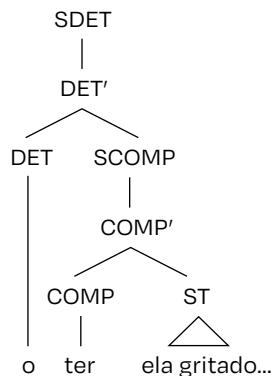
(52) *O ter ela gritado* surpreendeu-nos.

(53) *O sairmos cedo para o trabalho* é muitas vezes uma necessidade.

(54) Eles têm que agradecer-nos *o termos lutado por uma democracia* (exemplo extraído do *CetemPúblico*, citado em Barbosa & Raposo 2013, p. 1975).

Propus no capítulo anterior que a nominalização de uma oração infinitiva como em (52), (53) e (54) é a nominalização de SCOMP, sendo COMP a posição na periferia esquerda da frase para a qual o V / AUX se move, explicando a ordem V S e a possibilidade de presença do Infinitivo Flexionado; é o que descrevo, simplificada, em (55):

(55)



Pode ainda haver uma nominalização de uma forma infinitiva onde não existe o nó COMP. É o que acontece na expressão em itálico em (56).

(56) *Esse teu gritar* surpreendeu-nos.

No capítulo anterior defendi que este tipo de nominalização (embora pouco atestado em *corpora*) tem propriedades mistas, híbridas, isto é, nominais e verbais; se acompanhada por um advérbio (como em 57a) tem propriedades verbais; se acompanhada por um adjetivo tem propriedades nominais (57b).

(57) (a) *Esse seu magoar-se constantemente* quando vai fazer desporto preocupa-nos.

(b) *Esse seu constante magoar-se* quando vai fazer desporto preocupa-nos.

Porém, a possibilidade de conter um argumento clítico como em *magoar-se* em ambos os exemplos, justifica a presença de um nó do tipo Flexão ou Tempo; por isso, estamos na presença de um domínio temporalizado, isto é, um SDET que domina um ST, ou seja, uma nominalização de ST. Assim, o português tem nominalização de uma oração infinitiva ST, como em (56) e tem nominalização de uma oração infinitiva que é categorialmente um SCOMP, como em (52), (53) e (54).

Tais possibilidades devem-se ao facto de o *-r* como morfema flexional de infinitivo, nas construções que estamos a estudar, ter traços nominais; no caso específico da nominalização de SCOMP, isto é acentuado pelo facto de o português ter Infinitivo Flexionado e a flexão dessa forma verbal ter uma forte natureza nominal (Raposo 1987), para além de traços temporais (Ambar 1998, Duarte 2003b). Sendo assim, os dois tipos de nominalização não violam o princípio de endocentricidade, pois em ambos os casos há um núcleo funcional que tem traços nominais.

Uma última pergunta pode ser colocada: por que razão certos predicados favorecem ter argumentos internos oracionais nominalizados, isto é, orações infinitivas nominalizadas? Como acabámos de ver, são sobretudo os predicados factivos e emotivos, como *surpreender*, *preocupar*, *alarmar*, aqueles que Hinzen & Sheehan (2011) descrevem como predicados não-assertivos e definidos (ver quadro 51 deste capítulo), que mais possibilidade têm de seleccionar como argumento orações infinitivas nominalizadas.

15.6 ———— ALGUMAS CONCLUSÕES

Neste capítulo defendi que há argumentos para a aproximação entre as expressões nominais e as frases, não só do ponto de vista semântico, mas também e principalmente do ponto de vista sintático.

É possível aproximar SDET e ST porque DET e T são os núcleos funcionais essenciais para a estruturação das expressões nominais determinadas e das orações / frases temporalizadas, respetivamente. Línguas há em que o processo da chamada concordância SU-V e da concordância possuidor-possuído (ou possuído-possuidor) é idêntica, o que motivou a proposta de que o SDET possa conter um nó do tipo CONC (Agr). Em línguas como o português e o italiano a sintaxe dos possessivos justifica também uma categoria funcional suplementar; mas, não sendo tão ligada à concordância, essa posição tanto tem sido designada SCONC

como SPOSS. Quanto a SNUM, embora tal categoria funcional se justifique em certas línguas, não parece ter o papel estruturante que se pensava nos anos oitenta e noventa do século XX; veja-se, por exemplo, a variante do PB, em que nem todos os constituintes num SDET exibem concordância de número e, como tal, a sua presença no SDET deve ser repensada.

Defendi também que o SDET se pode aproximar de SCOMP, porque os determinantes e os complementadores têm nalgumas línguas e nalgumas construções o papel de converterem expressões nominais e frases em argumentos. Porém, assim como há diversos tipos de SDETs também há diferentes tipos de orações completivas, tanto do ponto de vista da presença de Tempo, como do ponto de vista da natureza nominal e da referencialidade e; por outro lado, há construções que envolvem a seleção de domínios oracionais em que o nó COMP não chega a ser projetado.

O português é uma língua privilegiada no que diz respeito à questão do carácter nominal das frases, porque é das poucas línguas no mundo que tem um processo sintático de nominalização de oração infinitiva (ST ou SCOMP) através da presença do artigo definido *o* ou mesmo de um demonstrativo. Tanto numa como noutra situação a seleção de orações infinitivas nominalizadas está limitada a um certo tipo de predicados superiores.

Uma última reflexão: se há condições formais para aproximar expressões nominais e frásicas, tais condições favorecem casos de sinonímia ou de paráfrase; neste capítulo sugeri algumas dessas possibilidades:

- a paráfrase entre uma nominalização deverbal eventiva, uma frase e o infinitivo nominal, como em (58a, b, c) (retomando alguns exemplos anteriores):
 - (58) (a) A execução da sonata pelo João durou 15m.
 - (b) O João executou a sonata durante 15m.
 - (c) O executar da sonata pelo João durou 15 minutos.
- a relação entre diferentes tipos de nominalização de frases infinitivas, como em (52) e (56), aqui renumeradas como (59a, b), e completivas finitas com *que*, como em (59c):
 - (59) (a) O ter ela gritado surpreendeu-nos.
 - (b) Esse seu gritar surpreendeu-nos.
 - (c) Surpreendeu-nos que ela tenha gritado.

Embora conduzida aqui por razões essencialmente sintáticas, a análise dos paralelos entre expressões nominais e frásicas abre um campo alargado de reflexões, que tanto podem situar-se numa

perspetiva teórica e descritiva como podem ter uma componente aplicada: a tradução, o estudo do plágio e o estudo de autoria são apenas três das dimensões que gostaria de sugerir.

- | | |
|---|--|
| <p>1 O capítulo parte de Brito (2015c), uma conferência convidada na Associação Portuguesa de Linguística e que sofreu alguns cortes e pequenas alterações.</p> <p>2 Uma das propriedades comuns a SN e frase seria ter um sujeito (SU). Chomsky (1981) formula princípios comuns (os princípios A, B e C) da Teoria da Ligação para SNs e Frases; assim, tanto em (i) <i>Os estudantes falaram uns com os outros</i>, como em (ii) <i>O João contou a sua história</i>, (iii) <i>O João contou a história dele</i> e (iv) <i>O João contou a sua própria história</i>, a distribuição das anáforas e dos pronomes poderia ser explicada a partir da ideia de na F e no SN existir uma posição de SU, expressa ou omissa.</p> <p>3 O autor quase não refere o SPREP, sugerindo, no entanto, que a convenção X barra pode também aplicar-se a tal categoria e que uma Prep é [-N, -V].</p> <p>4 Com isto não se está a afirmar que não haja línguas em que as informações de Tempo e Modo estejam associadas a expressões nominais (SDET ou SN). Para uma visão geral veja-se o artigo de Nordlinger & Sadler (2004).</p> <p>5 Não refiro no texto toda a discussão acerca da estrutura de nomes simples plurais ou singulares (“bare nouns”) em português e em italiano. Longobardi (1994) propõe que em línguas como o italiano, para captar a leitura genérica de nomes plurais em posição de SU, o N se move para D e que um D não preenchido, em posição de argumento interno, corresponde a uma leitura existencial por defeito, como nos exemplos do Português (i) e (ii): (i) <i>Bebo água às refeições (= bebo uma porção de N (massivo)); (ii) Comi morangos</i></p> | <p>(=comi alguns / uma porção de N (contável)). Na posição de SU os nomes simples são mais restringidos, mas possíveis em frases definitorias, com predicados de espécie; compare-se (iii) e (iv): (iii) ? <i>Baleias entraram no porto</i>; (iv) <i>Baleias são mamíferos de grandes dimensões</i> (Oliveira 1998). O PE e o PB não se comportam de igual forma na aceitação de nomes simples (ver Schmitt & Munn 1999, Müller & Oliveira 2004, Lopes, R. 2007, Brito & Lopes 2016). Ler ainda Giusti (2015) e a recensão contida neste livro no final da parte II.</p> <p>6 A complexidade da estrutura do SDET tem justificado a proposta de muitas outras categorias funcionais intermédias, entre elas SQuantificador, SGenero, S Marcador de Classe, SFoco, STópico, SKaso. Para uma síntese veja-se, entre outros, Coene & d’Hulst (2002) e Corver (2013, p. 44).</p> <p>7 Pollock (1989) propõe que ST é a categoria mais elevada; Belletti (1990) propõe que é SCONC a categoria mais elevada, de forma a dar conta, por movimento do V, da ordem linear dos morfemas, sendo, nas línguas românicas, o morfema de CONC o último a ser associado, depois dos morfemas de T.</p> <p>8 Estou aqui, naturalmente, a excluir casos de expressões nominais predicativas, como <i>O João é um médico</i>.</p> <p>9 A propósito de orações completivas, escreve Óscar Lopes: Em “ele sabe que vieste” a asserção “vieste” converte-se em um nome de um facto: “(o facto de) que vieste “equivale a “a tua vinda” (Lopes, 1972, p. 306).</p> |
|---|--|

PARTE IV

— ASPETOS SINTÁTICOS DAS ORAÇÕES RELATIVAS

CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS IV ¹

No conjunto das construções que envolvem o emprego dos pronomes e advérbios interrogativos, relativos e exclamativos, destacam-se as orações relativas, tema da minha tese de doutoramento, defendida em 1988 e publicada em livro em 1991.

As orações relativas mais típicas são, sem dúvida, as que contêm um antecedente, na tradição anglo-saxónica designadas “headed relatives”. É costume distinguir dois grandes tipos: as orações relativas restritivas ou determinativas (RR), como em (1), com um antecedente que contém um nome comum e que delimitam um subconjunto de entidades; e as orações elativas não-restritivas (RNR), também designadas apositivas / explicativas, como em (2), com um antecedente constituído por uma expressão referencial, geralmente um N próprio, constituindo um comentário sobre essa expressão referencial, sendo marcadas por uma pausa entre o antecedente e a oração relativa (ver Brito 1991, Brito & Duarte 2003, Veloso 2013 para outras propriedades de um e de outro tipo):

- (1) Os chapéus que estavam no armário desapareceram. (RR)
 (2) O António, que faz anos amanhã, veio passar o Natal.
 (RNR)

No final do século XX, alguns autores tentaram mostrar que a terminologia adotada para designar estes dois tipos não é a mais adequada e que a própria distinção entre restritivas e não restritivas não cobre todos os tipos de orações relativas.

Kleiber (1987, p. 34) propôs a distinção entre interpretação especificante e interpretação não especificante das relativas, dependendo do tipo de predicado no interior da relativa. Veja-se o contraste entre (3a) e (3b), em francês:

- (3) (a) Les filles qui parlent le basque sont travailleuses.
 'As raparigas que falam basco são trabalhadoras.'
 (b) Les filles que j'ai rencontrées hier sont amusantes.
 'As raparigas que encontrei ontem são divertidas.'

De acordo com o linguista, (3a), por conter um predicado genérico (*falar basco*), admite não uma mas duas interpretações: uma especificante, equivalente à interpretação de RR, designando um subconjunto de raparigas (sem pausa a marcar a relativa), e uma não especificante, referindo um grupo de raparigas, eventualmente presentes no momento da enunciação, sobre o qual se faz um comentário adicional, equivalente ao que costumamos designar RNR, com uma pausa a marcar a relativa. Pelo contrário, (3b), por conter um predicado específico (*encontrar alguém num dado momento*), só admite a leitura especificante (equivalente a uma RR).

Kleiber mostrou igualmente que numa oração relativa com um antecedente que contém um determinante indefinido específico, como (4) "il est impossible de conclure au statut restrictif ou appositif de la relative, le segment *Un loup se couche à terre* laissant ouvertes les deux possibilités." (p. 139).

- (5) Un loup qui sentait venir la mort se coucha à terre.
 'Um lobo que sentiu a morte deitou-se no chão.'

Outros autores enfatizaram a relação entre o determinante e a interpretação da oração relativa. Carlson (1993), para o inglês, e Grosu & Landman (1998), também para o inglês e para outras línguas, mostraram que há um terceiro tipo de relativas que acompanha um certo tipo de determinantes:

- (5) (a) ?? Americans exhibit much/some/little courage that is required in such situations.
 (b) Americans exhibit *the / any / all* courage that is required in such situations.

A partir de exemplos deste tipo, Carlson mostra que, enquanto as relativas restritivas como (5a) são compatíveis com numerais cardinais, determinantes fracos ou determinantes fortes, o tipo exibido em (5b) constitui um exemplo de relativas de quantidade, ‘amount relatives’, que só são compatíveis com determinantes fortes (*the / any / all*).

Em Portugal, Telmo Mória tem analisado este tipo de relativas e os exemplos seguintes são seus (Mória 2013), em que a predicação contida na relativa só é válida para “a quantidade de soldados” ou “a quantidade de champanhe”:

- (6) (a) Perdemos a batalha porque não tínhamos, nem de perto nem de longe, os soldados que o inimigo tinha.
(b) Seriam precisos vários dias para beber o champanhe que eles derramaram naquela noite.

Até agora referimos subtipos de relativas com antecedente. Contudo, em muitas línguas há relativas sem antecedente explícito, as relativas livres, ‘free relatives’, como em (7a) e (7b) (tradução de 7a):

- (7) (a) John liked what(ever) I cooked (Alexiadou *et al.* 2000, p. 22)
(b) O João gostou do que eu cozinhei.

Em (7a) e (7b), as próprias orações encaixadas *whatever you cooked* e *o que tu cozinhas* constituem argumentos do predicado matriz (em 7a *liked* e em 7b *gostou de*) e nisso se distinguem claramente dos exemplos até agora apresentados, em que as orações relativas são modificadores das expressões nominais antecedentes.

Várias línguas permitem relativas semilivres ou relativas com antecedente leve, em que o antecedente é constituído por determinantes ou quantificadores, como nos exemplos (8):

- (8) (a) Já li os que me recomendaste.
(b) Aquele a quem falei é meu amigo.

Há um tipo de construção que tem suscitado alguma discussão pois parece justificar a ideia de que a relativa pode ser suprimida e de que o constituinte predicado é o centro, o “pivot” da construção. São as relativas livres transparentes, como (9):

- (9) Havia o que parecia ser um avião na autoestrada
(compare-se com ‘Havia um avião na autoestrada’)

Existe ainda uma construção, as relativas falsas ou pseudorelativas, como (10a), mais produtivas em francês (10b) e em italiano (10c) do que em português, com paralelos fortes a orações pequenas (“small clauses”); a aproximação entre (10a), (10d) e (10e) mostra desde já a natureza especial deste tipo de construção:

- (10) (a) Vejo a mãe que chora.
(b) Je vois la mère qui pleure.

(c) Vedo la madre che piange.

(d) Vejo a mãe a chorar.

(e) Vejo a mãe chorar.

É sobre tudo isto que trata esta parte do livro. Mantereí a distinção clássica entre relativas restritivas e não restritivas e a esses dois tipos dedicarei os dois primeiros capítulos. O terceiro estuda as relativas livres e as relativas semilivres ou relativas com antecedente leve, dando especial destaque às iniciadas pelo constituinte *o que*. O quarto capítulo analisa as relativas livres transparentes. E, finalmente, o quinto capítulo estuda as pseudorelativas, valorizando as suas propriedades e sugerindo, muito brevemente, uma análise sintática.

- 1 Esta introdução é inédita, tendo feito parte da conferência proferida na Goethe-Universität Frankfurt am Main, em 17/01.2017, no quadro das atividades da Research Unit “Relative Clauses”.

16 ——— ORAÇÕES RELATIVAS RESTRITIVAS¹

Neste capítulo estudar-se-ão alguns aspetos da sintaxe das orações relativas restritivas com antecedente. Em 16.1. serão apresentadas algumas propriedades desta construção numa perspetiva comparada com outras línguas; em 16.2. discutir-se-á a estrutura sintática; em 16.3. analisar-se-á a natureza do *que* relativo, e no final apresentar-se-ão as principais conclusões do capítulo.

16.1 ——— ALGUMAS PROPRIEDADES UNIVERSAIS E PARTICULARES DAS RELATIVAS RESTRITIVAS

As orações relativas restritivas são um tipo de não-argumento ou de modificador restritivo de uma expressão nominal; tais orações são encaixadas ou integradas numa construção nominal que tenho vindo a designar Sintagma Determinante (SDET), contendo um marcador específico; este tipo de construção é caracterizado por uma dependência *Q/wh* que não tem valor semântico de interrogação, servindo para assegurar uma forma de ligação entre uma posição no interior da relativa e um constituinte geralmente fora da oração (cf. Alexiadou *et al.* 2000, p. 2, Brito & Duarte 2003, pp. 655, 671).

Apesar de as propriedades acima apresentadas serem provavelmente universais, as orações relativas restritivas exibem uma forte variação superficial nas línguas do mundo.

Assim, existem línguas em que as orações relativas restritivas têm núcleos iniciais e exteriores à própria oração relativa. Quando tais núcleos são exteriores, na tradição luso-brasileira chamamos a essas orações “relativas com antecedente” e na tradição anglo-saxónica “headed relatives”, como vimos nas Considerações introdutórias. Os exemplos em (1), em português e em inglês, são bons exemplos desse tipo de construção:

(1) (a) Comprei [_{SDET} um livro [_{SCOMP} que me custou 50 euros]].

(b) I bought [_{SDET} a book [_{SCOMP} which cost me 50 euros]].

Existem línguas em que as orações relativas têm núcleos finais, como *mise*, em (2), do japonês, e que se distinguem das relativas com núcleos iniciais (aquelas em que verdadeiramente podemos dizer que há um “antecedente”) (inglês, português).

- (2) [S_{DET} [S_{COMP} Donarudo Toranpu-ga katta] mise]
 Donald Trump-nom comprou loja
 'A loja (que) Donald Trump comprou.' (Japonês,
 Matsumoto 1997, p. 43)

Existem línguas com núcleos internos à oração relativa (quechua, lakhota). Veja-se (3), do lakhota, com um núcleo interno à oração relativa, *owiza*, 'colcha':

- (3) [S_{DET} [S_{COMP} Mary [owiza wa] kage] ki] he ophewathu
 Maria colcha a fez a eu comprei
 'Eu comprei a colcha que a Mary fez (Lakhota, Williamson
 1987, *apud* Alexiadou *et al.* 2000, p. 13)

Há línguas com orações relativas com núcleo duplo, como o kombai (língua da Papua, Nova Guiné, Indonésia), como em (4) e (5), em que *doiü* em (4) e *ai/ay* em (5) aparecem fora e dentro da oração relativa; os exemplos são dados em Dryer (2005), retomados por Cinque (2011, pp. 67-68):

- (4) [[doiü adiyano-no] doiü] deyalukhe
 sagu dar.3PL.NãoFUT-CON sagu acabou.AD
 'O sagu que eles deram acabou.'
 (5) [[ai fali-khano] ro] nagu-n-ay-a
 porco levar-3PL coisa nosso-TR-porco-PRED
 'O porco que eles levaram é nosso.'

Quanto ao marcador de oração relativa, se a grande maioria das línguas exhibe um morfema classicamente designado "pronomo relativo", como os morfemas *que, quem, o qual* em português e *that, who, whom, which* em Inglês (6a e 6b), há línguas que exibem um marcador cuja natureza não é clara, como em chinês *de* (presumivelmente um complementador mas também com propriedades de preposição (cf. Zheng 2019, Espírito-Santo 2019), como ilustrado em (7):

- (6) (a) O homem *que* chegou é meu amigo.
 (b) The man *that* arrived is my friend.
 (7) xihuan Xiao Lin *de* zhe ge ren hen shuai gosta
 Xiao Lin DE DEM CI pessoa muito bonita gosta
 'A pessoa de quem Xiao Lin gosta é muito bonita'
 (Xu 2014, p. 440, dado em Espírito Santo 2019, p. 59)

Outra propriedade variável é o movimento ou a ausência de movimento do constituinte relativo. Em hebreu, há dois processos, um que envolve movimento (8a), outro que não envolve movimento, pois na oração relativa há um pronome resuntivo (8b):

- (8) (a) Ze ha- is [se rat' iti etmol]
 este é o homem que eu vi ontem

(b) Ze ha- is [se oto rat'iti etmol]
 este é o homem que o eu vi ontem

Refira-se ainda que o inglês tem “Preposition Stranding”, isto é, um processo que move o constituinte *wh* e deixa na posição básica a preposição (9a), embora exista igualmente a possibilidade de Pied Piping do SPREP (9b):

- (9) (a) the man *whom* I spoke to yesterday...
 o homem quem eu falei a ontem
 (b) the man to *whom* I spoke yesterday...
 o homem a quem eu falei ontem

Vemos assim que, embora as orações relativas restritivas sejam construções com algumas propriedades provavelmente universais, servindo, semanticamente, para delimitar a referência de uma expressão nominal, as línguas do mundo exibem diferenças formais importantes.

Nos pontos seguintes vamos analisar alguns aspetos sintáticos das RR em português, sem perder de vista uma abordagem comparativa.

16.2 ——— QUE ANÁLISE PARA AS RR?

Retomemos alguns exemplos do PE, como em (10) (cf. Brito & Duarte 2003, p. 655):

- (10) (a) Os chapéus que estavam no armário desapareceram.
 (b) O livro que li nas férias ganhou um prémio.
 (c) O homem de quem tu me falaste está a chorar.
 (d) O serviço a que me dirigi funciona bem.
 (e) Passo assim os dias em que estou em casa.

Relembre-se aqui algumas propriedades das RR:

- Impossibilidade de pronominalização do chamado antecedente, mostrando que o determinante e o N não formam um constituinte:

- (11) (a) * Eles que estavam no armário desapareceram.
 (b) * Ele de quem tu me falaste está a chorar.

- Algumas RR incluídas em construções de elipse como (12) favorecem uma análise em que o determinante tem escopo sobre a categoria vazia no interior da RR (Brito 1991, p. 83, seguindo Peres 1987)

- (12) Eu gosto mais desta criança que tem cabelos escuros do que daquela [-].

Devido à elipse, (12) tem duas leituras possíveis: uma leitura em que a categoria vazia assinalada se refere à criança que tem cabelo escuro; e uma outra em que a categoria vazia se refere a *criança*, simplesmente. Na primeira leitura, só uma estrutura em que DET tem escopo sobre o N e em que o N e a RR formam um constituinte parece ser adequada.

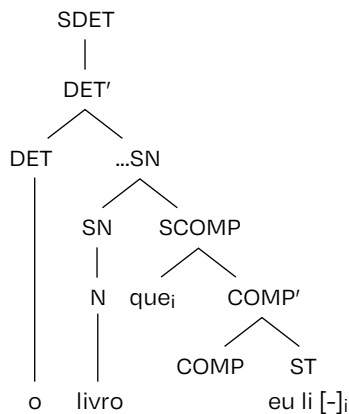
As duas propriedades apontadas mostram que, numa RR, o DET e o N não formam um constituinte e, por isso, qualquer análise do tipo de adjunção a SN, em que a oração relativa é nó irmão de SN à sua esquerda, deve ser rejeitada. No entanto, no passado (Ross 1967, Brito 1991, entre outros), tal análise foi proposta como uma maneira simples de descrever certos comportamentos das RR (relativas com antecedentes coordenados e verbos simétricos, acumulação de relativas, entre outras propriedades) (ver Brito 1991, cap. 2, Brito & Duarte 2003).

A hipótese SDET ('DP hypothesis' de Abney 1987) veio permitir encontrar alternativas à análise de adjunção a SN, uma vez que é criado mais um nível na estrutura da expressão nominal que contém a RR. De facto, de acordo com a análise SDET, o DET deverá ter sempre escopo sobre o resto da construção, mas DET e N não formam um constituinte, porque entre DET, uma categoria funcional, e a oração relativa se interpõe o SN, uma categoria lexical.

Assim, é possível propor que as RR são uma adjunção a SN, sim, mas em que SN é uma categoria lexical, mais baixa do que SDET, como descrito em (13b) para (13a) (Alexandre 2000, Brito 2005b, 2006).²

(13) (a) O livro que li nas férias...

(b)



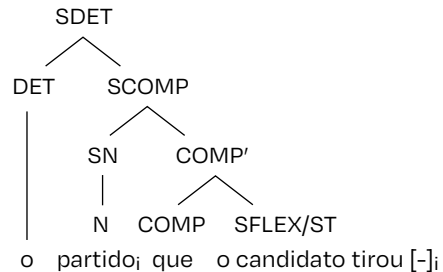
Outras propriedades importantes caracterizam ainda as RR (Brito 1991, pp. 127-131, Brito 2005b, 2006, Cardoso 2010).

- Admitem predicados nominalizados como antecedente, como em (14):
(14) O meu amigo deixou de ser o distraído que era antigamente.
- Admitem expressões idiomáticas do tipo *tomar parte em, fazer caso de, tirar partido de*, etc., como em (15):
(15) O partido que o candidato tirou dos erros dos outros contribuiu para a sua eleição.
- Admitem facilmente o fenómeno de “reflexivização para trás”, quer dizer, admitem fenómenos de reconstrução (como se a anáfora *si próprio* pudesse ser reconstruída no interior da oração relativa para ser ligada pelo seu antecedente *o João*):
(16) O retrato de si próprio que o João tirou ficou muito bem.

Estes últimos fenómenos, entre outros, serviram a Vergnaud (1974) e a Kayne (1994) de fundamentação empírica para uma análise por elevação das RR, que consiste na ideia de que o chamado N antecedente da relativa não está nessa posição desde a base, isto é, o N estaria contido no interior da relativa e subiria do interior da oração para a posição final, à esquerda do pronome relativo. Vejamos um exemplo com algum detalhe.

Para (17a), Kayne proporia que o nome (*partido*) sobe de uma posição básica no interior da oração relativa e passa a ocupar uma posição junto de DET, mais propriamente a posição de especificador de SCOMP, que, por sua vez, é complemento de DET, originando uma estrutura como em (17b):

- (17) (a) ...o partido que o candidato tirou...
(b)



No caso de a RR ter um SPREP ou um SN contendo um morfema *Q/wh*, a elevação do N faz-se a partir do sintagma previamente movido, como se descreve em (18b) e (19b) para (18a) e (19a):

- (18) (a) o rapaz com o qual eu falei
(b) [SDET o [SCOMP [SN rapaz]] [SP com o qual [-]i] COMP [ST eu falei [-]i]]

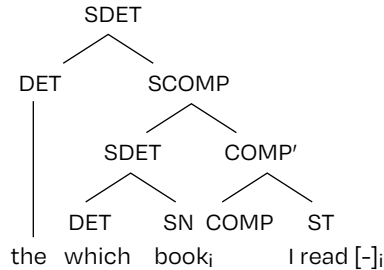
- (19) (a) o rapaz a amiga do qual eu encontrei
 (b) [_{SDET} o [_{SCOMP} [_{SN} rapaz]_j] [_{SN} a amiga do qual [-]_j]_i]
 COMP [_{ST} eu encontrei [-]_i]]

Tomemos ainda um exemplo em inglês:

- (20) the book which I read...

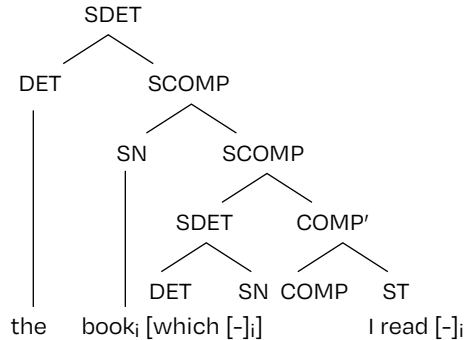
Segundo Kayne, o primeiro movimento é de *which book*, para especificador de SCOMP:

- (21)



Por deslocamento de *book* a partir de *which book*, obteríamos (22):

- (22)



Esta análise tem alguns problemas, mas também apresenta algumas vantagens.

Recorde-se que a análise por elevação se baseia na ideia de que o núcleo nominal da relativa tem a sua origem no interior da própria oração relativa. Desse modo, esta análise constituiria uma maneira simples de explicar três tipos de relativas referidos em 16.1:

- As *relativas de núcleo interno*, uma vez que o núcleo nominal surge no interior da oração relativa, como em (23):

- (23) (=3) [_{SDET} [_{SCOMP} Mary [owiza wa] kage] ki] he ophewathu
 Maria colcha a fez a eu comprei
 'Eu comprei a colcha que a Mary fez.'

- As *relativas de quantidade* ‘amount relatives’, como as ilustradas nos exemplos de Mória (2013), pois a quantificação (implícita ou explícita) no antecedente seria na verdade a quantificação da categoria nominal no interior da relativa; veja-se a paráfrase em (24) do exemplo (6), já apresentado em 16.1:
(24) Perdemos a batalha porque não tínhamos, nem de perto nem de longe, a quantidade de soldados que o inimigo tinha / não tínhamos essa quantidade de soldados.
- Veja-se também *as relativas de núcleo duplo* (“double headed relatives”). No quadro do Programa Minimalista, pensa-se que o movimento de um constituinte é sempre um movimento por cópia, em que, em geral, é a cópia mais alta que é soletrada. Ora nestas línguas tanto a cópia baixa como a cópia alta seriam soletradas. É o que explicaria orações relativas com núcleo duplo, como em kombai, como no exemplo (4), aqui retomado como (25):

(25) [[doü adiyano-no] doü] deyalukhe
 sagu dar.3PLNãoFUT-CON sagu acabado.AD
 ‘o sagu que eles deram acabou’

Também dados de aquisição com relativas de núcleo duplo parecem favorecer uma análise por elevação e de movimento por cópia. Vejam-se várias produções por parte de crianças italianas, francesas, inglesas, apresentadas em Cinque (2011, pp. 81-2):

- (26) (a) La bambina che il nonno bacia la bambina.
 a criança que o avô beija a criança
 (b) Sur la balle qu’il lance la balle.
 por cima da bola que ele lança a bola
 (c) The song about the airplane that we’re riding the airplane.
 a canção acerca do avião que nós íamos andar (n) o avião

Cinque refere que tais produções poderiam, pelo menos à primeira vista, justificar uma análise das relativas por elevação, na linha de Kayne 1994, Bianchi 1995, 1999, entre outros.

No entanto, o próprio Cinque nota que, em dados de aquisição, também se encontram produções em que não é retomado exatamente o antecedente, mas um outro nome, que pode ser um resuntivo geral do tipo COISA, PESSOA ou sinónimos, ou mesmo subclasses de nomes.

Veja-se os exemplos em inglês (27), produzidos por crianças inglesas de 3, 4 anos de idade (Cinque 2011, p. 82):

- (27) (a) There is a train worker that we saw a swichtman.
 há um trabalhador do comboio que nós vimos o agulheiro
 (b) The one that the mailman is holding the baby.
 o um que o carteiro está a segurar o bebé

- (c) The one that the cowboy is pulling the horse.
o um que o cavaleiro está a puxar o cavalo

Em (27) não há coincidência entre o nome antecedente e o nome no interior da relativa (em (27a) *the train worker* e *the switchman*; em (27b) e (c) também não há coincidência entre as duas expressões: *the one* e *the baby / the horse*, respetivamente (embora a glosa em português não capte inteiramente a interpretação pretendida em inglês).

Quer dizer, não havendo duplicação, isto é, coincidência do constituinte fora e dentro da relativa, o fenómeno tanto pode ser explicado numa análise por elevação, como pode ser explicado por uma análise por adjunção, por “matching”, de acordo com Cinque (2011, p. 84).

Por outro lado, a análise por elevação enfrenta alguns problemas formais que têm sido destacados na bibliografia (Cf. Borsley 1997, Platzack 2000, pp. 276-277; para o português, Alexandre 2000, pp. 110-135):

- (i) a análise de Kayne nunca diz quais são os traços fortes de COMP declarativo que podem desencadear o movimento de SN para especificador de SCOMP e a única motivação para o movimento parece ser justificar a ordem de palavras;
- (ii) se o movimento do SN é para especificador de SCOMP, deverá então ter o estatuto de operador, o que não parece justificado;
- (iii) o que é deslocado é um SN, mas se houver reconstrução em FL é um SDET que é reconstruído;
- (iv) a configuração obtida por movimento de SN não é uma configuração canónica de Acordo especificador-núcleo, porque DET é um núcleo e o SN deslocado está em especificador de SCOMP;
- (v) esta análise prediz que o antecedente tenha o mesmo caso que a expressão nominal na relativa, o que nem sempre acontece; veja-se o exemplo (28) em alemão, em que as duas expressões podem ter casos diferentes (exemplo de Platzack 2000, p. 276):

- (28) ...der Junge_{NOM}, den_{ACUS} wir kennen...
o jovem que nós conhecemos

Por todas estas razões, Bianchi (1995, 1999) adotou mas modificou a análise de Kayne (1994), de modo a corrigir alguns aspetos. Como é visível nas estruturas (21) e (22), o D exterior e o N não formam um constituinte, embora tenham os mesmos traços ϕ . Para corrigir este aspeto, Bianchi propõe que a relação entre DET e N tem de ser vista de tal modo que se possa dizer que há acordo ou verificação (“checking”) de traços. Note-se que, em (21), por exemplo, o núcleo nominal do antecedente é dominado por um único

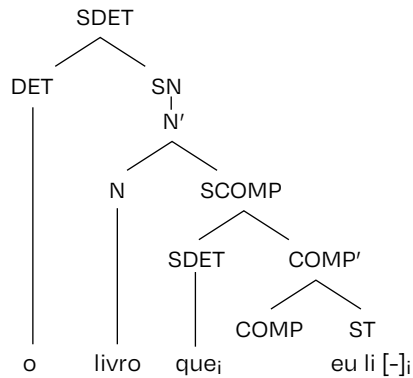
segmento de SCOMP. Dado que a relação de dominação se aplica a categorias e não a segmentos, Bianchi afirma que, na configuração (21), o núcleo *book* não pertence ao domínio do DET *which* nem ao domínio de COMP, mas sim ao domínio do DET exterior; por isso, podem estabelecer uma relação de acordo ou de verificação.

Um segundo aspeto da análise de Kayne consiste no facto de o traço que atrai o N nunca ser identificado. Bianchi (1999, p. 63) propõe que o DET exterior tem um traço [+N] forte que não pode ser satisfeito por SCOMP; por isso, o SN eleva-se para especificador de SCOMP.

Vemos que há problemas decorrentes da análise por elevação das RR. Porém, há algumas vantagens nesta análise, como vimos acima. O debate mantém-se, por isso, em aberto.

É igualmente útil discutir a análise de Platzack (2000). O autor constrói uma análise dos dois tipos de relativas (relativas restritivas e relativas não restritivas) por complementação, respeitando a ideia de antissimetria em sintaxe de Kayne (1994) e anulando a diferença entre modificadores e argumentos. O SDET contendo uma RR teria a seguinte estrutura, adaptando a sua análise ao português (ver em especial p. 271, 298):

(29)



Nesta estrutura, o DET superior, aqui ocupado pelo artigo definido *o*, c-comanda todos os constituintes em SCOMP e ST; desse modo, os fenómenos de ligação ilustrados em (16) seriam explicados. Porém, esta estrutura não dá conta dos fenómenos normalmente invocados em favor de uma análise por elevação (ver (14) e (15)); além disso, dificilmente pode analisar as RR com antecedente coordenado e verbo recíproco, como (30) (Brito (1991, cap. 2; Brito & Duarte 2003, pp. 659-660):

(30) O rapaz e a rapariga que moram no nosso andar casaram-se.

Mais importante do que esta limitação, o comentário que se pode fazer em relação à análise de Platzack relaciona-se com a diferença entre relativas e completivas, ilustradas em (31a) e (32b) (Cf. Brito & Duarte 2003, p. 656; na mesma linha, Rebuschi 2005):

- (31) (a) A hipótese que me apresentaste ontem é interessante.
(relativa)
(b) A hipótese (de) que me venhas a apresentar aquele rapaz agrada-me. (completiva de N)

Com efeito, é conveniente que as estruturas sintáticas tenham meios de distinguir modificadores e argumentos; ora, a análise de Platzack (2000) não o permite.

Por todas as razões invocadas, não adotamos aqui nem a análise por elevação de Kayne / Bianchi nem a análise por complementação de Platzack e mantemos neste capítulo a análise já esboçada em (13), quer dizer, uma análise das RR por adjunção a SN, dentro do quadro da hipótese SDET.

16.3 ————— SOBRE A NATUREZA DE *QUE* NAS RR EM PE

Voltemos de novo a nossa atenção para as RR em PE, centrando agora a discussão na natureza dos “pronomes relativos”.

Já sabemos que uma propriedade provavelmente universal das orações relativas é o serem caracterizadas por uma dependência entre uma posição no interior da relativa e um constituinte fora da oração, através de um marcador especial. Nas línguas românicas e germânicas, esse marcador especial é constituído por aquilo que tradicionalmente é designado um “pronome relativo”.

Um aspeto relevante das orações relativas em português e noutras línguas românicas é a impossibilidade de uso de *quem* como SU e OD da oração relativa, mesmo quando o antecedente é humano e apenas o uso de *que* (ou equivalente) é possível nestas mesmas circunstâncias, diferentemente das orações relativas que envolvem “Pied Piping” de um SPREP, que podem conter *quem* ou *que* de acordo com a natureza do antecedente (ver exemplos 32):

- (32) (a) * O homem quem chegou é meu amigo.
(b) * O homem quem eu vi no cinema é meu amigo.
(c) O homem a quem falei no cinema é meu amigo.
(d) A instituição a que te debes dirigir fica além.

Fenómenos semelhantes ocorrem em italiano e em francês (embora nesta língua exista a forma *qui* obtida pela alteração OP nominativo+*que* → *qui*) (exemplos de Alexiadou *et al.* 2000, p. 17):

- (33) (a) la persona *cui / che Bill ha visto...
 (b) la persona con cui Bill ha parlato...
 (34) (a) la personne *qui / que tu as vue...
 (b) l'homme avec qui tu t'es disputé...

Diferentemente, as relativas livres usam *quem* como SU e como OD quando referem humanos:

- (35) (a) Quem chegou é meu amigo.
 (b) Vi quem eu admiro.

Existem na literatura muitas explicações para esses factos.

Brito (1991), desenvolvendo uma análise antiga de Kayne (1976) para o francês, considerou que a impossibilidade de *quem* como SU e OD na oração relativa se deveria à Teoria do Caso: o movimento de uma categoria nominal do tipo de *quem* converteria toda a oração relativa numa categoria nominal, mas a esta não seria atribuído caso. Como consequência, Brito propõe que nesses contextos *que* é o complementador, não um verdadeiro morfema Q / *wh*. O movimento de um operador nulo para a posição de especificador de SCOMP daria um resultado semelhante ao movimento Q / *wh*, com um operador que seria interpretado em FL como um constituinte Q / *wh* verdadeiro.

Na mesma obra, fazia-se uma distinção entre o *que* como SU e como OD e o *que* incluído em SPREP (como em *o livro de que falaste é interessante*), fazendo-se a proposta de que nesse último contexto estaríamos perante um verdadeiro morfema / pronome relativo. Continuo a pensar que esta última proposta é correta.

No entanto, há dados das línguas românicas que mostram que há alternativas à minha hipótese de 1991 sobre o *que* em relativas de SU e de OD e que revelam que a distinção complementador / pronome relativo não é tão estanque como sugerido pelas investigações anteriores, havendo complementadores com traços de concordância e, pelo contrário, pronomes relativos que não exibem tais marcas.

Vejam-se as investigações de Poletto & Sanfelici (2019), sobre o Marebbano, um dialeto do Ladino falado na região de Marebbe, Val Badia, Itália, e que são retomadas por Rinke & Aßmann (2017, pp. 10, 11) e Brito (2022a). O sistema relativo desta variedade é marcado pela deixis e pelo caso, exibindo uma forma idêntica ao complementador como forma não marcada *che / ch'*; vejamos os exemplos (36a) de completiva e (36b) de relativa restritiva:

- (36) (a) I jogn dij ch' al mangia massa cern.
 'O rapaz diz que come muita carne'
 (b) La ëra che tu ás encunté ennier cianta pal cor.
 'A mulher que encontraste ontem canta no coro'

Contudo, em certos contextos de relativa de SU usa-se *co*, tanto em não restritivas, como em (37a), como em restritivas, como em (37b):

(37) (a) La Talia, co à les leges dër rigoroses, prodüj
le miù ere d'ori.

'A Itália, que tem leis muito rigorosas, produz
o melhor azeite.'

(b) I jogh co laora a Milan va vigne dé con la ferata.

'O rapaz que trabalha em Milão vai todos os dias de
comboio.'

Por outro lado, *quale*, um relativo, não ocorre com marcas de concordância no Velho Napolitano, como no exemplo (38), apesar de ter um antecedente plural e feminino:

(38) Haverno facte cose quale mai tenarono fare.

'(Eles) fizeram coisas que nunca tentaram fazer.'

Poletto & Sanfelici (2019) afirmam então que os morfemas relativos nem sempre se dividem entre formas uniformes, idênticas aos complementadores, e relativos variáveis, como era sugerido na minha proposta de 1991.

Desenvolvendo esta perspectiva, é possível considerar que o uso de *que* para antecedentes humanos e não humanos em orações relativas de SU e de OD não significa que esta forma seja o complementador.

Faria & Duarte (1989), Veloso (2013), Kato (1993), Kato & Nunes (2009), Rinke & Aßmann (2017) entre outros, têm discutido a natureza de complementador do *que* relativo. Faria & Duarte (1989) acentuam o caráter subespecificado do *que* relativo. Kato & Nunes (2009), Veloso (2013) e Rinke & Aßmann (2017), por sua vez, propõem que nas orações relativas restritivas de SU e de OD *que* é um determinante relativo; Rinke e Aßmann referem-se a ele como um determinante *wh* (in)transitivo.

Espírito Santo (2019) não aceita integralmente esta visão, mas argumenta que este *que* possui o traço [+DET] e enfatiza a subespecificação desse morfema relativo. Quanto ao Pied Piping dos SPREPs em orações relativas restritivas, Espírito Santo assume, como Brito (1991), o estatuto de morfema Q/ *wh* de *que*.

Note-se ainda que Espírito-Santo (2019, p. 80) dá exemplos de Pied Piping de SPREPs onde *que* ocorre mesmo quando o antecedente tem traço humano, com base em juízos de jovens falantes universitários nativos do PE:

(39) Encontrei o(s) rapaz(es) com que ela saiu ontem.

Isto significa que a tendência para a escolha, por parte dos falantes, de “operadores *wh* mais ricos” (também evocada por Veloso

2013, p. 2083) pode estar a mudar no Português Contemporâneo e que o uso de elementos *wh* subespecificados está a dominar.

Desenvolvendo Faria & Duarte (1989) e parcialmente Espírito Santo (2019), farei a proposta de que o *que* relativo é um morfema Q / *wh* subespecificado em orações relativas de SU e de OD, em Pied Piping de SPREPs e também em relativas livres e semilivres, como defenderei no capítulo 18.

O tema da natureza do *que* relativo não se esgota, no entanto, na análise das relativas padrão ou canónicas, que temos vindo a assumir.

Quando se discute a natureza do *que* relativo, é necessário recordar que existem relativas cortadoras, em que há queda da preposição. Como é bem sabido, o PE, assim como outras variedades da língua e como outras línguas românicas, tem, além da variante canónica, a variante cortadora, com queda da preposição, sobretudo quando as preposições em causa são *de*, *em*, *a* (exemplos 39) e a variante resuntiva, com um pronome pessoal na oração relativa, em vez de uma categoria nula (exemplos (40) (Alexandre 2000, Santos 2014):

(39) (a) "(...) é uma arte que eu dou muito valor."

(b) "Passo assim os dias que estou em casa."

(40) (a) "Temos lá, no meu ano, rapazes que *eles* parecem atrasados mentais, quer dizer..." (*Projeto Português Fundamental*, apud Alexandre 2000)

(b) "há certas coisas que não *as* compreendo" (*Projeto Português Fundamental*, apud Alexandre 2000)

Nestes casos é plausível propor que não há movimento de operador para a posição de Esp de SCOMP e que a forma *que* talvez seja uma forma uniforme de subordinação, um complementador.

Porém, nos últimos anos tem havido bastante discussão acerca deste tema e tem sido sugerido que também aqui o *que* é um morfema Q / *wh*. Uma vez que este não é o tema central deste capítulo remeto para, entre outros, Kato e Nunes (2009), Alexandre (2000, 2012), Espírito Santo (2019). Ver ainda o cap. 18 deste livro e bibliografia aí citada.

16.4 ————— CONCLUSÕES

Neste capítulo, depois de uma apresentação breve de diferentes tipos de relativas restritivas em línguas do mundo, centrei a análise nalguns aspetos sintáticos deste tipo de construção

em português, deixando para o capítulo seguinte a análise das propriedades das relativas não restritivas ou apositivas.

Mostrei que uma análise de adjunção a SN no quadro da análise SDET é uma possibilidade quanto à estrutura das RR. Discuti a análise por elevação, segundo a qual o N do chamado “antecedente” vem de uma posição básica no interior da relativa; embora esta análise tenha um lado inovador e dê conta não só de algumas propriedades deste tipo de construção como de estratégias alternativas de construção de relativas existentes em línguas do mundo, levanta problemas formais e por isso não a adotei. Distanciei-me igualmente da proposta de Platzack (2000) segundo a qual a relativa é gerada numa posição de complemento nominal, pelo facto de esta proposta não conseguir distinguir complementos de modificadores nominais.

Discuti brevemente a natureza de *que* em relativas de SU e de OD; embora a natureza de *que* como complementador continue talvez a fazer algum sentido para as relativas cortadoras e as resuntivas, uma vez que aí há menos evidência de que opere Movimento Q / *wh*, apresentei novas propostas que apontam para a natureza de determinante do *que* relativo e da natureza subespecificada deste morfema (Faria & Duarte 1989, Veloso 2013, Kato & Nunes 2009, Rinke & Aßmann 2017, Espírito Santo 2019). De qualquer modo, investigações recentes, tanto em Portugal como no Brasil, mostram que o tema sobre a natureza dos chamados “pronomes relativos” continua em aberto.

- | | | |
|---|--|--|
| 1 | Tal como a introdução a esta parte do livro, este capítulo tem como ponto de partida a conferência proferida na Universidade de Frankfurt em 2017, assim como Brito e Duarte (2003), Brito (2005b, 2006) e Brito 2022a). Ler também cap. seguinte sobre RNR ou apositivas. | Tal dificuldade é explicada pela estrutura que proponho adiante. No entanto, em certas condições a extraposição de RR é possível. Cardoso (2010, pp. 157-8) analisou extensivamente o assunto e mostra que certos modificadores e complementos podem separar antecedente e relativa: (i) Chegou um senhor ontem que fez muitas perguntas sobre ti. (ii) Comprei uma boneca na feira de artesanato que é feita de pasta de papel, exemplos que a autora explica por movimento ou <i>scrambling</i> curto do OD, que se desloca por adjunção a Sv ou a SV. |
| 2 | Uma propriedade das RR que aqui não desenvolvo é a dificuldade de extraposição da relativa, como comprovado pela agramaticalidade de exemplos de RR como: (i) *o livro ganhou um prémio que li nas férias. | |

17 — AS RELATIVAS NÃO RESTRITIVAS COM ANTECEDENTE NOMINAL COMO UM CASO DE APOSIÇÃO¹

Neste capítulo analiso as orações relativas não restritivas (RNR) com antecedente nominal, à luz da discussão sobre os tipos de conexão frásica. No ponto 17.1., depois de aproximar RNR da coordenação e da subordinação, proporei que as RNR de antecedente nominal são um caso de aposição. No ponto 17.2., após ter discutido algumas das análises sugeridas na bibliografia, mostrarei que as propriedades fundamentais das RNR de antecedente nominal podem ser descritas numa análise por adjunção a SDET, por inserção tardia na derivação. Seguem-se as conclusões (173).

17.1 — O ESTATUTO SINTÁTICO DAS RELATIVAS NÃO RESTRITIVAS EM RELAÇÃO AOS TIPOS TRADICIONAIS DE CONEXÃO FRÁSICA

A tradição gramatical divide as orações complexas em subordinadas e coordenadas. Alguns autores referem a existência de um terceiro tipo, as orações justapostas e outros ainda referem a existência da aposição como um quarto tipo de conexão frásica.

O estatuto sintático das RNR de antecedente nominal não é fácil de determinar, pois tais orações têm propriedades que as aproximam das coordenadas, das subordinadas e das justapostas.

17.1.1 — RNR e coordenação

Dado o seu caráter parentético, mais “solto” do que uma RR, vários autores têm aproximado as RNR da coordenação: entre outros, Ross (1967), Emonds (1979), Bianchi (1995, 1999), Rebuschi (2005), estes últimos usando o quadro teórico de Kayne (1994) e de Johannessen (1998).

De Vries (2002, 2006) retoma essa aproximação, partindo da ideia de que, além da coordenação copulativa e da coordenação disjuntiva, há uma coordenação especificante, como em (1):

- (1) the White House, *or* the house with the Oval Office.
'a Casa Branca, ou a casa com a sala oval'

Explorando este tipo de coordenação, o autor propõe que uma RNR é o segundo membro de uma coordenação. Veja-se o exemplo (2), do neerlandês:

- (2) Annie, die een dochter van drie heeft, heb ik _ gezien
 Annie, que uma filha de três anos tem, tenho eu _ visto
 'Eu vi a Ana, que tem uma filha de três anos.'

E propõe que uma RNR é uma relativa livre falsa, como descrito em (3) para (2) e em que '&' representa um conector nulo a ligar os dois membros da estrutura coordenada:

- (3) [[SDET1 Annie] & [SDET2 [SCOMP die een dochter van drie heeft]]]

Apesar do caráter inovador desta proposta, ela não capta todas as propriedades das RNR. Nos próximos pontos, vamos tentar perceber até que ponto a aproximação à subordinação, à justaposição e à aposição nos permitem caracterizar as RNR.

17.1.1 ——— RNR e subordinação

Quando movemos uma expressão nominal modificada por uma RNR, vemos que ela é sempre deslocada com o seu antecedente, por exemplo numa frase passiva, como é o caso de (4b), sendo (4c) agramatical com separação do antecedente e da relativa. Isso mostra que estamos perante um tipo de encaixe da RNR na estrutura da expressão nominal, o que tradicionalmente tem sido considerado um caso de subordinação:²

- (4) (a) Encontrei o João, que é o meu amigo preferido.
 (b) O João, que é o meu amigo preferido, foi encontrado por mim.
 (c) * O João foi encontrado por mim, que é o meu amigo preferido.

Este tema relaciona-se intimamente com a chamada “extraposição de relativas”, um tipo de construção em que o antecedente e a relativa se encontram separados pela presença de um constituinte, fenómeno a que fizemos uma referência muito breve no capítulo anterior.

Vários autores observaram que a extraposição de uma RNR é impossível ou difícil, mesmo em inglês. De facto, um exemplo como (5a) é agramatical, sendo um pouco mais aceitável se houver uma entoação de foco sobre o antecedente, como em (5b) (Cf. Alexiadou *et al.* 2000, p. 31; ver ainda Cardoso 2010, pp. 157-8):

- (5) (a) * John arrived, who happens to be an expert in aerodynamics.
 (b) ?? JOHN arrived, who happens to be an expert in

aerodynamics.

Contudo, outros linguistas têm mostrado que há dados de várias línguas em que a RNR aparece separada do seu antecedente; os exemplos seguintes são apresentados em Cardoso (2010, pp. 268-9), em que o constituinte em itálico separa o antecedente da relativa:

- (6) I was also given a Jubilee mug *at school*, which I still have.
(inglês)
eu fui também dada uma caneca do jubileu na escola, que eu ainda tenho.
'Deram-me uma caneca do jubileu na escola, que eu ainda tenho'.
- (7) Gisteren heb ik mijn zuster *bezocht*, die blond haar heft.
(neerlandês)
ontem tenho a minha irmã visitado, que cabelo louro tem.
'Ontem visitei a minha irmã, que tem cabelo louro'.

Em português contemporâneo Cardoso encontrou exemplos como os seguintes:

- (8) O leiloeiro, para não levantar suspeitas, utilizava ainda um outro indivíduo *nos negócios*, o qual muitas vezes aparecia a arrematar os bens em seu lugar.
(CETEMPúblico 1.7 v. 4.0)

Quer dizer, o antecedente pode ocorrer separado da RNR, em certas circunstâncias. Como vamos ver a seguir, tal não põe em causa uma análise em que a RNR surge no interior da expressão nominal e sugere que o constituinte antecedente, a expressão nominal, pode deslocar-se para a esquerda em certas condições discursivas (ver Cardoso 2010 para uma extensa análise sobre o tema).

Note-se ainda que as relativas apositivas têm alguns paralelos com a subordinação adverbial, em particular a subordinação concessiva e causal, como ilustrado nos exemplos seguintes:

- (8) O João, que é inteligente, reprovou uma vez no exame de código (em que *que* = *apesar de, embora*)
- (9) O João, que não queria submeter-se a uma disciplina estrita, preferiu sair da Associação (em que *que* = *porque*).

Alguns estudos (entre outros, Peres (1997), Lobo (2003), López Garcia (1999), Lopes (2004) têm mostrado que a subordinação não é um tipo de conexão frásica homogénea, pois inclui a subordinação sintática, que inclui as completivas, que têm estatuto de argumento, e as relativas, que têm estatuto de modificador nominal; e a subordinação discursiva, abrangendo a chamada “subordinação adverbial”. O que os exemplos (8) e (9) revelam é que, apesar de as RNR serem um tipo especial de modificadores nominais, pelo

conteúdo proposicional envolvido, elas podem estabelecer, na globalidade da frase complexa, nexos de causalidade ou de contraste.

Exploremos agora a aproximação das RNR à justaposição e à aposição.

17.1.1 — RNR e justaposição

Duarte (2003, pp. 93 e segs.), na linha de Quirk *et alii* (1985, p. 919), considera que a justaposição inclui as orações intercalares, a relação entre pergunta-resposta e a relação entre uma interrogativa “tag” e a oração anterior, tendo os três casos em comum o não poderem conter um conetor. A agramaticalidades dos exemplos em (10), (11) e (12) evidencia essa propriedade:

(10) * O João, e espero, não abriu a porta de casa.

(11) * Vais sair? E vou.

(12) * Vais sair, e não vais?

Os exemplos apresentados em (10), (11) e (12) revelam que a justaposição é um processo de conexão incompatível com a coordenação.

Vejamus como uma RNR se comporta relativamente ao uso de conetores:

(13) (a) No Verão visitei Paris, que é uma das cidades mais lindas do mundo.

(b) * No Verão visitei Paris e que é uma das cidades mais lindas do mundo.

(13b) é uma frase agramatical, o que pode justificar a aproximação entre RNR e justaposição; de facto, as RNR partilham com a justaposição, em particular com as orações intercalares, a ausência de conetor, o estatuto parentético, a independência fónica, o sentido de comentário e de explicação.

Vejamus agora se a justaposição pode ser um caso de aposição.

17.1.1 — Justaposição e aposição

Apesar de terem semelhanças, justaposição e aposição distinguem-se por várias propriedades:

- (i) a aposição pode coocorrer com coordenação, como em (14) e (15), dois casos em que o segundo constituinte, que poderia ocorrer numa coordenação copulativa canónica, surge numa construção apositiva (ver Matos 2003a, p. 557):

- (14) (a) O João, bem como o Manuel, vai ao cinema hoje.
 (b) O João, tal como o Manuel, vai ao cinema hoje.
- (15) Se ele me encontrar aqui – e com certeza encontra – fico com problemas.

Pelo contrário, a justaposição é um tipo de conexão distinto quer da coordenação quer da subordinação, como vimos no ponto anterior.

- (ii) A justaposição diz respeito apenas a conexão frásica; a aposição pode juntar constituintes não frásicos (os chamados “apostos nominais e adjetivais”), como em (16a) e (16b):

- (16) (a) Manuel de Oliveira, realizador de cinema português, recebeu vários prémios.
 (b) Manuel de Oliveira, muito ativo, fazia um filme por ano.

A propósito da natureza nominal ou frásica da aposição, Quirk *et al.* (1985) afirmam que a aposição é geralmente nominal, tomando como ponto de partida o inglês. No que diz respeito às relativas, o inglês e o português distinguem-se pelo facto de no inglês as RNR apenas consentirem *wh words* e não *that*, como é visível em (17), enquanto o português admite quer o morfema *o qual* quer o morfema *que* (ver os exemplos (18)):

- (17) (a) * John, that happens to be an expert in aerodynamics, ...
 (b) John, who happens to be an expert in aerodynamics, ...
- (18) (a) O João, que é um especialista em aerodinâmica, ...
 (b) O João, o qual é um especialista em aerodinâmica, ...

O facto de as RNR admitirem em português *que* e *o qual* para SU e OBJ pode querer mostrar várias coisas: que as RNR oscilam entre a natureza nominal (quando iniciadas por *o qual*) e a natureza frásica (quando iniciadas por *que*), enquanto em inglês serão tendencialmente nominais, com a consequência ilustrada em (17) quanto ao uso dos morfemas. Pode ainda revelar, na sequência de Cinque (1982) e principalmente de Cinque (2008), que as relativas não restritivas podem ser de dois tipos, umas *standard*, integradas, menos marcadas e reguladas por condições gramaticais, como (18a), e outras não integradas, mais marcadas, reguladas por condições discursivas, como (18b).³

Neste capítulo, tomarei como objeto de estudo apenas as RNR integradas. Nesse sentido, continuemos a explorar a natureza das RNR quanto aos tipos de conexão frásica.

- (iii) Do ponto de vista semântico, justaposição e aposição têm semelhanças, mas também diferenças: a justaposição em orações intercalares, por exemplo, serve de “à parte” ao enunciado, com vários valores semânticos, mas não

constituindo, em geral, uma forma de predicação. A aposição é sempre, de forma mais ou menos visível, uma forma de predicação acerca da expressão anterior (cf. Gratacós 1999), não forçosamente não restritiva, embora o seja no geral.

Veja-se, a título ilustrativo, vários casos de aposição nominal, em que os apostos nominais são não restritivos, como em (19), (20) e (21), pois referem uma e só uma entidade e até poderiam ser omitidos, dado que *Maria*, *D. Afonso Henriques* e *Saramago* são expressões referenciais por si só:

- (19) Maria, a única neta da família, mora em Londres.
- (20) D. Afonso Henriques, primeiro rei de Portugal, combateu a própria mãe.
- (21) Saramago, o único Nobel português da Literatura, tem uma vasta obra ficcional.

Pelo contrário, em (22), (23) e (24) temos apostos nominais restritivos (*Tejo* é um rio, mas há outros, *a Terra* é um planeta, mas há outros, *W* é uma letra, mas há outras):

- (22) O rio Tejo tem um grande estuário.
- (23) O planeta Terra é o 3º a contar do Sol.
- (24) A letra "W" só recentemente entrou para o alfabeto português.

Apesar da diferença entre os dois grupos, o ponto em comum a estas aposições é que a relação que se estabelece entre os dois termos da construção é de natureza predicativa, o que pode ser comprovado pelas paráfrases a partir de todos os exemplos apresentados:

- (19') Maria é a única neta da família.
- (20') D. Afonso Henriques foi o primeiro rei de Portugal.
- (21') Saramago é o único Nobel português da Literatura.
- (22') O Tejo é um rio.
- (23') A Terra é um planeta.
- (24') O "W" é uma letra.

Por essa razão, todos os exemplos anteriores são casos de aposição, uns restritivos, outros não restritivos.

A partir deste percurso, colocamos a hipótese de as RNR serem um caso de aposição.

17.1.1 — RNR e aposição

Vejamos as principais propriedades que fazem das RNR uma forma de aposição parentética:

- (i) Marcas prosódicas:
As RNR são sempre separadas da expressão nominal que modificam por uma pausa e uma rutura entoacional, que se exprime na escrita pela presença de vírgulas, traços ou parêntesis.⁴ Certos autores consideram mesmo que as RNR têm uma independência fónica em relação ao resto do enunciado.
- (ii) As RNR (ao contrário das RR) admitem vários marcadores explícitos de aposição como *por sinal*, *por acaso*, *efetivamente*, etc. (ver para o inglês, Quirk *et al.* 1985):
- (25) (a) O João, que por sinal é um grande especialista em aerodinâmica,...
- (b) * ?? O homem que por sinal é um grande especialista em aerodinâmica...
- (iii) As RNR aparecem no fim de todos os modificadores pós-nominais, como em (26a):
- (26) (a) Depois de viver uma campanha interna que foi diferente, que marcou a maneira de fazer política em Portugal, o PS abre a porta a uma nova fase da sua vida.
- (b) * Depois de viver uma campanha interna, que marcou a maneira de fazer política em Portugal, que foi diferente, o PS abre a porta a uma nova fase da sua vida.
- (iv) As RNR não admitem “empilhamento” (28), ao contrário das restritivas (27):
- (27) O livro que ela me deu que eu queria ler há muito tempo não foi caro.
- (28) * “O Tratado sobre a Lucidez”, que ela me deu que eu queria ler há muito tempo, não foi caro.
- (v) Certas dependências referenciais que podem acontecer nas restritivas (29) estão impedidas nas RNR, como se percebe em (30): um pronome pessoal não pode ser ligado por uma expressão quantificada fora da RNR (ver Jackendoff 1977, p. 172; Safir 1986, p. 672; Alexiadou *et al.* 2000, p. 34; Brito 1991, p. 129):
- (29) [Toda a mulher]_i gosta de um homem que confie n[ela]_i.
- (30) * [Toda a mulher]_i gosta do João, que confia n[ela]_i.
- (vi) Certos quantificadores (como *qualquer*), que são legitimados por operadores mais altos (como a negação), não podem figurar em RNR, como em (32), embora o possam em restritivas (31) (cf. Jackendoff 1977, p. 176; Safir 1986; Alexiadou *et al.* 2000, p. 34; Brito 1991, p. 130):
- (31) Eu não encontrei nenhuma pessoa que tivesse feito quaisquer diligências nesse sentido.

- (32) * Eu não encontrei o João, que fez quaisquer diligências nesse sentido.
- (vii) As RNR não admitem conjuntivo nem infinitivo (cf., entre outros, Brito (1991, pp. 130-131).
- (33) (a) * Eu não encontrei o João, que tivesse feito quaisquer diligências nesse sentido.
 (b) * Eu não encontrei o João, a fazer quaisquer diligências nesse sentido (agramatical como RNR).
- (viii) Certas relações de dependência entre um pronome e uma expressão referencial dentro da relativa podem dar-se numa RNR (veja-se o exemplo (34)), à semelhança do que se passa em coordenadas (35) e em intercalares (36); tal não opera nem em RR nem em estruturas de complementação (veja-se a agramaticalidade de (37) e de (38)) (cf. Cinque 1982, Brito 1991, p. 128):
- (34) Ela_i não é muito apreciada pelos amigos, que sempre consideraram a Maria_i uma pessoa muito reservada.
- (35) Ela_i disse-me, e a Maria_i não é o tipo de pessoa que mude facilmente de opinião, que não gostou daquele comportamento.
- (36) Ele_i encontrou a Maria – o Miguel_i vai para Inglaterra todos os verões – e foi divertidíssimo.
- (37) * Ela_i não é muito apreciada pelos vizinhos que moram no prédio da Maria_i.
- (38) * Ela_i disse-me que a Maria_i não gostou daquele comportamento.

Quer dizer, as RNR não são sensíveis à restrição, comum a outras construções, que consiste no facto de uma expressão referencial na relativa não poder ser ligada por um pronome que a c-comande (pelo Princípio C da Teoria da Ligação, Chomsky, 1981) (cf. ainda Cinque 1982, Brito 1991, p. 128). Estes factos levaram Cinque (1982, p. 263) a propor que as RNR têm carácter parentético na estrutura, “na qual os SNs não são c-comandados por nenhum constituinte que preceda ou siga a apositiva.”

Exemplos deste tipo permitiram também a Safir (1986) considerar que o pronome em qualquer dos exemplos apresentados de RNR não c-comanda o SN *no nível em que a Teoria da Ligação é relevante*. Safir propõe então que as RNR são construções que se unem estruturalmente à frase matriz em FL, um nível que foi sugerido em Chomsky (1982) como uma espécie de nível do discurso. Os problemas de uma análise do tipo da de Safir (1986) são de ordem teórica; com efeito, supondo a existência de um nível FL depois de

FL, nível em que os constituintes parentéticos se unem ao resto da frase, a operação Compor (“Merge”) aplicar-se-ia fora da sintaxe, fora do sistema computacional da gramática, o que é difícil de conceber no quadro do Programa Minimalista (Chomsky 1995).

Ainda que a discussão do estatuto parentético das relativas não restritivas continue em aberto (ver Matos 2009), e ainda que aceitemos a existência de dois tipos de RNR (Cinque 2008), assumirei que elas representam um caso de aposição. Sobre o lugar de encaixe de tal aposição leia-se então o ponto seguinte.

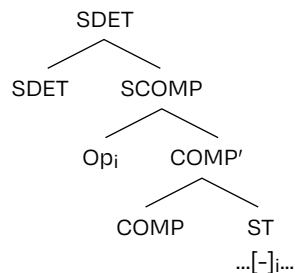
17.1 — QUE SINTAXE PARA AS RNR?

17.1.1 — Uma análise por adjunção

No quadro da análise clássica do SN, uma das análises mais comuns das relativas em geral é a que propõe que uma relativa está em adjunção a SN (Cf. Ross 1968, Cinque 1982, Safir 1986, Brito 1991, para o português, entre outros). Já vimos no capítulo anterior que em relação às relativas restritivas (RR) tal análise não capta as suas propriedades fundamentais.

A partir da hipótese SDET, várias possibilidades estão em jogo, entre elas a adjunção a SN para as RR (como proposto no capítulo anterior) e a adjunção a SDET para as RNR, como descrito, simplificada, em (39) (cf. ainda Alexandre 2000, Brito 2005b, 2006):

(39) RNR:



No que diz respeito às RNR, a proposta de haver uma relativa adjunta a SDET parece adequada para dar conta do facto de estas relativas terem como antecedente uma expressão referencial por si própria, tipicamente um N próprio, ou um pronome pessoal, embora, como assinala Matos (2009), esta estrutura não dê cabalmente conta do carácter parentético das RNR.

17.1.1 ————— Análise por elevação de SFLEX?

No capítulo anterior, demos conta da análise por elevação das relativas restritivas, proposta por Kayne (1994) e mais tarde por Bianchi (1995, 1999), e que consiste na ideia de que o nome do antecedente da relativa não ocupa basicamente tal posição, sendo elevado ou movido do interior da relativa. Para as RNR este tipo de análise não se justifica, pois, como dito acima, o antecedente da relativa é por si só uma expressão referencial. No entanto, Kayne tentou uma análise por elevação das RNR. Para dar conta das RNR dentro da perspectiva de elevação, o autor começa por afirmar que a pausa característica destas relativas, tal como na deslocação à esquerda, é uma propriedade da FF (Forma Fonológica) associada a uma propriedade da FL (Forma Lógica). Assim, defende que “as restritivas e as não restritivas diferem em FL mas não diferem estruturalmente em sintaxe explícita” (p. 111).

O que aconteceria é que, em FL, ST se move para Esp de SCOMP, originando uma estrutura como (40), para dar conta do facto de a oração RNR estar fora do escopo do DET:

(40) [ST_i [DET [SCOMP SDET [COMP [-]i]]]]

Este movimento em FL seria motivado por um traço sintático presente em sintaxe explícita, que Kayne, no entanto, nunca identifica, o mesmo traço que motivaria a entoação em FF. Tal traço é suprimido depois do movimento em FL mas fica presente em FF para desencadear a pausa entoacional (Ver também Bianchi 1995, pp. 272-99).

A análise de Kayne / Bianchi coloca muitos problemas. A motivação do movimento de ST em FL é estranha, porque a razão pela qual há movimentos neste nível é precisamente para que certos constituintes tenham escopo sobre outros e não o contrário. Para além disso, se a posição das RNR é à direita de todos os outros modificadores, é discutível que elas sejam descritas por um movimento da oração para a esquerda em FL (cf. Grosu 2000, p. 99). Há também aspetos estruturais que justificam uma sintaxe distinta dos dois tipos de relativas, em particular: o emprego de diferentes morfemas relativos; a natureza do antecedente; a presença / ausência de c-comando do DET / Q do antecedente em relação a tudo o que se situa na relativa. A análise de Kayne / Bianchi das RNR não parece, portanto, convincente.

Além disso, o problema das RNR não se limita às construções que estamos a analisar. Quatro construções, pelo menos, devem ser relacionadas com as RNR.

- (i) As RNR com antecedente SDET mas que, ao contrário das anteriores, são “justapostas paratáticas”, para retomar uma designação de Brucart (1999, p. 418), como em (39):

(41) O Conselho apresentou saudações. *Que ninguém já esperava.*

Dada a natureza da relativa em itálico, parece difícil analisá-la por elevação quer seja do antecedente quer seja de ST.

- (ii) As relativas pseudoapositivas de SDET, como aquelas em que o antecedente mais próximo é um demonstrativo ou outro determinante (ver também Cardoso 2010):

(42) Os Portugueses, *aqueles que têm dinheiro*, viajam muito.

(43) Os estudantes, *os que vieram à aula*, estão interessados.

Estas relativas são em si mesmo restritivas em relação a um antecedente com núcleo nominal elítico, estando apenas o determinante *os* ou *aqueles* explícito (sobre relativas de antecedente leve ler o capítulo seguinte); mas o SDET inteiro é uma aposição em relação à oração principal (cf. Brucart 1999, pp. 425-8; Brito & Duarte 2003, pp. 681-3). É por isso difícil de analisá-las por elevação, porque o elemento a elevar seria aqui um artigo ou um demonstrativo.

- (iii) As RNR de Frase que começam por um N que retoma o conteúdo da oração anterior, como nos exemplos seguintes:

(44) Elas não se dão bem há algum tempo, *problema que se agravou desde o verão.*

(45) O Parlamento foi dissolvido, *situação / decisão que não agradou a certos partidos.*

Nas construções assinaladas em (44) e (45), retoma-se algo da primeira oração, razão pela qual elas podem ser designadas, como o faz Brucart (1999, pp. 425-8), “relativas com antecedente resuntivo justapostas”. Tal como em (42) e (43), a expressão assinalada é uma aposição nominal; porém, no que diz respeito à relativa propriamente dita, ela é restritiva em relação ao antecedente (cf. Brucart 1999, pp. 425-8; Brito & Duarte 2003, pp. 681-3). Seguindo Kayne, o nome que precede *que* deveria ser elevado da relativa, mas então seria preciso explicar o valor anafórico desse nome em relação à primeira oração.

- (iv) Finalmente vejam-se as RNR de frase ou de predicado começadas por *o que*, como nos exemplos (46), (47) e (48):

(46) O político demitiu-se, *o que chocou o país.*

(47) O político tem-se remetido ao silêncio, *o que muitos outros não têm.*

(48) O político é um homem livre, o que muitos outros não são.

Neste tipo de relativas, *o que* é o único constituinte autorizado.

Se se admitisse uma análise por elevação, teríamos de considerar que uma frase, uma oração (ST), um SV, um SADJ ou um SN pudessem ser selecionados pelo morfema relativo *o que*, o que não parece plausível.

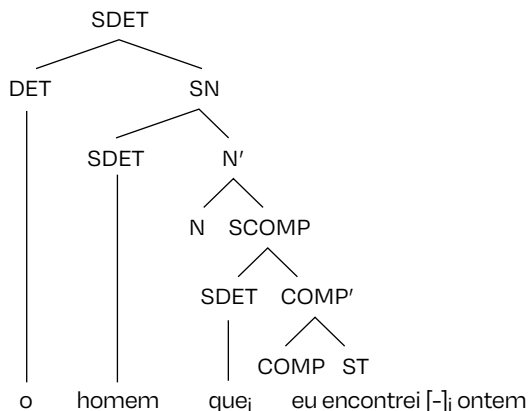
Abandonada assim uma análise por elevação das RNR, é preciso encontrar alternativas.

17.1.1 — Uma análise por complementação?

Antes de voltar à ideia de adjunção, é interessante apresentar a análise de Platzack (2000, p. 293, p. 298). Como já vimos no capítulo anterior, o autor constrói uma análise dos dois tipos de relativas por complementação, respeitando a ideia de antissimetria em Sintaxe e anulando a diferença entre modificadores e argumentos. Vejamos de que modo Platzack analisa uma RNR como a contida em (49).

(49) O homem, que eu encontrei ontem, é meu amigo.

(50)



Nesta estrutura, o SDET que constitui o antecedente da RNR ocupa duas posições, DET e uma posição em especificador de SN, e, desta maneira, o autor pode dizer que *o homem* não co-comanda SCOMP ou ST; assim se explicariam alguns dos comportamentos apresentados anteriormente do ponto de vista da Teoria da Ligação, em particular os ilustrados de (29) a (36).

Porém, esta análise justifica alguns comentários:

- (i) a presença de um N vazio na estrutura não é justificada;
- (ii) se é verdade que o antecedente não c-comanda nem SCOMP nem ST, a oração relativa continua a ser c-comandada pelos

outros constituintes da frase matriz, deixando sem explicação o facto ilustrado em (34), aqui retomado:

(34) Ela_i não é muito apreciada pelos amigos, que sempre consideraram a Maria_i uma pessoa muito reservada.

(iii) Sobretudo esta análise não explica a ausência de fenómenos de reconstrução nas RNR, ilustrados em (51) (cf. Chomsky (1995, pp. 73-75):

(51) *? O retrato de si próprio, que o João tirou, ficou muito bem.

Estes problemas justificam o regresso à análise por adjunção, apresentada em (39). Contudo, algo tem de ser acrescentado. A agramaticalidade de (51) pode ser explicada pela ideia de que a adjunção em geral é uma inserção tardia (por “pair merge”) na derivação (desenvolvendo uma ideia de Chomsky 2001), não estando submetida a reconstrução mas gerada a um nível em que ainda tem repercussões na FF, explicando, em particular, a pausa e a rutura fonológica e ainda com repercussões a nível da sintaxe. Desse ponto de vista, uma estrutura do tipo de (39) pode representar de maneira adequada as RNR de SDET que estudámos ao longo deste texto.

17.1 ————— CONCLUSÕES

Usando a distinção tradicional entre coordenação e subordinação, e partindo do comportamento das RNR relativamente à deslocação com o seu antecedente, mostrámos que elas são encaixadas na estrutura da expressão nominal, isto é, que são subordinadas. Outros comportamentos, porém, apontam para que elas sejam um caso de aposição, com alguns aspetos comuns às orações intercalares, mas diferenciando-se destas por outras propriedades.

As RNR não são, aliás, um fenómeno homogéneo, pois há RNR justapostas, de natureza paratática, cuja integração na construção é frágil, e há RNR de SDET prototípicas. Veja-se a este propósito a investigação de Cinque (2008) sobre o italiano, que defende a existência de dois tipos de RNR, umas integradas, explicáveis pela Gramática da Frase, outras não integradas, explicáveis por uma Gramática do Discurso, distinção a que nos referimos brevemente mas que não desenvolvemos neste capítulo.

Na segunda parte do capítulo, propusemos uma análise sintática para as RNR de SDET. Depois de termos visto os principais problemas da análise de Kayne (1994) e Bianchi (1995, 1999) e da análise de Platzack (2000) para as RNR, mostrámos que uma

análise das RNR por adjunção a SDET, concebida como um mecanismo de inserção tardia na derivação, mas ainda com repercussões na sintaxe, dá conta de várias propriedades deste tipo de relativas.

- 1 Este capítulo parte de Brito (2005b, 2006) com corte das reflexões sobre RR, que foram deslocadas para o capítulo anterior; por outro lado, o ponto relativo à aproximação entre RNR e coordenação e à extraposição de RNR foi muito modificado, dada a existência de várias propostas recentes nesse sentido.
- 2 Cf. Dean (1966), Stockwell, Schachter & Partee (1973), Jackendoff (1977), para o português, Brito (1991, pp.124-6); todas as análises em que a RNR é nó irmão de N, SN ou SDET dão conta do estatuto de subordinação e tentam mostrar que antecedente e relativa formam um constituinte.
- 3 Brito (2005b, 2006) foi escrito antes da leitura de Cinque (2008), em que o autor mostra que em italiano há dois tipos de RNR. Brito (1991) já dera conta de certos comportamentos muito marcados para as RNR mas não distinguia dois tipos de RNR. Veja-se: (i) o uso de *il quale / o qual* como SU e OD; (ii) a possibilidade de um antecedente descontínuo; (iii) a retenção do núcleo interno na relativa apositiva; (iv) o Pied Piping de diversos tipos de constituintes; (v) por vezes a não identidade entre núcleo externo e núcleo interno em certo tipo de relativas, fenómenos abaixo ilustrados (os exemplos são de Brito 1991). Assim, justifica-se a proposta não de um mas de dois tipos de relativas apositivas, umas integradas, outras não integradas:
 - (i) Esta exposição de BN, o qual aqui saudamos efusivamente, é um exemplo notável de perseverança.
 - (ii) Como a Maria não se estava a dar muito bem com o António, os quais de facto não têm muito em comum, ele resolveu aceitar o emprego em Lisboa.
 - (iii) A falta de monitores na Faculdade não permitiu que comessem as aulas das subturmas, as quais aulas funcionam em regime de avaliação contínua.
 - (iv) Convidarei também o Jorge, o irmão do qual é um dos nossos amigos mais queridos.
 - (v) Tornei a ler *Il giardino dei Finzi-Contini*, o qual romance teve uma adaptação cinematográfica (adaptado de Cinque 2007).
- 4 De acordo com Keenan (1985), citado em Alexiadou *et al.* (2000, p. 31) e Kayne (1994, p. 111), a separação por pausas e rutura entoacional não parece ser uma característica universal das RNR.

18 — A SINTAXE DAS RELATIVAS LIVRES E DAS RELATIVAS SEMILIVRES; O PROBLEMA DE O QUE¹

Neste capítulo estudo a sintaxe das relativas livres e das relativas semilivres. Depois de apresentar alguns dos tratamentos clássicos das relativas livres (ponto 18.1), analisarei em 18.2. a sintaxe das relativas livres introduzidas pelo constituinte invariável *o que*, propondo que tal é o resultado de uma incorporação / reanálise. Ainda no ponto 18.2. estudo as relativas semilivres ou relativas com antecedente leve, que serão tratadas como “relativas restritivas disfarçadas”. No ponto 18.3. faço uma breve análise comparativa para poder confirmar as condições da reanálise / incorporação de *o que* invariável e finalmente em 18.4. apresento conclusões.

18.1 — ORAÇÕES RELATIVAS SEM ANTECEDENTE EXPRESSO OU RELATIVAS LIVRES

Observando exemplos como:

- (1) *Quem vai ali é meu amigo.*
- (2) *Recebi quem tu sugeriste.*

verificamos que se trata de frases complexas caracterizadas por uma estrutura de subordinação, em que as orações em itálico são um constituinte da oração superior, com uma função sintática própria; assim, em (1) a oração em destaque é sujeito da oração matriz; em (2) é objeto direto. Tais orações chamam-se relativas livres (RL) porque são parafraaseáveis por relativas com antecedente (ver (1') e (2')), mas não exibem tal antecedente, sendo iniciadas por morfemas Q (*wh words*) como *o que, quem, onde*. (Ver Brito 1991, Mória 1992, 1996, Brito & Duarte 2003, Veloso 2013, Miotto & Lobo 2016, Matos & Brito 2018, Medeiros Júnior 2016, entre outros):

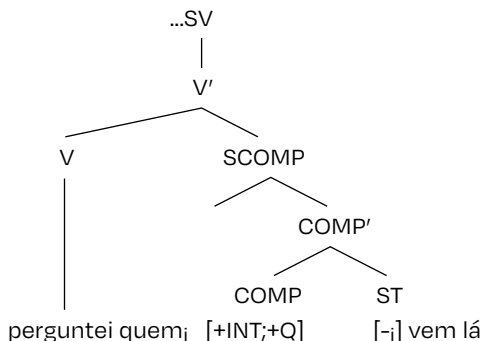
- (1') *Aquela pessoa que vai ali é meu amigo.*
- (2') *Recebi a pessoa que recomendaste.*

Como é sabido, as relativas livres têm semelhanças com as interrogativas subordinadas parciais, ilustradas em (3):

- (3) (a) *Perguntei o que tu queres.*
- (b) *Perguntei quem vem lá.*

Um conjunto de propriedades² mostra que as interrogativas subordinadas parciais têm uma natureza frásica e que o constituinte Q se desloca para a posição inicial da frase interrogativa (Esp de SCOMP), gerando uma estrutura como em (4):

(4)



Contudo, se há consenso quanto à estrutura sintática das interrogativas subordinadas parciais, é bem mais difícil de determinar a das relativas livres.

Nos anos setenta do século XX, Bresnan & Grimshaw (1978) defenderam a chamada *head hypothesis*, segundo a qual o constituinte *wh* pertence à frase superior e a sua posição não é, portanto, obtida por Movimento Q; uma frase como (5) teria a estrutura (6) (adotando a hipótese SDET de Abney 1987), sendo a interpretação assegurada pela supressão de um pronome controlado:

- (5) What you have finished reading is interesting.
 o que tu tens acabado lendo é interessante
 'O que tu acabaste de ler é interessante'

- (6) [ST [SDET [SDET what_i]] [SCOMP you have finished reading [e_i]]] ...]

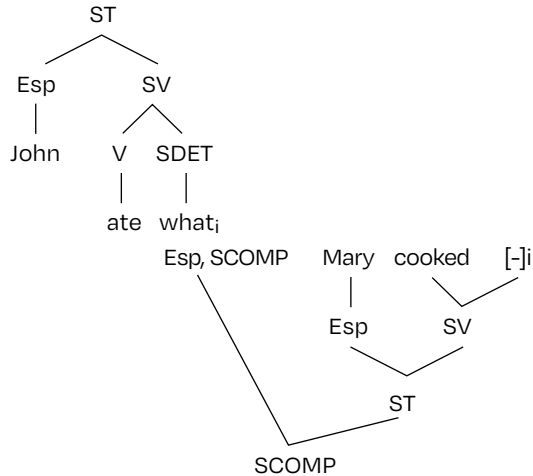
Por sua vez, Groos & Riemsdijk (1981) defenderam a *COMP Hypothesis*, segundo a qual o constituinte Q / *wh* está em COMP; em termos atuais, no especificador de SCOMP, por movimento Q:

- (7) [ST [SDET [SDET e]] [SCOMP what_i; you have finished reading [-i]]] ...]

A adoção de uma tal análise levou alguns autores a propor que a relativa livre tem um antecedente nulo (Brito, 1991; Mória, 1996; Ferreira, 2007; Matos & Brito, 2018 para o Português). No entanto, sempre constituiu um desafio perceber a razão pela qual o morfema Q parece pertencer às duas frases envolvidas, a frase matriz e a frase encaixada. Daí que Riemsdijk (2007), um dos estudos mais completos sobre relativas livres, tenha proposto uma análise sintática “por enxerto” (*grafting analysis*), na qual o morfema Q / *wh* é partilhado pela frase matriz e pela relativa livre, numa conceção de sintaxe multidimensional. Assim, para Riemsdijk (2007), o morfema *what*, no exemplo (8a), é simultaneamente pertença da frase mais alta e pertença da frase mais baixa. (8b)

descreve, nesta perspetiva e simplificando muitos detalhes formais, a estrutura de (8a):

- (8) (a) John ate what Mary cooked.
 João comeu o que Maria cozinhou
 'O João comeu o que a Maria cozinhou.'
- (8) (b)



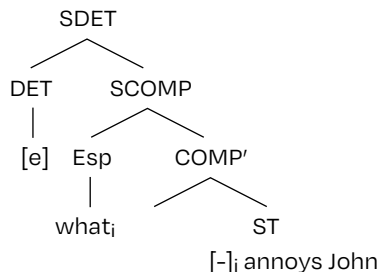
Em (8b) o SDET argumento interno de *ate* é também o argumento interno de *cooked*, sugerindo a ideia de enxerto, um *grafting*, em que a frase mais alta é a base, o “stock”, aquilo que é enxertado é o enxerto (“grift” ou “scion”) e o constituinte partilhado é o “calo” (“callus”). Riemsdijk argumenta a favor deste tipo de análise para as relativas livres por várias ordens de razões, uma das quais é a conformidade categorial e casual do morfema *wh* nas relativas livres em várias línguas, assunto que, pela sua extensão, deixarei para outra ocasião.

Para outros autores, e como já afirmado acima, nomeadamente Brito (1991) e Mória (1992, 1996), para o português, as RL têm um antecedente SDET não expresso, um *pro* nulo. Porém, a parte lexical desse SDET seria sempre inexistente. Por isso, no quadro do Programa Minimalista, Alexiadou *et al.* (2000), Copinogro (2002) para o italiano, Medeiros Júnior (2016) para o português e muitos outros autores, aceitando a hipótese SDET de Abney (1987), contestam a existência de um nível SN. Assim, numa relativa livre, SCOMP seria diretamente dominado por SDET e selecionado por um D nulo ou silencioso; veja-se a estrutura (9b) para (9a):

(9) (a) What annoys John ...

'O que aborrece o João'

(9b)



É esta análise que se propõe neste capítulo para as RL em geral. Contudo, no caso do português, existindo um constituinte *o que* invariável que inicia a RL, há que justificar a sua forma. A essa discussão dedicaremos o ponto 2.

Antes, porém, é importante referir a análise de Cecchetto & Donati (2010, 2015). No quadro do Programa Minimalista, os autores propõem que a natureza CP (SCOMP) ou DP (SDET) de uma dada construção pode ser deduzida de condições gerais de etiquetagem, sobretudo relacionadas com a natureza de núcleo ou de máxima projeção do constituinte Q/ *wh* movido. Sendo um núcleo, como em inglês *what* e *who*, a estrutura pode ser analisada como interrogativa subordinada parcial (SCOMP) ou como relativa livre (SDET); ver (10a) e (10b):

(10) (a) I ask what you have done.

'Eu pergunto o que fizeste.'

(b) I appreciate what you have done.

'Eu aprecio o que fizeste.'

Se é um sintagma, nomeadamente um SPREP, como em (10c):

I ask with what you cooked the cake.

'Eu pergunto com que fizeste o bolo'

só pode receber a etiqueta SCOMP e é analisada como interrogativa subordinada parcial. Para uma crítica deste tratamento ver Matos e Brito (2018).

18.2 ——— O QUE EM RELATIVAS LIVRES E RELATIVAS SEMILIVRES

18.2.1 ——— Apresentação geral

Como já sugerido acima, na lista dos pronomes relativos e interrogativos (as palavras *Q*, as *wh words*) em português há um que merece particular atenção, o constituinte *o que*, pois, além do *o que* interrogativo, como em (11) e (12), o português tem um *o que* relativo, ilustrado em (13)-(15).³

(11) O que fizeste?

(12) Pergunto o que fizeste.

(13) Admiro o que tu fizeste.

(14) Já li o / a / os / as que me indicaste (falando, por exemplo de livros).

(15) Já li o que me indicaste.

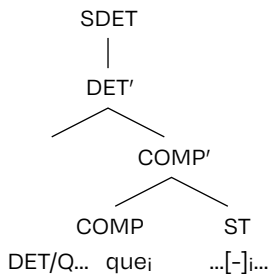
O interrogativo *o que* é tradicionalmente considerado um constituinte único, uma variante de *que*. Nas relativas livres, como em (13), a forma *o* é tradicionalmente considerada um pronome demonstrativo, equivalente a *aquilo*. Nas relativas semilivres ou de antecedente leve, como em (14), as formas *o*, *a*, *os*, *as* são também considerados determinantes demonstrativos, equivalentes a *aquele*, *a*, *es*, *as*, respetivamente, seguidos do pronome relativo *que* (Cunha & Cintra 1984, p. 340-1, 347). Em (15), temos um caso de ambiguidade, pois *o que* tanto pode ser equivalente a *aquilo que* como a *aquele que*.⁴

Brito & Duarte (2003, p. 682-3) distinguiram as duas combinações, sugerindo que haveria dois constituintes diferentes: um *o que* invariável, a introduzir uma relativa livre, como em (13), e um *o que* variável, a introduzir relativas semilivres, como em (14).⁵

Neste capítulo, partirei da análise já sugerida acima em (9b), para as relativas livres, de acordo com a qual uma relativa livre é um SDET que contém um D nulo e um SCOMP, embora isso obrigue a discutir a forma *o que*.

Para as relativas semilivres ou de antecedente leve, tomarei como ponto de partida a estrutura já proposta para o basco por Rebushi (2001) e para o polaco por Citko (2004); adaptando ao português e como descrito em (16), D é ocupado por um determinante ou um quantificador e o morfema *que* ou equivalente ocupa a posição de especificador de SCOMP (ver capítulo anterior):

(16)



Tendo tudo isto como enquadramento, as questões a que procuraremos dar resposta neste capítulo são as seguintes:

- (i) A estrutura sintática de uma relativa livre com *o que* invariável é como a descrita em (9b)?
- (ii) Existe um só constituinte *o que* ou, alternativamente, existe uma reanálise/incorporação de *o* e de *que* e, em caso afirmativo, quais as condições e qual a motivação para esta reanálise?
- (iii) A estrutura sintática de uma relativa semilivre é como a descrita em (16)?
- (iv) Qual é a natureza do *que* relativo?

18.2.2 — O *que* invariável em relativas livres

Como já sugerido acima, o português tem dois constituintes *o que*, um *o que* invariável, subespecificado quanto aos traços ϕ (na verdade, os traços MASC e SING representam o neutro) e um *o que* variável, com traços ϕ de número e género naquilo que vou considerar o artigo definido.

Analisemos primeiro o que acontece com o relativo *o que* invariável.

Uma das principais propriedades deste *o que* invariável é a impossibilidade de uma preposição entre *o* e *que*, sugerindo que, de alguma forma, as duas partes da combinação formam uma unidade (ver também Mória 1992, p. 13):

(17) *Vou ensinar-te o em que acredito.

Brito & Duarte (2003, p. 683) notaram que “enquanto morfema não interrogativo, em presença de *o*, *que* pode ou não sofrer um processo de reanálise (...) se não sofrer reanálise uma preposição pode surgir entre eles como em [*Já tenho o de que me falaste*] (...)”

Desenvolvendo esta sugestão, Medeiros Júnior (2016) propõe que o relativo *o que* em relativas livres é o resultado de reanálise/incorporação entre o determinante (DET) *o* e *que*.⁶ Segundo o mesmo

autor, no século XVI uma preposição podia ainda interferir entre *o* e *que*, conforme ilustrado em (18):

(18) “(...) nisto seguirei o de que sou notado entre eles.” (Couto, séc. XVI)

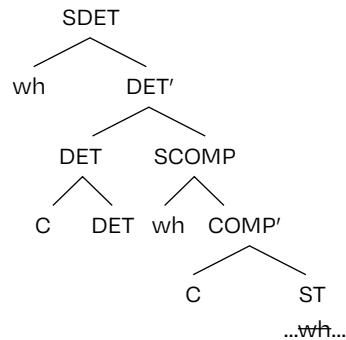
Como (18) e exemplos semelhantes em português europeu contemporâneo são agramaticais, Medeiros Júnior (2016: 311) propõe que houve uma mudança: a estrutura de (18) é aproximadamente a descrita em (19); no português contemporâneo, porém, existem duas estruturas diferentes, (19) e (20), esta com reanálise; em (20) a separação entre *o* e *que* por uma preposição é impossível. Parece que (20) é a estrutura dominante no português brasileiro, segundo Medeiros Júnior (2016, *ibidem*):

(19) [SDET o [SCOMP que]]

(20) [SDET o que [SCOMP]]

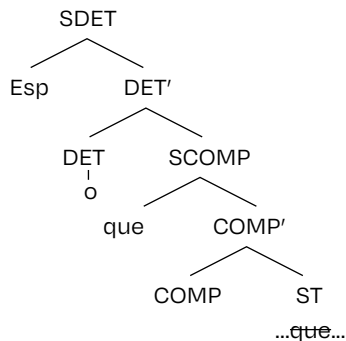
De modo a motivar a incorporação entre *o* e *que* na perspectiva de movimento para verificação de traços proposta no Programa Minimalista, o autor propõe que “os sintagmas *Q/wh* que integram este tipo de estrutura apresentam uma natureza dupla: são elementos com traços COMP e com traços DET e por isso precisam de uma configuração específica para uma operação perfeita de verificação. A posição de Esp de SDET na configuração é a posição de uma categoria com todos os traços requeridos” (Medeiros Júnior 2016, p. 315, minha tradução), explicando que o SDET mais alto tome o traço *wh*, como descrito em (21) (Medeiros Júnior 2016, p. 314):

(21)



Tendo em consideração que o português tem duas situações, uma com incorporação e outra sem incorporação, Medeiros Júnior propõe, além de (21) uma outra estrutura, (22), em que o DET não incorpora com *que*.⁷ Em qualquer das análises, *que* é considerado um morfema *Q/wh* (embora, na p. 315, se sugira que tem também traços de COMP):

(22)



Embora concorde com Medeiros Júnior quanto à ideia de que há uma incorporação/reanálise que dá origem ao constituinte *o que* invariável, alguns comentários devem ser feitos:⁸

- (i) como efeito da incorporação, a sequência final deveria ser *o + que* e não o contrário (ver estrutura em (21));
- (ii) não parece haver motivação para um movimento suplementar do constituinte *wh* de Esp de SCOMP para Esp de SDET (ver de novo (21)).

De modo a propor uma análise alternativa, alguns pontos têm de ser discutidos. Um deles relaciona-se com a natureza de *que*. Conforme referido no capítulo anterior, Brito (1991), desenvolvendo uma proposta de Kayne (1976) para o francês, argumentou que nas orações relativas restritivas de SU e de OD *que* é o complementador, está em COMP e há o movimento de um operador nulo para Esp de SCOMP. E *que*, em contexto de Pied Piping de SPREPs no mesmo tipo de construção, *que* é um constituinte Q / *wh* verdadeiro, um operador relativo, sensível à natureza semântica do antecedente.

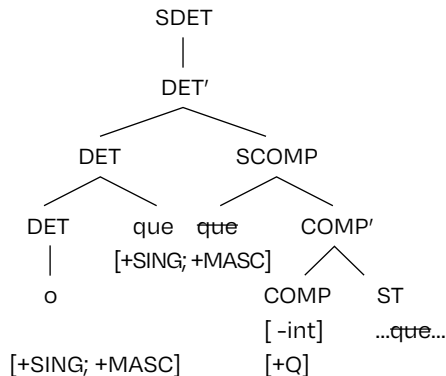
Como também já afirmado no capítulo anterior, existem várias razões para contestar a natureza de complementador de *que* nas orações relativas de SU e de OD. Kato & Nunes (2009), Veloso (2013) e Rinke & Aßmann (2017) propõem que nas orações relativas restritivas de SU e de OD *que* é um determinante relativo de um núcleo nominal nulo; Rinke e Aßmann referem-se a ele como um determinante *wh* (in)transitivo. Espírito Santo (2019), desenvolvendo Brito (1991), propõe ainda que nas orações relativas restritivas de SU e de OD, o *que* é projetado em COMP; mas defende que este *que* possui o traço [+DET] e enfatiza a sua natureza subespecificada.

Desenvolvendo Faria & Duarte (1989) e Espírito Santo (2019), farei a proposta de que o *que* relativo é um morfema Q / *wh* subespecificado em orações relativas de SU e de OD, em Pied Piping de SPREPs e também em relativas livres e semilivres.

A minha análise de *o que* relativo invariável é, portanto, a seguinte: como em todas as relativas livres, existe um nível SDET, com a diferença de que, neste caso, DET não é silencioso, mas é preenchido por *o*, um DET e um núcleo fraco, um clítico; os traços de *o* são [+MASC] e [+SING], na verdade, traços neutros e por isso parece invariável. No nível SCOMP há movimento de *que*; como operador, o constituinte move-se para ESP de SCOMP, uma posição normalmente reservada para projeções máximas. No entanto, *que* é subespecificado quanto aos traços categoriais (possui traços de COMP, de DET e de N), não tem traços ϕ visíveis e não tem traços semânticos (vimos no capítulo anterior a tendência atual para usá-lo mesmo com antecedentes humanos e não-humanos em Pied Piping de SPREPs). Portanto, a estrutura obtida pelo movimento de *que* para Esp de SCOMP não é bem formada. Como consequência, *que* tem de mover-se para DET numa operação de acordo, para validar os seus traços, gerando a estrutura descrita em (23) (à maneira do Programa Minimalista rasuro as cópias deixadas pelo movimento).⁹

Vimos acima que Medeiros Júnior (2016) argumenta a favor de um movimento *wh* suplementar de Esp de SCOMP para Esp de SDET. Alternativamente, talvez possamos propor que existe uma percolação do traço *wh* até à projeção máxima SDET, o que dispensaria esse movimento *wh* suplementar, captando a intuição de Bresnan & Grimshaw (1978) e de Riemsdijk (2007), segundo os quais, apesar das diferenças formais, o morfema Q / *wh* que inicia SCOMP em relativas livres se comporta como se pertencesse à oração principal e à oração encaixada:

(23)



Para que a incorporação tenha lugar são necessárias algumas condições: (i) DET é um núcleo leve; (ii) *que* é uma forma fraca subespecificada; (iii) não ocorre nenhuma violação de condição de localidade.¹⁰

Veremos adiante que, quando o DET tiver traços ϕ explícitos, como no caso do *o que* variável (recorde-se as formas *a que, os que, as que*), já não há possibilidade de formar uma palavra única, não há motivação para a incorporação.¹¹

Por outro lado, quando a língua (ou a construção) não tiver formas fracas de DET, como no caso dos demonstrativos, não há incorporação com *que / che*, como ilustrado nos exemplos em português e em italiano (24):

- (24) (a) *Aprecio sempre aquilo que tu lês.*
 (b) *Aprecio sempre aquilo com que te identificas.*
 (c) *Ti insegnero quello in cui credo.* (de Cecchetto & Donati 2010, pp. 555-6)

Mesmo considerando que *aquilo* ou *quello* são DETs, como proposto por Postal (1969), e que ocupam uma posição de DET, não são formas fracas, não são clíticos, e não há lugar para reanálise; (24), (25) e (26) são normais relativas restritivas com demonstrativos como antecedente.¹²

Sumariando: em português existe um tipo de oração relativa que tem as propriedades principais das relativas livres porque não tem antecedente externo nem interno e cuja sintaxe é semelhante à de outras relativas livres, como as que começam por *quem, onde*: são as que contêm *o que* relativo invariável, com traços [+SING] e [+MASC], que correspondem aos traços neutros. Ainda que a posição DET seja ocupada por *o*, há uma reanálise/incorporação entre *o* e *que*, o que permite criar uma única palavra *wh*, explicando a não interferência de uma preposição. Desenvolvendo a análise de Medeiros Júnior (2016), mas diferindo nalguns detalhes técnicos, propusemos que há uma percolação do traço *wh* do núcleo DET para a projeção máxima do SDET, dispensando um movimento *wh* suplementar.

18.2.3 — *O que* variável em relativas semilivres

Analisemos agora *o que* relativo variável e a sintaxe do que chamo aqui relativas semilivres ou de antecedente leve.

Por *o que* “variável” queremos referir-nos à combinação onde existem traços ϕ explícitos de género [+/-MASC] e de número [+/-SING] no que tradicionalmente era considerado um pronome

demonstrativo, mas que é aqui considerado um determinante, o artigo definido. Como notam Brito & Duarte (2003), em construções como (25), a separação entre *o* e *que* por uma preposição é gramatical:

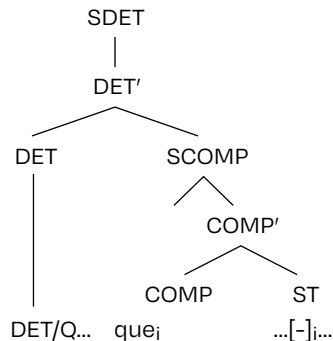
(25) Já li o / a / os / as de que me falaste (falando, por exemplo, de livros ou novelas).

Vimos que com o *o que* “invariável”, ou seja, a combinação onde *o* é subespecificado quanto aos traços ϕ , correspondente a “aquilo”, a presença de uma preposição entre as duas partes do constituinte é impossível, como em (17):

(17) *Vou-te ensinar o em que acredito.

Com a forma variável justifica-se novamente uma análise onde o DET pertence ao antecedente da oração relativa; retome-se a estrutura (16), renumerada como (26), idêntica à proposta por Rebuschi (2001) para o basco e por Citko (2004) para algumas relativas de antecedente leve do polaco:

(26)



Neste tipo de relativas a escolha do morfema *Q/wh* assemelha-se ao das orações relativas restritivas: de facto, as relativas de SU e de OD só aceitam *que* e não *quem*, mesmo quando o antecedente é [+humano], como ilustrado em (27), para as relativas semilivres, e (28), para as relativas restritivas canónicas (Brito 1991, cap. 4, Silva 2021, p. 72 e ainda capítulo 16 deste livro).

(27) (a) Os que vieram são meus amigos.

(b) * Os quem vieram são meus amigos.

(28) (a) Os rapazes que vieram são meus amigos.

(b)* Os rapazes quem vieram são meus amigos.

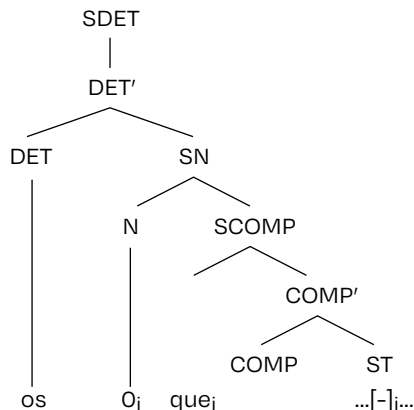
Quando há Pied Piping de SPREPs, isto é, quando os SPREPs se movem para o Esp de SCOMP, Silva (2021) considera, tal como Brito (1991), que o morfema *wh* é sensível à natureza do antecedente: escolhe-se Prep +*que* quando o antecedente for [-humano] e Prep+*quem* quando o antecedente for [+humano], quer o antecedente

seja uma expressão nominal (29) quer seja um determinante (30) (mas ver tendências atuais de mudança no capítulo anterior):

- (29) (a) * O homem a que falei é meu amigo.
 (b) O homem a quem falei é meu amigo.
 (c) O homem ao qual falei é meu amigo.
- (30) (a) * Aquele a que falei é meu amigo.
 (b) Aquele a quem falei é meu amigo.
 (c) Aquele ao qual falei é meu amigo.

Há ainda outro comportamento crucial para a compreensão da sintaxe do que estamos a classificar como relativas semilivres ou relativas com antecedente leve: a inexistência de reanálise/ incorporação entre *o* e *que* e a possibilidade de interferência de uma preposição, amplamente descrita acima. Essa diferença sugere que a estrutura sintática das relativas semilivres e a das relativas livres deve ser diferente. Por razões que ficarão mais claras no ponto 18.3., Citko (2004, p. 113) propõe que algumas relativas com antecedente leve em polaco não são verdadeiras relativas livres, mas “relativas com antecedente disfarçadas”, como descrito em (31), com uma camada SN e onde *o* representa um núcleo pronominal, semelhante a *one* em inglês, que sofre supressão em FF. Leia-se ainda Silva (2021, pp. 58-59), e Raposo (2022, p. 2492), que refere a existência de um nome elidido neste tipo de construção:

(31)



Se adotarmos esta estrutura para as relativas semilivres (com *o que* variável e similares), explicamos não só o uso de *que* em relativas de SU e de OD exibidas em (27) e (28), mas também o Pied Piping de SPREPs como em (29) e (30) e, conseqüentemente, a possibilidade de ocorrência de preposição entre os determinantes ou quantificadores e *que*.¹³

Portanto, a estrutura sintática para as relativas semilivres ou de antecedente leve em português é (31), não (26) (cf. também Silva 2021); isso explica a impossibilidade de movimento de *que* para DET, porque um núcleo, um N, interfere; tal movimento constituiria uma violação da condição de localidade.

Em síntese: em PE, as construções relativas que contêm *o que* com traços ϕ explícitos ou outros determinantes e quantificadores são caracterizadas pelas mesmas restrições de uso de *que* que as orações relativas restritivas normais. O facto de uma preposição poder interferir entre as duas partes das sequências mostra que não opera nenhuma reanálise/incorporação entre o DET e o *que* e que são, por isso, “relativas com antecedente disfarçadas”, na terminologia de Citko (2004), sendo caracterizadas pela presença de uma camada SN com núcleo pronominal semelhante a *one* em inglês, que sofre supressão em FF.

18.3 ——— ALGUNS DADOS COMPARATIVOS

É importante um breve estudo comparativo para confirmar as condições que regem a reanálise/incorporação entre o determinante e a palavra *wh* em relativas livres.

O alemão e o holandês têm a possibilidade de combinar um determinante com uma forma *wh* plena, como *was* ou *wat*, conforme ilustrado nos exemplos a seguir (*apud* Citko 2004, p. 97):

(32) Mary isst das was John isst. (alemão)

‘A Maria come o que o João come.’

(33) Marie eet dat wat Jan eet. (neerlandês)

‘A Maria come o que o João come.’

Não há condições para reanálise / incorporação, porque as formas *wh* são pesadas e complexas, tal como os seus antecedentes.¹⁴

Vejamos o que acontece nalgumas línguas românicas. Começemos com o espanhol.

O espanhol tem o demonstrativo neutro *lo*, ‘o’, ‘aquilo’, como em (34):¹⁵

(34) (a) Lo que sueles hacer.

‘Aquilo que costumás fazer.’

(b) Escuché lo que dijo.

‘Escutai aquilo que digo.’

E há formas variáveis *el, la, los, las*, como em (35):

- (35) (a) El que la hace la paga. (Bosque & Demonte 1999, p. 401)
'O que a faz paga.'
- (b) La que visitamos en Polonia era espectacular. (Bosque & Demonte 1999, p. 446).
'A que visitámos na Polónia era espectacular.'
- (c) He visto a la que me presentaste. (*apud* Citko 2004, p. 97)
'Vi a que me apresentaste.'

Ambas as formas *el* e *lo* são núcleos e clíticos, portanto haveria razões para propor uma incorporação com *que* nas mesmas circunstâncias do português. Porém, em relativas semilivres com demonstrativo como antecedente e Pied Piping de SPREPs, o espanhol raramente permite sequências como “ese de que me habló” (encontrei uma ocorrência no CORPES XXI). O que é frequente é uma espécie de “duplicação” do antecedente, ou melhor, a presença do determinante demonstrativo no antecedente e do artigo definido junto de *que*, como em (40):

- (36) Ya he leído ese del que me hablaste.
já tenho lido esse de.o que me falaste
'Já li esse de me falaste.'

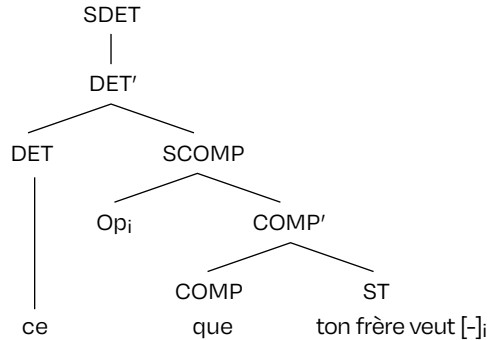
Em (36) a sequência *el que* (incluída no SPREP *del que*) ocorre em Esp de SCOMP. Tudo isto indica, por conseguinte, que não há razões para propor qualquer incorporação em espanhol.

Em francês, quando a forma relevante é [-anim], tanto as relativas livres como as subordinadas interrogativas parciais são iniciadas por *ce que*, como em (37) e (38)), o que justifica a proposta de Konrad (2019) de que são SDETs complexos básicos:¹⁶

- (37) (a) J'aime ce que tu as cuisiné.
eu gosto de aquilo que tu tens cozinhado
'Gosto daquilo que cozinhaste.'
- (b) * J'aime que tu as cuisiné.
eu gosto que tu tens cozinhado
- (38) (a) Je me demande ce que ton frère a acheté.
eu me pergunto aquilo que teu irmão tem comprado
'Eu pergunto aquilo que o teu irmão comprou.'
- (b) * Je me demande que ton frère a acheté.
eu me pergunto que teu irmão tem comprado

Como consequência, Konrad (2019, p. 26) parte da estrutura básica em (39):

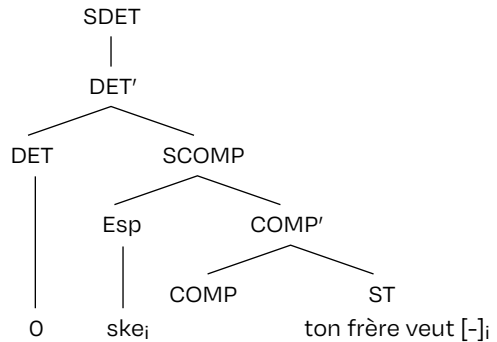
(39)



No entanto, aceitando a visão clássica de que as interrogativas parciais subordinadas são SCOMP selecionadas por um predicado interrogativo na oração matriz e de que as relativas livres são SDETs complexos, Konrad argumenta que a estrutura (39) só é adequada para as relativas livres. Sendo *ce* obrigatório nos dois contextos, algo tem de ser proposto. A autora assume que opera um mecanismo de incorporação, juntando *ce* e *que* na posição de Esp de SCOMP (através de um “lowering”), originando a forma [ske]. Nessas circunstâncias há duas possibilidades de configuração:

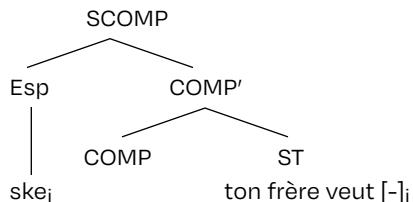
a) se o DET nulo é retido na estrutura, temos uma relativa livre, como em (40):

(40)



b) se o DET nulo não é retido na estrutura, é uma interrogativa subordinada parcial, como em (41):

(41)



De acordo com Konrad, a grande diferença entre francês e inglês parece ser que [ske] tem um traço *wh* fraco, o que explica a agramaticalidade de (42a):

(42) (a) **Ce que tu aimes?*
aquilo que tu gostas

Em inglês *what* tem um traço *wh* forte, explicando a gramaticalidade das interrogativas de *what*, como em (46b):

(b) *What do you want?*
'O que queres?'

Em polaco, estudado por Citko (2004), existem diferentes tipos de relativas semilivres ou relativas de antecedente leve. Em geral, não existem formas complexas como *ktory* 'qual' e, em vez disso, são usadas formas curtas e simples como *co* 'que'. Quando a relativa semilivre contém um demonstrativo, obtemos uma sequência como *to co*, como em (47) (Citko 2004, pp. 96, 98):

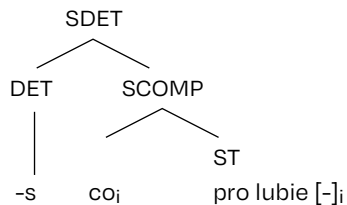
(43) *Jan czyta to, co Maria czyta.*
'Jan lê o que a Maria lê.'

Mas quando a relativa com antecedente leve contém um indefinido, como em (48):

(44) *Czytan cos, co lubie.*
leio algo.s que gosto
'Estou a ler algo de que eu gosto.'

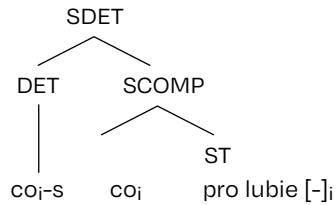
alguma coisa tem de ser dita. Citko propõe que a estrutura básica é (45a), com o morfema *-s* a ocupar DET:

(45) (a)



e o movimento de *co* para DET opera, como descrito em (45b):

(b)



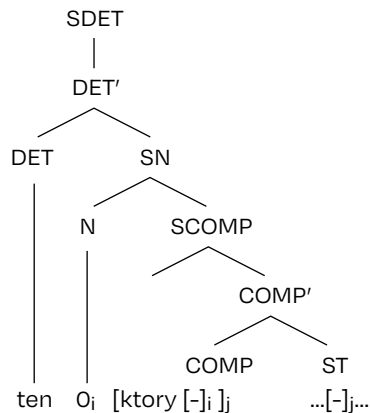
Assumindo a teoria do movimento por cópia (como em Chomsky 1995, Nunes 2000, entre outros), a autora explica a coocorrência de *cos co*, assim como a reanálise morfológica (Citko 2004, pp. 120-121).¹⁷

O terceiro tipo (e menos comum) de relativas com antecedente leve em polaco representa um caso mais complexo, com seqüências como *ten, ktory* ‘aquele o qual’, como em (46):

- (46) (a) *Ten, który skonczy pierwszy, dostanie nagrode.*
 aquele o qual acaba primeiro ganha o prêmio
 ‘Aquele que acabar primeiro ganha o prêmio.’

Por essa razão, a estrutura (46b), já sugerida acima, que a autora designa “relativa com antecedente disfarçada” com uma camada SN e um núcleo pronominal suprimido, justifica-se:

(b)



Resumindo: as línguas germânicas como o alemão e o holandês permitem relativas semilivres/ relativas com antecedente leve com formas *wh* plenas, fortes e, como esperado, não ocorre nenhuma incorporação.

O espanhol, tal como o português, tem um determinante / artigo variável (*el, la, los, las que...*) e um determinante invariável

em combinação com *que* (*lo que...*) em relativas semilivres. Além dessas diferenças, no Pied Piping de SPREPs opera uma espécie de “duplicação”: *el* “dobra” o antecedente junto da preposição em Esp de SCOMP (como em *esse del que...*).

O português, o francês e o polaco têm um processo de incorporação entre a forma DET e a forma *wh* em relativas livres em condições semelhantes: a natureza de núcleo, a forma neutra e fraca não só do antecedente, mas também da forma *wh/Q*. Porém, há algumas diferenças nas três gramáticas: em francês, segundo Konrad (2019) há um “lowering”; em polaco um movimento por cópia pode operar quando um indefinido ocupa o antecedente da relativa livre. O polaco e o português exibem igualmente relativas semilivres/ relativas de antecedente leve que são “relativas com antecedente disfarçadas”, onde se justificam uma camada SN e um núcleo pronominal que sofre supressão em FF: como consequência, em português há determinantes variáveis e quantificadores como antecedentes, sem incorporação e a construção pode exibir uma preposição entre o DET/Q e o *que*. Em polaco, pode ocorrer uma forma relativa pesada e complexa do tipo *ktory*.

18.4 ————— CONCLUSÕES

Neste capítulo, analisei, numa perspectiva comparada, a sintaxe das relativas livres e semilivres do português, também designadas relativas de antecedente leve, introduzidas por *o que*. O português tem dois constituintes relativos *o que* distintos:

- (i) com *o que* invariável ocorre uma reanálise/incorporação, nenhuma preposição pode interferir, o constituinte *o que* comporta-se como uma palavra *Q/wh* e, conseqüentemente, a construção é uma verdadeira relativa livre. Há razões para supor que o *que* é uma palavra *Q/wh* subespecificada (não o complementador) e que se move para DET para validar os seus traços ϕ numa operação de acordo.
- (ii) com *o que* variável, com traços ϕ de número e género no determinante, há dois constituintes diferentes que não se amalgamam, uma preposição pode interferir e temos relativas semilivres ou de antecedente leve. Seguindo uma sugestão de Citko (2004) para o polaco, propus que são “relativas com antecedente disfarçadas”, com uma camada SN e um pronominal (semelhante ao *one* do inglês), que sofre supressão em FF, explicando a impossibilidade de movimento de *que* para DET e a

possibilidade de presença de preposições entre o DET e *que*.

Uma breve análise comparativa com algumas línguas que também justificam uma reanálise entre o antecedente (o DET) e a forma Q / *wh* em relativas livres, em particular o francês e o polaco, confirma que as condições para tal reanálise são semelhantes: a natureza de núcleo e de forma fraca não só do antecedente (o DET), mas também da forma Q / *wh*.

- 1 O capítulo é a tradução de Brito (2024), com alterações de pormenor.
- 2 Sobre semelhanças e diferenças entre as duas construções ver Brito & Duarte (2003), Veloso (2013), Matos e Brito (2018).
- 3 *O que* também pode introduzir exclamativas independentes, como em (i) O que tu foste fazer! e em exclamativas encaixadas, como em (ii): (ii) É incrível o que tu foste fazer! Sobre exclamativas encaixadas ver Barbosa (2013). Como a sintaxe das exclamativas envolve considerações sintáticas e semânticas que estão fora do objetivo deste texto, não as considerarei. Há também o uso de *o que* em relativas apositivas, como em (iii) O país foi invadido, o que surpreendeu os observadores. Este uso também não será estudado aqui.
- 4 Em algumas abordagens generativas de interrogativas e relativas livres, *o que* era considerado um só constituinte (ver, entre outros, Brito (1991), Mória (1992)). Como ficará claro mais adiante, Brito & Duarte (2003) sugeriram a hipótese de uma reanálise entre *o* e *que* invariável. Mória (1992) foi um dos primeiros linguistas a perceber que existem diferenças entre *aquilo que* e *o que*, relacionadas com o comportamento das preposições. Veja-se os seus exemplos: (i) Aquilo com que o presidente não contava era (com) a elevação das taxas de juro; (ii) *Com aquilo que o presidente não contava era (com) a elevação das taxas de juro; (iii) Com o que o presidente não contava era com a elevação das taxas de juro; (iv) *O com que o presidente não contava era com a elevação das taxas de juro (pp. 12-13). No exemplo (i) *aquilo* (i) sendo uma forma pesada do demonstrativo, é o antecedente de uma oração relativa restritiva normal e é por isso que a preposição deve preceder *que*, enquanto *o que* forma uma unidade e não pode ser interrompido pela preposição, como em (iv). Mória notou, de facto, que o constituinte *o que* “é um pró-SN relativo que ocorre em Spec de COMP”, considerando também a hipótese de uma estrutura interna desse SN. (p. 13)
- 5 Partindo do alemão e do neerlandês, de Vries (2002: 43) propõe também que existe uma distinção entre relativas livres verdadeiras, como (i), e relativas semilivres, como (ii): (i) Was er sagte kam mir ungläubhaft vor. (‘O que ele disse pareceu-me impossível’) (ii) Einer der zu spät kam wurde gestraft. (‘Um / aquele que veio tarde será castigado’)
- 6 Em Brito (2022b) propus a reanálise / incorporação nas relativas livres transparentes de *o que*, mas faltava discutir a natureza de *que* e por isso volto ao fenómeno. Matos & Brito (2018) também sugerem incorporação de *o que* interrogativo.
- 7 O facto de no PB a reanálise / incorporação de *o que* ser a estratégia dominante pode relacionar-se com o comportamento geral das preposições em relativas, nesta variante. De facto, no PB, muito mais do que no PE, predominam as relativas cortadoras (ver caps. 16 e 21): (i) Nova Iorque é

- uma cidade que você respira Gershwin (Tarallo 1983); (ii) Este é o livro que você estava precisando (Kato & Nunes 2009).
- 8 Diferentemente de *o que*, *o qual* não sofre qualquer reanálise / incorporação, apesar de ser também formado por um artigo e uma forma *Q/wh*, que é forte, pesada, e não clítica. Por isso, *o qual* está previsto no léxico. É de notar que o constituinte *o qual*, além de ser usado em Pied Piping de SPREPS, pode ocorrer como SU e como OD em relativas apositivas marcadas (Cinque 2008), como referido no capítulo 17.
- 9 Chomsky (2001) introduz a noção de validação de traços; um traço não validado tem de adquirir um valor por uma operação de concordância (*Agree*) com uma categoria que tenha esse traço com um valor especificado e interpretável. A minha proposta é uma tentativa de justificar a reanálise / incorporação no quadro de uma teoria minimalista do movimento, diferente da de Medeiros Júnior (2016).
- 10 Em que: localidade pode ser definida da seguinte maneira: um traço F numa categoria A estabelece uma relação de concordância com um traço idêntico numa categoria B que o c-comande se e só se não houver outra categoria C com idêntico traço a interferir entre A e C (Chomsky 2001).
- 11 Como veremos no ponto 3, a não incorporação é consequência de uma diferença *estrutural* entre relativas livres e relativas semilivres. Por isso, a existência ou não existência de traços ϕ não é uma condição para a incorporação, é uma consequência da diferença na estrutura.
- 12 Veja-se também um exemplo de inglês arcaico (*apud* Cecchetto & Donati 2010, p. 556), em que *that* e *which* coocorrem, mostrando que (i) é uma relativa restritiva com antecedente: (i) *That which we call a rose / By any other name would smell as sweet.* (*Romeo and Juliet* II, ii, 1-2)
- 13 A estrutura (31) mostra já que as relativas semilivres são mais parecidas com as relativas com antecedente do que com as relativas livres em vários aspetos. No que diz respeito à escolha dos morfemas *Q/wh*, as relativas com antecedente de SU e de OD só admitem *que*, enquanto as relativas livres admitem *quem* quando referido a um humano. Outra razão para a aproximação entre relativas semilivres e relativas com antecedente é semântica: as duas construções podem ser definidas/demonstrativas/indefinidas/universais de acordo com o DET/Q no antecedente. As relativas livres podem ser definidas, como em (i): (i) *Quem tu vês ali é meu amigo;* universais, como em (ii): (ii) *Quem muito espera desespera,* como em provérbios e expressões idiomáticas. Só nas relativas livres transparentes poderá aparecer uma leitura indefinida: (iii) *Vimos o que parecia ser um avião.* Ver Brito (2022b) e capítulo seguinte.
- 14 Em geral, em inglês não há condições para reanálise / incorporação entre DET / Q e a forma *wh*. Contudo, de acordo com Kayne (1994), as formas em *-ever* (*whatever, whenever...*), como em (i) e em (ii) (exemplos de Riemsdijk 2007), são obtidas por incorporação, admitindo que *-ever* é a forma reduzida de *every*: (i) *They tend to live in whatever town their parents used to live.* (ii) *She will make you however happy your ex made you.* O pronome *wh* sobe para DET / Q e incorpora com *ever*. A impossibilidade de relativas semilivres ou com antecedente leve em inglês seria explicada porque *ever* e o antecedente DET / Q estão a competir para a mesma posição.
- 15 Um avaliador notou que em espanhol *lo* não pode ser usado em interrogativas parciais: (^{*lo}) *que hiciste?*, o que parece reforçar a natureza de SCOMP das interrogativas *wh*, diferentemente das relativas livres, que são SDETs (complexos).

- 16 Konrad considera que nas línguas românicas *que/che* é o complementador, o que é discutido no capítulo 16, pelo menos para o português. Contudo, como o francês não é o tópico principal neste texto, mantereí a explicação de Konrad.
- 17 Citko explica a necessidade de cópia, propondo que “after reanalysis (...) the highest copy (...), being buried inside the reanalysed (thus syntactically opaque) word, no longer c-commands the copy in [Spec, CP]. If linearization can only delete copies in chains whose links are in a c-commanding relationship, the right results follow” (p. 121). Note-se que no caso de (45) *co* junta-se ao sufixo pela esquerda; mas há também a possibilidade de se juntar pela direita, como se passa com o prefixo negativo *ni* (*ni-co* ‘nada que’). Citko (2004, p. 118, nota 17) explica a presença de *-ni* no SDET propondo que um SDET pode conter categorias funcionais como SQ, SNEG.

19 ——— RELATIVAS LIVRES TRANSPARENTES EM PORTUGUÊS¹

O objetivo do capítulo é analisar as relativas livres transparentes (RLT) em português europeu (PE). Em 19.1. referimos algumas propriedades que têm sido apontadas às relativas livres transparentes de modo a justificar que o seu “pivot” é o constituinte predicado. Desse modo, em 19.2., damos conta de algumas análises baseadas na ideia de que as RLT são inseridas. Em 19.3, apresentamos um conjunto de propriedades que põe em causa esses tratamentos e que nos permitirá mostrar que o “pivot” das RLT é o morfema Q. Nessa altura estamos em condições de discutir a sua sintaxe e de propor que são relativas livres envolvendo movimento Q / *wh* (ponto 19.4.). Em 19.5. apresentamos as conclusões.

19.1 ——— PROPRIEDADES DAS RELATIVAS LIVRES TRANSPARENTES QUE PARECEM APONTAR PARA QUE O PREDICADO DA RELATIVA SEJA O SEU “PIVOT”

As RLT exibem um conjunto de propriedades que, pelo menos à primeira vista, as distinguem de outras relativas livres (RL) (sobre RL em geral ver o capítulo anterior).

- (i) Supressão da oração relativa e paráfrase com oração simples: a oração relativa pode ser suprimida, permitindo uma paráfrase com uma frase simples, com o constituinte a seguir ao verbo predicativo a pertencer a essa frase simples, como indicado em (1b) para (1a):
 - (1) (a) Havia o que parecia ser *um avião* na autoestrada.
 - (b) Havia [SDET *um avião*] na autoestrada.
- (ii) Diversidade categorial do predicado: embora o constituinte no predicado da oração relativa livre transparente seja em geral uma expressão nominal (em (1a) *um avião*), outras categorias podem ser encontradas (SADJ, SPREP); vejam-se os exemplos (2) e (3), de Ferreira (2007):²
 - (2) (a) Perante um diálogo destes, o cão estava o que se diz desnordeado.
 - (b) O cão estava [SADJdesnordeado]
 - (3) (a) Perante um diálogo destes, o cão estava o que se diz sem norte.

(b) O cão estava [SPsem norte]

Vemos que a natureza categorial do constituinte destacado nas frases simples em (1b), (2b) e (3b) é a mesma do constituinte que é selecionado pelo predicado superior e isso constituiria um motivo para a designação de “transparente”.

(iii) Concordância em número com o constituinte predicado: outra das propriedades avançadas para as RLT é a possibilidade de ter concordância plural, em conformidade com o número do constituinte predicado da frase matriz, o que poderia indicar que esse constituinte é o “pivot”, o centro, o núcleo, da construção:

(4) (a) O que parecia serem aviões privados estavam na autoestrada.

Contudo, como assinala Ferreira (2007) para o português, o singular pode também estar presente numa RLT:

(b) O que parecia *ser* aviões privados estavam na autoestrada.

E por isso conclui: “as orações relativas em análise parecem não apresentar efeitos de transparência em termos de número.” Por essa razão, voltaremos adiante ao problema da concordância.

(iv) Insensibilidade a “ilhas”: outra propriedade que tem sido notada é a insensibilidade a efeitos de “ilha”, ao contrário do que acontece na maioria das relativas livres (RL) (ver Brito e Duarte 2003, p. 679). O exemplo em inglês, (5b), é considerado gramatical por Schelfhout, Coppen & Oostdijk (2003):

(5) (a) John is what you might call angry about something.
'O João está o que se pode dizer zangado com alguma coisa.'
(b) What is John what you might call angry about?
o que está João o que se pode dizer zangado com
'Com o que é que o João se pode dizer zangado?'

Sintetizando, há uma série de fatores que parecem justificar uma análise segundo a qual uma RLT é inserida na frase matriz: (i) “transparência”, porque se quer dar a ideia de que a oração relativa pode ser parcialmente suprimida; (ii) existência de um “pivot” que parece ser o predicado da frase matriz; (iii) associação a múltiplas categorias; (iv) possibilidade de concordância em número plural com o predicado da oração relativa; (v) “invisibilidade” a fenómenos de extração de constituintes. É neste sentido que foram propostas duas análises de inserção das RLT.

19.2 ——— ALGUMAS ANÁLISES A FAVOR DE QUE AS RELATIVAS LIVRES TRANSPARENTES SÃO INSERIDAS OU PARENTÉTICAS

Com base nas propriedades acima enunciadas, Wilder (1998) e Schelfhout, Coppen & Oostdijk (2003) propuseram que a construção é o resultado da inserção da RLT, seguida de supressão do constituinte retomado da oração principal (por *backward deletion*), como descrito em (6b):

- (6) (a) John bought a banjo.
'O João comprou um banjo.'
(b) John bought [what he took to be a banjo] a banjo.
'O João comprou o que ele tomou como um banjo'

Wilder (1998) considera que aquilo que designa o “content chernel”, o núcleo do conteúdo, e que outros autores chamam o “pivot” da RLT, é o que determina a propriedade de número de toda a construção.³

Schelfhout, Coppen & Oostdijk (2003) desenvolvem estas reflexões e argumentam que o constituinte nuclear da RLT está na frase matriz e isso explicaria o número e as características das RLT. A oração relativa é um pré-modificador do núcleo; mas esse pré-modificador é parentético:

- (7) John bought [_{par} what he took to be e] a banjo.

Para explicar a existência de uma categoria vazia na oração relativa, os autores consideram que tal acontece também nas construções parentéticas em geral:

- (8) I don't think, Jones said, that this would be a good idea.
'Eu não penso, disse o Jones, que isso seja uma boa ideia.'
(9) There came, you will never guess, how many people to the party.
'Vieram, não vais adivinhar, muitas pessoas para a festa.'
(Schelfhout, Coppen & Oostdijk 2003).

De qualquer modo, os autores assinalam que este tipo de construção pode ocorrer em posições mais variadas do que as notadas por Wilder; nessas condições pode envolver elipse ou até um pronome como *one* ou *so* em inglês ou *zo* em neerlandês (10):

- (10) (a) What John called a banjo is lying on my desk.
'O que João chamou de banjo está na minha mesa.'
(b) A banjo is lying on my desk, or (at least) what John called *one*.
'Um banjo está na minha mesa, ou pelo menos o que o João chamou um.'

(c) Er ligt wat Jan noemt een unike banjo op mijn desk.

'Está o que o João chamou um banjo, na minha mesa.'

(d) Er ligt een unieke banjo op mijn bureau, of althans wat Jan zo/* O noemt.

'Está um banjo na minha mesa ou o que o João chamou assim'.

Ferreira (2007), para o português, embora reconheça que há algum paralelismo entre o caráter “acessório” das RLT e das estruturas parentéticas em geral, como em (11), não adota este tipo de análise:

(11) Havia, digamos, um avião na autoestrada.

A reflexão de Ferreira é correta, pois este tipo de construção não tem as propriedades sintáticas, semânticas e prosódicas das estruturas parentéticas. Rejeitando quer uma análise por inserção e elipse quer uma análise por estrutura parentética, Ferreira propõe que as RLT em Português têm a estrutura de relativa livre obtida por Movimento Q, têm um antecedente nulo, na linha de Brito (1991) e Mória (1996), embora deixe em aberto o aprofundamento da sintaxe destas construções.

Vamos ver em seguida outras propriedades sintáticas e semânticas que, ainda que as façam distinguir de outros tipos de relativas livres, não justificam tomar o predicado da oração relativa como o “pivot” da construção, permitindo, pelo contrário, argumentar a favor da tese de que o “pivot” das RLT é o próprio morfema Q / *wh*.

19.3 ——— ALGUMAS PROPRIEDADES QUE APONTAM PARA QUE O “PIVOT” SEJA O MORFEMA Q

(i) Paráfrase entre frase simples e frase com uma RLT

O ponto anterior descreveu algumas propriedades das RLT que têm de ser retomadas. Assim, uma das questões cruciais é a paráfrase entre uma RLT e uma frase sem essa relativa e apenas com o constituinte no predicado.

Grosu (2003, 2014) reconhece que grande parte das paráfrases fornecidas em análises anteriores para sustentar a proposta de que o “pivot” da RLT é um constituinte da frase matriz e não o morfema *wh* é adequada. Veja-se (12a), exemplo adaptado de Grosu (2014):

(12) (a) Ele está a comer o que eles eufemisticamente chamaram um bife.

(b) Ele comeu um bife, pelo menos, eles chamaram um bife.

No entanto, o autor mostra que nem todas as paráfrases com um constituinte simples dão bons resultados; logo, o que é sentido

como “pivot” não o é na verdade (adaptamos para português alguns dos seus exemplos).

(13) (a) Ele está a comer o que não poderá ser um bife.

(b) # Ele está a comer um bife; mas não poderá ser um bife.

(13b) não é uma paráfrase adequada de (13a); por isso em (13a) o “pivot” não é “um bife”.

Outro exemplo:

(14) (a) Andando no escuro tropecei no que parecia ser a Mary; mas era afinal o cão do vizinho.

(b) # Andando no escuro tropecei na Mary; pelo menos pareceu-me a Mary.

Como esclarece Grosu, esta segunda paráfrase não é adequada por duas razões: i) não quer dizer que o sujeito tenha tropeçado na Mary; ii) o comentário em b) é apositivo enquanto nada no interior da RLT tem caráter apositivo.

Do mesmo modo, a paráfrase em (15b), que se relaciona com uma modalização sobre uma expressão universalmente quantificada, não é adequada para o exemplo (15a) (Grosu, 2014):

(15) (a) Ela estava a conversar com o que parecia serem todas as pessoas da festa, mas afinal eram algumas apenas.

(b) # Ela estava a conversar com todas as pessoas da festa; pelo menos assim parecia.

Com base em argumentos deste tipo, Grosu (2014) propõe que o chamado “pivot” tem de ser construído com os índices do operador intensional que afeta a relativa; não apenas da parte SN mas também do DET / Q, como mostra a inadequação de certas paráfrases.

(ii) A natureza predicativa das RLT e o uso do verbo *ser*

Como vemos pelos exemplos já apresentados, as RLT envolvem sempre uma predicação, quer com um V copulativo/ predicativo quer com um V transitivo - predicativo (*chamar, descrever como* ou outros); quer dizer, envolvem uma “oração pequena”, numa predicação primária ou secundária. E é por isso que mantemos a ideia de que as RLT são sempre predicativas.⁴

Coloca-se então aqui a questão do verbo predicativo selecionado no interior da RLT. Como se sabe, em português e em espanhol há distinção entre dois verbos copulativos *ser* e *estar*. Ora, vemos que o verbo copulativo nas RLT, quando não é um predicado introdutor de predicação secundária, é sempre *ser*, a cópula não marcada, a cópula por defeito (Brucart, 2012), isto é, a que introduz predicados de indivíduo e não a que introduz predicados de estádio, *estar*, mesmo que o verbo superior seja *estar*, como podemos observar em (16) e (17):

(16) (a) O João estava [o que parecia ser / * estar bêbedo].

(b) O João estava bêbedo.

(17) (a) A Maria está [o que parece ser / * estar grávida].

(b) A Maria está grávida.

Esta escolha explica-se porque, na realidade, em (16a) e em (17a), a seleção relevante não é entre *o João ... bêbedo*; *a Maria ... grávida*, como o é nas frases simples e nas paráfrases correspondentes (16b, 17b). A relação sintática e semântica relevante aqui é entre *o que* e *ser*, o que mostra que o “pivot” da RLT é *o que*, independentemente da natureza semântica do predicado da frase matriz.

Sendo assim, quer a análise defendida por Wilder (1998) quer a análise defendida por Schelfhout, Coppen & Oostdijk (2003), para as quais a RLT é inserida e em que o “pivot” da RLT é o constituinte que segue o verbo predicativo (nos casos de (16) e (17) os adjetivos *bêbedo* e *grávida*) têm de ser rejeitadas.

Como já estamos a sugerir, o “pivot” da RLT é o sujeito da oração pequena que é sempre o morfema Q / *wh*, em português o morfema *o que*, um constituinte subespecificado, sem traços semânticos [+/-hum] ou [+/-anim] e que pode remeter para diferentes categorias, explicando o carácter multicategorial da expressão predicativa contida na RLT e que referimos em 19.1.

É por isso que a subespecificação de *o que*, juntamente com a relação de identificação de conteúdo entre o seu vestígio, o morfema *o que* e o constituinte na frase matriz permitem o que Grosu (2014) chama o “canal de transparência” que tem permitido a alguns autores identificarem erradamente o “pivot” da RLT como o constituinte superior e não como o morfema *o que*.

Com esta ideia em mente avançamos agora para a discussão acerca da natureza definida ou indefinida da expressão nominal associada à RLT.

(iii) Interpretação preferencialmente indefinida

A interpretação das RLT é tipicamente a indefinida (veja-se (1), aqui repetido), diferindo das relativas livres “standard”, que ou têm interpretação definida, como em (18), ou universal, como em (19):

(1) Havia o que parecia ser um avião na autoestrada.

(18) Conheço quem chegou.

(19) Detesto quem diz mentiras.

Wilder (1998) e Schelfhout, Coppen & Oostdijk (2003) referem a propriedade de indefinidade como propriedade própria das RLT. Na mesma direção Riemsdijk (2007) mostrou, para o inglês, que, se houver um V do tipo *there to be*, ‘haver’, as frases são agramaticais

com definidos e só são gramaticais com indefinido. Veja-se, para o português, o exemplo (i), aqui renumerado como (20a):⁶

- (20) (a) Havia o que parecia ser um avião na autoestrada.
 (b) * Havia o que parecia ser o avião na autoestrada.
 (c) Havia um avião na autoestrada.
 (d) * Havia o avião na autoestrada.

Este comportamento mostraria, para o linguista, que as RLT constituem um tipo à parte de relativas livres. Contudo, Ferreira (2007), para o português, mostra que nem sempre o caráter indefinido da RLT é encontrado e dá alguns contextos com RLT definidas (acompanho de perto o texto da autora).

- (i) Com uma definitude “epistémica”, como em (21):
 (21) A fotografia não está nítida. O que me parecia, à primeira vista, a ministra da Educação era afinal uma das suas assessoras.
- (ii) Com expressões nominais associadas a uma “modalização metalinguística”, como em (22):
 (22) Estão aqui o que podemos considerar “os documentos cruciais para o processo”.
- (iii) Com “expressões nominais com superlativos”, como em (23):
 (23) O que parecia ser o edifício mais mal construído de todo o bairro revelou-se afinal um verdadeiro *bunker*.

Para confirmar a ideia de Ferreira (2007) de que pode haver RLT associadas a uma expressão definida, fizemos uma procura no *CetemPúblico*, solicitando ao sistema que nos procurasse construções com “o que parece ser” e “o que parecia ser”.

Essa procura permitiu confirmar que, para além dos contextos referidos por Ferreira, há vários enunciados com expressões nominais definidas, sobretudo se contiverem adjetivos avaliativos, complementos e modificadores a seguir a nomes. Eis sete dos enunciados encontrados com expressões definidas.

- (24) *par=ext109352-clt-94a-1*: Esta última surge acompanhada por meia centena de magníficos desenhos preparatórios, que mostram o *que parece ser* a recuperação da metodologia e do conceito clássicos.
- (25) *par=ext141921-eco-92b-1*: Não há aqui uma contradição com o *que parece ser* a lógica do accionista maioritário da Cimpor?
- (26) *par=ext237136-clt-soc-93a-1*: Astrónomos europeus descobriram o *que parece ser* o quasar duplo mais brilhante alguma vez observado, segundo anunciou um

comunicado do European Southern Observatory (ESO), citado pela France Presse.

- (27) *par=ext132082-pol-94a-2*: E o que parecia ser o principal obstáculo da candidatura de Ahtisaari, tornou-se o maior trunfo dos social-democratas: apresentar um homem que não tem imagem partidária e cujos cargos internacionais lhe deram prestígio.
- (28) *par=ext146782-clt-98a-1*: Fotografias recentes feitas pela sonda Mars Global Surveyor, em órbita em redor do planeta, revelaram o que parece ser o leito de um rio seco no fundo de um desfiladeiro com 2,5 quilómetros de largura, denominado Nandedi Vallis, situado na região de Xanthe Terra, perto do equador marciano.
- (29) *par=ext642842-pol-96a-1*: A música de ambiente que se ouvia nos túneis lembrava Vangelis nos seus melhores dias, embalando-me para o que parecia ser a vergonhosa experiência de adormecer num lugar público (veio a acontecer, horas mais tarde, no chão da estação de comboios de Barcelona, com um saco de viagem a servir de almofada).
- (30) *par=ext699167-nd-91b-1*: As acusações de Anita Hill podem ter comprometido seriamente o que parecia ser o resultado garantido da votação no Senado de confirmação da nomeação de Clarence Thomas.

Podemos então concluir, com Ferreira (2007, p. 146), que “as relativas transparentes do português admitem, pelo menos em certos contextos, a associação a sintagmas nominais definidos e de forma mais ou menos livre a associação a sintagmas nominais indefinidos.”

(iv) Presença de operador modal

Este tipo de relativa livre surge frequentemente associada a um “operador modal discursivo” (Ferreira, 2007): ou o *V parecer* ou modificadores intensionais, seja adjetivais, como *alegado*, *presumível*, seja adverbiais (*alegadamente*, *presumivelmente*) (cf. também Riemsdijk, 2007):⁷

- (31) Serviram-me o que alegadamente se poderia chamar um bife.

Grosu (2014) defende que as RLT são sempre indefinidas e que precisam da presença de um operador intensional, as suas duas *raisons d'être*. Ora, se há RLT associadas a expressões definidas e com a presença de um operador modal / intensional, então a relação entre essas duas propriedades semânticas não é tão forte como parece.

(v) Presença de um morfema Q / *wh* subespecificado

Neste tipo de relativas só pode ser usado um constituinte Q do tipo de *o que* em português, *what*, em inglês, *ce que* em francês, *ceeace* em romeno, *was* em alemão, *ma-she* em hebreu. Tal constituinte pode mesmo referir-se a humanos (Riemsdijk, 2007; Ferreira, 2007), como em (32a), o que em português é explicado pelo facto de este morfema ser subespecificado e ter preferencialmente um valor predicativo:

(32) (a) Ela contactou com o que eu tomei por um polícia para ficar de noite na entrada da casa.

(b)* Ela contactou com quem eu tomei por um polícia para ficar de noite na entrada da casa.

(vi) Presença de expressões idiomáticas

Riemsdijk (2007) aponta como uma propriedade das relativas livres transparentes o facto de poderem conter na parte predicativa uma expressão idiomática, diferindo de uma RL normal, que faria perder o sentido idiomático. Os exemplos ilustrativos são (33), em que (33a) contém uma RLT e (33b) uma RL *standard* agramatical:

(33) (a) Nick lost what according to the dictionary are called his marbles.

'Nick perdeu o que de acordo com o dicionário se podem chamar as estribeiras!'

(b) * Nick lost what his marbles cost in the store.

Nick perdeu o que suas estribeiras custaram em o armazém

Apesar de os dados em inglês apontados pelo autor levarem a uma distinção entre RL *standard* e RLT, o que parece estar aqui em causa é a composicionalidade das expressões idiomáticas. O exemplo (33b) é agramatical em inglês por se perder tal composicionalidade e não pelo facto de a construção não ser um RLT. Note-se que (33a), na sua tradução em português, língua que tem igualmente como expressão idiomática *perder as estribeiras*, é gramatical porque o contexto criado permite uma definição metalinguística (“de acordo com o dicionário se podem chamar as estribeiras”). Mas (33c) continua a ser agramatical, apesar de conter uma RLT, marcada pela presença do advérbio *alegadamente*:

(c) * Nick perdeu o que alegadamente são as estribeiras.

(vii) Presença de anáforas ligadas

Outra das propriedades apresentadas por Riemsdijk para as RLT é a possibilidade de presença de anáforas ligadas, como em (34a), diferindo das relativas livres *standard*, como em (34b), com base nos seguintes contrastes em inglês:

- (34) (a) They_i live in what is often referred to as each other's_i backyard.
 eles_i vivem em o que é frequentemente chamado [um do outro_i] pátio
 'Eles vivem no que é frequentemente chamado o (próprio) pátio.'
 (b)* They_i live in what Fred uses each other's_i backyard for.
 eles_i vivem em o que Fred usa [um do outro_i]; pátio

De novo, os exemplos do inglês escolhidos por Riemsdijk para fundamentar a sua proposta de que uma anáfora não pode ser usada numa relativa livre *standard* e de que pode ser usada numa RLT não são facilmente transpostos para outras línguas, porque, pelo menos em português, a anáfora *um do outro / um ao outro* é lexicalmente muito restringida. Na realidade, os exemplos correspondentes a (34a) e a (34b) seriam aceitáveis com possessivos expressos ou nulos, além de *o próprio*, coreferentes com o sujeito matriz:

- (35) (a) Eles_i vivem no que parece ser o (seu)_i pátio / o próprio pátio. (RLT)
 (b) Eles_i vivem no que é o (seu)_i pátio / o próprio pátio. (RL)

(viii) Coordenação de constituintes (di)semelhantes

Para Riemsdijk, uma RL *standard* começada por *what* em inglês (que vale como um SDET) só pode ser coordenada com um outro SDET, como no exemplo (36), de acordo com a condição geral sobre coordenação de constituintes:

- (36) (a) He dislikes trains and what the government proposes to replace them with.
 ele não gosta (de) comboios e o que o governo propõe para substituir eles por
 'Ele não gosta de comboios nem do que o governo propõe para os substituir.'

Se houver coordenação envolvendo uma RLT, o predicado contido na oração encaixada tem de condizer com a natureza categorial do primeiro membro coordenado; por isso, (36b), que combina um SDET e uma RLT que tem como predicado um adjetivo, é agramatical em inglês:

(a) *He dislikes trains and what I consider inconvenient.
 ele não gosta (de) comboios e o que eu considero
 inconveniente

Por sua vez, a RLT (36c) é bem formada porque se está a coordenar um SDET e uma oração começada por *what* que contém um predicado nominal:

(c) He dislikes trains and what I consider an equally
 inconvenient alternative.

'Ele não gosta de comboios nem do que eu considero uma
 alternativa igualmente inconveniente.'

Em português este comportamento não é similar, pois toda a oração relativa livre começada por *o que* tem propriedades nominais e, por isso, quer exemplos como (37a) quer exemplos como (37b) são gramaticais: o que se está a coordenar são constituintes da mesma natureza gramatical:

(37) (a) Ele não gosta nem de comboios nem do que
 (alegadamente) são meios de transporte coletivos.

(b) Ele não gosta nem de comboios nem do que é
 (alegadamente) rápido.

Esta propriedade relaciona-se com a diversidade categorial da expressão no predicado da oração relativa, tema já apresentado em 19.1. O que importa aqui é frisar que a oração relativa livre iniciada por *o que* tem sempre propriedades nominais, independentemente da natureza categorial do predicado.

Interessa então estudar a estrutura sintática das RLT.

19.4 ————— BREVE ANÁLISE SINTÁTICA DAS RLT

Tendo mostrado nos pontos anteriores que as RLT não têm como “pivot” o predicado contido no interior da relativa livre, manteremos, em relação a este tipo de construção, a ideia de que são relativas livres, sempre iniciadas por um constituinte subespecificado *o que* e com um operador modal do tipo *parecer*, um advérbio como *alegadamente* ou similares.

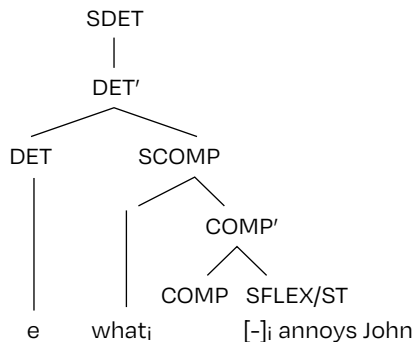
Como vimos no capítulo anterior, uma relativa livre não tem um antecedente expresso, pelo que tem havido diferentes propostas acerca da sua sintaxe, em particular acerca da posição ocupada pelo constituinte Q / *wh*. Assumiremos, em geral, a análise de Alexiadou *et al.* (2000), Copinogro (2002) para o italiano, Medeiros Júnior (2016) para o português e muitos outros autores, de acordo com a qual, numa relativa livre, SCOMP (CP) é diretamente dominado por

SDET (DP) e selecionado por um DET nulo ou silencioso; veja-se a estrutura (38b) para (38a):

(38) (a) What annoys John

'O que aborrece o João'

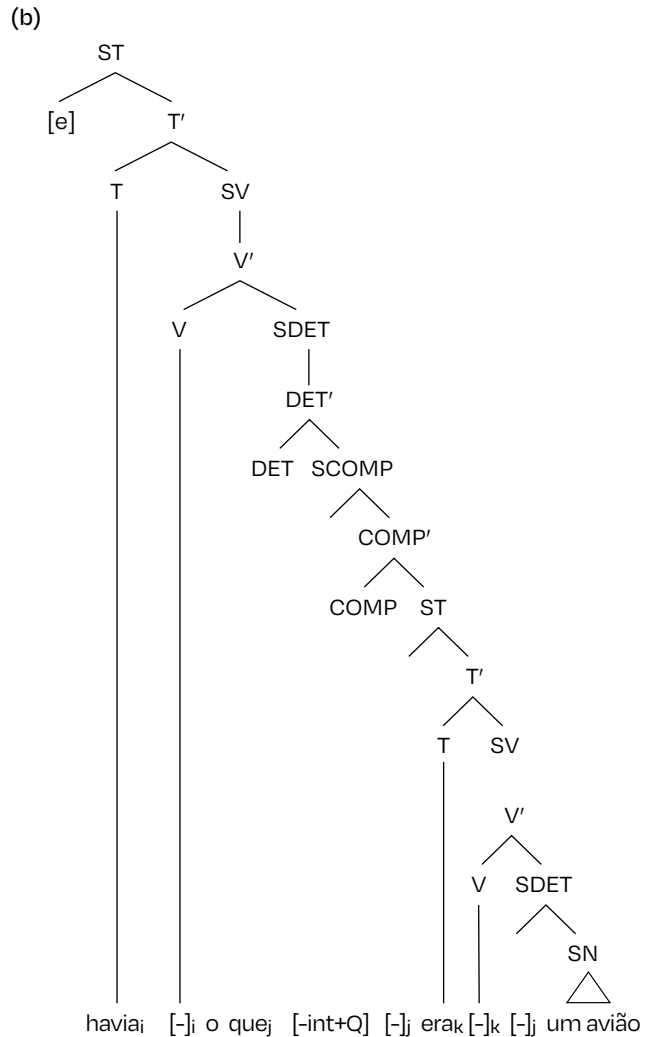
(b)



Nas RLT, contudo, apenas uma forma pode ser usada, o constituinte *o que*, que, como também vimos no capítulo anterior, é o resultado de uma reanálise / incorporação entre *o* e *que*, tal como proposto por Medeiros Júnior (2016).

Assim sendo, para (39a):

(39) (a) Havia o que era, alegadamente, um avião apresenta-se a estrutura (39b), que descreve, de forma muito simplificada e ignorando propositadamente o advérbio *alegadamente*, as propriedades sintáticas mais relevantes das RLT (onde o SDET mais baixo representa uma oração pequena com predicado nominal e o SDET mais alto representa uma relativa livre):



Em (39b) a oração mais baixa é predicativa, tendo como sujeito a forma *que*, concebida com um operador Q / *wh* e *um avião* como predicado; o movimento do operador Q / *wh* opera para Esp de SCOMP, dados os traços de COMP [-int;+Q], ficando assim criadas as condições para a criação de uma relativa livre selecionada pelo verbo impessoal *haver*. Dada a natureza de núcleo do DET superior *o* e a presença de *que* em Esp de SCOMP, opera a incorporação de *que* e de *o* já descrita no capítulo anterior, com o qual se forma o constituinte *o que*.

Compare-se (39a) com (40), uma relativa com o pronome demonstrativo *aquilo* como antecedente:

(40) (a) Havia aquilo que era, alegadamente, um avião.

(b)*Havia aquilo o que era, alegadamente, um avião.

Em (40a) *aquilo* ocupará igualmente uma posição de D (adotando a clássica proposta de Postal (1969) de que os pronomes são Ds); mas *aquilo* não é uma forma clítica; por isso, não há lugar para reanálise com *que*. Em (40b) haveria dois constituintes, *aquilo* e *o* a competir pela mesma posição, DET, e por isso só (40a) é gramatical.

Voltando agora a dois fenómenos que caracterizam as RLT e já apontados por Ferreira (2007): a concordância e a insensibilidade a ilhas. Dissemos em 19.1. que nas RLT pode notar-se em português uma alternância de número; recordem-se os exemplos em (4), aqui renumerados como (41):

(41) (a) O que parecia *serem* aviões privados estavam na autoestrada.

Como já referimos acima, Ferreira (2007) assinala que em português o singular pode também estar presente:

(b) O que parecia *ser* aviões privados estavam na autoestrada.

Na verdade, estas duas possibilidades têm de ser vistas, por um lado, à luz do que se passa nas construções predicativas, como mostra (41c), com uma forma verbal plural a concordar com o constituinte em posição pós-verbal:

(c) São aviões privados / *É aviões privados.

Por outro lado, a concordância no singular explica-se em (41b) pois a construção resulta de uma elevação de (*o*) *que* desde a sua posição básica até à posição de sujeito de uma frase (complexa), desencadeando o singular. Como assinala Raposo (2020, p. 2492), “a concordância verbal determinada pela locução invariável *o que* é sempre de 3ª pessoa do singular.”

Quer dizer, a alternância singular / plural em RLT é explicada em português, pois o verbo predicativo tanto pode concordar com o constituinte na posição pós-verbal (*aviões privados*, em 41a) como com o sujeito pré-verbal da oração, como resultado do seu movimento (*o que*, em 41b).

Regresse-se igualmente aos dados de extração de constituinte a partir da RLT. Como Ferreira (2007) mostrou, este tipo de construção permite o Movimento Q, ilustrado em (42b), revelando que a RLT não é uma “ilha” ao movimento:

(42) (a) O governo está a apoiar o que parece ser uma ofensiva coordenada contra os guerrilheiros curdos.

(b) Os guerrilheiros [contra os quais]_i o governo está a apoiar [o que parece ser uma ofensiva coordenada [-]_i]

pertencem à etnia curda. (Ferreira 2007)

Ferreira mostra, além disso, que certas relativas com antecedente expresso de tipo pronominal também não são ilhas fortes, como o exemplo (43b) ilustra (os exs. são, de novo, da autora, p. 139):

(43) (a) O governo está a apoiar *aquilo* que parece ser uma ofensiva coordenada contra os guerrilheiros curdos.

(b) Os guerrilheiros [contra os quais]_i o governo está a apoiar *aquilo* que parece ser uma ofensiva coordenada [-]_i pertencem à etnia curda. (Ferreira 2007)

Os dados mostram que uma RLT e a sua correspondente com antecedente com o pronom demonstrativo *aquilo* não constituem uma barreira ao movimento, exibindo insensibilidade a efeitos de “ilha”, ao contrário do que acontece na maioria das RL. Isso está certamente relacionado com o facto de serem predicativas, de conterem uma “oração pequena” (cf. Mória 1992).⁸

19.5 ————— CONCLUSÕES

Analisadas algumas propriedades semânticas e sintáticas das RLT, podemos confirmar que são relativas livres, mas a conjugação de vários fatores faz parecer que são especiais e “transparentes”, uma conclusão idêntica à de Grosu (2003, 2014) para várias línguas e de Ferreira (2007), no seu estudo pioneiro sobre este tipo de construção em português.

- (i) Uma RLT pode ser suprimida, permitindo uma paráfrase com uma frase simples, com o constituinte a seguir ao verbo predicativo a pertencer a essa frase, tendo justificado, por parte de certos autores, a ideia de que tal expressão (nominal ou de outra categoria) é o “pivot” da construção. No entanto, e seguindo muito de perto Grosu (2003, 2014), mostrámos que, se há paráfrases com frases simples aceitáveis e que dão ideia de que o “pivot” é o constituinte a seguir ao verbo predicativo, outras frases não o permitem, revelando que o “pivot” é sempre o morfema *Q / wh*.
- (ii) As RLT são predicativas, no sentido em que comportam uma oração pequena, uma “small clause”. O V predicativo por excelência é em português o verbo *ser*, a cópula não marcada, independentemente da natureza semântica do predicado da frase superior, o que impede qualquer análise do tipo de inserção da RLT. Com efeito, se a RLT fosse inserida, não se explicaria a escolha de *ser*, mesmo quando o predicado da RLT

- é um predicado de estádio; a escolha de *ser* justifica-se porque a relação sintática e semanticamente relevante é entre *ser* e o morfema Q, o sujeito da “small clause”, o verdadeiro “pivot” das RLT (e que acaba por se mover para uma posição superior).
- (iii) Seguindo esta linha de pensamento, mostrámos que certas propriedades apontadas por um grande estudioso de relativas livres, Riemsdijk, para fundamentar a sua análise de que as RLT são distintas das RL – concordância, distribuição de anáforas, expressões idiomáticas, coordenação de constituintes dissemelhantes – não são relevantes para o português. Assim sendo, confirmámos que o “pivot” das RLT é o morfema Q, neste caso, *o que*.
- (iv) as RLT mais prototípicas são indefinidas; a indefinidade parece estar preferencialmente associada à presença de um operador modal (*parecer*) ou intensional (*alegado, alegadamente*). Contudo, seguindo Ferreira (2007) para o português, vimos que há algumas RLT que surgem associadas a expressões definidas. Esta possibilidade tem consequências do ponto de vista da interface sintaxe-semântica: em certas condições contextuais, um operador modal / intensional pode surgir associado a uma expressão nominal definida.
- (v) O morfema Q contido na RLT é o morfema invariável *o que*, o mais subespecificado dos morfemas Q em português, razão pela qual pode referir-se a uma expressão nominal com os traços [+/- humano] ou [+/- animado] e pode relacionar-se com constituintes de várias categorias.
- (vi) Do ponto de vista sintático, como em todas as RL, há um SDET, sendo DET neste caso ocupado pelo artigo *o*, selecionando um complemento SCOMP.
- (vii) Para dar conta da natureza do constituinte invariável e inseparável de *o que*, que surge nas relativas livres, adotámos aqui, tal como no capítulo anterior, a análise de Medeiros Júnior (2016), para quem tal constituinte é o resultado de reanálise em PE contemporâneo: *o* é projetado em DET e a palavra *que*, sendo um operador Q / *wh*, um núcleo e um clítico, move-se para DET, formando um constituinte que, para todos os efeitos, constitui uma unidade, uma palavra Q (*o que*).

- 1 Com alguns cortes e pequenas modificações, este texto corresponde a Brito (2022b).
- 2 Grosu (2014) foi um dos autores que notou que outras categorias poderiam surgir, para além do SN. Vejam-se os seus exemplos em inglês: (i) He made what may appear to be a radically new proposal/He made a radically new proposal; (ii) He made an uninspired and what I'd describe as catastrophic decision/ He made an uninspired and catastrophic decision.
- 3 Tanto Wilder (1998) como Schelfhout, Coppens & Oostdijk (2003) referem também a propriedade de indefinitude como propriedade própria das RLT, mas sobre isso falaremos em 19.3.
- 4 Ferreira (2007), a partir da observação de que as RLT podem ocupar não só posições argumentais como posições não argumentais, considera que há relativas livres transparentes predicativas e não predicativas (p. 113). Concordamos que as RLT não ocupam todas a mesma posição e têm, relativamente ao predicado superior, diferente estatuto, mas discordamos parcialmente da autora, pois o que está em causa não é a posição última da RLT mas a sua natureza interna. Assim, defenderemos ao longo do texto que todas as RLT são predicativas.
- 5 O efeito de definitude não parece ser tão forte em português como o é em inglês. No entanto, a possibilidade de SDETs definidos em construções com *there to be* em inglês é notada por diversos autores se houver uma interpretação de lista (cf., entre outros, Reuland & ter Meulen, 1987).
- 6 A impossibilidade do sufixo *-ever* neste tipo de construção mostra que a leitura universal, tantas vezes presente em RL, é impossível aqui (cf. Riemsdijk, 2007): (i) *There was whatever appeared a jet on the free way.
- 7 'Intensional' está aqui a ser usado no sentido de Kamp (1975) de modificadores de propriedades; ver também Demonte (1999) sobre adjetivos intensionais.
- 8 Telmo Mória (1992) foi o primeiro estudioso a notar que há um certo tipo de construções que se assemelham a RL e que não são ilhas para o movimento: (ia) Estes são alguns dos livros que eu não tenho [a quem dar [-]i] (retomado por Ferreira, 2007, p. 139). (ib) Estes são alguns dos livros que eu não tenho onde pôr. (ic) Estes são alguns dos livros que eu ainda não consegui a quem dar. O autor sugere que tal se deve à natureza de "small clause" destas construções e defende mesmo que estas não são "relativas livres infinitivas", como lhes chama Brito (1991). Quer dizer, a natureza de "oração pequena" é crucial para a aceitação destes exemplos. Na linha de Ferreira (2007), cremos que é também esse o caso das RLT.

20 — PROPRIEDADES DAS PSEUDORELATIVAS EM PORTUGUÊS¹

O presente capítulo tem como objetivo a descrição de um tipo de construção considerada no passado como um tipo especial de oração relativa, atualmente vista como uma pseudorelativa por constituir uma “oração pequena”. Depois da apresentação dos dados (20.1), no ponto 20.2. apresentam-se alguns tratamentos anteriores e faz-se uma breve caracterização sintático-semântica da construção. No ponto 20.3. discute-se alguns aspetos da sua estrutura sintática.

20.1 — OS DADOS

A construção em causa caracteriza-se por conter uma expressão nominal seguida de uma oração de *que* e selecionada por:

- (i) Vs de perceção como *ver, ouvir, sentir* e outros verbos que exprimem uma forma mais ténue de perceção como *encontrar, descobrir*:
 - (1) (a) Vejo o teu filho que está a chorar.
 - (b) Vejo o teu filho que se aproxima.
 - (c) Vejo um avião que está a aterrar.
 - (d) Vejo o avião que está a aterrar.
 - (e) Ouço os meninos que estão a cantar.
 (como resposta à pergunta: O que é que vês? O que é que ouves?)
- (ii) Expressões de tipo “apresentativo” como *eis, é, há*:
 - (2) (a) Eis o Pedro que chega finalmente.
 - (b) É / há o teu filho que desatou a chorar.
 (como resposta à pergunta: O que é que aconteceu?)
- (iii) Certas construções “independentes” como:
 - (3) E eu que não consigo deixar de fumar!
 - (4) “E o Entroncamento que não chega!” (JN, 20.3.1981)

Neste capítulo será dada especial atenção às construções com Vs percetivos.

20.2 — APRESENTAÇÃO CRÍTICA DE ALGUNS TRATAMENTOS E BREVE CARACTERIZAÇÃO SINTÁTICO-SEMÂNTICA

20.2.1 — Aproximação às orações relativas ²

Na literatura sobre estas construções, elas são frequentemente aproximadas às orações relativas.³ Fuchs e Milner (1979, p. 114), que as estudaram em francês no quadro de uma teoria enunciativa, veem nelas não uma estrutura de subordinação canônica, mas um tipo de frase simples comportando a marca de uma operação de “rèpérage” formulada de acordo com a modalidade do “certo”, marcada pelas expressões *il y a, je vois, c'est*:

(...) ces fausses relatives ou complétives, traditionnellement considérées comme phénomènes marginaux et de surface, nous semblent au contraire manifester des opérations que l'on poserait comme élémentaires dans la construction des énoncés: celles précisément qui se retrouvent, mais plus complexes, dans les “vraies” relatives et complétives, c'est à dire celles qui articulent deux propositions. Elles constituent donc une voie d'approche privilégiée au phénomène de relativisation (...).

E mais adiante:

les formes [il y a ...x qui /que] pourraient se gloser par: Il y a (entre autres) pour moi-ici-maintenant un / le x qu... c'est à dire que parmi tous les thématizables, la situation permet de filtrer un X, le X, sans que cela implique quoi que ce soit pour les autres thématizables (...). On identifie donc (on re-thématise) un élément ou un ensemble de relations unique, à l'exclusion de tout autre (...). “(p. 114)

Le Goffic (1979) integra estas construções nas “relativas não canônicas” e afirma que: “(...) une interprétation en termes de “descriptive” ou “restrictive” est de toute évidence inadéquate, tout comme des relatives “canoniques” reposent sur des mécanismes d'identification.” (p. 143). Em que “identificação” é a operação enunciativa que permite propor que nas relativas uma mesma expressão referencial apareça duas vezes no enunciado, uma através da expressão nominal antecedente e outra através do pronome relativo.⁴

Kleiber (1987) encara também as construções com Vs perceptivos como relativas. Partindo do exemplo (5):

(5) Je vois la mère qui pleure,

o autor considera que tem três interpretações possíveis:

(a) Je vois celle qui pleure (celle=la mère).

(b) Je vois la mère et la mère pleure.

(c) Je la vois qui pleure / je la vois pleurer.

A leitura a) corresponde a uma relativa restritiva e a leitura b) a uma apositiva. A interpretação c) mostra a insuficiência das “definições clássicas da apositiva.” E Kleiber conclui que “(...) les relatives compléments d’un verbe de perception (...) sont un premier témoin suggestif de l’ambiguïté dont font preuve les approches classiques de la notion de relative appositive.” (p. 53)

Como comentário a esta análise, pensamos que (5) só poderia ter o valor restritivo (5a) se o contexto linguístico ou extralinguístico condicionasse uma interpretação contrastiva, típica das relativas restritivas; em relação à interpretação apositiva descrita em (5b) ela parece algo artificial. Quanto a c), a leitura que aqui nos interessa, voltarei a ela na sequência do texto.

Vemos assim que um ponto em comum à perspetiva adotada pelos autores mencionados é a dificuldade de classificação deste tipo de construção como oração relativa. Na realidade, as construções partilham algumas propriedades das orações relativas, mas muitos aspetos divergentes. A principal propriedade em comum é o facto de a oração de *que* comportar uma categoria vazia (exigida pelo Princípio de Projeção), cujo valor interpretativo é definido pela relação com a expressão nominal que precede o *que*. Mais especificamente, com as relativas restritivas (RR), elas partilham o não serem um comentário parentético acerca da expressão nominal e, por conseguinte, por não terem qualquer demarcador fónico entre o SN/SDET e a oração iniciada por *que*. Porém, distinguem-se delas por não constituírem nenhuma forma de restrição sobre a expressão nominal antecedente.

Com as relativas não restritivas (RNR) têm em comum o terem como “antecedente” uma expressão definida (em geral um nome próprio ou um pronome pessoal (embora possa também surgir um SN indefinido específico, como é o caso de exemplos como (1c)). Mas distanciam-se das RNR por vários aspetos:

- (i) Por não terem um demarcador fónico a separá-las da expressão nominal;
- (ii) Por não serem facilmente parafraseáveis por uma coordenação de frases.

Assim, um exemplo, como (6) é diferente de (7):

- (6) Vejo o avião que está a aproximar-se.
 (7) Vejo o avião e o avião aproxima-se.
- (iii) Por não admitirem a inserção de advérbios frásicos; de facto, a inserção desse tipo de advérbios “faria” da oração uma RNR, uma relativa apositiva (cf. Cadiot 1976 e Kleiber 1987, p. 53).
 (8) Vejo o teu filho, que, felizmente, está a comer.
 Outros aspetos distinguem-nas dos *dois* tipos de relativas:
- (iv) Só são bem formadas as construções em que a oração de *que* tem como categoria vazia o sujeito, sendo agramaticais (ou adquirindo uma interpretação de relativa restritiva canónica) as construções em que a categoria vazia corresponderia ao objeto (cf. Kayne 1975, pp. 126-9, Kayne 1984, pp. 87-102).
 (9) * Vejo o teu filho que os meninos estão a magoar [-].
 (10) * É/ há o Pedro que a Maria está a ver [-].
 (11) * Ouço a canção que os meninos cantam [-] !
- (v) Enquanto as orações relativas podem ser iniciadas por um leque variado de constituintes relativos, estas construções só são introduzidas pela forma *que*. Assim, exemplos como (12), contendo vários constituintes relativos, só podem ter a interpretação de relativas “canónicas” (restritiva ou não restritiva) conforme a natureza do antecedente:
 (12) (a) Vejo daqui o avião de que me falaste. (RR)
 (b) É a pessoa de quem tanto costumás falar. (RR)
 (c) Vejo daqui o teu filho, a quem tu nunca ralhas. (RNR)
 (d) É o teu filho, a quem nunca ralhas, e por isso é tão rebelde. (RNR)
- (vi) a coordenação entre o tipo de oração que estamos a considerar e uma relativa restritiva ou não restritiva produz um resultado pouco aceitável, só podendo coordenar-se com uma oração do mesmo tipo; veja-se o contraste entre (13a) e (13b):
 (13) (a) ?? Vejo o teu filho que está a chorar e que é muito amoroso.
 (b) Vejo daqui o teu filho que está a chorar e que está a chamar pela mãe.

Podemos, pois, concluir que as construções que estamos a analisar não são orações relativas canónicas. E a partir deste momento serão designadas “pseudorelativas”.

20.2.2 — Aproximação às completivas

Uma das primeiras análises das pseudorelativas com Vs perceptivos foi proposta por Gross para o francês: para este linguista haveria paralelos entre a construção que contém uma pseudorelativa e a que contém uma completiva (Gross 1968, p. 123; no mesmo sentido Schwarze 1974, pp. 18-30; Radford 1977, pp. 155-171). Os exemplos são de Gross:

- (14) (a) Je vois Marie qui sort du cinéma.
 (b) Je vois que Marie sort du cinéma.

E o autor propôs que (14a) deriva de (14b) por elevação do SN/ SDET sujeito da completiva para a posição de OD da frase superior. Contudo, este tratamento é insustentável por razões sintáticas e semânticas: por um lado, uma tal regra seria um mecanismo não motivado e atualmente não previsto em termos teóricos. Por outro lado, entre as frases em causa não há sinonímia. De facto, em (14a) o que é objeto da visão é um individual (Maria) percebido num determinado evento (sair do cinema), num tempo simultâneo ao tempo da enunciação. A percepção é direta (Rizzi 1992, Cadiot 1976, p. 17). Por isso, (14a) implica (14c):

- (14) (c) Je vois Marie.

Em (14b), com uma completiva, o objeto da percepção é um dado evento (Maria sai do cinema num tempo que, neste caso, é simultâneo ao tempo da enunciação) mas só indiretamente *a Maria* é objeto da percepção. Assim, (14b) pode não implicar (14c); de facto, o que o sujeito do enunciado vê pode não ser diretamente a Maria a sair do cinema, mas, por exemplo, uma pessoa que se dirige a ela quando as portas se abrem. Nestas circunstâncias, a percepção pode ser “indireta” (utilizando de novo uma expressão de Rizzi (1992)) e verbos como *ver* tomam então um sentido epistémico e cognitivo (mais ou menos equivalente a *compreender, perceber, descobrir*). Repare-se que certos verbos admitidos em pseudorelativas como *encontrar* podem nem selecionar uma completiva; veja-se a agramaticalidade de (15b):⁵

- (15) (a) ? Eu encontrei a Maria que saía de casa. (Como resposta a: Quem encontraste?)
 (b) * Eu encontrei que a Maria saía de casa.

Mais uma vez se pode afirmar que a aproximação entre pseudorelativas e completivas não se justifica.

Em síntese, as pseudorelativas exprimem uma percepção direta (nomeadamente em exemplos como (1) e (2)) ou um comentário sobre uma situação vivida pelo sujeito da enunciação (exemplos como (3) e (4)). As expressões nominais que precedem a oração de *que* denotam

objetos percecionados (ou que se espera venham a ser percecionados no espaço-tempo da enunciação). Daí a presença de expressões de carácter deítico (*eis*), apresentativas (*é, há*), verbos usados no seu sentido de percepção (*ver, ouvir*). Note-se igualmente a importância de se considerar o contexto linguístico em que ocorrem, em particular o facto de estas construções surgirem frequentemente como respostas a perguntas (cf. Fuchs & Milner 1979, p. 113; Cadiot 1991, p. 58).

20.2.3 — Aproximação às infinitivas; restrições temporais, aspetuais, lexicais e modais

Como veremos já a seguir, é com as construções infinitivas e as gerundivas (mais frequentes no PB), que as pseudorelativas têm mais afinidades sintáticas e semânticas; os exemplos em (16) são elucidativos:

- (16) (a) Vejo o teu filho que está a chorar (=1a)
 (b) Vejo o teu filho a chorar.
 (c) Vejo o teu filho chorar.
 (d) Vejo o teu filho chorando.

Por essa razão, compreende-se que as pseudorelativas exibam uma série de restrições quanto ao tempo e quanto ao aspeto. Assim, tomando o tipo de exemplos apresentados em (1), se o tempo da oração matriz é o Presente, o tempo da oração de *que* é o Presente ou o Pretérito Perfeito mas não o Imperfeito ou o Futuro, porque o que se pretende descrever é um processo que se realizou (num tempo imediatamente anterior ao da enunciação) ou que se está a realizar ou que começou a ser realizado, simultaneamente ao tempo da enunciação:

- (17) (a) Vejo um avião que está a aterrar (=1c)
 (b) Vejo um avião que aterrou / acabou de aterrar.
 (c) * Vejo um avião que aterrava.
 (d) * Vejo um avião que aterrá.

Quando o tempo da oração matriz é o passado (expresso pelo Pretérito Perfeito), então o enunciado passa a ser o relato de uma percepção e por isso o tempo da oração encaixada pode ser um tempo do passado, apresentado como realizado (18a) ou como estando a realizar-se (18b):

- (18) (a) Vi um avião que aterrou.
 (b) Vi um avião que estava a aterrar.

Com *eis*, expressão fortemente deítica, há também restrições quanto ao tempo, similares às das construções com Vs percetivos:

- (19) (a) Ei-lo que chega!
 (b) Ei-lo que chegou / que acabou de chegar!
 (c) Ei-lo que está a chegar!
 (d) * Ei-lo que chegava / chegará.

Com *é/foi/era*, dado o valor apresentativo destas formas, pode encontrar-se na oração encaixada o Presente, o Pretérito Perfeito ou o Imperfeito, respetivamente, exprimindo um processo que se realiza em simultâneo com o tempo da enunciação ou que se começou a realizar num tempo anterior (apresentado, em geral, como durativo); vejam-se os exemplos em (20):

- (20) (a) É o teu filho que está a chorar!
 (b) É / foi o teu filho que desatou a chorar!
 (c) Era o teu filho que chorava!

Com as construções “independentes” estas restrições não se verificam da mesma maneira, uma vez que à esquerda do *que* existe apenas uma expressão definida, não havendo marcas temporais ou aspetuais explícitas:

- (21) (a) E eu que nunca mais deixava de fumar!
 (b) E eu que nunca mais deixei de fumar!
 (c) E eu que nunca mais deixo de fumar!

Vemos assim que, nas pseudorelativas, deve haver concordância entre o tempo da oração superior e o tempo da oração encaixada; o paralelo com as construções infinitivas e gerundivas é, por isso, compreensível, dado que o infinitivo e o gerúndio representam, de certo modo, a neutralização das oposições temporais.

Note-se que sobre as orações pseudorelativas, assim como com as infinitivas e gerundivas correspondentes, há uma restrição relacionada com a natureza semântica dos predicados. Assim, com a forma *eis* e com verbos percetivos, o predicado da oração deve ser um “stage-level predicate”, um predicado de estádio, não podendo ser um “individual predicate”, um predicado de indivíduo; em particular não pode ser um predicado estativo, como os exemplos até aqui apresentados já ilustram, e que contrastam com os seguintes, que contêm predicados estativos (cf. Guasti 1992, pp. 59-61). E isso é verdade quer em pseudorelativas (22), quer em infinitivas correspondentes (23):

- (22) (a) * Ei-lo que sabe poesia.
 (b) * Ei-lo que possui muito talento.
 (c) * Vejo o teu filho que sabe poesia.
 (d) * Vejo o teu filho que possui muito talento.

- (23) (a) * Ei-lo a saber poesia.
 (b) * Ei-lo a possuir muito talento.
 (c) * Vejo o teu filho a saber poesia.
 (d) * Vejo o teu filho a ter muito talento.

Com a forma *é* e *há*, parecem existir menos restrições, sendo mais aceitáveis as construções com um predicado estativo (ver (24), mas de qualquer modo, os exemplos são muito pouco naturais:

- (24) (a) ?? É o teu filho que sabe poesia!
 (b) ?? É o teu filho que possui muito talento! (como resposta a: O que é que viste que te surpreendeu?)

Há também restrições quanto ao emprego de certos modais. Assim, *querer*, um verbo de reestruturação, pode surgir na pseudorelativa mas não *poder* ou *dever*.

- (25) (a) Vejo o teu filho que quer estudar (mas não consegue por causa do barulho)
 (b) * Vejo o teu filho que pode / deve estudar. (como resposta a: O que é que vês?)

Repare-se que estas restrições temporais, aspetuais, lexicais e modais não imperam nem em relativas, restritivas ou não-restritivas (26) nem em completivas (27):

- (26) (a) Na pista está um avião que aterrou / que se prepara para levantar voo. (RR)
 (b) O teu filho, que sabe tanta poesia / que possui tanto talento, bem podia aprendido este assunto. (RNR)
 (c) O teu filho, que pode / deve estudar mais, não tem tido bons resultados. (RNR)
- (27) (a) Vejo que o avião aterrou / aterrou / estava a aterrar.
 (b) Vejo que o teu filho sabe poesia / possui muito talento.
 (c) Vejo que o teu filho pode / deve estudar mais.

Vemos, uma vez mais, que as pseudorelativas não são nem relativas nem completivas e que os pontos de contacto são com as orações infinitivas e gerundivas.

20.2.4 — Outros comportamentos estruturais

- O SN/SDET e a oração de *que* formam um constituinte
 Certos testes de constituição – pseudoclivada, clivada, deslocação por passiva, interpretação anafórica de categorias vazias ou pronomes, possibilidade de isolar a construção – mostram que o SN e a pseudorelativa formam um constituinte, comportamento

paralelo à construção infinitiva preposicional (CIP) correspondente, sendo os exemplos sempre mais aceitáveis com a CIP do que com a construção infinitiva não preposicional.⁶

- (i) Pseudoclivada:
- (28) (a) O que eu vi foi o teu filho *que está a chorar / a dormir*.
 (b) O que eu vi foi o teu filho *a chorar / a dormir*.
 (c) ? O que eu vi foi o teu filho *chorar / dormir*.
- (ii) Clivada:
- (29) (a) *É o teu filho que está a chorar / a dormir* o que eu estou a ver.
 (b) *É o teu filho a chorar / a dormir* o que eu estou a ver.
 (c) ? *É o teu filho chorar / dormir* o que eu estou a ver.
- (iii) Possibilidade de deslocação por passiva (e impossibilidade de deslocação só do SN / SDET):
- (30) (a) *O teu filho que estava a chorar / a dormir* foi visto por mim.
 (b) *O teu filho a chorar / a dormir* foi visto por mim.
 (c) ? *O teu filho chorar / dormir* foi visto por mim.
 (d) * *O teu filho* foi visto *que está / que estava a chorar*.
- (iv) Possibilidade de isolar a construção (por resposta a uma pergunta ou num contexto equivalente (“equative deletion”):
- (31) (a) O que estás a ver? *O teu filho que está a chorar / dormir*.
 (b) Estou a ver uma coisa que não esperava ver: *o teu filho que está a chorar / a dormir*.
 (c) Estou a ver uma coisa que não esperava ver: *o teu filho a chorar / a dormir*.
 (d) ? Estou a ver uma coisa que não esperava ver: *o teu filho chorar / dormir*.
- (v) Interpretação anafórica de uma categoria vazia / pronome:
- (32) (a) Daqui eu vejo o teu filho *que chora / dorme* mas tu não deves ver [-] *daí / vê-lo daí*.
 (b) Daqui eu vejo o teu filho *a chorar / a dormir* mas tu não deves ver [-] *daí / vê-lo daí*.
 (c) ? Daqui eu vejo o teu filho *chorar / dormir* mas tu não deves ver [-] *daí / vê-lo daí*.

Os testes realizados permitem mostrar duas coisas: (i) que o SN/SDET forma com a oração de *que* um constituinte, sendo tal constituinte deslocável ou isolável por inteiro nas várias construções analisadas; (ii) que a construção infinitiva da qual a pseudorelativa

mais se aproxima é a preposicional (CIP), precisamente porque esta construção exprime um processo durativo e progressivo, enquanto a construção infinitiva não preposicional não está associada a esses valores (ver Raposo 1989, Xavier 1991, Duarte 1992).

— Seleção categorial e temática

Já vimos acima que os verbos perceptivos podem selecionar ou um SN ou uma oração completiva, como em (33):

- (33) (a) Eu vi um novo filme do Almodóvar.
 (b) Eu vi que estava a chover. (quer no sentido de percepção direta quer no sentido de percepção indireta ou cognitivo de *ver*)

Os esquemas em (34) descrevem as propriedades de seleção categorial e temática deste verbo:

- (34) (a) *ver*: [- SN]
 [- SCOMP]
 (b) *ver*: Experienciador [- Tema / Objeto]
 Experienciador [- Proposição]

De que modo estas propriedades se adequam às pseudorelativas? Percebemos que as completivas têm propriedades distintas das pseudorelativas e que estas descrevem a percepção de um indivíduo numa dada situação. Por isso, a seleção de um SN/SDET por parte do verbo *ver* é justificada para a pseudorelativa; a seleção da categoria SCOMP estaria à partida rejeitada, se mais nada se pudesse dizer. No entanto, vários autores mostraram que estamos na presença de uma “oração pequena” (“small clause”) e esse facto permite considerar a seleção de SCOMP numa pseudorelativa. Voltaremos a este ponto daqui a pouco.

Quanto à atribuição temática, descrita em (34b), Guasti (1988, 1993) para as pseudorelativas e Raposo (1989) para a CIP notaram que estes verbos são capazes de atribuir dois papéis temáticos: Guasti propôs que estes verbos envolvem o papel temático de Acontecimento ou Evento (que acima descrevo como Proposição) e um papel temático de Tema ou Objeto. Raposo (1989), analisando a CIP (*vejo o teu filho a dormir*), refere um papel temático primário, afetando a construção como um todo, e um papel temático secundário, afetando só o SN / SDET.

Rizzi (1992), que adota o tratamento de Guasti de “small clause” para as pseudorelativas, considera que estes verbos, quando seguidos de um SDET ou de um SDET seguido de uma oração reduzida (pseudorelativa, infinitiva ou gerundiva) têm um só papel temático interno a atribuir, o papel de Tema individual, no

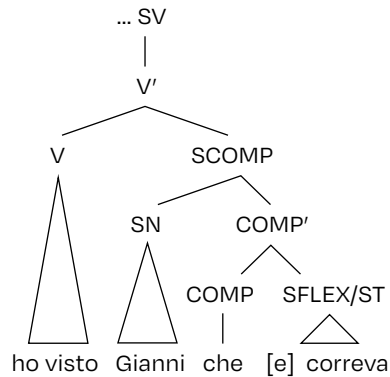
pressuposto de que quer uma expressão nominal quer um SN num Evento são semanticamente um indivíduo, embora não deixe de propor que opera um mecanismo de “partilha temática”, que formalmente pode ser descrito como uma partilha de índices, por Acordo especificador-núcleo.

— As pseudorelativas são orações pequenas⁷

Voltemos então à proposta de que as pseudorelativas são orações pequenas. Guasti propõe a seguinte estrutura para um exemplo em italiano como (35a):

(35) (a) Ho visto Gianni che correva.

(b)



em que o SN *Gianni* ocupa a posição de Esp de SCOMP, como forma de descrever a natureza de oração pequena.

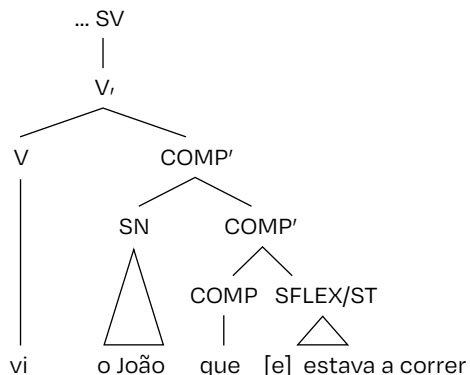
Raposo (1989) adota para as CIP a ideia de “small clause”, mas com algumas diferenças formais: o autor adota a perspectiva de Fukui & Speas (1986), segundo a qual as orações pequenas não são projeções máximas (de nível 2), sendo antes uma projeção de nível 1, ocupando o sujeito da oração pequena a posição de adjunção a X'.

Raposo coloca também como hipótese o seguinte: existem orações pequenas cujo núcleo é uma categoria funcional e não uma categoria lexical: as construções pseudorelativas seriam orações pequenas em que o núcleo é a categoria funcional complementador (COMP). Assim, para o autor, as pseudorelativas são a contrapartida finita das CIP (Raposo 1992, pp. 218-221).

O exemplo (36a) teria a estrutura sintática descrita em (36b):

(36) (a) Vi o João que estava a correr.

(b)



Ambas as estruturas tentam captar as propriedades principais já acima apontadas das pseudorelativas. Porém, há diferenças entre línguas.

— As pseudorelativas não têm exatamente as mesmas propriedades sintáticas nas línguas que as permitem. Recorde-se que em português há impossibilidade de movimento do SDET sozinho, como mostra a agramaticalidade de (30d), aqui renumerado como (37):

(37) *O teu filho foi visto que está / estava a chorar.

E há impossibilidade de cliticização (38):

(38) *Vi-o que estava a chorar.

No entanto, em francês e em italiano os exemplos correspondentes são aceitáveis:

(39) (a) Marie a été vue qui embrassait Jean.

(b) Giovanni fu visto che parlava com Maria.

(c) Je les vois qui arrivent.

(d) Li vedo che arrivano.

Razão pela qual as pseudorelativas não devem obedecer exatamente à mesma estrutura em português, francês e italiano, questão que deixo propositadamente em aberto. Em francês e italiano foi apresentada a estrutura (35b) (Guasti 1988, Cinque 1992), enquanto Raposo (1989) propôs a estrutura (36b) para o português.

20.3 ————— SÍNTESE

Em português existem pseudorelativas, embora de maneira menos produtiva do que em francês e em italiano, existindo mesmo falantes que não as aceitam e que só aceitam as CIP. As pseudorelativas têm propriedades que as aproximam, mas que também as distinguem, de relativas canônicas; igualmente não podem ser confundidas com construções de complementação.

Pelas suas propriedades, estas construções são, como propôs Raposo (1989) a contrapartida finita das CIP (as construções infinitivas preposicionadas), selecionadas por verbos perceptivos ou expressões equivalentes, e, por isso, são “small clauses”, “orações pequenas”, com fortes restrições temporais, aspetuais, lexicais e modais.⁸

Neste capítulo privilegiou-se a descrição das propriedades, mais do que a apresentação de uma análise sintática detalhada.⁹

- 1 O capítulo parte de Brito (1995). Dado que a bibliografia posterior veio mostrar a natureza de “small clause” da construção, a parte final da estrutura sintática foi alterada, valorizando-se aqui a descrição das propriedades. Na nota final do capítulo remeto para bibliografia atualizada sobre o português.
- 2 Dos autores que as aproximam das relativas, embora mostrando sempre serem falsas ou não canônicas, saliento: Cadiot (1976), Fuchs & Milner (1979), Le Goffic (1979), Kleiber (1987).
- 3 A construção que vou analisar é mais produtiva em francês e italiano do que em português. Dias, Epiphânio Silva (ed. de 1970, p. 267), ao referir-se à construção, apresenta um exemplo em francês; em português apresenta apenas alguns exemplos com *eis*.
- 4 Le Goffic trata ainda frases como: (i) *Tiens, une voiture qui a publié ses lumières!*, (ii) *Excusez-moi, j'ai ma femme qui m'attend*.
- 5 O verbo *encontrar* no seu significado cognitivo pode selecionar uma completiva: (i) Eu encontrei (descobri, compreendi) nos textos que o rei tinha abandonado o país no séc. XIX.
- 6 Sobre estes testes ver Akmajian (1976, pp. 427-60), Radford (1986, cap. 4.7), para o inglês, Burzio (1986), Rizzi (1992), para o italiano; sobre a CIP ver Raposo (1989, pp. 227-335), Xavier (1991), Duarte (1992), Barbosa & Cochofel (2005), para o português.
- 7 No meu texto de 1995 propunha um SN que dominava um SCOMP [- tempo], numa normal estrutura de encaixe. Ora, Guasti e Cinque, para o italiano, e Raposo, para o português, mostraram que estamos na presença de orações pequenas, “small clauses” e por isso adoto aqui a solução de Raposo de que as pseudorelativas são a contrapartida finita das construções infinitivas preposicionais (CIP) (Raposo 1992, pp. 218-221).

- 8 Grillo & Costa (2014) discutem as pseudorelativas no quadro de uma discussão mais geral sobre preferências de processamento de High Attachment (HA) ou Low Attachment (LA) por parte dos falantes quando há possíveis concorrentes a serem o antecedente da oração relativa restritiva (RR), como em: (i) *Alguém disparou contra a criada da atriz que estava na varanda*. Os autores introduziram nesta discussão uma nova perspectiva, ao proporem que, quando há uma estrutura e uma interpretação de Pseudo Relativa (PR) envolvida, não há escolha entre HA e LA, uma vez que a única estrutura e interpretação possível é aquela em que o SDET está na posição de especificador da “small clause”, neste caso do SCOMP envolvido e, portanto, é um HA que é esperado e não um LA. Numa PR não há um SN seguido de SCOMP, pelo contrário, há uma “small clause” alta na estrutura, relacionada com a estrutura argumental do V superior, geralmente um V de percepção. Esta proposta faz duas predições: 1 – o LA tem preferência em línguas em que a PR não está disponível e em que a única interpretação é de RR normal; 2 – o HA é observada em línguas que permitem a PR. Desse modo, os autores concluem que “the apparent cross-linguistic variation in parsing preferences is reducible to grammatical factors”. É também na perspectiva da discussão sobre processamento que se desenvolvem as pesquisas de Aguilar (2020) e Fernandes (2021).
- 9 Depois do meu artigo de 1995, de que aqui se apresentou apenas uma parte, este fenómeno tem sido estudado por vários autores, de que destaco: Barbosa & Cochofel (2005), Grillo & Costa (2014) Aguilar (2020) e Fernandes (2021), para os quais remeto o leitor.

— MICROVARIACÃO: ALGUNS CONTRIBUTOS

CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS V

A variação e a mudança caracterizam qualquer língua; porém, as línguas que estiveram e estão sujeitas a contacto, em particular as línguas dos povos colonizadores e as línguas das grandes comunidades estão mais sujeitas a variação, dando por vezes origem a variedades nacionais. A essas línguas, algumas teorias chamam línguas pluricêntricas. O português, o espanhol, o inglês, o alemão, o neerlandês, o francês, o árabe, o chinês mandarim são línguas pluricêntricas.

A variação e o pluricentrismo linguísticos obedecem a limites, formais e substantivos, a vários níveis, e investigar a dialética entre o universal e o particular, entre o constante e o mutável é uma tarefa fascinante para qualquer linguista.¹

No final do séc. XX e no séc. XXI, os domínios da Linguística Comparada e da Linguística Histórica têm estado na ordem do dia, devendo reconhecer-se, contudo, que a variação de uma língua no espaço e no tempo nem sempre foi objeto de estudo da ciência da linguagem. No séc. XIX, a variação linguística no espaço, estudada no âmbito da Geografia linguística e da Dialectologia, era dominada por uma visão que acentuava a diversidade e que normalmente surgia associada a concepções nacionalistas e românticas. Nas primeiras décadas do séc. XX, tal visão foi sendo substituída

por uma outra, – a concepção do estruturalismo – que, não ignorando as diferenças existentes, tendia a esbatê-las em favor da homogeneidade da língua, concebida como sistema abstrato, comum a uma mesma comunidade.

Por seu lado, no séc. XIX e em grande parte do séc. XX, a variação linguística no tempo - a mudança - era vista como algo relativamente independente da variação no espaço. Depois de ter sido encarada como resultado de fatores externos e como objeto de uma evolução comum a outros organismos da natureza (como no comparatismo oitocentista), a mudança começa a ser entendida como o produto de fatores internos às línguas (ideia que surge com os neogramáticos, no final do século XIX, mas que se acentua, já no século XX, com Meillet).

Dado o impacto das ideias estruturalistas nas primeiras décadas da Linguística do século XX, os estudos históricos e de Geografia linguística sofreram uma enorme redução. No entanto, a situação alterou-se muito nas últimas décadas do século XX e no século XXI. Um dos autores que contribuiu para uma nova visão foi sem dúvida o sociolinguista Labov, que veio confirmar aquilo de que os estudiosos de geografia linguística já se tinham apercebido: a existência, numa dada sincronia, de variantes no quadro de uma comunidade linguística constitui um indício de mudanças em curso (veja-se, no mesmo sentido, Marquilhas 1996, p. 586). O estudo das relações entre variação no tempo e no espaço pôde então começar a ser elaborado.

Outro dos desenvolvimentos que marcou um novo entusiasmo pelos estudos da mudança e da variação foi, sem dúvida, a Gramática Generativa.

Como se escreveu na introdução ao livro, em Gramática Generativa, a noção crucial é a noção de *gramática*, procurando distinguir-se entre as propriedades comuns às gramáticas - a gramática universal - e as gramáticas particulares às línguas. Dentro deste quadro, a gramática universal é vista como um conjunto de *princípios* fixos e um conjunto de *parâmetros*, isto é, princípios abertos que podem assumir, para cada língua ou conjunto de línguas, um de dois valores, um positivo e outro negativo. E a hipótese formulada nos últimos anos é a de que, tal como a escolha dos valores dos parâmetros é feita durante o período de aquisição da linguagem com base nos enunciados linguísticos que as crianças ouvem à sua volta, assim também cada geração, no processo de aquisição dos seus falantes, pode manter as propriedades do *input* linguístico que recebe de gerações anteriores ou fazer ajustamentos e alterações mais ou menos profundas. Esta perspetiva de abordagem,

representada essencialmente por Lightfoot (1979, 1991), acentua a ideia de que a mudança nas gramáticas particulares das línguas está condicionada por princípios gerais comuns às gramáticas e que, por outro lado, os factos respeitantes à mudança diacrónica hão de dar indicações preciosas acerca da teoria da gramática universal.

Desenvolvendo esta perspetiva, Roberts (1993) vê na alteração da gramática três fases distintas: (i) a fase de degraus (“steps”), em que certas construções começam a ficar menos frequentes; (ii) a fase de reanálise, em que as construções em causa sofrem uma redução significativa de frequência e passam a ser representadas / interpretadas de forma diferente pelos falantes; e finalmente (iii) a fase de mudança paramétrica, ou de “estabelecimento de parâmetros” (Lightfoot 1991) ou a fase de “catástrofe” para utilizar a designação de René Thom, em que tais construções deixam de ser possíveis, tornando-se agramaticais.

Ora, para se poder concluir que determinada alteração gramatical é apenas um degrau, representa uma reanálise ou é já uma mudança paramétrica é necessária uma base empírica sólida. Por isso, uma tal perspetiva teórica tem ido ao encontro de estudos de matriz sociolinguística, pela consciência de que só dados observados quer em textos antigos (para a pesquisa diacrónica) quer na produção oral ou escrita (numa dada sincronia) que exibam percentagens elevadas podem revelar sinais seguros de alteração da gramática de uma língua.

Embora a perspetiva dominante neste livro não seja nem diacrónica nem sociolinguística, ela baseia-se em estudos conduzidos por diversos autores com uma base empírica sólida.

Assim, o objetivo dos capítulos que se seguem é contribuir para a descrição de vários aspetos sintáticos em três variantes não europeias do português, o Português Brasileiro (PB), o Português de Angola (PA) e o Português de Moçambique (PM), em confronto com o Português Europeu (PE), com base em projetos que envolveram as variedades referidas.

Uma das temáticas que atravessa a parte V do livro é saber se as mudanças observadas se devem a diferentes valores de parâmetros (no sentido de macro ou médio parâmetro) ou se estamos na presença de microparâmetros, no sentido de Kayne (2005).

Nos capítulos que se seguem trata-se, na maioria dos casos, de comparar diferenças em pequena escala, tipicamente ligadas a construções relacionadas, entre variedades dialetais da mesma língua e nessa medida estaremos quase sempre perante casos de variação microparamétrica.²

Note-se igualmente que, nas variedades africanas, o português está em contacto com línguas bantu e outras línguas e, por conseguinte, uma questão crucial a explorar é até que ponto certas mudanças são devidas a fatores internos ou se resultam do contacto de línguas. Nos capítulos 23 e 24 abordaremos essa questão trazendo à discussão alguns dados de línguas bantu.

Assim, o capítulo 21 mostra algumas áreas de variação sintática entre o PE e o PB e implicações para o ensino/aprendizagem do Português Língua Estrangeira (PLE).

O capítulo 22 estuda a posição do advérbio *sempre* e a estrutura de frase em duas variantes do português, o PE e o PB.

O capítulo 23 analisa a expressão do objeto indireto e as construções ditransitivas no PA e no PM.

E o capítulo 24 analisa as relativas de genitivo no PE e no PM.

- 1 Usarei parte de Brito (1999).
- 2 Note-se que no capítulo 9 já se analisou um caso de microvariação relacionada com possessivos, aliás iniciada por Castro & Costa (2002, 2003) e Miguel (2002a).

21 — ÁREAS DE VARIAÇÃO SINTÁTICA ENTRE O PORTUGUÊS EUROPEU E O PORTUGUÊS BRASILEIRO E IMPLICAÇÕES PARA O ENSINO/APRENDIZAGEM DO PLÉ ¹

Neste capítulo analisam-se algumas áreas de variação sintática em português a partir de duas variedades relativamente estáveis, o PE e PB. Assim, depois de uma breve introdução (21.1), no ponto 21.2. referem-se fenómenos de morfologia verbal, a expressão do sujeito, o sistema pronominal, a ordem de palavras, a expressão do objeto indireto, as orações relativas e alguns fenómenos no SN; no ponto 21.3. tiram-se algumas implicações no que diz respeito ao ensino de Português Língua Estrangeira (PLE).

21.1 — INTRODUÇÃO

Como resultado de uma forte expansão no mundo ao longo de vários séculos, o português tornou-se uma língua pluricêntrica, uma das mais faladas no mundo, a mais falada no hemisfério sul e uma língua usada em todos os continentes.

O interesse pela aprendizagem do português é crescente e assiste-se em vários países africanos de língua oficial portuguesa, Angola, Moçambique e São Tomé e Príncipe, em particular, a uma crescente nativização (vejam-se os dados dos mais recentes censos nestes países).²

Porém, enquanto no conjunto das variedades nacionais do português, há duas bastantes estáveis, o PE e o PB, há outras ainda em emergência, ainda em formação, como é o caso do PA do PM, para além das variedades do português em países com crioulos, como é o caso de Cabo Verde, de São Tomé e Príncipe e da Guiné-Bissau.

Esta circunstância coloca problemas ao ensino do Português como Língua Estrangeira (PLE): que variedade escolher? Que norma tomar como ponto de referência em sala de aula?

Neste texto, proponho-me analisar algumas áreas de variação sintática em português em duas variedades relativamente estáveis, o PE e o PB, e refletir sobre o modo como o ensino do PLE deve encarar essa variação.

21.2 ——— ALGUMAS PROPRIEDADES GRAMATICAIS DISTINTIVAS ENTRE PE E PB

21.2.1 ——— Morfologia verbal, expressão do sujeito, concordância, sistema pronominal e ordem de palavras em PE

Sendo uma língua novilatina, o português dá os primeiros sinais de individualidade no léxico a partir do século VI, só se estabilizando entre os séculos XII e XVI. No longo processo de mudança operada, o português perde a flexão casual nos sintagmas nominais, sendo as funções sintáticas dos constituintes na frase dadas pela ordem de palavras, pelos artigos nas expressões nominais e pela presença de preposições variadas, algumas verdadeiras categorias lexicais, outras apenas marcas de caso. (cf. Mota 2008)

Sendo uma língua flexional e de morfologia verbal rica, o português é marcado positivamente em relação ao parâmetro do sujeito nulo, exibindo sujeitos pronominais nulos, principalmente de 1ª e 2ª pessoas, recuperáveis pelos morfemas de pessoa e número do verbo, como em (1):³

- (1) (a) Telefonei aos teus amigos.
(b) Vieste tarde.

Quando se trata de pronomes nulos de 3ª pessoa o sujeito nulo é muitas vezes ambíguo, como no exemplo (1c), onde pode ser interpretado como *eu, ela* ou *ela*:

- (c) Cantava muito naquele verão.

Como consequência desta marcação positiva, a língua tem sujeitos nulos expletivos ou não argumentais (2a, 2b), comporta um *se* nominativo, impessoal ou indeterminado (3a, 3b), podendo ainda usar-se uma forma plural do verbo para indicar que o sujeito nulo é arbitrário (equivalente a ‘alguém’ e não exatamente a um “eles” específico), como em (3c):

- (2) (a) Há barulho na rua.
(b) Choveu muito esta noite.
(3) (a) Come-se bem em Portugal.
(b) Diz-se que vai haver eleições.
(c) Dizem que vai haver eleições.

Sendo uma língua flexional, há inúmeros casos de concordância; um desses processos manifesta-se na relação entre sujeito e predicado (vejam-se, entre outros, os exemplos (1)).

A concordância verbal rica e a natureza de sujeito nulo do português são, certamente, duas das razões da existência do Infinitivo Flexionado, mas não as únicas, já que há outras línguas

românicas de flexão rica e de sujeito nulo mas que não têm esta forma verbal (sobre Infinitivo Flexionado ler Raposo (1987), Barbosa & Raposo (2013), entre outros). Vejam-se os seguintes exemplos de subordinação completiva (4) e de subordinação adverbial (5):

- (4) (a) Os estudantes lamentam os professores terem saído tão cedo.
 (b) Os estudantes lamentam terem os professores saído tão cedo.⁴
- (5) (a) Antes de os pais saberem, já os amigos tinham espalhado a novidade.
 (b) Fiz um bolo para eles comerem ao lanche.
 (c) Preparei tudo a fim de podermos ir ao cinema à noite.

O português tem um sistema pronominal diversificado, marcado por vários fatores: pelo caso (veja-se a diferença entre *eu, me, mim, migo*, respetivamente nominativo, acusativo / dativo, oblíquo do pronome de 1ª pessoa do singular)⁵, pela natureza clítica e não clítica dos pronomes pessoais e pela existência de três padrões de colocação de clíticos.

Assim, às formas fortes / não clíticas *eu, tu, ele, ela, nós, vós, eles, elas, migo, tigo, sigo, nosco, vosco*, juntam-se as formas clíticas *o, a, os, as, me, te, se, nos, vos* (sabendo que *o, a, os, as*, podem tomar as formas *lo, la, los, las, no, na, nos, nas*, em função do contexto fonético).

É bem conhecido que o PE tem três padrões de colocação de pronomes clíticos:

- a ênclise, como em orações afirmativas não marcadas (6a), coordenadas (6b) e em orações subordinadas infinitivas (6c).⁶

(6) (a) Eu vi-o hoje.
 (b) Eu vi-o e cumprimentei-o.
 (c) Eu consegui cumprimentá-lo.
 - a próclise (em orações negativas (7a), interrogativas parciais com os pronomes interrogativos em primeira posição (7b), em subordinadas finitas (7c), em construções com complementadores negativos, como é o caso de *sem* (7d), em expressões com advérbios focalizadores como *até* (7e), quando certas expressões quantificacionais antecedem o pronome (7f), em certas anteposições que resultam em focalização (7g) (cf. Mateus *et al.* (2003, pp. 853-856):
- (7) (a) Não o vi hoje.
 (b) Onde é que o viste?
 (c) Eu disse que o vi hoje.
 (d) Eu saí sem o ver.
 (e) Até nós o vimos.

(f) Tudo a aborrece.

(g) Dele se sabe pouca coisa.

- a mesóclise, apenas presente no futuro e no condicional e relacionada com a forma como tais formas verbais se formaram na história do Português, com a presença de perífrases verbais do tipo *scribere habere* em que as formas do verbo *habere* acabaram por se tornar morfemas / desinências verbais:⁷

(8) (a) eu escrever-lhe-ei

(b) eu escrever-lhe-ia

No sistema dos clíticos, deve assinalar-se o clítico *o*, com dois valores claros: o de pronome de 3ª pessoa singular no masculino, como em (9):

(9) Comprei um livro e li-o no fim de semana.

E o valor de clítico predicativo, que Matos (1985) designa “clítico verbal demonstrativo”, como em exemplos como os seguintes (tirados da obra referida, p. 2):

(10) (a) O Pedro é um homem honesto porque a mãe o obrigou a sê-lo.

(b) Feliz, a Maria só pode sê-lo quando encontrar o homem da sua vida.

(c) O assunto é com o João e sempre o foi.

(d) O Pedro comprou todos os artigos expostos e a Maria disse-o a toda a gente.

Em todos os exemplos, este pronome *o* é substituível pelo demonstrativo *isso*, representando um conteúdo predicativo e por vezes mesmo uma oração, pelo que alguns autores o designam também “proposicional”.

Passemos agora à ordem de palavras em português, um tema extenso e complexo, de que aqui só daremos uma visão muito breve.

O português é uma língua com uma ordem de palavras relativamente fixa (se a compararmos com o latim, língua de casos), com um padrão de ordem básica SVO (11b):

(11) (a) O que é que aconteceu?⁸

(b) O jornalista trouxe a notícia.

O facto de o português ser uma língua em que “o constituinte que denota a entidade acerca da qual se fala desempenha a função de sujeito” faz desta língua uma “língua de proeminência do sujeito”, uma noção de Li & Thompson (1976) (cf. Duarte 2013, p. 404).

Isso não quer dizer que a frase não possa exibir outros padrões de ordem de palavras. A ordem V S em PE é típica de frases apresentativas, quando toda a informação veiculada é nova, quer

com Vs inergativos como *trabalhar* (12b) quer com Vs inacusativos, como *chegar*, em (13b) ou construções passivas (14b):⁹

- (12) (a) Muitos operários trabalharam.
 (b) Trabalharam muitos operários.
- (13) (a) Os estudantes chegaram.
 (b) Chegaram os estudantes.
- (14) (a) Os traficantes foram presos.
 (b) Foram presos os traficantes.

A ordem V S surge muitas vezes em PE como resposta a frases em que o foco da interrogação recai sobre o sujeito:

- (15) (a) P. Quem trabalhou? R. Trabalhou o João.
 (b) P. Quem chegou? R. Chegou o João.

O PE exhibe igualmente sujeitos “deslocados à direita” (Duarte & Figueiredo Silva 2016, p. 243):

- (16) Comem muito chocolate, essas crianças.

Por seu lado, os exemplos seguintes, de Duarte (2013, pp. 401, 404) ilustram construções de tópico marcado, em que um SN que coincide com o OD em (17a) e um SPREP OI em (17b) ocupam a primeira posição na frase:

- (17) (a) A viagem ao México, nós só a concretizámos nas férias passadas.
 (b) A mim, os serviços ainda não enviaram a convocatória.

Como já se percebeu, em PE, a informação conhecida ocupa preferencialmente a posição à esquerda, enquanto o foco, a informação nova, ocupa tipicamente uma posição à direita. Veremos adiante que em PB nem sempre é assim quanto a esta segunda propriedade.¹⁰

21.2.2 — Morfologia verbal, expressão do sujeito, concordância, sistema pronominal e ordem de palavras em PB

E no PB? Como se exprime o sujeito pronominal, como se realizam e ordenam os pronomes? Como se organiza a frase?

Como escreve Mattos e Silva (2013, p. 145): “Inicialmente levado para os novos territórios no início do século XVI, o português europeu (PE), língua do colonizador – e língua do poder e do prestígio social – entrou em contacto, no decurso do tempo, com as numerosas línguas indígenas brasileiras, as diferentes línguas africanas chegadas pelo tráfico negreiro e as muitas línguas europeias e não europeias, faladas pelos que, mais tardiamente, emigraram para o Brasil, sobretudo a partir de meados do século XIX. Esse contacto foi configurando, através de uma história longa

e complexa, o que é atualmente a variedade brasileira da língua portuguesa (PB) (.).¹¹

Mas falar do PB é falar de uma variedade extremamente heterogênea, dada a imensidão do país e dada a sua complexidade social; trata-se, com efeito, de uma variedade em que coexistem fortes distinções sociais, para além da variação geográfica, coexistindo no país “gramáticas em competição”: uma gramática que caracteriza a chamada “norma culta”, usada pelas classes mais escolarizadas em diversas cidades brasileiras, e a gramática do PB oral, vernacular, usada pelas classes sociais mais desfavorecidas.

Em consequência, é sempre difícil descrever o PB. De qualquer modo, os estudos realizados nas últimas décadas, nomeadamente os ligados ao projeto NURC (“Norma Urbana Culta”)¹² permitem-nos elencar uma série de propriedades, que, com algum cuidado, podemos propor como definidoras do PB.

Uma dessas propriedades é, sem dúvida, a redução dos paradigmas flexionais verbais, relativamente ao PE (Galves 1993, Duarte & Figueiredo Silva 2013, Duarte 2020, entre outros), havendo autores que propõem que, na realidade, coexistem mais do que um paradigma verbal: um que ainda conserva a distinção entre cinco formas, um outro que apresenta quatro, por vezes só três formas verbais, usado na oralidade por grande parte da população pouco escolarizada:

PORTUGUÊS EUROPEU	PORTUGUÊS BRASILEIRO
Eu canto	Eu canto
Tu cantas	Você canta
Ele / ela canta	Ele / ela canta
Nós cantamos	Nós cantamos, a gente canta
Vós cantais ¹³ / vocês cantam	Vocês cantam
Eles / elas cantam	Eles / elas cantam

Esta redução é por vezes acompanhada de supressão do *-s* final na 1ª pessoa do plural: *roubamo, sabemos, fazemo*.

Ora, se isto acontece, o PB usa, muito mais do que PE, as formas dos pronomes pessoais sujeito, uma vez que uma mesma forma verbal pode acompanhar três pronomes sujeito distintos, como descrito em (18):

- (18) (a) você canta
 (b) ele canta
 (c) a gente canta

Contudo, o PB continua a usar sujeito nulo não argumental, expletivo, como em (19):

- (19) (a) Está chovendo.
 (b) Parece que vai chover.

Pelo que, ao contrário do PE, língua de sujeito nulo consistente, o PB é considerado língua de sujeito nulo parcial (Roberts & Holmberg 2010, Duarte & Figueiredo Silva 2016, Duarte 2020).

Como sugerido acima, a expressão do sujeito pronominal de 3ª pessoa é regulada por várias condições contextuais.

Assim, nas duas variedades pode haver sujeitos nulos, mesmo de terceira pessoa, em pares pergunta / resposta, como em (20) e sempre que haja um tópico que seja responsável pela identificação do sujeito nulo, como em (21) (Cf. Duarte & Figueiredo Silva 2016, p. 239, de onde são retirados os exemplos):

- (20) E o João_i? [e]_i viajou.
 (21) E o João_i? A Maria disse que [e]_i viajou.

Mas em frases do tipo de (22) parece existirem algumas diferenças entre PE e PB:

- (22) (a) A Maria disse que [e] vai sair
 (b) A Maria disse que ela vai sair.

No PE, o sujeito nulo na completiva é necessariamente correferente do sujeito nulo da oração matriz, como em (22a), sendo preferencialmente disjuncto o pronome expesso, como em (22b). No entanto, os falantes do PB admitem a correferência com sujeito expesso (cf. Duarte e Figueiredo Silva 2016, p. 240).

Outra diferença entre PE e PB relaciona-se com construções impessoais. Vimos acima que o PE exprime o sujeito indeterminado de várias maneiras, sendo uma delas através do pronome clítico *se*. Ora no PB este *se* impessoal, tal como outras formas clíticas, está em perda e por isso surgem alternativas; uma delas é a ilustrada em (23a), onde a posição de sujeito é ocupada pelo advérbio locativo *aquí*; outra possibilidade é a ausência de sujeito, como em (23b), com interpretação genérica:

- (23) (a) Aquí vende sapato (Duarte & Figueiredo Silva 2016, p. 242).
 (b) Nos nossos dias, não usa mais saia. (Galves 2019, p. 139)

Como já se percebe, há contrastes no sistema pronominal e nas formas de tratamento em PE e em PB.

Como vimos acima, o PE tem seis pronomes sujeito (*eu, tu, ele, nós, vós, eles*), estando o *vós* em desuso. Quanto ao *ocê* e ao *ocês* tais formas entraram no sistema do PE, sendo usados como formas de tratamento (ver Duarte (2010), numa perspectiva de ensino em Li).

O PB só usa o *tu* em certas regiões, sobretudo no Rio Grande do Sul, tendo o *ocê* praticamente suplantado o *tu* como pronome de 2ª pessoa singular; o *nós* coexiste com *a gente*; e o *si* e o *consigo* são praticamente inexistentes (para um estudo detalhado ver Duarte 2020, pp. 2736-2739).

Em PB tem vindo a ocorrer queda dos clíticos, em particular a queda do clítico acusativo de 3ª pessoa *o, a, os, as* e do chamado clítico proposicional ou predicativo *o*, a que acima fizemos referência. Tal desaparecimento pode dar origem a dois tipos de construção:

- (i) – a construção de objeto nulo em muito mais contextos sintáticos do que aqueles que ocorrem no PE:
 - (24) (a) Eu não sei como as pessoas conseguem ouvir o João no telefone. Às vezes eu estou ao lado dela e não vou escutando [-] (Tarallo 1989).
 - (b) Conte aquela piada nova para o João. Você já contou [-] para ele?
 - (c) O Pedro disse que vai passar no teste. Eu acho [-] difícil. (Lucchesi & Lobo 1996, p. 307)
- (ii) – utilização de pronomes de 3ª pessoa com a forma forte *ele/ela* em posição de complemento, embora tal ocorrência seja ainda uma forma estigmatizada pelas classes mais escolarizadas:
 - (25) (a) A Paula está vindo; eu já chamei ela (Lucchesi & Lobo 1996, p. 307).
 - (b) Ela viu eles na procissão. (Duarte 2020, p. 2737)

Quanto à ordem dos clíticos, o PB começa a evidenciar, a partir da segunda metade do século XIX, perda de ênclise para se fixar quase exclusivamente na próclise, como os exemplos seguintes ilustram:

- (26) (a) Me dá um livro.
- (b) Eu lembro a primeira vez que eu fui a Paris; eu me comovia tanto em chegar, entrar numa rua e puxa! essa rua tem a editora de livros não sei quê... (Duarte 2020, p. 2760).
- (c) Me fugiu, esqueci o nome dele... foi o melhor fotógrafo que o Rio de Janeiro teve no começo do século. (Duarte 2020, p. 2761).

O PB apresenta por vezes uma tendência de perda de mecanismos de concordância, que se faz sentir ao nível da concordância sujeito e predicado. Scherre & Naro (1998) estudaram

profundamente esse fenômeno, tendo destacado não só a dimensão sociolinguística do problema, como vários fatores linguísticos; entre eles, o aumento da saliência do material fônico na oposição singular/plural dos verbos analisados aumenta as possibilidades de concordância verbal, como os exemplos em (27) evidenciam:¹⁴

- (27) (a) As exigências da criança é muito grande.
 (b) eles ganha demais
 (c) que as coisa tá cara, num dá mesmo
 (d) os meus filhos foram alfabetizado

No que diz respeito à ordem de palavras, há algumas diferenças subtis, que vale a pena notar. Em PB, com Vs inergativos o sujeito posposto deve ser preferencialmente um indefinido, em contextos apresentativos (Duarte & Figueiredo Silva 2016, p. 244):

- (28) (a) Viajou um estranho comigo.
 (b) Telefonou um cliente.

Com Vs inacusativos, a ordem V S encontra-se em frases apresentativas ou quando o sujeito é foco, como na resposta a perguntas do tipo de (29):

- (29) Quem chegou? Chegou o carteiro.

Porém, mesmo quando o sujeito está em foco, a ordem S V pode ser produzida em PB (ao contrário do que é esperado em PE):

- (30) O CARTEIRO chegou.

Em síntese, o padrão de ordem V S é mais restringido nessa variante do que no PE e mesmo quando o sujeito é foco, este pode ser encontrado em primeira posição.

Outra propriedade importante do PB é ser uma “língua de orientação para o tópico”. Isso faz com que muitas frases não exibam a ordem e a estrutura não marcada SVO, mas sim uma estrutura de tópico-comentário (ver capítulo seguinte). Tal ordem pode caracterizar frases com Tópico Pendente, em que o tópico não corresponde a qualquer constituinte do comentário, como em (31):

- (31) (a) O Ayrton Sena, eu acho que não foi nada premeditado não.
 (b) Mas filme, eu gosto de romance mesmo, de comédia.

Ou construções em que o tópico corresponde a um constituinte no comentário, sendo em geral retomado através de um pronome, como em (32):

- (32) (a) A Clarinha, ela cozinha que é uma maravilha.
 (b) Visitas a amigos, esporadicamente eu as faço.

Todos os exemplos são tomados de Duarte 2020, pp. 2770-71. Estamos e ver que o PE e PB se distinguem na morfologia verbal (mais reduzida no PB do que no PE), na expressão do sujeito

pronominal (o PE é uma variante linguística de sujeito nulo consistente, o PB é uma variante de sujeito nulo parcial), no sistema pronominal, caracterizando-se o PB por estar a perder os clíticos de 3ª pessoa; enquanto a concordância SU-V é obrigatória no PE, no PB encontram-se alguns casos de perda da concordância SU-V; o PE é uma variedade de predominância de sujeito, o PB é uma variedade de orientação para o tópico.

21.2.3 — A expressão do dativo e do Objeto Indireto em PE e em PB

Como já acima foi referido, tendo o português perdido os casos nas expressões nominais, as preposições *a, para, em, de*, outras passam a exprimir informações que no latim eram realizadas por casos.

No que diz respeito à expressão do dativo, o PE contemporâneo exibe várias construções, ilustradas em (33), de que se destaca o uso da preposição *a* e o clítico dativo *lhe*, que por vezes aparece redobrado, como em (33c) (cf. capítulo 5 e ainda Brito 2011):

- (33) (a) A Maria deu-lhe um livro.
 (b) A Maria deu um livro ao João.
 (c) A Maria deu-lhe um livro a ele.

No PB, e em relação ao OI, há uma grande variação social e dialetal, mas a grande tendência é o uso da preposição *para* como expressão do Recipiente / Beneficiário, quer com verbos de transferência concreta (*dar, entregar*), quer com verbos de transferência percetual ou cognitiva (*contar, mostrar, ensinar, dizer, explicar*), quer com verbos de transferência direcional (*levar, trazer*) (Gomes 2003).

Assim, os exemplos (34) – (36) são representativos da expressão do OI:

- (34) Conta essa história do seu avô de novo. Você já contou [-] pra ele?
 (35) Eu fui ganhar a chave de casa quando eu tinha dezanove anos, eu conto [-] para todo o mundo. (Duarte 2020, p. 2654)
 (36) Eu ia explicar tudo para ela. (Ramos 1989, p. 91)

Apesar da pressão da escola, que tenta impor a preposição *a*, a preposição *para* (por vezes mesmo escrita *pra, pro*), seguida de SN ou seguida de um pronome oblíquo, é a estratégia mais frequente para exprimir Recipiente / Beneficiário e Destino e a preposição *a* só se encontra em falantes com uma escolarização longa (Gomes 2003). De acordo com Torres Morais & Lima-Salles (2007, p. 3), a variação entre *a* e *para* tende a ser menos frequente com o verbo *dar* como verbo leve, como em (37):

(37) Olha, um conselho que eu dou a você.

Como escreve Duarte (2020, p. 2737): “O clítico dativo *lhe* encontra-se completamente ausente na fala para referência à terceira pessoa” (embora em certas regiões do país possa surgir como referência à segunda pessoa (como em *eu lhe dei a senha*, ao lado de *eu vou te dar a senha / eu vou dar a senha pra você*).

A Construção de Duplo Objeto, sem qualquer preposição, que existe em várias línguas germânicas, em particular o inglês, e em vários crioulos, encontra-se no PB, embora muitíssimo restringida (cf. capítulos 5 e 23). Com efeito, a construção ocorre apenas nalguns dialetos na Zona da Mata, Minas Gerais (Scher 1996) e no dialeto de Goiás (Gomes 2003). Nas comunidades rurais afro-brasileiras do estado da Baía (Cinzento, Helvécia, Rio de Contas e Sapé), foram encontradas produções como (38) e sempre em falantes de baixo nível de escolaridade:

(38) ele vendia compade Jacó porco gordo (Lucchesi & Mello 2009, p. 441)

Lima-Salles (1997) encontrou no PB dialetal falado em Minas Gerais exemplos como (39), em que o OI é um pronome:

(39) Maria deu ele o recado.

Vemos então que em PE a preposição *a*, além dos pronomes *me*, *te*, *lhe*, *nos*, *vos*, *lhes*, exprime o OI, o dativo. Em PB a preposição *a* está em perda, preferindo-se *para*, *pra* como introdutora do OI; a perda do dativo *lhe* também se faz notar. A Construção de Duplo Objeto, como forma de exprimir uma construção ditransitiva, é muitíssimo limitada no PB, tanto social como geograficamente.

21.2.4 — Orações relativas no PE e no PB

Passemos agora a uma outra área de mudança, a expressão de orações relativas com antecedente. Os exemplos seguintes são representativos da norma europeia (Brito & Duarte 2003, p. 663) (ver ainda cap. 16):

- (40) (a) Os chapéus que estavam no armário desapareceram.
 (b) O livro que li nas férias ganhou um prémio.
 (c) O homem de que/quem tu me falaste está a chorar.
 (d) O cão a que fizeste festas fugiu.
 (e) O miúdo a quem tu deste uma prenda telefonou.
 (f) Vê-se o mar da casa onde vivemos.
 (g) Passo assim os dias em que estou em casa.

Vale a pena recordar as regras fundamentais que subjazem a esta construção: a oração subordinada relativa, encaixada num SN

/ SDET da frase matriz, contém um “gap”, uma categoria vazia, que corresponde a um dos argumentos do seu predicado verbal (veja-se, em relação ao exemplo (40c), *tu falaste de alguém / de que/quem*):

(41) ... [SN_i [Oração relativa constituinte relativo_i ... [vi] ...]]...

A oração relativa é iniciada, na sua periferia esquerda, pelo argumento do verbo, que foi deslocado para essa posição sob a forma de uma expressão nominal ou de um SPREP contendo o morfema relativo (*que, em que, de que/quem, a que*, etc...); há mecanismos de ligação que permitem que interpretemos a expressão nominal à esquerda do pronome relativo como o seu antecedente, mais ou menos da seguinte maneira: por exemplo em relação a (40c): *existe um homem; tu falaste-me desse homem e esse homem está a chorar*.

Vemos que um dos mecanismos sintáticos fundamentais é o chamado Movimento Q ou o movimento do operador relativo para a periferia esquerda da oração. E se na construção existe um SPREP como argumento do V da relativa, é esse SPREP que deve deslocar-se por inteiro para essa posição periférica.

Na verdade, mesmo na variante do PE há alguns desvios em relação à descrição que acabo de fazer. Peres & Mória (1995), Alexandre (2000), Veloso (2013) e Mito & Lobo (2016), entre outros, estudaram dois tipos de desvio: as relativas cortadoras e as relativas resuntivas. Em (42) temos dois exemplos de relativas cortadoras, apresentados por Alexandre (2000), em que as preposições *a* em (42a) e *em* em (42b) são suprimidas:

(42) (a) “(...) é uma arte que eu dou muito valor.”

(b) “Passo assim os dias que estou em casa.”

Vários trabalhos têm mostrado que são as preposições mais leves, como *em, a, de*, que tendem a ser suprimidas em orações relativas, sobretudo no oral e em registos escritos menos vigiados (cf. Arim, Ramilo & Freitas 2005, Santos 2014, entre outros)¹⁵. Embora a produção de relativas cortadoras pareça estar a acentuar-se nas últimas décadas, o fenómeno não é inteiramente novo, como Costa (2004) mostrou, ao revelar um exemplo de um documento do século XV, em que a preposição *em* está ausente; compare-se (43) com *em tempo em que era seu tetor...*:

(43) “em tempo que era seu tetor Joham afonso all/uernaz seu tióó” (*apud* Costa 2004, p. 413).¹⁶

Por seu lado, existe ainda a possibilidade de usar no interior da relativa um pronome, interpretado como correferente do antecedente; são as relativas resuntivas ou com pronome lembrete, designação muito usada no Brasil.

Em (44) temos dois exemplos de relativas resuntivas, apresentados em Alexandre (2000), já referidos no cap. 16:

- (44) (a) "Temos lá, no meu ano, rapazes que *eles* parecem atrasados mentais, quer dizer..." (*Projeto Português Fundamental, apud Alexandre 2000*)
 (b) "... há certas coisas que não *as* compreendo" (*Projeto Português Fundamental, apud Alexandre 2000*)

Quer as relativas cortadoras quer as relativas resuntivas não são ensinadas nas escolas precisamente por não serem consideradas como pertencentes à norma culta.¹⁷

Ora no PB estas construções parecem ser mais frequentes e produtivas do que no PE. Tarallo (1983) chegou mesmo a considerar estas duas construções como mais um sinal da deriva do PB e do seu afastamento em relação ao PE. Como dissemos acima, a análise do PE permite considerar que este fenómeno não é tão recente e inovador como Tarallo pensou. De qualquer modo, os exemplos do PB são abundantes e significativos e têm sido objeto de inúmeros estudos (Kato 1993, Kenedy 2005, Kato & Nunes 2009, Ribeiro 2009, Figueiredo Silva 2019), entre outros.

Lembremos alguns exemplos de relativas cortadoras do PB apresentadas por Tarallo (1983):

- (45) (a) Nova Iorque é uma cidade que você respira Gershwin.
 (b) Uma mulher que nós batemos na porta.

Kenedy (2005), com base num estudo empírico, propôs que a estratégia de movimento de SPREPs em relativas é "antinatural", sendo tal construção adquirida apenas através da escolarização, uma tese que tem algo de polémico, já que em interrogativas parciais os falantes não parecem ter dificuldades em mover SPREPs desde cedo: *De quem é este livro? Para onde vais?*

Lembremos agora alguns exemplos de relativas resuntivas do PB:¹⁸

- (46) (a) Eu tenho uma amiga que ela é muito engraçada.
 (Figueiredo Silva 2019, p. 294)
 (b) O vestido que saí com ele ontem está sujo. (Luchesi & Lobo 1996, p. 309)

Independentemente de uma análise sintática fina que não é nosso objetivo aqui realizar, importa referir que Kato (1993) e Kato & Nunes (2009) consideram que as relativas cortadoras e as relativas resuntivas do PB não podem ser vistas fora de tendências de construção das chamadas construções de deslocação à esquerda, onde o uso de pronomes fortes é uma possibilidade, como ilustrado em (47b, c):¹⁹

- (47) (a) Esse livro, ele é muito bom.
 (b) Esse livro, eu comprei ele ontem.

(c) Esse livro, eu estava precisando dele ontem.²⁰

Sumariando, para além das relativas padrão, tanto o PE como o PB exibem relativas cortadoras e relativas resuntivas; no entanto, sobretudo a segunda construção é muito mais produtiva no PB do que no PE. No caso do PB, a sintaxe dessa construção não parece poder desligar-se de mudanças operadas no sistema pronominal e na ordem de palavras.

21.2.5 — Certos fenômenos no SN

Entre o PE e o PB há certos contrastes no que diz respeito à construção do SN / SDET.

O uso de possessivos sem artigo nesta segunda variante é uma das propriedades relevantes (Neves 1993, Brito 2001c, Brito & Lopes 2016, p. 259):

(48) (a) Nosso final de semana foi maravilhoso.

(b) Minha mala sumiu.

Como vários estudos têm mostrado (Castro 2005, Rinke 2010), tal não deve justificar-se por uma natureza distinta ou por uma diferente posição do possessivo quando isolado e quando combinado com artigo, mas sim a uma tendência do PB de queda do artigo definido, que não pode deixar de ser relacionada com o uso de nomes simples a que vou referir-me mais adiante. Ver ainda capítulo 9.

Outro fenômeno muito importante do PB oral e vernacular é uma tendência de perda da regra de concordância entre artigos / determinantes e nomes, ao contrário do que acontece no PE, que é caracterizado por uma regra de concordância uniforme em todos os constituintes do SN, como em (49):

(49) todos os / estes teus bons amigos (Menuzzi 1994, Brito & Lopes 2016, p. 265)

Assim, o PB pode exibir os padrões em (50a, b, c):

(50) (a) todos os meus amigo

(b) as minha(s) amiga

(c) as amiga

(d) * o alunos novos

Sherre & Naro (1998: 4) observaram “que recebem mais marcas de plural explícitas todos os elementos nominais determinantes antepostos ao elemento nominal determinado ou núcleo (...) e recebem menos marcas explícitas de plural todos os elementos nominais determinantes pospostos ao núcleo.”

Tem havido alguma controvérsia em relação a estes dados; assumirei aqui a ideia de Menuzzi (1994) segundo a qual, se o

número é expresso apenas no DET, o SN/SDET é gramatical no PB; se o número for especificado apenas no N e nos modificadores e não no DET a construção é agramatical (cf. 50d). (Cf. Brito & Lopes 2016, pp. 266-267, de onde são tirados alguns exemplos).

Relacionado com tudo isto está o uso de nomes simples no PE e no PB (sobre o PE ver uma breve referência no cap. 7).

O PE admite facilmente nomes simples com nomes massivos singulares (51a) ou nomes plurais com nomes contáveis (51b) como argumentos verbais:

(51) (a) Bebo água às refeições.

(b) Gosto de morangos.

Sendo agramatical o uso de nomes contáveis singulares como argumento interno do V (52):

(52) (a) * Li livro nas férias.

(b) * Encontrámos amigo no cinema.

No PB o uso de nomes simples singulares como argumento interno é possível com a leitura existencial, como em (53); e como argumento externo com interpretação genérica, como em (54):

(53) (a) Tem carro aí.

(b) Ontem eu comprei livro no shopping.

(54) (a) Camarão é crustáceo.

(b) Elefante come amendoim.

A análise destes casos tem levado a inúmeras análises. O mais relevante é chamar a atenção para o facto de o PB admitir nomes contáveis no singular como argumento interno e com interpretação existencial (53), além de admitir nomes singulares com interpretação genérica em posição de sujeito (54) (cf. Brito & Lopes 2016, p. 269, entre outros). Pelo contrário, o PE não admite nomes contáveis singulares com interpretação existencial como argumento interno do V, como é visível em (52).

Em conclusão, e no que diz respeito ao SN / SDET, o PE marca tal categoria com um sistema de morfologia de número uniforme; combina tipicamente artigo definido e possessivo; usa nomes simples singulares e plurais em certos contextos mas nunca usa nomes contáveis singulares em posição de argumento interno do V.

Distinguindo-se do PE, o PB tem um sistema não uniforme de morfologia do plural, usa frequentemente possessivo sem artigo e, para além de outros contextos em que ocorrem nomes simples, admite nomes simples contáveis singulares em posição de argumento interno do V.

21.3 ————— REPERCUSSÕES PARA O ENSINO/APRENDIZAGEM DE PLE

Acabámos de estudar algumas áreas de variação sintática entre o PE e o PB, que nos permitiram perceber que as duas variantes se distinguem em vários fenómenos gramaticais: no sistema pronominal, na expressão do sujeito, na morfologia verbal, na colocação dos pronomes, na expressão do Objeto Indireto, na estrutura da oração e na ordem de palavras, nas orações relativas, no uso do artigo definido em diversos tipos de contextos, entre outros temas gramaticais.

Os fenómenos apresentados justificam, por isso, uma reflexão sobre o ensino de PLE. Deverá ser a variedade europeia a única variedade norteadora no ensino de PLE? E se, numa universidade, o leitor de Língua Portuguesa for de nacionalidade brasileira?

Como escreve Isabel Margarida Duarte, “é frequente, numa mesma Universidade, haver docentes que falam a variedade portuguesa e outros a brasileira, haver estudantes cujo primeiro contacto de aprendizagem foi com uma delas e outros que conheceram, em primeiro lugar, a outra. A situação complica-se em Universidades onde haja, também, docentes vindos de Angola ou de Moçambique, por exemplo, como em certos países de África. E mais complexa será visto que, nesse continente, há cada vez mais falantes que usam o português como a respetiva língua materna.” (Duarte 2016, p. 217).

Nestas circunstâncias, um docente de português, embora deva ter sempre como ponto de referência, no ensino dessa língua como língua estrangeira, as variantes padrão - a variante padrão do PE e a variedade padrão do PB - deve estar aberto a fenómenos de variação e micro-variação, quer ao nível da construção da frase, quer ao nível da construção do SN / SDET, do sistema pronominal, das formas de tratamento, entre outros fenómenos aqui referidos.

Como escreve de novo Isabel Margarida Duarte, “o que parece sensato (...) é que o docente ensine a sua variedade de origem (...) procurando, sempre que possível, referir características de outras variedades, e expondo, dentro da medida da sensatez, as diferenças notórias entre elas” (*idem*, pp. 217-8).

Costa (2018) vai mais longe na sua recomendação em usar fenómenos de variação em aula de PLE. Embora reconheça que “numa perspetiva tradicional de ensino da(s) língua(s), a variedade linguística que é objeto de ensino é, por regra, exclusivamente a norma”, há “contextos [diversos] de aquisição e de aprendizagem de segundas línguas que são (...) permeáveis à variação linguística.”

E escreve: “Para o desenvolvimento de níveis superiores de proficiência comunicativa [em PLE], é crucial promover a consciência linguística da variação geográfica, social e situacional. As aprendizagens linguísticas a desenvolver devem, para isso, ter em consideração a complexidade de «regras variáveis.»” (p. 147) A autora desenvolve a este propósito uma oficina gramatical de modo a construir um percurso de consciencialização do funcionamento de pronomes átonos (pp. 150-152).

21.4 ————— NOTA CONCLUSIVA

Com este texto penso ter mostrado que as áreas de variação sintática aqui referidas são suficientemente importantes para que figurem como matéria de reflexão e discussão em aulas de PLE, sobretudo se se pretende atingir níveis superiores de proficiência comunicativa. A elaboração de oficinas gramaticais a partir de alguns dos temas aqui aflorados afigura-se como uma metodologia enriquecedora. Devendo a aula de língua estar aberta aos usos e à reflexão gramatical, então os docentes de Português devem estar preparados para tratarem em sala de aula estes e outros fenómenos de variação entre as suas duas variantes mais estáveis, o PE e o PB.

- 1 O capítulo parte de Brito (2022e). Agradeço aos editores da *Revista Cadernos de PLE. Estudos Variacionistas e Aplicados em Língua Não Materna*, professores Paulo Osório e Maria de Lurdes Moutinho a permissão para a reprodução do texto.
- 2 Em Angola, num total de 25, 7 milhões de pessoas, de acordo com Censo de 2014, praticamente 70% tem o Português como L2; ver, entre outros, <https://blogs.opovo.com.br/girolusofono/2016/05/30/lingua-portuguesa-e-falada-por-71-dos-angolanos-aponta-censo/> Em Moçambique quase 50% da população “sabe Português”, de acordo com o Censo de 2017 (isto é, 10,535,90 de pessoas respondem “sabe Português”, para 11,707,468 que respondem “não sabe Português”) <http://www.ine.gov.mz/iv-rgph-2017/mocambique/08-lingua/quadro-24-populacao-de-5-anos-e-mais-por-condicao-de-conhecimento-da-lingua-portuguesa-e-sexo-segundo-area-de-residencia-e-idade-mocambique-2017.xlsx/view> Em S. Tomé e Príncipe, mais de 90% da população tem o português como língua materna (170,309 num total de 187,356 de falantes em 2012). (Cf. Gonçalves & Hagemeyer 2015).
- 3 No PE e noutras línguas de sujeito nulo, o sujeito é pro, um pronome nulo, mas com traços de pessoa e número que desencadeiam a concordância com o V. Para uma discussão ver, em particular, Lobo (2013), Duarte & Figueiredo Silva (2016), Duarte (2020), entre outros.

- 4 Como Raposo (1987) notou, neste tipo de contexto pode operar a “inversão AUX-SNSU”, como no exemplo (4b), que o autor analisa como resultado de subida do Aux para um COMP nulo. Sobre esta questão ver o trabalho do autor e ainda Barbosa & Raposo (2013). Ver ainda capítulo 15.
- 5 Na terceira pessoa há distinção entre acusativo (*o, a, os, as*) e dativo (*lhe, lhes*).
- 6 Pode haver subida de clítico em construções de reestruturação como em (i) Eu quero-te ver *vs* Eu quero ver-te; e em combinações com auxiliares: (ii) Eu estava-te a ver *vs* Eu estava a ver-te. Por limites do trabalho, não focaremos aqui esses padrões de colocação de clíticos.
- 7 Ver, entre outros, Martins (2013, p. 2241). Além destes três padrões de colocação de clíticos, existe ainda a interpolação, um padrão conservador, que por essa razão nem costuma ser referido em aulas de PLE; trata-se da possibilidade de certas palavras, como o advérbio *não*, se interpor entre o clítico e o verbo: (i) “Por isso mesmo, não perdoava que o Jaime, tão lúcido, *o não poupasse* ao espectáculo desse pavor” (Martins 2013, p. 2294).
- 8 O teste P / R com “O que aconteceu?” e uma resposta em que toda a informação é nova é usado para perceber a ordem básica.
- 9 O termo “inversão de sujeito” surge muitas vezes para dar conta da ordem V S; note-se que a “inversão de sujeito” tanto pode ser obtida por movimento do V para a esquerda do sujeito (como em 12b) como por uma construção em que o sujeito seja basicamente engendrado, como é o caso das construções inacusativas (13b) e (14b). Sobre inversão de sujeito ver ainda o capítulo seguinte.
- 10 Por uma questão de limite da investigação não trataremos aqui da sintaxe das interrogativas, nem globais nem parciais. Também não discutimos a sintaxe da negação.
- 11 Mattos e Silva escrevia a seguir que tal variedade era falada por 170 milhões de pessoas, mas o último censo (2019) dá conta de 211 milhões de pessoas.
- 12 O Projeto, iniciado nos anos 80 do século XX e que se prolonga até à atualidade, está neste momento localizado na USP.
- 13 A forma *vós* de 2ª pessoa do plural é motivo de alguma polémica no PE, pois, se há alguns autores que consideram este pronome extinto, ele é ainda usado por alguns falantes mais conservadores, geralmente do norte de Portugal (ver, entre outros, Duarte 2010).
- 14 Maciel (2020) analisou a concordância SU-V com base em inquéritos e entrevistas conduzidas em Goiás, na zona de Brasília, capital federal do Brasil. A sua análise corrobora algumas conclusões anteriores: a ausência do morfema verbal de 1ª e 3ª pessoas do plural ocorre em contextos com sujeito posposto ao verbo; com verbos com menor saliência fônica; com maior distância SU-V; tendencialmente em frases com verbos inacusativos; com sujeitos com marca de plural apenas no determinante; e em frases com sujeitos realizados. O fator escolaridade foi o mais relevante entre os fatores extralinguísticos estudados, pois os morfemas explícitos de plural aumentam na mesma proporção dos anos de ensino.
- 15 No quadro do *Projeto Perfil Sociolinguístico da Fala Bracarense* (PSFB), Santos (2014) encontrou inúmeros casos de relativas cortadoras, que atingem principalmente a preposição *de* e o seu estudo permitiu mostrar alguma influência da variável escolaridade na produção desta estratégia.
- 16 Menezes (2021) analisou as orações relativas num *corpus* constituído por 116 cartas escritas de e para Floresta, cidade brasileira, desde o século XIX até ao século XXI (mais especificamente de 1823 a 2007) e notou a prevalência do *que* relativizador, especialmente a partir

do final dos anos de 1970. Notou que as orações relativas cortadoras surgem apenas a partir de 1910, desaparecem na década de 1960 e tendem a estabilizar-se nos anos de 1980, quando a cidade de Floresta tem escolas diversas e os seus habitantes já frequentam universidades. Quer dizer, em registo escrito epistolar, não se confirma que as relativas cortadoras surjam associadas a falantes com menos escolaridade. No corpus referido as relativas resuntivas surgem em número insignificante.

- 17 Tendência contrária às cortadoras consiste na inserção (indevida) de preposição. Peres & Mória (1995) dão exemplos como estes, todos do oral e recolhidos em programas de rádio ou TV: (i) “Eu gostaria de colocar uma pergunta ao doutor Gilberto Madaíl, de quem admiro muito, que era...” (*Livre e Direto* RDP); (ii) “É um investimento, em que nós estamos muito satisfeitos por ter feito”; (iii) “Há uma coisa com que eu discordo”.
- 18 O facto de em ambas as variantes haver casos de relativas resuntivas em que não há violação de subjacência mostra que a resuntividade, isto é, o aparecimento de pronomes em posição que poderia ser um *gap*, não é uma estratégia para salvar a construção quando o movimento é agramatical, como notam Mioto & Lobo (2016, p. 282).
- 19 Relacionando relativas e deslocação à esquerda, Kato (1993) defendia que a forma *que* é um pronome relativo; em Kato & Nunes (2009) é considerado um determinante relativo que pode ser gerado numa posição de deslocação à esquerda, onde recebe caso por defeito. Se o *que* for gerado numa posição argumental, gera uma oração relativa *standard* e gramatical, como em (i): (i) aquela pessoa que – comprou o livro, Onde há *pied piping* de SPREP há efeitos de “ilha”, explicando a agramaticalidade de (ii): (ii) *o livro de que você falou com um aluno está precisando [-]. Por contraste, se o *que* for gerado numa posição de deslocação à esquerda obteremos relativas gramaticais, sem efeitos de ilha e sem *pied piping* (iii) e (iv): (iii) Este é o livro que eu entrevistei a pessoa que escreveu [-] (pro). (iv) Este é o livro que você estava precisando [-] (pro). Estes contrastes levam os autores a afirmar que o fenómeno de relativas cortadoras é lexicalmente muito condicionado; quer dizer, os predicados verbais que legitimam relativas cortadoras atribuem caso inerente e a categoria vazia encontrada nas relativas é um pro nulo e não um vestígio / variável.
- 20 Kato & Nunes (2009) mostram que a deslocação à esquerda é possível em PB em contextos impossíveis em PE. Assim, consideram que os exemplos seguintes são gramaticais nessa variante: (i) Esse livro, eu entrevistei a pessoa que escreveu [-]. (ii) Esse livro, eu falei com um aluno que estava precisando [-] ontem. Tais exemplos são algo surpreendentes para um falante do PE, pois eles contêm uma “ilha forte”, uma barreira ao movimento, um nó fronteira para a condição de Subjacência (o SN complexo de onde é extraído *esse livro*, por topicalização). Por isso, os autores propõem que este tipo de exemplo não envolve vestígio de um constituinte deslocado, mas um pronominal nulo (pro) e que a forma *que* aqui não será um pronome relativo mas o complementador (ver nota anterior). Os autores notam, no entanto, que exemplos como o seguinte, que envolvem a extração de um constituinte relativo *de que* a partir de uma posição de OD, são agramaticais, envolvendo uma ilha forte: (iii) *o livro de que você falou com um aluno está precisando [-]. O que os leva a propor que as relativas resuntivas estão condicionadas em PB não só por assimetrias SU / OBJ mas também pela natureza lexical do verbo, no exemplo o V *precisar*.

22 — POSIÇÃO DO ADVÉRBIO *SEMPRE* E ESTRUTURA DE FRASE EM PORTUGUÊS EUROPEU E PORTUGUÊS BRASILEIRO¹

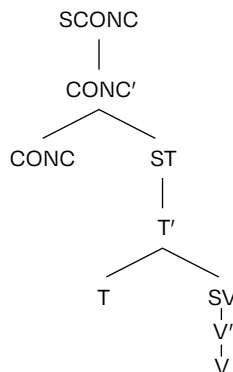
No capítulo anterior, vimos que o PE e o PB se distinguem por vários aspetos sintáticos e morfossintáticos, relacionados com a concordância verbal, com a expressão do sujeito, com o sistema pronominal e com a própria ordem de palavras.

O objetivo principal do presente capítulo é discutir alguns aspetos da estrutura das frases em PE e em PB a partir da posição na frase do advérbio temporal-aspetual *sempre* nestas duas variantes. Depois de, no ponto 22.1., se fazer uma introdução teórica sobre a estrutura da frase flexionada, em 22.2., discute-se a estrutura da frase em PE e, em 22.3., a estrutura da frase em PB.

22.1 — BREVE INTRODUÇÃO TEÓRICA SOBRE A ESTRUTURA DA FRASE FLEXIONADA

A questão da estrutura da frase tem sido objeto de discussão na Sintaxe Generativa. Após os trabalhos de Pollock (1989), Belletti (1990) e Chomsky (1991), a distinção entre categorias funcionais e lexicais na frase e a ideia de uma flexão cindida ou dividida em frases flexionadas foi adotada por muitos autores, como descrito simplificada em (1) (ver em particular Belletti 1990 e ainda cap. 15):

(1)

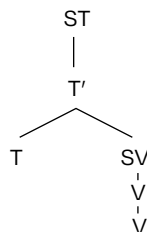


Demarcando-se desta estrutura, Chomsky (1995) fez a proposta de que as categorias funcionais devem ter traços interpretáveis

fornecendo “instruções” a um ou a ambos os níveis de interface (tanto a interface articulatória-percetual como a concetual-intencional). A Concordância (CONC), como categoria funcional na frase, não possui traços interpretáveis e por isso sugere-se que a CONC (em particular, o que se chamava CONC de Sujeito), não deve constar das categorias funcionais da frase e que só T(empo) deve ser considerada uma categoria universal.

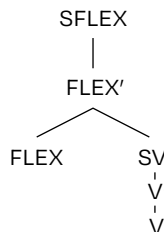
Nestas condições, Chomsky propõe que a estrutura em (2) é a adequada para frases flexionadas e o que pode ser considerado uma questão de variação paramétrica é o número de especificadores em ST e SV.

(2)



Uma proposta alternativa é feita por Thráinsson (1996) e Bobaljik & Thráinsson (1998), que, baseados principalmente na sintaxe das línguas germânicas, propuseram que a estrutura de SFLEX não é fixa e que a presença de SCONC e de ST é um caso de variação paramétrica («Parâmetro da Flexão Dividida»). Segundo esses autores, existem línguas com a estrutura (3) (que, para alguns efeitos, equivale à estrutura (2)) e outras línguas com a estrutura (1):

(3)



Além disso, os autores estabelecem uma correlação entre o número e a natureza das categorias funcionais e o movimento do verbo, propondo que as diferentes posições superficiais do verbo flexionado refletem diferenças na estrutura da frase: o verbo não se move em línguas com uma configuração SFLEX – SV (como em (3)), enquanto línguas com flexão dividida têm movimento do verbo

para o núcleo das projeções funcionais. Por outro lado, desde Pollock (1989), o movimento do verbo tem sido relacionado com algum tipo de riqueza de flexão: uma língua com flexão rica, como o português, (ou suficientemente rica, como o francês) tem movimento verbal, uma língua com flexão pobre (como o inglês) não tem movimento verbal. Sobre este assunto ver igualmente Lightfoot & Hornstein (1994), Vikner (1997), entre muitos outros.

22.2 — A ESTRUTURA DE FRASE EM PE, A POSIÇÃO DE *SEMPRE* E O MOVIMENTO DO VERBO

22.2.1 — Sobre *sempre* temporal / aspetual

De maneira a discutir a estrutura de frase em português, irei concentrar-me nas posições que o advérbio temporal / aspetual *sempre* e o quantificador flutuante *todos* ocupam em PE.

Começemos por observar os exemplos em (4):

- (4) (a) Eu encontro sempre o Luís no café. (*sempre* temporal / aspetual)
 (b) Eu sempre encontro o Luís no café. (")
 (c) Eu encontro o Luís sempre no café. (")
 (d) Eu sempre encontrei o Luís no café!... (*sempre* confirmativo)

Como os exemplos mostram, quando *sempre* tem um significado temporal / aspetual, a sua posição mais comum em PE é a pós-verbal (como em 4a), mas também é possível uma posição pré-verbal (como em 4b) e até uma posição pós-objeto direto (4c). Quando *sempre* tem valor confirmativo (sinónimo de *afinal*), é pré-verbal, como em (4d) (cf. Gonzaga 1997, p. 161).

Aceitando uma flexão cindida, como em (1), como proposto em Ambar (1990, 1996), Martins (1994), Duarte & Matos (1995), Duarte (1997), entre outros, Gonzaga inicia a sua análise apresentando a hipótese de que *sempre* se projeta na posição de especificador de ST, seguindo a ideia de Cinque (1999) de que os advérbios ocupam posições de especificadores de diferentes categorias funcionais. Sendo assim, o movimento de *eu* para especificador de SCONC e o movimento do V para T e CONC explicariam a posição pós-verbal do advérbio.

Gonzaga propõe a seguir que o significado temporal de *sempre* (quando ocupa a posição pré-verbal) está relacionado com o tempo presente e com a natureza não específica do objeto, como em (5a); e

que a interpretação afirmativa está relacionada com o pretérito perfeito simples e com a natureza específica do objeto, como em (5b):

- (5) (a) O João sempre compra livros na Fnac.
(b) O João sempre comprou os livros na Fnac!...

Para dar conta destes factos e seguindo Ambar (1996), Gonzaga abandona a primeira solução e assume que há uma distinção entre Tempo relacionado com o SU (STSU) e Tempo relacionado com o Objeto (STOD), propondo então que *sempre* é projetado em STOD e se move para STSU como forma de ligação dos dois T(empos) em Forma Lógica (FL).

Embora os exemplos em (5) mostrem uma relação entre os valores de *sempre*, o tempo e a natureza semântica do objeto, há casos em que essa relação não é tão forte. Na verdade, podemos ter SDETs específicos como OD, o pretérito perfeito simples e um valor iterativo de *sempre*, como em (6a); com frases sem OD, mas com um complemento preposicional de leitura específica e no pretérito perfeito simples, o valor iterativo de *sempre* é novamente obtido, como em (6b):²

- (6) (a) Eu sempre encontrei o Luís no café às 9 horas.
(b) Eu sempre saí da minha casa às 9 horas.

Por outro lado, com outra entoação, nos exemplos em (6), *sempre* pode ter um significado afirmativo:

- (6) (b') Eu sempre saí da minha casa às 9 horas!...
(=De facto / afinal, saí da minha casa às 9 horas.)

Assim, proponho que o significado aspetual/temporal de *sempre* não justifica duas categorias funcionais distintas de ST na frase (STSU e STOD), como postulam Ambar e Gonzaga.

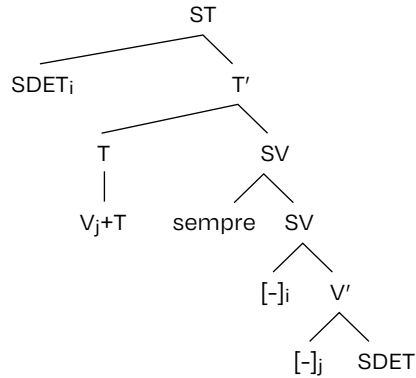
E o que temos de explicar é a razão pela qual o advérbio, no seu valor aspetual / temporal, pode aparecer em posição pré-verbal, pós-verbal e mesmo a seguir ao objeto.

Assumirei que os advérbios temporais / aspetuais como *sempre* são adjuntos: em termos do quadro teórico definido por Chomsky (1995), há uma operação de adjunção ou “compor por par” (‘pair merge’): ‘pair merge’ é assimétrico, opcional e não opera por atração. Assim, os verbos ou T não têm traços de seleção relevantes para atrair o advérbio e por isso *sempre* é projetado como adjunto a uma projeção verbal, que pode ser SV. Porém, nada impede que esse advérbio não possa igualmente ser um adjunto a ST, questão a que voltaremos adiante.

Aceitemos então para já a adjunção de *sempre* a SV e uma configuração de SV na linha de Chomsky (1995) e Sportiche (1988), em que o argumento externo é gerado como especificador de SV.

(Para outras propostas quanto à posição básica do sujeito, na linha de Kratzer 1996 e Alexiadou *et al.* 2011, ver parte III deste livro). De modo a explicar a ordem $V+sempre$, proponho que o V se move para T e que o SDETSU se move para especificador de ST, criando a estrutura (7):

(7)



Tal movimento dá origem à ordem de palavras $V+sempre+OD$ (*eu encontro sempre o Luís no café*, como em 4a).

Ora a ordem $V+DO+sempre$ é também possível (como em (4c)), aqui repetido:

(4) (c) Eu encontro o Luís sempre no café.

Sabemos atualmente que o SDET objeto, inicialmente projetado numa posição à direita do V, não permanece nessa posição, movendo-se para esp de Sv, por motivos relacionados com verificação de caso acusativo, por simplificação não representada em (7). Mas, sendo Sv projetado numa posição acima de SV, tal movimento geraria de novo a ordem em (4a). Assim, parece que o SDETOOD se pode mover para uma posição intermédia, fora do SV. Qual é essa posição intermédia e o que causa o movimento? Costa (1998) propõe que os objetos podem ser movidos em português por « scrambling » para uma posição de não-argumento, mostrando que o movimento do OD «não alimenta fenómenos de ligação» (p. 163). De acordo com a sua análise, uma frase como (9a), onde «o sujeito contém uma anáfora possessiva não ligada ao SQ na posição de objeto, não melhora se o objeto for movido por « scrambling » passando por cima do SDET sujeito», como em (9b) (*idem*, p. 164, minha tradução):

(9) (a) * Viu o seu_i pai (sujeito) cada criança_i (objeto).

(b) * Viu cada criança_i (objeto) o seu_i pai (sujeito).

Em (4c) (*eu encontro o Luís sempre no café*), portanto, o SDET *o Luís* deverá ocupar uma posição pós-verbal não ligada a caso, provavelmente por “scrambling”.

Para derivar (4a) (*Eu encontro sempre o Luís no café*), com *sempre* em posição pós-verbal, a posição não marcada deste advérbio em português, pode argumentar-se que o movimento de V para T e o movimento do SDETSU para especificador de ST são os mecanismos adequados, como vimos acima. No entanto, existem outras frases que justificam outras posições para o Verbo e para o SU (ver Costa 1998, 2001).

Vejamos, por exemplo, frases intransitivas com inversão sujeito-verbo, onde *sempre* aparece em posição pós-sujeito, como em (10a) e (b):

- (10) (a) Telefonam muitas pessoas sempre à noite e
estragam-me o serão.
(b) Telefonam tantas pessoas sempre à noite que me
estragam o serão!

Em (10), se *sempre* é um adjunto a SV, estando o SU numa posição de especificador de ST, a única maneira de explicar a posição de V numa posição à esquerda é propor que existe uma categoria mais alta, SCONC ou equivalente. Nessas circunstâncias, para dar conta de (10), parece existir na estrutura algo como SCONC; o V move-se para T e para o núcleo dessa categoria superior por um movimento longo.

O que dizer de *sempre* em (4b) (*Eu sempre encontro o Luís no café*) em posição pré-verbal?

Quatro hipóteses poderiam em teoria ser levantadas:

- a) *sempre* é projetado como adjunto de SV e o V não se move em Sintaxe aberta; quanto a esta solução, aceitar que línguas como o francês ou o PE não têm movimento do V é perder algumas generalizações interessantes;
- b) *sempre* é movido, como sugere Gonzaga (1997, p. 180), mas não há motivação para o seu movimento. Assim, rejeitarei tal explicação;
- c) *sempre* é projetado dentro do SV, numa análise de cariz larsonianiano, mas não há traços de seleção nos verbos relevantes que justifiquem esta solução;
- d) o argumento externo ocupa a posição de Esp de SCONC (ou equivalente), *sempre* é projetado como adjunto a ST e o V tem um movimento curto para T (cf. Costa 1998, p. 49). É a abordagem que adotarei aqui.

No quadro de Chomsky (1995, cap. 4), que enfatiza o papel da interpretabilidade, podemos dizer que o V se move em Sintaxe aberta ou em sintaxe escondida (“covert”) e que o seu movimento é suficiente para a sua interpretação. Como argumentei acima,

em frases como (10), o Verbo tem um segundo movimento, um movimento longo, para CONC ou equivalente.

Podemos então dizer, como em Cardinaletti (1997) e Duarte (1997), que T está relacionado com a Flexão e a posição de especificador de ST é uma posição para verificação de caso nominativo. Contudo, tanto Cardinaletti como Duarte sugerem que uma categoria superior é necessária e que SCONC (ou equivalente) pode estar relacionado com uma característica discursiva, a criação de «frases predicativas» (tipicamente com a ordem SVO) versus «frases apresentativas» (com a ordem VS). Nestas condições, o SU mover-se-á de especificador de ST para especificador de SCONC (ou categoria equivalente) porque é atraído por um traço em SCONC.³

Propor a análise apresentada acima equivale a aceitar uma Flexão cindida ou dividida para línguas como o PE; note-se que uma estrutura caracterizada por uma Flexão cindida é apenas uma das formas de implementar a ideia de que, no lado esquerdo da frase, há duas posições argumentais para o SU e, provavelmente, para outros constituintes com idêntico estatuto argumental. Por outras palavras, o que é realmente importante é perceber a natureza argumental de uma posição do SU à esquerda e saber qual é a posição ocupada por advérbios temporais/aspetuais como *sempre*. Com efeito, vários fenómenos mostram que em frases como (4a, b, c) e (5a), o SU ocupa uma posição de argumento.

Vejam-se a este propósito alguns testes de Duarte (1987, 1996, 1997) e de Costa (1998) relacionados com efeitos de minimalidade:

- (11) Brinquedos, os meninos (sempre) pedem (sempre)
no Natal.

A topicalização de *brinquedos* sobre *os meninos* não produz nenhuma agramaticalidade, ao contrário do que ocorre em (12), onde um morfema *wh* é movido sobre um tópico, uma posição não-argumental:

- (12) * A quem, os brinquedos, deste ontem?

Assim, a gramaticalidade de (11) prova que o SDET *os meninos* ocupa uma posição argumental.

Em segundo lugar, consideremos um fenómeno de ligação, exemplificado em (13):

- (13) Os meninos sempre se podem magoar no jardim.

Para provar que o antecedente de *se* em (13) é o SDET *os meninos* na posição SU e não um pro nulo em especificador de SCONC, correferencial ao SDET numa posição TOP ou de deslocação à esquerda, como foi proposto para o português por Barbosa (1995) e que a expressão nominal *os meninos* está, de facto, em posição

argumental, Costa (1998) mostra que a ligação é possível mesmo que o pronome ligado ou uma anáfora ocupem uma posição à esquerda, como em (14), onde o antecedente de *seus* não poderia ser um pro:

(14) Cada menino, nos seus jogos, sempre aprende alguma coisa.

Em (14), há um pronome, *seus*, ligado por uma expressão quantificada (*cada menino*); uma expressão quantificada não pode ocupar uma posição de tópico, uma posição não-argumental, como sabemos pela agramaticalidade de exemplos como (15):

(15) * Cada menino, eu vi.

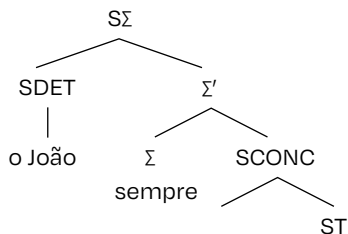
Assim, em (14), o SU *cada menino* está em posição argumental. Exemplos como este são igualmente importantes porque mostram que qualquer que seja a posição das expressões parentéticas (*nos seus jogos*), elas preservam a posição argumental ocupada pelo SU, como já tinha sido proposto por Cardinaletti (1997) para o italiano.

Analisemos agora, brevemente, o valor confirmativo de *sempre*.

22.2.2 — Algumas notas sobre *sempre* confirmativo

Desenvolvendo Laka (1990) e Martins (1994), Gonzaga (1997, p.185) propôs que existe uma categoria funcional Sintagma Sigma ($S\Sigma$), acima de $SCONC$, onde se localizam os valores afirmativos/negativos e também os valores de foco. O advérbio confirmativo *sempre* seria um núcleo, ocupando Sigma; quanto ao SU, estaria na posição de especificador de $S\Sigma$, conforme descrito em (16):

(16)



A favor dessa hipótese, Gonzaga argumenta que ela explica a não coocorrência de *sempre* e de *não*, pois os dois itens estariam localizados na mesma posição de núcleo. No entanto, de acordo com os meus juízos de gramaticalidade, o exemplo (17), com um *sempre* confirmativo, com negação e com uma entoação especial, é gramatical, o que fragiliza o tratamento da autora:

(17) (a) O João sempre não comprou o livro na Fnac!...

(b) O João sempre não veio!...

Por outro lado, há novamente argumentos que mostram que o SU ocupa uma posição argumental (ver os testes apresentados por Duarte e Costa). Considere-se os fenômenos de ligação, exemplificados em (18):

- (18) (a) Os meninos sempre se magoaram como eu tinha prevenido!...
 (b) Os meninos sempre se chocaram uns contra os outros a brincar!...

Novamente a ligação é possível mesmo que o pronome ligado ou a anáfora ocupe uma posição à esquerda, como em (19):

- (19) Todos os meninos, durante a sua refeição, sempre tiveram sobremesa.

(19) comprova, mais uma vez, que o antecedente de *sua* não é o pronome nulo *pro* e que a expressão quantificada está na posição de SU, uma posição argumental.

Quanto aos efeitos de minimalidade: a topicalização de um OD sobre o SU não produz nenhuma agramaticalidade, como vemos em (20):

- (20) Os brinquedos, os meninos sempre encontraram no Carrefour!...

Em conclusão, a posição ocupada pelo SU à esquerda do *sempre* confirmativo é uma posição argumental.

Vamos verificar se a posição ocupada por este SDET é um foco informacional (Duarte 1997). Veja-se (21a e b):

- (21) (a) A. Quem é que comprou livros na Fnac?
 (b) B. # O João sempre comprou livros na Fnac.

(21b), embora gramatical, não é adequada como resposta a (21a), o que mostra que o SDET *o João* não é um foco informacional.

Vejamos finalmente como o *sempre* confirmativo interfere na flutuação do quantificador *todos*. Se, como propôs Gonzaga, o SDET à esquerda do *sempre* confirmativo está em Σ , por que razão uma frase como (22a) é agramatical? (dados de Inês Duarte, c.p.):

- (22) (a) * Os meninos sempre todos telefonaram.
 (b) Os meninos sempre telefonaram todos.

Se, em (22a), o SDET *os meninos* estivesse em especificador de $S\Sigma$, o advérbio confirmativo *sempre* em $S\Sigma$, o verbo em CONC, por que razão *todos* não poderia estar em especificador de ST?

Porém, se o SDET *os meninos* estiver em especificador de SCONC (ou uma posição equivalente), como aqui se propõe, terá de explicar-se a agramaticalidade de (22a). Uma hipótese é propor que, para cada categoria funcional, pode existir apenas um adjunto, como proposto por Costa (1997). Nessas condições, a gramaticalidade de

(22c) (onde os dois constituintes estariam relacionados com núcleos diferentes) e a agramaticalidade de (22d) são esperados:

(22) (c) Os meninos sempre tinham todos telefonado.

(d) * Os meninos sempre todos tinham telefonado.

Assim, o advérbio *sempre* confirmativo poderá ser projetado ao nível da frase e não numa posição na sua periferia esquerda. Devido à posição pré-verbal sistemática do *sempre* confirmativo, proponho que tal advérbio possa ocupar uma posição adjunta a ST (por “pair merge”) e que a interpretação de um tal advérbio como confirmativo é mais um efeito semântico, devido à interação da prosódia, da entoação exclamativa, da natureza temporal da frase, da semântica do OD, se existir, do que um problema sintático real, não justificando, portanto, uma categoria funcional adicional.

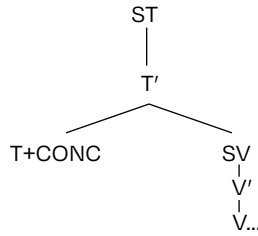
22.3 ————— ESTRUTURA DA FRASE EM PB, CONCORDÂNCIA E MOVIMENTO DO VERBO

Após estas propostas sobre o PE, analisemos alguns fenómenos semelhantes no PB. Como vimos no capítulo anterior, o PB oral está a diferenciar-se do PE nalguns aspetos morfológicos e sintáticos. O PB oral tem concordância verbal reduzida e os pronomes SU argumentais são normalmente realizados, o que tem justificado a proposta de que esta variedade representa uma língua de sujeito nulo parcial (Roberts & Holmberg 2010, Duarte & Figueiredo Silva 2016, Duarte 2020). Algumas variedades do PB Oral possuem um paradigma verbal formado por quatro formas e às vezes três formas, como vimos no capítulo anterior, e como (23) ilustra:

(23) eu amo
 você ama
 ele / ela ama
 a gente ama
 vocês amam
 eles amam

Galves (1993) propôs que o PB Oral tem uma concordância fraca e nestas circunstâncias «um morfema fraco é gerado não como um núcleo distinto, mas como um simples afixo em T» (minha tradução, p. 396), como descrito simplificada em (24):

(24)

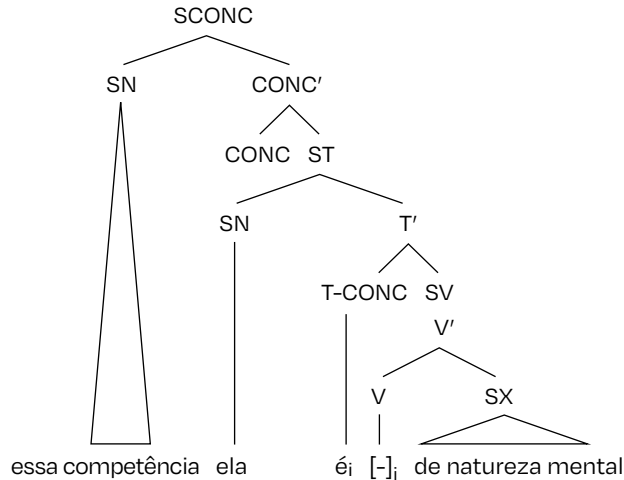


Por outro lado, Galves propôs que SCONC pudesse existir fora do sistema da flexão, acima de ST, como forma de descrever a “orientação para o tópico do PB”.

De acordo com esta hipótese, a estrutura em (26) (já apresentada neste capítulo em (1)) descreveria a frase em (25):

(25) Essa competência ela é de natureza mental.

(26)



De acordo com Galves, esta estrutura explicaria o caso nominativo presente tanto em *essa competência* como em *ela*. Repare-se, no entanto, que tal proposta trata como uma posição argumental algo que é um tópico marcado.

Assim, para verificar o estatuto do SDET à esquerda, vamos usar alguns testes clássicos:

— Efeitos de minimalidade:

(27) * O brinquedo, esses meninos eles encontraram ele.

Vemos que (27) é agramatical em PB, o que prova que o SDET *esses meninos* deve ocupar uma posição A barra (cf. Duarte 1987 e 1996).

— construções de “parasitic gap”:

(28) (a) Esse buraco, taparam ele no outro dia sem compor / sem tratar.

(b) ?? Esse buraco foi tapado no outro dia sem compor / sem tratar.

Sabendo que os chamados « parasitic gaps » são legitimados por uma posição A barra / não argumental, o contraste em (28) mostra que em (28a) *esse buraco* ocupa uma posição não argumental e em (28b) o mesmo SDET ocupa uma posição argumental (como frase passiva que é). Assim, (26) não parece ser uma estrutura adequada para frases como as de (25), que comportam tópicos marcados.

Contudo, a ideia de Galves (1993) e de Kato (1999) de que a estrutura oracional no PB Oral poderia ser algo como descrita em (24) ou em (2) é interessante e capaz de descrever algumas propriedades do PB Oral.

Uma dessas propriedades é a perda progressiva da inversão sujeito-verbo. De acordo com a literatura (Berlinck 1989, entre outros) o PB oral está a perder a chamada « inversão do sujeito » em certas circunstâncias. Embora não vá estudar tal fenómeno com pormenor, tal tendência parece ser o efeito da perda de uma posição de SU e, nessas circunstâncias, talvez o PB Oral esteja a ser caracterizado por uma flexão não dividida, como a descrita em (2).

Vejamos agora como o PB se comporta em relação às posições de *sempre* e à flutuação de quantificador. É importante realçar que o PB não tem o *sempre* confirmativo e que apenas tem *sempre* temporal / aspetual (Ambar *et al.* 2004). Veja-se, em primeiro lugar, os exemplos em (29) apresentados em Kato & Nascimento (1996, p. 247), ambos ilustrativos do uso de *sempre* temporal / aspetual:

(29) (a) Eles sempre querem a mesma coisa.

(b) Eles querem sempre a mesma coisa.

Os exemplos mostram que este advérbio pode estar na posição pré-verbal e na posição pós-verbal, embora a posição pré-verbal seja de longe a mais frequente.

Tomemos agora alguns dados sobre a flutuação do quantificador, como (30) (*ibidem*, p. 257):

(30) (a) Todas as mulheres comeram a lagosta com as mãos.

(b) As mulheres comeram todas a lagosta com as mãos.

(c) As mulheres comeram a lagosta todas com as mãos.

Os exemplos mostram que o PB tem “flutuação” do quantificador *todos*. Devido à instabilidade das posições de *sempre* e do quantificador *todos*, Kato & Nascimento (1996) propõem que uma explicação baseada no movimento do verbo numa língua

que permite diferentes posições para esse tipo de palavras não é a explicação mais adequada e sugerem um tratamento alternativo baseado na ideia de que há movimentos de *sempre* e de *todos* como adjunção a diferentes categorias. No entanto, uma explicação baseada no movimento dessas duas palavras não se justifica em termos minimalistas.

Por essa razão, continuarei a aceitar que em (29) e (30) há movimento do Verbo. Se (29b) for analisado como ST, podemos propor que o advérbio é um adjunto a SV, o verbo move-se para T e o SU move-se para especificador de ST, explicando a posição pós-verbal de *sempre*. Quanto a (29a), uma possibilidade seria que neste tipo de frases, assim como no inglês, *sempre* é projetado como um adjunto a SV e o movimento do Verbo não se aplica. Porém, esta não parece a análise adequada, devido à proposta feita acima de que o Verbo se move em PB por questões de interpretabilidade. Outra solução é dizer que o Verbo se move para T, o advérbio é adjunto a ST e o SU ocupa uma posição periférica. Porém, fenômenos de ligação mostram, novamente, que a posição ocupada pelos SDETS *as mulheres, os meninos, cada menino* em exemplos como (31), (32) e (33) é uma posição argumental:

- (31) (a) As mulheres usaram todos os vestidos umas das outras.
 (b) Os meninos se machucaram todos.
- (32) (a) Os meninos sempre se machucam quando brincam.
 (b) Os meninos sempre se machucam uns aos outros quando brincam.
- (33) (a) Os meninos sempre têm respeito pelos pais deles.
 (b) Cada menino, pelos pais deles, sempre tem respeito.

Parece, pois, que tal como em PE, uma posição argumental à esquerda de ST é necessária em PB. Proporei que, nalgumas construções, como (29a), entre outras, o PB tem uma estrutura frásica semelhante ao PE e que uma das possibilidades é o PB ter também uma Flexão cindida (ou equivalente). Dado que os exemplos (29) e (30) com *sempre* e flutuação de quantificador, respetivamente, são equivalentes, conclui-se que coexistem no PB várias gramáticas no que diz respeito à estrutura de frase e a vários mecanismos sintáticos.

Antes de continuar, observemos um outro fenómeno do PB oral: a perda progressiva da inversão sujeito-verbo nas interrogativas Q. Os dados em (34) são apresentados por Lopes Rossi (1993, pp. 330-331):

- (34) (a) Onde você estuda?
 (b) O que você fabrica aqui?
 (c) Porque é que ele não veio com você?

- (d) A senhora veio fazer o que aqui?
- (e) Você mora em que andar aí no Itaim?
- (f) Eu tenho quantos anos de vida?

Como os exemplos ilustram, no PB Oral são muito comuns interrogativas sem inversão sujeito-verbo (como em (34a, b, c), com ou sem *é que* e mesmo sem movimento de morfemas interrogativos (como em (34d), (e) e (f)). Kato & Nascimento (1996), na sequência de Lopes Rossi (1993), defendem a ideia de que “a alternância entre movimento Q e Q *in situ* pode também ser vista como decorrência do enfraquecimento da concordância, responsável pela perda do movimento do verbo para Flexão, pré-requisito para a subida do verbo para COMP (...)” (p. 254)

Veja-se, contudo, alguns casos de interrogativas Q com “flutuação” de quantificador *todos* ou com o advérbio *sempre*:

- (35) (a) O que todas as mulheres pensam de você?
- (b) O que as mulheres todas pensam de você?
- (c) O que as mulheres pensam todas de você?
- (36) (a) O que (é que) os meninos sempre fazem no recreio?
- (b) O que (é que) os meninos fazem sempre no recreio?

A posição de *todas* em (35c) e *sempre* em (36b) indica que ainda opera o movimento do Verbo, pelo menos para T, e que não há movimento para COMP, como opera nas interrogativas Q em PE (cf. Ambar 1992). Isto mostra que esses dois tipos de movimento do verbo não estão tão intrinsecamente relacionados, como propõem Kato e Nascimento. Assim, o PB tem movimento do verbo para o núcleo central da estrutura da frase, T, mas está a perder o movimento do verbo para uma posição na periferia esquerda, COMP.

Sendo assim, neste momento devemos olhar com mais cuidado para a natureza da concordância verbal no PB Oral. Se observarmos bem a morfologia verbal em (23), vemos que ela não perdeu a oposição primeira / terceira pessoa e ainda tem morfologia de pessoa noutros tempos verbais. O que parece acontecer então é que o PB Oral ainda possui algum tipo de “riqueza” de flexão.

Vikner (1997), baseado numa grande variedade de línguas, propõe que “uma língua SVO tem movimento do V se e só se apresentar morfologia de pessoa em todos os tempos” (p. 201). Assim, ao contrário de Galves (1993), vou assumir que a concordância verbal no PB Oral não é fraca no mesmo sentido em que o inglês tem concordância fraca. Nestas circunstâncias, o que esperamos é que o PB Oral ainda tenha movimento do V para T.

22.4 ————— CONCLUSÕES:

É tempo de apresentar as conclusões principais deste capítulo:

I — Acerca da estrutura de frase em PE:

1. Em PE, o SU, tanto com *sempre* temporal/aspetual como com *sempre* confirmativo, ocupa uma posição argumental; quando é pré-verbal, a posição parece ser a que, num quadro pré-minimalista, era considerada o especificador de SCONC; quando pós-verbal, pelo menos com verbos intransitivos e na ordem V S *sempre*, a posição do SU parece ser a de especificador de ST.

2. *Sempre* pode ser adjunto a SV ou a ST; estas duas possibilidades permitem explicar as diferentes posições do advérbio. Se o SU for projetado em especificador de SCONC ou equivalente e *sempre* for um adjunto a ST, como o V se move para T (num movimento curto), explica-se a ordem SU *sempre* V. Se o SU estiver em especificador de SCONC ou equivalente, estando *sempre* na mesma posição de adjunto a ST, e o V se mover para T e CONC (num movimento longo), explicamos a ordem SU V *sempre*.

3. Quanto às construções transitivas contendo advérbios temporais / aspetuais: se o OD estiver após o advérbio *sempre*, o OD parece ocupar a posição final de especificador de Sv. Mas se o OD estiver antes do advérbio, ele ocupa uma posição intermédia, fora do Sv, provavelmente por « scrambling ». No entanto, ambos os mecanismos foram aqui referidos de forma breve, sem explorar todas as consequências.

4. Devido à posição pré-verbal sistemática do *sempre* confirmativo, propus que tal advérbio ocupa uma posição adjunta a ST e que a existência desse valor é resultado da interação de vários fatores: prosódia, entoação exclamativa, natureza temporal da frase, natureza semântica do OD, não justificando uma categoria funcional adicional.

II — No que se refere ao português do Brasil:

1. Para explicar a perda progressiva da inversão do SU no PB, é possível propor que a estrutura da frase perdeu uma posição de SU; assim, a Flexão não dividida parece justificada para um número considerável de construções.

2. Embora a posição pré-verbal de *sempre* temporal / aspetual seja muito mais frequente no PB do que no PE, o comportamento desse advérbio e do quantificador *todos* acabam por ser semelhantes nas duas variedades, a partir de alguns dados aqui fornecidos; assim, a estrutura da frase deverá ser parecida. Quer dizer, se a Flexão não

dividida é justificada para o PB para explicar a perda progressiva da “inversão do SU”, a Flexão dividida ou algo equivalente ainda é uma possibilidade, para dar conta de certos fenômenos.

3. Ao contrário de algumas análises clássicas, considerou-se que o PB ainda possui movimento do V, o que está relacionado com o facto de que a concordância verbal não é tão fraca como normalmente se considera. Assim, a ideia de que o movimento do verbo está relacionado com algum tipo de riqueza de flexão pode ser mantida. No entanto, talvez a correlação estabelecida por Bobaljik e Thráinsson seja demasiado forte: uma língua com Flexão não dividida pode ainda ter movimento do V, desde que o paradigma verbal de concordância permaneça suficientemente forte, o que parece ser verdade pelo menos para uma gramática do PB. Assim, tudo indica que no PB existem gramáticas concorrentes.

- 1 Este capítulo retoma Brito (1999b), a versão portuguesa, e Brito (2001), a versão inglesa, mais curta; agradeço à Prof. Isabel Hub Faria e à John Benjamins Publishing Company a autorização para traduzir e republicar o texto. O texto sofreu cortes, alguns dos quais figuram na introdução à parte V do livro, e pequenas alterações. Desde esses anos a produção sobre a estrutura da frase e sobre a posição do sujeito é enorme. Ver, entre muitos outros, Costa (2001, 2004), Costa & Duarte (2002), Ambar *et al.* (2004), Duarte (1997), Raposo (1997), Fiéis (2010), além de trabalhos de autores brasileiros. Apesar desses importantes contributos, penso que algumas das ideias do texto permanecem atuais.
- 2 A relação entre a natureza semântica do objeto, o tempo e o significado de *sempre* desaparece quando o advérbio está em posição pós-verbal, em que tem valor aspetual / temporal: (i) O João compra sempre livros na Fnac; (ii) O João comprou sempre livros na Fnac. (Agradeço ao João Costa por esta clarificação)
- 3 Em Cardinaletti (1997) a autora propõe que tanto em línguas pro-drop (italiano) como em línguas não pro-drop (inglês, francês) existem duas posições de SU, que identifica como Agr1P e Agr2P.

23 ——— CONSTRUÇÕES DITRANSITIVAS DO PORTUGUÊS ANGOLANO E DO PORTUGUÊS MOÇAMBICANO REVISITADAS¹

O capítulo analisa alguns aspetos sintáticos das construções ditransitivas em duas variantes africanas do português, o PA e o PM no quadro do projeto PALMA (*Posse e localização: microvariação em variedades africanas do português*).² Depois de uma Introdução (23.1), analisa-se as construções ditransitivas no PA em 23.2. e o mesmo tipo de construção no PM (23.3). Em 23.4. apresentam-se conclusões.

23.1 ——— INTRODUÇÃO

Como é sabido, o PE exhibe várias construções ditransitivas, ilustradas em (1), de que se destaca o uso da preposição *a* para exprimir o Objeto Indireto (OI) e o emprego de clíticos dativos, que por vezes aparecem redobrados por um outro pronome, como em (1c) (sobre este assunto ler os capítulos 5 e 6 deste livro):

- (1) (a) A Maria deu um livro ao João.
- (b) A Maria deu-lhe um livro.
- (c) A Maria deu-lhe um livro a ele.

No PE, a preposição *a* como expressão de dativo é distinta de *para*; esta preposição pode mesmo coocorrer com *a*, com o significado de destinatário (último), como nos exemplos seguintes:

- (2) (a) O José entregou uma carta à Maria para o pai (que está no hospital).
- (b) O José comprou um vestido à vendedora para o bebé.

Além de combinar com os chamados “*core dative verbs*” como *dar*, *oferecer*, e com os “*non-core dative verbs*” como *enviar*, *lançar* (cf. Rappaport Hovav e Levin, 2008), o dativo é também usado com verbos de dois lugares, como *telefonar* e *obedecer*, como em (3):

- (3) (a) A Maria obedeceu à mãe.
- (b) A Maria telefonou à mãe.

As variantes não europeias do português mostram algumas diferenças relativamente ao paradigma exposto em (1), (2) e (3), tendo havido nas últimas décadas vários estudos sobre construções ditransitivas: para o PB, Torres Morais & Lima-Salles (2010); para o PM, Gonçalves (1990, 2004, 2010); para o português de São Tomé (PST), Gonçalves (2016); e para o PA, Mingas (2000), Miguel (2019), Chavagne (2005), entre muitos outros. Ver também capítulo 5 deste livro.

23.2 ——— CONSTRUÇÕES DITRANSITIVAS NO PORTUGUÊS DE ANGOLA

23.2.1 ——— Algumas hipóteses anteriores

Nalguns dos trabalhos sobre o PA, vários autores referiram a tendência para o uso da preposição *em* para marcar o OI; vejamos os exemplos seguintes dados em Chavagne (2005, pp. 224-225) e retomados em Brito (2011), em que a preposição *em* é o marcador do OI, quer com verbos de três argumentos (*entregar, dar*) como em (4), quer com verbos de dois argumentos (*telefonar, explicar*), como em (5):

- (4) (a) Daí eles entregarem numa moça
 (b) deu na mãe a outra metade
 (5) (a) telefonar na polícia
 (b) explicar no povo

Tem sido também notado que outra tendência do PA é o uso generalizado da preposição *em* com verbos de movimento, como *chegar, ir*, como em (6):

- (6) (a) Ela foi no mercado.
 (b) Ela chegou em casa.

O facto de uma mesma preposição, *em*, estar a exprimir o Recipiente / a Meta / o Alvo humano com Vs ditransitivos de transferência de posse como *dar* e *entregar* e verbos com dois argumentos como *telefonar* e *explicar* e, ao mesmo tempo, o ponto de chegada de um movimento de direcção inerente expresso por *ir, chegar* e outros Vs é muito interessante e esse facto poderá justificar uma hipótese homogénea. Em Brito (2011), tentei formular uma hipótese de natureza semântica. A hipótese foi a seguinte: a preposição *em*, entre outros valores, significa o limite final de uma trajetória, concreta ou abstrata, quer seja combinada com verbos de movimento (*ir, chegar*), quer seja combinada com verbos de transferência de posse (*dar, entregar*).

Esta hipótese repousa sobre uma propriedade de natureza semântica e nada tem a ver com a possível influência da gramática das línguas em contacto, que, como sabemos, caracteriza a situação do PA, tal como a de outras variedades africanas do português.

Explicações baseadas no contacto foram formuladas por Marques (1983), Mingas (2000), Chatelain (1888-9) (*apud* Hagemeyer 2016). De acordo com os autores referidos, o quimbundo e o umbundo, entre outras línguas bantu de Angola, têm três prefixos de classe locativos que se associam aos nomes. O prefixo locativo

ku- do quimbundo ou *ko-* do umbundo, da classe nominal 17, ocorre tipicamente com a ideia de interioridade, tal como ilustrado nos seguintes exemplos, todos dados em Hagemeyer (2016, p55), que estou aqui a seguir muito de perto:

- (7) (a) Mwene w-ala ku-bata (quimbundo)
 ele CS-estar LOC-casa
 'Ele está em casa'
- (b) Nga-bana ma-divulu ku-a-thu (quimbundo)
 1as.PST-dar 6-livro LOC-2-pessoa
 Nda-ka a-livulu ko-ma-nu (umbundo)
 1as.PST-dar 6-livro LOC-2-pessoa
 'Dei os livros às pessoas'

De acordo com os autores citados, essa marcação dos argumentos quer locativos quer de meta da transferência de posse com o prefixo *ku/ko* estaria a influenciar a gramática do português, língua que os angolanos têm em grande percentagem como L2.

Temos assim dois tipos de explicações distintas para a reestruturação da grelha argumental dos verbos e para o uso generalizado da preposição *em* com Vs de transferência de posse e verbos de movimento direcional.

No sentido de verificar estas e outras hipóteses e de desenvolver uma análise das construções dativas e das construções locativas no PA, no PM e no PST, foi desenvolvido nos últimos anos em Portugal o projeto PALMA, a que já anteriormente fiz referência.

23.2.2 — Alguns dados do projeto PALMA

Para a elaboração deste texto, realizei uma pesquisa no mês de março de 2021 no *corpus* do PA e no *corpus* do PM do projeto PALMA.

Tendo limitado a análise às construções ditransitivas com o verbo *dar*³, organizei os dados obtidos em cinco grupos, conforme a maneira como o OI é expresso (as siglas dos exemplos são as que aparecem no *corpus*):

- I – Construção V SN SPREP com a preposição 'a'
- II – Construção V SN SPREP com a preposição 'em'
- III – Construção V SN SPREP com a preposição 'para'
- IV – Construção V SN SN (sem qualquer preposição)
- V – Construção V dar pronome_{dativo} SN_{acusativo}

Vejamos então alguns exemplos ilustrativos de cada uma das construções.

I – Construção V SN SPREP com a preposição ‘a’:

Apresento apenas 9 (nove) exemplos representativos:

- (8) CPOL 08 D ... que damos aos professores para eles poderem *dar um acréscimo às nossas notinhas* para podermos transitar de classe
- (9) CPOL 09 de muita luta - quem emprega são os privados que estão a *dar trabalho a outras pessoas* é que o governo também está a criar
- (10) CPOL 09 a medida em que vão dever o salário - então nós vamos *dar o salário ao colega* e o colega vai receber
- (11) CPOL 09 administrativa de a própria comunidade - os roubos esse é que vai *dar os dados XX concretos ao soba D*
- (12) CPOL 11 por mais que seja uma mãe solteira ainda é alguém que pode *dar algum contributo à sociedade* e se se tiver oportunidade...
- (13) CPOL 12 as vezes não tem como dar um carro - não tem como *dar um um telefone novo ao filho* depois começam a surgir essas...
- (14) CPOL 12 eh a educação que tem a as mãe a *dar aos nossos filhos* - nós as mães agora a as vezes
- (15) CPOL 21 Nossos Super - não sei quê ? - quer dizer estamos a *dar emprego a tanta gente* - todo mundo só quer é trabalhar em....
- (16) CPOL 45 agradecer a um lado e - prejudicar o outro tem se dito *dar a César o qué de César e dar a Deus o qué de Deus* D sim senhor e pronto

II – Construção V SN SPREP com a preposição ‘para’:

- (17) CPOL 09 ... porque só ele que pode *dar algumas soluções para esses problemas* D sim senhor
- (18) CPOL 09 tudo bem que não temos emprego mas o governo *não vai dar emprego para todo para todos* de uma só vez - tudo é
- (19) CPOL 24 e já não quer mais participar - não pode - tens que dar conforme todas *deram mil mil para ti* - também tens que dar

III – Construção V SN SPREP com a preposição ‘em’

- (20) CPOL 31 um picante não é ? ... para *dar o gosto na comida* - para quem gosta....
- (21) CPOL 36 eh -*importância* é o valor não é ? que vai se *dar na mulher* em troca desse alambamento

- (22) CPOL 38 se for para dar sete mil sete mil damos se for para *dar cinco damos numa pessoa* sucessivamente assim cada mês uma pessoa....
- (23) CPOL 48 ' um bebé a sofrer a procura de o pão que *vai dar nos filhos* mas a as vezes são corridas também....

IV – Construção V SN SN (sem qualquer preposição)

- (24) CPOL 28 está tapado - você vai ver - ah é galinha que está afinal *está dar o filho ou a irmã ou a mãe...*⁴

23.3 ——— DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Como a lista dos exemplos já indica, foi com a preposição 'a' que encontrei mais enunciados e, surpreendentemente, com a preposição 'em' apenas encontrei, numa procura rápida, quatro exemplos a introduzir o OI.

De modo a perceber o que leva à diferenciação das preposições, importa analisar, em primeiro lugar, os traços semânticos do argumento OI, a que tematicamente corresponde o Recipiente ou a Meta.

Em muitos dos exemplos, a preposição *a* com OI precede um OI animado ou humano, como em (13), aqui renumerado como (25):

- (25) CPOL 12 as vezes não tem como dar um carro - não tem como *dar um um telefone novo ao filho* depois começam a surgir essas...

A mesma preposição surge em dois exemplos com OI não animado, como em (26a e 26b):

- (26) (a) ... *dar consistência ao farelo*
(b) ... *dar um acréscimo às nossas notinhas*

A preposição *para* surge com OI não animado, como em (17), aqui renumerado como (27):

- (27) ... *dar algumas soluções para esses problemas*

Mas também surge com um OI humano, como em (18) e (19), renumerados como (28):

- (28) (a) não vai *dar emprego para todo para todos* de uma só vez - tudo é...
(b) CPOL 24 e já não quer mais participar - não pode - tens que dar conforme todas *deram mil mil para ti* -

Finalmente, a preposição *em* surge com OI humano, como em (21), (22), (23), aqui numerados como (29):

- (29) (a) importância é o valor não é ? que *vai se dar na mulher*
 (b) *dar sete mil sete mil damos se for para dar cinco damos numa pessoa*
 (c) o pão que *vai dar nos filhos*

Porém, a mesma preposição ocorre também com um não animado, como em (30), ficando a dúvida se se trata de um argumento locativo ou de um OI:

- (30) um picante não é ? ... para *dar o gosto na comida* - para quem gosta....

É importante destacar que o predomínio da preposição *em* como expressão do OI em PA não se verifica neste *corpus* (contrariamente ao afirmado em bibliografia anterior), embora tal preposição esteja presente com “*core dative verbs*” e sugira uma leve tendência de efeito de animacidade, como vimos em (29).

A preposição *a* é dominante com o V leve *dar*, como em *dar formação a, dar emprego a, dar educação a, dar contributo a*, não se tendo encontrado nenhum exemplo deste tipo de construção com *em*.

Encontrámos também um provérbio com a preposição *a* (cf. (16), repetido aqui como (31)):

- (31) outro tem se dito *dar a César o qué de César e dar a Deus o qué de Deus* D sim senhor e pronto.

A partir de exemplos como este, poderia pensar-se que um dos fatores do uso de *a* é haver algum grau de lexicalização, como no provérbio em (32) e em combinações com o V *dar* leve: contudo, os dados com preposição *a* são tão numerosos e variados que a hipótese de lexicalização não dá conta inteiramente dos factos.

Hagemeijer, Gonçalves, Miguel & Duarte (2019) estudaram o mesmo tema no PA, sobretudo a partir de dados da tese de Miguel (2014), tendo comparado não só “*core dative verbs*” como *dar*, mas também “*non-core dative verbs*” como *ensinar* e os resultados encontrados foram muito semelhantes aos acima apresentados.

Em (32) apresentam-se alguns dos exemplos do referido trabalho, ilustrativos de uso de *em*, de *a* e de *para*, respetivamente:

- (32) (a) São pessoas que *dão bênção nas outras pessoas*.
 (b) Eles *dão muita importância a isso*.
 (c)....*ensinar a minha língua nacional para as crianças*.

As conclusões principais dos autores sobre o PA foram as seguintes: com “*core-dative verbs*” como *dar* e OI recipientes [\pm ANIM], a preposição é *a*; com recipientes [+ANIM] e também com “*core dative verbs*” encontra-se *em* mas “esta não é a estratégia generalizada no PA para exprimir recipientes.” (minha tradução). Em relação à natureza do OI, os autores escrevem que “os quadros observados mostram

efeitos de escolha de verbos e efeito de animacidade” (minha tradução).⁵

Os dados por mim recolhidos, como foram de *dar*, exclusivamente, não permitem concluir nada sobre a escolha do verbo; em relação a efeitos de animacidade mostram também uma tendência de uso de *em* para animados, mas só uma tendência, pois tanto encontramos *para dar o gosto na comida* como *o pão que vai dar nos filhos*.

No sentido de perceber alguma influência de línguas em contacto, os autores dão alguns exemplos de quimbundo com “*core dative verbs*” e “*non-core dative verbs*”:

(33) (a) Ngabana divulu kuaathu.

‘Eu dei o livro às pessoas’

(b) Ngabana divulu kudiloja.

‘Eu dei o livro à loja.’

(c) Ngatumikisa mukanda kuaNzwa.

‘Eu enviei uma carta ao João’

Os exemplos, apesar de em número reduzido, indiciam uma certa tendência para uso do prefixo *kua* com OI animados e *ku* com não animados; tudo isto leva os autores a proporem que os “predicados com um traço de transferência de posse e ou de movimento desencadeiam o uso do marcador locativo *ku*”, tratando os marcadores de classe das Línguas Bantu (quimbundo, em particular) como equivalentes a preposições marcadoras de caso (desenvolvendo Diarra 1990: 59).

No final da sua investigação, os autores concluem que “os traços do PA podem ser explicados por uma complexa interação entre contacto de línguas e propriedades gerais da gramática” (minha tradução), posição com a qual concordo.

Note-se ainda que o nosso *corpus* é rico em pronomes dativos em todas as suas formas, como no PE, sendo o pronome, como se espera, expressão das pessoas do discurso (*me, te, nos*) ou de 3ª pessoa (*lhe, lhes*). Eis, a seguir, seis casos ilustrativos da construção V (Construção V dar Pronome_{dativo} SN_{acusativo}).⁶

V – Construção V *dar* Pronome_{dativo} SN_{acusativo}

(34) CPOLO1... o Onjiva saiu em o mato para para trabalhar qualquer coisa *lhe dar algo de comer às crianças* eh...⁷

(35) CPOLO4 ... outras coisas diferente *lhe chamam de sanzaleira hem - podes nos dar alguns pratos típicos de Angola?* ...

(36) CPOL 06 ... mano empresta x e em o fim de o mês *vou te dar os teus x*com mais qualquer coisa....

- (37) CPOL 28 quimbandeiro mata pessoa ah quimbandeiro
você tem que *lhe dar galinha*...
- (38) CPOL 28 aqui em o caderno em o sabe quem que vai *te a dar trabalho* em esse momento...
- (39) CPOL 29 em o terreno - está ali - *ele ele não te pode dar o dinheiro* exatamente....

Nota-se então que os resultados a que chegámos são bastante distintos dos referidos por vários autores que, nos anos 80, 90 e princípio do século XXI, destacaram a predominância de *em* para exprimir o OI no PA. Talvez a explicação para esta discrepância se relacione com as variáveis sociolinguísticas dos falantes cujas produções foram recolhidas neste projeto. O *corpus* do PA do projeto PALMA foi obtido a partir de produções dos seguintes tipos de falantes:

VARIÁVEIS	HOMENS	MULHERES	TOTAL INFORMANTES
IDADE (MÉDIA ♂: 37; MÉDIA ♀: 38)	18-25	9	9
	26-35	6	6
	36-45	6	6
	46-69	9	7
NÍVEL DE ESCOLARIDADE	0 – 4.º ano	2	3
	5.º – 9.º ano	12	6
	10.º – 12.ºano	8	7
	Ensino superior	8	11
	Não indicado	0	1

Tabela 1 — Género, idade e escolaridade dos falantes do PA pesquisados pelo projeto PALMA.

O quadro apresentado mostra que, em 58 falantes, 15 têm do 10º ao 12ª ano e 19 estudaram em ensino superior, o que indica, logo à partida, que estamos a referir-nos a uma população com alguma formação escolar.

Vejamos agora a língua materna dos falantes estudados.

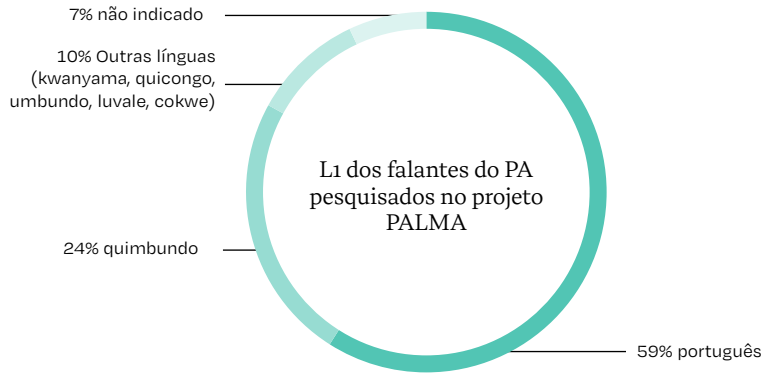


Figura 1 — L1 dos falantes do PA pesquisados no projeto PALMA

Do ponto de vista da língua materna dos falantes pesquisados, 59% têm o português como L1; 24% o quimbundo e, portanto, tais falantes têm o português como L2; 10% têm como L1 outras línguas de Angola, o que indica desde já que a população agora estudada poderá diferir da analisada por Mingas, Miguel, Cabral e Chavagne nos anos 80, 90 e princípio do século XXI.⁸

Assim, independentemente de uma análise formal mais fina das construções ditransitivas em PA, o facto de as expressões do OI mais frequentes nesta variedade serem idênticas às estratégias dominantes do PE (através do uso da preposição *a* e do uso de pronomes dativos) mostra o forte estatuto de nativização do português em Angola, L2 para cerca de 70% a nível nacional, embora superior em contexto urbano e sobretudo muito falado por gerações jovens.⁹

23.4 ——— CONSTRUÇÕES DITRANSITIVAS NO PORTUGUÊS DE MOÇAMBIQUE

Depois de traçar um breve panorama das construções ditransitivas com o verbo *dar* em PA, irei tratar agora o mesmo fenómeno no PM, de novo a partir dos dados do projeto PALMA.

Tal como em relação ao PA, encontrámos vários tipos de construção.¹⁰

23.4.1 — Principais construções

I – Construção V SN SPREP com a preposição ‘a’:

- (40) PROJ 37 o quê que tem feito para / digamos / minimizar
ou *dar uma melhor educação à sua filha ? ...*
- (41) PROJ41 mais e / tem que melhorar mais / no sentido de /
dar aquela moral aos professores / não só professores...
- (42) PROJ 47 porque nunca posso recorrer aos tempos / e
não dar nada ao meu filho / porque eu também vivi mal...
- (43) PROJ 52 ... tem aquela tradição de que / os pais é que
deviam dar o nome ao primeiro filho dele ...
- (44) PROJ 70 tem que aprender a organizar as coisas / a saber
que informação dar à gente ...

Repare-se desde já que, em todos os exemplos acima, o OI é um animado ou um humano e, por isso, a presença da preposição *a* é esperada se se verificar um fator de animacidade idêntico (mas não exatamente igual) ao do PA.

II – Construção V SN SPREP com a preposição ‘para’:

Encontrámos apenas dois exemplos, em (46), com ‘para’:

- (45) (a) se não puder *dar uma festa para os amigos /*
o que é que...
- (b) ele conseguiu / com muito suor *dar uma base para*
todos os filhos

A presença de construções ditransitivas com pronome OI dativo quer de 1ª e 2ª pessoas quer de 3ª pessoa é também uma marca do *corpus* do projeto, como apresentamos em III.

III – Construção *dar* Pronome_{dativo} SN_{acusativo}

- (46) PROJ 50 ...de ela precisar ver os filhos / eu *não lhe dar os*
filhos / nunca me ligou / eu também que sou homem...
- (47) PROJ 51 ... não faço nada / ou *queres me dar trabalho / já*
para o fim de semana?
- (48) PROJ 69 ...então se tivesse *pouco para me dar/ se não eu*
não podia ter o suficiente

- (49) PROJ 69 ... *psicologia está-me a dar subsídio* / praticamente porque fala -se mais de perceber o aluno /
- (50) PROJ 70 ... o estado tem que me dar também / *tem que me dar uma pequena percentagem* / além do que vou receber....
- (51) PROJ 70 ... *nem que seja um por cento do valor* / *tem que me dar* / para fazer valer isso tudo...
- (52) PROJ 70 eu nego a editora / eu nego a editora porque *querem-me dar aquilo que não vale o meu trabalho* / eu nego / agora

O pronome dativo encontra-se em ênclise ou próclise em relação ao *V dar* ou elevado para um auxiliar ou para um *V* de reestruturação, como em ... *está-me a dar subsídio* ou em ... *porque querem-me dar aquilo que não vale o meu trabalho*, questões sintáticas que não vou aqui explorar.

Como já referi acima, quer com a preposição *a* quer com pronomes dativos o OI é um animado ou um humano.

Encontrámos uma construção não preposicionada, ilustrada em (53):

IV – Construção V SNOD-Tema SNOI-Recipiente
(não preposicionada):

- (53) PROJ 53 ... nós os africanos / sempre a tendência de *dar nome os nossos filhos* ...

Neste caso trata-se do *V dar* leve (*dar nome = nomear*) e daí a ordem de palavras encontrada, não se tratando claramente de uma CDO.

23.4.2 — Discussão dos resultados

Vimos que a estratégia dominante em PM para exprimir o OI continua a ser o uso da preposição *a*; a preposição *para* é pouco representativa e a CDO é praticamente inexistente no corpus estudado.

De forma a discutir os dados recolhidos, importa perceber as principais características sociolinguísticas dos falantes pesquisados.

VARIÁVEIS	N.º DE INFORMANTES	TOTAL INFORMANTES
GÊNERO	Masculino	37
	Feminino	33
IDADE (MÉDIA: 34)	17-25	23
	26-35	22
	36-45	10
	46-82	15
NÍVEL DE ESCOLARIDADE	0 – 4.º ano	4
	5.º – 9.º ano	18
	10.º – 12.º ano	23
	Ensino superior	22

Tabela 2 — Gênero, idade e escolaridade dos falantes do PM pesquisados no projeto PALMA.

Tal como em relação ao PA, o quadro revela estarmos perante falantes com algum grau de escolaridade, pois em 70, 23 têm do 10º ao 12º ano e 22 têm ensino superior.

Quanto à língua materna, 40% têm o português como língua materna e 26% várias outras línguas; 19% têm o changana como L1, sendo 8% bilingues português / changana.

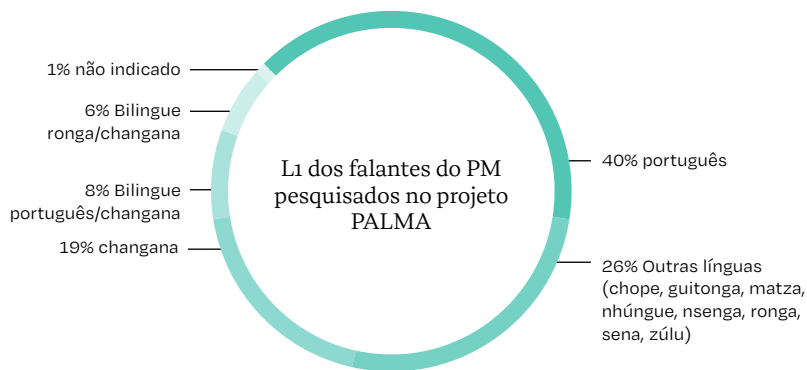


Figura 2 — L1 dos falantes do PM pesquisados no projeto PALMA

Gonçalves (1990, 2004, 2010) estudou extensivamente a variedade do PM e os exemplos seguintes são retirados de obras

suas. De acordo com os seus dados, a CDO (54a) seria a estratégia ditransitiva dominante em PM, com a consequência de que as passivas dativas seriam igualmente possíveis (54b):

(54) (a) Entregou o emissário as cartas (= ao emissário)

(b) Os jovens são dados responsabilidades de família.

Para explicar estes fenómenos, Gonçalves (1990, 2004, 2010) desenvolve uma análise segundo a qual o PM está a sofrer uma mudança paramétrica, de acordo com a qual os verbos, à semelhança do que se passa nas línguas maternas dos falantes, as línguas bantu, têm a possibilidade de atribuir o caso objetivo / acusativo a mais do que um argumento, pela incorporação sistemática de uma preposição nula no verbo, tratamento que Perpétua Gonçalves desenvolve a partir de Baker (1988). Baker propõe esta análise para dar conta da Construção de Duplo Objeto (CDO) em inglês. Segundo Gonçalves (1990), este mecanismo explicaria a chamada CDO (55a) e as passivas dativas (55b). Para a autora (Gonçalves 2010, pp. 103, 106, 107), o contacto de línguas e o facto de o português ser L2 de grande parte dos moçambicanos são os fatores fundamentais para a existência da CDO como estratégia ditransitiva dominante. De notar, no entanto, que Gonçalves combina a sua explicação com uma análise formal fina, baseada em princípios e parâmetros formais. Sobre tudo isto ver o capítulo 5 deste livro.

Note-se que os dados em que Perpétua Gonçalves se baseia, em grande parte dos seus trabalhos, foram obtidos em produções semiespontâneas (entrevistas) conduzidas no quadro do Projeto Português Oral do Maputo (PPOM), um projeto desenvolvido nos bairros que circundam a cidade de cimento em Maputo, que se destinava precisamente a estudar a produção do português por parte de uma população pouco escolarizada, nos anos 80 e 90 do século XX.

Como já disse, o *corpus* do PM do projeto PALMA não confirma a CDO como estratégia dominante e mostra a existência de construções ditransitivas preposicionadas, com grande destaque para as que contêm a preposição *a*, na linha aliás do já proposto por Cumbane (2008) para esta variante.

Na sua tese de doutoramento, Cumbane (2008) usou um inquérito por questionário de juízos de gramaticalidade sobre frases em Português L2 dirigido a falantes nativos de xitshwa. Cumbane (2008, p. 341) mostra que a média de respostas positivas a uma CDO é de 64,77%. No entanto, em relação à construção preposicionada (*O Pedro enviou a criança ao irmão*), quer dizer, a construção ditransitiva com a preposição *a* com a ordem não marcada, a média de respostas que consideram tais frases como gramaticais é de 97,92 %, um

número superior ao da CDO (Cumbane 2008, p. 345). Isto indica que, em tarefas que envolvem processamento, os resultados são menos restritivos e os falantes consideram com facilidade como aceitável a construção preposicionada do PE (Cf. Cumbane 2008, pp. 346-7).

Como sugeri acima, os informantes estudados por Perpétua Gonçalves no quadro do PPOM eram muito distintos dos informantes cujas produções foram recolhidas para o projeto PALMA, e por isso a comparação entre os resultados das duas pesquisas tem de ter isso em conta.

O que importa assinalar é a heterogeneidade linguística de um país como Moçambique, ligado ao facto de o português ser L2 para cerca de 50% da população. Por isso, concordamos com o que Perpétua Gonçalves escreveu a este propósito (*I Colóquio Internacional VariaR*, março de 2021): “A população moçambicana está exposta a um *input* heterogéneo, em que dominam os falantes não nativos do português europeu padrão (PE), mas em que existe também uma oferta linguística considerável desta norma, sobretudo através dos manuais escolares e dos meios de informação. Pode assim dizer-se que, atualmente, os falantes têm “competências múltiplas” (Lightfoot 2006) em português, e que o seu discurso é gerado por propriedades e regras da “nova” gramática do Português de Moçambique (PM) e do PE.”¹¹

Penso que é esta também a situação em Angola. De facto, quer em Angola quer em Moçambique os falantes de Português L2 são detentores de conhecimentos gramaticais múltiplos, em que uma gramática do português muito próxima da do PE tem um grande peso, dado que esta língua tem vindo a nativizar-se de forma acentuada nos últimos anos.

23.5 ————— CONCLUSÕES

Neste texto analisei as construções ditransitivas em duas variantes do português, PA e PM, a partir de dados do projeto PALMA. Resumo a seguir as principais conclusões deste estudo:

1. De acordo com os dados recolhidos, as construções ditransitivas do PA estão a usar muito pouco a preposição *em* para marcar o OI, ao contrário do que é dito nalguma bibliografia. Há algum fator de animacidade que parece estar a marcar a escolha das preposições *a*, *em* e *para* nesta variante: em particular, *a* usa-se com [+/-Animado] e *em*

tendencialmente com [+ Animado]; mas, mais do que uma regra, parece ser apenas uma tendência. A crescente nativização do português em Angola está a contribuir para a presença da preposição *a* e para o uso muito produtivo de pronomes dativos.

2. No PM, é igualmente notória a nativização do português, de tal modo que a CDO, referida por Perpétua Gonçalves nos anos 90 como a mais representativa das construções ditransitivas, quase não aparece no *corpus* do projeto PALMA, surgindo como muito produtiva a preposição *a* e muito pouco a preposição *para*. Os pronomes dativos surgiram igualmente com grande peso no corpus.
3. Tanto no PA como no PM a hipótese do contacto de línguas parece pesar menos do que é proposto por alguns linguistas. De qualquer modo, tanto num país como noutra o português é L2 de uma percentagem grande de falantes e por isso tais falantes são detentores de “gramáticas múltiplas” e, por sua vez, a comunidade é caracterizada por “gramáticas em competição”.

- | | |
|---|---|
| <p>1 Este texto parte de Brito (2022c), com o corte do ponto sobre estrutura sintática. Agradeço às organizadoras do volume, Professoras Márcia dos Santos Machado Vieira e Vanessa Meireles, a autorização para reprodução do texto. Sobre construções ditransitivas ver capítulos 5 e 6 deste livro e a bibliografia aí indicada.</p> | <p>4 O exemplo é pouco claro e, por isso, não sabemos se o SN/SDET em causa (<i>o filho ou a irmã ou a mãe</i>) é SU ou se é OI; por isso, o exemplo pode não ser representativo da Construção de Duplo Objeto, como à primeira vista parece.</p> |
| <p>2 O projeto foi coordenado pelo professor Tjerk Hagemeijer, da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, de 2019 a 2022.</p> | <p>5 As conclusões deste trabalho são em grande parte semelhantes a um outro (Gonçalves, Duarte & Hagemeijer (2022), finalizado já depois de este texto ter sido publicado no Brasil.</p> |
| <p>3 Tal escolha tem as suas vantagens – trata-se de um dos “<i>core dative verbs</i>” mais representativos – e, por outro lado, por ser no infinitivo, o sistema dá-nos facilmente os dados; mas a escolha também tem os seus problemas, pois encontrei muitas produções de <i>dar</i> leve, de <i>dar</i> em expressões idiomáticas</p> | <p>6 Os pronomes dativos em causa surgem em ênclise, em próclise ou elevados para um V de reestruturação ou para um auxiliar, conforme os casos, mas não vou deter-me aqui na ordem de palavras.</p> |

- 7 Note-se que no exemplo em causa parece haver redobro do OI com SN pleno, como em espanhol, estratégia agramatical no PE, que só permite redobro com pronomes (*lhe ... a ele / ela*). Dado que foi encontrado apenas este exemplo e que não há uma total concordância quanto ao número (*lhe ... às crianças*), não consideramos este fenómeno relevante.
- 8 Em cada folha Excel do projeto PALMA é possível identificar a L1 de cada um dos entrevistados, mas não o fiz na análise que vai seguir-se.
- 9 Num total de 25, 7 milhões de pessoas, de acordo com Censo de 2014; ver, entre outros, <https://blogs.opovo.com.br/girolusofono/2016/05/30/lingua-portuguesa-e-falada-por-71-dos-angolanos-aponta-censo/>
- 10 Algumas das quais com o V *dar* leve, como em *dar educação*.
- 11 Em Moçambique quase 50% da população “sabe Português”, de acordo com o Censo de 2017 (isto é, 10535905 de pessoas, para 11707468, que respondem “não sabe Português”) ([http://www.ine.gov.mz/iv-rgph-2017/mocambique/08-lingua/quadro-24-populacao-de-5-anos-e-mais-por-condicao-de-conhecimento-da-lingua-portuguesa-e-sexo-segundo-area-de-residencia-e-idade-mocambique-2017.xlsx/view](http://www.ine.gov.mz/iv-rgph-2017/mocambique/08-lingua/quadro-24-populacao-de-5-anos-e-mais-por-condicao-de-conhecimento-da-lingua-portuguesa-e-sexo-segundo-area-de-residencia-e-idade-mocambique-2017.xlsx/viewhttp://www.ine.gov.mz/iv-rgph-2017/mocambique/08-lingua/quadro-24-populacao-de-5-anos-e-mais-por-condicao-de-conhecimento-da-lingua-portuguesa-e-sexo-segundo-area-de-residencia-e-idade-mocambique-2017.xlsx/view))

24 ——— RELATIVAS DE GENITIVO NO PORTUGUÊS EUROPEU E NO PORTUGUÊS MOÇAMBICANO¹

O objetivo do capítulo é o de confrontar as diversas formas de relativas de genitivo em português europeu (PE) e em português de Moçambique (PM). Depois de uma introdução onde se apresentam relativas de *cujó* e de genitivo desviantes em PM (24.1), em 24.2. analisamos as relativas de genitivo em PE à luz da hipótese SDET e do Programa Minimalista; em 24.3. voltaremos às relativas desviantes do PM tendo em conta os princípios e as condições gramaticais anteriormente expostos e em 24.4. apresentaremos breves conclusões.

24.1 ——— INTRODUÇÃO

Nas produções orais e escritas em português de falantes moçambicanos é possível encontrar diversos tipos de desvios à norma europeia do Português no que diz respeito à forma das orações relativas. Alguns desses desvios têm sido estudados (Diniz 1986, Chimbutane 1995 e 1998, Gonçalves 1995). Outros tipos, porém, embora referenciados (Diniz 1986, Gonçalves & Stroud 1998), têm sido pouco analisados, o das relativas de genitivo.

Quer no corpus do *Panorama do Português Oral do Maputo (PPOM)* quer em jornais moçambicanos do final da década de 90 do século XX, foi possível recolher enunciados que contêm relativas de genitivo não canónicas ou que usam a forma *cujó* sem valor de genitivo. Tais produções exibem vários graus de „desvio“, sendo de presumir que são produzidas por diferentes falantes ou pelos mesmos falantes em condições enunciativas distintas.²

Esses exemplos podem ser agrupados em quatro grupos:

- I – Relativas de *cujó* e com o determinante demonstrativo *esse*:
- (1) Nós temos que dar aquele lugar a uma pessoa *cuja essa pessoa* enquanto a tua mulher estiver viva não pode ocupar (= ...a uma pessoa que não pode ocupar o lugar enquanto a tua mulher estiver viva.) (PPOM, vol. 3, pp. 102-103)).
 - (2) Uma proposta por escrito *cuja essa proposta* estava muito bem açucarada (= ... uma proposta por escrito que / a qual estava ...) (*idem*)

- (3) Uma agência Isotopic *cuja essa agência* para ser o director assistiu uma passagem do filme (= uma agência na qual para ser director...) (*idem*)

II – Relativas de *cujo* e com o determinante possessivo *seu*:

- (4) O baixo preço praticado (...) levou à desistência massiva de agricultores do sector familiar na produção do chamado ouro branco, *cujo seu envolvimento* estava já a ganhar ímpeto. (texto de jornalista, *Notícias*, 19.5.2000)

III – Relativas de *cujo* e artigo definido:

- (5) Lemos um texto *cujo o conteúdo* era o seguinte.
 (6) As crianças *cujas as consequências* são amargas...
 (Textos de estudantes de 11^a classe)

IV – Relativas com valor de genitivo, sem *cujo*, mas com um *que* e um pronome pessoal, de interpretação anafórica:

- (7) os carros *que* eu conheço *os nomes deles* são... (Diniz 1986, p. 2 do anexo III)
 (8) os meios de transporte *que* eu vi *os nomes deles* são...
 (*idem*, p. 3).

Ao lado destes dados, sobretudo no caso de textos escritos, há exemplos bem formados de relativas de *cujo*, como em (9):

- (9) O troço Chissano-Chibuto, religiosamente falando, é uma autêntica via sacra, rumo ao Calvário, a que qualquer automobilista está submetido, cujo algoz é a Empresa de Construção e Manutenção de Estradas e Pontes. (carta ao Director, *Notícias*, 19.5.2000)

As questões que estes exemplos colocam são as seguintes:

- (i) De que modo as construções apresentadas se aproximam de outras tendências na produção das relativas do PM, já estudadas na bibliografia relevante?
 (ii) Mostrarão as construções desviantes algum tipo de regularidade, algum tipo de sistematicidade?
 (iii) De que modo estas construções mostram a aplicação de princípios gramaticais gerais?
 (iv) Que relação haverá entre estes processos de relativização e o estatuto de L2 que o português tem para uma grande parte da população moçambicana?

24.2 — AS RELATIVAS DE GENITIVO EM PE À LUZ DA HIPÓTESE SDET E DO PROGRAMA MINIMALISTA

Antes de responder a estas perguntas e de analisar os exemplos de relativas desviantes do PM, é importante reconhecer que, mesmo para os falantes do PE, as relativas de genitivo são difíceis de produzir. Isso explica hesitações, o uso de estratégias de relativização alternativas para evitar o uso de *cujó* e mesmo fenómenos de hipercorreção.

São três as formas canónicas de relativas de genitivo do PE, exemplificadas de (10) a (12):

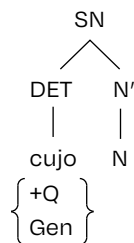
(10) A revista cujo editorial tu copiaste é muito cara.

(11) A revista da qual tu copiaste o editorial é muito cara.

(12) A revista o editorial da qual tu copiaste é muito cara. (Brito 1991, p. 103)

Começemos por analisar as relativas de *cujó* N.

No quadro do tratamento clássico do SN, concebia-se que o constituinte relativizado que contém *cujó* tinha a forma descrita em (13):



Para justificar o estatuto de operador, era necessário postular um mecanismo de concordância ESP-núcleo e um mecanismo de percolação de traços, pelo qual o traço de operador relativo descrito como [+Q] sobe para a projecção máxima SN (Brito 1991).

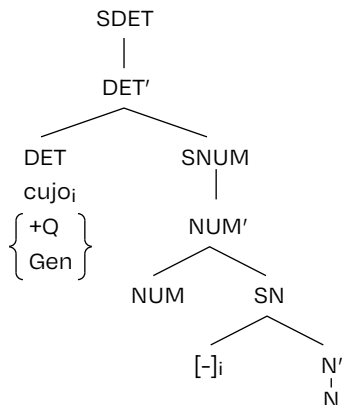
Embora esta ideia seja adequada, no quadro da „hipótese SDET“ (Abney 1987), a estrutura (13) deve ser repensada. Assumirei que a categoria máxima é SDET e que contém, pelo menos, uma categoria funcional intermédia entre SDET e SN (ver Ritter 1990, 1991, Brito 1993 e capítulo 7 deste livro).

É em SN, a parte lexical da estrutura, que se devem projetar os constituintes capazes de receber uma relação temática; deste modo, *cujó* e *do qual*, que são associados à interpretação possessiva, deverão ser projetados numa posição no interior de SN e ser movidos para a parte funcional da construção.

Suponhamos então que, em PE, *cujó* é um constituinte projetado em especificador de SN (provavelmente como um núcleo) e é movido

para a posição de DET; tendo caso genitivo inerente, o constituinte move-se para tornar visível o papel temático e para validar o seu traço de DET (Cf. Garcia 1994 para o espanhol). Ver a representação em (14). *Cujo* tem, além disso, um traço [+Q] e, uma vez na posição de núcleo do sintagma, como determinante relativo, transmite à projecção SDET o seu traço de operador; tudo isto é descrito em (14):

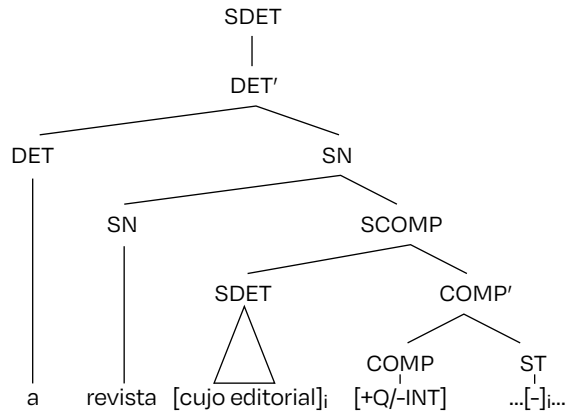
(14)



Assim, o SDET que contém *cujo*+N (*cujo editorial*), como um todo, é projetado no interior de uma oração relativa numa determinada posição (no exemplo (10) é OD de *copiar*). Dada a presença em COMP de um traço [+Q-] forte, opera em Sintaxe explícita o movimento Q, para a posição de especificador de SCOMP, isto é, para uma posição inicial da oração relativa (ver parte IV deste livro).

Aceitando aqui uma análise das relativas restritivas como adjuntos à direita da categoria SN (ver capítulos 16 e 17), será então a seguinte a estrutura parcial de um exemplo como (10), sendo *cujo* N analisado como em (14):

(15)



O movimento Q dá origem a uma relação operador-variável, típica das construções relativas. Sobre este assunto ler Chomsky (1981, 1982), Brito (1991) para o Português, Safir (1986), entre muitos outros (ver ainda a parte IV deste livro).

A coindexação antecedente – relativo *cujo* assegura a interpretação anafórica, sendo aqui irrelevante se ela opera por „Ligação Relativa“, como proposto em Safir (1986) ou por Regra de Predicação (Chomsky 1977, Chomsky 1982, Brito 1991). Além disso, estabelece-se uma relação semântica (de possuidor-possuído ou todo-parte) entre o nome do antecedente (*revista*) e o nome do SN relativizado (*editorial*).

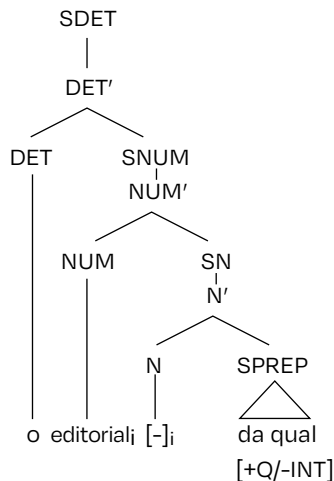
Estes mecanismos são descritos de forma simplificada em (18):

(16) [SDET a[SN revista_i] [SCOMP [cujo_i editorial]_j]
[ST tu copiaste [-]_j]]]

Como vimos acima, à parte a construção de *cujo*, há em PE outras estratégias de formação de relativas de genitivo, com “Pied Piping de SPREP” (*da qual ... o editorial*) e Pied Piping de SDET (*o editorial da qual*) e que estão exemplificadas em (11) e (12), respetivamente.

Nesse caso, diferentemente de (16), da primeira construção, o morfema Q genitivo não é projetado como *cujo* na posição de especificador de SN mas é projetado como complemento de N, sob a forma *da qual*. A atribuição de genitivo será aqui simplificada (ver a este propósito os capítulos 8 e 13).

(17)



O SPREP *da qual* tem o traço [+Q]; por essa razão, em Brito (1991), invocava-se a noção de Kayne (1984) de „projecção-r“ para dar conta do facto de que mesmo um traço [+Q] numa posição de complemento regido é percolável até à máxima projecção do núcleo que selecciona tal complemento.

Como alternativas possíveis a este mecanismo pode pensar-se na noção de „projecção semântica“ de Abney (1987) ou de „projecção estendida“ de Grimshaw (1991).

Em Abney, propõe-se a noção de projecção semântica, pela qual os traços semânticos de uma dada categoria lexical se projetam até à projecção máxima da categoria funcional que selecciona a categoria lexical em causa; assim, por exemplo, a frase (SFLEX / ST) é a projecção semântica de V, SDET é projecção semântica de N. Por seu lado, de acordo com Grimshaw (1991), a noção de projecção estendida envolve uma extensão da noção de projecção. Em SDET, por exemplo, DET e N têm os mesmos traços categoriais (são [-V+N]) embora sejam distintos quanto à natureza funcional / lexical: DET é funcional, N é lexical. Neste sentido, é possível definir dois tipos de projecção: projecção não estendida, isto é, projecção de núcleo perfeito (N é núcleo perfeito apenas para N' e SN) e projecção estendida: SDET e DET' são projecções estendidas para N, porque todas as categorias envolvidas, mesmo nos seus níveis intermédios, partilham os traços categoriais [-V+N].

Suponhamos que o traço [+Q], não sendo um traço categorial, mas sendo um traço sintático e semântico importante, mesmo caracterizando só um complemento de N em SN como

nas construções (11) e (12), é também partilhável por N', SN, DET' e SDET. Se estiver correta esta ideia, como SN faz parte da projeção estendida de SDET, então SDET é [+Q] desde que em SN exista um tal traço.

Assim, o SDET *o editorial da qual* adquire o traço [+Q] e desloca-se para o início da oração relativa, como em (12). No entanto, uma vez que o traço [+Q] está apenas num complemento de N, nada impede que só o complemento seja deslocável por movimento Q e o resto da construção fique *in situ*, gerando *da qual... o editorial*, e derivando (11).

De qualquer modo, em todas as construções há condições para aplicação de movimento Q porque o traço [+Q] em COMP é forte; opera a Ligação Relativa ou a Regra de Predicação para coindexar o antecedente e o morfema relativo e estabelece-se uma relação semântica todo / parte. Em (18) e (19) descrevem-se simplifadamente as representações correspondentes a (11) e (12):

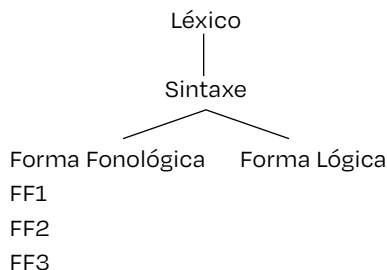
(18) [SDET a [SN revista_i] [SCOMP [da qual_i]_j [ST tu copiaste [SDET o editorial [-j]]]]]]

(19) [SDET a [SN[SN revista_i] [SCOMP [SDET o editorial da qual_i]_j [STtu copiaste [-j]]]]]]

As três construções têm, portanto, realizações diferentes no nível de interface Forma Fonológica (FF), mas idêntica Forma Lógica (FL), para a qual intervêm todos os mecanismos interpretativos descritos. Do ponto de vista das relações lexicais, a FL reconstrói, por assim dizer, a relação de todo-parte-todo ou possuidor-possuído que caracteriza estas construções.

Um tal tratamento favorece uma concepção de forma da gramática de acordo com o Programa Minimalista, uma vez que sobre os itens lexicais e suas relações atuam os mecanismos da sintaxe (o Sistema Computacional), permitindo obter ao nível da FF três realizações diferentes mas com uma mesma FL (esquema inspirado em Garcia 1994, p. 96):

(20)



24.3 — ANÁLISE DAS PRINCIPAIS FORMAS DE DESVIO NAS RELATIVAS DE GENITIVO OU DE *CUJO* EM PM

Depois de apresentarmos os mecanismos sintáticos e interpretativos mais relevantes que caracterizam as relativas de genitivo em PE, analisemos agora o que se passa com idênticas relativas no PM.

Ao procedermos a uma primeira análise dos exemplos do PM em 24.1., agrupámo-los em quatro tipos, que simplificadamente podemos descrever através das sequências *cujo esse*, *cujo seu*, *cujo o* e uso de *que*.

Vamos analisar o primeiro caso, o emprego de *cujo esse*, ilustrado em (2):

- (2) „Uma proposta por escrito *cuja essa* proposta estava muito bem açucarada.“

Em exemplos deste tipo, não haveria razões de natureza lexical para uma relativa de genitivo; de facto, *cuja essa proposta* não deveria ter aqui valor genitivo; desse modo, a proposta que fizemos anteriormente segundo a qual *cujo* é projetado em SN e movido para o DET do constituinte relativizado não tem justificação.

O que parece é que, em *cujo esse*, *cujo seu* e *cujo o*, *cujo* é uma projeção máxima, um pronome, um pro-SN, e não um determinante. Nesse sentido, a sua posição estrutural não é a de DET mas a de especificador de SDET; ocupando uma tal posição concorda em traços de género e número com DET (*esse*, *o*) e com o N, por concordância especificador-núcleo, comum a outras situações de partilha de traços.

Porém, há diferenças entre os tipos I, II e III.

No tipo I, como dissemos, *cujo* não tem valor de genitivo, parecendo que, quando produzem esta estrutura, os falantes usam *cujo* como um morfema geral de relativização, semelhante a *que*. Tendo o traço [+Q], sendo, portanto, um operador e c-comandando todo o sintagma, o SDET relativizado adquire o estatuto de operador [+Q], sendo movido para especificador de SCOMP para satisfazer um traço [+Q] forte em COMP. De acordo com estas propostas, *cujo* ocupa a posição de Esp de SDET e *esse* é o próprio DET.³

Além de *cujo* ser usado como um marcador geral de relativização, no tipo I há uma redundância porque quer *cujo* quer *esse* têm valor anafórico. Desse modo, (2) lembra as relativas com pronome resuntivo do PM (estudadas por Chimbutane 1995 e 1998).

Vejamos agora o que se passa com o tipo II, caracterizado pela coexistência de *cujo* e *seu*. Olhemos para o exemplo (4):

- (4) „O baixo preço praticado (...) levou à desistência massiva de agricultores do sector familiar na produção do chamado ouro branco, *cujo seu* envolvimento estava já a ganhar ímpeto“.

Em (4) a relação semântica possessiva é dada simultaneamente por *cujo* e *seu*; o desvio é, portanto, a redundância dessa informação e por isso a estrutura viola o Critério Temático (Chomsky 1981); ao usarem esta construção, os falantes sentem necessidade de reforçar esse valor através de um determinante possessivo.

Vejam com mais pormenor a construção. Ao nível de SN são projetados dois constituintes em posições temáticas *cujo* e *seu*, talvez a partir da recursividade de N^c; e ambos se movem para posições superiores, especificadores de projeções máximas: *cujo* fica em Esp de SDET e *seu* em Esp de SCONC (ver capítulo 9 sobre possessivos).

Mais uma vez este tipo de relativa pode relacionar-se com a tendência que se sente no PM para a estratégia resuntiva. Aqui, é um possessivo de 3ª pessoa e não um pronome pessoal que é usado como uma espécie de resuntivo.

Olhando agora para os exemplos (5) e (6), que representam aquilo que foi incluído no grupo III (*cujo o conteúdo, cujas as consequências*), vemos que a estrutura do SDET envolvido é muito semelhante às anteriores, com a diferença de que a posição de núcleo do SDET relativizado é ocupada por artigo definido. Consequentemente, não há valor anafórico redundante, sendo o morfema relativo apenas o pronome *cujo*. Quer então dizer que os falantes usam *cujo* como um morfema geral de relativização, como parece que está a acontecer com *que* e também com *onde*. (Sobre *onde* como SU e OD ver Dinis (1986), Lindonde (2002), entre outros).

Foi acima proposto que nos tipos I, II e III do PM, *cujo* é um pronome, uma projecção máxima; a forma *cujo* tem, de facto, variado o seu estatuto de núcleo e de determinante ao longo da história da língua. No português arcaico era possível encontrar, por um lado, casos de *cujo* como pronome e não como determinante e, por outro lado, com funções sintáticas centrais e não como genitivo; veja-se os seguintes exemplos fornecidos por Epifânio da Silva Dias (Dias 1918/ 1979, p. 86):⁴

(22) (a) „dar o seu a cujo é“

(b) „torna os vestidos, a cujos são...“

Do ponto de vista sociolinguístico, os tipos I, II e III podem dever-se a um fenómeno de hipercorreção; de facto, as estruturas de *cujo* são difíceis mesmo para os falantes da norma europeia e usá-las, associadamente a fenómenos de redundância, parece revelar uma

vontade de empregar uma forma prestigiante.

Até porque, como vimos acima, é possível encontrar uma estrutura mais simples, a do exemplo (7), aqui repetido, que vamos agora analisar:

(7) os carros que eu conheço os nomes deles são ...

Trata-se de relativas que deveriam ser de genitivo, mas que não comportam *cujó* nem nenhuma das construções correspondentes do PE; pelo contrário, têm *que* e um pronome pessoal inserido num complemento genitivo, numa estratégia resuntiva.

Neste tipo de exemplos, é a retoma do antecedente sob a forma de um pronome pessoal, inserido num complemento nominal, que permite obter quer o valor anafórico quer o valor de genitivo; por sua vez, a coexistência de dois nomes que estabelecem entre si uma relação de todo/parte (*carros... nomes*) origina a interpretação possessiva.

Para justificar a relação operador-variável que caracteriza todas as relativas e na hipótese de *que* ser em (7) o complementador e não um morfema relativo, pode propor-se que há um operador nulo em especificador de SCOMP e que é esse operador que dá o estatuto de pronome resuntivo, de variável, a (*d*)eles. (Cf. Safir 1986, p. 85, Alexandre 2000 e ainda capítulo 16).

Chegados a este ponto, vale a pena investigarmos se o PM poderá estar a ser influenciado pelas línguas do grupo bantu, línguas maternas para grande parte da população moçambicana.⁵

Vejamos um exemplo de relativa de genitivo em Changana (Cf. Chimbutane. 1995, 1998):

(23) Vana lava vabava va vona va-nga-f - a nyimpini vaxaniseka.
crianças estas pais de elas ms-RELMorrer-vf guerra estao a sofrer.
,As crianças cujos pais morreram na guerra estão a sofrer.'

Em (23), a oração relativa é „lava vabava va vona vangafa nyimpini“ (cujos pais morreram na guerra) e o antecedente da relativa é „vana“ (crianças).

No interior da relativa temos „lava“ (estas), um demonstrativo que varia de acordo com a classe a que pertence o antecedente; tal demonstrativo parece ter na relativa o papel anafórico que por vezes é dado pelos pronomes relativos. A oração comporta ainda um morfema „nga-“ que os bantuístas designam um „marcador relativo“ e que se incorpora à forma verbal.

Note-se ainda a expressão *va vona* (delas), que marca a relação possuidor-possuído, típica das relativas de genitivo.

Vemos que nas relativas de genitivo em changana não há morfemas de tipo *cujó*; a relação possessiva ou de todo - parte é

dada pela coocorrência de duas expressões nominais cujos núcleos nominais têm condições lexicais para estabelecerem entre si uma relação semântica desse tipo; o antecedente é retomado quer sob a forma de um demonstrativo quer sob a forma de um marcador relativo.

Reparamos, assim, que o exemplo do tipo de (7) do PM se aproxima nalguns aspetos das relativas de genitivo em changana, ilustradas em (23): não há operador relativo a iniciar a oração relativa e há um pronome pessoal na relativa que retoma o antecedente. Nos dois casos o mecanismo responsável pela interpretação das relativas deverá ser a regra de predicação (cf. Brito 1991, pp. 116-117).

Não estou com isto a dizer que haja influência direta do contacto entre changana e o PM, até porque, como vimos, o changana, como outras línguas bantu, têm um determinante demonstrativo a iniciar a oração relativa e um marcador relativo incorporado ao verbo, mecanismos inexistentes em português.

O que se pretende mostrar é que alguma aproximação, mesmo ténue, de estratégias de relativização em línguas tipologicamente tão diferentes mas que coabitam deve querer dizer alguma coisa do ponto de vista do contacto entre línguas, da aquisição linguística e dos princípios universais da gramática.

24.4 ————— CONCLUSÕES

Entre as mudanças que parecem estar a caracterizar as relativas no PM, foi possível encontrar as seguintes:

1. Ao contrário do PE, em que o constituinte *cuyo* é um núcleo, no PM *cuyo* está a ser usado como pro-SN, como projecção máxima, exibindo concordância com os determinantes (*esse, seu, o*) e com o núcleo lexical. O seu valor parecer ser o de marcador geral de relativização (talvez sem valor de genitivo, por vezes coocorrendo com *este, seu, o*). A estratégia resuntiva que está a dominar a formação de relativas no PM parece afetar também as relativas de *cuyo*.
2. Tanto o PE como o PM como o changana são condicionadas por princípios da Gramática Universal: princípios que se relacionam com a forma e interpretação das orações relativas e as de genitivo em particular; condições sobre o movimento Q; princípios de ligação e de predicação; princípios que regulam a forma das expressões nominais, nomeadamente a atribuição de Caso; e relações lexicais entre nominais. Entre

os aspetos comuns a português e changana podem destacar-se, de forma muito informal, os seguintes:

- a) Como forma de estabelecer a relação anafórica, a construção relativa envolve necessariamente a coindexação de um pronome (relativo, demonstrativo, possessivo ou outro) presente na oração subordinada com a expressão nominal antecedente.
 - b) A interpretação possessiva ou de todo-parte em relativas surge associada à presença de genitivo e tem como condição a existência de dois nomes, um como antecedente e outro presente na oração subordinada, que do ponto de vista lexical permitem o estabelecimento de uma tal relação.
3. Neste sentido, é natural que as estruturas de relativização, genitiva ou outra, que fazem parte do conhecimento gramatical da língua materna de grande número de falantes moçambicanos, condicionem, mesmo que de maneira ténue, a estrutura do mesmo tipo de construção em português, língua segunda para esses falantes.
 4. A análise das relativas de genitivo no PM aqui apresentada mostra que a gramática da L2 é distinta não só da da língua materna (L1) como da da língua alvo. Nestas condições, é natural que os sujeitos falantes moçambicanos que têm o português como L2 façam mudanças e alterações mais ou menos profundas relativamente à gramática do português.

Tanto o PE como o PM como o changana são condicionadas por princípios da Gramática Universal: princípios que se relacionam com a forma e interpretação das orações relativas e as de genitivo em particular; condições sobre o movimento Q; princípios de ligação e de predicação; princípios que regulam a forma das expressões nominais, nomeadamente a atribuição de Caso; além de relações lexicais entre nominais.

- 1 Este capítulo parte de Brito (2001b). Foram feitos alguns cortes e pequenas alterações. Picallo & Rigau (1999, p. 1004): “Y cuyos eran sus cuerpos sino míos?”; “cuya sea la culpa, yo no lo sé.”
- 2 Como afirmam Gonçalves & Siteo (1998, p. 10) “o Português varia ao longo de um continuum, que inclui desde o registo mais afastado do Português europeu padrão – em que são mais evidentes e numerosas as diferenças relativamente a essa norma – até um registo mais formal, muito próximo do português europeu padrão.”
- 3 Estou a qui a considerar os demonstrativos como determinantes, projetados no núcleo DET. Há alternativas, em particular como especificadores da projeção SDEM, mas não vou aqui considerar tal hipótese.
- 4 Também em espanhol *cuyo* foi predicativo; vejam-se os seguintes exemplos de Cuervo citados em
- 5 Recorde-se que as línguas bantas são línguas tipologicamente muito distantes do português: são línguas incorporantes ou polissintéticas, i. e. línguas que formam palavras altamente complexas, com diversos tipos de informações morfológicas, sintáticas e semânticas (que outras línguas estabelecem através de meios sintáticos). São línguas em que as diferentes classes de nomes (humanos, não humanos, concretos, abstratos) são marcados por morfemas de classe, colocados no início de palavra. Sintaticamente são línguas SVO e de sujeito nulo. Do ponto de vista da relativização, as relativas colocam-se à direita do seu antecedente e parecem exibir, associado ao verbo, um marcador relativo (ver Baker 1988, 1996).

— REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abney, Steven (1987) *The English Noun Phrase in its Sentential Aspect*. Ph. D. Dissertation, Massachusetts Institute of Technology.
- Ackema, Peter & Neeleman, Ad (2007) Morphology ≠ Syntax. In Gilian Ramchand & Reiss, Charles (Eds.), *The Oxford Handbook of Linguistic Interfaces*. Oxford: Oxford University Press, pp. 325-352.
- Adriano, Paulino Soma (2014) *Tratamento morfossintático de expressões e estruturas frásicas do português em Angola*. Dissertação de doutoramento em Linguística, Universidade de Évora.
- Aguilar, Miriam (2020) *On Pseudorelatives and Human Sentence Parsing*. Dissertação de doutoramento em Linguística, Universidade Nova de Lisboa.
- Akmajian, Adrian (1977) The complement structure of perception verbs in an autonomous syntax framework. In Peter Culicover, Thomas Wasow & Adrian Akmajian (Eds.), *Formal Syntax*. Nova Iorque: Academic Press, pp. 427-460.
- Alexandre, Nélia (2000) *A Estratégia Resumptiva em Relativas Restritivas do Português*. Dissertação de Mestrado em Linguística, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Alexandre, Nélia (2012) *The Defective Copy Theory of Movement: Evidence from Wh-Constructions in Cape Verdean Creole*. Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins Publishing Company.
- Alexiadou, Artemis (2001) *Functional Structure in Nominals: Nominalization and Ergativity*. John Benjamins Publishing Company.
- Alexiadou, Artemis (2010) Reduplication and doubling contrasted: implications for the structure of the DP and the AP. *Linguística. Revista de Estudos Linguísticos da Universidade do Porto*, 5 (1), pp. 9-25.
- Alexiadou, Artemis (2014) *Multiple Determiners and the Structure of DPs*. Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins Publishing Company.
- Alexiadou, Artemis, Law, Paul, Meinunger, André & Wilder, Chris (2000) Introduction. In Artemis Alexiadou, Paul Law, André Meinunger & Chris Wilder (Eds.), *The Syntax of Relative Clauses*. John Benjamins Publishing Company, pp. 1-51.
- Alexiadou, Artemis, Iordăchioaia, Gianina & Schäfer, Florian (2011) *Scaling the Variation in Romance and Germanic Nominalizations*. In Petra Sleeman & Harry Perridon (Eds.) *The Noun Phrase in Romance and Germanic: structure, variation, and change*. Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, pp. 25-40.
- Alsina, Alex & Mchombo, Sam (1993) Object asymmetries and the Chichewa Applicative Construction. In Sam Mchombo (Ed.), *Theoretical aspects of Bantu Grammar* (vol. 1), Stanford: Center for the Study of Language and Information Publications, pp. 17-45.

- Alsina, Alex (1996) *The Role of Argument Structure in Grammar. Evidence from Romance*. Center for the Study of Language and Information Publications
- Ambar, Manuela (1990) Sobre a posição do sujeito, movimento do verbo e estrutura da frase. In *Actas do 5º Encontro Nacional da APL*. Associação Portuguesa de Linguística, pp. 369-399.
- Ambar, Manuela (1996) Infinitives vs Participles. In Esthela Treviño & José Lema (Eds.) *Theoretical Research on Romance Languages, Proceedings of the XXVI Linguistic Symposium on Romance Languages*, Mexico City, John Benjamins Publishing Company.
- Ambar, Manuela (1998) Inflected Infinitive Revisited – Genericity and Single Event. *Canadian Journal of Linguistics*, 43 (1), pp. 5-36.
- Ambar, Manuela, Gonzaga, Manuela & Negrão, Esmeralda (2004) Tense, Quantification and Clause Structure in EP and BP. Evidence from a Comparative Study on *Sempre*. In Reineke Bok-Bennema, Bart Hollebrandse, Brigitte Kampers-Manhe & Petra Sleeman (Eds.), *Romance languages and linguistics theory 2002*, Amsterdam: John Benjamins, pp. 1-16.
- Anagnostopoulou, Elena (2003) *The syntax of Ditransitives. Evidence from Clitics*. Berlin / New York: Mouton de Gruyter.
- Arad, Maya (1996) A minimalist view of the syntax-lexical semantics interface. *UCL Working Papers in Linguistics* 8.
- Arim, Eva, Ramilo, M. Celeste & Freitas, Tiago (2005). Mudança em curso e os média: o caso das relativas. In Maria Helena Mateus & Fernanda B. Nascimento (Eds.) *A língua portuguesa em mudança*. Lisboa: Ed. Caminho, pp. 67-80.
- Baker, Mark (1988) *Incorporation. A Theory of Grammatical Function Changing*. Chicago: The University of Chicago Press.
- Baker, Mark (1996) *The Polysynthesis Parameter*. New York: Oxford University Press.
- Baker, Mark (2008) The Macroparameter in a Microparametric World https://sites.socsci.uci.edu/~lpearl/courses/readings/Baker2008_MacroMicroParams.pdf
- Barbosa, P. & Cochofel, F. (2005) O infinitivo preposicionado em PE. In *Actas do XX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: Edições Colibri, pp. 387-400.
- Barbosa, Pilar (1995) *Null Subjects*. Dissertação de doutoramento em Linguística, Massachusetts Institute of Technology.
- Barbosa, Pilar (2013) Subordinação argumental finita. In Raposo, Eduardo Paiva et al. (Eds.) *Gramática do Português*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, vol. II, pp. 1821-1897.
- Barbosa, Pilar & Raposo, Eduardo Paiva (2013) Subordinação argumental infinitiva. In Raposo, Eduardo Paiva et al. (Eds.) *Gramática do Português*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, vol. II, pp. 1901-1977.
- Barker, Christian (2011) Possessives and relational nouns. In Klaus von Heusinger, Claudia Maienborn & Paul Portner (Eds.) *Semantics: An International Handbook of Natural Language Meaning*, Berlin: de Gruyter, 1109-30; disponível em: <http://semanticsarchive.net/Archive/WYxOTc5M/barker-possessives.pdf>.
- Barss, Andrew & Lasnik, Howard (1986). A note in anaphora and double objects, *Linguistic Inquiry*, 17, pp. 347-354.
- Beavers, John, Levin, Beth & Tham, Shiao Wei (2009) The Typology of Motion Expressions Revisited. *Journal of Linguistics* 46/3. Cambridge University Press, pp. 1-47. doi: 10.1017/S0022226709990272. Acessível em: <https://www.wellesley.edu/sites/default/files/assets/departments/eall/files/files/beavers-levin-tham-2010.pdf>
- Belletti, Adriana & Shlonsky, Ur (1995) The order of verbal complements: A comparative study. *Natural Language and Linguistic Theory* 13: 489–526.
- Belletti, Adriana (1990) *Generalized Verb Movement. Aspects of Verb Syntax*. Turin: Rosenberg & Sellier.

- Belletti, Adriana (2004) Aspects of the low IP area. In Luigi Rizzi (Ed.) *The structure of IP and CP. The Cartography of Syntactic Structures*, vol. 2. New York: Oxford University Press, pp. 16-51.
- Beniers, Elisabeth (1977) La derivation de sustantivos a partir de participios. *Nueva Revista de Filología Hispanica*, vol. XXVI, pp. 316-331.
- Beniers, Elisabeth (1998) El sufijo *-ada* en formaciones postverbales y postnominales en el español de México. In *Acti del XXI Congreso Internazionale di Linguistica e Filologia Romanza*, Tübingen: Max Niemeyer Verlag, pp. 75-80.
- Berlinck, Rosane A. (1989) A construção V SN no português do Brasil: uma visão diacrónica do fenómeno da ordem. In Tarallo, F. (Ed.) (1989) *Fotografias Sociolinguísticas*, Campinas, Pontes Editores, pp. 95-112.
- Bernstein, Judy (1991) DP's in French and walloon: evidence for parametric variation in nominal head movement, *Probus*, 3, 2, 1991, pp. 101-126.
- Bianchi, Valentina (1995) *Consequences of Antisymmetry for the Syntax of Headed Relative Clauses*. Ph.D. Diss., Scuola Normale Superiore, Pisa.
- Bianchi, Valentina (1999) *Consequences of Antisymmetry: Headed Relative Clauses*. Berlin: Mouton de Gruyter.
- Bierwisch, Manfred (1989) Event nominalizations: Proposals and problems. *Grammatische Studien* 194. Berlin: Akademie der Wissenschaften der DDR, pp. 1-73.
- Bobaljik, Jonathan & Thráinsson, Höskuldur (1998) Two heads aren't always better than one. *Syntax*, 1, 1, pp. 37-71.
- Bordelois, Ivonne (1993) Afijación y estructura temática: *-da* en español. In Varela Ortega, Soledad (Ed.) (1993), *La formación de palabras*. Madrid, Taurus Universitaria, pp. 162-179.
- Borer, Hagit (1994) The Projection of arguments. In Elena Benedicto & J. Jeffrey Runner (Eds.) *Functional projections. University of Massachusetts Occasional Papers*, 17, Umass, Amherst, pp. 19-47.
- Borer, Hagit (2005a) *In Name Only*. Oxford / New York: Oxford University Press.
- Borer, Hagit (2005b) *Structuring sense*. Oxford: Oxford University Press.
- Borsley, Robert (1997) Relative Clauses and the Theory of Phrase Structure, *Linguistic Inquiry*, 28, pp. 629-647.
- Boskovic, Zeljko & Nunes, Jairo (2007) The Copy Theory of Movement: A view from PF; <https://pdfs.semanticscholar.org/8aa1/47fa64e882c211ed18e088d9117fd92cced2.pdf>
- Bosque, Ignacio (1990). *Las categorías gramaticales*, Madrid: Editorial Sintesis.
- Bosque, Ignacio (2002) *Singular+singular = plural? Aspectos de la concordancia de número en las construcciones coordinadas*, manuscrito, Universidad Complutense de Madrid.
- Bosque, Ignacio (2015) Inner and outer prepositions with Spanish verbs of vertical movement, In Elisa Barrajón et al. (Eds.). *Verb classes and lexical aspect*, Amsterdam: John Benjamins, pp. 78-97.
- Bosque, Ignacio & Demonte, Violeta (Eds.) (1999) *Gramática Descriptiva de la Lengua Española*, Madrid, Espasa.
- Bosque, Ignacio & Gutierrez-Rexach, Javier (2009) *Fundamentos de Sintaxis Formal*, Madrid: Akal.
- Bosque, Ignacio & Picallo, Carme (1996) Postnominal Adjectives in Spanish DPs, *Journal of Linguistics* 32 (2), pp. 349-385.
- Brame, Mike (1982) The head-selector theory of lexical specifications and the nonexistence of coarse categories. *Linguistic Analysis* 10.4, pp. 321-325.
- Bresnan, Joan & Nikitina, Tatiana (2008) The Gradience of the Dative Alternation, disponível em: <https://web.stanford.edu/~bresnan/bresnan-nikitina.proof.pdf>
- Bresnan, Joan & Grimshaw, Jane (1978) The syntax of free relatives in English. *Linguistic Inquiry*, 9, 3, pp. 261-282.

- Bresnan, Joan & Moshi, Lioba (1993) Object asymmetries in Comparative Bantu Syntax. In Sam A. Mchombo (Ed.) *Theoretical aspects of Bantu Grammar*, vol. 1, Stanford, CSLI Publications, pp. 47-91.
- Brito, Ana Maria (1991) *A Sintaxe das orações relativas em Português*, Lisboa, INIC.
- Brito, Ana Maria (1993) Aspects de la syntaxe du SN en Portugais et en Français, in *Revista da Faculdade de Letras do Porto, Série Línguas e Literaturas*, IIª Série, vol. X, 1993, pp. 25-53.
- Brito, Ana Maria (1995) Sobre algumas construções pseudorelativas em Português, in *Revista da Faculdade de Letras do Porto, Série Línguas e Literaturas*, „In honorem Prof. O. Lopes“, Vol. XII, pp. 25-54.
- Brito, Ana Maria (1996a) A ordem de palavras no Sintagma Nominal em Português numa perspectiva de sintaxe comparada - um caso particular: os Ns deverbiais eventivos. In *Actas do Congresso Internacional do Português*, Lisboa: Ed. Colibri, pp. 81-106.
- Brito, Ana Maria (1996b) Algumas reflexões sobre a interface entre Léxico e Sintaxe: a propósito dos nomes e das nominalizações deverbiais, In *Actas do 1º Congresso Internacional da ABRALIN*, Salvador, Baía, Setembro 1994, pp. 73-83.
- Brito, Ana Maria (1998) O papel do V na estruturação da Frase / Enunciado – a perspectiva da Sintaxe. In *Actas do Fórum Linguística e Didáctica das Línguas* (26-28 Abril, 1995), UTAD, Vila Real, pp. 31-37.
- Brito, Ana Maria (1999a) Structures conceptuelles / structures syntaxiques: quelques réflexions autour du verbe *pôr*. In Mário Vilela & Fátima Silva (1999) (Eds.) *Actas do 1º Encontro Internacional de Linguística Cognitiva*, Porto, 23/30.5.1998), pp. 73-86.
- Brito, Ana Maria (1999b) Concordância, Estrutura de Frase e Movimento do Verbo no Português Europeu, no Português Brasileiro e no Português de Moçambique, In Isabel Hub Faria (1999) (Ed.) *Lindley Cintra. Homenagem ao Homem, ao Mestre e ao Cidadão*, Ed. Cosmos, FLUL, pp. 333-365.
- Brito, Ana Maria (2001a) Clause Structure, Subject Positions and Verb Movement. About the position of *sempre* in European Portuguese and Brazilian Portuguese. In Yves d’Hulst, Johan Rooryck & Jan Schroten (Eds.) 2001 *Romance Languages and Linguistic Theory*, Amsterdam, John Benjamins, pp. 63-85.
- Brito, Ana Maria (2001b) Relativas de genitivo no Português Europeu e no Português de Moçambique, *Actas do XVI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, Lisboa, APL, pp. 115-129.
- Brito, Ana Maria (2001c) Presença / ausência de artigo antes de possessivo no Português do Brasil, *Actas do XVI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, Lisboa, APL, pp. 551-575.
- Brito, Ana Maria (2003a) Estrutura da frase simples e tipos de frases. In Maria Helena Mateus *et al.* (2003) *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa. Editorial Caminho, pp. 433-506.
- Brito, Ana Maria (2003b) O Sintagma Nominal. In Mateus, Maria Helena *et al.* (2003) *Gramática da Língua Portuguesa*, Lisboa: Caminho, pp. 328-370.
- Brito, Ana Maria (2005a) Nomes derivados de verbos inacusativos: estrutura argumental e valores aspectuais, *Línguas e Literaturas, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, II Série, Vol. XXII, pp. 47-64.
- Brito, Ana Maria (2005b) As relativas não restritivas como um caso de aposição, in *Actas do XX Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*, APL, Lisboa, pp. 401- 419.
- Brito, Ana Maria (2006). Les relatives non restrictives comme des cas particuliers d’aposition, in *Faits de Langues, Revue de Linguistique*, n° 28, *Coordination et subordination: Typologie et modélisation*, Ophrys, Paris, pp. 67-81.
- Brito, Ana Maria (2007) European Portuguese possessives and the structure of DP, *Cuadernos de Linguística XIV 2007, Instituto Universitario de Investigación Ortega y Gasset*, pp. 21-50.

- Brito, Ana Maria (2008) Thematic adjectives with process unaccusative nominals and grammar variation, in *Cuadernos de Lingüística XV 2008*, Instituto Universitario de Investigación Ortega y Gasset, pp. 13-32.
- Brito, Ana Maria (2009) Construções de objecto indirecto preposicionais e não preposicionais: uma abordagem generativo-constructivista. In Alexandra Fiéis & M. Antónia Coutinho (Eds.), *XXIV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística, Textos Seleccionados*, APL, pp. 141-159.
- Brito, Ana Maria. (2010) Do European Portuguese and Spanish have the Double Object Construction? In Alicia Avellana et al. (Eds.), *Actas del V Encuentro de Gramática Generativa*, Neuquén: Editorial Universitaria del Comahue, pp. 81-114.
- Brito, Ana Maria (2011) Mudança e variação em Português: a expressão do objeto indirecto. In *Cadernos de Literatura Comparada 24/25, Deslocações criativas*, pp. 27-47.
- Brito, Ana Maria. (2012a) Sobre a divisão de trabalho entre Léxico e Sintaxe - algumas reflexões. In *Textos seleccionados do XXVII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, pp. 1-44, Lisboa.
- Brito, Ana Maria (2012b) Recensão crítica de Petra Sleeman & Harry Perridon (Eds.). *The Noun Phrase in Romance and Germanic. Structure, variation and change*. Amsterdam: John Benjamins. *Linguística. Revista de Estudos Linguísticos da Universidade do Porto*, Vol.7, pp.217-222.
- Brito, Ana Maria (2012c) A nominalização do infinitivo em Português Europeu: aspetos sintáticos e semânticos. In *Textos seleccionados do XXVII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, p. 98 - 120, Lisboa.
- Brito, Ana Maria. (2012d) O infinitivo nominal em Português Europeu: aspectos sintáticos e semânticos. In Armada Costa, Inês Duarte (Eds.), *Nada na linguagem lhe é estranho: Estudos em homenagem a Isabel Hub Faria*, Edições Afrontamento, pp.109-126.
- Brito, Ana Maria (2013) A formação de nomes deverbais em -da em Português Europeu contribuição para uma abordagem sintática, *Textos seleccionados do XXVIII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, Coimbra, pp. 169-188.
- Brito, Ana Maria (2014) As construções ditransitivas revisitadas. Alternância dativa em Português Europeu? In António Moreno et al. (Eds.) *Textos Seleccionados: XXIX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, 2014, pp. 103-119.
- Brito, Ana Maria (2015a) Alternância dativa em português europeu e em espanhol? In Alexandra Fiéis, Maria Lobo & Ana Madeira (Eds.) *O Universal e o Particular. Uma vida a comparar. Homenagem a Maria Francisca Xavier*. Lisboa: Edições Colibri, pp. 61-78.
- Brito, Ana Maria (2015b) Two base generated structures for ditransitives in European Portuguese. Simões, Barreiro, Santos, Sousa-Silva & Tagnin (Eds.) *Linguística, Informática e Tradução: Mundos que se Cruzam, Oslo Studies in Language 7(1)*, (2015), pp. 337-357; disponível em: <http://www.journals.uio.no/osla>
- Brito, Ana Maria. (2015c) Alguns paralelos sintáticos entre construções nominais e frásicas, sessão plenária, *Textos Seleccionados. XXX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, Braga, APL, 2015, pp. 21-50.
- Brito, Ana Maria (2017a) Event nominalizations in -da in European Portuguese: a syntactic approach In Maria Bloch-Trojnar & Anna Malicka-Kleparska (Eds.) *Aspect and Valency in Nominals*, De Gruyter Mouton, pp. 109-130.
- Brito, Ana Maria (2017b) Conditions on variation in pre-nominal possessives in European Portuguese. In Pilar Barbosa, Maria da Conceição de Paiva & Celeste Rodrigues (Eds.) *Studies on Variation in Portuguese*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, pp. 177- 197, doi 10.1075/ihll.14.07bri

- Brito, Ana Maria (2017c) Recensão crítica de Giusti (2015). *Nominal Syntax at the interfaces: a comparative analysis of languages with articles*. Cambridge, Cambridge Scholars Publishing. In *Linguística. Revista de Estudos Linguísticos da Universidade do Porto*, 12, pp. 229-240.
- Brito, Ana Maria (2022a) *Retrato de uma sintaticista com pandemia ao fundo*. Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Col. Últimas Lições.
- Brito, Ana Maria (2022b) Relativas livres transparentes em Português: algumas reflexões sintáticas, 9. *Revista da Associação Portuguesa de Linguística*; <https://doi.org/10.26334/2183-9077/rapl9ano2022>
- Brito, Ana Maria (2022c) As construções ditransitivas do Português Angolano e do Português Moçambicano revisitadas. In Márcia S. Vieira & Vanessa Meireles (Eds.) *Variação em português e em outras línguas românicas. Variation en portugais et dans d'autres langues romanes*. Blucher open access, pp. 163-187.
- Brito, Ana Maria (2022d) Construções ditransitivas e estrutura informacional em Português Europeu: quando o OD é um constituinte pesado. *Linguística. Revista de Estudos Linguísticos da Universidade do Porto*, N.º especial, Volume 1, pp. 79-107.
- Brito, Ana Maria (2022e) Algumas áreas de variação sintática entre o PE e o PB e implicações para o ensino/aprendizagem do PLE. Número on-line da *Revista Cadernos de PLE. Estudos Variacionistas e Aplicados em Língua Não Materna*, pp. 6-31, disponível em <https://proa.ua.pt/index.php/cple/issue/view/1012/304>
- Brito, Ana Maria (2024) The syntax of free relatives with invariable *o que* and of semi free relatives with variable *o que* revisited, *Revista da Associação Portuguesa de Linguística*, <https://doi.org/10.26334/2183-9077/rapl11ano2024a5>
- Brito, Ana Maria & Choupina, Celda (2018) Verbs of inherently directed motion in two different modality languages, European Portuguese and LGP: some typological reflections. In António Leal (Ed.) *Verbs, movement and prepositions*. Porto: CLUP, FLUP, pp. 151-164.
- Brito, Ana Maria & Duarte, Inês (2003). Orações relativas e construções aparentadas. In Maria Helena Mateus et al. (2003) *Gramática da Língua Portuguesa*, Lisboa: Caminho, pp. 655- 694.
- Brito, Ana Maria, Duarte, Inês e Matos, Gabriela (2003) Tipologia e distribuição das expressões nominais. In Maria Helena Mateus et al. (2003) *Gramática da Língua Portuguesa*, Lisboa: Caminho, pp. 795-867.
- Brito, Ana Maria & Lopes, Ruth (2016). The structure of DPs. In W. Leo Wetzels, Sergio Menuzzi & João Costa (Eds.) *The Handbook of Portuguese Linguistics*, First Edition. Oxford: John Wiley & Sons, Inc., pp. 254-274.
- Brito, Ana Maria & Oliveira, Fátima (1997) Nominalization, aspect and argument structure. In *Interfaces in Linguistic Theory*, Gabriela Matos, Matilde Miguel, Inês Duarte & Isabel Hub Faria (Eds.), 57-80. Lisboa: A.P.L./ Colibri.
- Brito, Ana Maria & Raposo, Eduardo Paiva (2013) Complementos, modificadores e adjuntos no Sintagma Nominal, In Eduardo Paiva Raposo et al. (Eds.) *Gramática de Português*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, vol. I, pp. 1045-1113.
- Brucart, Juan Maria (1999) La estructura del sintagma nominal: Las oraciones de relativo. In Ignacio Bosque & Violeta Demonte (Eds.) *Gramática Descriptiva de la Lengua Española*, Madrid, Espasa, pp. 395-522.
- Brucart, Juan Maria (2010) La alternancia *ser/estar* y las construcciones atributivas de localización. In Alicia Avellana et al. (Eds.) *Actas del V Encuentro de Gramática Generativa*. Neuquén: Editorial Universitaria del Comahue, pp. 115-152.
- Brucart, Juan Maria (2012) Copular alternation in Spanish and Catalan attributive sentences. *Linguística: Revista de Estudos Linguísticos da Universidade do Porto*. Vol. 7 (9 – 43).

- Bruening, Benjamin (2001) QR obeys superiority: frozen scope and ACD, *Linguistic Inquiry*, 32, 2, pp. 233-273.
- Brugè, Laura (1996) Demonstrative movement in Spanish: A comparative approach. *University of Venice Working Papers in Linguistics*, 6, 1, pp. 1-53.
- Burzio, Luigi (1986) *Italian Syntax: A Government – Binding Approach*. Dordrecht: Reidel.
- Busse, Winfried & Vilela, Mário (1986) *Gramática de Valências*, Coimbra: Liv. Almedina.
- Cadiot, Pierre (1976) Relatives et infinitives “deitiques” en français, *DRLAV*, 13, U. Paris VII.
- Campos, Héctor (1999) Transitividad e intransitividad. In Ignacio Bosque & Violeta Demonte (Eds.), *Gramática Descriptiva de la Lengua Española*, Madrid, Espasa, volume II, pp. 1519-1574.
- Caponigro, Ivano (2002) Free relatives as DPs with a silent D and a CP complement. In Vida Samiian (Ed.) *Proceedings of the Western Conference on Linguistics*, 2000, Fresno. California State University.
- Cardinaletti, Anna (1997) Subjects and clause structure, In Liliane Haegeman (Ed.) *The New Comparative Syntax*, pp. 33-63.
- Cardinaletti, Anna (1998) On the deficient / strong position in possessive systems. In Artemis Alexiadou & Chris Wilder (Eds.), *Possessors, Predicates and Movement in the Determiner Phrase*. Amsterdam: John Benjamins Publ. Company, pp. 17-53.
- Cardinaletti, Anna (2016) Sui limiti dei pronomi clittici: inventario ed estrazione. In Adam Ledgeway, Michela Cennamo & Guido Mensching (Eds.) *Actes du XXVII Congrès International de linguistique et de philologie romanes (Nancy, 15-20 juillet 2013). Section 4: Syntaxe*, Nancy: ATILF, pp. 49-62.
- Cardinaletti, Anna & Starke, Michal (1994/1999) The typology of structural deficiency: on the three grammatical classes. In Henk van Riemsdijk (Ed.) (1999) *Clitics in the Languages of Europe*. Berlin: Mouton de Gruyter, pp. 145-233.
- Cardoso, Adriana & Alexandre, Nélia (2013) Relativas clivadas em variedades não standard do PE. *Textos Seleccionados do XXVIII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Coimbra: APL, pp. 205-227.
- Cardoso, Adriana (2010). *Variation and change in the Syntax of Relative Clauses*, PhD. Dissertation, University of Lisbon.
- Carlson, Greg (1977) Amount Relatives. *Language*, 53, pp. 520-542.
- Carrilho, Ernestina & Pereira, Sandra (2006) On the areal distribution of non-standard syntactic constructions in European Portuguese, apresentado no *Vith Congress of Dialectology and Geolinguistics*, Univ. Maribor, Slovenia.
- Carvalho, Joana (2011) A posição sintática do demonstrativo em PE, *eLingUp*, Volume 3, número 1, 2011, file:///C:/Users/PC/Downloads/article_4%20(2).pdf
- Casteleiro, João Malaca (1976) A sintaxe na didáctica do Português como língua estrangeira, In *Actas do 1º Encontro Nacional para a investigação e Ensino do Português*, CLUL, CLUP e outros.
- Casteleiro, João Malaca (1981) *Sintaxe Transformacional do Adjectivo. Regência das construções completivas*, INIC, Lisboa.
- Castro, Ana (2005) *Possessives in European Portuguese*, Ph. Dissertation, Universidade Nova de Lisboa e Paris VIII-Saint Denis.
- Castro, Ana & Costa, João (2002) Possessivos e advérbios: formas fracas como X°. In *Actas do XVII Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: APL / Colibri, 101-111.
- Castro, Ana & Costa, João (2003) Weak forms as X°. Prenominal possessives and preverbal adverbs in Portuguese. In Ana T. Pérez-Leroux & Ives Roberge (Eds.) *Romance Linguistics: Theory and Acquisition*. Amsterdam: John Benjamins, pp. 95-110.
- Cecchetto, Carlo (2000) Doubling Structures and Reconstruction, *Probus*, 12, pp. 93-126.

- Cecchetto, Carlo & Donati, Caterina (2010) On labeling: Principle C and head movement, *Syntax*, DOI 10.1111/j.1467-9612.2010.00140.x
- Cecchetto, Carlo & Donati, Caterina (2015) *(Re)labeling*, Linguistic Inquiry Monographs, The MIT Press.
- Chatelain, Héli (1888-89) *Grammatica elementar do kimbundu ou lingua de Angola*. Ridgewood, New Jersey: The Gregg Press Incorporated.
- Chavagne, Jean-Pierre (2005) *La Langue Portugaise d'Angola*. Diss. de Doutoramento, Univ. Lumière Lyon 2.
- Chierchia, Gennaro (1998) Reference to Kinds across Languages. *Natural Language Semantics*, 6, pp. 339-405.
- Chierchia, Gennaro (2004) A Semantic for Unaccusatives and its Syntactic Consequences. In Artemis Alexiadou, Elena Anagnostopoulou & Martin Everaert (Eds.) *The Unaccusativity Puzzle: Explorations of the Syntax-Lexicon Interface*, Oxford: Oxford University Press, pp. 22-59.
- Chimbutane, Feliciano S. (1995) *A estratégia de pronome resumptivo na formação de orações relativas de OD e de OBL do Português de Moçambique*, Diss. de Licenciatura, Maputo, U.E.M., Faculdade de Letras.
- Chimbutane, Feliciano S. (1998) As estratégias resumptiva e cortadora na formação de orações relativas do Português de Moçambique. In Perpétua Gonçalves (Ed.) *Mudanças do Português em Moçambique*, Liv. Universitária, Universidade Eduardo Mondlane, pp. 111-181.
- Chomsky, Noam (1957) *Syntactic Structures*, The Hague: Mouton.
- Chomsky, Noam (1970) Remarks on nominalization. In Roderick Jacobs & Peter Rosenbaum (Eds.), *Readings in English Transformational Grammar*, Washington, D.C.: Georgetown University Press, pp. 184-221.
- Chomsky, Noam (1977) On wh movement. In Peter Culicover, Thomas Wasow & Adrian Akmajian (Eds.) *Formal Syntax*, Nova Iorque: Academic Press, pp. 71-132.
- Chomsky, Noam (1981) *Lectures on Government and Binding*, Dordrecht: Foris Publications.
- Chomsky, Noam (1982) *Some concepts and consequences of the theory of government and binding*. Cambridge, Mass.: The MIT Press.
- Chomsky, Noam (1986) *Knowledge of Language*. New York: Prager.
- Chomsky, Noam (1995) *The Minimalist Program*. Cambridge, Mass.: The MIT Press.
- Chomsky, Noam (2001) Derivation by Phase. In Michael Kenstovicz (Ed.) *Ken Hale: A Life in Language*. Cambridge, MA. The MIT Press, pp. 1-54.
- Choupina, C. M. (2013a). *Regência, Transitividade e Intransitividade: noções e critérios. Uma abordagem sintática de verbos com objetos cognatos em PE*. Dissertação de Doutoramento, FLUP, Porto: Edição de autor.
- Cinque, Guglielmo (1982) On the theory of relative clauses and markedness, *The Linguistic Review* 1, 3, pp. 247-296.
- Cinque, Guglielmo (1990) *Types of A' dependencies*, The M.I.T. Press, Cambridge, Massachusetts.
- Cinque, Guglielmo (1992) The Pseudo-Relative and Acc-ing Constructions after Verbs of Perception. *University of Venice Working Papers in Linguistics*, volume 92.I2. Centro Linguistico Interfacoltà. Università degli studi di Venezia.
- Cinque, Guglielmo (1993) A null theory of phrase and compound stress, *Linguistic Inquiry*, vol. 24: 239-297.
- Cinque, Guglielmo (1994) On the evidence for partial N-movement in the Romance DP. In Guglielmo Cinque et al. (Eds.) *Paths towards Universal Grammar, Studies in honor of Richard Kayne*. Georgetown: Georgetown University Press, pp. 85-110.
- Cinque, Guglielmo (1999) *Adverbs and Functional Heads. A Cross-linguistic Perspective*. Oxford, Oxford University Press.
- Cinque, Guglielmo (2008) Two Types of Nonrestrictive Relatives. In Olivier

- Bonami & Patricia Cabredo Hofherr (Eds.), *Empirical Issues in Syntax and Semantics* 7, pp. 99-137.
- Cinque, Guglielmo (2010) *The Syntax of Adjectives: A Comparative Study*. Cambridge, Mass: The MIT Press.
- Cinque, Guglielmo (2011) On double-headed relative clauses. *Linguística. Revista de Linguística da Universidade do Porto*. Vol. 6, pp. 67-91.
- Cinque, Guglielmo & Kayne, Richard (2005) *The Oxford Handbook of Comparative Syntax*, Oxford: Oxford University Press.
- Citko, Barbara (2004) On headed, headless, and light-headed relatives. *Natural Language & Linguistic Theory*. 22, 1, pp. 95 –126; disponível em: <https://doi.org/10.1023/B:NALA.000000564.33961.e0>.
- Coene, Martine & Yves d’Hulst (2003) (Eds.) *From NP to DP. Volume 1: The Syntax and Semantics of Noun Phrases*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publ. Company.
- Collins, Chris (1997) *Local economy*. Cambridge, MA: The MIT Press.
- Cordeiro, Daniela (2010) Construção de Predicados Complexos com Verbos Leves e Nominalizações em –*de*. Trabalho realizado enquanto estudante BI, FLUP (ms).
- Cornilescu, Alexandra (1995) Rumanian genitive constructions. In Guglielmo Cinque & Giuliana Giusti (Eds.), *Advances in Rumanian Linguistics*, Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publ. Company, pp. 1-54.
- Corver, Norbert (2013) Lexical Categories and (Extended) Projection, In Marcel den Dikken (Ed.), *The Cambridge Handbook of Generative Syntax*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 353-424.
- Coseriu, Eugenio (1987) Le latin vulgaire et le type linguistique roman, Latin vulgaire-latin tardif, *Actes du 1er Colloque International sur le Latin vulgaire et tardif*, Tübingen, Niemeyer, pp. 53-64.
- Costa, Ana (2004) Aspectos das construções de relativização no português do séc. XV. In *Actas do XLIX Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: APL, pp. 409-420.
- Costa, Ana (2018) Variação linguística e ensino de Português, Língua Não Materna: o caso dos pronomes átonos, *Medi@ções. Revista online do Instituto Politécnico de Setúbal*, 6 (1), pp. 147-161.
- Costa, João (1997) Adverbs and the interaction of levels of grammar. In Gabriela Matos et al. (Eds.) 1997 *Interfaces in Linguistic Theory*, Associação Portuguesa de Linguística / Edições Colibri, Lisboa, pp. 109-128.
- Costa, João (1998) *Word Order Variation. A Constraint-based Approach*, The Hague, Holland Academic Graphics.
- Costa, João (2001) *Gramática, Conflitos e Violações, Introdução à Teoria da Optimidade*, Lisboa, Caminho.
- Costa, João (2009) A focus-binding conspiracy. Left-to-right merge, scrambling and binary structure in European Portuguese. In Jeroen van Craenenbroeck (Ed.) *Alternatives to Cartography*, Walter de Gruyter, pp. 87-108.
- Costa, João & Duarte, Inês (2002) Preverbal subjects in null subject languages are not necessarily dislocated. *Journal of Portuguese Linguistics* 1: 157–175.
- Costa, João & Figueiredo Silva, Maria Cristina (2006a) Nominal and Verbal Agreement in Portuguese. An argument for Distributed Morphology. In João Costa & M. Cristina Figueiredo Silva (Eds.) *Studies on Agreement*, Amsterdam: John Benjamins, pp. 25 - 46.
- Costa, João & Figueiredo Silva, Maria Cristina (2006b) On the (in) dependence relation between syntax and pragmatics. In Valéria Molnar & Susanne Winkler (Eds.), *The architecture of focus*, Berlin: Mouton de Gruyter, pp. 83-104.

- Costa, João & Kula, Nancy (2008) Focus at the interface: evidence from Romance and Bantu. In Cécile De Cat & Katherine Demuth (Eds.) *The Bantu–Romance Connection: A comparative investigation of verbal agreement, DPs, and information structure*. Amsterdam: John Benjamins, pp. 203-322.
- Crisma, Paula (1993) On adjective placement in Romance and Germanic event nominals. In Giuliana Giusti and Laura Bruge (Eds.) *Venice Working Papers in Linguistics*, vol 3: 2, pp. 81-106.
- Cuartero Otal, Juan (2006) ¿Cuántas clases de verbos de desplazamiento se distinguen en español? *RILCE* 22/1, 13-36. Consultado a 02/02/2017, em <https://dadun.unav.edu/bitstream/10171/6718/1/o.2.Cuartero.pdf>.
- Cuervo, Maria Cristina (2003) *Datives at Large*, Ph.D. Dissertation, MIT.
- Cuesta, Pilar Vázquez & Luz, M. Albertina (1971) *Gramática da Língua Portuguesa*, Lisboa: Edições 70.
- Cumbane, Rui (2008) *As construções de duplo objecto em xishwa: repercussões em falantes do português língua não materna*, Tese de Doutoramento em Linguística. Universidade de Lisboa. <http://hdl.handle.net/10451/579>
- Cunha, Celso & Cintra, Luís Filipe (1984) *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, Lisboa: Edição Sá da Costa.
- Dean, J. P. (1966) Determiners and relative clauses, MIT (mimeo, não publicado).
- Déchaine, Rose-Marie & Wiltschko, Martina (2003) On pro-nouns and other pronouns. In Martine Coene & Yves D'Hulst (Eds.) *From NP to DP. Volume I: the syntax and semantics of noun phrases*. Amsterdam, John Benjamins, pp. 71-89.
- Demonte, Violeta (1995) Dative alternation in Spanish, *Probus* 7, pp. 5-30.
- Demonte, Violeta (1999) El adjetivo: clases y usos. La posición del adjetivo en el sintagma nominal. In Ignacio Bosque & Violeta Demonte (Eds.) 1999. *Gramática Descriptiva de la Lengua Española*, Madrid, Espasa, vol. I. pp. 129-216.
- Demonte, Violeta (2002) Preliminares de una clasificación léxico-sintáctica de los predicados verbales del español. In Sybille Grosse & Axel Schönberger (Eds.) *Ex oriente lux: Festschrift für Eberhard Gärtner zu seinem 60. Geburtstag*. Frankfurt am Main: Valentia, pp. 121-144. Disponível em: <http://www.lineas.cchs.csic.es/lycc/sites/lineas.cchs.csic.es/lycc/files/dem-verbmov.pdf>.
- Di Sciullo, Anna-Maria & Williams, Edwin (1987) *On the definition of word*. Cambridge, Mass.: The MIT Press.
- Diarra, Boubacar (1990) *Gramática kimbundu*, Luanda, Secretaria de Estado da Cultura, Instituto de Línguas Nacionais.
- Dias, Augusto Epifânio da Silva (1918 / 1979) *Syntaxe historique portuguese*. Lisboa: Livraria Clássica Editora de A. M. Teixeira.
- Dinis, M. João (1986) *Análise de erros na frase relativa*, Diss. de Licenciatura, U.E.M., Faculdade de Letras, Maputo.
- Dobrovie-Sorin, Carmen (1988) A propos de la structure du groupe nominal en Roumain. *Rivista di Grammatica Generativa* 12, pp. 126-151. Doi:10.1002/9780470996591.ch27
- Dowty, David (1979) *Word Meaning and Montague Grammar*, Reidel, Dordrecht.
- Dowty, David (1990) Thematic protocols and argument selection. *Language*, 67, pp. 547-619.
- Dryer, Matthew (2005) Order of Relative Clause and Noun; acessível em: <https://www.acsu.buffalo.edu/~dryer/DryerWalsRelNNNoMap.pdf>
- Duarte, Inês (1987) *A Construção de Topicalização na Gramática do Português*, Diss. de Doutoramento, Universidade de Lisboa.
- Duarte, Inês (1992) Complementos infinitivos preposicionados e outras construções temporalmente defectivas em Português Europeu, *Actas do 8º Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*, Lisboa, pp.

- 145-158.
- Duarte, Inês (1996) A topicalização em Português Europeu: uma análise comparativa. In Inês Duarte & Isabel Leiria (Eds.) *Actas do Congresso Internacional sobre o Português*, Lisboa, Ed. Colibri, Vol. I, pp. 327-360.
- Duarte, Inês (1997) Ordem de palavras. Sintaxe e estrutura discursiva. In Ana Maria Brito *et al.* (Eds.) (1997) *Sentido que a vida faz. Estudos para Óscar Lopes*, Porto, Campo das Letras, pp. 581-592.
- Duarte, Inês (1998) Construções causativas de alternância locativa. *Veredas, Revista da U. F. de Juiz de Fora*. Brasil, 2, pp. 91-101.
- Duarte, Inês (2003a) Relações gramaticais, esquemas relacionais e ordem de palavras. In Maria Helena Mateus *et al.* (2003) *Gramática da Língua Portuguesa*, Lisboa, Caminho, 5ª ed., pp. 275-321.
- Duarte, Inês (2003b) Subordinação completiva – as orações completivas. In Maria Helena Mateus *et al.* (2003) *Gramática da Língua Portuguesa*, Lisboa: Caminho, 5ª ed., pp. 595-651.
- Duarte, Inês (2003c) Aspectos linguísticos da organização textual. In Mateus, Maria Helena *et al.* (2003) *Gramática da Língua Portuguesa*, Lisboa: Caminho, 5ª ed., pp. 85-123.
- Duarte, Inês (2013) Construções de topicalização. In Eduardo Paiva Raposo *et al.* (Eds.) (2013) *Gramática do Português*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, vol. I, pp. 401-426.
- Duarte, Inês e Brito, Ana Maria (1996) Sintaxe. In Isabel Hub Faria, Emília Pedro, Inês Duarte & Carlos Gouveia (Eds.) *Introdução à Linguística Geral e Portuguesa*, Lisboa: Caminho, pp. 246-302.
- Duarte, Inês & Brito, Ana Maria (2003) Predicação e classes de predicadores verbais. Maria Helena Mateus *et al.* (2003), *Gramática da Língua Portuguesa*, 5ª ed. Lisboa: Caminho, pp. 179-203.
- Duarte, Inês & Figueiredo Silva, Cristina (2016). The Null Subject Parameter and the Structure of the Sentence in EP and BP. In W. Leo Wetzels, Sergio Menuzzi & João Costa (Eds.) *The Handbook of Portuguese Linguistics*. Oxford: John Wiley & Sons, Inc., pp. 234-253.
- Duarte, Inês, Gonçalves, Anabela & Miguel, Matilde (2005) Propriedades de C em frases completivas. In Inês Duarte & Isabel Leiria (Eds.) *Actas do XX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: APL, pp. 549-562.
- Duarte, Inês & Matos, Gabriela (1995) Romance clitics and the Minimalist Program. In João Costa (2000) (Ed.) *Portuguese Syntax. New Comparative Studies*, Oxford, Oxford University Press, pp. 116-142.
- Duarte, Isabel Margarida (2010) Formas de tratamento: item gramatical no ensino do Português Língua Materna. In Ana Maria Brito (Ed.) *Gramática: História, teorias, aplicações*. Porto, FLUP, pp.133-146.
- Duarte, Isabel Margarida (2016) Português. Língua pluricêntrica: que português ensinar em aulas de língua estrangeira? In Carlos A. Baptista de Andrade, Guaraciaba Micheletti & Isabel R. Seara, I. R. (Eds.) *Memória, Discurso e Tecnologia Soante*, S. Paulo, pp. 217-236.
- Duarte, Maria Eugénia (1993) Do pronome nulo ao pronome pleno: a trajetória do sujeito no Português do Brasil. In Ian Roberts & Mary Kato (Eds.) *Português brasileiro. Uma viagem diacrónica*. Editora da Unicamp, pp. 107-128.
- Duarte, Maria Eugénia (2020) Aspectos contrastivos entre o Português do Brasil e o Português Europeu. In Eduardo Paiva Raposo *et al.* (Eds.) *Gramática do Português*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, vol. III, pp. 2735-2779.
- Duguine, Maia, Huidobro, Susana & Madariaga, Nerea (2010) Argument structure and syntactic relations. In Maia Duguine, Susana Huidobro & Nerea Madariaga (Eds.) *Argument structure and syntactic relations*. Amsterdam, John Benjamins, pp. 1-9.
- Embick, David & Noyer, Rolf (2001) Movement operations after Syntax, *Linguistic Inquiry*, 32, 4, pp. 555-595.

- Embick, David & Noyer, Rolf (2007) Distributed Morphology and the Syntax-Morphology Interface. In Gillian Ramchand & Charles Reiss (2007) (Eds.) *The Oxford Handbook of Linguistic Interfaces*. Oxford: Oxford University Press, pp. 289-324.
- Emonds, Joseph (1979) Appositive relatives have no properties. *Linguistic Inquiry*, 10, 2, pp. 211-243.
- Espírito Santo, Ana (2019) *The acquisition of Direct Object and Prepositioned Relative Clauses in European Portuguese by Native Chinese Speakers*, Dissertação de Doutoramento em Linguística, Universidade de Lisboa.
- Fábregas, Antonio (2005) *The Definition of the Grammatical Category in a Syntactically Oriented Morphology: the Case of Nouns and Adjectives*, Dissertação de Doutoramento em Linguística Teórica. Universidade Autónoma de Madrid.
- Fábregas, Antonio (2007) An Exhaustive Lexicalisation Account of Directional Complements. In Marina Pantcheva, Minjeong Son & Peter Svenonius (Eds.) *Tromsø Working Papers on Language & Linguistics: Nordlyd* 34.2, número especial sobre *Space, Motion, and Result*, pp. 165-199.
- Fábregas, Antonio (2010) A syntactic account of affix rivalry in Spanish. In Artemis Alexiadou & Monika Rathert (Eds.) *The syntax of nominalizations across languages and frameworks*. Berlin: De Gruyter Mouton, pp. 67-91.
- Faria, Isabel Hub et al. (1995). *Introdução à Linguística Geral e Portuguesa*. Lisboa: Caminho.
- Faria, Isabel Hub & Inês Duarte (1989) O paradoxo da variação: aspectos do Português Europeu, *Revista Internacional de Língua Portuguesa*, 1, pp. 21-27.
- Fernandes, Bruno (2021) *Pseudo-relatives: Parsing preferences and their natural concealment*. Tese de Douramento em Linguística, Universidade Nova de Lisboa.
- Ferreira, Sílvia A. (2007) *Sobre a função e a forma de alguns subtipos especiais de orações relativas sem antecedente expresso do Português*. Dissertação de Mestrado em Linguística, Universidade de Lisboa.
- Fiéis, Alexandra (2010) On the position of *sempre* in Medieval Portuguese and in Modern European Portuguese, *The Linguistic Review* 27(1), pp. 75-105, DOI:10.1515/tlir.2010.004
- Fiéis, Alexandra & Pratas, Fernanda (2006) Construções de duplo objecto não derivam de ditransitivas com preposição: evidência do Caboverdiano. In Fátima Oliveira & Joaquim Barbosa (Eds.) *XXI Encontro da APL. Textos Seleccionados*, Lisboa, Colibri, pp. 387-396.
- Figueiredo Silva, Cristina (2019) Uma história das relativas do português brasileiro. In Charlotte Galves, Mary Kato & Ian Roberts (Eds.). *Português brasileiro: uma segunda viagem diacrónica* Campinas: Editora da Unicamp, pp. 283-312.
- Fillmore, Charles (1968) *The case for case*. In Emmon Bach & Robert T. Harms (Eds.) *Universals in Linguistic Theory*. 2^a ed., New York: Holt, Rinehart and Winston, pp. 1-25.
- Franchi, Carlos (1996). *Anotações* (mimeo).
- Frota, Sónia (2000) *Prosody and focus in European Portuguese*. New York: Garland Publishing.
- Fuchs, Catherine & Milner, Judith (1979) *À propos des relatives. Étude empirique des faits français, anglais et allemands et tentative d'interprétation*. Paris: Société d'études Linguistiques et Anthropologiques de France.
- Galves, Charlotte (1993) O enfraquecimento da concordância no Português Brasileiro. In Ian Roberts & Mary Kato (Eds.). *Português brasileiro. Uma viagem diacrónica*. Editora da Unicamp, pp. 387-408.
- Galves, Charlotte (2019) Revisitando a concordância no português brasileiro. In Charlotte Galves, Mary Kato & Ian Roberts (Eds.). *Português brasileiro: uma segunda viagem diacrónica*, Campinas: Editora da Unicamp, pp. 127-150.
- Garcia, Luís Fernández (1994) La estructura del SD. Consecuencias para

- el análisis de las cláusulas de relativo genitivo, *Cuadernos de Lingüística del I. U. Ortega y Gasset*, vol 2, pp. 83-105.
- Giorgi, Alessandra & Longobardi, Giuseppe (1991) *The syntax of Noun Phrases*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Giusti, Giuliana (1993). *La sintassi dei determinanti*. Padova: Unipress.
- Giusti, Giuliana (2015) *Nominal Syntax at the Interfaces: a Comparative Analysis of Languages with Articles*. Cambridge. Cambridge Scholars Publishing.
- Gomes, Christina A. (2003). Variação e mudança na expressão do dativo no português brasileiro. In M. da Conceição Paiva. & M. Eugenia L. Duarte (Eds.). *Mudança Linguística em Tempo Real* Rio de Janeiro: FAPERJ, Contra Capa, pp. 81-96.
- Gonçalves, Anabela (1996) Aspectos da sintaxe dos verbos auxiliares do português Europeu. In Anabela Gonçalves, Madalena Colaço, Matilde Miguel & Telmo Mória. *Quatro Estudos em Sintaxe do Português. Uma Abordagem segundo a Teoria dos Princípios e Parâmetros*, Lisboa: Ed. Colibri, pp. 7-50.
- Gonçalves, Anabela (1999) *Predicados complexos verbais em Contextos de Infinitivo não Preposicionado do Português Europeu*. Dissertação de Doutoramento em Linguística. Universidade de Lisboa.
- Gonçalves, Anabela *et al.* (2010) Propriedades predicativas dos verbos leves: estrutura argumental e eventiva. In Ana Maria Brito, Fátima Silva, João Veloso & Alexandra Fiéis (Eds.) *Textos Seleccionados. XXV Encontro Nacional da APL*, Porto, pp. 449-464.
- Gonçalves, Anabela & Raposo, Eduardo Paiva (2013) Verbo e sintagma verbal. In Eduardo Paiva Raposo *et al.* (Eds.), *Gramática do português*, vol. 2: Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 1155-1218.
- Gonçalves, Perpétua & Stroud, Christopher (1998) *Panorama do Português Oral de Maputo*, Vol. III Estruturas Gramaticais do Português: Problemas e Exercícios, INDE, Cadernos de Pesquisa, 27.
- Gonçalves, Perpétua (1990) *A Construção de uma Gramática do Português em Moçambique: Aspectos da Estrutura Argumental dos Verbos*, Dissertação de Doutoramento em Linguística, Universidade de Lisboa.
- Gonçalves, Perpétua (2002) The role of ambiguity in second language change: the case of Mozambique African Portuguese. *Second Language Research*, 18 (4), pp. 325-347.
- Gonçalves, Perpétua (2004) Towards a unified vision of classes of language acquisition and change: Arguments from the genesis of Mozambique African Portuguese. *Journal of Pidgins and Creole Languages*, 19 (2), pp. 225-259.
- Gonçalves, Perpétua (2010) *A génese do Português de Moçambique*, Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Gonçalves, Rita (2016) *Construções ditransitivas no Português de São Tomé*, Diss. de Doutoramento em Linguística, Universidade de Lisboa.
- Gonçalves, Rita & Hagemeyer, Tjerk (2015) O português num contexto multilingue: o caso de São Tomé e Príncipe, *Revista Científica da UEM*, 1 (1), 87-107.
- Gonçalves, Rita, Duarte, Inês & Hagemeyer, Tjerk (2022) Dative Microvariation in African Varieties of Portuguese. *Journal of Portuguese Linguistics*, 21:6, pp. 1-39. DOI: <https://doi.org/10.16995/jpl.8488>
- Gonzaga, Manuela (1997) *Aspectos da Sintaxe do Advérbio em Português*, Diss. de Mestrado em Linguística Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Grillo, Nino & Costa, João (2014) A novel argument for the universality of parsing principles. *Cognition* 133 (1), pp. 156-187.
- Grimshaw, Jane (1979) Complement selection and the lexicon. *Linguistic Inquiry* 10, pp. 279-326.

- Grimshaw, Jane (1990) *Argument Structure*. Cambridge, Mass.: The MIT Press.
- Grimshaw, Jane (1991) Extended Projection, Brandeis University (apareceu em J. Grimshaw 2005, *Words and Structure*, Stanford: CSLI).
- Groos, Anneke & Riemsdijk, Henk van (1981) Matching effects in free relatives. A parameter of core grammar. In Adriana Belletti *et al.* (Eds.) *Theory of markedness in Generative Grammar. Proceedings of the 1979 Glow Conference*, Scuola Normale Superiore di Pisa, pp. 171-216.
- Gross, Maurice (1968) *Grammaire Transformationnelle du Français*, vol. I, *Syntaxe du français*, Paris: Larousse.
- Gross, Maurice (1976) Une classification des déterminants et pré-déterminants indéfinis du Français, In Jean Claude Chevalier *et al.*, *Grammaire Transformationnelle: syntaxe et lexicque*, P.U. Lille III, Lille, pp. 11-46.
- Gross, Maurice (1981) Les bases empiriques de la notion de prédicat sémantique. *Langages*, 63, pp.7-52.
- Grosu, Alexander (1988) On the distribution of genitive phrases in Roumanian. *Linguistics* 26, pp. 931-949.
- Grosu, Alexander (2000) Type-Resolution in Relative Constructions: Featural marking and dependency encoding. In Artemis Alexiadou, Paul Law, André Meinunger & Chris Wilder (Eds.), *The Syntax of Relative Clauses*, John Benjamins, Amsterdam, pp. 83-119.
- Grosu, Alexander (2003) A unified theory of 'standard' and 'transparent' free relatives. *Natural Language and Linguistic Theory* 21: 2, pp. 247-331.
- Grosu, Alexander (2014) Transparent free relatives: two challenges for the grafting approach. In Anna Bondaruk, Gréte Dalmi, G. & Alexander Grosu, A. (Eds.) *Advances in the Syntax of DPs: Structure, agreement, and case*, Amsterdam: John Benjamins, pp. 295-317.
- Grosu, Alexander & Landman, Fred (1998). Strange Relatives of the Third Kind. *Natural Language Semantics*, 6, pp. 125-170.
- Gruber, Jeffrey S. (1965) *Studies in Lexical Relations*, Diss. de PhD, MIT; disponível em: <http://dspace.mit.edu/handle/1721.1/13010>
- Guasti, Maria Teresa (1988) La pseudorelativa et les phénomènes d'accord. *Revista di grammatica generativa*, 13, pp. 35-57.
- Guasti, Maria Teresa (1993) *Causative and perception verbs*. Torino: Rosenberg & Sellier.
- Haegeman, Liliane (ed.) (1997) *The New Comparative Syntax*, Londres, Longman.
- Hagemeyer, Tjerk (2016) O português em contacto em África. In Ana Maria Martins & Ernestina Carrilho (Eds.), *Manual de Linguística Portuguesa*, Mouton de Gruyter, pp. 43-67.
- Hagemeyer, Tjerk, Duarte, Inês & Gonçalves, Rita. (2018) Dative microvariation in Portuguese. *Datives in Discourse*, University of Cologne, October 25-26.
- Hagemeyer, Tjerk, Gonçalves, Rita, Miguel, Afonso & Duarte, Inês (2019) Possession and location in urban Angolan Portuguese. *ACBLPE & SPCL*, June, 17-19.
- Hale, Kenneth & Keyser, Samuel Jay (1993) On argument structure and the lexical expression of syntactic relations. In Kenneth Hale & Samuel J. Keyser (Eds.) *The View from Building 20. Essays in Linguistics in Honour of Sylvain Bromberger*. Cambridge, Mass., The MIT Press, pp. 53-109.
- Hale, Kenneth & Keyser, Samuel Jay (2002) *Prolegomenon to a Theory of Argument Structure*. Cambridge, Mass.: The MIT Press.
- Halle, Morris & Marantz, Alec (1993) Distributed Morphology and the pieces of inflection. In Kenneth Hale & Samuel J. Keyser (Eds.) *The view from building 20: Essays in Linguistics in honour of Sylvain Bromberger*, Cambridge, Mass.: The MIT Press, pp. 111-176.
- Harley, Heidi (1995) *Subjects, events and licensing*, PhD. Dissertation, MIT.

- Harley, Heidi (2002) Possession and the double object construction. *Yearbook of Linguistic Variation*. 2: pp. 29-68.
- Harley, Heidi & Miyagawa, Shigeru (2016) Ditransitives. In: *Oxford Research Encyclopedia of Linguistics*; acessível em <http://heidiharley.com/pubs/ditransitives/>
- Hauser, Marc, Chomsky, Noam & Fitch, W. Tecumseh (2002) The Language faculty: What is it, who has it, and how did it evolve? *Science*. 298: 1569-1579.
- Hernanz, Maria Luisa (1999) El infinitivo, In Ignacio Bosque & Violeta Demonte (1999) (Eds.) *Gramática Descriptiva de la Lengua Española*, Madrid, Espasa, vol. II, pp. 2197-2356.
- Higginbotham, James (1985) On Semantics, *Linguistic Inquiry*, 16, 4, pp. 547-594.
- Hinzen, Wolfram & Sheehan, Michelle (2011) Moving towards the edge: the grammar of reference, *Linguistic Analysis*, 37, pp. 405-458.
- Horvath, Julia (1986) *Focus in the theory of Grammar and the Syntax of Hungarian*, Dordrecht: Foris.
- Huang, C.-T. James (1997) On Lexical Structure and Syntactic Projection. *Chinese Languages and Linguistics 3: Morphology and Lexicon*, pp. 45-89.
- Iacobini, Claudio & Masini, Francesca (2007) The emergence of verb-particle constructions in Italian: locative and actional meanings. *Morphology* 16, pp. 155-188.
- Iordăchioaia, Gianina & Elena Soare (2008) Two kinds of Event Plurals: Evidence from Romance Nominalizations. In Olivier Bonami & Patricia Cabredo-Hofherr (Eds.) *Empirical Issues in Syntax and Semantics*, 7, ISSN 1769-7158, pp. 193-216.
- Jackendoff, Ray (1972) *Semantic Interpretation in Generative Grammar*, Cambridge, Mass.: The MIT Press.
- Jackendoff, Ray (1973) The base rules for prepositional phrases. In Stephen R. Anderson & Paul Kiparsky (Eds.) *A festschrift for Morris Halle*, New York: Holt, Rinehart, and Winston, pp. 345-356.
- Jackendoff, Ray (1977) *X-Bar Syntax: a Study of Phrase Structure*, Cambridge, Mass., The MIT Press.
- Jackendoff, Ray (1983) *Semantics and Cognition*, Cambridge, Mass., The MIT Press.
- Jackendoff, Ray (1990) On Larson's treatment of the Double Object Construction, *Linguistic Inquiry*, 21, 3, pp. 427-456.
- Jackendoff, Ray (1996) *The architecture of the Language Faculty*, Cambridge, Mass., The MIT Press.
- Jiménez Fernández, Angel (2009) The low periphery of double object constructions in English and Spanish, *Philologia Hispalensis* 23, pp. 179-200.
- Johannessen, Janne B. (1998) *Coordination*, Oxford, Oxford University Press.
- Julien, Marit (2007) On the relation between Morphology and Syntax. In Gillian Ramchand & Charles Reiss (2007) (Eds.) *The Oxford Handbook of Linguistic Interfaces*, Oxford: Oxford University Press, pp. 209-238.
- Kamp, Hans (1975) Two theories of adjectives. In Edward Keenan (Ed.) *Formal Semantics of Natural Language*, Cambridge: Cambridge University Press, pp. 123-155.
- Kato, Mary (1993). Recontando a história das relativas. In Ian Roberts & Mary Kato (Eds.) *Português Brasileiro: Uma viagem Diacrônica*. Campinas: Ed. da Unicamp, pp. 223-261.
- Kato, Mary (1999) Strong and weak pronominals in the null subject parameter. *Probus* 11, pp. 1-37; acessível em: <https://doi.org/10.1515/prbs.1999.11.1.1>
- Kato, Mary & Nascimento, Milton do (1996) Preenchedores aspectuais e o fenômeno da flutuação de quantificadores. In Ataliba Castilho & Margarida Basílio (Eds.), *Gramática do Português Falado*, vol. IV, Editora da Unicamp / Fapesp, pp. 245-271.

- Kato, Mary & Nunes, Jairo (2009). A uniform raising analysis for standard and nonstandard relative clauses in Brazilian Portuguese. In Jairo Nunes (Ed.) *Minimalist Essays on Brazilian Portuguese Syntax*. Amsterdam: John Benjamins, pp. 93-120.
- Kayne, Richard (1975) *Syntaxe du français*, Paris: Seuil.
- Kayne, Richard (1976) French relative *que*. In Marta Luján & Frederick G. Hensey, F. (Eds.) *Current Studies in Romance Linguistics*. Georgetown University Press, pp. 255-299.
- Kayne, Richard (1988) Romance *se / si*, *GLOW Newsletter*, 20.
- Kayne, Richard (1994) *The Antisymmetry of Syntax*, The MIT Press.
- Kayne, Richard (1984) *Connectedness and binary branching*. Dordrecht: Foris Publications.
- Kayne, Richard (2005) Some notes on Comparative Syntax, with special Reference to English and French. In Guglielmo Cinque, Richard S. Kayne (Eds.) *The Oxford Handbook of Comparative Syntax* (Oxford Handbooks), pp. 3- 69.
- Kenedy, Eduardo (2005) A hipótese da antinaturalidade de pied piping: evidências de teste de juízo automático de gramaticalidade em português, *Amarantes e depois. Revista da Pós-graduação em Língua Portuguesa*, pp. 41-67.
- Kennedy, Chris & Levin, Beth (2008) Measure of change. The adjectival core of degree achievements. In Louise McNally & Chris Kennedy (Eds.) *Adjectives and Adverbs: Syntax, Semantics and Discourse*, Oxford: Oxford University Press, pp. 156-182.
- Kester, Ellen-Petra (1992) Adjectival inflection and dummy affixation in Germanic and Romance languages. In *Papers from the workshop on the Scandinavian Noun Phrase*. University of Umea.
- Kleiber, Georges (1987) *Relatives restrictives et relatives appositives: une opposition "introuvable"?* Tübingen: Max Niemeyer Verlag.
- Konrad, Ingrid (2019) At the crossroads between (semi-)free relatives and indirect questions in French. In Ingo Feldhausen, Martin Elsig, Imme Kuchenbrandt & Mareike Neuhaus (Eds.) *Romance Languages and Linguistic Theory 15: Selected papers from 'Going Romance' 30*, Frankfurt. Disponível em: <https://doi.org/10.1075/rlt.15.04kon>
- Kornfilt, Jaklin (1984) *Case Marking, Agreement, and Empty Categories in Turkish*. Ph.D. Dissertation, Harvard University.
- Kratzer, Angelika (1996) Severing the external argument from the verb. In Johan Rooryck & Laurie Zaring (Eds.) *Phrase Structure and the Lexicon*. Dordrecht: Kluwer, pp. 109-37.
- Kroch, Anthony (1989). Reflexes of Grammar in Patterns of Language Change. *Variation and Change*, 1, pp. 199-244.
- Laka, Itziar (1990) *Negation in Syntax: on the nature of functional categories and projections*, Ph. D. Diss., MIT, Cambridge, Mass.
- Lamarque, Jacques (1991) Problems for N-movement to NUM-P, *Probus*, vol. 3, n° 2, pp. 215-236.
- Larson, Richard (2014) *On Shell Structure*. New York: Routledge.
- Larson, Richard (1988) On the double object construction. *Linguistic Inquiry* 19, pp. 335-392.
- Le Goffic, Pierre (1979) Propositions relatives, identification et ambiguïté ou Pour en finir avec les deux types de relatives, *D LAV, Mélanges de Syntaxe et Sémantique*, Un. Paris VII.
- Leal, António (2010) Recensão crítica de Kennedy, C. & Levin, B. (2008) Measure of change. The adjectival core of degree achievements. *Linguística. Revista de Estudos Linguísticos da Universidade do Porto*. 6 (1), pp. 235-9.
- Leal, António & Oliveira, Fátima (2008) Subtipos de verbos de movimento e classes aspectuais. In *Textos Seleccionados do XXIII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Évora, pp. 287-298.

- Lees, Robert (1960) *The grammar of English nominalizations*, The Hague: Mouton.
- Levi, Judith N. (1978) *The Syntax and Semantics of Complex Nominals*, New York: Academic Press.
- Levin, Beth & Rappaport Hovav, Malka (1988) What to do with theta-roles? In Wendy Wilkins (Ed.) *Syntax and Semantics. Thematic Relations*, San Diego, New York: Academic Press, pp. 7-36.
- Levin, Beth & Rappaport Hovav, Malka (1991) Wiping the state clean: a lexical semantic exploration in *Cognition* 41, pp. 123-151.
- Levin, Beth & Rappaport Hovav, Malka (1995) *Unaccusativity: At the Lexical Syntax-Semantics Interface*, Cambridge, Mass.: Massachusetts Institute of Technology Press.
- Levin, Beth (1993) *English Verb Classes and Alternations: A Preliminary Investigation*. Chicago / London: The University of Chicago Press.
- Li, Charles & Thompson, Sandra (1976). Subject and Topic: a new Typology of Language. In Li, Charles (Ed.) *Subject and Topic*. London / New York: Academic Press, pp. 457-489.
- Lieber, Rochelle (2004) *Morphology and Lexical Semantics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Lightfoot, David (1991) *How to set parameters: arguments from language change*, Cambridge, Mass: The MIT Press.
- Lightfoot, David (2006) *How new languages emerge*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Lightfoot, David & Hornstein, Norbert (1994) Verb Movement: an Introduction. In David Lightfoot & Norbert Hornstein (Eds.) 1994 *Verb Movement*, Cambridge, Cambridge University Press, 1994, pp. 1- 17.
- Lima-Salles, Heloisa M. (1997). *Prepositions and the syntax of complementation*. PhD Dissertation. University of Wales.
- Lobo, Maria (2003) *Aspectos da sintaxe das orações subordinadas adverbiais do português*, Tese de Doutoramento em Linguística, Univ. Nova de Lisboa.
- Lobo, Maria (2013) Sujeito nulo: sintaxe e interpretação. In Eduardo Paiva Raposo et al. (orgs.) *Gramática do Português*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, vol. II., pp. 2309-2333.
- Longobardi, Giuseppe (1994) Reference and proper names: a theory of N-movement in Syntax and in Logical Form. *Linguistic Inquiry*. 25 (4), pp. 609-665.
- Lopes Garcia, Ángel (1999) Relaciones parácticas e hipotácticas. In Ignacio Bosque & Violeta Demonte (1999) (Eds.) *Gramática Descriptiva de la Lengua Española*, Madrid, Espasa, pp. 3507-3548.
- Lopes Rossi, M. Aparecida (1993) Estudo diacrónico sobre as interrogativas do Português do Brasil. In Ian Roberts & Mary Kato (Eds.) *Português Brasileiro: Uma viagem Diacrónica*. Campinas: Ed. da Unicamp, pp. 307-342.
- Lopes, Óscar (1972) *Gramática Simbólica do Português (um esboço)*, 2ª ed. corrigida, I. Gulbenkian de Ciência, Lisboa.
- Lopes, Óscar (1980) Sobre a semântica dos Nomes Massivos, comunicação apresentada XVII Congresso Internacional de Linguística Românica, Palma de Maiorca, 1980; retomado em *Entre a palavra e o discurso. Estudos de Linguística 1977-1993*, coord. por Fátima Oliveira e Ana Maria Brito, Porto, Campo das Letras, pp. 41-54.
- Lopes, Ruth (2007) Against a unified analysis for bare nouns in Brazilian Portuguese. Com. apresentada no 21st *Going Romance*. Amsterdão: Universidade de Amsterdão.
- Lucchesi, Dante & Camila Mello (2009). A alternância dativa. In Dante Luchesi, Alan Baxter & Ilza Ribeiro, (Eds.) *O português afro-brasileiro*. Salvador, Edubfa. pp. 427-456.
- Lucchesi, Dante & Lobo, Tânia (1996). Aspectos da sintaxe do Português Brasileiro. In Isabel Hub Faria et al. (1995) (Eds.) *Introdução à Linguística Geral e Portuguesa* Lisboa: Caminho. pp.

303-311.

- MacDonald, Jonathan (2013) A movement analysis of some Double Object Constructions, disponível em <http://publish.illinois.edu/jonmacd/files/2013/01/A-movement-analysis-of-some-double-object-constructions-MacDonald.pdf>
- Maciel, Déborah (2020) *A Concordância Sujeito-Verbo no Português Brasileiro. Uma descrição do fenômeno da concordância na frase na comunidade de Valparaíso / GO*, Diss. de Mestrado, FLUP.
- Magalhães, Telma V. (2011) O uso de artigo definido diante de pronome possessivo em textos portugueses do século XVI a XIX, *Leitura Maceió*, 47, 123-143.
- Maia, Lígia (1996) *Verbos de alternância locativa em Português*, Diss. de Mestrado, FLUP.
- Maia, Lígia (1999) Reflexões sobre a alternância locativa em Português. In Mário Vilela & Fátima Silva (1999) (Eds.) *Actas do 1º Encontro Internacional de Linguística Cognitiva*, FLUP, pp. 155-163.
- Marantz, Alec (1993) Implications of Asymmetries in Double Object Constructions. In Sam A. Mchombo (Ed.) *Theoretical aspects of Bantu Grammar*, vol. 1. Stanford: CSLI Publications, pp. 113-150.
- Marantz, Alec (1998) No escape from Syntax: Don't try a morphological analysis in the privacy of your own lexicon. In Alexis Dimitriadis *et al.* (Eds.) *U Penn WPL* 4, pp. 201-225.
- Marantz, Alec (1984) *On the Nature of Grammatical Relations*. Cambridge, Mass.
- Marchesan, Ani Carla (2008) *As relativas livres em português brasileiro e os requerimentos de compatibilidade*, Diss. de Mestrado, U. F. S. Catarina, disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/91537>
- Marcotulio, Leonardo (2012). *Vossa Mercê bem sabe de onde viestes: um caso de gramaticalização na história do português*, Dissertação de Doutorado em Linguística, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Marques, Irene G. (1983) Algumas considerações sobre a problemática linguística em Angola. In ICALP (Ed.) *Actas do Congresso sobre a situação actual da Língua Portuguesa no mundo*, pp. 205-223.
- Marquilhas, Rita (1996) Mudança linguística. In Isabel Hub Faria *et al.* (Eds.) *Introdução à Linguística Geral e Portuguesa*, Lisboa: Caminho, pp. 563-588.
- Martin, Roger (1983) De la double «extensivité» du partitif, *Langue Française*, n° 57, pp. 34-42.
- Martin, Roger (2001) Null Case and the distribution of PRO, *Linguistic Inquiry*, 32 (1), pp. 141-166.
- Martins, Ana Maria & Costa, João (2016) Ordem dos constituintes frásicos: sujeitos invertidos; objetos antepostos. In Ana Maria Martins & Ernestina Carrilho, *Manual de Linguística Portuguesa*, Berlim: Mouton de Gruyer, pp. 372-400.
- Martins, Ana Maria (1994) *Clíticos na História do Português*, Dissertação de Doutorado em Linguística, Universidade de Lisboa.
- Martins, Ana Maria (2012) Contrastive focus fronting in European Portuguese, apresentada na Freie Universität Berlin, 22 May 2012.
- Martins, Ana Maria (2013) Posição dos pronomes pessoais clíticos. In Eduardo Paiva Raposo *et al.* (Eds.) *Gramática do Português*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, vol. II, pp. 2231-2302.
- Masullo, Pascual J. (1992) *Incorporation and Case Theory in Spanish: a cross-linguistic perspective*, PhD. Diss. University of Washington.
- Mateu, J. & Rigau, G. 2010. Verb-particle constructions in Romance: A lexical-syntactic account, *Probus* 22, pp. 241-269. Doi: 10.1515/prbs.2010.009.
- Mateus, Maria Helena *et al.* (2003). *Gramática da Língua Portuguesa*, 5ª ed. Lisboa: Caminho.
- Matos, Gabriela (1985) *Clítico verbal demonstrativo*. Trabalho de Síntese em

- Sintaxe e Semântica do Português. Lisboa, FLUL.
- Matos, Gabriela (1992) *Construções de Elipse do Predicado em Português*, Dissertação de Doutoramento, Universidade de Lisboa.
- Matos, Gabriela (2003a) Estruturas de Coordenação, In Maria Helena Mateus *et al.* (2003) *Gramática da Língua Portuguesa*, Lisboa, Caminho, 5ª ed., pp. 549-592.
- Matos, Gabriela (2003b) Tipologia dos pronomes clíticos. In Maria Helena Mateus *et al.* (2003) *Gramática da Língua Portuguesa*, Lisboa, Caminho, 5ª ed., pp. 826-847.
- Matos, Gabriela (2009) Appositive Sentences and the Structure(s) of Coordination. *Romance Languages and Linguistic Theory 2006*. In Danièle Torck & W. Leo Wetzels (Eds.). Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, pp. 159-173.
- Matos, Gabriela & Brito, Ana Maria (2013) The alternation between improper indirect questions and DPs containing a restrictive relative. In Victoria Camacho-Taboada, Ángel Jiménez-Fernández, A., Javier Martín-Gonzales & Mariano Reyes-Tejedor (Eds.) *Information Structure and Agreement*, Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, pp. 83-116.
- Matos, Gabriela & Brito, Ana Maria (2018) Relativas livres e interrogativas parciais: paralelos e diferenças, *Revista da Associação Portuguesa de Linguística*, N.º 4 – 09/2018, pp. 152-167; <https://doi.org/10.26334/2183-9077/rapl4ano2018a38>
- Matsumoto, Yoshiko (1997) *Noun-modifying constructions in Japanese*. Amsterdam: John Benjamins.
- Matthewson, Lisa (1998) *Determiner Systems and Quantificational Strategies: Evidence from Salish*. The Hague: Holland Academic Graphics.
- Mattos e Silva, Rosa Virgínia (1989). *Estruturas Trecentistas. Elementos para uma gramática do Português Arcaico*. Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Mattos e Silva, Rosa Virgínia (2013). O Português do Brasil. In Eduardo Paiva Raposo *et al.* (orgs.) *Gramática do Português*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, vol. I, pp. 145-154.
- McCawley, James D. (1988) *The Syntactic Phenomena of English*. Vol. 2, Chicago: University of Chicago Press.
- Medeiros Júnior, Paulo (2016) From [o [que]] to [o que] in Brazilian Portuguese Free relatives: a Diachronic View. In Mary Kato & Francisco Ordóñez (Eds.), *The Morphosyntax of Portuguese and Spanish in Latin America*, Oxford, pp. 308-331.
- Menezes, Afonso H. N. (2021). *Cartas, tradições discursivas e mudança sintática: uma análise linguística de orações relativas produzidas por moradores de uma cidade do sertão do Brasil*, Dissertação de Doutoramento em Ciências da Linguagem, Universidade do Porto.
- Menuzzi, Sérgio (1994) Adjectival positions inside DP. In Reineke Bok-Bennema & Crit Cremers (Eds.) *Linguistics in the Netherlands*, v. 11. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, pp. 127-138.
- Miguel, Afonso (2019) *Integração morfológica e fonológica de empréstimos lexicais bantos no português oral de Luanda*. Dissertação de Doutoramento em Linguística apresentada à Universidade de Lisboa.
- Miguel, Elena de (1996) Nominal Infinitives in Spanish: an Aspectual Constraint, *Canadian Journal of Linguistics*, 41.1. pp. 29-53.
- Miguel, Matilde (2002a) Para uma tipologia dos possessivos. In *Actas do XVII Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: APL/ Colibri. Lisboa, pp. 287-299.
- Miguel, Matilde (2002b) O estatuto categorial dos possessivos: possessivos e adjetivos. In *Actas do Encontro Comemorativo dos 25 anos do Centro de Linguística da Universidade do Porto* Porto: CLUP, v. 2 , pp. 191-202.

- Miguel, Matilde (2002c) Possessive pronouns in European Portuguese and Old French. *Journal of Portuguese Linguistics*, 2, pp. 214-240.
- Miguel, Matilde (2004) *O Sintagma Nominal em Português Europeu. Posições de Sujeito*, Dissertação de Doutoramento em Linguística, Universidade de Lisboa.
- Miguel, Matilde (2006) Sobre as propriedades dos adjectivos relacionais, Universidade de Lisboa, ms.
- Miguel, Matilde, Gonçalves, Anabela & Duarte, Inês (2011) Dativos não argumentais em português. In *Textos Seleccionados, XXVI Encontro da Associação Portuguesa de Linguística, Lisboa, APL*, 2011, pp. 388-400.
- Mikami, S. (2012) Heavy NP shift in English and A-movement in subject-prominent languages, *English Linguistics* 29, 2: 259–284 (disponível em https://www.jstage.jst.go.jp/article/elsj/29/2/29_259/_article)
- Milner, Jean Claude (1978) *De la syntaxe à l'interprétation. Quantités, insultes, exclamations*, Paris: Ed. du Seuil.
- Milner, Jean Claude (1982) *Ordres et raisons de langue*, Paris: Ed. du Seuil.
- Mingas, Amélia A. (2000) *Interferência do kimbundu no português falado em Lwanda*, Porto: Campo das Letras.
- Mioto, Carlos & Lobo, Maria (2016) Wh movement: interrogatives, relatives and clefts. In W. Leo Wetzels, Sergio Menuzzi & João Costa (Eds.) *The Handbook of Portuguese Linguistics*. Wiley. Blackwell, pp. 275-293.
- Moens, M. (1987) *Tense, aspect and temporal reference*, Ph. Diss., Universidade de Edimburgo.
- Móia, Telmo (1992) *A sintaxe das orações relativas sem antecedente expresso do português*, Diss. de Mestrado em Linguística, FLUL.
- Móia, Telmo (1993) Sobre o lugar dos Demonstrativos na Arquitectura Semântica do Sintagma Nominal (2ª versão, revista); <http://www.fl.ul.pt/dlgr/pessoais/tmoia/tmoiademonstrativos1993.pdf>.
- Móia, Telmo (1996) A sintaxe das orações relativas sem antecedente expresso do Português. In Anabela Gonçalves, Madalena Colaço, Matilde Miguel & Telmo Móia, *Quatro estudos em sintaxe do Português. Uma abordagem segundo a teoria dos princípios e parâmetros*. Lisboa. Edições Colibri, pp. 149-188.
- Móia, Telmo (2013) Orações relativas de quantidade e quantificadores implícitos. In *Textos Seleccionados, XXVIII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística, Coimbra, APL*, 2013, pp. 473-492.
- Moignet, Gérard (1981) *Systématique de la langue française*, Paris: Ed. Klincksieck.
- Mota, Antónia (2008). Variation linguistique en portugais et contact de langues, *Phrasis*, 49 (2), pp. 9-39. Mouton de Gruyter.
- Müller, Ana & Fátima Oliveira (2004) Bare nominals and number in Brazilian and European Portuguese. *Journal of Portuguese Linguistics*, 3: pp. 9-36.
- Neves, Helena M. (1993) Possessivos. In Ataliba T. Castilho (Ed.) *Gramática do Português Falado*, Vol. III: *As Abordagens*. Campinas: FAPESP, Ed. da Unicamp, pp. 149-211.
- Nordlinger, Rachel & Louisa Sadler, Louisa (2004) Nominal Tense in Crosslinguistic Perspective, *Language*, Vol. 80, 4, pp. 776-806.
- Nunes, Jairo (2004). *Linearization of chains and sideward movement*. Mass: The MIT Press.
- Oehrlé, Richard (1976) *The grammatical status of the English Dative Alternation*, Ph.D. Diss., MIT.
- Oliveira, Fátima (1998) Frases genéricas: Algumas especificidades do Português. *Seminários de Linguística*, 2, pp. 1-19.
- Oliveira, Fátima (1994) Algumas peculiaridades do aspecto em Português. In Inês Duarte & Isabel Leiria (Eds.) *Actas do Congresso Internacional sobre o Português*, Vol. II, Colibri, A.P.L., Lisboa, pp. 151-190.
- Oliveira, Fátima & Leal, António (2015) Activities with culmination. In

- Alberto Simões *et al.* (Eds.) *Linguística, Informática e Tradução: Mundos que se cruzam*. OSLA, *Oslo Studies in Language*, 7 (1) / 2015, pp. 457-470.
- Ordóñez, Salvador Gutiérrez (1999) Los dativos. In Ignacio Bosque & Violeta Demonte (Eds.) *Gramática Descriptiva de la Lengua Española*, Madrid, Espasa, vol. II, pp. 1855-1930.
- Ormazabal, Javier & Romero, Juan (2010) The derivation of Dative Alternation. In Maia Duguine, Susana Huidobro & Nerea Madariaga (Eds.) *Argument Structure and Syntactic Relations*. Amsterdam: John Benjamins, pp. 203-232.
- Peres, João (1987) Construções relativas: estrutura e interpretação. In *Actas do 3º Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*, Lisboa, pp. 327-338.
- Peres, João (1997) Sobre conexões proposicionais. In Ana Maria Brito *et al.* (orgs.) *Sentido que a vida faz*, Porto: Campo das Letras, pp. 775-787.
- Peres, João & Mória, Telmo (1995) *Áreas Críticas da Língua Portuguesa*. Lisboa: Caminho.
- Perlmutter, David (1978) Impersonal passives and the unaccusative hypothesis. *Proceedings of the 4th Annual Meeting of the Berkeley Linguistics Society*, 4, pp. 157-189.
- Pesetsky, David (1995) *Zero Syntax: Experiencers and Cascades*. Cambridge, Mass: The MIT Press.
- Phillips, Colin (2003) Linear order and constituency. *Linguistic Inquiry*, 34, 1: 37-90.
- Picallo, Maria Carme (1991) Nominals and nominalization in Catalan. *Probus*, 3, 287-8.
- Picallo, Maria Carme (1999) La estructura del sintagma nominal: las nominalizaciones y otros sustantivos con complementos argumentales. In Ignacio Bosque & Violeta Demonte (Eds.) *Gramática descriptiva de la lengua española*, Madrid: Espasa, vol. I, pp. 363-392.
- Picallo, Maria Carme & Rigau, Gemma (1999) El possessivo y las relaciones possessivas. In Ignacio Bosque & Violeta Demonte (Eds.), *Gramática Descriptiva de la lengua española*. Espasa, vol. I, pp. 973-1023.
- Pineda, Ana (2014) *Les fronteres de la (in) transitivitat. Estudi dels aplicatius en llengües romàniques i basc*. PhD Diss., Universitat Autònoma de Barcelona.
- Plann, Susan (1981) The two *el*+infinitive constructions in Spanish. *Linguistic Analysis*, 7, 3, pp. 207-241.
- Platzack, Christer (2000) A Complement-of-Nº Analysis for Relative Clauses, Demonstratives and the Wrong Adjectives. In Artemis Alexiadou, Paul Law, André Meinunger & Chris Wilder (Eds.), *The Syntax of Relative Clauses*, John Benjamins, Amsterdam pp. 265-308.
- Poletto, Cecilia & Sanfelici, Emanuela (2019) On relative complementizers and relative pronouns, <https://doi.org/10.1075/iv.16002.pol>
- Pollock, Jean-Yves (1989) Verb movement, UG and the structure of IP. *Linguistic Inquiry*, 20, pp. 365-424.
- Pontes, Eunice (1992) *Espaço e tempo na língua portuguesa*. Campinas, SP: Pontes.
- Postal, Paul (1969). On the so-called "Pronouns" in English. In David Reidel & Sanford Schane (Eds.) *Modern Studies in English*, Prentice-Hall, Englewood Cliffs, NY, pp. 201-224.
- Pujalte, Mercedes (2008) Sobre frases aplicativas y complementos dativos en el español del Rio de Plata. *Cuadernos de Lingüística XV 2008, Instituto Universitario de Investigación Ortega Y Gasset*, pp. 139-156.
- Pustejovsky, James (1991) The syntax of event structure. *Cognition*, 41, 47-81.
- Pustejovsky, James (1995) *The Generative Lexicon*, Cambridge, Mass.: The MIT Press.
- Pylkkänen, Liina (2002) *Introducing Arguments*, Ph. D. Dissertation, MIT.
- Quirk, Randolph *et al.* (1985) *A Comprehensive Grammar of the English Language*, London: Longman.

- Radford, Andrew (1977) *Italian Syntax: Transformational and Relational Grammar*. Cambridge University Press.
- Radford, Andrew (1986) *Transformational Syntax. A students' guide to Chomsky's Extended Standard Theory*. Cambridge Textbooks in Linguistics.
- Ramchand, Gillian (2008) *Verb Meaning and the Lexicon: a first phase syntax*. Cambridge University Press.
- Ramchand, Gillian & Reiss, Charles (2007) (orgs.) *The Oxford Handbook of Linguistic Interfaces*. Oxford University Press.
- Ramírez, Carlos Julio (2003) The Spanish Nominalized Infinitives: a proposal for a classification. *Toronto Working Papers in Linguistics*, 21, pp. 117-133.
- Ramos, Jânia (1989) *O emprego de preposições no Português do Brasil*. In Fernando Tarallo (Ed.) *Fotografias Sociolinguísticas*. Pontes Editores, Editora da Universidade Estadual de Campinas, pp. 83-93.
- Raposo, Eduardo Paiva (1986) Romance Infinitival Clauses and Case Theory. In Carol Neidle & Rafael Nuñez Cedeño (Eds.) *Studies in Romance Languages*, Dordrecht: Foris Publications, pp. 237-249.
- Raposo, Eduardo Paiva (1987) Case Theory and Infl-to-Comp: the Inflected Infinitive in European Portuguese, *Linguistic Inquiry*, 18,1, pp. 85-110.
- Raposo, Eduardo Paiva (1989) Prepositional infinitival constructions in European Portuguese, in Osvaldo Jaegli & Ken J. Safir (Eds.) *The Null Subject Parameter*, Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, pp. 277-305.
- Raposo, Eduardo Paiva (1992) *Teoria da Gramática. A Faculdade de Linguagem*, Lisboa: Caminho.
- Raposo, Eduardo Paiva (1997) Deslocamento e mover α : uma solução para o problema EPP. In Ana Maria Brito et al. (Eds.) *Sentido que a vida faz. Estudos para Óscar Lopes*, Porto: Campo das Letras, pp. 797-814.
- Raposo, Eduardo Paiva (2020) Concordância verbal. In Eduardo Paiva Raposo et al. (Eds.) *Gramática do Português*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, vol. III, pp. 2425-2495.
- Raposo, Eduardo Paiva & Uriagereka, Juan (1996) Indefinite SE. *Natural Language and Linguistic Theory*, 14. 4, pp. 749–810.
- Raposo, Eduardo Paiva et al. (orgs.) (2013). *Gramática do Português*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, vol. I e II.
- Raposo, Eduardo Paiva, et al. (orgs.) (2020). *Gramática do Português*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, vol. III.
- Rappaport Hovav, Malka, & Levin, Beth (2008). The English dative alternation: The case for verb sensitivity. *Journal of Linguistics*, 44, 129–167. DOI: <https://doi.org/10.1017/S0022226707004975>
- Rappaport, Malka & Levin, Beth (1988) What to do with theta-roles. In Wendy Wilkins (1988) (Ed.) *Syntax and Semantics 21: Thematic Relations*, San Diego: Academic Press.
- Rebuschi, George (2001) Semi-free relative clauses and the DP hypothesis: Basque evidence and theoretical cases. In IATL. 8: 55-64; republicado em HAL Id: artxibo-00000073, 2006.
- Reinhart, Tanya (1995) *Interface Strategies*, OTS Working Papers in Linguistics, Utrecht.
- Reinhart, Tanya (2000) *The theta system: syntactic realization of verbal concepts*, Utrecht: UiL OTS Working Papers.
- Reinhart, Tanya & Siloni, Tal (2003) Thematic Arity Operations and Parametric Variations, *OTS Working papers in Linguistics*. TL-03-001
- Resnik, Gabriela (2010) Derivación e interacción de rasgos: la delimitación en nombres y verbos derivados en español, In Alicia Avellana et al. (Eds.) *Actas del V Encuentro de Gramática Generativa*, Neuquén: Editorial Universitaria del Comahue, pp. 405-421.
- Reuland, Eric & ter Meulen, Alice (1987). *The Representation of (In)definiteness*, Cambridge, The MIT Press.

- Ribeiro, Ilza (2009). As sentenças relativas. In Dante Luchesi, Alan Baxter & Iza Ribeiro (Eds.) *O português afro-brasileiro*. Salvador, Edubfa. pp. 185-208.
- Riemsdijk, Henk van (2007) Free relatives. In Martin Everaert & Henk van Riemsdijk (Eds.) *The Blackwell companion to syntax*, Oxford: Wiley-Blackwell, Vol. II, pp. 338–382.
- Rigau, Gemma (1989) Preposiciones que afectan la interpretación del predicado en las lenguas románicas, In *Actas do V Encontro da APL*, Lisboa, 1990, pp. 305-320.
- Rinke, Esther (2010) A combinação de artigo definido e pronome possessivo na história do português. *Estudos de Língua Galega*, 2, pp. 121-139.
- Rinke, Esther & Aßmann, Elisabeth (2017) The Syntax of Relative Clauses in European Portuguese. Extending the Determiner Hypothesis of Relativizers to Relative *que*. In *Journal of Portuguese Linguistics*, vol. 16, pp. 1-26.
- Rio-Torto, Graça (2013) Nomes denominais. In Rio-Torto *et al.* (orgs.) *Gramática Derivacional do Português*, Coimbra: Editora da Universidade de Coimbra, pp. 131-155.
- Ritter, Elizabeth (1990) Evidence for number as a nominal head, com. apresentada no *Glow Colloquium*, Leiden, Abstract in *Glow Newsletter* 26.
- Ritter, Elizabeth (1991) Two functional categories in noun phrases: Evidence from Hebrew. In Susan Rothstein (org.), *Perspectives on Phrase Structure: Heads and Licensing*. San Diego: Academic Press, pp. 37-62.
- Rizzi, Luigi (1982) *Issues in Italian Syntax*. Foris Publications.
- Rizzi, Luigi (1992) Direct Perception, Government and Thematic Sharing, *GenGenP*, Routledge, pp. 39-52.
- Rizzi, Luigi (1986) Null subjects in Italian and the Theory of pro. *Linguistic Inquiry*, 17, 3, pp. 501-558.
- Rizzi, Luigi (1997) The fine structure of the left periphery. In Liliane Haegeman (Ed.), *Elements of Grammar*. Dordrecht: Kluwer, pp. 281-337.
- Rizzi, Luigi (2004) Locality and left periphery. In Adriana Belletti (Ed.) *The Structures and Beyond - The Cartography of Syntactic Structures*, Oxford, OUP, vol. 3, pp. 223-251.
- Roberts, Ian (1993) O Português Brasileiro no Contexto das Línguas Românicas. In Ian Roberts & Mary Kato (Eds.) *Português brasileiro. Uma viagem diacrônica*. Editora da Unicamp, pp. 409-425.
- Roberts, Ian & Holmberg, Anders (2010) Introduction: parameters in minimalist theory. In Teresa Biberauer, Anders Holmberg, Ian Roberts & Michelle Sheehan (Eds.) *Parametric Variation: Null Subjects in Minimalist Theory*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 1-56.
- Roberts, Ian & Kato, Mary (1993) (Eds.) *Português brasileiro. Uma viagem diacrônica*. Editora da Unicamp.
- Rodrigues, Alexandra (2001) *A construção de postverbiais em Português*, Porto: Granito Editores e Livrários.
- Rodrigues, Alexandra (2006) *Formação de substantivos deverbiais sufixados em Português*, Diss. de Doutorado, Universidade de Coimbra.
- Rodrigues, Alexandra (2013) Nomes deverbiais. In Rio-Torto, G. *et al.* *Gramática Derivacional do Português*, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, pp. 155-211.
- Roeper, Thomas (1987) Implicit Arguments and the Head-Complement Relation. *Linguistic Inquiry*, 18, 2, pp. 267-310.
- Ross, John (1967). *Constraints on Variables in Syntax*, PhD. Dissertation, MIT; disponível em: <https://dspace.mit.edu/handle/1721.1/15166>.
- Safir, Ken (1986) Relative Clauses in a Theory of Binding and Levels, *Linguistic Inquiry*, 17, 4, 663-689.
- Said Ali, Manuel (1964) *Gramática histórica da língua portuguesa*, São Paulo: Melhoramentos, 3ª edição.

- Salvi, Gianpaolo (1983) L'infinitivo con Particolo e la struttura del SN, *Rivista di Grammatica Generativa*, vol. 7, pp. 197-225.
- Samek-Lodovici, Vieri (2015) *The Interaction of Focus, Givenness, and Prosody. A Study of Italian Clause Structure*, Oxford: Oxford University Press; disponível em: <http://www.oxfordscholarship.com/view/10.1093/acprof:oso/9780198737926.001.0001/acprof-9780198737926>
- Sandmann, Ludmila C. (2009) *O foco informacional e a ordem dos complementos verbais*, Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Paraná.
- Santos, Catarina S. (2014) *Relativas cortadoras no Português Europeu falado: interação com as variáveis sociais*, Diss. de Mestrado em Linguística, U. Minho.
- Schaefer, Ronald P. (1986) Lexicalizing directional and nondirectional motion in Emai. *Studies in African Linguistics* 17, pp. 177-198.
- Schelfhout, Carla, Coppen, Peter-Arno & Oostdijk, Nelleke (2003) Transparent free relatives. In *Proceedings of Console XII*: pp. 1-10.
- Scher, Ana Paula (1996) *As construções com dois complementos no inglês e no português do Brasil: um estudo sintático comparativo*. Dissertação de Mestrado. Campinas (SP): Unicamp.
- Scher, A. P. (2006) Nominalizações em -ada em Construções com o Verbo Leve dar em Português Brasileiro. *Letras de Hoje*, Porto Alegre. v. 41, n° 1, pp. 29-48.
- Scherre, M. Marta P. & Naro, Anthony J. (1998) Sobre a concordância de número no português falado do Brasil. In Rufinno, G. (Ed.), *Dialettologia, geolinguística, sociolinguística. Atti del XXI Congresso Internazionale di Linguística e Filologia Romanza*. Centro di studi filologici e linguistici siciliani, Università di Palermo, pp. 509-523.
- Schmitt, Cristina & Munn, Alan (2002) The syntax and semantics of bare arguments in Brazilian Portuguese. *Linguistic Variation Yearbook*, 2. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, pp. 185-216.
- Schmitt, Cristina & Munn, Alan (1999) Against the Nominal Mapping Parameter: Bare Nouns in Brazilian Portuguese, In *Proceedings of NELS 29*; disponível em: <https://scholarworks.umass.edu/nels/vol29/iss1/24>.
- Schwarze, Christoph (1974) Les constructions du type "Je le vois qui arrive". In Christian Rohrer & Nicolas Ruwet, (Eds.) *Actes du Colloque Franco-Allemand de Grammaire Transformationnelle*, vol. I. Études de Syntaxe, pp. 18-30, Tübingen, Niemeyer.
- Shlonsky, Ur (1991) Quantifier Phrases and Quantifier Float, *North East Linguistics Society*. Vol. 21, 1; disponível em: <https://scholarworks.umass.edu/nels/vol21/iss1/24>.
- Silva, Giselle & Callou, Dinah (1996) O uso do artigo definido diante de possessivo. In Inês Duarte & Isabel Leiria (Eds.), *Congresso Internacional sobre o Português*, Vol. II. Lisboa: Colibri/APL, pp. 115-125.
- Silva, Mariana (2021) *Orações relativas com antecedentes quantitativos em português europeu. Análise sintática das sequências "tudo quanto" e "todos quantos"*. Diss. de Mestrado em Linguística, FLUP.
- Sleeman, Petra & Brito, Ana Maria (2010a) Nominalization, Event, Aspect, and Argument Structure: a Syntactic approach. In Maia Duguine, Susana Huidobro & Nerea Madariaga (Eds.) *Argument Structure from a Crosslinguistic Perspective*. Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins, pp. 113-129.
- Sleeman, Petra & Brito, Ana Maria (2010b) Aspect and argument structure of deverbal nominalizations: a split vP analysis. In Artemis Alexiadou & Monika Rathert (Eds.), *The Syntax of Nominalizations across Languages and Frameworks*. Berlin: Mouton de Gruyter, pp. 199-218.
- Sleeman, Petra & Perridon, Harry (Eds.) (2011) *The Noun Phrase in Romance and Germanic. Structure, variation and change*. Amsterdam: John Benjamins.
- Slobin, Dan I. (2004) The many ways to search for a frog: Linguistic typology and the expression of motion events. In Stromqvist, S. & Verhoeven, L.

- (Eds.). *Relating events in narrative*, vol. 2. *Typological and contextual perspectives*, 219-257. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum.
- Soares da Silva, Augusto (2000) A estrutura semântica do objecto indirecto em Português. *Atas do XV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, vol. II, pp. 433-451.
- Soutet, Olivier (1989) *La syntaxe du Français*, P.U.F., Paris.
- Sportiche, Dominique (1988) A Theory of Floating Quantifiers and its Corollaries for Constituent Structure. *Linguistic Inquiry*, 19, pp. 425-449.
- Stockwell, Robert P., Schachter, Paul & Partee, Babara (1973) *The Major Syntactic Structures of English*. Nova Iorque: Holt, Rinehart and Winston.
- Stowell, Timothy (1981) *Origins of Phrase Structure*. Ph.D. Dissertation, MIT, Cambridge, Mass.
- Svenonius, Peter (2007) 1...3-2. In Gillian Ramchand & Charles Reiss (Eds.) *The Oxford Handbook of Linguistic Interfaces*. Oxford: Oxford University Press, pp. 239-288.
- Szabolcsi, Anna (1983) The possessor that ran away from home. *The Linguistic Review* 3, pp. 89-102.
- Szabolcsi, Anna (1987) Functional categories in the noun phrase. In István Kenesei (Ed.), *Approaches to Hungarian. Theories and Analyses*, Jate Szeged, pp. 167-190.
- Szabolcsi, Anna (1994) The noun phrase. In Ferenc Kiefer & Katalin Kiss (Eds.) *The Syntax of Hungarian. Syntax and Semantics* 27. San Diego: Academic Press, pp. 179-274.
- Szabolcsi, Anna (1999) Is DP analogous to IP or CP? In John Payne (Ed.). *Proceedings of the Manchester Colloquium on Noun Phrases*. The Hague: Mouton.
- Talmy, Leonard (1972) *Semantic Structures in English and Atsugewi*, Ph.D. Dissertation, University of California at Berkeley.
- Talmy, Leonard (1985) Lexicalization patterns: semantic structure in lexical forms. In Timothy Shopen (Ed.). *Language Typology and Syntactic Description, Grammatical Categories and the Lexicon*. Vol. 3. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 57-149.
- Talmy, Leonard (2000) *Toward a Cognitive Semantics*. Volume II: *Typology and Process in Concept Structuring*. Cambridge, Mass.: The MIT Press.
- Taraldsen, Knut Tarald (1990). D-projections and N-projections in Norwegian. In Joan Mascaró & Marina Nespor (Eds.), *Grammar in Progress: Essays in Honor of Henk van Riemsdijk*, Dordrecht: Foris, pp. 419- 432.
- Tarallo, Fernando (1983) *Relativization Strategies in Brazilian Portuguese*. Ph.D. Dissertation, University of Pennsylvania, Pennsylvania.
- Tarallo, Fernando (1989) *Fotografias sociolinguísticas*, Campinas, Pontes.
- Tarallo, Fernando (1993) Diagnosticando uma gramática brasileira: o Português d'aquém e d'além-mar ao final do século XIX. In Ian Roberts & Mary Kato (Eds.) *Português brasileiro. Uma viagem diacrônica*. Editora da Unicamp, pp. 69-106.
- Tenny, Carol (1994) *Aspectual Roles and the Syntax-Semantics Interface*, Dordrecht: Kluwer Academic Publishers.
- Teyssier, Paul (1993) Les diminutifs en italien, en espagnol, en portugais et en français (mimeo).
- Thráinsson, Höskuldur (1996) On the (non)-universality of functional projections. In Werner Abraham et al., (Eds.) *Minimal Ideas. Syntactic Studies in the Minimalist Framework*. Amsterdam: John Benjamins, pp. 253-281.
- Torres Morais, M. Aparecida (2006) Um cenário para o núcleo aplicativo no português europeu. *ABRALIN* 5. 239-266, disponível em: http://www.abralin.org/revista/RV5N1_2/RV5N1_2art11.pdf
- Torres Morais, M. Aparecida & Lima-Salles, Heloisa M. (2007). Parametric change in the grammatical encoding of indirect objects in Brazilian Portuguese, LSRL 37, University of Pittsburgh, March 15th – 18th 2007.

- Torres Morais, M. Aparecida & Lima-Salles, Heloisa M. (2010). Parametric change in the grammatical encoding of indirect objects in Brazilian Portuguese. *Probus*, 22, pp. 181–209.
- Valois, Daniel (1991) *The internal Syntax of DP*, Ph. D. Dissertation, University of California at Los Angeles.
- van Hout, Angelika (1991) Deverbal nominalization, object versus event denoting nominals: implications for argument and event structure. *Linguistics in the Netherlands*, 8, pp. 71-80.
- Varela, Susana (1979) Los falsos infinitivos, *BRAE LIX*, pp. 529-551.
- Vázquez, Enriqueta Pérez (2002) A Mixed Extended Projection: The Nominalized Infinitive in Spanish and Italian. *Quaderni del Laboratorio di Linguistica della Scuola Normale Superiore di Pisa*, n. 14, 2002, pp. 143-159.
- Veloso, Rita (2013) Subordinação relativa. In Eduardo Paiva Raposo *et al.* (Eds.) *Gramática do Português*. Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian, vol. II, pp. 2061-2134.
- Vendler, Zeno (1967) *Linguistics and Philosophy*, Ithaca: Cornell University Press.
- Vergnaud, Jean Roger (1974) *French Relative Clauses*, Ph. D. Dissertation, MIT.
- Vieira, Ilda (2010) Nominalizações em *-da*: Uma aproximação. *eLingUp*, Centro de Linguística da Universidade do Porto, Volume 2, Número 1, pp. 58-70.
- Vikner, Sten (1997) V-to-I movement and inflection for person in all tenses. In Liliane Haegeman (Ed.) *The New Comparative Syntax*, Londres, Longman, pp. 189-213.
- Vilela, Mário (1992) *Gramática de Valências. Teoria e aplicação*, Coimbra, Almedina.
- Vilela, Mário (1994) *Estudos de Lexicologia do Português*, Coimbra: Livraria Almedina.
- Vries, Mark de (2002) *The syntax of relativization*. Doctoral dissertation, University of Amsterdam, LOT, Utrecht.
- Vries, Mark de (2006) The Syntax of Appositive Relativization. On Specifying Coordination, False Free Relatives and Promotion. *Linguistic Inquiry*, 37, pp. 229-270.
- Wetzels, W. Leo, Menuzzi, Sergio & Costa, João (2016) (Eds.), *The Handbook of Portuguese Linguistics*, Oxford: John Wiley & Sons, Inc.
- Wierzbicka, Anna (1997) Lexical and grammatical universals as a key to conceptual structures, in *XVIème Congrès International des Linguistes*, Paris, 20-25 Juillet 1997.
- Wilder, Christopher (1999) Transparent Free Relatives. In Kimary Shahin, Susan Blake & Eun-Sook Kim (Eds.), *Proceedings of the Seventeenth West Coast Conference on Formal Linguistics*. Cambridge University Press, Cambridge. pp. 685-699 (também impresso em *ZAS papers in linguistics*, 1998, pp. 191-199).
- Williams, Edwin (1980) Predication, *Linguistic Inquiry*, 11 (1), pp. 203-328.
- Williams, Edwin (2007) Dumping Lexicalism. In Gillian Ramchand & Charles Reiss (2007) (Eds.) *The Oxford Handbook of Linguistic Interfaces*. Oxford: Oxford University Press, pp. 353-381.
- Wilmet, Marc (1983) Les déterminants du Nom en Français. Essai de synthèse, *Langue française*, n° 57, pp. 15-33.
- Wilmet, Marc (1986) *La détermination nominale. Quantification et caractérisation*, P.U.F., Paris.
- Xavier, M. Francisca (1989) *Argumentos Preposicionados em Construções Verbais. Um estudo contrastivo das preposições a, de e to, from*, Diss. de Doutoramento, Universidade Nova de Lisboa.
- Xavier, M. Francisca (1991) A categoria preposição na gramática do português (um estudo da preposição *a*). *Actas do 6º Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*, Lisboa, pp. 317-329.
- Xu, Yi (2014) Processing relative clauses in Chinese as a second language. *Second Language Research*, 30 (4), 439-461.

- Zheng, Yi (2019) *Forward and Backward Anaphora Resolution in European Portuguese and Chinese Syntactic Properties and Second Language Acquisition*. Diss. de Doutoramento em Linguística Geral. Universidade de Lisboa.
- Zlatev, Jordan & Yangklang Peerapat (2004) A third way to travel: The place of Thai in motion event typology. In Sven Stromqvist & Ludo Verhoeven (Eds.). *Relating events in narrative, Typological and contextual perspectives*. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum, vol. 2, pp. 159–190.
- Zubizarreta, M. Luísa (1987) *Levels of Representation in the Lexicon and in the Syntax*, Dordrecht: Foris.
- Zucchi, Alessandro (1993) *The Language of Propositions and Events*, Dordrecht: Kluwer Academic Publishers.
- Zwart, Jan-Wouter (2000) A Head Raising Analysis of Relative Clauses in Dutch. In Artemis Alexiadou, Paul Law, André Meinunger & Chris Wilder (Eds.) *The Syntax of Relative Clauses*, Amsterdam: John Benjamins, pp. 349–385.

BREVE NOTA BIOGRÁFICA DA AUTORA

Ana Maria Brito obteve a Licenciatura em Filologia Românica em 1974 na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, o Doutoramento em 1988 e a Agregação em 2003 na Universidade do Porto. É Professora Catedrática da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP) desde abril de 2004; aposentou-se a 1 de janeiro de 2021, embora continuando ativa no Centro de Linguística da Universidade do Porto (CLUP).

Na FLUP foi responsável pelos cursos de Mestrado em Linguística (2007-2019), de Doutoramento em Linguística (2008-2013), de Doutoramento em Ciências da Linguagem (2014-2020). É autora de dois livros como autora isolada e coautora e editora de outros, entre eles a *Gramática da Língua Portuguesa*, Caminho, Lisboa, 5ª edição, de 2003, e de cerca de 140 artigos e capítulos de livros em sintaxe do português, sintaxe comparada, interfaces sintaxe-semântica e sintaxe-morfologia e variação sintática. Foi Presidente da Associação Portuguesa de Linguística de 2008 a 2010. Colabora regularmente com a Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) e a Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES); pertence ao comité científico de várias revistas e tem sido convidada como avaliadora em inúmeros congressos em Linguística. Orientou oito teses de doutoramento (concluídas) e mais de 40 dissertações de mestrado em Linguística. Foi diretora de *Linguística. Revista de Estudos Linguísticos da Universidade do Porto*, de 2010 a 2020.

- 9 — AGRADECIMENTOS
 11 — NOTA PRÉVIA
 13 — LISTA DE SÍMBOLOS, SIGLAS E ACRÓNIMOS
- 15 — **INTRODUÇÃO**
- 24 — **PARTE I — SOBRE ALGUMAS SUBCLASSES DE VERBOS E ESTRUTURA DE FRASE**
 24 — CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS
 27 — 1. RELAÇÃO LÉXICO-SINTAXE: ALGUMAS REFLEXÕES
 47 — 2. CATEGORIAS LEXICAIS E CATEGORIAS FUNCIONAIS: DO VERBO À FLEXÃO
 53 — 3. ESTRUTURAS CONCETUAIS, PAPÉIS TEMÁTICOS E VERBOS DE LOCALIZAÇÃO
 63 — 4. SOBRE VERBOS DE MOVIMENTO DE DIREÇÃO INERENTE (com Celda Morgado)
 71 — 5. CONSTRUÇÕES DITRANSITIVAS
 93 — 6. ORDEM DE PALAVRAS EM CONSTRUÇÕES DITRANSITIVAS
- 111 — **PARTE II — ESTRUTURA DOS SINTAGMAS NOMINAIS**
 111 — CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS II
 115 — 7. ASPETOS DA SINTAXE DO SN EM PORTUGUÊS E EM FRANCÊS
 135 — 8. ORDEM DE PALAVRAS NO SN EM PORTUGUÊS E INGLÊS
 145 — 9. POSSESSIVOS PRÉ-NOMINAIS EM PORTUGUÊS EUROPEU
 163 — RECENSÃO 1. SLEEMAN & PERRIDON (2011)
 169 — RECENSÃO 2. GIUSTI (2015)
- 179 — **PARTE III — RELAÇÃO LÉXICO-SINTAXE A PARTIR DE CATEGORIAS MISTAS**
 179 — CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS III
 185 — 10. INTERPRETAÇÕES EVENTIVA E RESULTATIVA DAS NOMINALIZAÇÕES DEVERBAIS
 191 — 11. UMA ANÁLISE DAS NOMINALIZAÇÕES DEVERBAIS EM -ÇÃO (com Petra Sleeman)
- 203 — 12. FORMAÇÃO DE NOMES DEVERBAIS EM -DA
 219 — 13. NOMINALIZAÇÕES DERIVADAS DE VERBOS INACUSATIVOS COM ADJETIVOS TEMÁTICOS
 239 — 14. INFINITIVO NOMINAL E NOMINALIZAÇÃO DE ORAÇÃO INFINITIVA
 257 — 15. ALGUNS PARALELOS SINTÁTICOS ENTRE CONSTRUÇÕES NOMINAIS E FRÁSICAS
- 279 — **PARTE IV — ASPETOS SINTÁTICOS DAS ORAÇÕES RELATIVAS**
 279 — CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS IV
 283 — 16. ORAÇÕES RELATIVAS RESTRITIVAS
 297 — 17. AS RELATIVAS NÃO RESTRITIVAS COM ANTECEDENTE NOMINAL COMO UM CASO DE APOSIÇÃO
 311 — 18. A SINTAXE DAS RELATIVAS LIVRES E DAS RELATIVAS SEMILIVRES; O PROBLEMA DE *O QUE*
 333 — 19. RELATIVAS LIVRES TRANSPARENTES EM PORTUGUÊS
 351 — 20. PROPRIEDADES DAS PSEUDORELATIVAS EM PORTUGUÊS
- 365 — **PARTE V — MICROVARIAÇÃO: ALGUNS CONTRIBUTOS**
 365 — CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS V
 369 — 21. ÁREAS DE VARIAÇÃO SINTÁTICA ENTRE O PORTUGUÊS EUROPEU E O PORTUGUÊS BRASILEIRO E IMPLICAÇÕES PARA O ENSINO/APRENDIZAGEM DO PLE
 389 — 22. POSIÇÃO DO ADVÉRBIO *SEMPRE* E ESTRUTURA DE FRASE EM PORTUGUÊS EUROPEU E PORTUGUÊS BRASILEIRO
 405 — 23. CONSTRUÇÕES DITRANSITIVAS DO PORTUGUÊS ANGOLANO E DO PORTUGUÊS MOÇAMBICANO REVISITADAS
 421 — 24. RELATIVAS DE GENITIVO NO PORTUGUÊS EUROPEU E NO PORTUGUÊS MOÇAMBICANO
- 435 — REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS
 462 — BREVE NOTA BIOGRÁFICA DA AUTORA